



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**GUSTAVO BARRETO DE CAMPOS**

**DOIS SÉCULOS DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL**

A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015

RIO DE JANEIRO  
2015

Gustavo Barreto de Campos

**DOIS SÉCULOS DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL**

A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji

RIO DE JANEIRO  
2015

Campos, Gustavo Barreto de.

Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015 / Gustavo Barreto de Campos. Rio de Janeiro, 2015. 545 f.

Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

Orientador: Mohammed ElHajji

1. Estudos Migratórios. 2. Jornalismo. 3. Imprensa. 4. Imigração. 5. Comunicação e Cidadania. I. ElHajji, Mohammed (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título.

Gustavo Barreto de Campos

DOIS SÉCULOS DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL

A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Aprovada em 4 de maio de 2015.

---

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji  
Professor Associado – PPGCOM  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Fábio Koifman  
Professor Adjunto  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Liv Rebecca Sovik  
Professora Associada – PPGCOM  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Márcio Souza Gonçalves  
Professor Adjunto  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Mônica Lima e Souza  
Professora Adjunta – PPGHIS e PPGEH  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Suzy dos Santos  
Professora Adjunta – PPGCOM  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

## RESUMO

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil**: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A entrada e estabelecimento de imigrantes no Brasil desde 1808, data da abertura dos portos ao comércio com as nações amigas, foi um dos grandes acontecimentos da História do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente entre 1901 e 2000 a população brasileira saltou de 17,4 milhões para 169,6 milhões de pessoas, com 10% desse crescimento se devendo aos imigrantes. Esse intenso fluxo migratório foi acompanhado de um ainda maior fluxo de informações sobre estes novos residentes. Durante todo o período analisado neste trabalho – de 1808 a 2015 –, a imprensa se ocupou do assunto a partir de referências conceituais como assimilação, nacionalismo, embranquecimento, eugenia, racismo, xenofobia, tolerância e hospitalidade. A partir da consulta de 11 mil edições de periódicos jornalísticos impressos presentes no país ou em português e sobre o Brasil em que o tema da imigração foi citado direta ou indiretamente, selecionamos aproximadamente 200 matérias jornalísticas que compõe este trabalho. O objetivo, tomando como base referencial os estudos migratórios, é abordar as seguintes questões: o que significa ser imigrante ou estrangeiro para a imprensa brasileira ao longo da nossa História? Qual foi o papel atribuído a estes indivíduos e grupos, no Brasil, pelos meios de comunicação impressos?

**Palavras-chave:** Estudos Migratórios, Jornalismo, Imprensa, Imigração, Comunicação e Cidadania.

## ABSTRACT

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Two centuries of immigration in Brazil**: The construction of the image and social role of foreigners in the press between 1808 and 2015. Rio de Janeiro, 2015. Thesis (Ph.D. in Communication and Culture) – Communication College, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The ingress and establishment of immigrants in Brazil since 1808, date of the opening of the ports to trade with friendly nations, was one of the major events in the history of the country. According to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), just between 1901 and 2000 the Brazilian population increased from 17.4 million to 169.6 million people, with 10% of this growth being due to immigrants. This intense migration was accompanied by an even greater flow of information on these new residents. Throughout the period analyzed in this study – 1808 to 2015 – the press dealt with the subject with conceptual references as assimilation, nationalism, whitening, eugenics, racism, xenophobia, tolerance and hospitality. Consulting 11,000 printed journalistic periodicals in Brazil or in Portuguese about Brazil, in which the issue of immigration was quoted directly or indirectly, we selected about 200 news articles that compose this work. The aim, taking as reference the migration studies, is to address the following questions: What does it mean to be an immigrant or a foreign to the Brazilian press throughout our history? What was the role assigned to these individuals and groups, in Brazil, by the print media?

**Keywords:** Migration Studies, Journalism, Media, Immigration, Communication and Citizenship.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>A TEORIA IMIGRANTE</b>	<b>18</b>
2.1	Civiliza-se o Brasil	18
2.2	Minoria étnica, uma metáfora da “traição” ao projeto nacional clássico	21
2.3	Raça, etnia e nação: refúgios provisórios do povo	24
2.4	A identidade hifenizada	32
2.5	Ainda o mito da democracia racial	34
2.6	A “brasilidade” sob o manto sagrado da igualdade liberal: agenciamento da cultura é coisa de “branco”	37
2.7	As três ingenuidades dos estudos migratórios	43
2.8	Imigrante: o provisório negociável	47
2.9	Um estranho socialmente circunscrito	53
2.10	O exército industrial étnico? As teses marxistas	55
2.11	Neoculturalistas: rompimento com as grandes narrativas	59
2.12	O poder de atribuição do <i>Outro</i>	62
2.13	A disputa do território conceitual: (re)escrevendo a nação	65
<b>3</b>	<b>A GÊNESE IMIGRANTE – 1808-1870</b>	<b>69</b>
3.1	Chegam os primeiros colonos, todos “amarelos”	74
3.2	A Corte se torna um pouco mais “cosmopolita”	84
3.3	Chegam os suíços de D. João VI	86
3.4	Chegam os alemães (e os irlandeses)	91
3.5	Viajantes estrangeiros: um olhar sobre a nascente pátria	94
3.6	Surge a imprensa (mais ou menos) livre e o sentimento (mais ou menos) nacional	98
3.7	“Um homem livre vale por dois escravos”: aumenta o apoio à imigração livre e “industrial”	103
3.8	Forças armadas no final da década de 1830: um debate imigrante	109
3.9	Avança o lobby pró-trabalhadores europeus e “morigerados”	111
3.10	Um projeto “patriótico”: assimilar o europeu em uma raça nacional	116

3.11 Fim da guerra civil nos EUA: oportunidade de atrair imigrantes “ativos, inteligentes e industriais”	128
3.12 Chegam, por fim, os italianos	130
<b>4 O ENSAIO IMIGRANTE – 1870-1889</b>	<b>132</b>
4.1 “Italianos” e “alemães” chegam ao Brasil	134
4.2 Sobram imigrantes, falta planejamento	137
4.3 Um português pra lá de liberal: a experiência de Nova Lousã	145
4.4 Os 46 ingleses no Paraná e o “crime de vagabundagem”	148
4.5 O colono é a melhor propaganda – exceto “loucos, cegos, estropeados, mendigos ou criminosos”	156
4.6 Sociedades imigrantistas: pelo embranquecimento e regeneração da incipiente nacionalidade brasileira	162
4.7 Imigração espontânea ou subvencionada? Um debate para “resolver os problemas sociais que se ligam a interesses tão momentosos”	169
4.8 As “mais genuínas aspirações nacionais”: o imigrante ideal tem “tenra idade”	174
4.9 O Estado que não ama os católicos que não amam os protestantes	177
4.10 Agoniza o sistema escravista no leito de morte: renova-se o capitalismo	179
<b>5 A AFIRMAÇÃO IMIGRANTE – 1889-1930</b>	<b>186</b>
5.1 Decreto 528 de 1890: “Indígenas” da Ásia ou da África, só com autorização do Congresso Nacional	187
5.2 “A praga amarela”: continuam os ataques aos chineses no início da República Velha	192
5.3 Paulistas traçam plano ambicioso em 1892: um milhão de imigrantes europeus em 10 anos	193
5.4 Italianos: entre a classe e a etnia	197
5.5 “Branços”, “pretos” ou “orientais”? Nenhum dos três: são árabes	208
5.6 Europeu, agricultor, novo, sadio, calmo e de família: sejam bem-vindos!	214
5.7 Como enfrentar a crise da cafeicultura? “Introduzir o maior número de braços que for possível para se alcançar a baixa do salário”	216
5.8 SP reformula sua legislação migratória: todos são bem-vindos, exceto doentes,	



deficientes, viciados, inválidos, dementes, mendigos, vagabundos e criminosos	220
5.9 Minas Gerais em busca de um “elemento assimilável de melhoria econômica” – e branco, se possível	228
5.10 Ucrânianos “morigerados” no sul e a “algazarra” húngara	235
5.11 Boa parte dos imigrantes do início do século XX foi embora do Brasil	239
5.12 Progredimos: agora é hora de fechar as fronteiras	241
5.13 Atenção fazendeiros: lucrem mais com os japoneses, uma raça afável, obediente e que trabalhará 10 horas por dia	245
5.14 O “trabalho rude” dos brasileiros e as “melhores raças”	255
5.15 Conferência internacional do Rio, em 1927, expõe divergências entre sul-americanos e europeus	258
5.16 O alerta vem da Argentina: “perturbações comunistas” têm forte influência de “agitadores” italianos	267
5.17 As estatísticas contam o progresso	268
<b>6 A HIFENIZAÇÃO IMIGRANTE – 1930-1945</b>	<b>276</b>
6.1 “Devemos, pois, estarmos alertas. O Brasil deve e tem que ser, primeiramente, dos brasileiros”	280
6.2 Lindolfo Collor: “Sair do empirismo da liberdade desordenada para a organização racional da imigração”	284
6.3 Assírios: de “imigrantes cristãos” a “refugiados iraquianos muçulmanos”	286
6.4 Médico alerta para “falta de seleção mental dos alienígenas imigrantes”	291
6.5 Os pomeranos: um povo sem Estado finca suas raízes no Brasil	294
6.6 Judeus: de perseguidos pelos nazistas a perigosos “comunistas” e “péssimos elementos” no Brasil	300
6.7 Nazifascismo, integralismo e franquismo na Era Vargas	306
6.8 Japoneses: “factor de progresso econômico” ou ameaça à segurança nacional	313
6.9 “A imigração japonesa na Amazônia”: em meio aos interesses nacionais, uma história de superação imigrante no Pará	317
6.10 Seringueiros da Amazônia e “regatões” estrangeiros: união contra a exploração	327
6.11 <i>Novas Diretrizes</i> : Estado Novo não pode permitir “elementos raciais indesejáveis” e “pregadores do credo marxista”	329

6.12 Aprovada tese em 1943: preferência aos “povos de raça branca” da Europa, “evitando-se, sempre, as raças amarela e negra”	339
<b>7 O DILEMA IMIGRANTE – 1946-1980</b>	<b>346</b>
7.1 Brasil, uma “banheira muito grande com um pingo d’água”, diz deputado constituinte em 1946	347
7.2 Chegam ao Brasil deslocados europeus: “Uns desconfiados, outros indiferentes, mas todos parecendo satisfeitos”	353
7.3 Carlos Lacerda: Itamaraty é “racista” e Governo Dutra não sabe nem mesmo o que é “política de imigração”	356
7.4 Chefe da Comissão de Seleção de Imigrantes na Europa deixa seu posto: críticas aos rumos da imigração	361
7.5 Organização internacional de refugiados é “rigorosa”: nada de nazistas, comunistas ou incapazes para o trabalho	366
7.6 Articulista ataca política migratória: “Asnos racistas, totalitários”; Jornal governista rebate: “As sobras demográficas da Itália bastariam”	373
7.7 Idealizações acerca do “novo” imigrante brasileiro: entre o anticomunismo, o eurocentrismo e o nacionalismo seletivo	378
7.8 Voz Operária: Imigrantes italianos “revoltam-se” contra o latifúndio	383
7.9 Estrangeiro que entra como turista no Brasil e permanece “certamente não é um imigrante ideal”, diz jornal	386
7.10 Em Genebra, recomendam-se medidas para o “bem estar material, intelectual e moral dos trabalhadores migrantes”	389
7.11 “A Ilha das Flôres praticamente deserta”: uma reportagem de 1956 sobre a famosa hospedaria carioca de imigrantes	391
7.12 O “problema” da imigração: “Ora, não somos racistas. Mas não queremos quistos”	395
7.13 O cinquentenário da imigração japonesa: “O Japão manda para o Brasil os seus melhores imigrantes”	398
7.14 Os judeus comemorados na imprensa: fim do estigma	403
7.15 A política internacional de perseguição aos “subversivos”	405
7.16 “Agricultores qualificados” não chega a 10%: estatísticas insatisfatórias para um jornal carioca	416

7.17 “Bons imigrantes e técnicos”, mas também “marginais, criminosos e exploradores de todo o tipo” procuram fugir de “áreas convulsionadas”: o assassinato de Bob Kennedy	419
7.18 Em meio à ditadura militar, a saga (romantizada) no centenário da imigração italiana no Brasil	422
7.19 Qual imigrante angolano? Branco ou “preto”?	426
7.20 “Os portugueses continuam chegando”, relata o <i>Opinião</i>	430
7.21 Latino-americanos em busca do “milagre brasileiro” da ditadura: temidos como “um elemento indesejável e suspeito”	436
<b>8 A GERAÇÃO IMIGRANTE – 1980-2015</b>	<b>442</b>
8.1 Projeto de lei sobre estrangeiros “afeta tradição de hospitalidade do País”, afirmam membros da Igreja Católica	443
8.2 Lei dos estrangeiros afeta até famílias de parlamentares; “Até seu pai dançava”, disse um deles a ministro da Justiça	447
8.3 Papa polonês visita Brasil em pleno debate sobre nova lei dos estrangeiros e destaca contribuição dos imigrantes	450
8.4 Uruguaios voltam ao seu país para votar; antes, atos na Cinelândia e no Sindicato dos Bancários do Rio	453
8.5 Crise de imigrantes cubanos: posição do Itamaraty e a “tradição diplomática brasileira”	454
8.6 Entre o crime, a fama e a fortuna: como o imigrante vira notícia	456
8.7 Uma nipo-brasileira no cinema: um olhar sobre a imigração japonesa no Brasil	460
8.8 “As raízes só podem sobreviver nas misturas”, afirmam músicos germano-magrebins em 1989	463
8.9 Imigração é “fantasma que ameaça a Europa” e os EUA, com “enchentes” e “enxurradas” de imigrantes “clandestinos”	464
8.10 Restrições à entrada de imigrantes nos EUA: empresários temem perder “cérebros” e “profissionais”	469
8.11 “A ideia é que essa é uma nova luta de direitos civis, como foi a dos negros”, diz liderança brasileira nos EUA	471
8.12 Rio, destino preferencial de refugiados no final dos anos 1990	476

8.13 Chegam, em meio a polêmicas diplomáticas, alguns poucos palestinos	478
8.14 A “linha-dura” contra os imigrantes ontem e hoje: Se um filho de imigrantes húngaros não se sensibiliza, quem vai se importar?	480
8.15 Dois cubanos “refugiados” que não pediram refúgio: a persistência do anticomunismo na imprensa brasileira	483
8.16 Quase dois séculos depois, o governo ainda bate cabeça na política imigratória	488
8.17 “Qual é a nova realidade? O Brasil é destino de imigrantes. Não era”	494
8.18 Chegam novos imigrantes indesejáveis: a “hospitalidade” à brasileira	500
8.19 Novo ciclo de migração internacional: “Muitos dos brasileiros estão voltando para casa”	505
8.20 “Haitiano custa menos do que chinês”; Em São Paulo, seleção de emprego “lembra mercado de escravos”	508
8.21 Um vírus que nos consome há muito mais tempo, “o da xenofobia”	512
8.22 Novas narrativas: os imigrantes por eles mesmos	519
8.23 Entre uma terra sem lei (para estrangeiros) e uma imprensa indiferente	522
<b>9 CONCLUSÃO</b>	<b>528</b>
<b>10 REFERÊNCIAS</b>	<b>534</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Tomara que não aconteça o que acontece com você, né? Porque com certeza você deve ter algum parente imigrante. Pai, avô, alguém deve ter imigrado. Mas os filhos esqueceram que os pais eram imigrantes. E nós somos tratados como se fôssemos bichos de outro planeta. Como se a imigração fosse uma coisa rara. Eu não conheço até agora no Brasil um brasileiro descendente de indígenas. Tomara que os filhos dos nossos filhos que vão ficar aqui não tratem os futuros imigrantes como os brasileiros nos trataram agora.

*Luis Vásquez, presidente da Associação dos Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra, à repórter do jornal Folha de S. Paulo, janeiro de 2015.<sup>1</sup>*

Quando, em 1867, chegam em Minas Gerais alguns cidadãos dos Estados Unidos, ampla atenção é dada pela imprensa local. Segundo o *Diário de Minas*, os imigrantes haviam fugido da sangrenta guerra civil de seu país, encerrada dois anos antes, “vítimas do partido vencedor”, e caberia portanto ao “hospitaleiro Brazil acolher em seu seio grande parte dessas infelizes vítimas”. Alguns anos depois, em 1874, o jornal *A Nação* noticia que 46 imigrantes britânicos teriam abandonado um núcleo colonial no Paraná. O periódico pede que suas queixas – “fundadas ou não” – sejam ouvidas e levadas ao governo imperial, “persuadindo os seus infelizes compatriotas a não abandonarem um paiz que tão hospitaleiramente os recebeu”. Em 1884, a *Gazeta Paranaense* defende as despesas realizadas com a colonização em meio a uma polêmica envolvendo imigrantes russos que voltaram para sua terra natal. O autor do artigo argumenta que o povo paranaense é “hospitaleiro por índole” e tem “sempre os braços abertos para os immigrants, qualquer que seja a sua procedência”.

Já no século XX, mais especificamente em 1926 – quando o principal ciclo imigratório no Brasil já se aproximava de seu fim –, o jornal *Folha da Manhã* cita nosso “sentimentalismo” para o tema: “Não é raro passarem, illudindo a vigilância dos portos, indivíduos aleijados ou incapacitados para o trabalho e que aqui vêm exercer a rendosa profissão de mendigo. (...) O sentimentalismo nosso tolera essas e outras coisas. No entanto,

---

<sup>1</sup> PERRIN, Fernanda. Nova onda de imigração atrai para São Paulo latino-americanos e africanos. *Folha de S. Paulo*, 23 jan. 2015. Disponível em <http://bit.ly/19bMJgO>. Acesso em 30 jan. 2015.

não devia ser assim. Há necessidade de uma permanente e rigorosa prophylaxia social”. O título do editorial é pouco sutil: “Fechem-se as fronteiras!”. Já com Getúlio Vargas no poder, uma edição d'*O Globo* de 1931 repercute uma mudança na legislação que criava uma reserva trabalhista para a mão de obra nacional: “Paíz tradicionalmente hospitaleiro, o Brasil há de sempre acolher com entusiasmo todos os filhos de outras terras que desejarem colaborar no seu progresso!”

Pouco tempo depois, quando o governo tentou receber refugiados assírios no país, e em meio a uma forte reação negativa, um dos poucos jornais que inicialmente apoiou o plano foi o *A Nação*, que afirmara que apenas “agricultores fortes e sadios” seriam incluídos. Apenas um mês depois, o mesmo jornal muda sua posição afirmando que o plano seria “uma tentativa de explorar os sentimentos humanitários do povo brasileiro”. Sobre um outro grupo de refugiados, os judeus – neste momento sendo perseguidos e assassinados aos milhões na Europa –, um importante ideólogo do Estado Novo, Azevedo Amaral, publica em seu *Novas Diretrizes* em 1941: “(...) o Brasil, com o sentimentalismo que nos veiu com as tradições liberais e com as influências africanas que desvirilizaram entre nós o espírito cristão, dando-lhe a fisionomia de uma doutrina de fraqueza e de tolerância em relação a todas as formas de atividade maléfica, estendeu insensatamente a sua hospitalidade aos refugiados, que os outros povos se dispunham a repelir à bala, se tanto fosse necessário”. Em 1947, já passada a guerra, o jornal *A Noite* dá destaque à “primeira leva de imigrantes dirigidos” que fazem parte dos 5 mil “já selecionados na Europa” por uma missão brasileira. “Quase todos deixaram a Itália pela dificuldade de vida que há ali atualmente, onde a falta de trabalho é imensa. Alguns, entretanto, vêm simplesmente pelo espírito de aventura, confiantes na nossa hospitalidade”, diz um trecho do texto.

Muitos anos depois, em 1980, uma legislação proposta pelo governo para regulamentar a permanência e entrada de estrangeiros no Brasil é destaque dos principais jornais brasileiros. *O Globo* repercute nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que classifica o projeto como “inaceitável” pelo seu “caráter xenófobo”, ferindo “uma longa tradição de hospitalidade brasileira e o reconhecimento aos direitos que toda a pessoa humana possui de encontrar sua digna sustentação, mesmo fora do seu país”. Poucos dias depois, o próprio *O Globo* afirma em editorial que o país “sempre cultivou a vocação da hospitalidade e da tolerância em relação ao imigrante, sem distinguir sequer entre as diversas etnias envolvidas”. O relator do projeto no Congresso Federal negou ao diário carioca que o

projeto “fira a tradição de hospitalidade brasileira”, argumentando que “estamos querendo arrumar a situação dos estrangeiros que residem no Brasil, muitos inclusive em situação irregular”. Por coincidência, estava em visita ao Brasil o Sumo Pontífice da Igreja Católica, o papa João Paulo II, que não ficou alheio ao debate: para cerca de 60 mil pessoas, segundo *O Globo* “em sua maioria poloneses ou descendentes de poloneses”, o líder religioso disse todos ali presentes representavam “a ecumenicidade, hospitalidade e cordialidade” do Brasil, acrescentando que “aqui pessoas de todas as partes formam juntas só um povo”.

A hospitalidade brasileira seria, afinal, um mito? Um editorial da *Folha de S. Paulo* em 2012 diz que sim, muito embora “é fato que na sociedade brasileira a convivência entre etnias e religiões diferentes mostra-se menos conflituosa do que em outras nações”. Em 2014, o mesmo jornal repete: “Se a hospitalidade do Brasil é exagerada no imaginário nacional, não deixa de ser verdade que a convivência entre as etnias tende a ser menos conflituosa por aqui do que em outras nações”. Um outro colunista do mesmo jornal sustenta que, entre outros serviços, pessoas que facilitam ilegalmente a travessia de imigrantes, os chamados “coiotes”, vendem “hospitalidade brasileira” para os haitianos.

No mesmo ano, 2014, outro editorial da *Folha* sustenta: “Não se trata apenas de questão de generosidade ou de direitos humanos. Dentro de poucas décadas a força de trabalho brasileira começará a encolher. Se estiver preparado para administrar inevitáveis tensões sociais e econômicas, o país poderá aproveitar as ondas migratórias para impulsionar seu próprio desenvolvimento”. Já o concorrente *O Estado de S. Paulo* reclama das condições dos imigrantes em São Paulo da seguinte forma: “Se era para tratar esses seres humanos como animais, seria melhor tê-los impedido de entrar no Brasil – como, aliás, faz todo país cujo governo é prudente o bastante para medir as consequências de um fluxo migratório. (...) Sem esse visto, eles [haitianos] teriam de ser repatriados. Mas o governo federal petista, com o propósito de mostrar seu lado “humanitário”, criou um instrumento para regularizar a situação, estimulando a entrada em massa de novos imigrantes ilegais”.

Estes são apenas alguns trechos de jornais que expõem como os mitos acerca dos imigrantes e da imigração no país foram constituídos. A “hospitalidade brasileira” é, ao longo de dois séculos, um recurso discursivo frequentemente utilizado pelos redatores, jornalistas e demais realizadores da imprensa brasileira, sem que essa informação ofereça qualquer conclusão sobre a nossa “brasilidade” ou, ainda, sobre a relação dos brasileiros com os estrangeiros que chegam ao país, como viajantes momentâneos ou imigrantes cuja intenção é

se estabelecer no território nacional. Afinal, o que significa ser imigrante ou estrangeiro para a imprensa brasileira? Qual foi o papel atribuído a estes indivíduos e grupos, no Brasil, pelos meios de comunicação impressos?

A tradição dos colonizadores portugueses, pode-se dizer, era pouco “hospitaleira”: entre 1550 e 1850 cerca de 4 milhões de africanos foram escravizados no Brasil, ao passo que calcula-se existirem na época da chegada dos portugueses cerca de 4 milhões de indígenas, restando em 1823 menos de um milhão deles.<sup>2</sup> Em 1850, quando as autoridades nacionais proibiram o tráfico transatlântico de escravos, intensifica-se o ingresso de estrangeiros no país: 5 milhões de europeus, levantinos e asiáticos entrariam no território brasileiro entre 1850 e 1950 – uma grande parte recebendo algum tipo de subvenção do Estado, incentivos agrícolas, moradia e serviços sanitários, educacionais e até mesmo religiosos.<sup>3</sup> Muito antes, no entanto – já a partir da abertura dos portos ao comércio com as nações amigas, em 1808<sup>4</sup> –, começam a chegar os primeiros estrangeiros que buscavam isoladamente se estabelecer no então território português.

A contribuição destes novos moradores para a sociedade então em formação, apesar de significativamente menor se comparada a países como Argentina e Estados Unidos, é considerável: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1901 e 2000 a população brasileira saltou de 17,4 milhões para 169,6 milhões de pessoas, com 10% desse crescimento se devendo aos imigrantes. Ao mesmo tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) do país multiplicou-se por cem, e o PIB per capita, por 12.<sup>5</sup>

Durante as quatro primeiras décadas do século XX, o crescimento natural da população brasileira – ou seja, o saldo entre nascimentos e mortes – era de 19 por mil, enquanto a contribuição da imigração no mesmo período pode ser estimada em 2 por mil. Em outras palavras, sustenta o IBGE, 10% do crescimento populacional do período se deve à migração de estrangeiros. Na década de 1930, conforme destacaremos em um dos capítulos deste trabalho, o governo aprovou uma série de medidas restritivas relacionadas à entrada de imigrantes. Mesmo com a diminuição significativa do número de entradas de imigrantes em meados da década de 1930, fruto das restrições impostas por políticas públicas, a imigração

---

<sup>2</sup> CARVALHO, 2010:20.

<sup>3</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:314.

<sup>4</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Disponível em <http://bit.ly/1BTO4on>. Acesso em 20 dez. 2014.

<sup>5</sup> IBGE lança Estatísticas do século XX. IBGE, 29 set. 2003. Disponível em <http://bit.ly/1vUThGZ>. Acesso em 22 ago. 2015.



contribuiu de forma direta (com os próprios imigrantes) e de forma indireta (com seus descendentes) com 19% do aumento populacional brasileiro entre 1840 e 1940, diz o IBGE – menos do que a Argentina (58%), os Estados Unidos (44%) e o Canadá (22%).<sup>6</sup>

Esse enorme fluxo de pessoas gerou um outro fluxo igualmente importante: o de informações. A chegada de D. João VI ao Brasil inaugura uma fase de intensas transformações, incluindo a instalação na capital, por meio de um decreto de 13 de maio de 1808<sup>7</sup>, da primeira tipografia brasileira, *Impressão Régia*, administrada por uma junta a quem competia, entre outras funções, “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes” (aviso de 24 de junho de 1808). Nascia assim, a 10 de setembro de 1808, o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Com quatro páginas, o primeiro jornal da Corte anuncia que está à venda no fim da rua da Quitanda, saindo todos os sábados pela manhã.<sup>8</sup> Muitos outros periódicos, conforme detalharemos no curso deste trabalho, virão em seguida.

Desde 1808 a imprensa acompanha com atenção estes estrangeiros. E aqui nos propomos, desde esse ano até a publicação deste tese, a verificar detalhadamente o que disse a imprensa. Assim, com o objetivo de sistematizar a apresentação desta temática na mídia jornalística impressa presente no país ou em português e sobre o Brasil, este trabalho buscou investigar o desenvolvimento do discurso sobre o imigrante e sobre a imigração em pouco mais de dois séculos da História do país (1808-2015). Para isso, consultamos cerca de 11 mil edições de periódicos entre as mais de sete milhões de páginas digitalizadas de periódicos<sup>9</sup> depositadas em acervos das empresas de comunicação, da Biblioteca Nacional<sup>10</sup> ou de arquivos públicos estaduais<sup>11</sup>. Entre estas 11 mil edições, em que o tema da imigração foi citado direta ou indiretamente, selecionamos aproximadamente 200 matérias jornalísticas que, por fim, compõe este trabalho. A enorme quantidade de informações geradas não coube neste

---

<sup>6</sup> IBGE lança Estatísticas do século XX. IBGE, 29 set. 2003. Disponível em <http://bit.ly/1vUThGZ>. Acesso em 22 ago. 2015.

<sup>7</sup> BRASIL. Decreto de 13 de Maio de 1808. Disponível em <http://bit.ly/1ETSmKg>. Acesso em 20 dez. 2014.

<sup>8</sup> Todas as edições da *Gazeta do Rio de Janeiro* encontram-se digitalizadas e disponíveis no site da Biblioteca Nacional em <http://bit.ly/1JExUA6>. Acesso em 2 jan. 2015.

<sup>9</sup> Cálculo aproximado, para baixo, entre as páginas digitalizadas pela Biblioteca Nacional, pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

<sup>10</sup> A esmagadora maioria dos acervos dos jornais aqui analisados se encontram fisicamente na Biblioteca Nacional ou, ainda, em sua Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.bn.br>, com cinco milhões de páginas digitalizadas.

<sup>11</sup> Principalmente do Arquivo Público do Estado de São Paulo, disponível em [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas) e que durante esta pesquisa contava com uma coleção de mais de 235 mil exemplares de jornais, 30 mil exemplares de revistas e 16 mil exemplares de publicações seriadas (relatórios, boletins, atas).

trabalho. Com o duplo objetivo de aproveitar todo o material, por um lado, e dialogar com um público mais amplo ainda durante a realização do trabalho, por outro, cerca de 50% do conteúdo elaborado durante o projeto foi disponibilizado na Internet, em [midiacidada.org](http://midiacidada.org), e compartilhado com um grupo *online* de pesquisadores.<sup>12</sup>

A escolha pelo formato impresso se deu pelo fato de que este foi o único que circulou durante todo o período da pesquisa, dando ao projeto uma homogeneidade que se tornaria excessivamente complexa caso outros meios fossem incluídos. Os meios são principalmente brasileiros, embora muitas das fontes históricas disponíveis remetam a jornais estrangeiros que circulavam no Brasil ou, ainda, publicações de determinados segmentos da sociedade. Os principais jornais e revistas utilizados são, na ordem em que aparecem no trabalho, os seguintes: *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Correio Braziliense* (século XIX), *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Revista Illustrada*, *O Paiz*, *Correio Paulistano*, *A Província de S. Paulo* (depois *O Estado de S. Paulo*)<sup>13</sup>, *A Nação*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Folha da Manhã* (depois *Folha de S. Paulo*)<sup>14</sup>, *Opinião*, *O Globo* (séculos XX e XXI)<sup>15</sup>, *Correio da Manhã*, *A Noite*, *Novas Diretrizes*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite* (SP), *A Manhã*, *O Cruzeiro* (revista) e *Última Hora*.

Entre os jornais locais incluem-se: *A Voz do Brasil* (PE), *Diário de Minas*, *A Província de Minas* e *Mariannense* (MG), *Dezenove de Dezembro*, *O Paranaense* e *Gazeta Paranaense* (PR), *O Despertador* e *Regeneração* (SC), *La Battaglia*, *Página Um*, *A Plebe* e *Município* (SP), *O Republicano* (MT), *Correio do Povo* (RS), *O Estado do Pará* (PA), os fluminenses *O Lynce* (Conceição de Macabu) e *Gazeta de Petrópolis*, além de três jornais do Espírito Santo: *Jornal da Victoria* (Vitória), *O Povo* (Santa Teresa) e *O Espirito-Santense* (Vitória).

Três jornais são do setor mais importante da economia brasileira no século XIX, a agricultura: *A Imigração*, *O Auxiliador da Industria Nacional* e *Jornal do Agricultor*. Dois são confessionais: *Imprensa Evangélica* e *O Apóstolo*. Outros também importantes para o debate aqui realizado incluem *Almanak Laemmert*, *Aurora Fluminense*, *Mephistópheles*, *A Illustração Luso-Brazileira*, *O Globo* (século XIX), *O Jacobino*, *O Cruzeiro* (jornal), *Revista Moderna*, *Diário Carioca*, *O Imparcial*, *A Offensiva*, *Diretrizes*, *Imprensa Popular*, *O Radical*, *Voz Operária*, *Tribuna da Imprensa*, *Correio Braziliense* (DF), *Monitor Mercantil* e

<sup>12</sup> O grupo, denominado “Brasil País de Imigração”, pode ser acessado em [www.facebook.com/groups/brasilpaisdeimigracao](http://www.facebook.com/groups/brasilpaisdeimigracao)

<sup>13</sup> Disponível através de acesso pago em <http://acervo.estadao.com.br>

<sup>14</sup> Disponível gratuitamente em <http://acervo.folha.com.br>

<sup>15</sup> Disponível através de acesso pago em <http://acervo.oglobo.globo.com>

### *Valor Econômico.*

Apesar de esta pesquisa se constituir principalmente de fontes primárias, conforme mencionado anteriormente, também foram utilizadas fontes secundárias, como publicações sobre a história da imprensa no Brasil<sup>16</sup>; artigos técnicos e jornalísticos dos campos de comunicação, migrações humanas, história, antropologia e sociologia; relatos de viajantes estrangeiros; documentos de instituições públicas e privadas; relatos das memórias de imigrantes; e, por fim, a bibliografia registrada ao final deste trabalho. Além disso, sempre que foi necessário esclarecer algum fato ou contextualizar uma informação dos meios impressos analisados, também foram utilizadas fontes de outros meios – TV, rádio e Internet –, porém sempre com este propósito exclusivo de complementar a análise.

Entre as referências encontram-se diversos registros históricos, utilizados amplamente para servir de contraponto ou mesmo contextualização para os relatos dos periódicos que são objeto desta pesquisa, de modo a ampliar o entendimento sobre as notícias coletadas ou ainda guiar a pesquisa nos acervos. Também se optou por realizar buscas por palavras-chave, o que nos obrigou a realizar uma segunda pesquisa de modo a dar conta das sucessivas revisões ortográficas ao longo da história da língua portuguesa no Brasil. A partir de uma escolha metodológica, buscou-se sempre que possível manter a grafia original dos registros históricos. Os termos que tomamos como ponto de partida foram “imigração”, “imigrantes” e “estrangeiros”, bem como seus demais variantes ortográficos de cada período, com pesquisas posteriores eventualmente surgindo a partir da exploração inicial do tema, como no caso das buscas por determinadas nacionalidades com o objetivo de contextualizar determinado acontecimento ou, ainda, aprofundá-lo.

Em termos jornalísticos, a seleção de notícias levou em conta critérios usualmente utilizados neste campo de conhecimento: a relevância, a periodicidade, o espírito crítico, a relação com o poder em cada período histórico e a frequência com que um determinado tema voltava à pauta.<sup>17</sup>

Observamos que a imprensa brasileira é, ao longo de todo o período, vinculada em sua maioria a estruturas de poder de cada época período e, portanto, em muitas ocasiões um braço de grupos ou segmentos políticos e econômicos. A informação seletivamente publicada pelos meios de comunicação nos ajuda, no entanto, a compreender o discurso de parte da elite

---

<sup>16</sup> As duas mais utilizadas são vinculadas à Biblioteca Nacional: *Revista de História da Biblioteca Nacional* e *Nossa História*, esta última já extinta.

<sup>17</sup> KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

brasileira acerca deste tema tão central para o Brasil que é a imigração. As deformações e a subjetividade presentes neste discurso são, antes de imprecisões, um valioso conjunto de interpretações desta elite sobre conceitos como “nação”, “imigrantes”, “povo” e “brasilidade”, entre outros, nos ajudando a entender como se desenvolveu, ao longo de dois séculos de imigração no Brasil, o pensamento brasileiro acerca do tema. A manipulação, a omissão, a seletividade e a ênfase do jornalismo aqui analisado, antes de elementos negativos, nos apresentam uma insuspeita narrativa dos usos políticos da imprensa brasileira que, por um lado, causa muitas vezes espanto entre as atuais gerações e, por outro, nos alerta para os riscos da estigmatização, da discriminação e da xenofobia.<sup>18</sup> Além disso, é um importante lembrete sobre a nossa condição imigrante que, conforme destacado nas primeiras linhas desta introdução, muitos parecem ter esquecido.

Além desta introdução, os demais capítulos estão divididos da seguinte forma.

No segundo capítulo – *A teoria imigrante* – fazemos uma pequena introdução sociológica do Brasil oitocentista e, em seguida, uma breve apresentação do debate teórico que nos guiou ao longo de todo o trabalho, abordando conceitos como “raça”, “etnia”, “povo”, “identidade nacional” e “cultura”, entre outros. Elaboramos, assim, um roteiro metodológico que nos ajudará a “ler” os jornais e demais periódicos do período analisado – de 1808 a 2015. Ao mesmo tempo, buscamos problematizar neste capítulo, à luz do material coletado e analisado, estes mesmos modelos teóricos.

O terceiro capítulo – *A gênese imigrante* – trata do período de 1808 a 1870, quando o número de entradas era considerado irrisório (não excedia 3 mil pessoas ao ano), possuindo além disso precária documentação estatística. Este período é marcado por experimentações na área de políticas imigratórias e a intensificação, sobretudo a partir de 1850, do debate acerca da necessidade de “braços para a lavoura”.

O quarto capítulo – *O ensaio imigrante* – cobre o período entre os anos de 1870, quando tem início o ciclo de imigração em massa no Brasil, até 1889, quando é “proclamada” a República. Foi a partir da década de 1870 que o “ensaio” imigrante abordado neste capítulo ganha força, surgindo desde então e até o final do regime monárquico muitas das colônias que se tornariam cidades profundamente influenciadas pelos seus primeiros colonos. Ainda mais além da mera ocupação geográfica, os imigrantes passariam a influenciar mais decisivamente a

---

<sup>18</sup> Sobre esta linha metodológica, ver FERREIRA, Marieta de Moraes. Fontes históricas para o estudo da imigração. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. 9f. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/936.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/936.pdf). Acesso em 30 jan. 2015.

sociedade brasileira em termos culturais, sociais, econômicos e políticos. É neste período que se realiza o primeiro censo nacional (1872) e se consolida o projeto de poder republicano.

O quinto capítulo – *A afirmação imigrante* – trata do período que vai da chegada dos republicanos ao poder (1889) até o início da Era Vargas (1930). É finalmente vitoriosa a tese de que o futuro do Brasil depende do braço europeu na lavoura. Procuram-se agricultores brancos que, de uma vez só, trarão a prosperidade econômica e o “melhoramento racial”.

O sexto capítulo – *A hifenização imigrante* – marca a chamada Era Vargas (1930-1945), quando foi relativamente bem-sucedido um projeto autoritário e nacionalista de poder. Tratou-se de um período de grande receio para muitos dos estrangeiros, em grande parte obrigados da noite para o dia a deixar seus “quistos étnicos” e se “assimilar”.

O sétimo capítulo – *O dilema imigrante* – trata de dois períodos distintos. O primeiro vai de 1946 a 1964, com o Brasil vivendo uma frágil e instável democracia, porém com relativa tranquilidade institucional. As perseguições políticas cessaram drasticamente, se comparadas com as dos períodos anteriores (República Velha e Estado Novo) e posterior (ditadura civil-militar). Se as “raças inferiores” deixariam de ser o alvo principal das políticas restritivas do Estado brasileiro, outras alegadas “ameaças” à “segurança nacional” se somariam neste momento aos antigos temores de parte das elites brasileiras. De 1964 a 1980, a doutrina da segurança nacional (DSN) ganha força a partir da ascensão de um regime totalitário no Brasil. O terrorismo de Estado praticado tanto no Brasil quanto em diversos outros países latino-americanos marca não só o período que se segue como a própria História do Brasil – uma herança autoritária ainda presente no cotidiano dos brasileiros e estrangeiros residentes no país.

A partir da aprovação do Estatuto do Estrangeiro (1980), ainda sob forte influência da doutrina da segurança nacional, o oitavo capítulo – *A geração imigrante* – aborda o período de redemocratização do país e o retorno à legalidade (para os brasileiros). A nova lei dos estrangeiros manteve o legado nacional de discriminação e xenofobia: restringia os direitos políticos e a liberdade de expressão dos estrangeiros e permitia que o Estado brasileiro continuasse a adotar políticas discricionárias em relação aos imigrantes. O ideário da “ameaça comunista” que permeou o imaginário das autoridades e da imprensa brasileira em alguns dos períodos anteriores não é tão evidente, embora tenha sido substituído por novas “ameaças” frequentemente usadas como justificativa para restringir a entrada de imigrantes no país ou, pelo menos, para argumentar pelo aumento das restrições.

No período mais recente, o Brasil se torna um país “emigrante”, invertendo o fluxo imigratório que marcou a maior parte de sua História, sobretudo durante a República Velha. As premissas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, ganhariam uma visibilidade cada vez maior, com muitos de seus artigos se efetivando para grande parte da população, mesmo que ainda haja um longo caminho a percorrer.

No último capítulo, faremos uma breve reflexão sobre o nosso principal objeto de estudo – a construção da identidade e do papel dos imigrantes pela imprensa entre 1808 e 2015 – bem como algumas observações sobre as perspectivas e desafios que se colocam diante dos estudos migratórios, bem como dos rumos da imprensa no que diz respeito à cobertura das temáticas da imigração e dos imigrantes em especial.

## 2 A TEORIA IMIGRANTE

Faremos neste capítulo uma pequena introdução sociológica do Brasil oitocentista e, em seguida, uma breve apresentação do debate teórico que nos guiou ao longo de todo o trabalho, abordando conceitos como “raça”, “etnia”, “povo” e “cultura”, entre outros. Elaboramos, assim, um roteiro metodológico que nos ajudará a “ler” os jornais e demais periódicos do período analisado, de 1808 a 2015. Ao mesmo tempo, buscaremos problematizar, à luz do material coletado e analisado, estes modelos teóricos.

### 2.1 Civiliza-se o Brasil

Antes da chegada da família real portuguesa, em 1808, o Brasil era uma sociedade rural, escravocrata e sem instituições estatais essenciais – como bancos, universidades, parlamento etc., há muito existentes nos países colonizadores e em alguns outros países colonizados –, formada por uma elite político-clerical claramente apartada da maior parte da população.

“A democracia no Brasil”, escreveu Sérgio Buarque de Holanda, “sempre foi um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde for possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos”.<sup>19</sup> A tentativa de implantação da cultura europeia em nosso extenso território, acrescenta Holanda, “dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar” é nas origens da sociedade brasileira, “o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes hostil”.<sup>20</sup>

Após a chegada de D. João VI, o crescente cosmopolitismo de alguns centros urbanos “não constituiu perigo iminente para a supremacia dos senhores agrários, supremacia apoiada

---

<sup>19</sup> HOLANDA, 1995:160.

<sup>20</sup> HOLANDA, 1995:31.

*na tradição e na opinião*, mas abriu certamente novos horizontes e sugeriu ambições novas que tenderiam, com o tempo, a perturbar os antigos deleites e lazeres da vida rural”, diz Holanda (grifos nossos).<sup>21</sup>

Os grupos rurais dominantes, ademais, supervalorizavam a noção de “talento”, atividades intelectuais alegadamente inatas completamente desvinculadas do trabalho imaterial – daí a satisfação com o “saber aparente”, cujo fim está em si mesmo e, por isso, deixa de aplicar-se a um alvo concreto, sendo procurado sobretudo como fator de prestígio para quem sabe. “Já que a natureza dos objetivos é secundária, os indivíduos mudam de atividade com uma frequência que desvenda essa busca de satisfação meramente pessoal. Daí valorizarem-se as profissões liberais que, além de permitirem as manifestações de independência individual, prestam-se ao saber de fachada.”<sup>22</sup> Holanda contrasta o Brasil com o Peru, por exemplo, citando a relativa prosperidade dos grêmios de oficiais mecânicos já existentes no primeiro século de conquista de Lima, “com alcaides jurados e vedores, taxa de jornais, exames de competência, inscrição, descanso dominical obrigatório e fundações pias de assistência mútua nas diversas confrarias de mesteirais”. Oficiais mecânicos, por exemplo, estabeleceram já a partir do século XVI dotes e pensões de velhice para as famílias dos agremiados. “Esses grêmios (...) foram durante longos, para o vice-reinado, uma garantia de prosperidade, riqueza e estabilidade, não obstante as vicissitudes do trabalho mineiro e a decadência do império colonial espanhol.”<sup>23</sup>

No Brasil, por sua vez, a organização dos ofícios a partir do modelo europeu teve seus efeitos perturbados pelas condições dominantes, sugere o autor: “preponderância absorvente do trabalho escravo, indústria caseira, capaz de garantir relativa independência aos ricos, travando, por outro lado, o comércio, e, finalmente, escassez de artífices livres na maior parte das vilas e cidades”.<sup>24</sup> Segundo Holanda, toda a estrutura da sociedade brasileira colonial teve sua base fora dos meios urbanos, instalando-se portanto uma civilização de raízes rurais. “Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição”, acrescenta o autor, afirmando que 1888 representa o “marco divisório entre duas épocas”, assumindo “significado singular e incomparável”.

O fim do tráfico negreiro, em 1850, inaugura esse momento de intensas reformas

---

<sup>21</sup> HOLANDA, 1995:161.

<sup>22</sup> CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, 1995:17.

<sup>23</sup> HOLANDA, 1995:57.

<sup>24</sup> HOLANDA, 1995:57-58.



liberais e foi, talvez, ainda mais importante. Fundam-se nesta década o segundo e renovado Banco do Brasil e, depois, o Banco Comercial e Agrícola e o Banco Rural e Hipotecário; inaugura-se a primeira linha telegráfica no Rio de Janeiro; abre-se a primeira linha de estradas de ferro do país. “Pode-se mesmo dizer”, sustenta Holanda, “que o caminho aberto por semelhantes transformações só poderia levar logicamente a uma liquidação mais ou menos rápida de nossa velha herança rural e colonial, ou seja, da riqueza que se funda no emprego do braço escravo e na exploração extensiva e perdulária das terras de lavoura”. Holanda conclui que:

Não é por simples coincidência cronológica que um período de excepcional vitalidade nos negócios e que se desenvolve sob a direção e em proveito de especuladores geralmente sem raízes rurais tenha ocorrido nos anos que se seguem imediatamente ao primeiro passo dado para a abolição da escravidão, ou seja, a supressão do tráfico negreiro. Primeiro passo e, sem dúvida, o mais decisivo e verdadeiramente heroico, tendo-se em conta a trama complexa de interesses mercantis poderosos, e não só de interesses como de paixões nacionais e prejuízos fundamente arraigados, que a Lei Eusébio de Queirós iria golpear de face.<sup>25</sup>

Além disso, ainda dentro do contexto da substituição da mão de obra escrava, é sancionada no dia 18 de setembro de 1850 a lei de número 601, conhecida como Lei de Terras, que dispunha sobre as “terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica”. A lei determina que, medidas e demarcadas as terras devolutas, “sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”.<sup>26</sup>

O projeto cria, entre outras coisas, um imposto sobre a terra, com o qual o governo cobriria os custos da importação de mão de obra estrangeira. Apesar de autorizar o governo a vender lotes de terras devolutas aos colonos, destaca Gadelha, estes só poderiam se beneficiar desta concessão após haverem trabalhado durante um mínimo de três anos nas terras de fazendeiros. Além disso, dificultava o acesso às terras aos ex-escravos e aos trabalhadores nativos – em outras palavras, a todos os pequenos agricultores, estimulando dessa forma a

---

<sup>25</sup> HOLANDA, 1995:73-75.

<sup>26</sup> BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em <http://bit.ly/1ATe806>. Acesso em 10 jan. 2015.

expansão dos latifúndios no Brasil.<sup>27</sup>

A campanha republicana, que percorreu um longo caminho até 1889, acreditou que introduziria um regime moderno, *civilizado*, um sistema que estaria mais de acordo com suas aspirações *nacionais*. Na realidade, observa Holanda, “foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque *'se envergonhava'* de si mesmo, de sua realidade *biológica*” (grifo do autor). Aqueles que lutaram por uma vida nova, conclui o autor, “representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a ideia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*” (grifo do autor).<sup>28</sup>

## 2.2 Minoria étnica, uma metáfora da “traição” ao projeto nacional clássico

Esta mistura de um certo nacionalismo patriarcal e uma ideologia racial pautou a imprensa durante praticamente todo o período estudado, muito embora a segunda metade do século XX mereça algumas considerações especiais, sobretudo pela forma como o racismo e a xenofobia se transformaram ao longo das décadas. Neste período, o ideário dos direitos humanos começava a discretamente surgir no país, principalmente após a popularização dos horrores da Segunda Guerra Mundial, da abertura democrática após um longo período ditatorial e da aprovação, por todos os Estados-membros da ONU, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (em dezembro de 1948). Esses ideários foram desenvolvidos em sociedades liberais, em geral democráticas e que operavam a partir do pressuposto de que o moderno Estado-nação seria o único proprietário das decisões de grande escala, como travar guerras e tomar medidas duradouras para a paz. No âmbito das Nações Unidas foi criado em 1945, restringindo ainda mais a ação fora do Estado, um órgão que pautaria todas as questões de paz e segurança no mundo, com cinco nações tendo o direito ao veto sobre qualquer das resoluções apresentadas e assento permanente no órgão.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História*, Brasil, n. 120, p. 153-162, jul. 1989. ISSN 2316-9141. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599>. Acesso em 08 fev. 2015.

<sup>28</sup> HOLANDA, 1995:166.

<sup>29</sup> O Conselho de Segurança da ONU realizou sua primeira reunião em janeiro de 1946 e possui dez membros além dos cinco permanentes que, não por acaso, estão entre as seis nações com o maior poderio bélico do planeta: Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França, estes dois últimos atrás apenas da Índia em

O reforço estratégico do ideário nacionalista, a partir da reafirmação da soberania nacional após os trágicos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, não solucionaram questões centrais relacionadas às chamadas *minorias* dentro dos Estados nacionais, como poderia se prever. Não só novos episódios de genocídios voltaram a ocorrer com alguma frequência, a exemplo do que aconteceu com os judeus e outros grupos na Alemanha nazista, como regimes de apartheid voltaram a ocorrer, como na África do Sul e, de modo bastante paradoxal, em Israel, povo que sofreu diretamente com o ideário do *apartheid*, imposto agora aos palestinos.<sup>30</sup>

Appadurai observa os debates contemporâneos sobre a crise do Estado-nação, sobre o futuro da soberania e sobre a viabilidade dos Estados que não fazem parte de coalizões regionais fortes frequentemente assumem a “forma de novos pânicos em relação a mercadorias estrangeiras ou investimentos do estrangeiro”. O autor observa que muitos Estados se veem “presos entre a necessidade de representar o drama de soberania nacional e, simultaneamente, dar demonstrações de estarem abertos”, sob a “benção do capital ocidental e dos acordos multilaterais”. E conclui: “A completa perda virtual até mesmo da ficção de uma economia nacional, que tinha alguma prova de sua existência ao tempo dos estados socialistas fortes e do planejamento central, agora deixa o campo cultural como o campo principal em que fantasias de pureza, autenticidade, fronteiras e segurança podem ser representadas”.<sup>31</sup>

A imprensa de grande circulação – que se apresenta quase sempre como *nacional*, expondo seu lugar de pertença *a priori* – tem cumprido um papel central, durante quase todo o período abordado neste trabalho, na *repetição* dessas fantasias etnocêntricas, principalmente nos períodos de maior restrição da liberdade de expressão (que, no Brasil, não foram poucos). Uma frágil reação por parte dos imigrantes se daria sobretudo a partir da chamada *imprensa imigrante* – que sempre teve um papel importante entre as próprias comunidades, porém limitado na comunicação para um público mais amplo –, e a comunicação pela Internet, a

---

termos de força militar. Sobre o Conselho de Segurança, consultar <http://www.un.org/en/sc/about/>. Sobre o poderio bélico dos países, ver BENDER. The 11 Most Powerful Militaries In The World. Business Insider, 23 abr. 2014. Disponível em <http://read.bi/1ATefJ9>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>30</sup> É ainda mais paradoxal este caso diante da acusação, feita em um tribunal israelense, de que Israel teria vendido armas a Ruanda em meio ao genocídio de 1994, bem como à Sérvia durante o massacre na Bósnia. Além disso, o governo de Israel foi acusado por outras nações, na própria ONU, de colaborar até os últimos momentos de vida do regime do apartheid na África do Sul. Sobre o primeiro tópico ver reportagem do jornal israelense Haaretz em MISGAV, Uri. The Israeli guns that took part in the Rwanda genocide. Haaretz, 3 jan. 2015. Disponível em <http://bit.ly/1ATetzV>. Acesso em 10 jan. 2015; sobre o segundo, ver breve resumo deste histórico em BARRETO, Gustavo. O lado pouco lembrado do apartheid. Disponível em <http://bit.ly/1xojaAJ>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>31</sup> APPADURAI, 2009:27-28.

partir principalmente do final do século XX, com as comunidades diaspóricas compartilhando informações em tempo real “por cima dos limites nacionais” e representando “vários tipos de solidariedade, alguns culturais, outros profissionais, outros ainda situacionais ou oportunistas”.<sup>32</sup>

Apesar de tanto a imprensa imigrante quanto a comunicação pela Internet não serem objetos de análise deste trabalho, destaca-se, sobre a segunda, que as formas violentas de extremismo relacionadas tanto ao nacionalismo xenófobo quanto ao fundamentalismo étnico e/ou confessional também encontram na rede mundial virtual um espaço receptivo. Mais recentemente, a imprensa aqui analisada repercute suas matérias impressas neste meio, com uma intensa reação xenófoba ou solidária, a depender sobretudo da forma como a informação foi disponibilizada ou, ainda, dos contextos social e político contemporâneos.

Conforme observa Appadurai, as minorias não surgem pré-fabricadas – ao contrário, são produzidas nas circunstâncias de cada nação e de cada nacionalismo e frequentemente carregam “lembranças indesejáveis dos atos de violência que produziram os Estados existentes, da convocação militar forçada ou da expulsão violenta à medida em que novos Estados se formavam”. O autor sintetiza: “São, portanto, os bodes expiatórios no sentido clássico”.<sup>33</sup> É dessa forma que:

Dado o compromisso sistêmico da soberania econômica nacional que está inserido na lógica da globalização, e dada a tensão crescente que isso exerce sobre os Estados para que se comportem como fiéis depositários dos interesses de um 'povo' confinado e definido territorialmente, as minorias são a esfera principal para onde deslocar as angústias de muitos Estados sobre sua própria minoria ou marginalidade (real ou imaginária) num mundo de poucos megaestados, de fluxos econômicos desgovernados e soberanias comprometidas.<sup>34</sup>

As minorias, resume Appadurai, são “metáforas e lembranças da traição ao projeto nacional clássico”, traição esta que “subscreve o impulso global de expulsar ou eliminar as minorias”. Esse é um dos motivos que leva forças militares do Estado (ou paramilitares nacionalistas) a frequentemente se envolver no etnocídio intraestado. O enredo, diz o autor, é global em sua força, “produto do medo justificado de que o jogo mundial real escapou da rede de soberania nacional e diplomacia entre nações”.

As minorias tornam “nebulosas” as fronteiras entre *nós* e *eles*. O projeto nacional

---

<sup>32</sup> *Ib.*, 28-29.

<sup>33</sup> *Ib.*, p.39.

<sup>34</sup> *Ib.*, p.40.

possui uma relação ambígua com a globalização que, por sua vez, não tem rosto e que, portanto, não pode ser objeto do ódio e muito menos do etnocídio. “As minorias, contudo, podem.” Appadurai conclui que “em vez de dizer que as minorias produzem violência, seria melhor dizer que a violência, especialmente no âmbito da nação, requer minorias”.<sup>35</sup> E acrescenta que “todo majoritarianismo leva dentro de si as sementes do genocídio, uma vez que está invariavelmente ligado a ideias sobre a singularidade e a completude do *ethnos* nacional”.<sup>36</sup>

Dessa forma, essa violência – por exemplo, a xenofobia – não se refere necessariamente a antigos ódios e medos primitivos, se configurando como um “esforço para exorcizar o novo, o emergente e o incerto”. Em outras palavras, a *globalização*.<sup>37</sup> Essa incerteza é inscrita, por sua vez, em processos mais amplos de mudança demográfica, temor econômico e deslocamentos em massa de populações, exacerbados pela mídia e pelas máquinas de propaganda estatais ou semiestatais. Esse processo se acelera no Brasil principalmente a partir da década de 1930, apesar de já ser observado ainda no século XIX, conforme veremos no curso deste trabalho.

Wallerstein também destaca a interdependência entre os conceitos de *maioria* e *minorias*, observando no entanto que a noção de “minorias” não é necessariamente um conceito baseado na aritmética, mas uma referência ao grau de poder social: “As maiorias numéricas podem ser minorias sociais”.<sup>38</sup>

### 2.3 Raça, etnia e nação: refúgios provisórios do povo

As questões voltadas para a utilidade econômica dos imigrados ou, ainda, seus “custos” sociais foram constantemente pautadas pela discussão sobre uma identidade nacional brasileira. Da ameaça da *vadiagem* ao seu enorme custo financeiro, na forma de subsídios estatais, passando pelo estigma de *portar* um projeto coletivo que ameaçava a brasilidade desejada, os imigrantes experimentaram no Brasil um tipo de etnicidade própria, complexa, objeto deste estudo que pretende expor, por meio da imprensa, as negociações identitárias

---

<sup>35</sup> *Ib.*, p.41.

<sup>36</sup> *Ib.*, p.50.

<sup>37</sup> *Ib.*, p.42-43.

<sup>38</sup> WALLERSTEIN, 1991:129-130.

realizadas no Brasil ao longo dos dois séculos aqui pesquisados.

A utilização do termo “étnico” pede uma reflexão mais profunda, sem a qual poderá haver certa confusão. “Étnico” designa frequentemente “outros” povos, contrastivamente (e muitas vezes negativamente), e tem suas raízes etimológicas no termo etnicidade (*ethnikos*). No mundo grego, o termo *ethnos* fazia referência aos povos bárbaros ou aos povos gregos não organizados segundo o modelo da Cidade-Estado. Já o termo latino *ethnicus* designava, na tradição eclesiástica do século XIV, os pagãos em oposição aos cristãos. O termo, portanto, designa em síntese todos aqueles que são “diferentes de nós mesmos” e, na medida em que somos todos diferentes das outras pessoas, “somos todos étnicos”.<sup>39</sup>

Apenas na segunda metade do século XX o debate sobre a etnicidade ganha força, em meio a demandas dos diversos agrupamentos sociais que, por todo o mundo, experimentavam na prática a insuficiência dos estigmas de pertencimento, por um lado, e o totalitarismo identitário nacionalista, por outro. O chamado “modelo americano” contribui de forma decisiva para introduzir no debate a noção do “comunitarismo étnico”, indo na contramão da tradição nacional francesa, que fundamentava sua democracia na ligação direta, não mediatizada por grupos, entre o cidadão e o Estado.<sup>40</sup> A novidade postulada por uma crescente gama de sociólogos e antropólogos faz referência à emergência da pertença étnica como categoria pertinente para a ação social e a crescente tendência de fazer derivar dela lealdades e direitos coletivos.

Se num momento anterior argumentava-se que os vínculos étnicos eram fontes potenciais de lealdade, concorrendo com a nação, “impõe-se cada vez com mais clareza a ideia de que o grupo étnico (a unidade que engloba os indivíduos definidos através de uma herança cultural comum) chegou a concorrer com a classe (a unidade que engloba os indivíduos definidos por sua posição comum dentro do circuito da produção) como categoria fundamental da diferenciação social”. A comunidade étnica é, nessa perspectiva, uma forma alternativa de organização social de classe, e a etnicidade uma forma de identificação alternativa da consciência de classe.<sup>41</sup>

A sociedade brasileira do século XIX, em sua particularidade de ser ao mesmo tempo independente e viver à sombra da nobreza de origem portuguesa e europeia, foi apontada por distintos autores da época como um “laboratório racial”, na medida em que se negociava a

---

<sup>39</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:23.

<sup>40</sup> *Ib.*, p.17.

<sup>41</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:26.

identidade nacional a partir de desejos de embranquecimento. Nesta negociação mesclavam-se questões apresentadas pela integração nacional de uma sociedade pós-colonial e reivindicações étnicas e/ou nacionalistas de distintas sociedades, principalmente dos diferentes agrupamentos europeus, africanos e indígenas.

O sistema internacional de comunicação do mundo moderno acentua a universalização dos sentimentos nacionais e étnicos, a partir, principalmente, do desenvolvimento dos meios e tecnologias de comunicação e a exploração da influência desses meios e tecnologias sobre as crescentes práticas culturais e sociais midiáticas. “As novas geografias midiáticas, o crescimento dos espaços virtuais, as redes sociais midiáticas e os processos de autocomunicação em massa são parte do contexto em que a formação identitária – diaspórica ou não – se desenvolve”, sugere Thomas Tufte.<sup>42</sup>

Em vez de promover a uniformização e a assimilação, como sustentavam boa parte dos teóricos brasileiros da área de imigração durante pelo menos 150 anos, a aproximação dos distintos grupos étnicos promoveu uma intensa negociação identitária, gerando resultados sensivelmente distintos. De um modo geral, em vez de promover um cenário de assimilação ou uniformização, o aumento dos contatos intergrupais teve como consequência, em distintas sociedades, o aumento da percepção acerca da ameaça a tradições culturais locais, favorecendo uma ideologia de resistência à uniformização ou à dominação cultural e linguística.<sup>43</sup> Ao mesmo tempo, os grupos de imigrantes recém-chegados ao Brasil oitocentista mantinham, em grande parte, seus costumes intactos, a exemplo dos grupos de trabalhadores africanos escravizados pelo regime português e, depois, brasileiro. Essa dinâmica não só contribuiu para a preservação destas identidades – que por vezes se mantiveram tão “intactas” que passaram a existir apenas no Brasil –, como promoveu uma transformação identitária tanto dos brasileiros quanto dos imigrantes, “local” da cultura que Bhabha denominou *entre-tempo* (1998) e que Lesser classificou de *hifenização* (2001).

Esta fórmula não pretende colocar, conforme sugeriu R. Cohen<sup>44</sup>, “em uma nova garrafa o antigo vinho da cultura”, mas antes repensar o conceito em termos menos essencialistas, substituindo as visões tradicionais de homogeneidade cultural por uma perspectiva construtivista e dinâmica. Questiona-se, aqui, por exemplo, a ideia do *pluralismo étnico*, conceito que serviu para que o colonizador recortasse e identificasse ficticiamente

<sup>42</sup> COGO; ELHAJJI; HUERTAS (eds.), 2012:13.

<sup>43</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:28.

<sup>44</sup> COHEN, 1978 apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:29.

sociedades locais que, no período pré-colonial, eram muito mais dinâmicas e se transformavam com frequência a partir de fatores como as migrações, o comércio ou as conquistas de territórios ou povos. Poutignat e Streiff-Fenart observam que “a retomada da dicotomia sociedades industriais/sociedades primitivas é sustentada pela conscientização dos pressupostos ideológicos da etnologia clássica e das divisões que ela estabeleceu entre civilizados e não civilizados”.<sup>45</sup>

Uma das dicotomias formuladas no Brasil durante o século XIX, com profundas raízes até a contemporaneidade, foi a dicotomia branco (europeu)/negro (africano)<sup>46</sup>, que tinha uma dupla função. Ao mesmo tempo em que excluía do arcabouço cultural a figura do indígena, projetava uma sociedade europeizada que, ao suprimir a escravidão de suas práticas cotidianas e jurídicas, excluiria também (idealmente) o próprio negro. Mas não só: o ideal do branco europeu “autêntico” – *industrioso, morigerado* etc. – se opõe ao que se começou a chamar de “escória” da Europa, como por exemplo os portugueses de Açores e os espanhóis das Ilhas Canárias. Alguns editais públicos de incentivo à imigração europeia, analisados neste trabalho, chegaram a especificar que só seriam subsidiados europeus do norte e do centro do continente. Os do “sul” estavam excluídos. A noção de *etnia* é, assim, perpassada por relações profundamente ambíguas e intimamente vinculadas às noções de *povo, raça e/ou nação*.

Dessa análise surge outra questão central ao nosso objeto: o que é nação? E, mais especificamente, o que era nação no Brasil oitocentista? Como ajustar, se questiona Hobsbawm, entidades historicamente novas, emergentes, mutáveis e, ainda hoje, longe de serem universais em um quadro de referência dotado de permanência e universalidade? Além disso, acrescenta o historiador, “os critérios usados para esse objetivo – língua, etnicidade ou qualquer outro – são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para os fins de orientação do viajante quanto o são as formas das nuvens se comparadas com a sinalização da terra”. Essa dinâmica torna estes conceitos “excepcionalmente convenientes para propósitos propagandísticos e programáticos e não para fins descritivos”.<sup>47</sup>

Hobsbawm observa que a maior parte da literatura sobre o tema das *nações* e dos *nacionalismos* centrou-se na questão “o que é uma (ou a) nação?”. Ele conclui que a “principal característica desse modo de classificar grupos de seres humanos é que – apesar da alegação, daqueles que pertencem a uma nação, de que ela é em alguns sentidos fundamental

---

<sup>45</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:31.

<sup>46</sup> LESSER, 2001.

<sup>47</sup> HOBBSAWM, 1990:15.



e básica para a existência social de seus membros e mesmo para a sua identificação individual – nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo”.<sup>48</sup> Mesmo que, política ou administrativamente, a escolha por uma ou mais nacionalidades seja uma condição para que o Estado forneça um documento válido para o acesso a serviços, a limitação da identidade a um plebiscito único e definitivo acerca desta “nação” ou “nacionalidade” suprime uma quantidade tão grande de *marcadores* culturais, sociais, políticos e econômicos que chega a ser impensável a possibilidade de exprimi-los de um modo razoavelmente organizado. Este historiador acrescenta que, na verdade, também não é possível reduzir nem mesmo a “nacionalidade” a uma dimensão única, “seja política, cultural ou qualquer outra (a menos, é certo, que se seja obrigado a isso pela *force majeure* dos Estados”.<sup>49</sup>

Já Poutignat e Streiff-Fenart concluem, sobre o mesmo tema, que as tentativas de definições subjetivas pelo critério de consciência de pertença são “tautológicas e *a posteriori*”, dependentes dos “discursos de afirmação nacional”.<sup>50</sup> Para Hobsbawm, as nações são “fenômenos duais”, construídos essencialmente “pelo alto”, mas que não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, “em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas”.<sup>51</sup>

Antes de 1884, sustenta Hobsbawm, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”, mostrando como até meados do século XX o conceito ainda não estava claro. Bhabha também mostra como o próprio conceito de “território” é etimologicamente instável, derivando tanto de *terra* como de *terrere* (amedrontar), relacionado ainda a *territorium*: “um lugar do qual as pessoas são expulsas pelo medo”<sup>52</sup>; já a palavra *pátria*, ou em seu uso mais popular *tierra*, “a pátria”, significava no dicionário espanhol de 1726 “o lugar, o município ou a terra onde se nascia”, ou ainda “qualquer região, província ou distrito de qualquer domínio senhorial ou Estado”. Hobsbawm lembra que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de *nação* é “historicamente muito recente”<sup>53</sup> e parte da ideologia liberal: “Na

---

<sup>48</sup> *Ib.*, p.14.

<sup>49</sup> *Ib.*, p.17.

<sup>50</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:35.

<sup>51</sup> HOBBSAWM, 1990:20.

<sup>52</sup> BHABHA, 1998:147.

<sup>53</sup> HOBBSAWM, 1990:28-30.

medida em que a própria nação era historicamente nova, opunha-se aos conservadores e tradicionalistas e, portanto, atraía seus oponentes”.<sup>54</sup>

A *nação*, sugere Walker Connor<sup>55</sup>, é o grupo mais amplo ao qual as pessoas creem estar ligadas por uma filiação ancestral, uma crença subjetiva em um parentesco fictício. A etnicidade, por sua vez, refere-se aos povos que são nações potenciais, “situadas em um estágio preliminar da formação da consciência nacional”. Neste estágio, diz Connor, a solidariedade étnica – deste grupo mais amplo – manifesta-se no “confronto com elementos estrangeiros e origina-se na xenofobia, sem por isso constituir-se uma pertença consciente de si própria e dotada de uma significação positiva”. Connor conclui que o “engano comum a muitas pesquisas sobre a nação e o nacionalismo seria (...) acreditar que a nação seja uma *realidade tangível* e de, assim, tê-la associada ao Estado”.

Poutignat e Streiff-Fenart se questionam, da mesma forma, qual é a força que inspira nos indivíduos esse desejo de viver em conjunto e essa vontade de permanecer unidos no quadro nacional? Não é, argumenta, pelo interesse individual em aderir, mas ao contrário um sentimento (o amor à *pátria*) no qual se incluem em grande parte o “sacrifício, o luto e o sofrimento compartilhado no passado”, e “cuja memória se transmite pelo culto aos ancestrais, pela lembrança dos grandes *homens* e suas ações heroicas”.<sup>56</sup>

Wallerstein argumenta que pouco importa definir a ideia de passado em termos gerais de “grupos geneticamente constituídos” (*raças*), “grupos sociopolíticos históricos” (*nações*) ou “grupos culturais” (*étnicos*). Para este autor, todos são “modos de construir a noção de povo, invenções da ideia de passado, fenômenos políticos contemporâneos”.<sup>57</sup> Para Wallerstein, *nação*, *raça*, *etnia* e mesmo a *classe* seguem sendo “refúgios para os oprimidos” na *economia-mundo* capitalista, o que dá a eles sua “popularidade como conceitos”, explicando igualmente porque as classes trabalhadores dão “saltos” tão rápidos entre esses “particularismos” à primeira vista incompatíveis. “Quando um refúgio parece ineficaz de momento”, conclui o autor, “é preciso buscar outro com rapidez.”<sup>58</sup>

Os “ancestrais” da sociedade brasileira não estavam, destaca-se, vinculados aos cidadãos da “nação” por algum tipo de filiação biológica. O mesmo foi observado na maior parte das sociedades até hoje estudadas pelos antropólogos, sociólogos e outros estudiosos.

---

<sup>54</sup> HOBBSAWM, 1990:51-52.

<sup>55</sup> 1978, 1993 apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:45.

<sup>56</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:35.

<sup>57</sup> WALLERSTEIN, 1991:123-124.

<sup>58</sup> WALLERSTEIN, 1991:356-357.

Poutignat e Streiff-Fenart acrescentam, em diálogo com o objeto de nossa pesquisa, que a “relação que se estabelece entre os vivos e os mortos, entre o passado e o presente, é de ordem espiritual”, e portanto não proíbe de modo algum, mas ao contrário funda a possibilidade de que estrangeiros “naturalizados” tornem *seu* o passado “heroico”, os *grandes homens* e a glória da nação à qual optaram por aderir – como parece ser o caso de alguns grupos de colonos no Brasil aqui pesquisados, incluindo as comunidades alemãs que reverenciavam a figura do príncipe regente de Portugal.<sup>59</sup> “Não existem grupos racialmente puros, mas populações que esqueceram o fato de serem originárias de uma fusão, e (...) tal esquecimento é essencial para fundar o sentimento de pertença comum.”<sup>60</sup>

No Brasil, observa-se um interesse de parte da imprensa em construir a nação política não a partir do grupo racial ou étnico, mas contra ele. Os colonos aqui chegados deveriam contribuir com sua *cultura*, mas isso se daria sobretudo na forma de abdicação de sua etnicidade em prol da construção de uma brasilidade que assimilaria todos os conteúdos mais vantajosos de cada povo, se tornando portanto o povo brasileiro uma raça *superior*, fruto de um cuidadoso experimento levado a cabo pelos especialistas (os “químicos sociais”) em *melhoramentos raciais*.

A distinção entre os termos *raça* e *etnia* no caso da tradição acadêmica anglo-saxônica, sugerem Poutignat e Streiff-Fenart, indica “apenas que os sociólogos aceitam de modo acrítico a terminologia corrente, segundo a qual o termo *racial* possui conotações emotivas mais poderosas do que o termo *étnico*”, enquanto nas ciências sociais francesas o êxito do termo *etnia* “liga-se precisamente ao fato de permitir que se evite o mal-estar pela conotação biológica da palavra raça, o que absolutamente não impede de acarretar implicitamente as mesmas significações”.<sup>61</sup> Os autores observam, por exemplo, que na França o termo *etnia* chegou a possuir “má fama” precisamente por não poder mais ser pensado de outro modo a não ser como substituto da palavra *raça*.

Em *Economia e sociedade*, Weber aborda os conceitos de *raça*, *etnia* e *nação*<sup>62</sup>, argumentando que o que distingue a pertença racial da pertença étnica é que a primeira seria “realmente” fundada na comunidade de origem, ao passo que o que funda o grupo étnico é a

<sup>59</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:330-331.

<sup>60</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:36.

<sup>61</sup> *Ib.*, p.43.

<sup>62</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Disponível em <http://bit.ly/1xREhJ7>. Acesso em 12 dez. 2014. Ver especialmente páginas 172 a 186.

crença subjetiva na comunidade de origem. A nação, assim como o grupo étnico, é baseada na crença da vida em comum, mas se distingue deste último pela paixão (*pathos*) ligada à reivindicação de um poderio político. Para o autor, os grupos étnicos são “esses grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente”.<sup>63</sup>

Poutignat e Streiff-Fenart observam que a *raça* só se torna importante sociologicamente quando entra na explicação do comportamento significativo das pessoas umas em relação às outras, ou seja, quando ela é sentida subjetivamente como uma característica comum e constitui por isso uma fonte de atividade comunitária. Weber, ao participar de um debate sobre o tema no início do século XX, reagira às “tentativas dos sociodarwinistas de reduzir os fatos sociológicos a qualidades inatas ou hereditárias”, demonstrando como o “mítico *cheiro de negro*”, que alimentava os sentimentos de repulsa dos brancos dos Estados Unidos em relação a este grupo, era na verdade “uma invenção dos Estados do norte, destinada a explicar seu recente 'distanciamento' dos negros”.<sup>64</sup>

Esta é a dinâmica na qual se insere a imprensa e seu debate sobre qual o imigrante ideal o Brasil deveria estimular, apresentando os europeus do norte e do centro como *industriosos* e *laboriosos* e os asiáticos, os árabes, os judeus e outros grupos como nocivos ao país. Os imigrantes indesejados por parte da elite brasileira se uniram, muitas vezes, a outros grupos indesejados que já sofriam o estigma e a vinculação preconceituosa de uma cultura fictícia e uma identidade étnica, como foi o caso dos negros, dos distintos povos indígenas e, em muitos momentos, dos próprios brasileiros não europeus (ou não  *europeizados*). Conforme destaca Weber e outros autores, o grupo étnico é uma construção social cuja existência é sempre problemática.

Outro argumento de Weber que interessa para nosso objeto é o de que a identidade étnica – ou seja, a crença na vida comum étnica – constrói-se a partir da diferença: “A atração entre aqueles que se sentem como de uma mesma espécie é indissociável da repulsa diante daqueles que são percebidos como estrangeiros. Essa ideia implica que não é o isolamento que cria a consciência de pertença, mas, ao contrário, a comunicação das diferenças das quais

---

<sup>63</sup> WEBER, [1921] 1971, p.416 apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:37.

<sup>64</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:38.

os indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas”.<sup>65</sup>

Com o substancial aumento, a partir da segunda metade do século XX, desta *comunicação das diferenças* em todo o mundo – principalmente a partir do advento da televisão e, já ao final do século, da Internet –, é de se supor, como verificamos neste trabalho, que a consciência de pertença seria intensificada, e não homogeneizada (como muitos autores já sugeriram). A maior disseminação de mensagens dos distintos grupos étnicos, mais recentemente, promoveu um intercâmbio massivo de distintos conteúdos culturais – com o conseqüente aumento, ao nosso ver, da xenofobia, da intolerância religiosa e do racismo no Brasil. Estas práticas aqui observadas permitem identificar uma trajetória comum nestes dois séculos de construção da sociedade *brasileira*, a partir das seguidas tentativas públicas de menosprezar as diferentes etnias, assimilar os diversos grupos e até mesmo suprimir identidades. O conceito de *minoria étnica*, no Brasil, foi frequentemente tratado como um *problema*, a ser *resolvido* no futuro, na esperança de que este futuro nunca chegue.

#### 2.4 A identidade hifenizada

Lesser, por sua vez, examina como os imigrantes não europeus e seus descendentes negociaram, em nossa sociedade, sua identidade como brasileiros. Seu pressuposto, tornado público no final dos anos 1990 e publicado no Brasil no início dos 2000, é o de que a etnicidade vem se tornando um tema popular pelo fato de ter sido de importância crítica para a negociação da identidade nacional brasileira desde, principalmente, a segunda metade do século XIX. Essa “barganha” deu-se, diz o autor, em todos os níveis da sociedade, mas o foco do trabalho de Lesser é descobrir como e por que os imigrantes e seus descendentes “entraram em discussão pública com as lideranças políticas e intelectuais do Brasil”.<sup>66</sup>

Os recém-chegados ao país teriam entendido que o discurso das elites, aparentemente estático, era na verdade ambíguo. A partir desse entendimento, diz Lesser, esses imigrantes tanto manipularam quanto modificaram o sistema, tornando-se rapidamente “parte integrante da nação brasileira moderna, à medida que eles desafiavam as ideias de como essa nação deveria ser imaginada e construída”.<sup>67</sup> Os não europeus, sustenta o autor, tinham mais a

---

<sup>65</sup> *Ib.*, p.40.

<sup>66</sup> LESSER, 2001:19.

<sup>67</sup> *Id.*

ganhar abraçando tanto uma nacionalidade brasileira uniforme, tal como imaginada, quanto suas novas etnias pós-migratórias, com as elites imigrantes – estudantes universitários, diretores de colônias agrícolas, proprietários de grandes ou pequenas empresas, jornalistas e intelectuais – se engajando em um discurso público sobre o que significava ser brasileiro. A imprensa, tanto imigrante quanto nacional, foi uma das ferramentas mais utilizadas nesse processo.

Alguns desses imigrantes não europeus reivindicavam ser “brancos”, de modo a se enquadrar na sociedade brasileira tradicionalmente construída em torno da bipolaridade branco/negro. Outros, no entanto, reivindicaram – diz Lesser, em um de seus principais argumentos – novas *categorias hifenizadas*. “Ao nos aproximarmos da virada do milênio, o Brasil permanece sendo um país onde a etnicidade hifenizada é predominante, embora não reconhecida”, argumenta.<sup>68</sup> Esta negociação foi realizada a partir da alteração da ideia de nação, de acordo com as diversas propostas de imigrantes influentes e da resposta da sociedade brasileira nos distintos contextos históricos. Além disso, ao evidenciar a insuficiência do que chama de “*continuum* preto/branco” verificada em boa parte do discurso das elites brasileiras, Lesser propõe analisar, a partir da ruptura dessa bipolaridade, “de que forma os encontros culturais geraram as novas etnicidades hifenizadas, que tinham em comum, todas elas, sua brasilidade”.<sup>69</sup>

As medidas discricionárias dos sucessivos governos em termos de política migratórias sugerem para este autor que os discursos da elite sobre raça e etnicidade eram “surpreendentemente flexíveis, sob condições específicas”.<sup>70</sup> Lesser observa que a ampliação da identidade nacional – incluindo agora os sírio-libaneses e os japoneses – permitiu que a elite brasileira fosse enriquecida, “ao modesto custo de deixar enfurecidos alguns ideólogos abertamente racistas”.<sup>71</sup> Ele argumenta que teóricos da alegada “democracia racial”, como Gilberto Freyre, “reformularam velhas ideias”, retórica esta que “nunca levou ao desaparecimento do preconceito popular ou oficial”, mesmo que grande parte das comunidades árabe e japonesa tenham alcançado sucesso nos âmbitos econômico, social, artístico e político.<sup>72</sup> Lesser sugere que o Brasil abriga uma sociedade “multicultural” porém

---

<sup>68</sup> *Ib.*, p.19-20.

<sup>69</sup> LESSER, 2001:31.

<sup>70</sup> LESSER analisa, na referida obra (2001), o período entre 1850 e 1950.

<sup>71</sup> LESSER, 2001:294.

<sup>72</sup> *Id.*

“não hifenizada”, com as negociações sobre a identidade nacional “em andamento”.<sup>73</sup>

## 2.5 Ainda o mito da democracia racial

“As areias movediças da nacionalidade e da etnicidade relevaram-se frequentemente nas discussões sobre a conveniência de se receber determinados grupos de imigrantes”, lembra Lesser.<sup>74</sup> Diversos exemplos dessa dinâmica são expostos neste trabalho, a partir dos relatos e posicionamentos publicados na imprensa brasileira em mais de dois séculos. Boa parte da linguagem utilizada, acrescenta Lesser, provinha da “eugenia lamarckiana, que teorizava que as características e, portanto, a cultura eram adquiridas por intermédio dos ambientes humanos e climáticos locais”. A ideia central era de que uma única raça nacional era possível, se projetando em políticas imigratórias que dividiram os imigrantes ao longo do período pesquisado em desejáveis e indesejáveis, com as palavras sendo eventualmente trocadas – laboriosos, industriais, inteligentes, morigerados etc. – mas buscando, no entanto, o mesmo objetivo.

Lesser sustenta que a “brancura” continuou como um requisito importante para a integração à “raça” brasileira, mas o que significava ser “branco” mudou de forma marcante entre 1850 e 1950. Esta mudança é sentida nos relatos da imprensa aqui expostos. A tão alardeada “assimilação do elemento alienígena”, uma expressão síntese do desejo das elites brasileiras por muito tempo, tornou-se um fenômeno raro no Brasil, ao passo que a “aculturação” – segundo define Lesser, a “modificação de uma cultura em resultado do contato com uma outra” – foi comum.

Uma identidade nacional única ou estática jamais existiu, sustenta Lesser<sup>75</sup>, pois a “própria fluidez do conceito fez que ele se abrisse a pressões vindas tanto de baixo quanto de cima”. No entanto, grande parte da elite brasileira que desejava a imigração europeia e, até mesmo, da que aceitava a de não europeus, sustentava que a chegada de novos elementos estrangeiros não era propriamente uma miscigenação, e sim uma união de raças que gerariam uma *raça melhorada*. No entanto, as posições políticas sobre a identidade nacional brasileira, diz Lesser, tanto influenciaram a etnicidade no Brasil quanto foram influenciadas pelos

---

<sup>73</sup> *Ib.*, p.300.

<sup>74</sup> *Id.*

<sup>75</sup> LESSER, 2001:20.

diferentes grupos identitários que chegaram ao país ao longo da História. A negociação das diversas identidades no Brasil, conclui Lesser, permitem observar que a homogeneização da identidade nacional e cultural jamais ocorreu.<sup>76</sup>

Outro aspecto importante é o fato de o conceito de raça, no Brasil, não estar restrito à cor, sendo formulado por um conjunto complexo de fatores e ideologias em diálogo. Grande parte dos principais formuladores de políticas de imigração eram monogenistas, lembra Lesser, vendo a raça como vinculada à biologia e ao meio ambiente. Os “químicos sociais” – uma antiga designação profissional – classificariam o Brasil como um “laboratório racial”, uma metáfora que ganharia força com o fim do tráfico escravagista no Brasil, a partir de 1850. Há algum tempo, no entanto, diversos artigos na imprensa já discutiam o tema, formulando propostas que, em grande parte, não saíram do papel até pelo menos a década de 1870, quando tem início um período de imigração em massa no país. Para Lesser, o conceito de etnicidade no Brasil incluía não apenas a *cultura social* dos colonos, mas também sua *cultura econômica*. Este observação fica mais ou menos evidente a partir dos adjetivos usados positivamente na imprensa brasileira para fazer referência aos bons colonos – *industriosos, laboriosos, úteis* etc.

A imigração não europeia teve um papel fundamental, na visão de Lesser, para a ruptura com essa fixidez da identidade nacional no Brasil. Foram os 400 mil asiáticos, árabes e judeus que entraram no país entre 1872 e 1949, diz o autor, que mais puseram em xeque as ideias das elites sobre a identidade nacional pelo fato de serem considerados “não brancos e não pretos”.<sup>77</sup> Isso ocorria em um contexto de profunda discriminação por parte das autoridades nacionais e provinciais/estaduais em relação ao bom colono. Lesser lembra, por exemplo, que ainda no Brasil colônia fora proibida a entrada de heréticos, que se aplicava tanto a judeus quanto a muçulmanos, mesmo com uma população significativa de cristãos novos e *marranos*, um termo pejorativo usado para descrever os cristãos novos que secretamente mantinham práticas de sua religião não cristão.<sup>78</sup>

O senso comum formulado a partir da ideia de que os brasileiros são uma mistura entre os índios, os brancos (europeus) e os africanos (negros) tem como origem os discursos

---

<sup>76</sup> *Ib.*, p.23.

<sup>77</sup> Segundo Lesser, trata-se de cerca de 15% dos imigrantes que entraram no país no período. LEVY, “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”, 1974, p.49-90; “Discriminação por nacionalidade dos imigrantes entrando no Brasil no período 1884-1939”, *Revista de Imigração e Colonização*, v.1, n.3, p.617-38, jul. 1940 apud LESSER, 2001:25.

<sup>78</sup> LESSER, 2001:27.



racialistas do período, que sustentavam ter uma base científica a partir sobretudo dos ideais eugenistas que começavam a surgir em meados do século XIX, exportados da Europa e dos EUA. A chamada “teoria do triângulo” tinha uma função importante, para as elites, de diferenciar as três “raças”, ignorando amplamente que “dentro” de cada grupo existia um número tão grande de populações que seria impossível evidenciar cientificamente, por qualquer método, alguma unidade em cada uma delas.<sup>79</sup>

Koifman registra que a recepção do pensamento eugenista no Brasil guardou características próprias, refutando uma linha na historiografia que busca vincular automaticamente toda e qualquer evidência de ideal eugênico a sua forma mais radical de manifestação, ou seja, a linha adotada pelo nazismo alemão, chamando a atenção para as particularidades que o eugenismo tomou em diferentes países.<sup>80</sup> O autor mostra inclusive como, para alguns eugenistas norte-americanos e europeus, o Brasil era na verdade um exemplo de degeneração e nação racialmente híbrida, com a formação da sociedade brasileira se configurando para diversos destes adeptos da “ciência eugênica” como uma evidência de que os mestiços não poderiam produzir uma grande civilização e pagariam pela “promiscuidade” de sua “liberalidade racial” nos “cruzamentos” que produziram degeneração.<sup>81</sup>

No Brasil, resume Koifman, a eugenia adquiriu uma conotação “elástica”, associando frequentemente o termo à higiene social, o que permitiu sua ampla utilização, “até mesmo porque foi preciso estabelecer outro modelo que não considerasse a formação do povo brasileiro como necessariamente degenerado”. A utilização da expressão, acrescenta o autor, seguiu sendo usada mesmo em um país miscigenado como o Brasil por soar “moderna”, “científica”, “acadêmica” e “internacional”, concedendo um “discurso de aparências supostamente científicas às mais diferentes formas e expressões de preconceito, em um processo de racionalização do ódio que não foi exclusivo ou original dos intelectuais brasileiros”. E conclui: “Tal fenômeno não se constituiria em novidade em um país recém-saído de uma sociedade escravista”.<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> Lesser lembra que muitos acadêmicos sugeriram que qualquer pessoa que não tenha ascendência africana ou indígena encaixa-se, por definição, na categoria “branco”. O autor destaca que um estudo clássico de Octávio Ianni sobre o tema, denominado *Raças e classes sociais no Brasil* (1972), “simplesmente ignora os asiáticos e os árabes” (p.30).

<sup>80</sup> KOIFMAN, 2012:68.

<sup>81</sup> KOIFMAN, 2012:72-73. A discussão completa sobre o tema encontra-se nesta mesma obra, no capítulo 2, *Apontamentos a respeito do pensamento eugênico no Brasil*.

<sup>82</sup> KOIFMAN, 2012:74-75.

Um dos tópicos que iremos discutir ao longo deste trabalho é o ideário que rondava o trabalhador chinês – os *chins* ou *coolies*, como eram pejorativamente chamados por todo o século XIX e parte do XX –, marcado pela crença de que a pigmentação da pele estava relacionada à cultura, o que Lesser chama de “base cultural da utilidade da mão de obra”.<sup>83</sup> Questionava-se qual seria o custo da imigração em massa de chineses sob dois pontos de vista: cultural (*racial*) e econômico. O primeiro era em geral visto como uma ameaça, o chamado “perigo amarelo”, representando o temor da “poluição social” que os chineses representariam para a sociedade brasileira.

Já o debate sobre o aspecto econômico dividia mais comumente os articulistas e lideranças entre os que achavam que os chineses seriam os “neo-escravos” – e entre estes estavam alguns dos abolicionistas – e os que apoiavam a ideia argumentando que os braços europeus não seriam suficientes para ocupar o território brasileiro ou, ainda, que a mão de obra europeia era muito cara e problemática, pouco disciplinada. Os chineses, ao contrário, faziam parte de uma classe “servil, embora não escrava”, o que ajudaria na “desafricanização do Brasil”.<sup>84</sup> Proprietários escravocratas e os abolicionistas tinham, por vezes, posições semelhantes, uma vez que muitos senhores de terra consideravam que apenas os africanos eram biologicamente adequados ao extenuante trabalho na lavoura.<sup>85</sup> Havia poucas dúvidas, nos debates na imprensa brasileira até o final do século XIX, sobre o papel submisso que os chineses cumpririam no Brasil.

## **2.6 A “brasilidade” sob o manto sagrado da igualdade liberal: agenciamento da cultura é coisa de “branco”**

A diferenciação étnica esteve presente em toda a História da imigração do Brasil, principalmente a partir da intensificação da imigração europeia, a partir do fim do tráfico transatlântico de escravos em 1850. A partir da chegada da Coroa portuguesa ao Brasil, em 1808, intensificam-se os debates sobre o conceito de *brasilidade*, tópico que nunca mais deixaria de voltar às páginas dos jornais. A cada nova leva de imigrantes, o brasileiro volta a se perguntar: quem somos nós? Assim, uma campanha promovida pela organização não

---

<sup>83</sup> LESSER, 2001:38.

<sup>84</sup> *Ib.*, p.38.

<sup>85</sup> *Ib.*, p.39-40.

governamental IBASE em 2004 apontava, com dados de um ano antes, que o Brasil era um país racista sem racistas. Denominada “Onde você guarda o seu racismo?”, a campanha foi motivada por uma pesquisa que apontou que 87% dos brasileiros afirmavam haver racismo no Brasil, mas apenas 4% admitiam que pudessem ser racistas. Foram entrevistadas à época mais de 5 mil pessoas.<sup>86</sup>

A xenofobia, muitas vezes vinculada a esta dinâmica racista, reaparece frequentemente no noticiário e nas redes sociais, com evidências surgindo em meio aos relatos da imprensa sobre a chegada em maior número de haitianos no Brasil, a partir de 2010, ou a partir da cobertura do surto do vírus ebola e suas possíveis consequências no território brasileiro, entre outros casos notáveis.<sup>87</sup> A longa trajetória do racismo tem um vínculo direto com as políticas migratórias, que se atualmente são tidas como uma espécie de subárea dentro dos tópicos “trabalho” e “direitos humanos”, desde o Brasil Império, e mesmo no período joanino (após a abertura dos portos às nações amigas), perpassava distintas questões brasileiras.

A imigração subvencionada foi incentivada primeiro por D. João VI, que promoveu ainda em 1814 a vinda de chineses ao Rio de Janeiro para fins agrícolas. Há relatos de imigrantes embarcando no país desde os primeiros momentos do período joanino, e mesmo antes, mas a primeira grande leva de imigrantes subvencionada pelo Estado foi a de suíços, oriundos da cidade de Freiburg com destino a Cantagalo, hoje por este motivo chamada de Nova Friburgo. Eles vieram em condições degradantes, conforme será descrito mais à frente neste mesmo trabalho.

Os imigrantes foram apresentados, ao longo dos relatos na imprensa, como uma solução quase que mágica para os problemas do país. Além de substituir a mão de obra escrava, um desejo já manifestado por D. João VI (e cada vez mais ao longo do século XIX), os imigrantes ocupariam áreas desabitadas do território brasileiro, trariam sua experiência como agricultores europeus (que muitas vezes era nenhuma) e, de quebra, ajudariam a “melhorar a raça”. Muitos ideólogos do século XIX e início do século XX não se preocupavam apenas com o embranquecimento da população, como se poderia supor: um número considerável deles buscava, mesmo que por meio de teses racistas e eugenistas, constituir uma raça “superior” brasileira. Ao mesmo tempo em que submetia o negro africano,

---

<sup>86</sup> Para um resumo recente sobre a pesquisa, ver o texto de Rogério Jordão, assessor do IBASE à época da campanha, em JORDÃO, Rogério. Onde você guarda seu racismo? IBASE, 19 nov. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1ATfYOt>. Acesso em 15 jan. 2015.

<sup>87</sup> Este tema é tratado no capítulo que cobre o período de 1980 a 2015 deste mesmo trabalho.

o indígena, os mestiços, os brasileiros pobres e outros grupos étnicos a frequentes e perversos abusos, o Estado brasileiro cobria de subsídios os novos imigrantes europeus, os dotando historicamente de direitos que eram negados, ainda hoje, a cidadãos residentes no Brasil. Um dos exemplos mais bem acabados é o direito à propriedade.

O sistema de trabalho adotado pela maior parte dos proprietários agrícolas que atraíam trabalhadores imigrantes estava longe de ser o idealizado pelos europeus, em muitos casos, pelo fato de que a relação entre os proprietários, o Estado e o imigrante era efetivada fundamentalmente por meio de contratos. Em alguns casos, sequer contratos havia. Praticamente inexistia legislação que regulasse o tema e, com isso, não foram poucos os casos de promessas aos imigrantes não cumpridas e toda sorte de violações. Ainda assim, os imigrantes eram livres e conviviam, durante grande parte do século XIX, com os escravos lado a lado na lavoura, uma situação complexa que será analisada mais à frente.

A discussão que atravessou séculos foi levantada de modo bastante sintomático em uma reportagem da Revista de História da Biblioteca Nacional, em sua edição de setembro de 2007, denominada “Etnia, pra que te quero”.<sup>88</sup> O texto trata longamente da construção da identidade por povos historicamente marginalizados, como os quilombolas e os indígenas, citando “contradições” como a ocupação de Porto Seguro por povos indígenas que não habitavam “originalmente” o litoral sul da Bahia. A reportagem cita o exemplo deste que considera ser o “caso mais emblemático desse tipo de manipulação”, com os indígenas que vivem no local supostamente continuando a contar com a “condescendência das autoridades e movimentos sociais”.

O artigo faz uma longa discussão, citando diversos estudiosos – praticamente todos críticos de categorizações como “quilombolas” e “indígenas” – e retomando lugares-comuns presentes em toda a História da imprensa, como por exemplo a ideia de que o Brasil é um “país miscigenado”. A miscigenação é tomada no artigo como um pressuposto, como fica claro no seguinte trecho: “Em um país miscigenado como o Brasil, que critérios definem a existência de etnias e povos independentes, merecedores de tratamento especial por parte do Estado? Alguns exemplos ajudam a mostrar como podem ser fluidos esses parâmetros”.

O longo e complexo debate promovido pelo campo da antropologia cultural, que detalharemos mais à frente, é reduzido em uma das falas da mencionada matéria à “prevenção

---

<sup>88</sup> ALDÉ, Lorenzo. Etnia, pra que te quero. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.18, mar. 2007. Disponível em <http://bit.ly/1ATge07>. Acesso em 15 jan. 2015.

ao etnocentrismo” por meio da seguinte frase: “Esqueça os brancos”. A única voz dissonante é da historiadora Lilia Schwarcz, que questiona: “Por que só nós nos julgamos no direito de agenciar a cultura?”. Segundo Schwarcz, “eles [indígenas e quilombolas] também manipulam intencionalmente elementos que a cultura branca sempre valorizou”. E conclui: “‘Quer que a gente produza cestas? A gente produz’. Eles absorvem o que lhes chega, reelaboram, recriam e passam a ‘agenciar’ também. As culturas estão vivas, não são quadros de museu na parede. Um movimento pode até começar por influência externa, mas depois eles dão a volta, e isso é bacana. Se transformam em sujeitos e criam autoestima. É ridículo acreditar na lógica de que ‘nós’ alteramos a cultura, e ‘eles’ preservam”. A matéria tem um claro viés antiétnico ao apresentar logo após a fala de Schwarcz o alegado “caso mais emblemático desse tipo de manipulação”, que ela havia acabado de classificar como um agenciamento da cultura (e não como uma mera “manipulação”). Em outro trecho, o termo “comunidades tradicionais” é usado entre aspas.

A matéria do periódico da Biblioteca Nacional sustenta que, ao passo que a reforma agrária não vê avanços significativos nem mesmo após a Constituição de 1988, os povos indígenas e quilombolas têm lançado mão de estratégias alternativas para obter seu reconhecimento, muitas vezes – diz o texto – ampliando o conceito de quilombolas e de indígenas. Isso estaria prejudicando, acrescenta a matéria, a luta pelo direito à terra para todos os cidadãos. Os quilombolas passariam a ser, nessa nova interpretação antropológica, como “qualquer grupo negro rural com presença antiga na região”. O artigo sugere que esta interpretação estaria “desvinculada de seu sentido histórico”, já que quilombola era o termo designado para as comunidades de escravos fugidos do cativo. Uma das pesquisadoras ouvida pela reportagem, Márcia Motta, diz que sobrepor a “agenda étnica” à “agenda social” é uma “sinuca conceitual”, uma “furada a longo prazo”, pois o direito à terra independe da identidade étnica e, segundo ela, estamos “dependentes” do que classifica como “brecha negra” (sic).

A diferenciação entre os âmbitos “social” e “étnico” parece ser mesmo uma “sinuca”, como diz Márcia Motta, que por sua vez é jogada há dois séculos pelas elites residentes no Brasil. A ideia de que o “étnico” não é necessariamente “social” é, talvez, uma das heranças da Revolução Francesa. A nacionalidade deveria se sobrepor a toda a qualquer diferenciação de uma determinada sociedade, uma igualdade formal que fez com que a etnologia fosse ignorada por décadas na própria França do século XX, como mencionamos anteriormente, em

meio aos intensos conflitos étnicos que ocorriam dentro da sociedade dita “francesa”. Um dos trechos do artigo da Revista de História expõe a problemática: “Enquanto não amadurece a este ponto [de a sociedade brasileira estar pronta a discutir a questão da propriedade], o país se distrai com a redescoberta de suas "populações tradicionais" e com a nova fragmentação étnica que isso configura, diferenciando brasileiros de brasileiros. É um caminho desejável?”

Persiste neste discurso uma forte tendência observada nestes dois séculos avaliados: a pouca problematização do que vem a ser “brasileiro”. Ao reivindicar que a segregação étnica (neste caso, indígena e quilombola) está “diferenciando brasileiros de brasileiros”, adota-se um conceito de *brasilidade* tradicional: é tão evidente a noção de “brasileiro” que deve-se poupar o interlocutor de “explicar” o que é ser brasileiro. O conceito é tido, portanto, como autoevidente e eximido do debate.

Em termos culturais, a *brasilidade* é, quando muito, um exercício de futurologia. D. Pedro I passou boa parte de seu mandato tentando explicar, por meio de artigos assinados ou apócrifos da época, como se sentia um brasileiro, chegando a assinar textos como um “ultranacionalista”. A pergunta do artigo publicado (curiosamente) na Revista de História faz a mesma proposta: “É um caminho desejável?” Com isso, e ao longo de todo o artigo, o autor tenta incitar à resposta: não, não devemos diferenciar os brasileiros, somos uma única pátria, um só povo.

Esta linha de argumentação, mesmo que supostamente servindo a outros propósitos, tem servido de base para que ideólogos da igualdade formal (ou liberal) decretem a completa inexistência do racismo no Brasil, dado que o país é indistintamente “miscigenado”. Assim como não podemos discutir quem é efetivamente indígena ou quilombola, dado que qualquer pessoa pode, segundo essa linha de pensamento descrito no artigo, se declarar índio colocando um cocar em sua cabeça como forma de obter benefícios do Estado. Seríamos, ao contrário, uma democracia racial, assim argumenta o autor da matéria. O artigo poderia ter sido escrito pelo imperador D. Pedro I em 1822, pelos republicanos na década de 1880, pelos eugenistas do início do século XX ou por ideólogos do governo Vargas nos anos 1930. A ideia permanece: somos todos brasileiros, e assim devemos permanecer. Evitem-se os quistos e promova-se a igualdade “plena”, mesmo que apenas formal, aculturando os brasileiros ou reconhecendo que eles já são, na verdade, aculturados. Somos todos, *evidentemente*, brasileiros.

A problematização do que é ser brasileiro é tão intensamente discutida que só pôde ser

resolvida, ao longo destes duzentos anos, por meio da coerção, como fundamentou Hobsbawm. Na República Velha, por exemplo, os legisladores procuraram barrar a entrada de milhares de italianos de modo a evitar a formação dos chamados “quistos raciais”, uma expressão emprestada da ciência da época para indicar o alegado perigo que representava o excesso de estrangeiros da mesma nacionalidade em uma mesma região. Foi esta a mesma base que fez com que Vargas adotasse a política migratória de cotas por nacionalidade, fortemente pressionado pelo furor nacionalista de setores aliados. Em nome da *brasilidade* varguista, centenas de instituições tiveram de mudar de nome e a educação e imprensa estrangeira se viram fortemente censuradas. Promovia-se, à força, a *brasilidade* de um povo “miscigenado”, incluindo a dos milhares de imigrantes que aqui chegaram, em massa, desde os anos 1870.

A política do embranquecimento de sucessivos governos no Brasil deu “certo”, é preciso reconhecer: basta olhar, hoje, para instituições como a mídia, o Congresso Nacional ou a Universidade para perceber como os negros, os quilombolas e os indígenas foram historicamente deixados de lado. O caminho para a “limpeza cultural”<sup>89</sup> foi precedido, registra-se, pela limpeza étnica: cerca de 4 milhões de africanos foram escravizados entre 1550 e 1850 no Brasil, ao passo que calcula-se existirem na época da chegada dos portugueses cerca de 4 milhões de indígenas, restando em 1823 menos de um milhão deles.<sup>90</sup> Enquanto isso, 5 milhões de europeus, levantinos e asiáticos entraram no território brasileiro entre 1850 e 1950, uma grande parte recebendo algum tipo de subvenção do Estado, incentivos agrícolas, moradia e serviços sanitários, educacionais e até mesmo religiosos.<sup>91</sup> A cultura, um novo campo de batalha política, passa a ser então uma “ameaça” às elites constituídas, que combatem os esforços de reconhecimento comunitário por terem ao seu lado um instrumento que já se mostrou historicamente infalível na manutenção da ordem constituída: a igualdade liberal.

Repleto de lugares-comuns, discursos como o acima mencionado serão tratados, no próximo tópico, à luz da antropologia, da sociologia e dos estudos culturais.

---

<sup>89</sup> Termo adotado pela UNESCO para se referir, a exemplo de seu correlato “limpeza étnica”, à destruição de patrimônios culturais da Humanidade. Ver, por exemplo, UNESCO. Stop Cultural Cleansing – Message of Director-General in Iraq, 1 nov. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1whC9tu>. Acesso em 15 jan. 2015.

<sup>90</sup> CARVALHO, 2010:20.

<sup>91</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:314.

## 2.7 As três ingenuidades dos estudos migratórios

Os estudos das comunidades étnicas possuem três tipos de *ingenuidades* que trataremos de evitar, adotando a linha metodológica de Poutignat e Streiff-Fenart. A primeira, apontam estes autores, é a de se acreditar que é possível definir uma unidade étnica para uma lista de traços, quaisquer que sejam os critérios utilizados para defini-la.<sup>92</sup> Este tipo de descrição taxonômica foi justamente o objeto de diversos especialistas em “cultura” no século XIX, indivíduos aos quais era confiada a responsabilidade de estabelecer diretrizes para as políticas imigratórias no país.

Este tipo de descrição do “conteúdo cultural” de um “povo” era tida como razoável e bem recebida, se apresentando como uma “curiosidade” para os leitores que buscavam informações deste tipo. Barth mostrará, conforme veremos mais à frente, a impossibilidade prática de tal estigmatização, que foram recorrentemente publicadas na imprensa brasileira pelo menos até o final dos anos 1940, e mesmo depois. Na impossibilidade de atribuir traços *naturais* a grupos sociais, “a questão (...) não é mais estudar a maneira pela qual os traços culturais estão distribuídos, mas a maneira como a diversidade étnica é socialmente articulada e mantida”.<sup>93</sup>

A segunda ingenuidade é a de acreditar que o isolamento geográfico e social esteja na base da diversidade étnica. Barth demonstra, mais uma vez, que as *fronteiras étnicas* persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Além disso, as relações entre as diferentes fronteiras étnicas são frequentemente vitais para duas ou mais comunidades. “A interpenetração e a interdependência entre os grupos não devem ser vistas como dispersões das identidades étnicas, mas como as condições de sua perpetuação”, acrescentam Poutignat e Streiff-Fenart.<sup>94</sup> A terceira ingenuidade, observam os autores, é a de acreditar que um rótulo étnico é o mesmo que um modo de vida que, por sua vez, é o mesmo que um grupo real de pessoas. “É precisamente a análise da relação problemática entre esses três elementos que o etnólogo deveria aceitar como tarefa”, concluem.<sup>95</sup>

Mesmo não tendo este projeto o olhar majoritariamente antropológico, destacamos a centralidade destes conceitos para a execução da tarefa a que nos propomos. A linha tênue que

---

<sup>92</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:61.

<sup>93</sup> *Ib.*, p.62.

<sup>94</sup> *Id.*

<sup>95</sup> *Ib.*, p.63.



cruza todos os discursos aqui analisados, e que foram pouco a pouco se tornando políticas públicas que influenciaram a vida de milhões de pessoas durante dois séculos, é a da frequente confusão que se fazia – e que se faz – entre os rótulos étnicos, modos de vida (o cotidiano) e a efetividade do que está sendo postulado. Os seguidos debates travados na imprensa entre as elites brasileiras – a partir de fantasias que beiravam o delírio – não só estigmatizavam os distintos grupos de estrangeiros como também os grupos ditos “nacionais”: os indígenas, os negros e, sobretudo, os próprios “brasileiros”.

No caso brasileiro, a concepção de *assimilação* dos imigrantes partia do pressuposto de que a desejada identidade brasileira *racionalmente melhorada* pudesse ser influenciada pela cultura nacional já em voga. Este risco não só foi anunciado em discursos públicos durante quase 150 anos de História como se tornou preocupação por parte dos legisladores, a ponto de ser proibido, em alguns editais públicos, a entrada de escravos em colônias de imigrantes subsidiadas pelo governo imperial, mesmo que estes estivessem apenas acompanhando seus proprietários.

Para Poutignat e Streiff-Fenart, as teorias assimilacionistas “são sustentadas pelo postulado de que o traço característico das sociedades industriais é a tendência ao universalismo e à padronização dos modos de vida e dos comportamentos”. A tese que se sobressai é a de que as diferenças culturais entre os grupos perderão progressivamente importância no decorrer das gerações, “sob o efeito das forças universalizantes que agem por meio da escolarização e da cultura de massa”.<sup>96</sup> Esta era certamente uma aposta de parte das elites brasileiras, sustentadas por uma visão ideal da marcha progressiva da civilização.

Conforme sublinham os autores, essas teorias traduzem o “*credo* liberal nos progressos do individualismo, como possibilidade crescente para o indivíduo traçar para si mesmo um destino social (*achievement*) que escapa às coerções do grupo de pertença e à fatalidade dos estatutos herdados (*ascription*)”. Nesta dinâmica, que pode ser observado em inúmeros discursos e abordagens da imprensa brasileira, a assimilação não é pensada como a adesão de uma variante cultural particular, “mas como o acesso à civilização científica e racional de uma sociedade moderna universal”.<sup>97</sup> A importante presença de diversos grupos étnicos no Brasil, como italianos, alemães, pomeranos, poloneses, japoneses, judeus e muitos outros, demonstram a pouca efetividade destas teorias.

---

<sup>96</sup> *Ib.*, p.68.

<sup>97</sup> *Ib.*, p.68-69.

Vale chamar atenção a, conforme descrevem Poutignat e Streiff-Fenart, para a distinção que os estudos étnicos fazem entre *diversidade cultural* e *identidade étnica*, com a primeira podendo efetivamente diminuir enquanto a segunda, mesmo desprovida de conteúdo social real, podendo ser fortalecida. É o caso dos descendentes de imigrantes que, mesmo desconhecendo o idioma e outros conteúdos culturais de seus antepassados, passam a adotar mais enfaticamente suas respectivas identidades étnicas.<sup>98</sup> “É precisamente quando as minorias deixam de viver em colônias e se acham diretamente confrontadas com os outros grupos que suas especificidades culturais tornam-se fontes de mobilização coletiva e que se desenvolve (...) a '*etnicidade simbólica*'”, apontam os autores, acrescentando que, longe de levar à assimilação, esse processo tem como efeito aumentar a consciência e a significação da etnicidade.

Outro debate que é importante para o nosso objeto de pesquisa é a confusão frequente entre a utilização da cultura como recurso – uma “negociação através da moeda da diversidade” e uma nova estratégia de legitimação política e social<sup>99</sup> – e o suposto caráter opcional da afiliação étnica. Mais uma vez, os diferentes casos precisam ser avaliados separadamente, mas é perceptível no caso brasileiro que para alguns grupos, como os italianos ou os alemães, poderia ser mais fácil optar por uma determinada filiação (e, assim mesmo, não em todos os casos e não em todos os momentos históricos), enquanto que para os haitianos, os bolivianos e os nacionais da maior parte dos países da África e da Ásia seria efetivamente mais complicado reivindicar uma segunda identidade.

É possível que um estigma mais enraizado na sociedade brasileira – como “amarelo”, “indígena” ou “negro/escravo/africano” – possa ter minado, ao longo da História e ainda hoje, as tentativas de apresentar uma determinada identidade. A “opção”, neste caso, está *dada* por um conjunto de valores conscientemente repetidos a partir de um projeto de identidade nacional articulado socialmente. Como argumenta Lesser, para os imigrantes asiáticos falar português, frequentar uma universidade de elite e trabalhar para o governo “em nada alterava sua aparência”. Principalmente para os imigrantes japoneses, que chegaram em massa a partir de 1908 e “durante os anos em que a eugenia era pensamento sofisticado”, a luta pela

---

<sup>98</sup> Para uma descrição de alguns dos exemplos globais, ver especialmente o capítulo 3, *O que é um grupo étnico?*, em POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011. Para os exemplos nacionais, ver os capítulos seguintes deste trabalho.

<sup>99</sup> YÚDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004, p.13;28.

etnicidade “seria duplamente complexa”.<sup>100</sup>

“A enorme bibliografia sobre a etnicidade não nos deve enganar”, alertam Poutignat e Streiff-Fenart. “Na maioria dos casos, o termo etnicidade é utilizado mais como uma categoria descritiva que permite tratar um problema de outra natureza (integração nacional, assimilação dos imigrados, racismo etc.) do que como um conceito sociológico que permite definir um objeto científico.”<sup>101</sup> Uma das tentativas de conciliar as diversas definições, colocadas de forma confusa na maior parte das vezes, propõe os seguintes critérios: (1) pertença de grupo; (2) identidade étnica; (3) consciência da pertença e/ou das diferenças de grupo; (4) ligações afetivas ou vínculos baseados num passado comum e putativo e nos objetivos ou interesses étnicos reconhecidos; (5) vínculos elaborados ou simbolicamente diferenciados por “marcadores” (uma tradição, emblemas, crenças culturais, territoriais ou biológicas).<sup>102</sup> Apesar de abranger diferentes perspectivas sobre o tema, esta enumeração não tem, evidentemente, um caráter operatório, sendo útil no entanto para nos guiar quanto às possibilidades metodológicas acerca do conceito de etnicidade.

Os teóricos do Brasil oitocentista estavam certamente mais próximos da chamada corrente *primordialista*, que postula “uma especificidade das ligações étnicas baseada no caráter inefável, irracional e profundamente ressentido dos sentimentos inspirados por eles”. Assim, os vínculos primordiais são “dotados de uma significação inefável, como aquela que se atribui aos vínculos de parentesco”, caracterizados pela “intensidade da solidariedade que suscitam, por sua força coercitiva e pelas emoções e o sentimento do sagrado que lhes são associados”.<sup>103</sup>

Foi esta concepção primordialista amplamente difundida no Brasil do século XIX, perdurando até meados do XX, que buscou essencializar os diversos grupos étnicos estabelecidos ou que viriam a se estabelecer no Brasil. Esse uso político de uma etnicidade imaginada não se restringia aos principais grupos vivendo no Brasil, como os “amarelos”, os negros, os árabes, os indígenas ou os europeus, mas também se tornou útil para estigmatizar sempre que necessário, conforme veremos ao longo deste trabalho, subgrupos antes tidos como assimiláveis ou desejáveis. Foi assim, por exemplo, que parte da elite brasileira passou a estigmatizar os portugueses de Açores ou os espanhóis das Ilhas Canárias de “escória da

---

<sup>100</sup> LESSER, 2001:135.

<sup>101</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:85.

<sup>102</sup> BURGESS, 1978 apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:86.

<sup>103</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:87-88.

Europa”, adotando um critério territorial; ou quando os asiáticos passaram a ser distinguidos como desejáveis (*japoneses*) e não desejáveis (*chineses*), para voltarem a se tornar um mesmo grupo em um outro momento oportuno politicamente.

No Brasil, no que diz respeito ao nosso objeto de investigação, um dos casos que expõe essa dinâmica foi um debate ocorrido na imprensa em 1935, em que um articulista pró-judeus utilizava um argumento frequentemente usado contra os judeus e contra os árabes – o de que estes se dedicavam ao comércio e à especulação, eram de difícil assimilação e tinham qualidades raciais e higiênicas insatisfatórias – para atacar os árabes e os sírios em especial.<sup>104</sup> Além disso, frequentes conflitos de classe intraétnicos ocorridos entre distintos grupos de imigrantes, como é o caso da comunidade italiana em São Paulo e dos japoneses após a Segunda Guerra Mundial, são suficientes para desmentir a tese de que a “ancestralidade” comum criaria vínculos “naturais” e “inevitáveis” entre os indivíduos. Conforme observam Poutignat e Streiff-Fenart, o caráter especial destes vínculos tais como são descritos pelo primordialistas – seu aspecto coercitivo, inefável e profundamente enraizado – podem se tornar operatórios em um determinado grupo, porém são *adquiridos socialmente* e, portanto, *mutáveis*.<sup>105</sup>

## 2.8 Imigrante: o provisório negociável

Sayad aponta a dupla contradição em que se encontra a imigração e o imigrante: trata-se ora de um “estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente” ou, pelo contrário, “um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”. A divisão entre estas duas representações – a provisoriedade *de direito* e a permanência *de fato* – faz com que a imigração acabe por “ignorar a si mesma”, uma dupla ilusão que interessa tanto à sociedade de emigração quanto aos imigrantes. Conforme observa o autor, “a expansão econômica, grande consumidora de imigração, precisava de uma mão de obra imigrante permanente e sempre mais numerosa”, com tudo concorrendo para “assentar e fazer com que todos dividissem a ilusão coletiva que se encontra na base da imigração”.<sup>106</sup> Uma das “soluções” oferecidas para interromper essa provisoriedade, em alguns momentos da

<sup>104</sup> O debate, entre Salomão Jorge e Herbert Levy, pode ser acesso em LESSER, 2001:130-133.

<sup>105</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:92-93.

<sup>106</sup> SAYAD, 1998:45-47.

história da imigração do Brasil avaliados nesse trabalho, é a *naturalização* e a *assimilação* do imigrante (desejável), que deveria abdicar de sua identidade na maior parte das vezes para compor uma sociedade renovada e *melhorada racialmente*.

A imigração é realizada, segundo Sayad, a partir de um balanço dos “custos e vantagens comparados”, com “vantagens” e “custos” sendo entendidos pelo autor não apenas em termos econômicos, mas igualmente sociais, políticos e culturais. Dessa forma, basta que as circunstâncias que se encontravam na origem da imigração mudem para que se imponha uma “nova avaliação dos lucros que se pode tirar dos imigrantes”, ressurgindo “naturalmente, contra a ilusão coletiva que permitia que a imigração se perpetuasse, a primeira definição do imigrante como trabalhador provisório e da imigração como estadia literalmente provisória”.<sup>107</sup> Assim, conforme sintetizou um leitor citado no capítulo sobre os anos mais recentes do período analisado neste projeto, os imigrantes tem que “ralar”<sup>108</sup> e seriam “mal agradecidos”, acrescentando que se muitos não gostam do que fazem e do que o país tem a oferecer, há “sempre a opção de voltar de onde vieram”.

Nesta perspectiva, a questão passa a ser a seguinte: como maximizar as *vantagens* (sobretudo econômicas) e reduzir os *custos* (sobretudo sociais e culturais) que a presença de imigrantes impõe? Esta formulação, sustenta Sayad, condensa em si toda a história do fenômeno da imigração, revelando ao mesmo tempo a “função objetiva (ou seja, secreta) da regulamentação aplicada aos imigrantes: mudando segundo as circunstâncias, segundo as populações relativas, essa regulamentação visa impor a todos a definição constituída em função das necessidades do momento”. As *vantagens* e *custos* são negociadas e refletem o estado de uma relação de forças.<sup>109</sup>

Antes, no entanto, é preciso definir previamente quem são os atores sociais desta negociação. O nome é dado *a priori* sem que seja questionado: seja qual for a Constituição (mais ou menos cidadã) ou o contexto nacional (mais ou menos aberto), existem os *nacionais* e os *não nacionais*, os *trabalhadores estrangeiros*, sobretudo os *imigrantes*, designações que não são fruto de qualquer tipo de racionalidade econômica, e sim de uma estratégia para destacar um segmento para, em seguida, negociar seus elementos. Conforme observa Sayad, seja qual for o discurso adotado – incluindo os de “solidariedade” com os *imigrantes* –, o resultado é o mesmo: “de um lado, os imigrantes, ou seja, trabalhadores estrangeiros ou

---

<sup>107</sup> Ib., p.48.

<sup>108</sup> Uma gíria de muitas regiões do Brasil para trabalhar com afinco, arduamente.

<sup>109</sup> SAYAD, 1998:50.

estrangeiros em trabalho, pois o imigrante só pode ser concebido indissociavelmente ligado ao trabalho”. Por outro lado, os desempregados nacionais, ou nacionais no desemprego. Tanto os discursos xenófobos como sua reação bastam para “produzir e impor na opinião pública a equação simplista e falaciosa: *imigração = desemprego*” (grifo do autor), tornando os imigrantes bodes expiatórios.<sup>110</sup> Os discursos de todo tipo que promovem essa dicotomia são constantes lembretes da condição de *trabalhador provisório* dos imigrantes. Sayad observa que:

(...) um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida.<sup>111</sup>

Não se trata, ademais, de qualquer trabalho: conforme fica claro durante todo o período analisado neste projeto, por exemplo, o imigrante trabalhará (idealmente) no *mercado de trabalho do imigrante*, um local atribuído previamente pelos homens mais respeitáveis da nação. Sem isso, o imigrante tem sua morte social decretada e deixa de existir conceitualmente, se tornando na prática *indesejável* e facilmente *deportável*.

Caso os imigrantes passem a acumular *custos*, serão tratados genericamente como um *problema social*. Não se trata aqui de um cidadão, cujos problemas são de diversas ordens: um marido que se separa da mulher, uma criança sem atendimento médico, um acidentado no trânsito, a discussão sobre os beneficiados pela previdência social etc. Não. Os imigrantes – como um bloco singular e homogêneo – conformam um *problema social* ou, como se convencionou chamar, o *problema imigratório* (ou sua versão politicamente correta, a *questão imigratória*). Sayad mostra como é grande a variação do sentido dado à expressão *problemas sociais* segundo as diferentes épocas e lugares.<sup>112</sup> No Brasil, apenas para citar um exemplo, o desemprego poderia ser interpretado como um crime tipificado na legislação, no século XIX e em boa parte do XX, ao passo que acabou por ser alvo de política social específica, de apoio ao desempregado, já no curso do século XX. Mesmo assim, o “crime de

---

<sup>110</sup> Ib., p.52;58.

<sup>111</sup> Ib., p.54-55.

<sup>112</sup> Ib., p.55-56.

vadiagem”, legislação federal que previa a prisão de 15 dias a três meses a quem se entregar “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho”, foi retirado da legislação penal apenas em 2012, tendo sido formulada com base em legislação anterior em 1942.<sup>113</sup>

O próprio uso da expressão *problema imigratório* (e similares) por parte da imprensa brasileira sofreu uma transformação a partir dos critérios utilizados oportunamente para definir, ao longo dos tempos, o que era um “problema social”. Desde pelo menos a década de 1830, ou seja, bem no início do processo imigratório brasileiro, já era possível encontrar a expressão sendo utilizada tal como ela foi usada durante mais de 110 anos a partir desta década: tratava-se de discutir o povoamento do território brasileiro com o objetivo de desenvolver a principal “indústria” brasileira, a agricultura. O “problema imigratório”, neste contexto, era um problema sobretudo *brasileiro*, dado que era o país que precisava de “braços para a lavoura”, cabendo apenas às autoridades nacionais aproveitar as grandes levas de imigração do período, adotando critérios “nacionais” para o tema.

Já na segunda metade do século XIX, no entanto, principalmente a partir de 1850, a imprensa passou a usar o termo para designar, também, os problemas relacionados à vinda de imigrantes para o Brasil. Estes problemas eram sobretudo de ordem *étnica, cultural e moral* (ou *espiritual*, conforme expressão amplamente utilizada), dando conta de restrições racistas que parte da elite pleiteava. O primeiro debate de destaque acerca da imigração como *problema exterior* ao âmbito da nação envolveu a entrada de imigrantes chineses considerados racialmente indesejáveis, já nos anos 1830, com uma importante discussão parlamentar e na imprensa ocorrendo durante os anos 1850, em meio a projetos governamentais que incentivavam a entrada dos chineses.

Sob a influência de diversos fatores, conclui Sayad, a imigração acabou por se constituir como “problema social” antes mesmo de se tornar objeto da sociologia. “Mais do que qualquer outro objeto social, não existe outro discurso sobre o imigrante e a imigração que não seja um discurso *imposto*; mais do que isso, é até mesmo toda a problemática da ciência social da imigração que é uma problemática imposta. E uma das formas dessa imposição é perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como de um problema social”, argumenta este autor.<sup>114</sup> Esse estigma pode gerar ainda um

---

<sup>113</sup> CÂMARA aprova fim do crime de vadiagem. Portal iG, 08 ago. 2012. Disponível em <http://bit.ly/1I5RKHh>. Acesso em 16 dez. 2014. Para uma breve análise sobre este tipo penal, cuja origem, no Brasil Colônia, remonta ao século XVII, ver RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. Vadiagem. Portal Âmbito Jurídico, sem data. Disponível em <http://bit.ly/1I5Tq3C>. Acesso em 20 jan. 2015.

<sup>114</sup> SAYAD, 1998:56-57.

outro efeito: o de tornar “imigrantes” aqueles que jamais *emigraram* de lugar algum, mas continuam a ser estigmatizados por sua ascendência.<sup>115</sup>

Balibar também denuncia os enunciados que generalizam a condição do imigrante, tais como “Existe um problema da imigração” ou “A presença de imigrados cria um problema”. O autor observa que a principal característica destes enunciados é induzir à transformação de qualquer “problema” social em um problema supostamente motivado pela presença dos “imigrados”, ou ao menos agravado por ela. Pouco importa qual é o tema em questão – habitação, saúde, educação, segurança social. “Trata-se de difundir a ideia de que a diminuição, e se possível a supressão, da imigração – na prática, a expulsão do maior número possível de imigrados, começando naturalmente pelos mais 'importunos', os menos 'aceitáveis' ou 'assimiláveis', os menos 'úteis' – permitiria resolver os problemas sociais”, observa o autor, acrescentando que, nesta lógica, quanto menos específicos forem os problemas sociais dos “imigrados”, mais responsáveis eles serão pela existência destes problemas.<sup>116</sup>

Este paradoxo permite imaginar os imigrantes como um único e mesmo “problema”, sustenta Balibar, resultando na implicação dos imigrados em distintos problemas diferentes, por vezes reunidos através de uma série de significantes “raciais” ou de seus equivalentes mais recentes (“étnicos”, por exemplo), dimensões de uma mesma “patologia social”. As categorias de imigrantes e imigrados reúnem, portanto, em um tipo único populações extremamente distintas em termos geográficos, políticos, sociais, culturais e históricos. Critérios étnicos e de classe, combinados, tornarão os estrangeiros *mais* ou *menos* “imigrantes”, destaca Balibar.<sup>117</sup> A categoria da imigração não só estrutura discursos e pensamentos, como também contribui para que os atores racistas de uma determinada sociedade formulem um objeto ilusório sobre o qual devem reconhecer e explorar (o “imigrante”, a “imigração”).<sup>118</sup>

É desta forma que no Brasil, por exemplo, um árabe será *menos imigrante* do que um africano e *mais imigrante* do que um sueco ou um português, em uma escala que varia de acordo com o contexto político e social, mas que atravessa os tempos em alguns casos (um sueco tem sido a qualquer tempo *menos imigrante* do que um africano). Durante diversos debates na imprensa brasileira durante o século XIX era isso que efetivamente e abertamente

---

<sup>115</sup> Ib., p.71.

<sup>116</sup> BALIBAR, 1991:339.

<sup>117</sup> Ib., p.340.

<sup>118</sup> Ib., p.341.



estava em discussão: seriam os chineses uma raça superior ou inferior aos africanos? Todos *sabiam* que ambos são inferiores aos europeus, mas quais seriam mais indesejáveis? Em um grande número de debates deste tipo, a conclusão era a de que ambas as *raças* acabariam por “degenerar” a sociedade brasileira mais do que ela já se encontrava degenerada, devido à miscigenação em curso. A ideia de que o chinês ou o africano são grupos inferiores perpassou, de forma mais ou menos explícita, todas as gerações dos períodos analisados neste projeto, de 1808 a 2015.

Esse tipo de generalização era igualmente adotada como estratégia discursiva a partir de um recorte de classe, o que Balibar denomina “racismo de classe”. É esta dinâmica que permitiu no Brasil, ao longo de muitos séculos e com o intenso apoio de grande parte da imprensa, a fabricação de um consenso em torno de categorias como os *indígenas*, os *negros*, os *amarelos* (ou *orientais*) e até mesmo os *europeus*, entre outros. Estas categorias imaginadas e ficticiamente formuladas promoviam na maior parte das vezes uma estigmatização racial de fundo classista – mesmo que no caso dos europeus esta fosse tida como “positiva” – visando ao enquadramento dos respectivos grupos em uma função social preestabelecida e obrigatoriamente ligada ao trabalho.<sup>119</sup>

Essa imposição atinge estrangeiros e imigrantes de forma distinta. O imigrante, destaca Sayad, tem sempre consigo a “marca do estatuto ou da posição atribuídos a seu país na escala internacional dos estatutos e das posições políticas, econômicas, culturais, etc”. Para o autor, um imigrante “não é apenas o indivíduo que é; ele é também, através de sua pessoa e pelo modo como foi produzido como imigrante, o seu país. Assim o quer a lógica das relações internacionais, a própria razão de ser dessas relações”.<sup>120</sup> Acrescentamos, nos limitando ao caso brasileiro, que os imigrantes podem representar, muitas vezes, imaginários sociais totalmente diversos até mesmo das suas nações de origem – cujo conceito, conforme já apontado, já se mostra extremamente problemático. É dessa forma que boa parte dos povos europeus são qualificados de modo genérico geograficamente – como africanos ou asiáticos, por exemplo; a partir de correspondentes pejorativos – como *amarelos* ou *pretos*; ou ainda a partir de aproximações imprecisas – como a designação “alemã” para os pomeranos.

Conforme define Sayad, o “estrangeiro” é a *definição jurídica* de um estatuto, enquanto “imigrante” é sobretudo uma *condição social*. A relação entre um termo e outro, no

---

<sup>119</sup> WALLERSTEIN, 1991:117; SAYAD, 1998:241.

<sup>120</sup> SAYAD, 1998:241.

entanto, é política: é determinada por uma relação de forças que diz respeito às relações políticas, econômicas e culturais entre os dois países (do emigrado e do imigrante), entre as duas sociedades ou entre as duas “culturas”. A partir desse pressuposto, Sayad conclui que:

(...) pode-se dizer que o mundo está dividido em dois: de um lado, um mundo dominante (política e economicamente) que produziria apenas turistas – e todo estrangeiro oriundo desse mundo poderoso, mesmo se residir em país estrangeiro durante toda a sua vida, seria tratado com o respeito devido a sua qualidade de “estrangeiro” –; de outro lado, um mundo dominado que só forneceria imigrantes, e todo estrangeiro proveniente desse mundo, mesmo se vier como turista e só permanecer durante o tempo autorizado ou o tempo atribuído aos turistas, é considerado como um imigrante virtual ou um “clandestino virtual”. A lei que deseja estabelecer, nos fatos, essa distinção, que se quer simples, entre os verdadeiros turistas e os “falsos turistas” sob os quais se escondem os falsos imigrantes, adota essa filosofia social (e política) de um mundo bipolarizado, de um mundo cindido em duas metades assimétricas e antiéticas.<sup>121</sup>

## 2.9 Um estranho socialmente circunscrito

Esta dupla contradição é compartilhada – embora em um contexto diferente e sem adotar a expressão *imigrante* – por Georg Simmel em seu clássico ensaio *O estrangeiro*, de 1908.<sup>122</sup> O autor argumenta que a noção de estrangeiro não deve ser vista em seu sentido habitual, ou seja, “aquele que vem hoje e amanhã vai”, mas como aquele que “vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir”. A *provisoriedade* de Sayad é descrita em Simmel como um *não pertencimento*. Diz o autor: “Fixo dentro de um determinado raio especial, onde a sua firmeza transfronteiriça poderia ser considerada análoga ao espaço, a sua posição neste é determinada largamente pelo fato de não pertencer imediatamente a ele, e suas qualidades não podem originar-se e vir dele, nem nele adentrar-se”. A duplicidade formulada por Simmel consiste em entender o estrangeiro não como um “inimigo interno”, mas, antes, simultaneamente como “um exterior e um contrário”.

São as regulações societárias que determinarão o significado desse estrangeiro em um

<sup>121</sup> *Ib.*, p.244-245.

<sup>122</sup> SIMMEL, Georg. *O estrangeiro* [1908]. WOLFF, Kurt (org.). *The Sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press, 1950, pp. 402-408. Disponível em [http://midiaacidada.org/img/O\\_Estrangeiro\\_SIMMEL.pdf](http://midiaacidada.org/img/O_Estrangeiro_SIMMEL.pdf). Acesso em 10 jan. 2015. Texto também disponível em português in: MORAIS FILHO, E. de (org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

dado contexto, sustenta Simmel, com esta posição se intensificando fixamente na consciência “se alguém liga o estranho a sua atividade”, porém sempre “socialmente circunscrito”. A atividade, nesse caso, se fixa no estrangeiro. É a partir dessa formulação que o autor vincula os estrangeiros frequentemente ao comércio, que “pode acolher sempre mais homem do que a produção primária, e é o setor indicado para o estrangeiro que penetra, até certo ponto, como um extra em um círculo determinado”. O Brasil, já quando o texto de Simmel fora publicado, estava experimentando essa dinâmica com pelo menos dois grupos: os chineses e os árabes. Durante este trabalho voltamos a tratar deste aspecto e suas particularidades no território nacional.

Outra relação que Simmel formula é a do estrangeiro com o solo: “O estrangeiro não é proprietário do solo”. O solo, sustenta o autor, não é compreendido somente no sentido físico, mas também como uma “substância delongada da vida, que não se fixa em um espaço específico, ou em um lugar ideal do perímetro social”. E conclui: “Nas relações mais íntimas de pessoa a pessoa, também, todas as atrações e significâncias possíveis no cotidiano das experiências simbolizadas podem revelar o estrangeiro. O estrangeiro é sentido, então, precisamente, como um estranho, isto é, como um outro não *'proprietário do solo'*”.

O que caracteriza o estrangeiro é a sua *mobilidade*, acrescenta Simmel, “um sujeito que surge de vez em quando através de cada contato específico e, entretanto, singularmente, não se encontra vinculado organicamente a nada e a ninguém, nomeadamente, em relação aos estabelecidos parentais, locais e profissionais”, sempre considerado como alguém de fora. As relações, portanto, se dão a partir de um “parâmetro de distanciamento objetivo”, mas pressupondo ser este *estranho* ou *estrangeiro* membro de um outro determinado grupo e, portanto, supostamente detentor de “características essenciais”. Nesta dinâmica, conclui Simmel, “os contatos com ele são, ao mesmo tempo, estreitos e remotos, na fragmentação das relações por onde uma abstrata igualdade humana em geral se encontra”.

Esta consciência da relação com o *estrangeiro/estranho* se refere ao âmbito nacional, de uma cidade, entre etnias distintas e em outras relações sociais, diz Simmel, e nunca a questões individuais. Diz respeito principalmente a uma “estranha, difusa e abstrata origem, que seria comum a muitos estrangeiros ou, talvez, que poderia ser”. É dessa forma que os estrangeiros não são tomados como indivíduos, “mas como estrangeiros de um certo tipo socialmente definido”. A distância em relação ao estrangeiro não é mais abstrata e geral, se baseando em “elementos socialmente objetivados em relação aos quais se dão às

possibilidades de proximidade”.

## 2.10 O exército industrial étnico? As teses marxistas

As teorias neomarxistas da etnicidade centram seu interesse na relação entre a etnicidade e a classe, analisada no quadro de uma teoria da exploração capitalista do trabalho. Conforme observam Poutignat e Streiff-Fenart, “as divisões étnicas e raciais são apreendidas a partir das funções que elas preenchem no sistema capitalista, especialmente as de permitir a criação de uma força de trabalho barata ou a constituição de um exército reserva do trabalho”.<sup>123</sup>

Sobretudo nas sociedades industriais, os antagonismos entre imigrantes e nacionais encontram seu fundamento na segmentação do mercado de trabalho – tese defendida, por exemplo, por Wallerstein –, com a divisão dos trabalhadores de acordo com as linhas étnicas ou raciais não derivando dos estigmas contra os negros, indígenas e outros grupos étnicos, de estrangeiros ou não, e sim da tendência geral do capitalismo em fixar o menor preço possível para o trabalho. Da mesma forma, a etnicidade constituiria uma forma de afiliação social em *competição* com a classe, cuja função ideológica é “mascarar os interesses de classe convergentes entre os grupos etnicamente dominados e a facção explorada do grupo etnicamente dominante”.<sup>124</sup> Poutignat e Streiff-Fenart argumentarão que tal abordagem, interessada em fornecer uma explicação para o racismo das classes populares nas sociedades ocidentais, “sofre limitações impostas pelo comprometimento de não considerar a etnicidade senão no quadro da expansão capitalista”.<sup>125</sup>

Partindo de uma concepção marxista, no entanto, Balibar reconhece a necessidade de situar a luta de classes e seus efeitos baseando-se no desenvolvimento capitalista no marco das *formações sociais*, e não simplesmente no modo de produção considerado como uma “média ideal” ou como um “sistema invariável”, concepção esta que seria – diz o autor – “completamente mecanicista da estrutura”.<sup>126</sup> O que caracteriza os conflitos sociais observados no sistema capitalista, acrescenta, não é apenas sua transnacionalização, mas

---

<sup>123</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:106.

<sup>124</sup> *Ib.*, p.108.

<sup>125</sup> *Ib.*, p.107.

<sup>126</sup> BALIBAR, 1991:12.

também “o papel decisivo que desempenham neles, mais do que nunca, relações sociais localizadas ou formas locais de conflito social (econômicas, religiosas, político-culturais), cuja *'soma'* não é imediatamente totalizável” – formas específicas nas quais se refletem as contradições globais. Balibar questiona: Por que as *unidades sociais* teriam que coincidir, no mundo contemporâneo<sup>127</sup>, com sua *unidade econômica*?<sup>128</sup>

Para este autor, ainda dentro de uma concepção marxista, não existe um “tipo ideal” de classe (proletariado e burguesia), mas processos de proletarização e de aburguesamento, cada qual contando com seus conflitos internos.<sup>129</sup> Assim, acrescenta, “os sinais de uma sobredeterminação constante do racismo pela luta de classes são tão identificáveis universalmente em sua história como o é a determinação nacionalista”. Combinam-se diferentes formas históricas da relação entre racismo e luta de classes, desde o modo como o antissemitismo se desenrolou como “anticapitalismo” – uma das bandeiras encampadas pelo antissemitismo brasileiro, incluindo a dos integralistas – até o modo como a categoria da imigração combina mais recentemente o estigma racial e o ódio de classe. Esta relação, inscrita em um contexto histórico e nacional, impede qualquer tentativa de homogeneização conceitual, argumenta Balibar.<sup>130</sup>

A hipótese de Balibar é a de que “classe” e “raça” constituem “dois polos antinômicos de uma dialética permanente que reside no núcleo das representações modernas da história”. O *racismo de classe*, tanto no que se refere à classe dominante quanto às classes populares, se propõe a “marcar com signos genéricos populações destinadas coletivamente à exploração capitalista, ou aquelas que devem permanecer como uma “reserva” para o sistema.<sup>131</sup> Foi a partir dessa fundamentação conceitual, por vezes compartilhada abertamente – inclusive na imprensa brasileira durante o século XIX –, que ganhou força pouco a pouco o ciclo imigratório brasileiro, um dos objetos deste trabalho.

Assim, Biondi apontou a falta de consistência político-eleitoral das lideranças do movimento operário italiano do início do século XX, que relutaram em adquirir a cidadania brasileira para entrar na cena política nacional.<sup>132</sup> Sem renunciar à “ideia global de classe”, Biondi reconhece que as pesquisas que cruzam a história dos trabalhadores com a da

---

<sup>127</sup> Este texto de Balibar foi tornado público no final dos anos 1980, daí compreendendo-se portanto o sentido de *contemporâneo*.

<sup>128</sup> BALIBAR, 1991:19.

<sup>129</sup> *Ib.*, p.26.

<sup>130</sup> *Ib.*, p.314-315.

<sup>131</sup> *Ib.*, p.317-326.

<sup>132</sup> BIONDI, 2010:36-37.

imigração, “mais do que muitas outras, navegam em águas tempestuosas de identidades múltiplas a partir dos conflitos culturais e políticos entre o pertencer a uma classe e a formação de uma identidade nacional mais forte”. Estas experiências, acrescenta o autor, são “seguramente mais comuns na imigração do que no âmbito da história operária europeia”.<sup>133</sup>

De modo semelhante, Hall aponta que as reações da comunidade italiana residente na cidade de São Paulo à ascensão fascista, em meados da primeira metade do século XX, “levantam algumas questões intrigantes”, demonstrando, entre outras coisas, “como as afinidades étnicas são capazes de mudanças em períodos relativamente curtos de tempo”<sup>134</sup> e como o fascismo “parece ter provocado uma forma específica de afinidade étnica”, que ele descreve como “não muito estruturada, difusa, impondo poucas obrigações e facilmente abandonada”. Este caso forneceria, segundo Hall, argumentos para os que “encaram a etnicidade como uma construção social, politicamente contestada, ativada em grande parte por competição econômica com outros grupos, e cuja forma e força dependem de circunstâncias específicas”. Ele observa, citando o caso das comunidades italianas, que as manifestações “mais fortes” da etnicidade “provavelmente exigem uma crença na homogeneidade do grupo”, com “fronteiras claras”, noções estas “difíceis de sustentar em São Paulo”.<sup>135</sup>

Ainda sobre o caso brasileiro, conforme demonstraremos neste trabalho, há fortes indícios de que a imigração chinesa oitocentista fracassou apesar do forte argumento material e economicista. De acordo com os relatos fartamente disponíveis na imprensa brasileira do Império, a questão “racial” parece ter sido determinante para minar os esforços dos fazendeiros e de outros atores econômicos e políticos de peso interessados na imigração dos chineses. As teses neomarxistas parecem se confirmar em grande parte, por outro lado, no que diz respeito à experiência da mobilidade: passados mais de duzentos anos do marco inicial do período aqui pesquisado, a mobilidade parece efetivamente obedecer um critério de classe, com a questão racial tornando operacional um projeto econômico da elite brasileira, sem que se possa aferir se foi de fato decisiva para este projeto de inspiração capitalista.

Se, por um lado, o exército industrial de reserva – um projeto de parte da elite transparecido por diversas vezes na imprensa brasileira – ajudou a criar uma segmentação do mercado de trabalho no Brasil em diversos dos períodos pesquisados, observa-se por outro lado que diversos grupos étnicos de imigrantes aqui estabelecidos, incluindo os dois principais

---

<sup>133</sup> BIONDI, 2010:38.

<sup>134</sup> HALL, 2010:63.

<sup>135</sup> Id.

não europeus (os árabes e os japoneses), deixaram por vezes sua condição de profissionais liberais ou contratados sob condições desiguais para se tornarem comunidades social e economicamente destacadas do restante da população. Os marcadores culturais desses imigrantes não só variavam de acordo com o contexto histórico como foram percebidos pela sociedade de acolhimento de modo distinto, à medida em que tanto os grupos quanto a sociedade brasileira se transformavam. A forma como esse processo se desenvolveu, sobretudo quanto a seus aspectos econômicos, é um tópico que foge ao nosso objeto de pesquisa, e portanto nos limitamos a observar algumas destas evidências que poderiam, futuramente, contribuir para trabalhos com este foco.

Além disso, nota-se que “ideologias exógenas” tidas como “nocivas” – incluindo as de parte dos trabalhadores europeus do início do século XX – colaboraram para ressignificar o discurso sobre o estrangeiro em diferentes momentos históricos. Havia o temor de que muitos destes trabalhadores pudessem propagar ideais anarquistas, socialistas ou comunistas no país. Este temor é notável, contínuo e persistente no discurso da imprensa, representando sobretudo o pensamento das elites brasileiras de cada tempo. Em sintonia com sua época, Sílvio Romero, por exemplo, publicava em 1906 uma obra intitulada “O allemanismo no sul do Brasil, seus perigos e meio de os conjurar”<sup>136</sup> argumentando ser “desastrado” o regime de colonização da época e dizendo ser ele ótimo do ponto de vista alemão mas “péssimo” e “perniciosíssimo” do ponto de vista brasileiro, acusando os alemães de serem imperialistas e interessados apenas em ampliar seu domínio territorial por meio das colônias, que ele classifica como “dependências políticas” por estarem “debaixo da soberania e protetorado do império [germânico]”.<sup>137</sup>

O que não se ignora, certamente, é que as fronteiras entre os grupos étnicos são “tanto menos permeáveis quanto mais a organização das identidades étnicas esteja ligada à divisão diferencial das atividades no setor econômico”. Assim, quando as identidades étnicas estão fortemente correlacionadas a um sistema de estratificação socioeconômico – ou seja, “quando as características fenotípicas ou culturais são associadas de maneira sistemática a posições de classe” –, a fronteira étnica “superpõe-se à fronteira social, uma reforçando a outra”.<sup>138</sup>

---

<sup>136</sup> ROMÉRO, Sílvio. O Allemanismo no Sul do Brasil. Seus perigos e meios de os conjurar. Disponível em <http://bit.ly/1AThiRx>. Acesso em 23 dez. 2014.

<sup>137</sup> Ibid., p.16.

<sup>138</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:155.

## 2.11 Neoculturalistas: rompimento com as grandes narrativas

As abordagens neoculturalistas, por sua vez, tratam a etnicidade como um sistema simbólico com um conjunto variável de categorias étnicas que “só possuem significações porque são definidas e utilizadas por pessoas que possuem uma compreensão e expectativas comuns em relação às diferenças fundamentais que separam as pessoas em sua sociedade”. A realidade primeira da etnicidade seria a do quadro cultural, no qual ela se realiza como *comunicação da diferença*.<sup>139</sup> Dessa forma, Bhabha argumentará que o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que “não seja parte do continuum de passado e presente”, criando uma ideia do novo como “ato insurgente de tradução cultural”. Bhabha formula então seu conceito de *entre-lugar*, uma dinâmica que retoma o passado não apenas como causa social ou precedente estético, mas o renova, inovando e interrompendo a atuação do presente. “O ‘*passado-presente*’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver”, sustenta o autor.<sup>140</sup>

Bhabha argumenta que o afastamento das singularidades de *classe* ou *gênero* como categorias conceituais e organizacionais básicas “resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual”, posições estas que habitam as pretensões à identidade no mundo moderno. Assim como os demais autores, Bhabha concorda que a representação da diferença não deve ser lida como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, “inscritos na lápide fixa da tradição”, já que a “articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica”.<sup>141</sup>

Bhabha conclui que o “direito” de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados “não depende da persistência da tradição”; é sobretudo “alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contradição que presidem sobre as vidas do que estão na ‘minoria’”. A *reencenação do passado*, ao romper com as grandes narrativas ficticiamente fixadas, permite romper com as falsas dicotomias criadas para servir oportunamente a estruturas tradicionais de poder, como *imigrante-nacional* ou *branco-negro*. Esse *entre-lugar* permite redefinir conceitos já (e desde

---

<sup>139</sup> Ibid., p.109-110.

<sup>140</sup> BHABHA, 1998:27.

<sup>141</sup> Ibid., p.19-21.



sempre) em transformação, como culturas nacionais homogêneas, a transmissão consensual ou contígua de tradições históricas e as comunidades étnicas “orgânicas”. O contexto pós-colonial vivido pelos imigrantes no Brasil desde 1822, relatado neste trabalho por meio da visão elitizada da imprensa, nos dá evidências sobre esta problemática.

Ao refutar o conceito de *diversidade cultural*, Bhabha afirma ser esta o “reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados”, mantida em um “enquadramento temporal relativista”, dando origem a “noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade”. O problema reside no fato de que a diversidade cultural, para Bhabha, é a “representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única”.<sup>142</sup> É a mesma dinâmica que permite que se proliferem chavões como “Todo chinês é...” ou “Todo inglês é...”.

Ao adotar o conceito de *diferença cultural*, por outro lado, Bhabha chama a atenção para o “solo comum e o território perdido dos debates críticos contemporâneos”. Dessa forma, a cultura só emerge como problemática quando “há uma perda de significado na contestação e articulação da vida cotidiana entre classes, gêneros, raças, nações”. No entanto, a “realidade do limite ou texto-limite da cultura é raramente teorizada fora das bem intencionadas polêmicas moralistas contra o preconceito e o estereótipo ou da asserção generalizadora do racismo individual ou institucional”. Isso descreve, acrescenta Bhabha, o efeito e não a estrutura do problema.<sup>143</sup>

A *diferença cultural*, por seu lado, concentra-se no problema da *ambivalência da autoridade cultural*: “a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação” (grifo do autor). Trata-se, sintetiza, do problema de como, ao significar o presente, “algo vem a ser repetido, relocado e traduzido em nome da tradição, sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos do artifício do arcaico”.<sup>144</sup> A *diferença cultural* não admite um tempo a-histórico – pelo contrário, o passado não é encerrado aos espaços de memória e projeta um novo espaço da enunciação, contraditório e ambivalente, tornando insustentáveis as reivindicações hierárquicas de

---

<sup>142</sup> Ibid., p.63.

<sup>143</sup> Id.

<sup>144</sup> Ib., p.64-65.

*originalidade* ou *pureza* da cultura. Essa dinâmica garante que o significado e os símbolos da cultura não tenham “unidade ou fixidez primordial” e que “até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo”.<sup>145</sup>

Ao adotarmos esta metodologia, reconhecemos a contribuição de Bhabha para a formulação deste espaço – que o autor designa o *Terceiro Espaço* – sobretudo no universo do nosso objeto – a sociedade colonial e pós-colonial brasileira –, abrindo caminho para a conceitualização de uma cultura “*internacional*, baseada não no exotismo do multiculturalismo ou na *diversidade* de culturas, mas na inscrição e articulação do *hibridismo* da cultura” (grifos do autor). Bhabha observa, por fim, que este “inter” – o “fio cortante da tradução e da negociação, o *entre-lugar*” – carrega o “fardo do significado da cultura”, permitindo que se comece a vislumbrar as histórias *nacionais, antinacionalistas*, do “povo”.<sup>146</sup>

Conforme observam Poutignat e Streiff-Fenart, uma das principais oposições observadas no debate sobre a etnicidade está em sua conceitualização ora como fenômeno predominantemente *político* – cujo foco são as relações de classe e o estatuto do poder, uma interpretação *instrumental* da temática – ora como fenômeno sobretudo *simbólico* – ou seja, é a construção simbólica da distinção cultural que fornece a base conceitual da etnicidade. Ambas as correntes estão em acordo sobre a etnicidade ser uma construção social da pertença, determinada a partir de um contexto específico e manipulada pelos atores sociais. O desacordo diz respeito às motivações que levam os grupos a se distinguir uns dos outros e a organizar suas relações sociais baseadas nessas distinções.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup> *Ib.*, p.68.

<sup>146</sup> *Ib.*, p.69.

<sup>147</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:125.

## 2.12 O poder de atribuição do *Outro*

A importância da imprensa nesse processo – e sobretudo para o nosso objeto – é evidente na medida em que uma das características mais importantes do conceito de *etnicidade* é o poder de atribuição do *Outro* em relação a um determinado grupo (a definição exógena do grupo), sendo frequentemente negado a este hipotético grupo, principalmente em sociedades nacionalistas pós-coloniais, o direito à autodefinição. Pese o fato de que praticamente todos os grupos de imigrantes mantiveram sua *imprensa imigrante*, nos meios de comunicação de grande circulação praticamente inexistia a autorrepresentação simbólica do imigrante.

Poutignat e Streiff-Fenart observam, no entanto, que as definições exógenas e endógenas não podem ser analiticamente separadas porque estão em uma relação de oposição dialética: “Elas raramente são congruentes mas necessariamente ligadas entre si: um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não membros o categorizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exodefinição”.<sup>148</sup> As *exodefinições* estudadas neste trabalho incluem tanto a criação de categorias generalistas que muitas vezes não representavam adequadamente os diversos grupos – “turcos”, “amarelos”, “árabes”, “alemães”, “italianos” etc. – quanto a estigmatização de determinados grupos grosseiramente incentivada pela imprensa.

Já a contribuição da problemática da etnicidade para nosso objeto consiste em acompanhar, ao longo do período analisado, a ruptura com a concepção primordialista dos grupos étnicos, concepção esta que foi predominante na imprensa brasileira durante o século XIX e a primeira metade do século XX. Os primordialistas julgavam identificar previamente os distintos grupos étnicos, atribuindo a cada um deles traços biológicos e/ou culturais específicos que eles “possuíam”. Uma vez que fossem coagidos, de forma endógena, a se assimilar à cultural “nacional”, seriam plenamente integrados a uma *raça melhorada*, a raça brasileira. Nesta mesma perspectiva, como a identidade étnica depende principalmente – ou exclusivamente (dependendo do autor) – de um “conteúdo cultural”, a assimilação de determinados grupos étnicos promoveria a “degeneração” da identidade brasileira; para outros, esta degeneração já se encontrava em um estágio avançado, visto por alguns como irreversível na mesma proporção que um organismo vivo já fora tomado demasiadamente por

---

<sup>148</sup> Ibid., p.143.

células cancerígenas.

A etnicidade rompe justamente com estas definições substancialistas ao propor que “uma identidade coletiva nunca é redutível à posse de uma herança cultural (...) mas se constrói como um sistema de separações e de diferenças com relação a ‘outros’ significativos em um contexto histórico e social determinado”.<sup>149</sup> Assim, a contribuição de Fredrik Barth para a formulação da problemática da etnicidade é decisiva para nosso objeto de estudo. Ao se distanciar da visão essencialista que predominou entre os antropólogos e outros intelectuais em grande parte do período aqui investigado, o autor sustenta que as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social, e tampouco são blocos culturais fixos. A interação dos grupos étnicos em um sistema social, diz Barth, não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação: “as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos”.<sup>150</sup>

Em vez de considerar os grupos étnicos como “suportes de cultura”, blocos monolíticos imutáveis, o conteúdo cultural – a “cultura” de um “povo” – é visto aqui como uma “implicação ou resultado, mais do que como uma característica primária e definicional da organização do grupo étnico”.<sup>151</sup> A mudança de paradigma se constitui na transformação dos grupos de organismos vivos – ou seja, *biologizantes*, tal como sugerimos há pouco – a organizações sociais, com seus atores usando identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros com objetivos de interação. Essa interação, por sua vez, é delimitada pelas *fronteiras étnicas* a partir de diferentes estratégias expressivas e de validação em contínua mutação, porém operativas, objetivas e, portanto, passíveis de serem analisadas. Não se trata, portanto, de simplesmente eliminar as fronteiras étnicas e decretar o fim das diferenças culturais. Pelo contrário: o modelo de Barth exige uma investigação ainda mais dinâmica que dê conta da complexidade das diferenças culturais, a partir destas fronteiras.

Aspectos como a *perspectiva demográfica*<sup>152</sup> nunca podem, ao nosso ver, ser segregados de outros fatores – não se trata de retomar, portanto, interpretações deterministas acerca das migrações humanas internacionais. A emigração em massa para o Brasil diminuiu efetivamente a pressão demográfica no continente europeu, para citar um exemplo importante, criando uma situação inédita para alguns destes países de emigração e, certamente,

---

<sup>149</sup> Ibid., p.176.

<sup>150</sup> BARTH, 1969:188.

<sup>151</sup> Ibid., p.191.

<sup>152</sup> Ibid., p.202-204.

inaugurando um fenômeno no Brasil. Conforme destacaremos, assim como este fenômeno pode ser *objetivamente* observado, ele também é *culturalmente* interpretado de modo a acomodar visões da elite brasileira.

Uma análise do conjunto do período investigado nos mostra, por exemplo, que diferentes grupos étnicos, categorizados distintamente no país de origem e no país de acolhimento, acabaram por se reagrupar em novos grupos mais amplos, ou simplesmente diferentes daqueles de origem, em uma dinâmica perfeitamente observável porém de modo algum generalizável. São de especial interesse os casos dos alemães, dos italianos, dos japoneses e dos pomeranos. Em muitos desses casos, as fronteiras étnicas se deslocaram de tal modo que a análise da temática depende não só de uma atenta observação do grupo étnico em si, mas sobretudo de uma ampla reflexão acerca das próprias sociedades de acolhimento e de origem, nos diferentes períodos históricos. Esta é uma evidente limitação deste trabalho dado o escopo de nosso objeto. Restringimo-nos, por isso, à análise aqui proposta: o discurso da imprensa brasileira sobre o tema da imigração, sobre os distintos grupos étnicos presentes no território brasileiro e, quando muito, a uma breve porém necessária contextualização histórica de cada um dos períodos ou episódios descritos.

Conforme destaca Barth, falando sobre seu campo de conhecimento, “a história humana é o relato do desenvolvimento de formas emergentes, tanto das culturas como das sociedades. O problema, na antropologia, foi o de saber como esta história pode ser mais bem descrita e que tipos de análise são adequadas para descobrir os princípios gerais no decorrer das mudanças”. Ao mesmo tempo que as fronteiras propostas por Barth seriam mantidas por unidades étnicas, sendo possível especificar portanto a natureza da continuidade e a persistência de tais unidades, o autor conclui que “a maior parte da substância cultural que em determinado momento é associada a uma população humana *não é* restringida por essa fronteira; ela pode variar, ser reconhecida e mudar, sem nenhuma relação importante com a manutenção das fronteiras do grupo étnico” (grifo do autor). Dessa forma, acrescenta, quando se retraça a história de um grupo étnico ao longo do tempo, não se está traçando a história de uma “cultura”.<sup>153</sup>

Para Barth, os elementos da cultura presente em um grupo étnico “não surgem de um conjunto particular que constitui a cultura do grupo em um período anterior”, embora o grupo tenha uma existência organizacional contínua. Dessa forma, a designação de um “árabe”

---

<sup>153</sup> Ibid., p.226-227.

como um mascate, posição ocupada por muitos imigrantes levantinos, possui uma dupla estigmatização – a ideia de que diferentes indivíduos compõe uma unidade (árabes) e a perpetuação de sua imagem como pertencente a um determinado campo profissional.

Um interessante debate surgiu a partir da publicação, na capa de uma revista de história em 2009, de um mascate retratado por Marc Ferrez em 1899 ilustrando a reportagem principal sobre a trajetória dos árabes no Brasil.<sup>154</sup> A própria revista fizera uma matéria debatendo as alternativas que poderiam ter virado capa, entre as quais uma pintura de Pedro Américo, de 1884, em que uma rabequista toca um instrumento árabe.<sup>155</sup> Um leitor escreveu à redação afirmando não ter gostado da capa e argumentando: “Sou de família árabe e não acho que vendedor ambulante corresponda à minha identidade árabe”. O leitor informa sua preferência por uma das outras opções – a da rabequista – e reafirma sua posição profissional: *designer* e publicitário. E conclui: “Não sou camelô. A capa tem uma visão exótica dos meus ancestrais”.<sup>156</sup>

Este debate diz um pouco sobre a investigação que nos propomos em relação à representação dos imigrantes na imprensa brasileira. A ancestralidade comum, aspecto irrevogável de uma identidade étnica, é constantemente renegociada a partir de elementos simbólicos que expõe aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos de um determinado grupo. Essa representação pede, argumenta Bhabha, uma forma de reinscrição cultural que ele denomina *passado projetivo*, possibilitando o surgimento de “uma narrativa histórica da alteridade que explora formas de antagonismo e contradição social que ainda não tiveram uma representação adequada, identidades políticas em processo de formação, enunciações culturais no ato do hibridismo, no processo de tradução e transvaloração de diferenças culturais”.

### 2.13 A disputa do território conceitual: (re)escrevendo a nação

As problemáticas fronteiras da modernidade, argumenta Bhabha, estão encenadas em temporalidades ambivalentes do espaço-nação: “A linguagem da cultura e da comunidade

---

<sup>154</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.46, jul. 2009. Disponível em <http://bit.ly/1AThWyl>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>155</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.47, ago. 2009. Disponível em <http://bit.ly/1AThSPl>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>156</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.48, set. 2009, p.97.

equilibra-se nas fissuras do presente, tornando-se as figuras retóricas de um passado nacional”.<sup>157</sup> É na leitura destas fronteiras do espaço-nação, sustenta o autor, que é possível analisar como o conceito de “povo” emerge dentro de uma série de discursos como um “movimento narrativo duplo”. Dessa forma, “povo” não se refere simplesmente a eventos históricos ou a componentes de um corpo político patriótico. É, também, “uma complexa estratégia retórica de referência social”, um “território conceitual disputado” onde povo tem de ser pensado num tempo-duplo: ora são (1) “objetos” históricos de uma pedagogia nacionalista, um discurso de uma determinada autoridade que baseia-se supostamente no preestabelecido, ou seja, na “origem” histórica, o passado (construído socialmente) da nação; ora são (2) “sujeitos” de um processo de significação que deve suprimir qualquer referência à origem com o objetivo de demonstrar seus princípios vivos, o *povo* como signo do *presente* e da vida nacional contemporânea. Bhabha sintetiza:

Os fragmentos retalhos e restos da vida cotidiana devem ser repetidamente transformados nos signos de uma cultura nacional coerente, enquanto o próprio ato de performance narrativa interpela um círculo crescente de sujeitos nacionais. Na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performático. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de *escrever a nação*.<sup>158</sup> (grifo do autor)

Dessa forma, o povo não é nem o princípio nem o fim da narrativa nacional: ele representa o “tênuo limite entre os poderes totalizadores do social como comunidade homogênea, consensual”, entre os quais se insere em geral a imprensa nacional, e “as forças que significam a interpelação mais específica a interesses e identidades contenciosos, desiguais, no interior de uma população”.<sup>159</sup> As nações estão permeadas de contranarrativas, que continuamente “evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras” e “perturbam aquelas manobras ideológicas” através das quais *comunidades imaginadas* recebem identidades essencialistas.<sup>160</sup>

Um dos “problemas da imigração” frequentemente relatados na imprensa brasileira é, justamente, a perturbação da narrativa nacional, que além de ideologicamente direcionada deve ser sobretudo homogênea. Os imigrantes que chegavam ao Brasil deveriam ser, para usar

---

<sup>157</sup> BHABHA, 1998:202.

<sup>158</sup> *Ib.*, p.206-207.

<sup>159</sup> *Ib.*, p.207.

<sup>160</sup> *Ib.*, p.211.

uma linguagem das décadas de 1930 e 1940, do mesmo “tronco étnico e cultural” que o da sociedade *brasileira* – ou pelo menos a sociedade *imaginada* pelo Estado brasileiro. A farsa da narrativa nacional homogênea é brutalmente exposta pelas minorias étnicas, minorias estas quantitativas ou sociais e culturais. É nesses termos que Bhabha questiona: “De que modo se pode encontrar o passado como uma anterioridade que continuamente introduz uma outridade (sic) ou alteridade dentro do presente? De que modo então narrar o presente como uma forma de contemporaneidade que não é nem pontual nem sincrônica? Em que tempo histórico tais configurações de diferença cultural assumem formas de autoridade cultural e política?”<sup>161</sup>

A centralidade, portanto, da *diferença cultural* proposta por Bhabha está em “rearticular a soma do conhecimento a partir da perspectiva da posição de significação da minoria”, que resiste à totalização e acaba por “perturbar o cálculo de poder e saber, produzindo outros espaços de significação subalterna”.<sup>162</sup> Um exemplo deste momento fronteiro, este “jogo disjuntivo de símbolo e signo”, é o que Walter Benjamin chama de “estrangeiridade das línguas”, ou seja, o “núcleo do intraduzível que vai além da transferência do conteúdo entre textos ou práticas culturais”. A transferência de significado nunca pode ser total entre sistemas de significados dentro deles, pois – conforme formula Benjamin – “a linguagem da tradução envolve seu conteúdo como um manto real de amplas dobras... ela significa uma linguagem mais exaltada do que a sua própria e, portanto, continua inadequada para seu conteúdo, dominante e estrangeiro”.<sup>163</sup>

Ao ignorar as *fronteiras étnicas* de Barth e o problema da *temporalidade ambivalente da modernidade* de Bhabha, sob a rubrica generalista de “discurso da modernidade”, um momento histórico complexo é reduzido a uma “uma pedra de toque singular” – Razão, Historicismo, Progresso, Desenvolvimento, Civilização – para a “conveniência crítica da teoria literária pós-moderna”.<sup>164</sup> Para o que interessa em relação ao nosso objeto, Bhabha propõe que a herança cultural da escravidão ou do colonialismo seja posta diante da modernidade não para “resolver suas diferenças históricas em uma nova totalidade”, e tampouco para renunciar a suas tradições.

O que Bhabha propõe, efetivamente, é “introduzir um outro locus de inscrição e intervenção, um outro lugar de enunciação híbrido”, o seu *entre-tempo*. Sem essa reinscrição

---

<sup>161</sup> *Ib.*, p.222.

<sup>162</sup> *Id.*

<sup>163</sup> *Ib.*, p.228-230; BENJAMIN, Walter. *Illuminations*. Londres: Cape, 1970, p.75 apud BHABHA, 1998:230.

<sup>164</sup> BHABHA, 1998:330.



do próprio signo, ou seja, sem uma transformação do lugar de enunciação, “há o perigo de que os conteúdos miméticos de um discurso ocultem o fato de que as estruturas hegemônicas do poder sejam mantidas em uma posição de autoridade através de uma *mudança de vocabulário* na posição de autoridade”.<sup>165</sup> Ao adotar esta perspectiva, é possível ressignificar o racismo não apenas como um remanescente de concepções arcaicas da aristocracia, sustenta Bhabha, mas sobretudo como “parte das tradições históricas do humanismo cívico e liberal que criam matrizes ideológicas de aspiração nacional, em conjunto com de *'um povo'* e sua comunidade imaginada”.<sup>166</sup>

A partir desse debate conceitual, passamos a analisar no capítulo seguinte como o imigrante foi apresentado pela imprensa desde o surgimento dos primeiros meios jornalísticos impressos no país, em 1808, até a data de publicação deste trabalho (2015).

---

<sup>165</sup> *Ib.*, p.333-334.

<sup>166</sup> *Ib.*, p.345.

### 3 A GÊNESE IMIGRANTE – 1808-1870

No dia 28 de janeiro de 1808 a primeira Carta Régia de D. João VI, recém-chegado ao Brasil, influenciaria decisivamente o futuro da imprensa e da imigração no Brasil: a Corte imperial determina neste dia a abertura dos portos ao comércio com as nações amigas, beneficiando sobretudo os ingleses.<sup>167</sup> A medida mais importante, no entanto, viria dois anos depois. Um decreto de 25 de novembro de 1810 dizia o seguinte:

Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brazil.

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem publico, augmentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brazil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma fórma, com que segundo as minhas reaes ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaesquer leis ou disposições em contrario. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808.

Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.<sup>168</sup>

Alencastro e Renaux observam que, depois de um quarto de século de guerras de grandes proporções, a derrota de Napoleão e a paz do Congresso de Viena (1815) “conduzem à desmobilização dos exércitos na Europa e deixam ao léu milhares de soldados que procuravam emigrar para a América”. D. João VI combinou, mesmo que timidamente, medidas imigrantistas e restritivas ao tráfico negreiro: um alvará de 25 de abril de 1818 aumentou em mais de uma vez e meia as tarifas sobre a importação de escravos africanos, reservando parte de tais rendas tributárias para a compra de ações do novo Banco do Brasil. O rendimento destas ações financiaria a manutenção de “novas povoações de colonos brancos”, que deveriam ser católicos, à época a única religião admitida pela Corte. Os autores apontam que o catolicismo institucional “ajudou a travar a imigração europeia para o Império”.<sup>169</sup>

Os ideais liberais e/ou libertários, que já há algum tempo eram temidos pela Corte portuguesa, passariam a contar com um grande aliado: o maior fluxo de pessoas e de materiais impressos no Brasil. Os estrangeiros eram controlados e registrados pela Intendência Geral da Polícia e não era incomum a sua detenção pela guarda imperial. Os espanhóis andavam não só

<sup>167</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Disponível em <http://bit.ly/1BTO4on>. Acesso em 20 dez. 2014.

<sup>168</sup> BRASIL. Decreto de 25 de Novembro de 1808. Disponível em <http://bit.ly/1tu2SqG>. Acesso em 20 dez. 2014.

<sup>169</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:292; CÂMARA DOS DEPUTADOS. Alvará de 25 de Abril de 1818. Disponível em <http://bit.ly/1ySPL2Y>. Acesso em 20 dez. 2014.

com uma declaração de que eram vassallos do rei da Espanha como também com um “laço espanhol” no chapéu, uma forma de identificar sua nacionalidade.<sup>170</sup> Uma lista elaborada em 31 de julho de 1820 – o *Mapa dos estrangeiros, cujos nomes se acham descritos nos livros de matrícula feita pela Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino do Brasil* – registra um total de 1.748 suíços (o maior grupo, cujo destino principal era a nascente colônia de Nova Friburgo), 443 ingleses, 401 franceses, 310 espanhóis, 75 italianos e 45 alemães, além de alguns poucos holandeses, norte-americanos, suecos, prussianos e russos.<sup>171</sup>

O temor diante deste maior fluxo, observa Sodré, teria rápidas consequências preventivas por parte das autoridades joaninas: uma provisão de 14 de outubro de 1808 ordenava aos juizes da alfândega que não permitissem a entrada de livros ou papéis impressos sem o desembargo do Paço, enquanto outro edital, de 30 de maio de 1809, determinava que os avisos, anúncios e notícias de livros à venda, estrangeiros ou nacionais, só fossem publicados depois da aprovação policial.<sup>172</sup>

A influência estrangeira não era apenas europeia ou norte-americana. As que eram tidas como uma ameaça à ordem pública vinham também do Haiti, cuja revolução liderada por escravos no final do século XVIII costumava gerar pânico no Brasil. Um relato de 1831 mostra como rumores crescentes garantiam estar em andamento no Rio de Janeiro, capital do Império, uma “trama conspiratória” inspirada na violenta Revolução do Haiti (1791-1825). Segundo os boatos, os agitadores reuniam-se em uma sociedade secreta e pretendiam abolir a escravidão à força, “assassinando os brancos e promovendo o cruzamento de raças no Brasil”. Uma simples menção da nação das Antilhas, segunda colônia das Américas a obter sua independência, em 1804, causava arrepios nos países escravocratas, pois a abolição da escravatura neste país caribenho foi um banho de sangue perpetrado pelos negros contra seus dominadores, expulsos do território.<sup>173</sup>

A maior parte dos historiadores duvida que os boatos de que haveriam sociedades secretas influenciadas pela revolução em São Domingos (atual Haiti) fossem verdadeiros, não havendo qualquer indício de que estas organizações fossem efetivamente organizadas. De qualquer forma, Carvalho lembra que o imaginário acerca do tema era suficiente para causar temor nos proprietários rurais e provocar reações reais. O “haitianismo”, conforme expressão

---

<sup>170</sup> SILVA, 2007:89.

<sup>171</sup> *Ib.*, p.90.

<sup>172</sup> SODRÉ, 1999:14.

<sup>173</sup> LAPA, Iuri. O Haiti é aqui? Revista de História da Biblioteca Nacional, n.54, mar. 2010. Disponível em <http://bit.ly/1ETSc5V>. Acesso em 20 dez. 2014.

da época, “era um espantalho poderoso num país que dependia da mão de obra escrava e em que dois terços da população eram mestiços”.<sup>174</sup> Além disso, o “cruzamento de raças” já estava em andamento devido à própria natureza da colonização portuguesa, segundo lembra Carvalho: comercial e masculina. Conforme destaca este historiador, “Portugal, à época da conquista, tinha cerca de 1 milhão de habitantes, insuficientes para colonizar o vasto império que conquistara, sobretudo as partes menos habitadas, como o Brasil. Não havia mulheres para acompanhar os homens. Miscigenar era uma necessidade individual e política”.<sup>175</sup>

Em meio a muitas tentativas de burlar o controle imperial, rigoroso em meio ao contexto internacional acima mencionado, a imprensa surgiria no Brasil por iniciativa de D. João VI. Com a vinda da família real, instalara-se na capital, por meio de um decreto de 13 de maio de 1808<sup>176</sup>, a primeira tipografia brasileira, *Impressão Régia*, administrada por uma junta a quem competia, entre outras funções, “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes” (aviso de 24 de junho de 1808). A administração contava então com quatro censores reais e foi de lá que saiu, a 10 de setembro de 1808, o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Com quatro páginas, anuncia que está à venda no fim da rua da Quitanda, saindo todos os sábados pela manhã.<sup>177</sup>

A *Gazeta* é o jornal oficial, feito na imprensa oficial, e “nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado”, resume Sodré<sup>178</sup>. O autor cita uma síntese do comerciante inglês John Armitage, um dos primeiros *brasilianistas*. Diz este autor sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*:

Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume.<sup>179</sup>

---

<sup>174</sup> CARVALHO, 2010:27.

<sup>175</sup> *Ib.*, p.20.

<sup>176</sup> BRASIL. Decreto de 13 de Maio de 1808. Disponível em <http://bit.ly/1ETSmKg>. Acesso em 20 dez. 2014.

<sup>177</sup> Todas as edições da *Gazeta do Rio de Janeiro* encontram-se digitalizadas e disponíveis no site da Biblioteca Nacional em <http://bit.ly/1JExUA6>. Acesso em 2 jan. 2015.

<sup>178</sup> SODRÉ, 1999:20.

<sup>179</sup> ARMITAGE apud SODRÉ, 1999:20.

Outro jornal de destaque, o *Correio Braziliense* – anterior à *Gazeta*, sendo sua primeira edição de junho de 1808 –, era editado em Londres e, segundo Sodré, conseguiria ser razoavelmente lido no Brasil, apesar da forte censura imperial e de não se saber ao certo o quanto era lido. A partir de 1820 até seu encerramento, em 1822, foi vendido livremente. Além disso, o *Correio* possuía um formato diferente da imprensa que viria a se desenvolver a partir deste momento no Brasil: era muito mais parecido com um livro do que propriamente com um jornal, com edições que poderiam passar de 100 páginas.<sup>180</sup>

Foi no *Correio Braziliense*, dirigido e editado por Hipólito da Costa, que surgiram algumas das primeiras posições sobre o incentivo à imigração europeia e a oposição ao “instituto servil” na imprensa em circulação no Brasil. Sodré observa, no entanto, que Hipólito não foi o primeiro a falar sobre o tema no país, e tampouco tinha uma visão transformadora em relação a diversas questões como, por exemplo, a emancipação do Brasil. Hipólito se posicionava frequentemente ao lado da Corte portuguesa nesta questão.<sup>181</sup> Apesar disso, o *Correio* tinha princípios liberais em termos de economia, criticando a discriminação contra a entrada de produtos estrangeiros e o monopólio português das importações.<sup>182</sup>

De Londres, em resposta ao *Correio Braziliense*, D. João VI subsidia o jornal *O Investigador Português* (depois transformado em *O Português*), que durou de 1811 a 1819 e, a partir de 1814, perderia seu apoio por se tornar mais independente e se voltar contra o monarca<sup>183</sup>. No Brasil, aparecem as primeiras *folhas privadas*: a primeira em Salvador, em 1811, chamava-se *Idade d'Ouro do Brazil* (também conhecida como *Gazeta da Bahia*).<sup>184</sup> No Rio surgem o *Varietades e Ensaios Literários* (1812), *O Patriota* (1813) e *O Amigo do Rei e do Povo* (1819).<sup>185</sup> Apesar da aparente e lenta abertura, a perseguição à imprensa e aos jornalistas críticos ao governo, mesmo em períodos de liberdade formal de expressão, era frequente. Um dos exemplos mais importantes foi a perseguição de D. Pedro I a João Soares Lisboa, proprietário do *Correio do Rio de Janeiro*.<sup>186</sup>

Um dos jornais mais antigos da América Latina em vigência, o *Jornal do Commercio*, surge pelas mãos de um estrangeiro, o renomado editor francês Pierre Plancher, um

---

<sup>180</sup> Todas as edições do *Correio Braziliense*, que circulou até 1822, encontram-se digitalizadas no site da Biblioteca Nacional, em <http://bit.ly/1JEzqCz>. Acesso em 2 jan. 2015.

<sup>181</sup> Para breve histórico sobre o *Correio Braziliense*, ver SODRÉ, 1999:20-28.

<sup>182</sup> CHAGAS, 2001:25.

<sup>183</sup> OLIVEIRA LIMA, 2006:702.

<sup>184</sup> O jornal foi digitalizado pela Fundação Biblioteca Nacional e está disponível em <http://bit.ly/1CAZ5Zo>

<sup>185</sup> CHAGAS, 2001:26.

<sup>186</sup> *Ib.*, p.48.

bonapartista fugido da França que chegou ao Rio de Janeiro no início de 1824 e instalando sua oficina à rua do Ouvidor. Além de vender livros lançou neste mesmo ano um jornal, o *Diário do Governo*, de evidente orientação governista, pró-D. Pedro I. Ainda em 1824 lançou outro jornal em apoio ao monarca, *O Spectador Brasileiro*, entre outros que editaria. No dia 1º de outubro de 1827, se seguindo ao *Spectador* (encerrado em maio), surge então o *Jornal do Commercio*. Plancher retorna à França após a mudança de regime, tendo como sucessores na direção do diário carioca até 1890 apenas franceses: Junius Villeneuve, Francisco Picot e Julio de Villeneuve. Ao longo da história do jornal, um grande número de estrangeiros publicavam romances em capítulos diários: Victor Hugo, Alexandre Dumas, Émile Zola, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins. Havia também renomados brasileiros: José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis e Gonçalves Dias eram alguns deles.<sup>187</sup>

É importante observar, no entanto, o notável atraso intelectual promovido pelos portugueses colonizadores no Brasil durante os mais de trezentos anos que antecederam a chegada de D. João VI ao território brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda destaca, por exemplo, que enquanto a Universidade do México havia diplomado quase 8 mil bacharéis e cerca de 470 doutores e licenciados entre 1775 e o ano da independência, 1821, o número de naturais do Brasil graduados durante o mesmo período em Coimbra era dez vezes menor. O contraste entre as Américas espanhola e portuguesa também se manifesta na imprensa: enquanto a impressão de livros já ocorria na Cidade do México desde pelo menos 1535 e em Lima desde 1584, o Brasil só autoriza a sua Imprensa Régia no início do século XIX.<sup>188</sup>

Todas as principais cidades da América espanhola já contavam com estabelecimentos gráficos em meados do século XVIII. No Brasil, a primeira oficina de impressão fora instalada apenas em 1747 por Antônio Isidro da Fonseca<sup>189</sup> para logo depois ser fechada. A carta régia de 5 de julho deste ano, registra Holanda, alega não ser “conveniente” que no Estado do Brasil “se imprimão papeis no tempo presente, nem ser utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem hir impressos os livros e papeis no mesmo tempo em que d’elles devem hir as licenças da

<sup>187</sup> QUASE dois séculos de História. *Jornal do Commercio*, Sem data. Disponível em <http://www.jcom.com.br/pagina/historia/2>. Acesso em 25 nov. 2014; CHAGAS, 2001:56-57.

<sup>188</sup> HOLANDA, 1995:119-120.

<sup>189</sup> Holanda observa, como breve ponderação, que o Colégio de Jesuítas já possuía “alguns impressos na própria casa por volta de 1724”, segundo o mais importante registro histórico sobre o tema, mas à qual não deve ser dada “extraordinária importância” pelo fato de estes livros serem “para uso privado do colégio e dos padres”. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. VI (Rio de Janeiro, 1945), p.26. apud HOLANDA, 1995:202.

Inquização e do meu Conselho Ultramarino, sem as quaes se não podem imprimir nem correrem as obras”. Holanda lembra que, antes mesmo do início do século XIX, quando chega a imprensa no Brasil, quase 9 mil obras já haviam sido impressas na Cidade do México, incluindo mais de 2 mil somente nos séculos XVI e XVII, com outras 2,6 mil sendo impressas apenas nos primeiros 21 anos do século XIX. Em Lima, por sua vez, quase 4 mil obras foram impressas entre 1584 e 1824<sup>190</sup>.

### 3.1 Chegam os primeiros colonos, todos “amarelos”

É neste contexto que chegam, no início do século XIX, os primeiros imigrantes subsidiados pela Corte imperial. Ao contrário do que em geral apresenta a historiografia brasileira, não foram os suíços de Nova Friburgo e tampouco os alemães no sul da Bahia – estes a partir de 1816<sup>191</sup> e aqueles em 1819 – os primeiros colonos livres subsidiados pelo Estado brasileiro. Em 1812 chegaram ao Rio de Janeiro pelo menos trezentos chineses vindos de Macau e “provavelmente dentre a ralé” de Cantão, segundo Oliveira Lima.<sup>192</sup> Estes imigrantes chegaram em circunstâncias certamente diferentes das que se verificou entre os colonos europeus anteriormente citados. A data, inclusive, varia segundo a fonte – Benedicto Freitas, por exemplo, fala que os primeiros 45 colonos chineses teriam chegado em 1815, segundo Fania Fridman provenientes de Macau.<sup>193</sup> Não há dúvidas, conforme veremos mais à frente, de que os chineses chegaram antes dos suíços de Nova Friburgo, no que se configura portanto como a primeira leva de colonos livres estabelecidos no Brasil e subsidiados pela Corte imperial.

Lesser argumentará que os primeiros chineses chegaram ainda antes no país, em 1810<sup>194</sup>. Este autor observa que o interesse pela mão de obra chinesa data pelo menos de 1807,

---

<sup>190</sup> HOLANDA, 1995:120.

<sup>191</sup> TRESPACH, Rodrigo. Alemães para toda obra. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.102, mar. 2014, p.16-17.

<sup>192</sup> OLIVEIRA LIMA, 2006:144. O autor, no entanto, não dá qualquer importância ao tema, ignorando a data da chegada dos “centos de chineses”, a quem chama pela designação pejorativa de *chins*. Ele centra sua breve análise na introdução de culturas de árvores e plantas estrangeiras no Brasil.

<sup>193</sup> FREITAS, Benedicto. Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial. Vol. II: Vice-reis e reinado (1760-1821). Rio de Janeiro, 1987; FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor e Garamond, 1999 apud PRADO, Geraldo Moreira; SANTOS, Rael Fiszon Eugenio dos. Especiarias da China. Nossa História, n.36, out. 2006, p.68-73.

<sup>194</sup> LESSER, 2001:40.

quando um influente membro da Suprema Corte declara em carta apoiar a entrada de chineses, observando que eles eram “não só braços laboriosos, mas ativos, industriais e peritos na prática das artes e agricultura”. O conde de Linhares, ministro do exterior português já no exílio após a investida de Napoleão, apoiava a ideia. Cogitou-se, neste período, subsidiar a vinda de 2 milhões de chineses para substituir a mão de obra escrava devido, entre outros aspectos, à pressão inglesa nesta questão e ao desejo pessoal de D. João VI de tornar o chá um produto importante no país.

Lesser afirma que o plano foi implementado em 1810, quando várias centenas de plantadores de chá chineses teriam começado a trabalhar na fazenda do governo imperial (mais tarde Jardim Botânico Real), no Rio de Janeiro, bem como na Real Fazenda de Santa Cruz – esta última ocupada anteriormente pelos jesuítas e, depois, já sob administração régia. Um viajante britânico que chegara ao Brasil em meados de 1808, John Luccock, também se refere a colonos na Fazenda de Santa Cruz como oriundos da cidade chinesa de Nanquim. Uma outra viajante, descrevendo o interesse pessoal de D. João VI pela empreitada, elogia especialmente este segundo local denominando-o a “China de Santa Cruz”.<sup>195</sup> Dois anos mais tarde, em 1812 – registra Lesser – “chegaram mais quatrocentos ou quinhentos plantadores de chá, e a palavra chinesa *chá* tornou-se de uso comum na linguagem da elite e do povo”. Entre as culturas se encontravam sementes e mudas de lichia, canela, cravo-da-índia, carambola, palmeira-imperial, noz moscada, abacate, amoreira, pimenta do reino, canforeira, fruta-pão, cajá-manga, fruta do conde e bambu, entre outras<sup>196</sup>.

No dia 10 de setembro de 1814, desembarcaram no porto do Rio quatro “chineses cultos” – provavelmente mestres do processamento de chá, observa o pesquisador Shu Chang-Sheng<sup>197</sup> –, passando a morar na residência do Conde da Barca. O pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), que visitou o Brasil pela primeira vez entre 1821 e 1825, documentou a plantação chinesa de chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, lembra Shu Chang-Sheng, publicando uma gravura sobre estes colonos em seu livro *Viagem pitoresca através do Brasil*, cujo texto faz referência a uma colônia de 300 chineses na cidade.

Por desentendimentos mútuos, a experiência fracassou. Enquanto os administradores da fazenda desconfiavam que os chineses guardavam segredos agrícolas, os relatos da época

---

<sup>195</sup> PRADO, Geraldo Moreira; SANTOS, Rael Fizon Eugenio dos. Especiarias da China. *Revista Nossa História*, n.36, out. 2006, p.68-73.

<sup>196</sup> DIAS, 2011:52; OLIVEIRA LIMA, 2006:556.

<sup>197</sup> SHU CHANG-SHENG. Chineses no Rio de Janeiro. *Leituras da História*, sem data. Disponível em <http://bit.ly/1EyBRFG>. Acesso em 10 jan. 2015.



indicam que os chineses não aceitaram de forma passiva os maus-tratos e a condição de servidão, uma situação que os colonos não esperavam. Quando dois deles fugiram do Jardim Botânico, relata Shu Chang-Sheng, o filho de D. João VI “caçou-os com cavalos e cães”, com muitos outros escapando em seguida e estabelecendo-se em outros locais da cidade, onde passaram a trabalhar como vendedores ambulantes e cozinheiros. “Por volta de 1825, vários chineses registrados com nomes brasileiros já tinham adquirido licença para mascatear. Com o passar do tempo, os plantadores de chá tornaram-se mascates, vendendo nas ruas peixes e pastéis”, acrescenta o pesquisador, registrando que a venda de pastéis era um tipo de comércio que exigia pouco capital e permitia ao vendedor trabalhar sozinho, “coisa relativamente fácil para os que não têm dinheiro e nem falam o idioma da terra”.<sup>198</sup>

Além do preconceito de muitos que consideravam os chamados (pejorativamente) *chins* como uma “raça inferior”, os colonos foram impedidos de trazer mulheres, de modo a não promover a miscigenação, além de serem proibidos de se aproximar das escravas como forma de evitar eventuais relações íntimas. Lesser também sustenta que o cultivo de chá foi em geral um fracasso, citando igualmente a frustração dos chineses com o impedimento de trazer sua família, conforme declarou um barão alemão que vivia no Brasil à época. Charles Darwin, que visitara o Jardim Botânico Real em 1832, queixou-se de que os 68 hectares de “insignificantes moitinhas [de chá]... mal possuíam o sabor de chá verdadeiro”.<sup>199</sup>

Em meio a um regime análogo à escravidão, 51 chineses subscreveram um abaixo-assinado em 1819, referendado por José Bonifácio e enviado a D. João VI. Nele, solicitavam um intérprete para auxiliá-los nos tribunais, já que eram acusados de fugir da colônia de Santa Cruz.<sup>200</sup> De um lado, as autoridades os acusavam de sair pela cidade cometendo “abusos” e “desordens”, com Fridman observando por outro lado que os colonos “recebiam apenas 160 réis por dia, não podiam comerciar nem ir à cidade, dormir fora da colônia ou receber visitas”.<sup>201</sup> Segundo esta autora, ao mesmo tempo em que havia muitas características análogas à escravidão, não é possível afirmar que estas eram as mesmas de um regime clássico de escravidão. A análise de um documento de 1825 assinado por um chinês que pleiteava representar e “controlar” os colonos conterrâneos sugerem que, assim como

---

<sup>198</sup> Id.

<sup>199</sup> LESSER, 2001:40-41.

<sup>200</sup> PRADO, Geraldo Moreira; SANTOS, Rael Fizon Eugenio dos. Especiarias da China. Nossa História, n.36, out. 2006, p.68-73.

<sup>201</sup> FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor e Garamond, 1999 apud PRADO, Geraldo Moreira; SANTOS, Rael Fizon Eugenio dos. Especiarias da China. Nossa História, n.36, out. 2006, p.68-73.

qualquer outro grupo, os primeiros chineses vivendo no Brasil não constituíam um grupo homogêneo. A partir das licenças obtidas para mascatear, muitos chineses passariam a se fixar primeiro no Rio e, depois, em São Paulo, no Paraná e em outras cidades.

A partir de uma obra de 1825 assinada pelo primeiro diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Frei Leandro, é possível constatar a falta de preparo dos agricultores brasileiros para o projeto pessoal de D. João VI – o cultivo do chá –, que após o fracasso inicial voltou a ser importado principalmente da Inglaterra.<sup>202</sup> O hábito de tomar chá, no entanto, persistiu. A exemplo de muitos outros anúncios do tipo, uma edição do *Almanak Laemmert* de 1845 promovia a “Loja da China”, de propriedade do comerciante José Praxedes Pereira Pacheco, que funcionava “à Rua da Candelária, 18, defronte da Igreja”. O estabelecimento tinha, segundo a publicação, “o mais completo e variado sortimento de chá verde e preto, e também chá nacional das províncias de S. Paulo e Minas”<sup>203</sup>. Apesar do ineditismo da experiência chinesa, destacamos a centralidade da experiência de Nova Friburgo, sem dúvida um marco importante para a posterior reformulação e ampliação das políticas imigratórias no Brasil.

O pintor alemão Johann Moritz Rugendas também relata em seu *Viagem pitoresca* que muitos chineses fugiram e passaram a trabalhar como vendedores ambulantes e cozinheiros, com outros continuando a trabalhar na propriedade imperial em 1835.<sup>204</sup> A partir desse processo imigratório, o debate sobre o uso da mão de obra asiática, em geral, e chinesa, em particular, ganha fôlego e voltaria ao debate inúmeras vezes durante todo o século. “As elites do império punham a culpa na ‘raça chinesa’ e, em 1843, a Câmara dos Deputados recusou a oferta de Lord Aberdeen de negociar a importação de sessenta mil chineses”, observa Lesser. A pressão cada vez maior da Inglaterra pelo fim do tráfico escravagista fazia com que as elites, no entanto, debatessem de tempos em tempos a possibilidade da migração em massa tanto de chineses quanto de trabalhadores de outras nacionalidades.

Em 1854, o governo brasileiro contratou junto à empresa Sampson & Tappan, sediada em Boston (EUA), o transporte de 6 mil trabalhadores chineses de Londres para o Brasil, número que não se concretizou mas serviu para reascender o debate. O contrato determinava que todos os trabalhadores deveriam ser casados ou comprometidos, tendo o direito de trazer

---

<sup>202</sup> PRADO, Geraldo Moreira; SANTOS, Rael Fizon Eugenio dos. Especiarias da China. *Nossa História*, n.36, out. 2006, p.68-73.

<sup>203</sup> Id.

<sup>204</sup> LESSER, 2001:42.

suas noivas, mulheres e filhos com menos de doze anos, numa tentativa de evitar a miscigenação, indesejada pelos legisladores.

Um dos mais importantes opositores da mão de obra chinesa era o cafeicultor Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, formado em Direito pela Academia de Paris e pela Universidade de Roma e articulista do *Jornal do Commercio*. Para Werneck, apenas as pequenas propriedades atrairiam imigrantes e os escravos jamais poderiam ser substituídos pelo trabalho assalariado dos colonos. Ele argumentava que as hierarquias sociais eram determinadas por uma combinação de local, cultura e biologia, de modo que todos os alemães eram “moralizados, pacíficos e trabalhadores” e todos os chineses eram “homens-animais” cujo “caráter é (...) apresentado por todos os viajantes com cores desfavoráveis e terríveis (...) o mais torpe egoísmo, o orgulho, e uma insensibilidade bárbara alimentada pela prática do abandono ou trucidamento dos filhos, que assim parecem aos milhares, são vícios gerais na China”.

Para Werneck, os chineses eram “uma raça estacionária, de uma civilização duvidosa, inerte no progresso, há de ceder o lugar, e ser exterminada e destruída pelas nações da Europa e da América, que obedecendo a uma missão providencial, caminham, armadas do gládio evangélico, farol da civilização”. A raça brasileira, ainda em formação e que já havia sofrido a “disformidade do indígena e do africano”, passaria por uma *degeneração* com a introdução de chineses em massa, diz este autor.<sup>205</sup> Lesser afirma que as ideias de Lacerda Werneck tiveram uma ampla divulgação e grande influência. O autor comenta que, nas décadas de 1850 e 1860, mesmo com o número reduzido de chineses no Brasil, os protestos eram constantes contra a sua presença, citando por exemplo a posição do abolicionista Agostinho Marques Perdigão Malheiro, para quem os chineses eram “racialmente defeituosos” e argumentando que “os *coolies* [são] os índios da Ásia; porém índios também temos nós, e descendentes deles – a experiência dos *chins* está feita”<sup>206</sup>.

O interesse brasileiro pelos chineses se devia, em grande parte, ao fato de que muitos dos fazendeiros os viam como uma alternativa ao negro africano, principalmente após o fim efetivo do tráfico em 1850. Ao contrário de parte da elite brasileira, empenhada no *melhoramento racial* dos “nacionais”, estes fazendeiros e parte das lideranças políticas tinham uma preocupação de fundo sobretudo econômica. Foi desta forma, observam Alencastro e

---

<sup>205</sup> LACERDA WERNECK, L.P. Ideias sobre colonização, precedidas de uma succinta exposição dos principios geraes que regem a população, 1855 apud LESSER, 2001:44.

<sup>206</sup> Citado por LESSER, 2001:45.

Renaux, que cerca de 2 mil chineses desembarcaram no Rio de Janeiro entre 1854 e 1856<sup>207</sup>.

Durante um debate na Câmara publicado no *Jornal do Commercio* em sua edição de 30 de julho de 1857, um deputado declara que “quando procurávamos escoimar a nossa civilização da barbárie africana, [vamos] colonizar o Império com o indolente asiático, escravo da rotina e da superstição”. O então ministro imperial Couto Ferraz, futuro visconde de Bom Retiro, rebate a acusação argumentando que o “chim não sai do seu país, senão com o fito de adquirir algum dinheiro, formar um pequeno pecúlio, e sempre com a ideia fixa com a condição expressa de regressar ao seu país no fim de três, quatro ou cinco anos (...) jamais o governo tivera a ideia de querer aumentar a população brasileira por semelhante meio”.<sup>208</sup>

O veto político e “racial” à entrada dos chineses também se aplicará a um projeto da Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro, também de 1857, que pretendia estimular a vinda de “colonos africanos” – ou seja, imigrantes africanos livres – para o Império. O governista *Jornal do Commercio* comemora, por meio de um editorial em sua edição de 6 de outubro, a derrota parlamentar argumentando que o atraso da agricultura devia-se aos africanos e que só os colonos europeus poderiam “regenerá-la”.<sup>209</sup>

Uma das principais vozes pró-imigrantes, incluindo os chineses, era o abolicionista e deputado federal por Alagoas Aureliano Cândido Tavares Bastos, intelectual que ajudara a fundar a Sociedade Internacional de Imigração. Para Tavares Bastos, o fim da escravatura no Brasil estava vinculada ao desenvolvimento da mão de obra livre e espontânea. Em posicionamento publicado no relatório anual de 1867 da Sociedade e republicado no *Jornal do Commercio* de 22 de março do mesmo ano, Tavares Bastos argumenta que, uma vez que “o cruzamento das raças em todas as povoações vai fazendo surgir uma população nova (...) vigorosa, inteligente e apta”, a cultura brasileira – que já possuía “a imaginação do africano e a reflexão do branco” – deveria incluir também os chineses. Para ele, os chineses – por sua “sobriedade, perseverança e aptidão para o comércio” – eram um passo intermediário entre a mão de obra africana, pouco inteligente e depravada, e os imigrantes europeus, “espertos” demais para virem para o interior do Brasil.<sup>210</sup>

Mesmo assim, conforme aponta Lesser, a posição de Tavares Bastos não era de respeito com os chineses e, diante de sua ambivalência, mudou de posição pouco tempo

<sup>207</sup> PINHEIRO, José Pedro Xavier. Importação de trabalhadores chins. Memoria apresentada ao Ministerio da Agricultura. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignacio da Silva, 1869 apud ALENCASTRO; RENAUX, 1997:295.

<sup>208</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:296-297.

<sup>209</sup> *Ib.*, p.297.

<sup>210</sup> LESSER, 2001:45-46 e *Jornal do Commercio*, 22 mar. 1867.

depois, sustentando no jornal semioficial *Reforma*, em 1869, que a entrada de chineses era uma nova forma de tráfico de escravos. Os chineses que haviam ingressado no Brasil, vindos dos “lamaçais da China e da Índia”, eram ainda mais “decrépitos, mais sujos n'alma que repugnantes no físico”, sustentou o autor em sua nova posição.<sup>211</sup>

O racismo contra os chineses era escancarado, como expõe as caricaturas publicadas na revista mensal *Mephistópheles* de agosto de 1875. O editorial em forma de caricatura cômica afirma que o ministro da agricultura, Coelho de Almeida, adorava “sardinhas e camarão frito”, além de alertar que o chá trazido pelos chineses passaria a competir com o café brasileiro nos mercados interno e externo. Conforme descreve Lesser, “um dos [oito] quadros mostrava um vendedor chinês de aparência suspeita vendendo sardinhas a um padre 'a preço de ouro', e um outro mostrava um barco chegando ao Rio de Janeiro transbordando de uma massa indistinta de asiáticos”. O texto desta revista dizia ainda que os brasileiros teriam de guardar suas galinhas à noite, com um outro quadro mostrando um “esquálido chinês de trancinha e expressão debochada” vestindo um uniforme militar brasileiro. A legenda diz: “Nossa raça será mais aperfeccionada (sic), e podemos contar talvez com algum Sr. Tcham-tchim-Bum ... da Silva no número de nossos mais importantes políticos”<sup>212</sup>.

Em meio a um intenso debate que era apresentado como central para o desenvolvimento da agricultura brasileira, o Congresso Agrícola de 1878 aprovava uma resolução incentivando a “aquisição de trabalhadores de outros povos de raça ou civilização inferior à nossa”, incluindo africanos livres e “coolies bem escolhidos e não aqueles que vivem sobre as águas ou como que em formigueiros, nas grandes cidades da China”.<sup>213</sup> Em reação, a popular *Revista Illustrada* – fundada dois anos antes pelo maior caricaturista de seu tempo e um dos maiores jornalistas do país, o italiano Ângelo Agostini – dispara: “Como se os pretos já não fossem o bastante, [agora] teremos os amarelos<sup>214</sup>!” A posição desta revista não se limitava aos chineses, embora este fosse o grupo mais frequentemente atacado. Na edição de número 116 do mesmo ano, por exemplo, Agostini publica na capa uma ilustração com imigrantes russos deixando o país. Duas pessoas observam a cena, com um deles dizendo: “Nada me contrista [entristece] tanto como ver o Governo deixar partir esses

<sup>211</sup> *Reforma*, 10 dez. 1869; *Correio Paulistano*, 11 jun. 1871; Tavares Bastos. *A província: Estudo sobre a descentralização do Brasil*, 1973, p.276-7; Tenório, “As idéias de Tavares Bastos sobre a imigração”, 1943, p.395-404 – todas as referências citadas por LESSER, 2001:45-46.

<sup>212</sup> LESSER, 2001:52.

<sup>213</sup> BRAZIL. Congresso Agrícola. *Collecção de documentos*, p.83 apud LESSER, 2001:53.

<sup>214</sup> Citado por LESSER, 2001:53.

immigrantes russos, nós que precisamos tanto de braços!”. A outra pessoa então responde: “Parece-me que precisamos muito mais ainda de cabeças!”<sup>215</sup>

A posição da *Revista Illustrada* – que funcionava à rua da Assembleia, 44, contando com uma oficina tipográfica própria – expõe em síntese o abolicionismo conservador de grande parte da elite da época, de fundo abertamente racista e elitista. A sua edição de número 522, de 10 de novembro de 1888<sup>216</sup> – já após a abolição da escravatura, portanto –, volta a publicar editorial sob o título “A crapula chinesa”, denunciando emenda ao orçamento da área de agricultura, aprovada no Senado, que estende “manhosamente” os favores do Estado à imigração chinesa. O redator considera o fato um “crime de lesa-pátria” que “acaba de ser cometido pelo Senado”, classificado como uma corporação “irresponsável, decadente pela idade e corroída por todos os vícios do parasitismo”. E dispara: “Agora que o paiz se libertou da escravidão negra, o Senado demente, quer-nos impôr a escravidão amarella!” Na edição 258, de 30 de julho de 1881, a charge da capa é dedicada ao tema das “raças”: um homem branco bem vestido se posiciona acima de duas cabeças de proporções visivelmente maiores que a do homem. A legenda diz o seguinte: “Preto e amarello. É possível que haja quem entenda que a nossa lavoura só pode ser sustentada por essas duas raças tão feias! Mau gosto!”<sup>217</sup>

Os senadores querem o *chim*, argumenta o redator, porque ele seria “incomparavelmente mais passivo do que o africano, tanto em dignidade como em vícios”, reafirmando que trata-se de um “crime”, um “attentado contra esse Brazil jovem e pujante, que ahi está causando assombro ao mundo e merecendo as suas mais cordiaes sympathias”. A lei estaria fazendo o país voltar aos tempos do tráfico e aos “horrores de uma época bárbara”. O autor do artigo ataca a emenda de autoria do barão de Cotegipe, que segundo *denuncia* a publicação propõe estender os subsídios do Estado a todos os imigrantes, grifando: “*de todas as nacionalidades*”. E acrescenta: “Ella [a proposta] ahi está, em caminho da Câmara e da sanção imperial propondo se a abrir o tráfico amarello e o africano também. Approvará a Câmara esse attentado?”

O único alívio do autor do artigo é a crença de que a proposta não será sancionada, citando decisões anteriores sobre o tema. Este tipo de posição abolicionista exposta no *Revista Illustrada* evidencia que as motivações antiescravagistas de muitas lideranças

<sup>215</sup> Revista Illustrada, n.116, 1878. Disponível em <http://bit.ly/1EyCRJQ>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>216</sup> Revista Illustrada, 10 nov. 1888, p.2. Disponível em <http://bit.ly/1EyCKy3>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>217</sup> Revista Illustrada, n.258, 30 jul. 1881. Disponível em <http://bit.ly/1EyDbIC>. Acesso em 10 jan. 2015.

políticas tinham um fundo racista: “A Câmara que votou a lei de 13 de Maio [da abolição], que será a sua eterna glória, não pôde votar, agora, a escravidão amarela, e a degeneração dos nossos costumes, em contacto com essa lepra, com esses seres que não distinguem os sexos, com essa epidemia moral, que reduzirá nosso paiz a uma perfeita Gomorrha”.

O artigo chega a sugerir que o imperador deveria preferir resignar ao trono “a vêr esta pátria, ainda em construcção, assolada por uma raça degradante, que nada pede a princípio, mas que se installa e em breve dá a lei, sendo preciso expulsal-a, como se expulsavam os cães damnados das povoações”. Em última instância, diz o autor, “nós appellaremos para o povo, afim de que occupe os pontos de desembarque e repilla essa onda infecta, que nenhuma nação quer, que matta as indústrias, que perverte os costumes, que espalha a desmoralisação, e que se propõe só a substituir o escravo, em principio, mas que em breve substituirá o povo e tomará conta do paiz, como de territorio conquistado”. O artigo, em tom dramático, termina da seguinte forma: “Fóra o chinéz! Guerra aos seus exploradores!”

O renomado líder abolicionista Joaquim Nabuco qualificou esta mesma *Revista Illustrada* como a “Bíblia da Abolição dos que não sabem ler”.<sup>218</sup> A posição antichinesa era compartilhada por Joaquim Nabuco, que usava sua influência política para atacar as propostas da “imigração amarela” que, também para o abolicionista, criaria uma nova classe de escravos e um “conflito de raças”, degradando as raças existentes no país. Também havia uma questão moral para Nabuco, pois a entrada de chineses, para ele, introduziria na sociedade brasileira “essa lepra de vícios que infesta todas as cidades onde a imigração chinesa se estabelece”. Raças mais inteligentes e brilhantes, postas em contato com raças inferiores, são muitas vezes “vencidas” e “sucumbem”, disse o abolicionista em 1879, concluindo: “Não é o grau de civilização que perpetua a raça”.<sup>219220</sup>

O lobby antichinês, por um lado, e as tentativas praticamente infrutíferas de atrair trabalhadores chineses, por outro, se repetiram em debates na imprensa por toda a segunda

<sup>218</sup> SODRÉ, 1999:218.

<sup>219</sup> LESSER, 2001:56-57.

<sup>220</sup> Curioso notar que boa parte da historiografia brasileira se preocupa constantemente em exaltar a figura pessoal de Ângelo Agostini, omitindo ou romantizando sua faceta racista e eugênica. Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, autor da dissertação de mestrado *Revista Illustrada (1876-1898): síntese de uma época*, chegou a afirmar em um artigo em abril de 2006 que a publicação de Agostini atuou “de forma consentânea às aspirações da maior parte da população” e que a chegada dos liberais ao poder, em 1889, impediu a revista de “continuar a defender os interesses da população”. Ver RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. A arte de alfinetar. *Nossa História*, n.30, abr. 2006, p.70-74. Em outra edição da mesma revista, o redator sugere, ao publicar charge da *Revista Illustrada* em que compara duas “raças tão feias” (os chineses e os negros) que, se vivesse hoje (em 2004), Agostini seria considerado “politicamente incorreto”. Ver a revista *Nossa História*, n.8, jun. 2004, p.88.

metade do século XIX, via de regra pendendo politicamente para a posição xenófoba. Esta posição antichinesa era liderada, entre outros, pelo então vice-presidente da influente Sociedade Central de Imigração, o senador Alfredo d'Escagnolle Taunay, que usava sua influência tanto no parlamento quanto na Sociedade Central, principalmente por meio da publicação mensal da entidade, *A Imigração*. Este meio frequentemente publicava histórias contra as “raças abastardadas, fracas, cheias de hediondos vícios, inferiores sem dúvida alguma aos elementos étnicos que temos”, além de acusar os chineses de serem um “terrível concorrente do operário nacional” e uma “raça atrofiada e corrupta” que seria “incapaz de colaborar eficazmente com este povo neolatino”<sup>221</sup>.

Lesser observa que outra importante liderança política da época, o jornalista José do Patrocínio, também utilizara o jornal que dirigia – *Cidade do Rio* – para atacar a imigração chinesa. “O que tipicamente acontecia era um artigo antichinês nascer no *Ceylon Observer*, atingir a adolescência no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, e acabar por morrer n'O *Estado de S. Paulo*. O *Estado*, orgulhoso de sua matéria (ou talvez orgulhoso do artigo do *Jornal do Commercio*... ou talvez do original vindo do Ceilão (!) reeditaria a matéria alguns dias depois”, ironiza Lesser (p.63), observando que fazendeiros em São Paulo e Minas Gerais eram menos propensos a acatar, na prática, tais argumentos.

Foi a partir dessa intensa campanha política e midiática que Deodoro da Fonseca regulamentou, em junho de 1890, o serviço de introdução e localização de imigrantes no território nacional. Dizia o artigo 1º do decreto 528: “E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, *exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa* que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas”<sup>222</sup> (grifo nosso).

Em meio a tantas dificuldades de atrair imigrantes chineses para o Brasil, o governo pouco conseguiu avançar neste tema nos anos posteriores. Enquanto o governo chinês estimava em 20 mil o número de seus nacionais no Brasil em 1916<sup>223</sup>, os empurrando para a categoria “outros”, o país já contava, em 1919, com quase 140 mil italianos e cerca de 180 mil espanhóis. Até mesmo os japoneses, cuja imigração teve início apenas em 1908, já contava

---

<sup>221</sup> *A Imigração*, dez. 1883; abr. 1884; mar. 1887; nov. 1888 apud LESSER, 2001:62-63.

<sup>222</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. Disponível em <http://bit.ly/1BmP29P>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>223</sup> LESSER, 2001:69.



com mais de 27 mil de seus cidadãos vivendo no Brasil, também em 1919.<sup>224</sup> Para Lesser, no entanto, os debates sobre a imigração chinesa são de fundamental importância para a questão da identidade nacional, dado que, pela primeira vez, as elites brasileiras “passaram a expandir o panorama daquilo que o Brasil poderia vir a se tornar, levando em conta o impacto dos imigrantes que não eram nem pretos nem brancos”<sup>225</sup>.

### 3.2 A Corte se torna um pouco mais “cosmopolita”

Durante todo a década de 1810, estrangeiros de diversas origens (sobretudo europeus) passaram a ocupar importantes espaços da Corte, o que é diretamente refletido nas folhas da *Gazeta do Rio de Janeiro*. A movimentação nos portos brasileiros era registrada em quase todas as edições tanto da *Gazeta* quanto dos jornais que surgiriam posteriormente, uma prática que se estenderia a todo o século XIX e início do XX. A imprensa destacava suas nacionalidades, profissões, portos de origem, gênero e faixa etária. Este tipo de anúncio era frequentemente publicado junto a avisos comerciais diversos e anúncios de fugas de escravos, entre outros. Além disso, são inúmeros os anúncios publicados semanalmente de produtos estrangeiros ou de serviços realizados por estrangeiros vivendo na capital.

Artesãos contribuiriam, por exemplo, para a moda praticamente inédita de ornamentar as paredes, conforme relata um anúncio da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1812: “Antonio Giorgi, de nação Romano, faz saber que elle he *Pintor*, que pinta quaesquer cazas e forra salas de papel *Inglez*, nas paredes mais humidas, sem que o dito papel seja offendido, e pega papel nas ditas paredes com huma certa composição de colla, que tãobem (sic) a todo o tempo, assim de frio, como de calor, a humidade nunca offenderá, pela dita composição de colla, e estará livre de qualquer qualidade de bichos e de copim”<sup>226</sup>. O anúncio acrescenta o endereço de Giorgi.

Outros estrangeiros respondiam à demanda, crescente desde a chegada da Corte portuguesa, por cozinheiros que não fossem escravos: em 1816 foi inaugurada na rua da Alfândega, numero 10, uma “casa de pasto inglesa”, com cardápios fixos a 640 réis e “uma

---

<sup>224</sup> *Ib.*, p.26;69.

<sup>225</sup> *Ib.*, p.69.

<sup>226</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 12 set. 1812. Disponível em <http://bit.ly/1EyDxil>. Acesso em 30 dez. 2014.

garrafa de vinho de Bordeaux a cada pessoa”, informa a *Gazeta*<sup>227</sup>. As confeitarias, principalmente as de italianos, fabricavam empadas “com recheio de ave, de porco ou vitela, de camarão *ou outro marisco*”, bem como pastéis diversos acompanhados de “vinhos generosos” por “preço módico”<sup>228</sup>.

Um italiano anuncia em 1816 uma novidade cada vez mais frequente e que nunca mais deixaria o Brasil: a padaria. Seu produto é diferenciado por não conter o *suor* de pretos: “Horacio Messeri, na sua paderia N. 55, rua dos Ourives, fabrica pão de luxo, *Francez, Inglez, Italiano, e Hespanhol*, amassado por maquina de nova invenção, sem entrar mão de obra de pretos, que infectão a massa com o suor que largão, enquanto amassão; e fabrica bolachinha doce, biscouto, e bolacha d'agua e sal para o chá, e bolacha para embarque de toda qualidade”. As padarias, no entanto, seriam dominadas ao longo do século pelos portugueses: das 439 registradas na Corte em 1884, 46% pertenciam a portugueses, sendo esse o setor de maior presença lusitana.<sup>229</sup> Se não havia referências na imprensa aos chineses subvencionados por D. João VI a partir de 1812, produtos chineses como aparelhos para mesa e chá, bem como porcelanas e utensílios para a cozinha de todo o tipo, vindos igualmente de Macau, eram frequentemente anunciados nos jornais<sup>230</sup>.

A chegada da Corte também fez crescer o número de *criados*. Maria Beatriz Nizza da Silva observa que, embora muitos estrangeiros tenham comprado escravos domésticos no Rio de Janeiro, eles preferiram em geral o mesmo tipo de serviçal a que estavam habituados na Europa. Eram sobretudo ingleses, acrescenta Silva, que procuravam esse tipo de serviço, que era assalariado. Um dos anúncios publicado em 1820 sugeriam que serviçais livres e escravos coexistiam numa mesma casa: “Precisa-se de uma mulher branca ou parda, que seja de reconhecida capacidade e que esteja nas circunstâncias de tratar de uma casa de um homem viúvo e três filhos, advertindo que é só para coser, engomar, tratar do asseio da casa, e para este tem escravas para ajudar”<sup>231</sup>.

Grande parte das nacionalidades citadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, bem como em outros jornais depois da abertura da imprensa, eram dos escravos africanos. Aparecendo como produtos à venda ou procurados após uma fuga, os escravos eram identificados como

<sup>227</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 24 jan. 1816. Disponível em <http://bit.ly/1EyDwem>. Acesso em 30 dez. 2014.

<sup>228</sup> SILVA, 2007:36-37.

<sup>229</sup> LOBO, Lahmeyer. História do Rio de Janeiro – do capital comercial ao capital industrial e financeiro, apud ALENCASTRO; RENAUX, 1997:304.

<sup>230</sup> SILVA, 2007:38-29.

<sup>231</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1820, n.25 apud SILVA, 2007:134.

originários de *nações* – este era efetivamente o termo usado – como Angola, Benguela, Cabinda, Cabundá, Calabar, Camundá, Canladura, Casange, Congo, Gabão, Ganguela, Inhambane, Libolo, Macua, Mandinga, Massumbo, Moçambique, Monjolo, Quissaman, Rebolo, São Tomé, Umbaca, Ussá e Zaire. Os registros também identificam se eram da África *ocidental* (a ampla maioria) ou *oriental*. Há, ainda, o termo “escravo de nação”, que faz referência aos africanos – em oposição aos *crioulos*, como eram designados os escravos nascidos no Brasil<sup>232</sup>.

### 3.3 Chegam os suíços de D. João VI

O principal jornal da Corte cobre mais atentamente a chegada dos suíços em 1819, um projeto-piloto de colonização por estrangeiros livres e católicos – aspecto que diferenciava esta da imigração chinesa para a produção de chá. Os primeiros colonos suíços vieram em famílias, em sua maioria, enquanto aos chineses fora proibido trazer suas mulheres e filhos. A *Gazeta do Rio de Janeiro* registra em sua edição de 6 de novembro<sup>233</sup> a chegada, dois dias antes, de 197 suíços “dos que Sua Magestade Houve por bem mandar vir”, destinados ao “agradável e fertilissimo terreno de Nova Friburgo em Morro Queimado, no districto de Villa de S. Pedro de Cantagallo”, com as “mais sabias e liberais providencias”. Na maior parte eram naturais de Fribourg, daí o nome dado ao terreno que ganhou posteriormente status de município. O jornal anuncia também a chegada de outros 26 suíços que chegaram espontaneamente no mesmo dia em outra *galera* (embarcação).

A edição de 1º de dezembro<sup>234</sup> do mesmo ano volta a mencionar o tema, igualmente em tom informativo: após 72 dias de viagem chegaram no dia 26 de novembro outros 233 colonos suíços – entre homens, mulheres e crianças, diz a publicação – destinados a “povoar e cultivar o riquissimo terreno de Nova Friburgo, segundo mencionamos no nosso N.º 89”. A *Gazeta* completa: “Desembarção todos pela manhã do dia seguinte ao da sua chegada, e já se achão em *Tamby* primeiro lugar destinado para repousarem do incommodo e enjoo da viagem”. Frequentemente, a *Gazeta* dava preferência a temas internacionais. Na edição de 11 de dezembro, por exemplo, a publicação anuncia a chegada de outros 228 suíços, também

<sup>232</sup> SILVA, 2007:144.

<sup>233</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 6 nov. 1819. Disponível em <http://bit.ly/1EyDGT0>. Acesso em 30 dez. 2014.

<sup>234</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1 dez. 1819. Disponível em <http://bit.ly/1EyDKSA>. Acesso em 30 dez. 2014.

para Nova Friburgo<sup>235</sup>, em apenas 4 linhas e sem grandes detalhes. Na edição de 18 de dezembro, novo anúncio da chegada de 432 suíços, como sempre vindos de Roterdã.

Na edição de 11 de dezembro, logo no início do jornal, o editor comenta que em várias cidades da Alemanha foram “suscitados” vários “tumultos” contra judeus, que para “evitarem os seus funestos efeitos tem emigrado em grande parte”. A França, completa o jornal, ao “agasalhar esses foragidos”, promove sua indústria, algo considerado pelos editores positivo “nas suas actuas circunstancias”. Tanto as notícias locais quanto as internacionais (estas em maior número) são publicadas, nesta edição de 11 de dezembro de 1819, na seção “Rio de Janeiro”. Na edição do dia 18, a única nota nesta seção é a da chegada dos suíços – indicando um certo descaso com os critérios das seções –, sendo as demais internacionais, publicadas com o nome dos respectivos países como título.

Como era de se esperar, a *Gazeta* oficial não divulgaria o cenário de “morte, doença e privações” que marcou as viagens dos suíços, conforme lembra o pesquisador Henrique Bon<sup>236</sup>. Pela sua peculiaridade, vale o registro deste marcante processo migratório. Entre 11 de setembro e 11 de outubro de 1819, sete navios deixaram a Europa levando cerca de 2.100 suíços ao Brasil, sobrevivendo pouco mais de 1.500. Quase um terço, portanto, morreu ou no caminho ou já no Brasil. Bon observa que a Suíça – formada por estados semi-independentes, os *cantões* – possuía desde a Idade Média uma forte vocação migratória, além de atravessar neste período sérias dificuldades econômicas.

A história da vinda dos colonos é repleta de negociatas que têm início na figura de um aventureiro suíço, Sebastien-Nicolas Gachet –, que chegou ao Brasil no dia 3 de outubro de 1817 munido de uma carta de apresentação do governo do cantão de Fribourg que o transformava em agente diplomático encarregado de promover o estabelecimento de compatriotas no país. Sem que as autoridades de seu cantão soubessem, ele propôs a D. João a exploração exclusiva da colônia a partir de uma sociedade europeia, obtendo inclusive direitos de comercialização de produtos brasileiros mantidos sob monopólio da Coroa portuguesa.

Segundo Bon, a proposta foi rechaçada, com Gachet levando ao monarca uma nova proposta na qual o tema seria negociado junto ao parlamento suíço diretamente, por meio de um representante de Portugal na Europa. Ao mesmo tempo, Gachet sugeriu que este representante fosse um renomado proprietário francês e ex-secretário de Luís XVI que vivia

---

<sup>235</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 11 dez. 1819. Disponível em <http://bit.ly/1EyDMdk>. Acesso em 30 dez. 2014.

<sup>236</sup> *Nossa História*, n.33, p.48.

na em Semsales, Jérôme Brémond, omitindo que se tratava de um sócio seu. Deu certo: a proposta foi efetivada no dia 11 de maio de 1818, optando-se posteriormente pela Fazenda Morro Queimado, em Cantagalo, que pertencia a um religioso, o monsenhor Almeida. O decreto, datado de 16 de maio, diz o seguinte:

Decreto de 16 de Maio de 1818

Approva as condições para o estabelecimento no Brazil de uma Colonia de suissos.

Fui servido approvar as condições na data de 11 do corrente mez, aceitas pelo Agente do Cantão de Fribourg, Sebastião Nicoláo Gachet, que acompanham este decreto, e com as quaes concedi a permissão para o estabelecimento neste meu Reino do Brazil de uma Colonia de suissos composta de 100 familias. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Reino, encarregado interinamente da Repartição dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra, e da Presidência do meu Real Erário assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em 16 de Maio de 1818.

Com a rubrica de Sua Magestade.<sup>237</sup>

Bon registra outro negócio obscuro: a propriedade custou aos cofres públicos cerca de vinte vezes o que o antigo proprietário pagara. Mesmo assim, o então inspetor da Colonização Estrangeira, o militar e também religioso português Pedro Miranda de Machado Malheiro, recebera autorização real para o negócio<sup>238</sup>.

Além disso, Gachet e Brémond receberiam a remuneração de cem pesos espanhóis por cada suíço transportado, independente de eventuais óbitos durante o embarque. Para lucrar mais, os negociantes acabaram por aceitar protestantes e germanófonos, contrariando o objetivo inicial de atrair apenas católicos falando o mesmo idioma, com as autoridades cantonais acrescentando a este confuso cenário o envio dos chamados *heimatlossem* – os apátridas ou “vagabundos”. Além do cenário de desespero e morte nas diversas viagens dos suíços ao Brasil, muitos colonos ficariam despontados com as terras oferecidas. Menores do que as prometidas, algumas destas terras eram repletas de penhascos e rochedos que dificultavam a sua ocupação. Desta forma, muitos colonos deixariam Nova Friburgo em busca de outras oportunidades.

Fruto da mentalidade escravagista em vigor à época, Bon observa que o inspetor Miranda ordenara a prisão – muitas vezes sem sucesso – daqueles que tentavam se dirigir a outras localidades. Muitos dos que deixaram a colônia suíça permaneceram em Cantagalo, o

<sup>237</sup> BRASIL. Decreto de 16 de Maio de 1818. Disponível em <http://bit.ly/1DSv8DK>. Acesso em 15 jan. 2015.

<sup>238</sup> Nossa História, n.33, p.49.

mais antigo povoado da região serrana do Rio de Janeiro, trabalhando sobretudo nas lavouras de café. Alguns deles se engajaram posteriormente no recém-criado Regimento de Estrangeiros, na Corte.<sup>239</sup>

Ao mesmo tempo em que a *Gazeta do Rio de Janeiro* omitia as dificuldades dos núcleos de suíços, a publicação fez uma importante referência à vila de Nova Friburgo em sua edição de 19 de agosto de 1820, relatando uma festa organizada neste ano pelos seus habitantes no dia de São João que inspirou a criação da igreja matriz.<sup>240</sup> Com a aprovação da proposta da Câmara local pelo inspetor Miranda, os festejos se prolongaram desde o dia de São João até o de São Pedro, conforme registra a *Gazeta*: “As festas da igreja consistirão em Missas cantadas, um coro de Colonos Suissos, Sermões pelo Reverendo Vigário *Jacob Joyce*; cantando-se no fim a Oração *Domine Salvum fac Regem*, e hum hymno em *Francez*. A mocidade da Colônia, compondo hum corpo de 120 indivíduos, fez as evoluções, e deu as descargas convenientes”.

As festividades incluíam ainda um jantar “suntuoso”, fogos de artifício, fogueiras, músicas e danças, entre outras atrações. Maria Beatriz Nizza da Silva observa que, a partir dos registros, é possível concluir que ocorreu na colônia a imposição do catolicismo por meio do batismo ou do matrimônio.<sup>241</sup> A *Gazeta* busca registrar também o suposto progresso da colônia, anunciando a “fundação de hum Hospital, a criação de escolas de primeiras letras, *Grammática Portuguesa, Franceza, Latim*, e da *Veterinária*”, que “não só affianção o progresso daquela Colônia, mas segurão a satisfação e a prosperidade dos seus habitantes”.

Em seu famoso *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, o pintor e intelectual francês Jean-Baptiste Debret enumera o que entende ser os três principais motivos para o fracasso da empreitada em Nova Friburgo. Em primeiro lugar, entre os fundos destinados pelo governo ao estabelecimento dos colonos, alguns foram “distraídos”, apesar de ter sido prevista uma comissão especificamente para fiscalizar a sua execução. Em segundo lugar, sustenta Debret, ocorreram extravios e roubos dos objetos de propriedade dos colonos durante o seu transporte até o núcleo agrícola, entre os quais se encontravam utensílios agrícolas indispensáveis. O terceiro e último motivo teria sido a escolha “infeliz” do local – conforme já destacamos anteriormente, comprado sob condições suspeitas –, ficando os colonos privados, por questões

---

<sup>239</sup> Nossa História, n.33, p.49-52.

<sup>240</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 19 ago. 1820. Disponível em <http://bit.ly/1EyDVO1>. Acesso em 15 jan. 2015; SILVA, 2007:264-265.

<sup>241</sup> SILVA, 2007:265.

logísticas, de exportar seus produtos agrícolas. Debret chama a atenção para o fato de que haviam outros locais mais adequados climaticamente, mais acessíveis e desocupados, inclusive em São Paulo e em Minas Gerais.<sup>242</sup>

Segundo Oliveira Lima, o próprio D. João VI tinha tirado conclusões negativas sobre a experiência de Nova Friburgo, um aprendizado de grande importância para a formulação de uma política imigratória no Brasil nas décadas seguintes. A experiência teria sido muito dispendiosa, na opinião do monarca, com cada imigrante custando 1.500 francos. Teria sido melhor, opinou D. João, facilitar aos colonos a “entrada à *formiga*” do que “concluir para sua introdução negócios onerosos, de que sobretudo se aproveitavam os empreiteiros, sem que a qualidade ou sequer o número compensasse a avultada despesa”. Outro elemento observado para o insucesso da iniciativa foi a grande distância entre o prometido pelos promotores da colônia e a realidade encontrada no Brasil.<sup>243</sup> Estas expectativas desencontradas voltariam a se repetir muitas vezes durante todo o século XIX e parte do XX.

Uma curiosidade é que o próprio Oliveira Lima, citado acima por sua contribuição como o primeiro e talvez mais importante biógrafo de D. João VI – e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL)<sup>244</sup> –, foi um personagem-chave na tentativa de evitar a entrada de um outro grupo de asiáticos no Brasil. Conforme relata o jornalista Matinas Suzuki Jr., no início do século XX, quando começaram as especulações em torno de uma possível imigração japonesa, o diplomata era encarregado de negócios da inaugural missão diplomática brasileira no Japão. Foi nesse período que Manuel de Oliveira Lima deu parecer contra o projeto. Em 1901, ele escreveu ao Ministério das Relações Exteriores alertando sobre o “perigo” de o brasileiro se misturar com “raças inferiores”<sup>245</sup>.

Ainda sobre a participação dos suíços na sociedade brasileira, destaca-se que já havia uma relação anterior entre a Corte portuguesa e alguns comerciantes suíços antes mesmo da formalização deste contrato inaugural que introduziu colonos suíços no Brasil. Parte do financiamento do comércio e transporte de escravos vinham, justamente, de alguns dos cantões da Suíça. Historiadores neste país europeu estimaram que, somente entre 1773 e 1830, mais de cem expedições de escravos foram financiadas pelos suíços, o que significou o

---

<sup>242</sup> OLIVEIRA LIMA, 2006:474.

<sup>243</sup> *Ib.*, p.575.

<sup>244</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia – Oliveira Lima. Disponível em <http://bit.ly/19bOyKy>. Acesso em 21 dez. 2014.

<sup>245</sup> SUZUKI JR., Matinas. Rompendo silêncio. FSP, 20 abr. 2008. Disponível em <http://bit.ly/19bOZO8>. Acesso em 21 dez. 2014.

tráfico de pelo menos 175 mil escravos.<sup>246</sup> Apesar de o negócio envolver colônias em distintos lugares, a relação entre pelo menos um destes banqueiros eram tão intensa com Portugal que a cidade suíça de Neuchâtel possui atualmente uma estátua na qual os cidadãos locais agradecem os benefícios deixados por David de Pury, um dos principais atores do financiamento do tráfico de escravos entre 1761 e 1786. “Na estátua imponente erguida em seu nome no centro da cidade, uma placa apenas diz que David de Pury era um "rico comerciante". Na prefeitura de Neuchâtel, na biblioteca ou na universidade local, bustos e outras placas apenas indicam como os empresários e banqueiros da região contribuíram para erguer os luxuosos prédios. Só não dizem que parte do dinheiro vinha da exploração do comércio de escravos africanos, mesmo que na época fosse uma atividade totalmente legal”, relata o jornalista Jamil Chade.<sup>247</sup>

### 3.4 Chegam os alemães (e os irlandeses)

Dando continuidade ao seu plano de substituir os escravos negros por colonos europeus, o governo imperial também incentivou timidamente a criação de colônias alemãs – ou *germânicas* – já a partir de 1816, no sul da Bahia – outro experimento anterior, portanto, à colonização suíça em Nova Friburgo. Estes primeiros experimentos, autorizados pela Corte portuguesa, eram projetos privados idealizados por naturalistas. A primeira, a colônia São Jorge dos Ilhéus, foi estabelecida nas proximidades de Ilhéus em 1816. Uma outra colônia suíça e alemã – denominada Leopoldina em homenagem à futura imperatriz brasileira, esposa de D. Pedro I – foi fundada em 1818 próximo a Vila Viçosa (atual Nova Viçosa), a 90 quilômetros ao sul de Salvador. “Mesmo que tenham atingido algum sucesso, essas colônias não conseguiram assegurar o apoio de investidores nem do governo”, comenta o pesquisador Rodrigo Trespach, acrescentando que na década de 1860 ambas não eram mais consideradas colônias, tendo os imigrantes se tornado fazendeiros e abandonado o sistema associativista original.<sup>248</sup>

A iniciativa de atrair imigrantes alemães foi transferida para o então ministro do Reino

---

<sup>246</sup> CHADE, Jamil. Escravidão ajudou a enriquecer a Suíça. O Estado de S. Paulo, 27 set. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1KUK8U5>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>247</sup> Id.

<sup>248</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.102, p.16-17.



e dos Negócios Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, que estava interessado na vinda de “braços” não apenas para a agricultura, mas também para o Exército. Além dos inúmeros subsídios e favores prestados pelo Império – 77 hectares de terra, isenção de impostos por dez anos, animais de criação e sementes, entre outros –, os soldados teriam a passagem paga pelo governo, desde que servissem ao Exército por quatro anos. Além de formarem quatro batalhões, que fizeram a guarda da Corte e lutaram na Guerra da Cisplatina (1825-1828) e na Confederação do Equador (1824), os primeiros colonos alemães deste novo projeto desembarcaram em janeiro de 1824 no porto do Rio, com pouco mais de 280 pessoas, incluindo soldados.<sup>249</sup>

Os colonos se dirigiram à região do Vale do Rio dos Sinos, próximo a Porto Alegre, Rio Grande do Sul, chegando à colônia São Leopoldo em julho de 1824. A edição de 15 de abril deste ano do *Diário do Rio de Janeiro*<sup>250</sup>, por exemplo, publicou que a *galera hamburguesa* Carolina<sup>251</sup> chegara em 80 dias trazendo 164 alemães “dos quaes huns vem para o serviço do Império, e outros para Colonos”. Outra embarcação, vinda de Bremen, trazia outros dois alemães. O *Diário do Rio de Janeiro* e outros órgãos da imprensa tinham uma importante função pública, por vezes organizando os serviços de imigração, como mostram estas duas notas, do mesmo *Diário*, no dia 18 de maio do mesmo ano:

21 Tendo-se alugado vários barcos para conduzirem os Colonos Alemães do citio da Armação da Praia Grande, até a Villa de Macacu, e não tendo ainda comparecido todos os donos dos referidos barcos, ou pessoas por ele authorizadas, para receberem os seus alugueiz, talvez por ignorarem a quem devem dirigir-se : faz-se por esta maneira publico que pódera para aquelle fim dirigir-se ao Illustrissimo e Excelentíssimo Snr. Inspector do Arsenal da Marinha Francisco Antonio Pacheco, a quem devem appresentar as suas guias, certos de que serão immediatamente pagos do que se lhes dever.

22 José Ribeiro de Almeida, encarregado do fornecimento dos Colonos Alemães, chegados a este porto em os Navios Argos, e Carolina, previne a todos os Snrs. que se julgarem credores pela Commisão de que acha encarregado, hajão de appresentar dentro de oito dias, contados da publicação deste, as suas contas para serem pagos; dirigindo-se para este fim á casa do Snr. João Caetano Vahia Vellozo, com loja de fazendo em a rua de S. Pedro Cidade Nova, defronte da estalagem onde se lhes indicará precisamente a residencia do dito encarregado.<sup>252</sup>

As edições de 18 de janeiro e 15 de março de 1825 do mesmo jornal, entre outras,

<sup>249</sup> *Ib.*, p.17-18.

<sup>250</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 15 abr. 1824. Disponível em <http://bit.ly/1EyE9EE>. Acesso em 15 jan. 2015.

<sup>251</sup> Embarcação (galera) oriunda da cidade europeia de Hamburgo.

<sup>252</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 18 mai. 1824. Disponível em <http://bit.ly/1zogTCK>. Acesso em 15 jan. 2015.

registram a chegada de mais 267 e 100 alemães respectivamente para o “serviço do Império” – ou seja, para o serviço militar –, com a segunda acrescentando que, dos cem homens, um é oficial e outros três cadetes. Registros semelhantes – tanto das chegadas quanto de serviços relacionados à colonização alemã, passando por “editais” para os donos das embarcações informando existiram imigrantes a serem transportados – se repetiriam sem, no entanto, conter análises mais aprofundadas ou posicionamentos políticos. As referências à venda de livros e de “cartas de jogar” alemães, no entanto, ainda eram muito mais frequentes do que as referências aos imigrantes.

A partir do projeto iniciado por José Bonifácio em 1822 surgiram posteriormente as colônias de Três Forquilhas (1826), também no Rio Grande do Sul; de Santo Amaro e Itapecerica, em São Paulo (1827 e 1828); São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina (1829). Segundo Trespach, até 1830 mais de 8 mil alemães entraram no Brasil, sendo metade deles protestante (luteranos).

O recrutamento de estrangeiros para as guerras regionais, liderado pelo coronel irlandês William Cotter, não ocorreu como esperado, sendo uma de suas consequências um motim de alemães e irlandeses na Corte em 1828. Segundo registra Pozo, o coronel Cotter foi enviado ao Reino Unido em 1826 para arregimentar 500 recrutas em no máximo nove meses, em uma missão ilegal no território britânico. Foi dessa forma que os irlandeses foram recrutados sem que tivessem conhecimento acerca dos propósitos militares da iniciativa. A partir das falsas promessas, muitos irlandeses foram transformados no Brasil em soldados, com um contrato que deixava claro que o serviço militar seria obrigatório por cinco anos antes da possibilidade de serem assentados como colonos. Muitos vieram, inclusive, com suas famílias.<sup>253</sup>

Uma edição do jornal *Aurora Fluminense* de 7 de janeiro de 1828 descreve um dos momentos da chegada dos mais de 2 mil irlandeses que viriam a se instalar no Rio: “Um grande número de Irlandeses desembarcados no largo do Paço Sexta feira excitavão a compaixão de numerosos espectadores, que estavam postos ao redor de mulheres em trajes esfarrapados com seus pequenos ao colo, de homens brancos quasi nus, ou cobertos com os trapos da Miséria, e de meninas de uma figura esbelta, cujos semblantes, e olhos asuis contrastavão com os rostos decrépitos de muitas velhas Irlandesas, que vinhão com ellas”.<sup>254</sup> A

---

<sup>253</sup> POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. Colono sim, soldado não. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 101, fev. 2014, p.32-35.

<sup>254</sup> *Aurora Fluminense*, n.6, 7 jan. 1828. Disponível em <http://bit.ly/1EyEszm>. Acesso em 15 jan. 2015.

cena, acrescenta o jornal, “feria as vistas dos habitantes desta capital” ao mesmo tempo que uma cena de outra natureza se passava no largo da Carioca: “uma multidão de Irlandeses precedida de música militar havia atravessado a praça, aos gritos e assobios de um sem numero de muleques, que não se poderão dispersar nem a poder de armas, nem de pedrada”. O que fazer para impedir tal situação, questiona o *Aurora Fluminense*? A pergunta fica sem resposta.

As terríveis condições tanto das viagens quanto das instalações militares improvisadas – por vezes, não havia sequer camas – fez com que muitos se recusassem ao serviço militar e buscassem emprego pela cidade, o que nem sempre conseguiam. A situação precária na qual se encontravam fez com que fossem apelidados de “escravos brancos” por populares. Conforme registra Pozo, o embaixador inglês no Rio de Janeiro finalmente dá seu apoio, em março de 1828, aos imigrantes exigindo que o governo cumpra o combinado, ou ficaria caracterizado o descumprimento da legislação britânica. O governo brasileiro pagou o soldo antes estabelecido – um *shilling* –, aumentou a quantidade de ração e pôs fim aos castigos corporais. Além disso, 270 colonos formaram a então primeira colônia irlandesa deste grupo, em Taperoá, na Bahia.

Em junho de 1828, a insatisfação dos irlandeses e alemães gerou um motim de três dias, com os alemães concentrando sua violência contra oficiais superiores, que tinham o costume de exagerar nas punições físicas e eram acusados de desonestidade, diz Pozo. Segundo este pesquisador, a situação se agravou no dia 11: “Irlandeses acirraram o conflito e passaram a saquear casas e a atacar negros nas ruas. Em resposta, escravos foram armados e autorizados a matar qualquer estrangeiro. O conflito tomou as ruas próximas ao Campo de Santana, espelhando-se pelo centro da cidade”. O conflito só teve fim na manhã do dia 12, com os alemães e irlandeses se rendendo aos poucos<sup>255</sup>.

### **3.5 Viajantes estrangeiros: um olhar sobre a nascente pátria**

Os relatos dos viajantes são uma fonte relevante de informação deste período, com a abertura dos portos sendo comemorada especialmente não só por comerciantes, mas também

---

<sup>255</sup> POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. Colono sim, soldado não. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 101, fev. 2014, p.35. Para detalhes, ver POZO. Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no Primeiro Reinado. São Paulo: USP, 2010.

por naturalistas, artistas, diplomatas, educadores, cozinheiros e mercenários estrangeiros – além, é claro, dos imigrantes. A presença mais significativa é a de ingleses, em decorrência dos privilégios comerciais que estes desfrutavam no Brasil a partir do tratado de 1810. Para nosso objeto de pesquisa, além dos relatos que viriam a influenciar a imprensa brasileira posteriormente – e, em alguns casos, imediatamente –, destacamos a importância destes olhares estrangeiros nas primeiras formulações sobre a *brasilidade* e as especificidades da colônia portuguesa na América do Sul. Conforme destaca Lisboa, retomando Hobsbawm, no início do século XIX não havia ainda uma teoria sobre o que seria a “nação” e os Estados-nações, já que o conceito não é paralelo à própria formação dos Estados-nações na Europa, e sim posterior, existindo nesse período apenas um número extremamente reduzido de territórios que podem ostentar esse status.<sup>256</sup>

Um dos viajantes de maior produção documental foi o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que residiu no país por seis anos, entre 1816 e 1822. Escreveu um total de oito livros sobre o Brasil e afirmava ser o território português “sua segunda pátria”. Ao ser recebido na fazenda do barão de Santo Amaro, José Egídio, em Tramandaí (Rio Grande do Sul), Saint-Hilaire tem acesso a jornais europeus como o *Constitucional*, o *Times* e a *Gazeta de Lisboa*, trazidos por um francês que habitava a mesma fazenda.<sup>257</sup>

Viajando com um “negro alugado”, Saint-Hilaire descreve o movimento de mercadorias pelo porto de Rio Grande: sal, arroz, café, açúcar, chá, chocolate, marmelada e cachaça. “A elite usa vinhos generosos do Porto”, diz ele, observando que os habitantes da capitania “são originários dos Açores”. Transparece em seus escritos que o francês se sentia um jornalista, relatando minuciosamente o que via à sua volta com o claro objetivo de produzir relatos detalhados a serem publicados, como efetivamente ocorreu.<sup>258</sup>

Segundo Lisboa, Saint-Hilaire fixaria duas imagens que seria perpetuadas ao longo do século: primeiro, o fato de D. Pedro II ser uma “garantia para a unidade territorial diante das ameaças de desintegração territorial” e, em segundo lugar, a “feliz” realidade de D. Pedro II de não ser europeu, e sim brasileiro. A ordem estaria preservada<sup>259</sup>. Além disso, D. Pedro II é tido como um monarca que condenou o tráfico negreiro, que era contra a escravidão e que era

---

<sup>256</sup> LISBOA, 1999:270. Ver também o segundo capítulo deste trabalho, onde o tema é discutido mais extensamente.

<sup>257</sup> DIAS, 2011:40-41.

<sup>258</sup> *Ib.*, p.42-43.

<sup>259</sup> LISBOA, 1999:278. Apesar de não ter sido testemunha ocular do reinado de D. Pedro II, Saint-Hilaire deixou suas impressões sobre o herdeiro do trono, após a abdicação de D. Pedro I. Vide a mesma referência já citada.

dotado de uma “filantropia esclarecida”, segundo a qual “tentaria conciliar os direitos sagrados dos homens com os direitos legais dos proprietários”<sup>260</sup>, como defende Charles Expilly. O autor perdoa a falta de decisão do monarca brasileiro em relação à emancipação dos escravos por conta da limitação imposta pela Constituição, esquecendo-se que D. Pedro II dispunha do poder moderador.<sup>261</sup>

Outra posição de alguns dos principais observadores estrangeiros era de que, apesar de a escravidão ser uma instituição cruel e desumana, ela contribuiria para o “processo civilizador dos negros”. Lisboa observa que a África é interpretada como o continente da barbárie e os africanos transportados para o Brasil, ainda que em condição de cativos, “teriam mais chances de superar o seu estado de decadência graças ao convívio com o branco, considerado moral e intelectualmente superior ao negro”.<sup>262</sup> Esta é a posição, por exemplo dos alemães Johann von Spix e Karl von Martius, que chegaram ao país em julho de 1817. Lisboa chama a atenção para o fato de que é justamente em meados do século XIX que são formuladas as teorias raciais de fundo biológico, abrindo caminho para o racismo científico e para a eugenia e influenciando profundamente a imprensa brasileira.

Um aspecto importante da percepção dos viajantes era sobre como os mitos da democracia racial e da “docilidade” brasileira foram surpreendentemente formulados em pleno regime escravista. Alguns dos viajantes postulavam uma certa “amenidade” do sistema diante da possibilidade de mobilidade e integração social do liberto. Para o francês Ferdinand Denis, por exemplo, “a possibilidade de os negros compartilharem os mesmos direitos dos brancos era tão real que explicava o fato de serem menos dispostos a se revoltar do que em todas as outras partes da América meridional”.

Não era pequena a relevância dos registros destes viajantes estrangeiros. A pesquisadora Arlette Medeiros Gasparello aponta que uma obra de Denis sobre o país – um texto em francês, *Resumé de L'histoire du Brésil*, publicado em 1825 – inspirou o capitão (e depois major) Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde a criar um livro didático que contribuísse para a escrita da História de um país que buscava um sentimento nacional. A obra, denominada *Resumo da História do Brasil até 1828*, “foi bem recebida pelos intelectuais e grupos dirigentes da época, porque supria uma necessidade educacional – a exigência de uma pedagogia da nação”, sendo adotada posteriormente pelo governo para “uso

---

<sup>260</sup> Ib., p.279.

<sup>261</sup> Id.

<sup>262</sup> Ib., p.283.

nas escolas”.<sup>263</sup> O autor do texto brasileiro, de origem portuguesa, informa no próprio livro ter realizado uma tradução corrigida e aumentada do texto em francês, acrescentando uma primeira parte – *O Brasil antes da conquista* – e reelaborando o original a partir de outras fontes. Um das obras pesquisadas por Bellegarde também era estrangeira: *History of Brazil*, do historiador inglês Robert Southey, publicada em três volumes entre 1810 e 1819.<sup>264</sup>

Ainda sobre a questão étnica, outros dois viajantes – os missionários Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher – argumentam que a Constituição do período imperial não discriminava a cor como base para os direitos civis e, portanto, “uma vez livres, os homens brancos ou mulatos, se possuem energia e talento, podem erguer-se às mais altas posições sociais, das quais sua raça está excluída nos EUA”. Kidder e Fletcher ignoraram que as garantias individuais consagradas na Constituição brasileira eram válidas somente para os cidadãos, ou seja, para a população livre.<sup>265</sup> Além disso, uma vez libertos, muitos escravos viviam na marginalidade, já que inexistiam mecanismos de integração à sociedade, ao contrário do que ocorria com os imigrantes, que contavam com uma ampla gama de subsídios público-privados.<sup>266</sup>

Outra tema frequente dos viajantes estrangeiros era o da miscigenação. Em 1818, por exemplo, Spix e Martius observaram, ao passar por Salvador, que “nem Londres nem Paris apresentavam uma variedade, uma mistura tão grande de *raças, índoles e classes*”. Era como se mirassem num “espelho mágico” e vissem passar “representantes de todas as épocas, de todos os continentes, de todos os gênios”. Avaliava-se quais seriam os benefícios e prejuízos de tal *mistura racial*, com Martius formulando posteriormente que o “gênio da história sabiamente” lançou mão da mescla das raças “para alcançar os mais sublimes fins”. Tanto o negro quanto o índio, acrescenta, contribuíram para o “desenvolvimento da nacionalidade brasileira”, embora os portugueses – tidos por ele como superiores por serem da raça branca – formem o “mais poderoso e essencial motor”. Ao mesmo tempo em que Martius sublinha a importância dos indígenas e dos africanos na construção da nação, aposta num “paulatino branqueamento da sociedade”.<sup>267</sup>

Já na década de 1860 desembarca no porto de Santos o barão suíço Jacob von

<sup>263</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.19, p.80-81.

<sup>264</sup> Id.

<sup>265</sup> LISBOA, 1999:284-285.

<sup>266</sup> Sobre este tema, ver também FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. O legado da “raça branca”. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965, vol. I, p.194.

<sup>267</sup> LISBOA, 1999:287-288.

Tschudi<sup>268</sup>, em missão oficial para verificar a situação dos compatriotas que trabalhavam nas fazendas de café paulistas, após passagem pelo Rio de Janeiro com o mesmo propósito. Em Limeira, visitara a Fazenda Ibicaba, pertencente a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (o senador Vergueiro), onde trabalhavam em regime de parceria cerca de 800 estrangeiros, incluindo 87 famílias suíças.<sup>269</sup> O sistema – controverso, fazendo alguns colonos protestarem – dava aos imigrantes uma porcentagem nas colheitas e o direito de explorar uma área da fazenda em benefício próprio, ajudando a desenvolver pequenas indústrias caseiras e agrícolas. Para o negócio, o senador Vergueiro obtivera um financiamento do governo em 1847.<sup>270</sup> O barão Tschudi elogiou o sistema: observou que, antes da chegada dos suíços, “as donas de casa não sabiam onde obter manteiga, verduras, leite e mel, uma vez que não possuíam hortas e vacas; agora, os colonos levam os produtos às suas casas”.<sup>271</sup>

Em suas formulações sobre o Brasil, o barão suíço vê na miscigenação um empecilho para pensar o império como uma nação por constatar que a única ligação entre seus cidadãos é o governo, ao contrário das nações europeias onde esses laços se dão pela ascendência comum. A miscigenação brasileira, diz Tschudi – que também visitou outras regiões do país alguns anos antes, como o Vale do Mucuri, em Minas Gerais –, impossibilita a formação de um “tipo nacional” e de um “caráter brasileiro”, concluindo que entre os povos europeus reinaria a *nacionalidade*, e no Brasil a *individualidade*. O “brasileiro” seria apenas a fração mais “inteligente” da sociedade, de origem preponderantemente branca. De modo semelhante, Saint-Hilaire argumenta que no Brasil “não havia brasileiros”, se referindo à ausência de homogeneidade entre os seus habitantes, concluindo que inexistia, portanto, algo que lhes imprimisse alguma identidade.<sup>272</sup>

### 3.6 Surge a imprensa (mais ou menos) livre e o sentimento (mais ou menos) nacional

Será publicado no dia 28 de agosto de 1821 um importante aviso real sobre a imprensa, assinado pelo príncipe regente e consequência, na verdade, de agitações anteriores à data: estava decretado o fim da censura prévia no Brasil. Numerosos panfletos e jornais

<sup>268</sup> Em alguns registros ele aparece como “João Thiago”, abasileiramento de seu nome original.

<sup>269</sup> DIAS, 2011:50-51.

<sup>270</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.102, p.18.

<sup>271</sup> DIAS, 2011:51.

<sup>272</sup> LISBOA, 1999:289-290.

surgiriam a partir de então, já existindo na data do decreto, no entanto, outros jornais que competiam com a *Gazeta* pela atenção dos leitores.<sup>273</sup> Apenas em março do mesmo ano surgiram três jornais no Rio de Janeiro: *O Amigo do Rei e da Nação*, *O Bem da Ordem* e *O Conciliador do Reino Unido*. Estas três publicações expõe duas novas características da imprensa neste período, e durante um longo tempo desde então: sua efemeridade (as três foram encerradas ainda em 1821) e seu tom mais politicamente ativo.<sup>274</sup>

Alencastro e Renaux observam que, entre os portugueses das classes dominantes vivendo no Brasil, se deram dois comportamentos bem distintos e bem fundamentados após a Independência, em 1822: “Todos os proprietários, todos os fazendeiros e senhores de engenho, estivessem eles na América portuguesa havia muitas gerações ou alguns anos somente, tinha de *brasilianizar-se*. Detentores da ordem privada escravista, exercendo domínio direto sobre os escravos e os homens livres que vivam em suas terras, eles precisavam assumir plenamente os direitos políticos outorgados pelo Império, a fim de garantir sua própria inserção nas novas instituições nacionais” (grifo nosso). Aos que tinham comércio, negócio de importação e de distribuição de importados, ao contrário, não interessava a nacionalidade brasileira, por serem depositários de bens móveis e exercerem o comércio por consignação, ou seja, ganhando uma comissão sobre mercadorias alheias que lhes eram confiadas para ser vendidas no Brasil.<sup>275</sup>

A grande quantidade de estabelecimentos comerciais na Corte e em algumas províncias brasileiras estimulou as diversas campanhas lusófonas encampadas por parte da imprensa e presentes nos anúncios de autoria dos estabelecimentos nacionais. Em um deles, publicado no *Jornal do Commercio* em 1853, um “índio” serve de emblema nacionalista para comerciantes brasileiros que sofriam forte concorrência das casas de comércio estrangeiras, principalmente portuguesas. O português aparecia por vezes, observam Alencastro e Renaux, como o “grande estuprador da ex-Colônia, que ameaçava até a virilidade dos brasileiros”, como sugeriu o jornal pernambucano *A Voz do Brasil*, que em uma edição em 1848 publica uma carta acusando um comerciante português de “deflorar” mãe e filha brasileiras. Um outro jornal, *O Povo*, da Bahia, sugere em um artigo em 1849 que os africanos seriam superiores aos portugueses, fazendo um paralelo a partir de critérios morais, físicos e familiares.<sup>276</sup>

---

<sup>273</sup> MEIRELLES, 2008:25.

<sup>274</sup> *Ib.*, p.195.

<sup>275</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:308-309.

<sup>276</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:309-310.



A imagem do indígena “nacionalista” e do português “estuprador” se encaixava bem no contexto histórico do Brasil Colônia e parte do Brasil Império: segundo o historiador José Murilo de Carvalho, calcula-se que havia na época da chegada dos portugueses cerca de 4 milhões de indígenas. Em 1823, restava menos de um milhão.<sup>277</sup> Destaca-se, como veremos mais à frente, que muitos destes povos indígenas foram novamente desterrados ou dizimados para dar lugar a algumas das colônias de imigrantes europeus. Além disso, lembra Carvalho, a miscigenação promovida pelos portugueses foi extremamente violenta, dada a natureza comercial e masculina da colonização. Portugal tinha apenas 1 milhão de habitantes, número insuficiente na árdua tarefa que era ocupar o território brasileiro. Dessa forma, diz Carvalho, a miscigenação “se deu em parte por aceitação das mulheres indígenas, em parte pelo simples estupro. No caso das escravas africanas, o estupro era a regra”.<sup>278</sup> Utilizar esse contexto para incentivar a lusofobia, portanto, era uma estratégia eficiente e condizente com o imaginário popular durante todo o século XIX e início do XX.

Nas primeiras décadas do século XIX a questão nacionalista é debatida com tanta ênfase que até mesmo o então príncipe regente, D. Pedro I, se envolveria no debate redigindo, ele próprio, pelo menos 24 artigos, sempre usando pseudônimos (prática legal e muito utilizada neste período). Em um destes artigos, autodenomina-se “Um Ultrabrasileiro” e pede “união com todas as Províncias para sustentarem a desunião com Portugal”.<sup>279</sup>

O sentimento nacional já transparece em diversos artigos na imprensa, como fica claro em uma correspondência publicada pelo *Diário do Rio de Janeiro* de 27 de janeiro de 1838<sup>280</sup>, assinada por “um brasileiro de coração” sem o nome do autor. O nacionalismo brasileiro começa a ser constantemente reforçado a partir da contraposição ao estrangeiro, ao *Outro* eleito política e ideologicamente. O autor da carta publicada no *Diário* informa, em tom irônico, ser um “propenso a sonhos”, relatando que acordara há pouco de um sonho em que o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Maciel Monteiro, havia exigido do Encarregado de Negócios dos Estados Unidos na Corte uma satisfação pelo “insulto feito á nação pela corveta [navio de guerra] americana, que está na Bahia”. Como alguns sonhos se realizam, ironiza, “eu vou perguntar-lhe se sabe alguma coisa a este respeito”. A redação do jornal dá uma resposta curiosa: nada sabe a respeito, assegurando, no entanto, que o governo “tem encarado

---

<sup>277</sup> CARVALHO, 2010:20.

<sup>278</sup> *Ib.*, p.20-21.

<sup>279</sup> CHAGAS, 2001:66.

<sup>280</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 27 jan. 1838. Disponível em <http://bit.ly/1EVdIqI>. Acesso em 30 jan. 2015.

com atenção este negócio”. Com efeito, completa a resposta, “basta de sermos ludibriados por estrangeiros, que não sabem retribuir-nos aquella amisade, e respeito, que lhes consagramos”.

Em grande parte do século XIX, a lusofobia era uma constante em muitos meios da imprensa brasileira, apesar de ter sido, em nossa avaliação, minoritária já nos últimos anos do século, com os maiores jornais se abstendo de práticas xenófobas contra os portugueses. Mesmo assim, em meio a episódios como a Revolta da Armada (1893)<sup>281</sup>, jornais como *O Jacobino*, que funcionou no Rio de Janeiro entre 1894 e 1897 em apoio à personalidade de Floriano Peixoto, pregavam o ódio à herança colonial e monárquica, promovendo um “antilusitanismo radical motivado pela instabilidade do sistema político vigente e pelo receio de que a monarquia – identificada como herança portuguesa – voltasse”.<sup>282</sup>

Em *O Jacobino*, os portugueses eram estigmatizados como exploradores, pouco higiênicos, ignorantes, fisicamente grotescos e os principais responsáveis pelo desemprego dos brasileiros na época. O jornal, que por vezes também atacava periódicos concorrentes como *Gazeta de Notícias*, *O Estrangeiro* e *O Paiz*, considerados aliados dos portugueses, costumava celebrar qualquer desgraça ocorrida com os imigrantes portugueses. Em uma das matérias seu editor escreveu: “Por telegramas recebidos nesta capital, consta ter naufragado nas costas de Gibraltar um navio português que para o Brasil trazia 1.273 imigrantes de Portugal! A ser verdade, o que desejamos, que providência! Safa! Que eram mais 1.273 exploradores que íamos ter”<sup>283</sup>.

Os períodos das regências e do início do Segundo Reinado continuariam a ser conturbados em todo o país, com sucessivas revoltas e rebeliões. Em sua edição de 19 de abril de 1832, o *Diário do Rio de Janeiro* publica um edital que busca regulamentar a presença de estrangeiros no Brasil. Assinado por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (o visconde de Setetiba) – conforme descrito no edital “Cavalleiro da Ordem de Christo, Desembargador da Relação de Pernambuco com exercício na Casa da Supplicação e Intendente Geral da Policia da Corte e do Império” –, o documento afirma que, do total de presos da Corte, a maior parte eram estrangeiros que, “por vadiação, bebedice, furtos e assassínios, enchem as Cadeias,

---

<sup>281</sup> OLIVEIRA, 2001:28.

<sup>282</sup> É o que afirma um artigo da historiadora Amanda Muzzi, publicado na revista *Estudos Históricos* e citado por LAPERA, Pedro. Piada de português. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.62, nov. 2010, p.88-89. Disponível em <http://bit.ly/18YXfrA>. Acesso em 11 jan. 2015.

<sup>283</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.62, nov. 2010, p.88-89. Disponível em <http://bit.ly/18YXfrA>. Acesso em 11 jan. 2015.

perturbão a tranquilidade, e segurança dos Cidadãos, e agravão o Thesouro Nacional com os socorros, que se lhes presta nas prisões”.

Para Coutinho – futuro presidente da Província do Rio de Janeiro e ele próprio incentivador da imigração subvencionada –, isso se deve “sem dúvida (...) á falta de exacta observância do Alvará de 2 de Dezembro de 1820, que cumpre por em inteiro vigor”. Para tal, o edital “ordena”: todo estrangeiro na Corte deveria se apresentar dentro do prazo de 30 dias na Intendência Geral da Polícia para declarar onde mora, qual o seu emprego ou ocupação, idade, naturalidade e quando embarcou no país, apresentando igualmente o passaporte dos respectivos consulados. Após a comprovação, seria fornecido aos estrangeiros uma *permis de séjour* – em francês, permissão de residência. Os estrangeiros deveriam, com a permissão em mãos, se “appresentar ao respectivo Juiz de Paz para lhe por o visto e observar a sua conducta”.

Todos os estrangeiros que não cumprissem a ordem dentro do prazo ficariam sujeitos, completa o “edital”, a ser “posto em custodia até ser remetido para fóra do Império”, além de ter de pagar uma multa cujo valor foi estabelecido pelo citado alvará. A resolução também lembra sobre as responsabilidades dos proprietários das embarcações utilizadas pelos estrangeiros para entrar no país. A “sutil” forma de divulgação é explicada ao final do edital, datado de 16 de abril daquele ano: “E para que chegue á noticia de todos mandei passar o presente que será publicado pelas folhas”.<sup>284</sup>

A entrada massiva de europeus – conforme destacado anteriormente, pelo menos 8 mil alemães até 1830, por exemplo – fez com que sua presença aumentasse na Corte, ainda que o propósito original das autoridades fosse ocupar territorialmente o país. Anúncios como este, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 2 de abril de 1831, passaram a se tornar mais frequentes: “Quem precisar de 2 Alemães de muito boas conductas, para qualquer serviço que se offereça, os quaes prestão abonação as suas pessoas; quem os pretender dirija-se ao becco da Fidalga n. 7”.<sup>285</sup>

Em 1834, uma alteração na Constituição permitiu que a iniciativa e o estabelecimento de colônias ficasse a cargo dos governos provinciais, e não mais do governo imperial, o que fez com que os critérios das políticas migratórias se tornassem de caráter menos geopolítico e mais econômico. Foi principalmente após o fim da Revolução Farroupilha, em março de

---

<sup>284</sup> Diário do Rio de Janeiro, 19 abr. 1832. Disponível em <http://bit.ly/1EyFoDO>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>285</sup> *Ib.*, 2 abr. 1831. Disponível em <http://bit.ly/1DC7L2j>. Acesso em 10 jan. 2015.

1845, que o país retomou as iniciativas de imigração e colonização, significativamente intensificadas.<sup>286</sup>

### 3.7 “Um homem livre vale por dois escravos”: aumenta o apoio à imigração livre e “industriosa”

Um texto de autoria não identificada e publicado com grande destaque no *Diário do Rio de Janeiro* em 27 de agosto de 1835<sup>287</sup> mostra como o debate sobre o chamado *trabalho servil* era antigo. O autor, que assina apenas como *O Brasileiro* (o pseudônimo era uma prática comum da época), pede atenção para o tema da imigração como forma de dar valor a terrenos “incultos” e “insalubres”. Uma imigração livre e “industriosa”, diz o texto, em um momento em que tratados têm instado o fim do tráfico escravagista. A principal demanda, no entanto, trata de concessões privadas relacionadas à Companhia do Rio Doce com o objetivo de tornar navegáveis o Rio Doce e seus afluentes, localizados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O tema foi intensamente debatido naquele período, com um decreto imperial sendo publicado poucos dias depois, em 17 de setembro.<sup>288</sup>

“Ninguém já hoje duvida”, diz o autor, “que o trabalho de hum homem livre he pelo menos equivalente ao de dois escravos, como mostrou, além de outros em diferentes épocas, Mr. Harrison, e no-lo refere também o mesmo Thomaz Jefferson nas suas Memorias, comparando o que ganhava nos Estados do Sul anualmente hum escravo, que não passa de oito a doze libras por anno, com o que se dava nos Estados do Norte ao trabalhador livre, isto he, vinte e quatro libras”.

O autor do artigo não esconde sua vertente liberal e economicista, creditando à administração pública todo o mal que for possível. Em um dos trechos, por exemplo, argumenta: “Até aqui não temos fallado dos desperdícios, consequência indispensável, e inseparável de todas as obras administradas pelo Governo. Aquillo que custaria 10, sendo feito e administrado por particulares, custa sempre 100, quando administrado pelo Governo, cuja inspecção não pôde ser tão immediata, providente, e activa, como a dos particulares”. Ao

<sup>286</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.102, p.18.

<sup>287</sup> Diário do Rio de Janeiro, 27 ago. 1835. Disponível em <http://bit.ly/1wwtoBK>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>288</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto n. 24, de 17 de Setembro de 1835. Disponível em <http://bit.ly/15Cz2px>. Acesso em 30 jan. 2015.

governo haveria só lucro e “vantagens gigantescas”, com os “particulares” tendo apenas um “miserável lucro de seos immensos capitaes empregados”. Os exemplos, continua ele, estão por todos os lados: nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e até mesmo na China.

Neste mesmo ano uma das mais importantes associações pró-trabalho livre no país passa a dar mais atenção ao tema da imigração. No dia 9 de novembro de 1835<sup>289</sup> o *Diário do Rio de Janeiro* publica a convocação de um encontro do conselho da destacada organização Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – e por *indústria*, neste momento, falamos aqui do mais importante setor da economia brasileira, a agricultura. Um dos sócios propõe que se debata o tópico “Que a Sociedade se ocupe de prestar eficaz protecção aos Colonos, que dos portos estrangeiros se dirigem ao Brasil”. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi fundada sete anos antes, em 1827, realizando suas primeiras reuniões na sede do Museu Nacional. Seu objetivo declarado era promover e divulgar o conhecimento científico e tecnológico aplicado à agricultura.<sup>290</sup> Em 1833, a Sociedade fundaria um dos mais importantes veículos de comunicação da chamada *imprensa rural* no Brasil: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, publicação mensal com base no Rio de Janeiro e que funcionaria ininterruptamente até 1892.<sup>291</sup>

Na referida edição do *Diário*, em 1835, o então secretário da Sociedade, Joaquim Francisco Vianna – um destacado político da época, senador e ex-ministro da Fazenda –, lembra a importância e “interesse tão manifesto para o Brasil” para apelar pelo comparecimento dos sócios à reunião. Vianna publica também, na íntegra, o parecer uma comissão especial designada para examinar a proposta. Além de Vianna, assina Januário da Cunha Barboza, um dos criadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), diretor da Biblioteca Nacional e um dos editores do jornal *Reverbero Constitucional Fluminense*.<sup>292</sup>

O parecer destaca que o apoio aos colonos é um apoio à agricultura e à indústria, desde que “anime a emigração da Europa pela certeza de bom acolhimento, e prompta distribuição dos que vierem para o nosso paiz”. Dentro da Sociedade, diz o parecer, “se deve formar” outra associação – a Auxiliadora da Emigração de Colonos Livres. No mesmo

<sup>289</sup> Diário do Rio de Janeiro, 9 nov. 1835. Disponível em <http://bit.ly/17Fch4E>. Acesso em 13 jan. 2015.

<sup>290</sup> SOUZA, Francisco Alencar. Políticas educacionais no Império: a sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seu projeto para uma escola agrícola. Campinas, ANPUH/SP, set. 2004. Disponível em <http://bit.ly/1urWqAW>. Acesso em 13 jan. 2015.

<sup>291</sup> DIAS, 2011:69-72.

<sup>292</sup> As edições do *Reverbero* estão disponíveis em <http://hemerotecadigital.bn.br/reverbero-constitucional-fluminense/700223>

modelo das demais organizações do tipo, o capital inicial, que seria despendido pelos membros da Sociedade e outros interessados na associação, seria reinvestido na introdução dos imigrantes (passagem, estadia provisória etc), com uma porcentagem dos rendimentos gerando lucro para os acionistas. O parecer, atropelando temas distintos em poucas linhas, acrescenta que “nenhum Colono sahirá do deposito, sem que se tenha contractado por escripto com aquelle a quem for servir”. A Associação deveria não só proteger e direcionar os colonos europeus como também “fazer vir da Europa novos Colonos, e dos paizes que julgar mais apropriados”. Estas seriam as “bases” do debate na Assembleia Geral convocada, termina a nota, datada de 27 de outubro.

Um mês depois, nas edições de 11 e 12 de dezembro de 1835<sup>293</sup>, Vianna anuncia que mais de 200 acionistas se interessaram pela iniciativa – agora chamada de *Associação Auxiliadora da Colonização Europea* –, convocando nova reunião criar oficialmente a nova organização. A Assembleia foi marcada para um domingo (13), às 11 horas da manhã, em uma das salas da Academia Militar do largo de São Francisco de Paula, posteriormente sede de alguns dos cursos de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O interesse pela iniciativa, cuja primeira assembleia ocorreria com a presença destacadas lideranças políticas e empresariais, e em uma importante área da cidade, mostra um rumo que começaria a se efetivar nos anos 1840 e ganharia força já a partir de 1850. A *liberdade* buscada por estas lideranças nos trabalhadores europeus contrastava com anúncios diários nos jornais em que se vendiam escravos para os mais diversos fins.

O estatuto da sociedade – cujo primeiro nome foi Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro – foi publicado na edição de 12 de março de 1836<sup>294</sup> no próprio *Diário do Rio de Janeiro* e descreve no artigo segundo que seu objeto será promover a vinda de colonos “brancos úteis”. A Sociedade se responsabiliza em pagar as despesas de transporte “mediante convenção e ajuste com os mesmos Colonos” e com os intermediários; proporcionar aos colonos emprego ou ocupação “accommodada ás suas faculdades e misteres”; bem como as amparando em suas necessidades (não descritas em detalhes).

O estatuto registra que não se responsabilizará por qualquer colono, apenas pelos devidamente inscritos. Acrescenta o 3º artigo que nenhum colono deverá ser inscrito se não tiver mostrado previamente “attestado ou abonação segura de sua moralidade”, bem como

---

<sup>293</sup> Diário do Rio de Janeiro, 11 e 12 dez. 1835. Disponíveis em <http://bit.ly/17Fch4E> e <http://bit.ly/1ATq0z3>. Acesso em 15 jan. 2015. A direção da sociedade foi eleita no dia 1º de março de 1836.

<sup>294</sup> *Ib.*, 12 mar. 1836. Disponível em <http://bit.ly/1ATq0z3> Acesso em 15 jan. 2015.

estar em dia com as obrigações legais no Brasil. O artigo 6º prevê um abrigo próprio para os colonos: “A Sociedade terá Armazens, Casas ou Depositos em que haja de recolher, agasalhar e sustentar os Colonos”. A entidade poderá fundar ainda oficinas e outros estabelecimentos para empregar os europeus. Esta é uma forma, registra o estatuto, de manter os colonos trabalhando enquanto não arranjam local de destino, “ou em quanto pelos seus serviços não tenham pago á Sociedade a despêza do seu transporte, sustento e vestuário, regulando-se a despêza por indivíduo quando este fôr só, e por casal e família quando a tenha”. O pagamento aos colonos é, portanto, como deixa claro o artigo 6º, um empréstimo, com o europeu já chegando ao Brasil com uma dívida – incluindo os juros de 9% ao ano e uma “comissão de agência” de até 8% sobre o total da dívida, segundo o estatuto.

Outro elemento que restringia severamente a liberdade do colono europeu – ou “brancos úteis”, como define o estatuto – é o fato de que, de acordo com o documento fundador da Sociedade, o trabalhador não poderá ser contratado sem a mediação da entidade. Caso não consiga pagar as despesas de viagem e recepção (ou quem as pague), registra o documento, o colono terá de trabalhar “por conta da Sociedade até solver o seu débito, á segurança e pagamento do qual ficão especialmente hypothecados os serviços do Colono, e ainda outros quaesquer bens que lhe advenhão”.

O *Diário* de 27 de abril do mesmo ano, 1836, registra um dos primeiros passos da Sociedade: um anúncio em que solicita propostas de armazéns ou qualquer outro edifício no Rio de Janeiro “ou seus arrebaldes” para servir de “depósito de colonos”<sup>295</sup>. No dia seguinte, um outro anúncio solicita terras cultivadas ou não para arrendar, aforar ou comprar. As propriedades não devem ser distantes e devem ter “proporções convenientes para se formar algum estabelecimento rural para os Colonos”. Já no dia 2 de julho<sup>296</sup> surge a primeira “oferta” de imigrantes: a diretoria da Sociedade informa que contratará os serviços de “vários” colonos açorianos, oriundos da Ilha de São Miguel (domínio português). Diz o anúncio: “As pessoas que os quiserem tomar poderão ir ve-los a bordo do referido Patacho [embarcação, segundo a nota inglesa], em quanto se lhes não destina local em terra para o seu depozito: devendo depois dirigir-se ao Sr. Secretario da Sociedade para se concertarem os respectivos ajustes na conformidade dos Estatutos”. Em 26 de julho<sup>297</sup>, novo anúncio com mais imigrantes açorianos. Desta vez são 118 colonos, com uma novidade: a Sociedade já

---

<sup>295</sup> *Ib.*, 27 abr. 1836. Disponível em <http://bit.ly/189CDvz>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>296</sup> *Ib.*, 2 jul. 1836. Disponível em <http://bit.ly/189CDvz>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>297</sup> *Ib.*, 26 jul. 1836. Disponível em <http://bit.ly/189CGrk>. Acesso em 30 jan. 2015.

conta com uma hospedaria, no Largo da Lapa, próximo à sede da entidade, que ficava à rua do Passeio, número 32. Pela edição do dia 29 de julho<sup>298</sup>, registram-se também colonos “canários”, espanhóis oriundos das Ilhas Canárias.

Uma nota do dia 31 de agosto de 1836<sup>299</sup> do mesmo *Diário* mostra como a mentalidade escravagista ainda regia não só o estatuto da Sociedade, mas igualmente suas práticas. A Secretaria da entidade “previne” todas as pessoas que tiverem contratado os serviços de colonos que, “acontecendo fugir-lhes algum Colono”, o fato deve ser comunicado imediatamente à Sociedade. A denúncia deve indicar nome e circunstâncias da fuga “afim de poder a Meza de Direcção reclamar das Authoridades a apreensão do fugido, na forma das ordens a este respeito expedidas pela Policia”.

Já era possível encontrar nos anos 1830 posicionamentos contrários ao “instituto servil”, como mostra um longo artigo de autor não identificado publicado no mesmo *Diário do Rio de Janeiro* de 27 de setembro de 1836<sup>300</sup> tratando da colonização europeia. Assinando apenas como *O Cincinato* e dando o título de “communicado”, com o subtítulo “Atenção, Leitores!” e publicado logo no início da edição, seu autor anuncia que tratará dos “males de que nos ameaça a escravidão”, reconhecendo que ainda há um longo caminho a percorrer e que os frutos das medidas corretas serão usufruídas apenas por seus netos. A “planta” da colonização mesmo depois de germinada, argumenta, pedirá cuidados constantes e por mais de uma vez “causará sustos de vêl-a murchada ao cultor activo”. Quanto não ganharão os brasileiros com a colonização europeia, pergunta o redator? Ele mesmo responde, em um dos trechos que vale a pena citar na íntegra (grifos meus):

Então a Agricultura receberá pasmoso crescimento. A Industria avançará com passos agigantados. O Commercio ganhará um novo impulso, e florecerá maravilhosamente. A Nação crescerá em riqueza, em população. Os Cofres Publicos se encherão. A sciencia terá entre nós um maior lustre. *Nossa População se tornará mais homogenea*. Os Povos conhecerão melhor seus verdadeiros interesses. Em uma palavra, o *Brasil occupará entre as Nações cultas o lugar a que tem direito*, chamado á representar uma brilhante figura no *mundo civilizado*.

O ideal civilizatório, detalha o autor em seguida, se constitui em substituir o maior dos males deixado por seus avós, “isto é, si tratarmos de ir substituindo braços africanos por braços europeos, escravos por homens livres”. Em um pedido dramático, o autor se dirige aos

<sup>298</sup> *Ib.*, 29 jul. 1836. Disponível em <http://bit.ly/189CGrk>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>299</sup> *Ib.*, 31 ago. 1836. Disponível em <http://bit.ly/189CGrk>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>300</sup> *Ib.*, 27 set. 1836. Disponível em <http://bit.ly/1FIIf4>. Acesso em 30 jan. 2015.



“introdutores de africanos” para dizer: “Suspendei o apressado passo com que caminhaes para vossa própria ruína; parai, homens interesseiros! Attentai por um pouco no precipício em que nos quereis lançar”. O redator lembra que não se dirige apenas aos contrabandistas, pois “também peccão, e gravemente, as Authoridades, que com a sua frouxidão indirectamente animão um commercio illicito, e immoral”. Temendo pelo futuro, o autor acrescenta que “receamos que o Brasil venha a se tornar uma nova África. Não são exagerações, são verdades”. Ele lembra – sempre na terceira pessoa, como se falasse em nome de muitos – que não teme perder popularidade nem reeleições ao fazer tais afirmações, dizendo saber que “escandalisaremos a muita gente”.

Citando a Lei Feijó, aprovada em 1831, o autor reconhece que as circunstâncias não são as mais adequadas, “sem ainda não termos por todo o Brasil abundantes depositos de colonos”. A lista de argumentos que o faz criticar a legislação, no entanto, é curiosa. Como os escravos continuarão vindo, mesmo com a lei em vigor, o Estado não só não conseguirá combater o tráfico como perderá os recursos advindos dos impostos. Além disso, a população zombará de uma lei que não funciona, o que, no entendimento do redator, fará com que os costumes “se vão cada vez mais corrompendo”. Ele reconhece que, antes da Lei Feijó, haveria de ter uma outra lei que incentivasse a colonização europeia, com um prazo para a mudança servil completa “nunca menor de 10 annos”. Ao fim deste período, aí sim, argumenta, ficaria proibida a introdução de africanos no Brasil. A maioria dos políticos, ataca o autor ponderando sobre as poucas e “honrosas” exceções, deveriam trabalhar contra os incentivadores do “braço africano” e, no entanto, esquecem o “bem geral pelo bem do particular”, sacrificando “sem repugnancia a honra ao lucro”.

Na edição de 10 de outubro<sup>301</sup> o mesmo redator – com o mesmo destaque – continua seu raciocínio, pedindo inclusive desculpas aos leitores pela demora em fazê-lo. O redator então se pergunta, num trecho humanista que não utilizara no texto anterior: “Que direito tem alguém para tornar propriedade sua, ou alheia, aquelle que é tão livre, como elle?” O autor sustenta que os próprios habitantes da África escravizam seus iguais em troca de produtos que ambicionam, tornando as tribos africanas tão indignas “até de existirem sobre a face do Globo”. Mas o autor vê a solução dentro do Brasil, e não na África, pelo seguinte motivo: “Mas elles são brutos: se tivessem um pequeno raio de illustração<sup>302</sup>, outro seria o seu pensar;

---

<sup>301</sup> *Ib.*, 10 out. 1836. Disponível em <http://bit.ly/1zOjvuQ>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>302</sup> Esclarecimento.

e conheceriam o grão da aviltação a que descem .... A nós, que somos ilustrados, é que compete abominar um tal procedimento, é á nós que compete não promovê-lo, e isto por nosso próprio interesse”.

Apesar do aparente argumento humanista utilizado acima, o autor cita outros aspectos menos “nobres” de seu raciocínio que buscam convencer o leitor dos males da escravidão, afirmando por exemplo que o risco de se empregar um escravo é muito grande, dado que ele pode fugir – “o que todos os dias vêmos” –, se suicidar ou ser vítima de alguma doença, “e isto muitas vezes sem d'elle se têr colhido o menor fructo”. Além disso, completa, o escravo é quase sempre o “inimigo de seu Senhor”, com muitos senhores acabando “desgraçadamente” às mãos dos seus próprios escravos. Ele faz referência, para ampliar seu argumento à Revolta dos Malês. Diz o redator: “Não vimos a Bahia ainda a pouco ameaçada de huma medonha insurreição africana? Não sentimos tambem aqui os mesmos receios”. Ele acrescenta que estariam os senhores “com o pé sobre o vulcão”, classificando os escravos como “elementos incendiários”.

O remédio para “tão grave mal”? A colonização europeia, braços “livres”, “úteis”, “necessários” e “indispensáveis”. O “industrioso” europeu foge de aportar em nossas praias não porque os maltratemos, diz o redator no *Diário*, visto que somos “por natureza pacíficos e agazalhadores”. O motivo, argumenta, é a “agitação em que temos vivido”, por “não sabermos dar-lhes o devido merecimento” e pela ausência de leis de incentivo.

### **3.8 Forças armadas no final da década de 1830: um debate imigrante**

A edição de 30 de junho de 1838 do *Diário do Rio de Janeiro*<sup>303</sup> traz o debate e aprovação na Câmara dos Deputados, dois dias antes, de um projeto de lei sobre a implantação de forças do Exército brasileiro. A comissão de Marinha e Guerra apresenta à Câmara, para votação, a proposta que fixa as forças de terra para os anos de 1839 e 1840. É debatida por exemplo a quantidade de praças – 10 ou 12 mil – bem como a gratificação adicional aos soldos, entre outros tópicos. Uma das emendas aprovadas autoriza o governo, como forma de completar as forças, a engajar não mais de que 3 mil estrangeiros “os quaes serão suissos, ou alemães na falta d'estes” e em “corpos organizados” – e não

<sup>303</sup> Diário do Rio de Janeiro, 30 jun. 1838. Disponível em <http://bit.ly/18yHRSZ>. Acesso em 30 jan. 2015.

individualmente, ou seja, devem ficar juntos e não espalhados pelos agrupamentos de brasileiros.

Os suíços, por sinal, foram tema de uma nota curta no mesmo jornal, porém na edição de 4 de dezembro de 1838. Segundo a nota, intitulada “Caracter geral dos Suissos descripto pelo filosofo de Genebra” e publicada na coluna *Varietades*, os suíços são em geral “justos, obsequiadores, caritativo<sup>304</sup>, amigos sólidos, *soldados bravos*, e bons cidadãos, mas desconfiados, ciosos, avaros, curiosos” (grifo nosso).<sup>305</sup> Neles, acrescenta o diário, a avareza contribui “mais do que a simplicidade para refrear o luxo”. São “ordinariamente graves e fleugmáticos”<sup>306</sup>, porém “furiosos no momento da cólera” e “sua alegria é uma embriaguez”. Além disso são “hábeis e astutos nos negócios”, diz a nota, explicando ainda a suposta complexa relação deles com os franceses.

Este tipo de informação era comumente utilizada na imprensa e pelas lideranças políticas, à época, para guiar o tipo ideal de estrangeiro que o Brasil deveria receber, seja para as atividades militares (nesse primeiro momento), seja para as atividades agrícolas (a partir do fim do tráfico de escravos). Na verdade, o debate na imprensa se confunde, em grande parte – e até pelo menos o final do século XIX –, à própria discussão parlamentar, visto que esta era transcrita muitas vezes nos principais diários da época.

No ano seguinte, em sua edição de 7 de setembro de 1839<sup>307</sup>, o *Diário do Rio de Janeiro* volta a publicar um debate do dia anterior envolvendo as duas Câmaras sobre as forças estrangeiras atuando no Exército brasileiro. Alvares Machado, um dos parlamentares presentes, reafirma sua posição pró-colonização europeia mas afirma não querer ver “no seu paiz estrangeiros armados para fazerem a policia do mesmo paiz, e para manterem a ordem publica”. E acrescenta: “se tal chegar a acontecer”, será “o mais vergonhoso que se possa praticar”.

Machado argumenta que quer, sim, estrangeiros entre os brasileiros, porém para a indústria e as ciências. Diz o relato da sessão da Assembleia Geral Legislativa com o posicionamento do orador: “Não gosta de vêr como está vendo por toda a parte regeitarem-se os nacionaes, e empregarem-se estrangeiros; estrangeiros na guarda nacional; estrangeiros nas

<sup>304</sup> Caridoso, compassivo.

<sup>305</sup> Presumivelmente, trata-se de Jean-Jacques Rousseau, mas não tenho meios de checar com exatidão e a própria nota nada diz a respeito tampouco é assinada; *Diário do Rio de Janeiro*, 4 dez. 1838. Disponível em <http://bit.ly/18yHRSZ>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>306</sup> Impassíveis ou serenos.

<sup>307</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 7 set. 1839. Disponível em <http://bit.ly/1AVdAXt>. Acesso em 30 jan. 2015.

alfandegas; estrangeiros na visita da saúde; em quanto muitos nacionaes, aliás pessoas hábeis, e com toda a capacidade, vivem na desgraça!...”. Machado refuta ainda a ideia de que os estrangeiros recrutados poderiam servir para a agricultura após servirem ao Exército brasileiro e, mesmo, a suposta habilidade que possuiriam de manejar as armas.

Um dos debatedores usou os exemplos da França e da Inglaterra – modelos de países em guerra à época – para argumentar a favor do uso de tropas estrangeiras. Tanto os franceses quanto os ingleses, rebate Augusto Machado alistaram soldados estrangeiros para os enviarem para outros países, e não para combaterem dentro de seu próprio país. O orador critica ainda um outro parlamentar que dissera por sua vez, durante o debate legislativo, que seria necessária a existência de estrangeiros armados no Brasil para disciplinar o Exército brasileiro, que se achava – segundo esse discurso – supostamente desmoralizado. Durante a exaltação aos soldados brasileiros, Machado argumenta que os oficiais e soldados daqui tem prestado importantes serviços “em todos os pontos do império onde tem havido rebeliões”. O tema é apaixonadamente discutido, e urgente – a ponto de um dos parlamentares sugerir que o debate se estendesse durante o sábado.

### **3.9 Avança o lobby pró-trabalhadores europeus e “morigerados”**

A edição de 2 de março de 1942 do *Diário do Rio de Janeiro*<sup>308</sup> destaca em sua seção “Interior” a fala do então presidente da Província da Bahia na abertura da Assembleia Provincial, sobre o tema da agricultura e colonização. Defendendo o uso das melhores práticas agrícolas (europeias) em solo brasileiro, de modo a fomentar a mais importante indústria brasileira, o orador – que não aparece identificado no jornal, mas que presumivelmente era Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, futuro visconde de Monserrate e presidente do Supremo Tribunal Federal entre 1857 e 1864 – argumenta que as melhores práticas no campo estariam atraindo mais estrangeiros.

Para ele, estes estrangeiros se converteriam posteriormente em colonos, “porque o amor das riquezas é o mais poderoso motivo para se mudar de pátria”, tendo como consequência natural desse processo o grande aumento da população livre “de que tanto

---

<sup>308</sup> *Ib.*, 2 mar. 1942. Disponível em <http://bit.ly/1E5lilI>. Acesso em 30 jan. 2015.

precisamos”. A já sentida diminuição do comércio de escravos, diz Vasconcelos, não é justificativa para não incentivar a agricultura – ele cita em seu discurso um complexo plano de alocação de culturas agrícolas em terras ociosas, detalhando nomes e práticas. Sem os africanos, diz o presidente da Bahia, “é necessário insistir e animal-os para engajarem colonos na Europa, que supirão essa falta de braços escravos, cuja introdução nos é vedada pelos tratados, pelas nossas leis particulares, pela humanidade, e pela nossa própria segurança”.

Do negócio da colonização, insiste Vasconcelos, depende a “nossa prosperidade futura”. É preciso ir além, diz: devem ser dadas a estes colonos europeus “algumas vantagens que os convide”, como por exemplo a diminuição do imposto nos produtos oriundos dos “braços livres” – tanto estrangeiros quanto nacionais, registra. O aumento da produção compensaria a menor arrecadação de impostos, argumenta Vasconcelos. Só em duas comarcas – Caravelas e Porto Seguro, cita – caberiam mais de 600 mil colonos. A primeira é quase toda “despovoada e inculta”, afirma o presidente da Província baiana.

O modelo citado por Vasconcelos é a já citada Colônia Leopoldina, fundada em 1818, a primeira experiência de colonização agrícola fundada na Bahia. A experiência com colonos alemães e suíços, observa a pesquisadora Alane Fraga do Carmo, alcançou relativa prosperidade, principalmente em comparação com outros empreendimentos agrícolas da província baiana, devido à produção e exportação do café. A Colônia Leopoldina ficava situada no município de Vila Viçosa, atual Nova Viçosa, pertencente à comarca de Caravelas, no extremo sul da Bahia. Carmo comenta que Leopoldina foi durante algum tempo uma experiência de colonização espontânea, como previa um decreto de D. João VI de 1808 que permitira a doação de terras a estrangeiros que quisessem formar colônias agrícolas. Quem adquirisse as sesmarias e trouxesse outros compatriotas tinha direito a metade das terras, e o restante seria cultivado pelos demais colonos. Em troca, diz Carmo, os colonos deveriam fornecer parte dos produtos não alimentícios produzidos na colônia, como o café, por exemplo.

A pesquisadora observa ainda que a “insatisfação dos colonos com esse tipo de contrato, a falta de braços estrangeiros para cultivar a terra e a falta de uma administração após a morte de um de seus fundadores, em 1825, fizeram com que os colonos empregassem escravos, repartissem a terra em lotes particulares e investissem seus recursos na produção de café para exportação”. Tais medidas implicaram no descumprimento das normas estabelecidas nos decretos reais, acrescenta Carmo, principalmente quanto à utilização de escravos, e assim

a Leopoldina foi descaracterizada enquanto colônia por volta de 1850.<sup>309</sup>

Em seu discurso, o presidente da Bahia comenta que Leopoldina é a única colônia que existia à época, composta “pela maior parte” de suíços e alemães e tendo exportado 27 mil arrobas de café em 1836, com este número passando naquele ano (1942) para 36 mil, “conforme sou informado pelos respectivos juízes de direito”. Vasconcelos acrescenta: “E mais exportaria se fosse toda a cultura por braços livres”. Outra região baiana citada por ele é Rio Grande de Belmonte (atualmente Belmonte), cujas margens ofereceriam de cada lado “trinta léguas de comprimento de terrenos virgens e fertilíssimos para todo gênero de cultura”. O total da região, de 90 léguas, poderia acomodar mais de cem mil trabalhadores, calcula Vasconcelos, “sem contar as mulheres e meninos”. Ele então conclui: “Se os europeus do campo estivessem bem informados de tanta riqueza do nosso solo, e contassem com a devida segurança pessoal e de propriedade, certamente trocarão seus campos, onde tão somente o apuro da arte póde fazer produzir, pelos nossos, onde com menos fadigas e suores podem tirar um triplicado proveito”.

Não está claro, no entanto, o quanto os europeus foram efetivamente responsáveis, a princípio, pelas inovações agrícolas em solo brasileiro, a despeito do recorrente discurso à época enfatizando tais benefícios. Sérgio Buarque de Holanda, em seu *Raízes do Brasil*, resgata o depoimento de um observador norte-americano que viveu em Lajes, Santa Catarina, durante os últimos vinte e poucos anos da monarquia brasileira exercendo a profissão de médico. R. Cleary, que imigrou para o Brasil em consequência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, sugere que os primeiros colonos alemães de São Leopoldo nada trouxeram de novo ao país adotivo e se limitaram a plantar o que os brasileiros já plantavam, e do mesmo modo, ou seja, primitivo e grosseiro. Diz um trecho do depoimento do imigrante norte-americano:

Conheci um irlandês em Porto Alegre (...) que tentou introduzir o uso geral do arado entre os alemães. Não obteve o menor resultado, pois os colonos preferiam recorrer a enxadas ou pás e, na grande maioria dos casos, a simples cavadeiras de pau, com o que abriam covas para as sementes. Este último pormenor requer explicação: nossos próprios trabalhadores rurais ficarão sem dúvida estarecidos se eu lhes disser que a lavoura aqui é feita, em geral, com o auxílio de enxadas, mais raramente de pás – e isso mesmo onde o lavrador é suficientemente esclarecido para resistir ao hábito

<sup>309</sup> CARMO, Alane Fraga. Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leopoldina (1850-1888). Salvador: UFBA, 2010. Disponível em <http://bit.ly/1Fk8Rmj>. Acesso em 10 dez. 2014. Ver também, sobre o mesmo tema, CORREA, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento – a Colônia de Leopoldina. Revista GEOgraphia, n.13, 2005. Disponível em <http://bit.ly/1Fka656>. Acesso em 10 dez. 2014.

corrente, que consiste em fazer abrir as covas com auxílio de um simples pedaço de pau, a fim de nelas se colocarem as sementes. É verdade, como acima disse, que alguns, muito poucos, se socorrem de pás; estas, porém, não passam de pobres sucedâneos para o grande símbolo da civilização, a última palavra de Tubalcain (o salvador do mundo) que é o arado.<sup>310</sup>

Por outro lado, sustenta Holanda, vencida esta etapa inicial, os descendentes dos colonos alemães ou italianos teriam se mostrado, em regra, “mais bem dispostos do que os luso-brasileiros a acolher as formas de agricultura intensiva fundadas sobre métodos aperfeiçoados”. Fatores sobretudo econômicos teriam sido decisivos para a escolha dos métodos agrícolas, mediante a simples comparação entre o rendimento do emprego do arado e de outros processos já utilizados.<sup>311</sup>

De qualquer forma, o projeto europeizante levado a cabo por distintas lideranças da época tem frutos e, em sua edição de 20 de junho de 1844, o *Diário do Rio de Janeiro*<sup>312</sup> publica comunicado do governo provincial do Rio acerca de um contrato estabelecido entre o governo e o cidadão napolitano Eugenio Pisani, representante da casa comercial de Carlos Debrue. O tema: a “importação” de 600 colonos que seriam empregados em obras públicas da província.

O governo do Rio se comprometia a pagar 245 francos por cada colono contratado na Europa e apresentado no porto do Rio, até alcançar o número combinado. O mesmo valor seria pago pelas “mulheres dos que forem casados legitimamente, na intelligencia de que estes serão preferidos”. A metade do valor seria pago a cada um dos filhos dos casais, desde que tenham entre 5 e 15 anos. Assina o documento pelo governo o presidente da Província, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (o visconde de Sepetiba), citado neste mesmo capítulo por seu papel como então chefe da polícia no rigoroso controle da entrada e permanência de estrangeiros no país.

Havia algumas restrições. Em primeiro lugar, os colonos deveriam ser portugueses, belgas, franceses, italianos, alemães, espanhóis ou suíços; além disso, não poderiam ter menos de 18 anos e mais de 40. Além de serem “robustos e bem morigerados” – esta segunda palavra

<sup>310</sup> Crônicas lajianas, or a Record of facts and observations on manners and customs in South Brazil, extracted from notes taken on the spot, during a period of more than twenty years, by R. Cleary A.M. ... M.D., Lajes, 1886. Ms. da Library of Congress, Washington, DC, fl. 5s.; dr. Hans Porzelt, *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul (Ochsenfurt am Main, 1937)*, p.23 n. apud HOLANDA, 1995:66-67.

<sup>311</sup> HOLANDA, 1995:66-70.

<sup>312</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 20 jun. 1844. Disponível em <http://bit.ly/1GAM1ER>; uma versão corrigida foi publicada dois dias depois, na edição de 22 de junho, disponível em <http://bit.ly/1LXuuYz>. Acesso em 10 dez. 2014.

frequentemente utilizada à época para designar uma pessoa exemplar, de “bons costumes” –, os colonos deveriam ser carpinteiros, ferreiros, pedreiros, canteiros, covoqueiros (sic) e trabalhadores de estradas, possuindo habilidades nesses ofícios. Eles deveriam, ainda, trazer as ferramentas dos seus respectivos ofícios consigo.

O respectivo cônsul brasileiro na Europa deveria, antes, atestar que o colono era morigerado e cumpria as especificações do contrato. O pagamento das passagens era um empréstimo, que seria retirado aos poucos de seus salários. Havia a liberdade de deixar o emprego, mas antes o empréstimo teria de ser pago. O governo se comprometia também a garantir “casa e sustento” por até dois meses após a chegada, mas igualmente por meio de empréstimos. Ao mesmo tempo em que os documentos publicados no *Diário do Rio de Janeiro* deixam claro que os colonos contratados deveriam ter plena consciência das condições do contrato – o que evitaria contratos enganosos que manchavam frequentemente a imagem do Brasil na Europa –, o governo enfatiza que só devem ser enviados ao Brasil colonos “úteis e de reconhecida moralidade”. Esta era tida como a fórmula, à época, para evitar o fracasso de uma colônia de imigrantes.

Na mesma página, o próprio jornal se apressa em felicitar a medida, pois a província do Rio estaria sentindo “a mais viva necessidade de certos obreiros, como carpinteiros, pedreiros, etc”. Um dos motivos declarados no editorial é uma conta puramente econômica: com o aumento da oferta de trabalho, o salário dos trabalhadores deve diminuir nas obras públicas, conforme argumenta o *Diário*: “a fazenda publica, que infelizmente sempre paga pelo preço mais subido (sic), está despendendo muito mais do que os particulares com os salários d'esses operários ordinariamente raros e máus: a introdução pois, em grande escala, de taes braços é de uma notável economia para os cofres provinciaes, e um beneficio real para a população”. Pelo último parágrafo do editorial, não havia consenso em relação à questão. Conclui o texto do *Diário do Rio de Janeiro*: “Assim irá respondendo o Exm.º Sr. Aureliano, com taes e outros benefícios de sua administração, aos insultos que diariamente lhe dirigem inimigos desrespeitosos!”

A edição de 28 de agosto de 1846<sup>313</sup> do mesmo *Diário* registra o debate legislativo da Câmara dos Deputados do dia anterior, em que fica claro que a posição a favor da propriedade de terras pelos imigrantes ganha força, pelo menos na forma da lei. Tanto a empresa de colonização quanto o colono (posteriormente à empresa) estavam isentos da “sisa” (o imposto

---

<sup>313</sup> Diário do Rio de Janeiro, 28 ago. 1846. Disponível em <http://bit.ly/1LXuMyP>. Acesso em 10 dez. 2014.



de transmissão). No edital em discussão, breves mudanças: seriam aceitos apenas agricultores e operários da “indústria manufatureira”, aumentando o limite de idade para 12 a 50 anos. Os maiores de 50 anos, insiste o documento, “não serão consentidos” a menos que façam parte da família de um dos colonos. O quarto artigo é o mais direto: “Não será admitido nas colônias escravo algum, debaixo de qualquer pretexto que seja”. Os números são ambiciosos – e pelos dados disponíveis não se concretizaram: em seis anos, a partir da assinatura do contrato entre a empresa e o governo, 6 mil famílias poderiam ser atraídas para a colonização, totalizando “pouco mais ou menos” 30 mil indivíduos. A expectativa mínima prevista no próprio edital para o período era de 4 mil famílias.

A discussão é adiada por uma mudança que indica uma possível disputa de interesses na casa legislativa. O artigo 1º assim está formulado ao chegar para discussão: “O governo é autorizado a contratar com Eduardo Racine o estabelecimento de uma ou mais colônias, formadas de Suíços e Allemães, no caso que o mesmo Racine se mostre competentemente autorizado pela companhia, que diz estar-se organisando para esta colonisação”. O deputado Silva Ferraz (barão de Uruguaiana) reescreve o artigo, evitando o curioso lobby em favor de uma única pessoa: “O governo é autorizado a contratar com uma ou mais companhias o estabelecimento de colonias formadas de Suíços e Allemães, debaixo das seguintes bases: (...)”, mantendo a redação para o restante do texto. O projeto demora mais de um ano para ser votado – a mesma discussão é retomada apenas na sessão de 7 de julho de 1847, conforme registro do *Diário do Rio de Janeiro* de 8 de julho<sup>314</sup>. A única menção adicional à figura de Eduardo Racine nos arquivos do *Diário* fora deste debate legislativo específico é datada de 25 de novembro de 1942, quatro anos antes portanto, quando havia sido feito um anúncio sobre o fim da associação de um dos sócios da “Administração Geral de Immoveis”, fato ocorrido em setembro do ano anterior.

### 3.10 Um projeto “patriótico”: assimilar o europeu em uma raça nacional

O *Diário do Rio de Janeiro* de 6 de fevereiro de 1853<sup>315</sup> publica o “projeto de estatutos” de uma “associação central de colonização e trabalho livre”, explicando em seguida

---

<sup>314</sup> *Ib.*, 8 jul. 1847. Disponível em <http://bit.ly/1LXuMyP>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>315</sup> *Ib.*, 6 fev. 1853. Disponível em <http://bit.ly/1N3qUzw>. Acesso em 10 dez. 2014.

que se trata de um projeto de Bernardo Augusto Nascentes de Asambuja, “nosso amigo”. A associação, explica o *Diário*, terá um capital inicial dividido em ações de preços fixos que podem ser aumentados no futuro, podendo ser acionistas “todos os capitalistas, proprietários, fazendeiros, negociantes, e quaesquer pessoas nacionaes e estrangeiras, que se quiserem inscrever como taes”.

A nota argumenta ainda que o “nosso amigo” – a matéria curiosamente não é assinada, se tratando portanto de uma posição do jornal – deu a “mais exuberante prova do estudo que tem feito sobre tão importante matéria”, mostrando o “quão penetrado está da necessidade urgentíssima que há de uma instituição central que comprehenda os diversos ramos da colonização”, empregando para isso “os meios de que poder dispor, afim de resolver em grande parte esse problema social”.

Ao “meditar” sobre os principais objetivos da futura associação, acrescenta o *Diário*, pode-se ver o “quão patriótica será sua missão”, pois tratará de “promover e auxiliar a immigração de colonos no paiz, quer seja esta espontânea, quer subsidiada”. As complexas operações que terá de levar a cabo, diz o jornal, seriam uma oportunidade de pôr em prática os diversos sistemas de colonização, “tanto os que respeitam aos contratos particulares, mediante a perspectiva de propriedade aos immigrants, como os que versam sobre o estabelecimento de colônias, ou aglomerações de colonos em diferentes pontos”.

Parecendo se dirigir aos próprios acionistas, o editorial lembra que “attendendo-se igualmente aos meios auxiliares, que terão de concorrer para o desenvolvimento das operações sociaes, conhece-se que a associação virá a ter vantagens e lucros reaes, mormente se não for ella despresada pelos poderes do estado, e pelo contrário vier a merecer-lhe a coadjuvação e protecção, que o mesmo projecto indica, ou deixa entrever”.

Em outras palavras, tudo indica que o negócio é certo, uma vez que tenha apoio do governo – o que parece igualmente certo, dado que o próprio autor ocupara, à época, cargos públicos e políticos destacados, incluindo na própria área de agricultura, a mais importante em se tratando de políticas imigratórias. Além disso, garante o redator do *Diário do Rio de Janeiro*, o projeto de Asambuja é bem concebido para que se ofereçam “sufficientes garantias aos accionistas”.

Publicado na íntegra, com destaque na primeira e segunda página, o projeto tem como um dos objetivos “auxiliar e proteger a immigração de colonos agrícolas e industriais, aconselhando-os, dirigindo-os e facilitando o seu estabelecimento no paiz por todos os meios

de que puder dispor”. Além disso, abrirá “correspondência com negociantes na Europa e com as companhias e sociedades de emigração e colonização ahi estabelecidas”, fazendo o meio de campo entre estes e os interessados no Brasil pelas “encomendas de colonos”. Segundo o estatuto da futura associação, seus funcionários trabalhariam em conjunto com os agentes diplomáticos e consulares na Europa, inclusive para, conforme prevê um dos artigos, “procurar, mediante o auxílio do mesmo governo, conceituar a emigração para o Brasil, e combater as hostilidades e os obstáculos que injustamente possa soffrer da parte de corporações, casas commerciaes e da imprensa na Europa”.

A proposta de Asambuja era bastante ambiciosa, se considerarmos o profundo enraizamento do escravagismo na sociedade brasileira. Por outro lado, o fim do tráfico de escravos e o conseqüente aumento do preço destes pressionavam a economia nacional, exigindo uma resposta das elites. A iniciativa previa a participação da associação em todas as etapas da imigração, incluindo a criação de empregos temporários próximo aos pontos de embarque e a compra direta de terras para a colonização de trabalhadores livres europeus. Pretendia, ainda, criar filiais da associação nas “diversas” províncias onde possam ser “convenientes”, além de filiar e proteger aquelas que já existem ou que venham a ser estabelecidas.

Cabe destacar, conforme indica o próprio estatuto, que a iniciativa parecia ser um excelente negócio, principalmente para a obtenção de lucros mediante a aquisição de terras e trabalhadores estrangeiros. Além disso, demonstrava mais uma vez o forte lobby que existia, junto ao governo, para meramente substituir a mão de obra escrava pela estrangeira, abandonando quase que por completo os escravos e ex-escravos ao mesmo tempo em que criava uma mão de obra excedente, ajudando a diminuir o custo de contratação. O caráter nacional da futura organização era garantido pelo artigo 30: apesar de ser permitido que os acionistas sejam estrangeiros, este artigo determina que somente os brasileiros podem ocupar três dos quatro cargos da diretoria (diretor, secretário e procurador), cabendo aos estrangeiros a possibilidade de ocupar apenas o cargo de “adjuntos”.

Na semana seguinte, na edição de 14 de fevereiro de 1853<sup>316</sup>, o *Diário do Rio de Janeiro* volta a discutir, por meio de um texto do próprio Asambuja, a imigração, sobretudo os diferentes sistemas utilizados. Argumenta o autor que a colonização por “engajamentos de parceria” é a melhor opção pois poderá trazer mais rapidamente ao país o trabalho “livre e

---

<sup>316</sup> *Ib.*, 14 fev. 1853. Disponível em <http://bit.ly/1zOkriS>. Acesso em 10 dez. 2014.

inteligente”, sem causar “grande inversação ou alteração no estado presente da nossa lavoura” e sem ir “imediatamente de encontro aos hábitos dos nossos fazendeiros e proprietários territoriaes”. Ao contextualizar o tema, o texto afirma que a lei das terras, de setembro de 1850, depende de regulamentos e de “trabalhos preparatórios posteriores”, estando portanto ainda “longe” – diz Asambuja – de trazer um benefício real da imigração em grande escala e espontânea.

A “importantissima classe dos agricultores”, acrescenta, ficaria sem direção ou auxílio no que diz respeito aos meios para obter o trabalho livre em substituição do serviço escravo. Este último, observa o autor, “vai diminuindo, e que não se renovará mais, realizada, como tem sido, a supressão do tráfico, que, com as últimas diligências ainda pendentes, tem recebido um golpe talvez definitivo”. Ele pede que se adote “diversos meios” para fazer desaparecer o “grande embaraço em que se acha a sociedade e a nação brasileira”, pois que “toda ella soffrerá e soffrerá (sic) visivelmente com a estagnação da sua principal fonte de riqueza, e prosperidade futura”.

O sistema de colonização por parceria é melhor, sobretudo, porque daria aos fazendeiros mais tempo para adotarem – posteriormente, “com mais vantagens e menos sacrifícios” – os sistemas de arrendamento, aforamento e venda das terras. O editorial reivindica: “Pede pois a prudência e o respeito ás conveniências sociaes, que se lhes não faça a violência do abandono, ou do desprezo, só porque não se acham elles dispostos a se desfazerem desde já de suas terras por estes meios”. Segundo o diário, a quase “generalidade” dos fazendeiros não pretende adotar o sistema de parcerias. O jornal diz se colocar a favor do sistema de parcerias, mas sustenta que deve-se, antes, tirar os fazendeiros do “engano em que se acham, esclarecel-os pelo raciocínio, e principalmente pelos factos”, dando como exemplo outros que estão “menos arreigados á velhos hábitos”. A mencionada “associação central de colonisação e trabalho livre” é uma das que está ligada a estes *velhos hábitos*, apesar de seu estatuto prever uma possibilidade de o imigrante adquirir terras – no futuro.

O autor se diz consciente sobre o fato de que governos de diversos estados da Europa, especialmente os da confederação germânica, tem usado a questão da propriedade para criticar o governo brasileiro. Nas palavras de Asambuja, “essa dependência perpetua em que dizem ficarem os colonos sujeitos aos fazendeiros, concluindo dahi que que no Brasil tornão-se elles verdadeiros escravos brancos substitutos de escravos negros”. A sua contraproposta é a de que todos os contratos ofereçam um artigo em que se estipule que, ao final do mesmo –

que segundo ele pode ser de três a cinco anos –, “o fazendeiro cederá por arrendamento, aforamento, ou venda ao colono e sua família uma porção de terreno suficiente, mediante um preço ou fôro por braça quadrada”. Mesmo assim, a proposta supostamente mediadora de Asambuja ainda prevê que o contrato possa ser prorrogado, não ocorrendo nesse caso o arrendamento, aforamento ou venda. Ele admite, no entanto, que sem se dar a perspectiva para o imigrante se tornar proprietário, as críticas na Europa não cessarão.

Sancionada no dia 18 de setembro de 1850 a lei de número 601, a chamada Lei de Terras dispunha sobre as “terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica”. A lei determina que, medidas e demarcadas as terras devolutas, “sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”.<sup>317</sup> O projeto cria, entre outras coisas, um imposto sobre a terra, com o qual o governo cobriria os custos da importação de mão de obra estrangeira. Apesar de autorizar o governo a vender lotes de terras devolutas aos colonos, estes só poderiam se beneficiar desta concessão após haverem trabalhado durante um mínimo de três anos nas terras de fazendeiros. Além disso, dificultava o acesso às terras aos escravos e aos trabalhadores nativos – em outras palavras, a todos os pequenos agricultores, estimulando dessa forma a expansão dos latifúndios no Brasil.<sup>318</sup>

Dois anos depois, em 1855, o governo imperial divulga um balanço registrando 44 colônias de imigrantes estabelecidas em sete províncias: a maior parte em São Paulo (14), Santa Catarina (9), Rio de Janeiro (8) e Rio Grande do Sul (5), com outras no Paraná (3), Espírito Santo (2), Maranhão (2) e Amazonas (1). Dos 18 mil colonos registrados pelo governo, 74% residiam em Santa Catarina.<sup>319</sup> Com o aumento do número de imigrantes, cresciam também as contradições entre o ideário da imigração europeia “branca” que civilizaria o país e a grande concentração de imigrantes pobres nas cidades, fato cada vez mais perceptível ao longo da segunda metade do século XIX. Torna-se evidente, observam Alencastro e Renaux, a “existência de europeus pobres, nivelados ao estatuto dos escravos de

---

<sup>317</sup> BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em <http://bit.ly/1ATe806>. Acesso em 08 fev. 2015.

<sup>318</sup> GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História, Brasil*, n. 120, p. 153-162, jul. 1989. ISSN 2316-9141. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599>. Acesso em 08 fev. 2015.

<sup>319</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:316.

ganho e do eito, exercendo atividades insalubres e personificando formas de decadência social que pareciam estar reservadas aos negros”.<sup>320</sup> Nos campos, registra o *Jornal do Commercio* em sua edição de 25 de outubro de 1861, os imigrantes convivem com os escravos nas senzalas e são por vezes controlados por escravos-feitores.<sup>321</sup>

Alencastro e Renaux acrescentam que nas cidades, e em particular nas fábricas de charuto, “onde imigrantes menores são empregados ao lado de crianças escravas, as condições de trabalho são duras”, com duas mil crianças e adolescentes açorianos trabalhando nessas fábricas no fim da década de 1850.<sup>322</sup> As notícias de conflitos envolvendo trabalhadores livres, escravos e proprietários eram constantes, com o surgimento de protestos contra a denominada “escravidão branca”, expressão que surge com frequência na imprensa se referindo por vezes aos chineses, por vezes aos europeus. Surgem anúncios sobre “colonos em fuga”, evidentemente semelhantes aos já conhecidos anúncios de escravos em fuga. Estes anúncios datam dos anos 1830, pelo menos. Mesmo que pouco noticiados, estes incidentes já ocorriam na colônia de Nova Friburgo, conforme registrado anteriormente.

Alencastro e Renaux comentam que os choques de caráter social e de classe entre os fazendeiros e imigrantes provocaram a intervenção da força pública em favor do fazendeiro e protestos dos consulados em favor dos estrangeiros<sup>323</sup>, fazendo com que os colonos fossem frequentemente melhor protegidos do que os próprios trabalhadores brasileiros e, evidentemente, muito melhor do que os escravos africanos.

Um dos casos mais curiosos foi registrado pelo *Jornal do Commercio* de 2 de agosto de 1855, envolvendo alemães no litoral fluminense, próximo à divisa com São Paulo, em uma fazenda chamada Martim de Sá, no qual teriam chegado 67 colonos já a partir de 1852. Oriundos de Hamburgo, cidade que abrigava um porto de onde saíram a maior parte dos alemães desde o início do século, os colonos não teriam se adaptado com os “costumes” locais: maus-tratos, ausência de direitos e a profunda desigualdade no tratamento. O fazendeiro protestara alegando que os imigrantes, “luxuosamente vorazes, começaram a exigir maior soma de alimentos (...) pretendendo igualmente que o proprietário os tratasse com iguarias delicadas e bebidas alcoólicas”.

Com os escravos os fazendeiros estavam acostumados: os negros fugiam ou

---

<sup>320</sup> *Ib.*, p.310-311.

<sup>321</sup> *Ib.*, p.311.

<sup>322</sup> *Id.*

<sup>323</sup> *Ib.*, p.300-301.

incendiavam os canaviais, entre outros métodos de resistência. Os alemães, no entanto, decidiram agir diante dos desmandos de forma inédita, pelo menos para o fazendeiro que reclamara na imprensa. Para ele, a prática sequer tinha nome. Foi aí que resolveu nomear essa típica greve de trabalhadores rurais: chamou-a de “pacto de ociosidade”.

Entre as “iguarias delicadas” estavam alimentos nos quais muitos dos europeus estavam acostumados: presunto, queijo, manteiga e ameixa, entre outros. Em relação às bebidas alcoólicas, certamente não era a cachaça que preferiam: os europeus consumiam sobretudo vinho e cerveja. No Brasil oitocentista, observam Alencastro e Renaux, o consumo desses produtos era reservado ao “homem cidadão, bem instalado na vida”<sup>324</sup>, ou ainda o “homem formado”, para usar outra expressão corrente na época para se referir à elite. Os imigrantes introduziram em todo o Brasil novos hábitos alimentares, que se somariam e se mesclariam aos já enraizados nas mais diversas regiões do extenso território nacional. Esta influência se daria principalmente por meio dos núcleos coloniais, e não pelos trabalhadores estrangeiros incorporados às fazendas<sup>325</sup>.

Soma-se a esse contexto a difícil situação de muitos estrangeiros na Corte. Segundo relatório da “Casa de Saúde Nitcheroyense” para o primeiro semestre de 1862, 70% dos indigentes atendidos no hospital eram estrangeiros e, entre os demais doentes, 60% também não eram brasileiros. Além de ocuparem posições profissionais consideradas inferiores, o pesquisador Alexandre Belomonte lembra que, em 1868, 60% dos prisioneiros condenados a trabalhos na Corte eram estrangeiros – portugueses em sua maioria, mas também franceses, italianos, espanhóis e ingleses, entre outros<sup>326</sup>.

Talvez por conta deste contexto e da continuidade do interesse pelos *braços europeus*, os debates posteriores passam a enfatizar por vezes que parte da solução estaria no potencial não aproveitado dos próprios brasileiros. Foi assim que, por exemplo, o *Diário do Rio de Janeiro* anunciou, em sua edição de 26 de abril de 1860<sup>327</sup>, a fusão da influente entidade privada Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com o Instituto Agrícola do Rio de Janeiro. A nova entidade, diz o jornal, passaria presidente e vice-presidente nomeados pelo governo. Neste período, D. Pedro II passa a incentivar de forma mais decisiva a agricultura brasileira. Além dos diversos institutos imperiais criados nas províncias, incluindo um no Rio

---

<sup>324</sup> *Ib.*, p.301.

<sup>325</sup> *Ib.*, p.303.

<sup>326</sup> *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.100, jan. 2014, p.53-56.

<sup>327</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 26 abr. 1860. Disponível em <http://bit.ly/1LXmJDL>. Acesso em 30 jan. 2015.

de Janeiro, D. Pedro II cria por meio do decreto 1.067, de 28 de julho deste ano, a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, a primeira estrutura do tipo no país<sup>328</sup>.

Apesar deste incentivo, não faltavam críticas às iniciativas. Na mesma matéria, o redator do jornal registra que “até aqui a decepção tem sido geral”. Os institutos, com seus numerosos diretores e fiscais, argumenta o jornal, estão longe de corresponder à expectativa geral quanto à criação de escolas de ensino agrícola, “melhoramento que o paiz reclama com urgência”. O jornal acrescenta: “O futuro da moralidade e da segurança individual dos nossos sertões está ligado intimamente á esta questão; só uma escola de agricultura poderá dar remédio á falta de braços, sua fundação será mil vezes mais vantajosa que toda tentativa de colonisação e sem dúvida mais econômica”.

As práticas agrícolas brasileiras, consideradas atrasadas, precisam mudar com o apoio profissionais formados a partir de novos conhecimentos. Em uma mudança de posição em relação aos anos anteriores, o redator do *Diário* sustenta que será pela educação agrícola que o fará próprio trabalho escravo diminuir, ao mesmo tempo que não enxerga na colonização europeia a solução para todos os males – pelo contrário, a solução da imigração é mais cara e menos vantajosa. A inspiração continua a ser os modelos educacionais agrícolas formulados na Europa e nos Estados Unidos. Para melhor situar o debate, é importante destacar que os fazendeiros e senhores de engenho não controlavam o Estado imperial, como a princípio poderia se pensar.<sup>329</sup> É assim que um artigo no *Jornal do Commercio* de 12 de janeiro de 1864, denominado “Lavoura”, convoca os grandes proprietários rurais a “entrar no Parlamento, em vez de se contentar somente com a vereança nos municípios”.<sup>330</sup> Segundo o autor do artigo, dos 131 deputados com assento na Câmara, “não se encontra um que seja meramente lavrador<sup>331</sup> (...) sabemos que há alguns deputados que são também lavradores, mas não meramente lavradores e estão na Câmara mais como representantes de outras classes do que da lavoura”.

Mais raros eram os textos que, além de defenderem a importância do “elemento nacional”, também chamavam atenção para a negligência e até mesmo a violência com que as

---

<sup>328</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto n. 1.067, de 28 de julho de 1860. Disponível em <http://bit.ly/1yVgKN7>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>329</sup> ALENCASTRO E RENAUX (1997:298) fazem referência a Sérgio Buarque de Holanda para desfazer o que classificam como um “equívoco tenaz da historiografia brasileira”.

<sup>330</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:299.

<sup>331</sup> Fazendeiro, no vocabulário da época.



autoridades tratavam as camadas mais pobres da população. Assinado pelo engenheiro e físico Guilherme Capanema<sup>332</sup>, sob o título “Navegação de cabotagem”<sup>333</sup>, artigo publicado na edição de 25 de maio de 1865 do *Diário do Rio de Janeiro* começa com uma longa e interessante descrição sobre como sua experiência na instalação de linhas telegráficas ao interior do país o fez conhecer pessoas pobres, que chamava de *elemento excessivamente plebeu*. Capanema dá início ao seu artigo se colocando no lado oposto do *elemento aristocrático*, detalhando algumas das experiências com trabalhadores em pontos distantes da Corte. A introdução nada fala sobre navegação de cabotagem, mas é particularmente ela que nos interessa.

Capanema descreve o relato de muitos destes trabalhadores acerca dos abusos das autoridades, como casos de cidadãos que tiveram documentos que os isentavam do recrutamento militar rasgados pelos recrutadores; pessoas que tinham de abandonar o serviço para o governo alegando falta de segurança individual, em meio a ameaças dos próprios agentes públicos; pessoas presas arbitrariamente na Corte por crimes inexistentes ou “vadiagem”; ou ainda o caso de um homem que não recebeu por seu trabalho e não conseguia processá-lo pelo fato de que o oficial de justiça, mesmo sabendo onde o devedor estava, fingia não vê-lo. Neste último caso, Capanema grifa que o devedor é, inclusive, um “homem formado”, indicando seu grau de educação superior. Em um trecho, destaca: “Perguntamos agora porque motivo a lei não estendeu a sua acção em favor destes credores? Elles davam a razão simples – *o sou pobre!*” (grifo do autor). Diante deste quadro, Capanema ironiza: “Poucas nações se poderão gabar de tanta docilidade no povo”.

Com essa introdução, Capanema está discutindo um tema de extrema relevância para a questão da imigração e da colonização europeia, bem como a questão trabalhista da época. Em um dos trechos, ele vai direto ao ponto: “Pode-se levar a mal a toda essa gente que ella prefira a occiosidade ao trabalho? Certamente que não! É justa a nossa queixa de *falta de braços*, quando são assim expellidos? Não” (grifo nosso). Os braços estrangeiros estão prontos para o serviço, sustenta Capanema, pelo fato de que “encontram recurso nos seus consulados ou legações contra a falta de cumprimento de quaesquer ajustes”. Ser estrangeiro

---

<sup>332</sup> Pelo conjunto do artigo, trata-se de Guilherme Capanema, o barão de Capanema, responsável pela instalação da primeira linha telegráfica do Brasil. A título de curiosidade, Guilherme é avô do ex-ministro da Educação de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema.

<sup>333</sup> CAPANEMA. Navegação de cabotagem. *Diário do Rio de Janeiro*, 25 mai. 1865. Disponível em <http://bit.ly/1JmO2K0>. Acesso em 10 dez. 2014. A navegação de cabotagem é a navegação entre os portos brasileiros.

poderia significar, em outras palavras, ter seus direitos mais respeitados.

Usando o corte de classe do início do artigo, Capanema critica inclusive a própria redação do *Diário do Rio de Janeiro*: “O terreno que nos movemos é muito diferente. As ocupações dos distintos membros da redação não se affastam da côrte, ou dos centros da população, elles vivem no meio das classes mais abastadas e mais educadas da sociedade brasileira, é, pois, muito natural que representem o *elemento aristocrático*”. E acrescenta: “Nós pelo contrário não pertencemos aos luzidos salões, não fazemos parte de reuniões em que se estudam e discutem sublimes theorias administrativas, e de progresso, somos fraquíssimos em conhecimento de economia política, nossas ocupações nos arredam, e tem atirado comnosco no meio da classe a mais esquecida, e calumniada e despresada da sociedade brasileira”.

Capanema lembra ainda que quase diariamente pedia abrigo em casebres “onde nunca pisou homem de educação”, sem ter “o menor motivo” para se queixar, ou ainda um único caso de desatenção ou “malevolência”. E dispara: “Outro tanto não podemos dizer da mesma classe do povo das nações civilizadas, onde encontramos brutalidade, interesse e malquerença”. Um dos casos contados por Capanema é bastante curioso: ao querer levar uma linha telegráfica pelo litoral até Pernambuco, ouviu das pessoas “que mais se interessam pelo progresso do paiz” que a “malvadez” do povo do litoral não consentiria tal linha. Dessa forma, ao obterem autorização para levar a primeira parte da linha até Cabo Frio, se preveniram solicitando proteção das autoridades. “Felizmente”, ironiza, “as ordens foram expedidas com vagar tal que ainda não passaram de duas léguas, quando o telegrapho já está a vinte”. O descuido, registrou Capanema, “proporcionou-nos a occasião a verificar o mais solemne desmentido ás calumnias levantadas aos moradores restingueiros”. Além de contribuírem na implantação da linha, diz o engenheiro, estes moradores têm se mostrado solícitos na sua conservação.

Conclui Capanema que o estrangeiro encontra proteção, enquanto o *nacional* não. “Deos nos livre que o nosso baixo povo venha a comprehender isso. Se não formos cautelosos, é o que cedo ou tarde tem de acontecer”, argumenta Capanema, lembrando que a “atual guerra” – a Guerra do Paraguai, que começara um ano antes – contribuirá para esse caminho, dado que não eram poucos os homens – diz ele – a quem fora dadas as opções de recruta ou voluntário. “Os homens empunham as armas, marcham com rancor no coração e proferindo o eterno *sou pobre*”, sintetiza, afirmando não ser uma “exigência absurda pedir que

se olhe um pouco para a classe baixa do povo, promovendo sua educação” e dando trabalho.

A partir dessa contextualização, Capanema formula sua posição sobre a colonização e a imigração europeias, que marcam uma virada importante no pensamento da época sobre o tema: “Nós eramos entusiastas das idéas de colonisação, que reputávamos uma medida de salvação para o paiz. Depois porém que vimos a quantidade de força braçal que está completamente baldia, mudamos de opinião, e hoje só admittimos uma única especie de colonisação, e é de indivíduos que venham por seu próprio pé, estabelecer-se a sua custa. Esses sejam mil vezes bemvindos”. Para Capanema, os imigrantes que, por sua vez, exigiam “sacrifício” dos cofres públicos deveriam ficar onde estão. “Temos muito em quem empregar os nossos rendimentos em casa”, diz.

Capanema toca em uma ferida que, de fato, poucas lideranças da época abordam ao enfatizarem, por oposição, a imigração em massa: “Entre nós, quem quizer estudar, só tem as escolas jurídicas, de medicina, militar e a chamada de engenharia de que temos a sabida honra de fazer parte, e a de bellas artes: de nenhuma dellas sahe um chimico tecnhnico, um engenheiro mechanico, ou de mineração, um chefe de officinas ou director de fábricas”. Com isso, diz, um empresa que queira abrir uma indústria tem de não só montar o estabelecimento, mas organizar o abastecimento de matéria-prima e educar os funcionários. “Tudo isso consome tempo e capital que ao juro pesadíssimo de 10% cresce desproporcionalmente, de modo que o estabelecimento, quando começa a trabalhar, tem de amortisar um capital muito superior ao seo valor real”, conclui.

Poucos eram os esforços governamentais, no entanto, para valorizar o elemento nacional. Parte da energia estava voltada, inclusive, para a eliminação da mão de obra escrava nas colônias europeias, relegando a um papel secundário tanto os brasileiros livres quanto os escravos, como mostra por exemplo um regulamento publicado no *Jornal da Victoria*, do Espírito Santo, em sua edição de 6 de abril de 1867.<sup>334</sup> Assinado por D. Pedro II e por seu ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Pinto de Souza Dantas, o documento regulamenta a vida nas colônias capixabas como forma de, diz D. Pedro II na introdução à norma, garantir o “bem estar e a sorte futura de seus habitantes”. Um dos artigos determina que é expressamente proibida a presença de escravos, mesmo que apenas acompanhando visitantes.

Além de determinar como se daria a abertura de estradas, construção do terreno,

---

<sup>334</sup> *Jornal da Victoria*, 6 abr. 1867. Disponível em <http://bit.ly/1DEwpPP>. Acesso em 30 jan. 2015.

distribuição dos lotes e condições de propriedade (os títulos eram provisórios ou definitivos), o documento também regulamentava a administração dos núcleos coloniais, com a intenção de controlar de perto a vida nesses lugares – o que nem sempre acontecia na prática. Uma colônia era administrada por uma “junta” composta por oito membros: o diretor (nomeado pelo governo), o médico e mais seis, escolhidos entre os colonos desde que tenham pago suas dívidas. Havendo mais de seis pessoas que honraram as dívidas, diz o regulamento, o presidente da província do Espírito Santo, orientado pelo diretor da colônia, escolhe quem serão os colonos “que lhe parecerem mais habilitados”. A eleição também era baseada na “intelligencia e moralidade” dos colonos, com a possibilidade de os candidatos usarem “esclarecimentos” para ocuparem a posição.

Outro aspecto interessante determinado pelo regulamento é que a junta só poderia deliberar na presença do diretor e quatro outros membros (artigo 17). No entanto, nos “casos urgentes, quando se dificultem as reuniões da junta, ou a deliberação, por morosa, se torne prejudicial aos interesses da colônia, o director resolverá por si mesmo, manifestando as razões do seu proceder” na reunião seguinte (artigo 18). Além disso, as decisões da junta poderiam ser anuladas caso seu diretor entenda que são “danosas à colônia” (artigo 20). Os colonos recebiam – como adiantamentos a serem pagos posteriormente – sementes para as primeiras plantações e moradia provisória, entre outros itens de primeira necessidade. Antes, no entanto – conforme prevê e estimula o regulamento –, os próprios colonos trabalhavam na preparação da colônia, principalmente na abertura de estradas, derrubadas, construção de casas provisórias etc.

Já as “disposições diversas” eram as mais restritivas: o artigo 36, por exemplo, prevê que o colono que abandone sua lavoura ou “a indústria” possa ser “admoestado” ou mesmo “privado dos trabalhos e favores coloniaes” caso “não se emendar”. Já o artigo 37 determina que o colono que por “ociosidade ou máos costumes” for pela junta reconhecido “incurrigível” terá de deixar de pertencer ao regime colonial e até mesmo expulso da colônia, com eventual perda de seu lote e até mesmo seus bens.

### 3.11 Fim da guerra civil nos EUA: oportunidade de atrair imigrantes “ativos, inteligentes e industriais”

Em meio ao aumento cada vez mais crescente da imigração no país, o *Diário de Minas* repercute em sua edição de 9 de outubro de 1867<sup>335</sup> a chegada de cidadãos dos Estados Unidos que haviam fugido da sangrenta guerra civil norte-americana, encerrada dois anos antes. O jornal se preocupa, na verdade, com a atração dos norte-americanos para Minas Gerais, dado que, segundo o periódico, a maior parte preferia as províncias de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

O *Diário de Minas* comemora a chegada, dois meses antes, de “algumas dezenas de cidadãos norte-americanos” e suas famílias que se dirigiram à capital da província (à época Ouro Preto). O jornal elogia a recepção promovida pelo governo, bem como a alocação dos colonos às margens do Rio das Velhas (próximo da capital). Apesar de destacar a exuberante e rica natureza da região, o jornal alerta, diante da grande quantidade de montanhas, para a dificuldade de transporte na região. “Este fatal inconveniente também por certo deve ter arredado della os colonos estrangeiros que de preferencia procurão as províncias de S. Paulo, S. Catharina e Rio Grande do Sul”, observa. O *Diário de Minas* sustenta que, talvez devido a esta dificuldade, Minas possui apenas uma colônia – alemã, situada em Juiz de Fora e “vantajosamente estabelecida na proximidade da província do Rio de Janeiro à margem de uma grande estrada de rodagem”. O jornal reivindica que a prolongação de uma estrada de ferro que estava sendo construída pelo governo alcance o Vale do Rio das Velhas.

O jornal mineiro critica a “imprensa oposicionista da côrte”, que teria demonstrado “aprehensões funestas” acerca da emigração norte-americana, os julgando “senão o lixo da população de Nova-York, que deixavão seo paiz por necessidade ou por espírito de vagabundagem, homens turbulentos e pouco affeitos ao trabalho, e dos quaes nenhum beneficio, mas antes males se devião esperar”. O repúdio a imigrantes brancos não desejados ganha até mesmo uma expressão na imprensa brasileira, exportada da realidade norte-americana: *white trash* (“lixo branco”), uma referência aos imigrantes brancos de classes sociais mais baixas ou aos que, por qualquer motivo, são considerados indesejáveis. Ao contrário, diz o *Diário de Minas*, os colonos que seguem para a província mineira são “homens importantes e abastados de Luisiana e da Carolina do Sul, que se puzerão a testa dos

---

<sup>335</sup> Diário de Minas, 9 out. 1867. Disponível em <http://bit.ly/1CaBKR8>. Acesso em 30 jan. 2015.

grupos emigrantes, compostos de camponeses laboriosos e morigerados com suas famílias”. Abandonando sua pátria, que se tornou “odiosa”, procuram apenas um canto do mundo “onde vivão tranquilamente do fructo de seo trabalho”. O jornal se impressiona com a presença de um senhor de 90 anos de idade que liderava um grupo de norte-americanos de 16 a 20 pessoas.

O *Diário de Minas* opõe os “activos, inteligentes e industriosos” imigrantes, que iriam aumentar os elementos da prosperidade e da riqueza nacional, a “essas companhias” que exploram o “nosso solo para arrancar-lhe todas as suas immensas riquezas mineraes, e transportal-as para seo paiz, não deixando entre nós outros vestígios de sua estada de que montões de cascalho, terra revolta e minas exauridas”. Ao contrário dessas empresas, diz o periódico, os novos colonos vêm “plantar entre nós os seus lares; esse solo, que vão lavrar e regar com seo fecundo suor, tem de produzir o pão para seus filhos, e a arvore, que plantarem á porta de seo novo albergue, tem para o futuro de abrigar com sua sombra sua numerosa descendência”. Os norte-americanos seriam “vítimas do partido vencedor”, arrisca o jornal, e cabe agora ao “hospitaleiro Brazil acolher em seo seio grande parte dessas infelizes vítimas”.

A edição 14 de julho<sup>336</sup> do mesmo diário já havia acrescentado argumentos sobre o tema, afirmando que o governo deveria atrair colonos para o país nomeando agentes que “os fossem alliciar em diversas cidades da Europa”. O *Diário de Minas* argumenta que, “por mais modesta que seja a posição de qualquer indivíduo em seo paiz, não se pode razoavelmente esperar que elle abandone pátria, amigos e parentes para atirar-se ao desconhecido, expondo-se assim a piorar (sic) as condições em que vivia”. A posição, aparentemente razoável, serve na verdade para atacar a qualidade dos imigrantes atraídos pelo governo até aquele momento. “Colonos desmoralizados e pouco industriosos, a escoria da sociedade européa, eis o que nos derão em troca de nossos milhões despendidos”, diz o jornal, indiretamente se referindo sobretudo aos portugueses de Açores e aos espanhóis das Ilhas Canárias.

O quadro no entanto está mudando, sustenta o *Diário de Minas* ao elogiar ações mais recentes. Segundo o jornal, o governo tem eficazmente auxiliado associações particulares – descritas aqui anteriormente – para tornar conhecidos, em outros países, “os grandes recursos deste solo abençoado”. O redator argumenta ainda que a revolução que “ensaguentou a grande república norte-americana, ameaçando dividil-a”, oferece ao Brasil uma “magnifica oportunidade de provermos a esta palpitante necessidade do paiz, a eliminação do deserto”.

---

<sup>336</sup> Diário de Minas, 14 jul. 1867. Disponível em <http://bit.ly/1N3YC7Y>. Acesso em 30 jan. 2015.

Os norte-americanos trariam consigo o seu “amor ao trabalho”, bem como seus “processos agrícolas” e capitais, “que virão fecundar eficazmente as nossas fontes de riqueza”. E acrescenta: “Tais são, ligeiramente expostos, os motivos que nos fazem preferir a qualquer outra a imigração dos Estados-Unidos”. O *Diário de Minas* acredita também que a imprensa possui um papel importante nesta missão: “Promove-la e anima-la [a imigração norte-americana] é hoje um dever para a imprensa que sabe collocar-se na altura de sua missão, e não se contenta com as discussões estereis de uma política estreita e pessoal, deixando em olvido os verdadeiros interesses do paiz”.

### 3.12 Chegam, por fim, os italianos

São os italianos um dos grupos de maior presença entre os imigrantes que entraram no país durante todo o período abordado neste projeto. E foi antes mesmo da entrada em massa de imigrantes em território nacional, a partir da década de 1880, que chegaram as primeiras levadas de imigrantes italianos, no Estado que possuía em 2015 a maior porcentagem deles – o Espírito Santo. Em 1858, 29 piemonteses se fixaram na colônia de Santa Isabel, onde atualmente fica o município de Domingos Martins, região já ocupada desde 1847 por alemães e, posteriormente, no mesmo período no qual chegaram os italianos, por pomeranos. O número de italianos crescerá rapidamente e, já ao final do século, quase um milhão de italianos já haviam entrado nos portos brasileiros, se estabelecendo principalmente na região sul do país e na província (depois Estado) de São Paulo.<sup>337</sup>

A grande quantidade de imigrantes fez com que o governo fosse aos poucos não dando mais conta de fornecer assistência a todos os núcleos, o que levou o governo italiano a promulgar, em 1895, um decreto específico suspendendo a emigração para o estado. Iotti observa que esse fato, somado à crise econômica do café – base da economia local –, acabou encerrando o período imigratório para o Espírito Santo, no final do século XIX.<sup>338</sup>

Apesar de os capixabas terem sido os primeiros a receber os italianos, foi sem dúvida São Paulo o que mais concentrou esse grupo de trabalhadores. Os números são de fato impressionantes: as fábricas e oficinas de São Paulo tinham em seu quadro de funcionários

---

<sup>337</sup> LESSER, 2001:26.

<sup>338</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, 72, p.36.

quase 80% de italianos em 1900. Doze anos depois, observa o pesquisador Luigi Biondi, estes trabalhadores ainda compunham 60% dos operários da indústria têxtil do estado, constituindo boa parte da mão de obra urbana tanto na capital quanto no interior e contribuindo para a organização em grupos de ação política e sindical.<sup>339</sup> Até 1920, aponta Biondi, a imprensa operária que circulava no estado foi sobretudo escrita em italiano, como é o caso do jornal *Avanti!*, principal periódico socialista no Brasil e o único jornal operário do país com edição diária, entre 1902 a 1908.<sup>340</sup>

O início do ciclo de imigração em massa no Brasil, que duraria até o final da República Velha (1889-1930), é o tema do próximo capítulo. Foi a partir da década de 1870 que o ensaio imigrante abordado neste capítulo ganha força, surgindo desde então e até o final do regime monárquico muitas das colônias que se tornariam cidades profundamente influenciadas pelos seus primeiros colonos. Ainda mais além da mera ocupação geográfica, os imigrantes passariam a influenciar mais decisivamente a sociedade brasileira em termos culturais, sociais, econômicos e políticos.

---

<sup>339</sup> *Ib.*, p.38.

<sup>340</sup> *Id.*



#### 4 O ENSAIO IMIGRANTE – 1870-1889

O período avaliado neste capítulo é de intensas mudanças políticas e sociais. Já há fortes indícios de que caminha para o fim o escravagismo e, ao mesmo tempo, avançam as forças liberais que proclamariam, sem o povo, a República brasileira – um rumo que já vinha sendo delineado por distintos acontecimentos, entre os quais a divulgação do Manifesto Republicano de 1870<sup>341</sup> e a aprovação em 1871 da Lei do Ventre Livre, que declara “de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos”.<sup>342</sup> A abolição da escravatura, no entanto, vinha sendo formulada já há algumas décadas, com diversos debates sobre a melhor forma de substituir a mão de obra escrava ocorrendo já nos anos anteriores às décadas de 1870 e 1880, conforme descrito no capítulo anterior.

O ensaio das políticas migratórias, principalmente por iniciativa de D. João VI, surtiu algum efeito. É notável a ausência de dados confiáveis em relação ao século XIX – a Diretoria Geral de Estatística fora criada apenas em 1871, enquanto que o primeiro censo nacional ocorreu em meio a muitos problemas um ano depois, em 1872, com seus resultados finais comunicados apenas em 1877.<sup>343</sup> Apesar disso, os imigrantes não só chegaram em grande quantidade antes mesmo da abolição formal como havia editais públicos que estimulavam a vinda de europeus e até mesmo de chineses (apesar da resistência da elite brasileira) para o país. Conforme demonstrado anteriormente, até mesmo um projeto que incentivava a vinda de colonos africanos livres foi apresentado, sendo no entanto rechaçado prontamente. Segundo este primeiro censo de abrangência nacional, de 1872, viviam no país 183 mil africanos livres e escravos – o maior contingente estrangeiro –, seguidos dos portugueses (121 mil) e dos alemães (46 mil).

O ano de 1870, por exemplo, foi o último ano em que o número de registros de novos imigrantes ficou abaixo dos 10 mil, com os dados voltando a esse patamar apenas no início dos anos 1940, após a adoção de políticas migratórias extremamente restritivas durante o

---

<sup>341</sup> MARINHO, Joaquim Saldanha et al. Manifesto Republicano de 1870. In ALMEIDA E MELO, Américo Brasiliense. Os programas dos partidos e o 2º Império. São Paulo, 1878, págs. 59-88. Disponível em <http://bit.ly/17NpARm>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>342</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em <http://bit.ly/1DR50I5>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>343</sup> BOTELHO, Tarcísio. Contando os milhões. Nossa História, n.4, fev. 2004, p.76-79.

Estado Novo. Somente em 1876 entraram no território nacional cerca de 30 mil imigrantes, com esse número se repetindo quase que anualmente desde então e chegando a quase 55 mil entradas em 1887 e passando de 130 mil no ano seguinte.<sup>344</sup> A maioria destes imigrantes foram atraídos por políticas governamentais que buscavam “braços para a lavoura”, elaboradas e reelaboradas durante o período imediatamente anterior.

Se os números constituem uma novidade deste período, as políticas migratórias e seus debates subjacentes pouco mudaram. Uma breve ideia dessa política pode ser encontrada em um contrato entre o governo imperial e uma empresa (Mackai Filho & Ca.) para a introdução e estabelecimento de imigrantes europeus no Brasil, conforme publicado no jornal bissemanal *O Despertador*, de Florianópolis<sup>345</sup>, em sua edição de 13 de janeiro de 1871.<sup>346</sup> Anualmente, diz o contrato datado de 17 de dezembro do ano anterior, deverão ser “importados” pela empresa até 5 mil imigrantes europeus, podendo esse número ser ampliado mediante acordo prévio, e “escolhidos entre agricultores e trabalhadores ruraes bem morigerados, em condições de perfeita saúde e nunca maiores de 45 annos”. O número não poderá ser inferior a 2 mil e, caso falhe em cumprir o contrato, a empresa deverá pagar “5\$000 por individuo que faltar para preencher este numero”.

Além de serem europeus, o artigo sétimo do contrato determina que os “empresários obrigão-se a importar de preferencia immigrants allemães, de cuja nacionalidade deve constar, pelo menos, metade dos que por elles forem introduzidos annualmente no Império”. Na chegada, os seguintes dados de cada imigrante devem constar oficialmente: nome, naturalidade, idade, profissão, estado e religião. Caso a empresa cumpra as diversas condições do edital, o governo se compromete ainda a pagar parte da passagem – para os imigrantes ela é gratuita –, com a primeira metade do subsídio já paga em Londres. Os subsídios também incluem gastos com propaganda.

O edital determina ainda que as empresas sejam obrigadas a estabelecer no Rio de Janeiro e em outros portos do Brasil, “onde fôr necessário”, agências para o “recebimento, agasalho, sustento e estabelecimento dos immigrants que importarem”. Outro tipo de ajuda curiosa é a obrigatoriedade de se implementar escolas públicas e, pelo texto, a instrução religiosa. Diz o artigo 17: “Obriga-se o governo a dotar de escolas publicas os

---

<sup>344</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. p.225. Disponível em <http://bit.ly/1aDZUYw>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>345</sup> À época, a cidade se chamava Desterro, mudando seu nome para o atual em 1894.

<sup>346</sup> *O Despertador*, 13 jan. 1871. Disponível em <http://bit.ly/1Dnju1Y>. Acesso em 30 jan. 2015.

estabelecimentos da empresa na proporção de uma escola para 50 meninos, de cada sexo, menores de 10 anos, assim como de pastores ou capellães na proporção de um para 200 famílias ou mil indivíduos”. Essa obrigatoriedade contrastava com a reduzidíssima taxa de escolas públicas que os próprios brasileiros possuíam. Um relatório aponta, por exemplo, que em 1867 apenas 10% da população em idade escolar se matriculou nas escolas elementares, enquanto que até 1879 era formalmente proibido que os escravos se matriculassem em uma instituição de ensino.<sup>347</sup>

#### 4.1 “Italianos” e “alemães” chegam ao Brasil

Ao lado dos alemães, o terceiro maior grupo de estrangeiros no país até então, começam a chegar a partir da década de 1870 um número cada vez maior de italianos. Estes, assim como os alemães e outros europeus, nem sempre carregavam um sentimento nacional, com alguns autores argumentando mesmo que o nacionalismo era um valor para uma minoria entre os pioneiros da imigração no Brasil. Os “italianos”, por exemplo, se sentiam muitas vezes sicilianos, lombardos, bareses, calabreses ou napolitanos, havendo ocasiões em chegavam a receber em seus passaportes a cidadania “austríaca”. O mesmo acontecia com muitos imigrantes que se identificaram primeiramente com sua aldeia ou sua comunidade local e que, chegando nos países das Américas, *descobriam* que eram poloneses ou eslovacos.<sup>348</sup> O fato é que o que se conhece no século XXI como o mapa geopolítico da Itália, para nos atermos a nosso exemplo inicial, era composto por pequenos territórios dominados por estrangeiros até meados do século XIX, com o Reino da Itália sendo proclamado apenas em 1861. Apenas com a vitória italiana sobre a Áustria na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que territórios como Trentino e a região de Udine e Trieste se tornaram parte do Estado unitário. Era justamente por isso que aqueles que emigrassem dos territórios do Império Habsburgo até 1918 era registrados como austríacos, mesmo que falassem italiano ou algum dialeto local.<sup>349</sup>

Além disso, Michael Hall<sup>350</sup> observa que a língua servia precariamente para definir um

---

<sup>347</sup> ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia. 3ª Ed. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2009, pg. 222.

<sup>348</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:145.

<sup>349</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, 72, p.29.

<sup>350</sup> HALL, 2010:61-62.

grupo étnico *italiano* em São Paulo, com um dos jornais editados em italiano, *Fanfulla*, notando já em 1900 que os imigrantes, em grande parte, “entendem mal a língua e se exprimem nos dialetos regionais”, enquanto os seus descendentes falam somente o português e, quando muito, o dialeto dos pais.<sup>351</sup> Tanto na Itália quanto na Alemanha, acrescenta Hobsbawm, a identificação nacional que contribuiu para unificar estes dois Estados era fortemente linguística, mesmo que a língua nacional fosse falada diariamente por uma minoria, com o restante da população falando vários idiomas frequentemente incompreensíveis entre si.<sup>352</sup> Na Itália, por exemplo, foi estimado que esta minoria era de apenas 2,5% da população no momento da unificação.<sup>353</sup>

Apesar dessa aparente divisão, Ruggiero afirma que a vontade de unificação era bastante antiga: “Até depois da queda do Império Romano ocidental (476), quando a península ficou dividida, existia na região uma ideia de Itália ainda frágil, baseada em um conjunto de tradições culturais compartilhadas, no mesmo aparato jurídico e, principalmente, na fé religiosa comum”, sustenta o autor, acrescentando que este sentimento resistiu aos localismos e às autonomias medievais, sendo reforçado no fim da Idade Média com o nascimento de uma literatura propriamente “italiana” – com Dante Alighieri e Francesco Petrarca –, além da difusão de uma língua escrita comum<sup>354</sup>.

As consequências de uma diversidade “italiana” tão grande gerou, segundo Ricupero, uma cozinha variada, oriunda das mais diferentes regiões da Itália “que só em cidades como São Paulo podem ser encontradas reunidas num só lugar” (RHBN, 72, p.22). O filólogo Antenor Nascentes registra 383 palavras de origem italiana – entre as quais “baderna”, sobrenome de uma bailarina que se apresentou no Rio pela primeira vez em 1849 e causou confusão durante suas apresentações –, com os primeiros comerciantes de origem “italiana” – venezianos, genoveses e florentinos, em geral – chegando ao Rio de Janeiro já nos séculos XVI e XVII<sup>355</sup>.

Algo semelhante se passava com os “alemães”, cuja população total de imigrantes no Brasil em dois séculos, até 1970, ultrapassa os 200 mil.<sup>356</sup> “É uma estatística impressionante, mas ela mascara uma realidade bem diversa. Nem todo ‘alemão’ era alemão”, afirma o

<sup>351</sup> Fanfulla, 11 jul. 1900 apud Hall, 2010:61-62.

<sup>352</sup> HOBBSAWM, 1990:49.

<sup>353</sup> Tullio de Mauro. Storia Linguistica dell'Italia Unita. Bari, 1963, p.41 apud HOBBSAWM, 1990:49.

<sup>354</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.72, p.26.

<sup>355</sup> *Ib.*, p.31.

<sup>356</sup> LESSER, 2001:26; Revista de História da Biblioteca Nacional, n.102, p.20

pesquisador Frederik Schulze. “Longe de comporem um mesmo povo, esses imigrantes vinham das mais distintas regiões da Europa central, como Hunsrück, Pomerânia, Westfália e Württemberg. Em cada região viviam segundo uma cultura própria e falavam um dialeto específico”, diz Schulze, acrescentando que muitos não falavam nem mesmo o alemão formal – *hochdeutsch* – e não possuíam cidadania alemã, o que só viria a existir em 1871, ano da fundação do Império Alemão.<sup>357</sup>

Um alemão imigrado para o Vale do Itajaí em 1869 descreve a situação no porto de Hamburgo pouco antes do embarque: “Era um quadro estranho ver trezentas pessoas, homens, mulheres e crianças com todo tipo de bagagem caminhando para lá (...) A maior parte dos nossos companheiros de viagem era de Hinterpommern. Nós dificilmente podíamos entendê-los quando falavam em seu dialeto”.<sup>358</sup>

Enquanto alguns italianos foram recebidos como austríacos, alguns austríacos acabariam entrando como alemão, por falarem – assim como os suíços – o mesmo idioma. Por que, então, chegavam todos como *alemães*? “A confusão foi arquitetada na época. Sociedades e políticos alemães promoviam a colonização baseando-se em princípios nacionalistas, partindo da ideia de um ‘povo alemão’ como substituto da nação territorial, pois antes de 1871 ainda não existia um Estado alemão”, diz Schulze. De acordo com essa lógica, acrescenta o autor, “o pertencimento ao povo alemão era resultado de ascendência, língua e tradições comuns. Mesmo que esses elementos não estivessem presentes em todos os grupos, os nacionalistas consideravam os imigrantes como ‘*alemães no exterior*’. Através dos imigrantes, essas sociedades pretendiam intensificar a influência alemã no mundo e explorar novos mercados”.<sup>359</sup> Um agricultor católico “alemão” tinha mais em comum com seu vizinho “italiano” do que com um comerciante urbano “alemão” e protestante que, por sua vez, teria mais afinidade com um homem de negócios britânico, exemplifica Schulze.<sup>360</sup>

Segundo Alencastro e Renaux, existia nas camadas mais pobres uma *Heimatlosigkeit* – ausência do sentimento de pátria – estrutural, vivenciada como a não propriedade, “o que tornava alguém sem terra o mesmo que alguém sem pátria, com a conseqüente condição de desgarramento, ou ausência de sentimento comunitário”. Emigrar, acrescentam os autores, surgia como a única alternativa para eventualmente realizar o sonho de ser proprietário rural.

<sup>357</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.102, p.20-21.

<sup>358</sup> WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil, p.55 e 61-64 apud ALENCASTRO; RENAUX, 1997:318.

<sup>359</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.102, p.23.

<sup>360</sup> Id.

Dirigindo-se ao Brasil escravocrata, muitos deles buscavam *terra e liberdade*, com suas canções sugerindo ser a América a *terra livre*, com a Europa só os oferecendo *escravidão*.<sup>361</sup>

Além disso, os alemães adotariam valores culturais *híbridos* (Bhabha) ou *hifenizados* (Lesser), como expõem as cartilhas escolares adotadas nas colônias alemães no começo do século XX. Escrita em alemão, a publicação continha o ensino da gramática e da ciência e um resumo da história do Brasil, abordando a questão da nacionalidade e da tradição cultural:

O Brasil é a terra em que nasceste. O Brasil é a terra em que pela primeira vez avistaste o céu azul e o sol reluzente. O Brasil é a terra onde teu pai e tua mãe vivem. Por isto, é a tua pátria (...) Mas os teus avôs e tuas avós não nasceram aqui no Brasil (...) Eles vieram da Alemanha. Por isso, o avô e a avó eram alemães e não brasileiros como vocês são (...) É certo, sois brasileiros, por isso deveis falar a língua nacional brasileira e aprendê-la e exercitá-la na escola para que mais tarde na vida vos destaqueis como verdadeiros cidadãos brasileiros. Mas em casa, na família, junto ao pai e à mãe, aí vocês precisam falar alemão. Com isso honrarão seus antepassados e sua Pátria. Sem vossos laboriosos antepassados germânicos, vocês hoje não seriam bons brasileiros.<sup>362</sup>

Apesar da distinção cultural de muitos dos grupos tidos pela sociedade brasileira como unidades, o fato de serem coletivamente nomeados acaba por produzir, em muitos casos, “uma solidariedade real entre as pessoas assim designadas, talvez porque, em decorrência desta denominação comum, eles fossem coletivamente o objeto de um tratamento específico”.<sup>363</sup>

## 4.2 Sobram imigrantes, falta planejamento

Feita esta ressalva *identitária*, a chegada dos colonos europeus e, sobretudo, italianos foi um acontecimento importante da segunda metade do século XIX no Brasil. Uma nota intitulada “Festa Municipal”, do autoproclamado “órgão independente” *O Povo*, da cidade capixaba de Santa Teresa, em sua edição de 2 de julho de 1922, faz um registro histórico do momento da chegada dos primeiros colonos à região: “No dia 26 do mez findo completaram 47 annos que se installaram aqui na Villa os primeiros immigrants que vieram povoar o

<sup>361</sup> ALENCASTRO; RENAUX, 1997:318-319.

<sup>362</sup> ROTERMUND, Wilhelm. Fibel für deutsche Schulen in Brasilien [Cartilha para as escolas alemãs no Brasil] apud ALENCASTRO; RENAUX, 1997:333.

<sup>363</sup> POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011:145.

núcleo de S. Thereza. Esses imigrantes foram acolhidos em um grande galpão que existia no local onde acha-se hoje a fábrica de cerveja. O dia 26 de Junho de 1875 pode ser considerado como o da fundação do município e da Villa de Santa Thereza”. Segundo as autoridades municipais e a comunidade italiana local, esta é a primeira cidade brasileira fundada por imigrantes italianos, localizada na região serrana do Espírito Santo. Regularmente esta comunidade realiza um evento chamado “Caminho do Imigrante”<sup>364</sup>, que contou com pelo menos dez edições, indo de Santa Leopoldina – também uma região de imigração no século XIX – até a cidade.

Os primeiros imigrantes foram levados pela expedição de Pietro Tabachi em 1874 ou 1875.<sup>365</sup> O objetivo, ao se localizarem para além de Santa Leopoldina, em uma região de montanhas, era não ter contato com o regime escravagista, já agonizando. Construíram, então, sua “piccolo paese” (*pequena cidade*, em italiano) na área. Segundo registros da Prefeitura local, a primeira viagem de imigrantes italianos em massa teria acontecido no dia 3 de janeiro de 1874, partindo do porto de Gênova, no navio à vela “La Sofia”, na expedição Tabacchi. Chegaram ao Brasil no “La Sofia” 386 famílias, no dia 21 de fevereiro de 1874. Elas não teriam se estabelecido imediatamente em Santa Teresa, daí a possível confusão da data exata do início da imigração. A primeira leva “oficial” de imigrantes, segundo o registro municipal, veio em um outro navio, o “Rivadavia”, que aportou em 31 de maio de 1875, com 150 famílias italianas, todas encaminhadas para Santa Leopoldina. Destas, 60 seguiram para o núcleo Timbuí – atual Santa Teresa.<sup>366</sup> O caminho entre as duas cidades – posteriormente aberto – é distante em 28 quilômetros.

O 26 de junho é considerado o aniversário da cidade por ter ocorrido nesta data o sorteio dos lotes coloniais. O nome da vila, Santa Teresa, é atribuído – na hipótese mais aceita pela crença popular – ao fato de que os moradores se reuniam para rezar em torno de um quadro de Santa Teresa de Ávila, que teria sido trazida por uma das imigrantes. A cidade também recebeu imigrantes suíços, poloneses e alemães, entre outros europeus. Quando Santa Teresa se emancipou, tornando-se um município em 22 de fevereiro de 1891, quase todas as lideranças – entre o presidente e os “intendentes” – eram estrangeiros: um luxemburguês, um

---

<sup>364</sup> GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Caminho do Imigrante. Disponível em <http://www.caminhodoimigrante.es.gov.br>. Acesso em 12 mar. 2014. Veja também um vídeo com a edição de 2007 em <http://youtu.be/waolfF2AzOI>

<sup>365</sup> Dependendo da fonte, vide IBGE. Espírito Santo » Santa Teresa » infográficos: histórico. Disponível em <http://bit.ly/1DnkBic>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>366</sup> PREFEITURA DE SANTA TERESA. História. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1L9kCwm>. Acesso em 10 dez. 2014.

italiano, um austríaco, um suíço e um brasileiro. Há normas curiosas editadas pelos seus primeiros governantes, como a proibição de andar na rua sem propósito depois das dez da noite e a exigência, aos negociantes, de evitar “algazaras” em estabelecimentos comerciais. A violência eventual de agressores externos (como jagunços) e as doenças da época (como uma epidemia de varíola em 1904) não pouparam a localidade.<sup>367</sup>

Os primeiros imigrantes vieram todos do norte da Itália – de Trento, Veneto e Lombardia. Até 1897, 80% dos imigrantes – cerca de 3.500 – eram italianos. Em 2010, segundo o jornal *A Tribuna* de 4 de março de 2010 citando dados do consulado italiano no Espírito Santo, 90% da população era formada por descendentes de italianos.<sup>368</sup> Nasceu e viveu boa parte de sua vida em Santa Teresa um dos maiores naturalistas e ambientalistas brasileiros, o filho de imigrantes italianos Augusto Ruschi (nascido em 1915). Posteriormente se tornou um dos maiores cientistas do país na área, exercendo cargos como o de professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Museu Nacional. Ruschi foi pioneiro nas pesquisas sobre os beija-flores e é o criador de um museu ainda em funcionamento, o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, em Santa Teresa. Cerca de 40% do território da cidade – que posteriormente virou um dos principais destinos turísticos do Espírito Santo – é coberto por Mata Atlântica. Ruschi ganhou o título de “Patrono da Ecologia no Brasil”. Além disso, Santa Teresa virou também, segundo as autoridades estaduais, o maior produtor de uva e vinho do Espírito Santo, representando 80% da produção estadual.<sup>369</sup>

Surgem no final dos anos 1940 duas publicações na cidade: *A Voz do Seminário* e *O Cultivador*. Desde então, a cidade curiosamente mantém quase o mesmo número de habitantes: pouco menos de 22 mil pessoas. No dia 7 de março de 1920 é publicado pela primeira vez *O Povo*, o primeiro jornal da cidade, com apoio substancial da prefeitura local.<sup>370</sup> “O 'POVO' publica-se aos domingos, custando sua assignatura até 31 de Dezembro seis mil reis, pagos adeantadamente. Não se restituem originaes, mesmo não sendo publicados.

<sup>367</sup> Referências adicionais podem ser encontradas em LÓSS, Zilma Eugênia. Resumo da História e Imigração de Santa Teresa-ES. Disponível em <http://www.santateresa-es.com.br/historia.pdf>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>368</sup> PREFEITURA DE SANTA TERESA. História. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1L9kCwm>. Acesso em 10 dez. 2014. Cabe destacar que este texto foi utilizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo como justificativa ao projeto de lei que torna Santa Teresa “Capital Estadual da Imigração Italiana”. Ver ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Projeto de Lei N. 296/2011. 5 set. 2011. Disponível em <http://bit.ly/1L9nVDQ>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>369</sup> Além de um festival próprio, o vinho e a uva são marcas da região; vide a peça de divulgação da Festa do Imigrante Italiano em 2013: <http://youtu.be/maX-v78hBcs>

<sup>370</sup> Todas as edições digitalizadas de *O Povo* encontram-se em <http://memoria.bn.br/docreader/WebIndex/WIBib/721174>



Publicará todos os actos do governo municipal”, são suas palavras, na seção “Expediente”. O semanário foi lançado com uma edição de quatro páginas.

“Surge hoje á luz da publicidade *O Povo*, primeiro jornal que se publica nesta Villa, que, por motivo, deveria engalanar-se.<sup>371</sup> É um simples periódico, hebdomadário<sup>372</sup>, mas mesmo assim representa inquestionavelmente mais um passo no progresso, sempre crescente, do Município”, diz seu primeiro editorial, que não faz qualquer referência aos italianos ou aos imigrantes em geral. Acrescenta: “Vem sem credenciaes e sem pomposo programma, porque a sua méta, previamente traçada, é trabalhar sem desfallecimentos pelo engrandecimento do Município de Sta. Thereza”. O jornal se afirma apartidário: “Apesar de applaudir sem reservas o programma do partido Republicano Espirito-Santense, chefiado pelo factor máximo do progresso do nosso glorioso Estado, o Exmo. Sr. Senador Conde Jeronymo Monteiro, não se envolverá em politicalhas de campanário, sempre ingratas e perniciosas”. O jornal diz que será “implacável, inflexível, mas sempre justo nas apreciações que fizer em suas columnas, inteiramente francas na defesa dos interesses da collectividade”.

*O Povo* afirma ainda que “ao commércio honrado e a laboriosa lavoura do Município, hypotheca toda sua energia, aconselhando-os e amparando-os nas suas reivindicações, toda vez que se tornarem vítimas de explorações ou perseguições, partam de onde partiram”, concluindo: “Independente, sem ligação de espécie alguma, só espera merecer o favor dos homens honestos e laboriosos do Município, aos quaes saúda no dia do seu apparecimento”.

Apesar de não fazer referência no editorial, logo na primeira página a publicação cita Frederico Muller – “intelligente advogado e nosso presado chefe” – e registra: “Já estão frequentando as aulas do Collegio Ítalo-Brasileiro, 85 alumnos sendo 63 internos”. Atas oficiais são registradas com uma identificação visível, “PARTE OFFICIAL”. Apesar do teor do editorial, parte da primeira página, a segunda página inteira e metade da terceira página são dedicadas a atos oficiais – ou seja, metade da publicação de quatro páginas. A última página é de anunciantes. Uma das notas na página três registra as férias de um dos sócios de uma empresa anunciante: “Seguiu sexta feira para o Rio de Janeiro, donde deve embarcar para a Europa em viagem de recreio, o Snr. Reynaldo Ferrari, sócio da conceituada Casa Broilo desta praça”. Um outro anunciante possui o mesmo sobrenome que o diretor de redação.

Outra nota repercute os jornais vindos do Rio de Janeiro que tratam do “grave

---

<sup>371</sup> Da palavra “gala”, enfeitar-se, adornar-se.

<sup>372</sup> Semanal.

movimento revolucionário irrompido na Bahia”, afirmando que o “entrechoque de paixões insopitadas e a vesania do poder, calcando ideias e sobrepondo pessoas, resultaram a luta fratricida que tantos males acarretará por certo áquelle rico e glorioso Estado”. O jornal conclui o comentário – provavelmente sobre a revolta dos chefes políticos do vale do São Francisco, na Bahia<sup>373</sup> – da seguinte forma: “Fazemos votos por que se restabeleça a paz no seio da família bahiana, com mostras de nossa sinceríssima sympathia por ambas as facções que se degladiam pois, acima dos interesses que a subdividem actualmente está o nosso sentimento fraternal *de Brasileiros que todos somos*” (grifo meu).

No final de 1879 e início de 1880, o governo imperial não parecia ter uma política migratória clara, apesar de continuar editando decretos sobre o tema e se esforçando em criar alguma estrutura para melhorar a recepção dos colonos, como é o caso da Inspeção Geral de Terras e Colonização, surgida por iniciativa imperial em 1876. O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas publicou no dia 23 de dezembro de 1879 um comunicado afirmando que “não se oppõe á continuação dos favores que os immigrants á sua chegada a esta côrte, recebem no seu desembarque, agasalho, sustento na hospedaria do governo e transporte ás províncias que preferirem para se estabelecerem á sua custa”. O comunicado manda “proceder aos trabalhos precisos para a fundação de um núcleo colonial nas terras devolutas que demoram no valle do Alto Benevente [no Espírito Santo, veja mais abaixo]”<sup>374</sup>, abrigando apenas europeus.

Menos de um mês depois, mais precisamente no dia 21 de janeiro de 1880, o mesmo Ministério emite um comunicado para “fazer constar ás agências de companhias de navegação pertencentes á nacionalidade franceza, que transportam immigrants da Europa com destino ao Brazil, que d’ora em diante o governo imperial nenhum compromisso assume com relação ao desembarque, recepção, sustento e collocação dos colonos que condizirem para o Império, os quaes terão de desembarcar e estabelecer-se como lhes convier, á custa de seus próprios meios e recursos”.

O *Correio Paulistano*, em sua edição de 28 de janeiro de 1880<sup>375</sup>, não deixa por menos e republica um editorial do *Jornal do Commercio* – impresso no Rio de Janeiro e de orientação governista – destacando ser uma opinião de um “órgão de publicidade insuspeito

---

<sup>373</sup> MARTINS, Franklin. Governo assina acordo de paz com coronéis da Bahia (1920). Disponível em <http://bit.ly/1Dnles9>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>374</sup> COLONISAÇÃO, *Jornal do Commercio*, sem data, apud *Correio Paulistano*, 28 jan. 1880. Disponível em <http://bit.ly/1EIDN1T>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>375</sup> Id.

para o governo e seus amigos”. O editorial destaca que o comunicado mais recente, de 21 de janeiro, foi dirigido aos consulados gerais da França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Áustria-Hungria. O *Jornal do Commercio* pede abertamente explicações sobre qual medida deve ser adotada, afinal. “Para que o núcleo do Alto Benevente, se tão sómente collocará o governo os immigrants em viagem que não podem ser numerosos? Para que uma hospedaria organizada se o governo a nenhum immigrant terá de conceder hospedagem?” O *Correio Paulistano* acrescenta: “A falta de plano ou idéas assentadas, da parte do governo, em assumpto tão importante como a colonisação, fica bem patente com esses dois actos contradictórios”.

O Alto Benevente, no alto do rio Benevente, é uma região localizada no atual município de Anchieta e muito próximo de Alfredo Chaves, no Espírito Santo. Lá, em 1875, chegaram alguns dos primeiros imigrantes italianos. A prefeitura local registra que “o governo não tinha um plano de imigração de famílias agrícolas totalmente estruturado” e que, com o apoio de um ministro e um coronel local, os italianos “eram encaminhados a um barracão coletivo, a “Hospedaria dos Imigrantes”. Ali, ficaram acomodados (amontoados) por alguns meses e receberam alimentos para o sustento, enquanto esperavam o encarregado do governo definir o pedaço de terra para cada família”.<sup>376</sup>

Em 1878, juntamente com a chegada de uma nova leva de imigrantes, D. Pedro II envia o ministro da Colonização, o engenheiro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, para expulsar os índios instalados em duas fazendas locais, segundo a versão da prefeitura. O município recebe o nome Alfredo Chaves em homenagem ao ministro.<sup>377</sup>

Já a localidade de Benevente se originou de uma aldeia de povos indígenas catequizada por padres jesuítas. Seu nome atual é uma homenagem a José de Anchieta, padre jesuíta espanhol nascido no século XVI e que esteve no Brasil com a missão de catequizar os indígenas.<sup>378</sup> O primeiro nome da aldeia, Reritiba, tem origem tupi e é o local onde José de Anchieta faleceu.<sup>379</sup> O rio Benevente tem 79 km de extensão e sua bacia hidrográfica drena uma área que engloba Alfredo Chaves e Anchieta, além de parte dos municípios de Guarapari, Piúma e Iconha.

Após a chegada das primeiras levas de imigrantes à região, o ritmo só decresceu após

<sup>376</sup> PREFEITURA DE ALFREDO CHAVES. História. 16 jan. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1DnmwU2>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>377</sup> Id.

<sup>378</sup> PREFEITURA DE ANCHIETA. História de Anchieta. 1 nov. 2010. Disponível em <http://bit.ly/1DnmKKI>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>379</sup> Vide mini-biografia em 09 DE JUNHO - São José de Anchieta. Paulinas, sem data. Disponível em <http://bit.ly/1Dnn0JU>. Acesso em 10 dez. 2014.

um decreto do governo italiano, datada de 20 de julho de 1895, proibindo a vinda de colonos para a Província. De acordo com o jornalista Hésio Pessali, uma sobrinha do ministro Giulio Prinetti, do Ministério de Assuntos Exteriores da Itália, visitou os principais núcleos da imigração na região, inclusive Alfredo Chaves, na condição de jornalista, em 1892. Seus relatos, diz Pessali, juntamente com o fracasso do Núcleo Muniz Freire (atual município de Ibirapu) e o relatório do cônsul Carlo Nagar de 1891, levaram o ministro a assinar a proibição, que ficou conhecida como “Interdito Prinetti”. Uma longa história de descaso e queixas dos italianos e de outros europeus marcou toda a história da imigração na região, por vezes respondida com repressão.<sup>380</sup> O documentário “Benevente”, de Eduardo Fernandes e Djamile Carreiro, registram um pouco da cultura e da história dos imigrantes no local, além de mostrar um pouco sobre a realidade contemporânea – incluindo o impacto das atividades industriais no meio ambiente e na vida da população.<sup>381</sup>

Apesar de muitos fracassos e alguma negligência por parte das autoridades, há um contínuo esforço pró-imigração europeia nesta província. *O Espírito-Santense* de 16 de outubro de 1886<sup>382</sup> – publicado em Vitória sob a chamada “Jornal político, científico, literário e noticioso” – registra uma exposição do governo provincial sobre a inevitabilidade do fim da escravidão no Brasil. “Com a transformação do trabalho que tem de operar-se em todo o paiz, em vista da nova legislação sobre o elemento servil”, diz o texto, “é tempo de cuidar-se sériamente da immigração, único recurso que resta para que não estanque a nossa principal fonte de riqueza”.

Há muito a temer, diz o texto, “se cruzarmos os braços ante as dificuldades que á muitos parecem insuperáveis”. Elas podem, no entanto, ser vencidas “se todos se convencerem de que não é com queixas e censuras, mais ou menos justas, que se resolverá tão importante problema”. Em suma: parem de reclamar e mãos à obra. Mas qual seria a solução? “Entre outros meios de que se deve lançar mão, um dos mais efficazes é a propaganda pela imprensa, pelas exposições, por todos os modos emfim de tornar a província bem conhecida dos paizes, d’onde nos possuem vir immigrants laboriosos e morigerados.” Destaca-se que estamos em outubro de 1886 e, portanto, a menos de dois anos da abolição definitiva da

---

<sup>380</sup> PESSALI, Hésio. Alfredo Chaves - Uma visão histórica e política. Alfredo Chaves, ES: Câmara Municipal de Alfredo Chaves, 2010. Disponível em <http://bit.ly/1Dnnuj8>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>381</sup> Documentário de 2011. Vide FERNANDES, Eduardo; CARREIRO, Djamile. Benevente - Da Imigração italiana aos impactos ambientais. Disponível em <http://bit.ly/1DnnO1j> e <http://youtu.be/4N4hLdqf7n8>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>382</sup> *O Espírito-Santense*, 16 out. 1886. Disponível em <http://bit.ly/1aE6m1O>. Acesso em 10 dez. 2014.

escravatura, que já havia sido extinta nesse momento no Ceará.

A intenção da Inspetoria de Terras e Colonização – pró-imigração europeia – é rebater “áquelles que systematicamente não querem acreditar na grande lei da perfectibilidade, e julgão, talvez em bôa fé, que esta província deve conservar-se estacionaria e alheia á todo o progresso e adiantamento”. Uma exposição trataria de mostrar aos “habitantes do velho mundo”, em Berlim, “que n'esta parte da América existe uma província, pequena em território, porém grande em elementos de riqueza e prosperidade, e que, dispondo de ubérrimos [muito férteis] terrenos, recebe de braços abertos a todos os estrangeiros, e os acolhe como irmãos e amigos”.

O autor fala de uma exposição composta por 530 produtos – todas do Espírito Santo – de 65 expositores, sendo nove agrícolas, 396 industriais, 22 minerais, 15 florestais e 7 zoológicos, segundo informa a publicação. Acompanha ainda a exposição um álbum de fotografias e uma coleção dos periódicos da província. O *Espirito-Santense* anuncia ainda, em outro artigo, a criação da Sociedade Espirito-Santense de Imigração – instalada no dia 16 de julho –, já contando com apoio da Corte. A Sociedade tem como objetivo principal a atração de imigrantes para a província, mas também soluciona problemas mais específicos, como desentendimentos contratuais.

Na busca cada vez mais obstinada por colonos europeus, no entanto, os governos provinciais muitas vezes exageravam. Um dos exemplos era o folheto *O Estado da Bahia: notícias para o emigrante*, publicado entre os anos de 1869 e 1897 e que vendia o estado como um território “maior que o da Dinamarca, da Bélgica, da Hollanda, da Suissa, de Portugal, da Grécia e da Roumania juntos”. O folheto prometia, ainda, que todos os colonos poderiam ser proprietários de terra – o que não era verdade, com grande parte dos imigrantes indo trabalhar em propriedades alheias e com contratos que muitas vezes não previam uma perspectiva de compra de lotes.<sup>383</sup>

Segundo outros autores, medidas adicionais poderiam melhorar a qualidade da emigração para o Brasil. Em sua edição de 7 de junho de 1876<sup>384</sup>, o *Diário do Maranhão* – autodenominado “jornal do commércio, lavoura e industria” – republica artigo do jornal *O Globo*<sup>385</sup> em que um escritor britânico não identificado questiona a reforma da agência oficial de colonização da Corte portuguesa. Admite o autor que leu “de relance” o regulamento da

---

<sup>383</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, n.72, p.88.

<sup>384</sup> Diário do Maranhão, 7 jun. 1876. Disponível em <http://bit.ly/1BrryCi>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>385</sup> Não confundir com o jornal *O Globo* fundado em 1925 por Irineu Marinho.

nova repartição, criada em substituição a uma outra estrutura de governo, observando “lacunas” no que diz respeito à fiscalização dos contratos celebrados para a “importação” de imigrantes.

O autor centra seu argumento na ausência de “prepostos” (representantes) fora do país. “A questão da emigração não é animar ou desenvolver uma corrente em larga escala de imigrantes, mas sim estabelecer uma propaganda sã e proveitosa”, afirma. As embaixadas e consulados brasileiros, argumenta, não podem desempenhar este papel “satisfatoriamente”. E os contratos – sempre oficiais, de governos – devem ser feitos com “nacionais”, e não com cidadãos que desconhecem a realidade brasileira.

O melhor imigrante espontâneo, opina o articulista britânico, é “inglês” – da Inglaterra, da Irlanda e da Escócia: “O Brazil tem laços que nos ligam a elle como irmãos: não há, pois, razão politica, social commercial e mesmo religiosa que possa attrahir os inglezes a outro ponto com preferênciã ao Brazil”. O autor completa argumentando que a Corte tem amplos laços comerciais com os britânicos, “onde o governo tem conseguido realizar os empréstimos para os cofres do Estado”.

Não há muitos nacionais de confiança em Londres, diz o escritor britânico, mas “aqui, nesta vasta Babilônia, há muitos inglezes que residiram largos annos no Brazil” e têm, portanto, elementos para “alcançar bons immigrants” para o Império. Após a argumentação, o autor cita nominalmente três deles. O Brasil, caso queira se tornar “importador de colonos”, deve operar “como qualquer negociante importador de fazendas”. Indica o autor: “Deve ter um bom pessoal encarregado do serviço de receber e collocar a sua importação, e bom pessoal, na Europa, que reúna e remetta immigrants convenientes, o mais economicamente possível, para o Brazil”. Com base na experiência do Rio Grande do Sul, o governo deve ainda tornar o europeu um “pequeno lavrador proprietário”.

### **4.3 Um português pra lá de liberal: a experiência de Nova Lousã**

Em meio ao clima de urgência por “braços” frente ao iminente colapso do sistema servil, era recorrente em grande parte da imprensa brasileira, conforme vimos acima, a propaganda explícita a favor da imigração europeia, na tentativa de acelerar a substituição da mão de obra escrava pela imigrante. Mesmo passando despercebido para um leitor

contemporâneo desavisado, havia algo de diferente, no entanto, em uma matéria publicada pelo jornal republicano *A Província de S. Paulo* em julho de 1875, sob o título “O melhor meio de atrair imigrantes”<sup>386</sup>:

Hoje devem descer para Santos, com destino a Portugal, alguns colonos da Nova Lousã, propriedade do sr. Comendador J. E. de Carvalho Monte-Negro, os quais, estando terminado o prazo do contrato e tendo feito economias, voltam à terra da pátria satisfeitos, senão ricos, ao menos com meios de viverem sem privações e talvez em tal ou qual abundância. Entre esses colonos há mulheres e até famílias completas.

Este fato, honroso para o diretor daquela colônia, já tão conhecida entre nós, é uma excelente recomendação para ele continuar a merecer a confiança dos seus compatriotas. Relativamente à imigração de Portugal, esta volta dos colonos da Nova Lousã deve merecer muita influência em favor de nosso país e especialmente da província de S. Paulo.

Se de outras colônias partissem para a Europa colonos felizes e satisfeitos como estes, depois de terminados os seus contratos, outra seria a corrente de imigração européa para cá. Registremos solenemente o fato e fique ele como um bom exemplo a ser seguido.

A curiosa história do português João Elisário de Carvalho Montenegro – ou o “Comendador Montenegro” –, nascido no município de Lousã, próximo a Coimbra, começa com a sua vinda para o Rio de Janeiro em 1840, onde deu início às atividades de caixeiro-viajante, obtendo grande sucesso. Em 1867, segundo o registro de Ana Silvia Volpi Scott e Oswaldo Mário Serra Truzzi<sup>387</sup>, Montenegro resolveu investir seu capital na compra de uma propriedade em Pinhal, interior de São Paulo, e “pôr em prática suas ideias sobre a melhor maneira de se administrar uma lavoura de café”. Assim surge Nova Lousã, em uma região (Mogi Mirim) em que um quarto da população era composta de escravos.

À época, o clima de desconfiança já era grande entre muitos imigrantes, principalmente devido às promessas não cumpridas pelas empresas encarregadas de atrair imigrantes e do abandono de muitas colônias por parte do governo imperial. O trabalho livre dos imigrantes, no entanto, já vinha crescendo desde que entrou em vigor a Lei Eusébio de Queiroz (1850), proibindo o tráfico transatlântico de escravos.

Scott e Truzzi destacam que Nova Lousã trazia uma novidade para a época: além de utilizar somente trabalhadores livres, pagavam-se salários mensais. O comum naquela época era o chamado “sistema de parceria”, lembram os autores. Idealizado pelo senador Vergueiro

<sup>386</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 36, set. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1Dnqxbb>. Disponível em 10 jan. 2015.

<sup>387</sup> Id.

(1778-1859), o sistema de parceria baseava-se em um contrato que destinava à família do colono um certo número de pés de café para o cultivo e uma determinada área de exploração para subsistência. “A remuneração era proporcional ao montante de gêneros produzido pela família, descontadas as despesas de transporte, adiantamentos e recursos para a instalação inicial. Vergueiro adotou este sistema na Fazenda Ibicaba, de sua propriedade, localizada no município de Limeira. De lá, a prática se espalhou por São Paulo”, destacam Scott e Truzzi, acrescentando: “O sistema de parceria tinha claras desvantagens. A principal era a incerteza dos colonos quanto ao lucro que teriam. Geadas, pragas e outros problemas podiam afetar os cafezais e comprometer a produção. Sem falar no clima de desconfiança quanto à lisura dos fazendeiros – afinal, não havia como conferir as condições de negociação e o preço de venda obtido”. Na contramão, Montenegro garantia aos seus colonos o pagamento de salários fixos.

A experiência alternativa do proprietário de Nova Lousã adotou ainda mecanismos inéditos para regular e disciplinar direitos, deveres e a convivência entre os colonos. Em agosto de 1872, destacam os autores, uma assembleia de empregados da casa criou o “Regulamento Administrativo e Policial” da colônia. Enquanto a imensa maioria das fazendas paulistas regulava suas relações de trabalho pela chibata e pelo despotismo absoluto de seus proprietários, Montenegro propôs que da assembleia participassem, com direito a voto, “todos os empregados da colônia, homens e mulheres”. E mais: as mulheres podiam votar mais cedo, aos 16 anos; os homens, só aos 18. Ainda segundo Scott e Truzzi, as reuniões podiam ser convocadas pelo proprietário ou por iniciativa de metade mais um dos empregados da fazenda. E as medidas eram decididas em votações secretas.<sup>388</sup>

O governo imperial, que muitas vezes foi acusado de abandonar à própria sorte colônias por todo o país, mais uma vez falhou em apoiar a iniciativa, segundo o próprio Montenegro. E a reação veio de modo *cordial*, para usar um termo de Sérgio Buarque de Holanda que parece caber bem no episódio: “A Nova Lousã é antes uma família do que uma colônia, e separa-se dos outros estabelecimentos análogos da província por este lado, tanto como pelo sistema de trabalho que adotou. É por certo uma tentativa digna de todo o interesse e simpatia, e o seu proprietário já tem feito muito. É cedo, porém, para decidir se os resultados que tem alcançado são devidos às excelentes relações que mantém com os empregados ou se às regras que regulam essas relações”, registra o documento de um comissário do governo

---

<sup>388</sup> O artigo completo sobre esta experiência, conforme mencionado acima, está em SCOTT, Ana Silvia Volpi; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 36, set. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1Dnqxbb>. Acesso em 10 jan. 2015.



imperial enviado para conhecer a colônia em 1870.

Segundo os autores, a fazenda tinha 80 moradores em 1872 e, sete anos depois, a população chegava a 124 colonos. Em 1878, até D. Pedro II chegou a visitar a colônia, que acabou fechando três meses antes da abolição da escravidão por dificuldades financeiras. Em várias ocasiões, registram Scott e Truzzi, Montenegro se queixou do descumprimento, por parte do poder público, de contratos firmados para subsidiar a vinda de imigrantes.

Do mesmo João Montenegro, na mesma vila portuguesa de Lousã, vem um outro registro que foge da linha tradicional da imprensa da época. Registra a revista *A Ilustração Luso-Brazileira*, publicada em Lisboa e com razoável circulação no Rio, em sua edição de de 18 de junho de 1859<sup>389</sup>, um poema transcrito do “álbum do senhor João Montenegro” por ocasião de “sua saída para o Rio de Janeiro”. O poema, assinado de Lousã (Portugal) com data de 2 de junho do mesmo ano, mostra a decepção do autor com a condição de imigrante, o que fica claro no seguinte trecho: “Meus irmãos, sinto no peito / Doce efeito.... / Eu jámais vos deixo, não ! / Onde eu fôr heide levar-vos / E gozar-vos / Dentro em mim, no coração”. No poema, seu autor antecipa a saudade que terá do seu local de origem, que o marca profundamente. É o que demonstra, por exemplo, outro trecho: “Cerca a mim eu vejo objectos / Predilectos, / Quaes com elles me creei, / Que me avivam na memoria / Grata historia / Da infância que eu passei”.<sup>390</sup>

#### 4.4 Os 46 ingleses no Paraná e o “crime de vagabundagem”

O jornal *A Nação*, com sede na capital do Império, publica um artigo de destaque na capa de sua edição de 17 de janeiro de 1874<sup>391</sup> sob o título de “Colonos ingleses de Assunguy”, dando conta de que 46 imigrantes teriam abandonado o núcleo colonial. A colônia se situa no atual município de Cerro Azul, no região metropolitana de Curitiba, Paraná. Em meio ao movimento migratório dos anos 1850, promovidos pela Corte, surgiu em 1860 a colônia de Assunguí, às margens do rio Ponta Grossa. Como esta e outras colônias da região foram estabelecidas pela Corte Imperial, possuíam grande visibilidade. Seus primeiros

<sup>389</sup> *A Ilustração Luso-Brazileira*, v.3, p.192. Disponível em <http://bit.ly/1vicCEe>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>390</sup> BARRETO, Gustavo. Em 1859, um português lamenta sua partida para o Rio de Janeiro: “Eu jámais vos deixo, não!”. *Mídia Cidadã*, 12 out. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1suB5E0>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>391</sup> *A Nação*, 17 jan. 1874. Disponível em <http://bit.ly/1vLPijH>. Acesso em 10 jan. 2015.

moradores eram alemães, ingleses, franceses, suíços e italianos. Uma das promotoras do núcleo era a Princesa Isabel. Em 1875, já possuía cerca de 1.800 habitantes. A principal reclamação era seu isolamento, situação que perdurou até os anos 1940 e, sobretudo, após o seu quase abandono durante a Primeira República.<sup>392</sup>

Segundo *A Nação*, “sabe-se que 46 imigrantes ingleses, abandonado os prazos de terras que, há cerca de um anno, lhes haviam sido distribuídos na colonia de Assunguy, manifestaram ao Sr. Consul de S.M. [Sua Majestade] Britânica a intenção de repatriar-se”. “Provavelmente” – afirma o jornal, ainda cauteloso – “antes de ter recolhido as necessárias informações sobre o modo pelo qual o governo imperial se tem desempenhado das promessas com que procura attrahir a emigração, e sobre o carácter e hábitos desses indivíduos, o Sr. Lennon Hunt entendeu opportuno convocar por annúncio os seus compatriotas residentes na côrte, para o fim, declarado nesse documento official, de evitar que os 46 súbditos ingleses recém-vindos de Assunguy morressem de fome nas ruas do Rio de Janeiro”.

O jornal sugere que eles sejam ouvidos e suas queixas – “fundadas ou não” – levadas ao governo imperial, “persuadindo os seus infelizes compatriotas a não abandonarem um paiz que tão hospitaleiramente os recebeu”. A publicação informa que um boato se espalhou na colônia paranaense, a partir da publicação de um falso edital que anunciava estar ancorado no Rio de Janeiro um navio destinado ao transporte gratuito de colonos ingleses que desejassem ser repatriados, incluindo alguns benefícios.

*A Nação* sugere ainda que o incidente estaria relacionado à publicação de panfletos “apaixonados” e “outros escritos” na imprensa europeia em que se procura “desviar do Brasil a imigração ingleza para attrahil-a ás colonias britânicas”, com “certa cumplicidade” por parte do consulado no Brasil. Alguns panfletos, diz a publicação carioca, estariam afirmando inclusive que os colonos são obrigados a vender seus filhos, ou que “a casa do cidadão não é um asylo inviolável”.

O caso abre, ainda, um precedente perigoso, alerta o jornal: os súditos ingleses em iguais condições – “isto é, colonos ociosos e pouco morigerados” – poderiam “se julgar” no direito de exigir a repatriação. Ajudar os 46 imigrantes não é o problema, diz o texto, lembrando que outras nações mantêm instituições filantrópicas, como hospitais e associações humanitárias. Seu caráter “oficial” é que gerou desconfianças, afirma *A Nação*. O editorial argumenta que aos imigrantes não faltaram auxílios, para em seguida sustentar que os que

---

<sup>392</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. O Paraná e seus municípios. Maringá: Memória Brasileira, 1996. 230 p.

ficaram na colônia estão satisfeitos, enquanto que “esse punhado de imigrantes deixou na colônia, um facto este bem averiguado, a mais triste reputação”.

“Attento ás queixas e reclamações dos colonos com um cuidado todo particular, o governo os tem como sob generosa tutela”, escreve *A Nação*, demonstrando sua orientação destacadamente governista. “Aqui mesmo na côrte do Império há uma hospedaria, que o Sr. cônsul inglez não perderia em visitar, onde os imigrantes em trânsito são alojados e alimentados por conta do Estado até que tenham destino para a colônia que preferem.” O periódico cita dados, ainda em seu esforço elogioso à Corte: “Num paiz em que 40,000 imigrantes vivem felizes no Rio Grande do Sul, 20,000 em Santa-Catharina, e 6,000 no Espírito Santo, não póde faltar trabalho na vasta extensão do Império para 46 inglezes a quem se deixa a liberdade de escolher qualquer de nossas colônias para ahi fundar residência”.

O artigo termina com ataques aos “turbulentos e ociosos” imigrantes, nas palavras d'*A Nação*, que sentencia: “A vagabundagem, sendo um crime pela legislação do Império, não poderia encontrar um certo modo de complicitade no governo do paiz. Nós temos caridade official organizada, é certo; mas ella é submetida á regras, á disciplina, e não póde ser insdictamente [sic] applicada a homens vigorosos que não têm pão porque recusam trabalho”.

Dez dias depois, na edição de 27 de janeiro, o periódico transcreve um texto do *The Anglo-Brazilian Times*<sup>393</sup> de 22 de janeiro afirmando que os ingleses haviam chegado ao Rio no dia 8 de janeiro após o suposto aviso em nome do cônsul. Segundo o texto divulgado na colônia, os 46 imigrantes teriam à sua espera um navio para repatriá-los. “O aviso, porém, si é que existiu, era inteiramente falso, e, portanto, nenhuma providência se havia tomado para estes não esperados hóspedes”, afirmou o jornal anglo-brasileiro. “Entretanto aqui estavam elles, e o seu caso devia ser considerado sem demasiada pesquisação, mormente não podendo a hospedaria dos imigrantes recebel-os, por achar-se cheia com os 400 imigrantes inglezes e allemães que existem nela.”

Segundo o texto reproduzido pelo *A Nação*, o governo havia oferecido enviar os imigrantes de volta à colônia de origem, ou ainda para outras do mesmo Estado, mas o cônsul recusara a oferta porque muitos entendiam que eles poderiam obter trabalho na própria cidade. O jornal reafirma sua tese inicial: os 46 ingleses simplesmente não aceitavam as oportunidades de trabalho oferecidas – algumas delas republicadas na edição de 27 de janeiro,

---

<sup>393</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *The Anglo-Brazilian Times: political, litterary, and commercial*. Disponível em <http://bit.ly/1Dns0yb>. Acesso em 10 jan. 2015.

no desejo do periódico de comprovar em definitivo o “crime de vagabundagem” dos britânicos. O jornal acusa os ingleses de simular uma situação de indignação para sugerir que o Estado brasileiro havia os abandonado e, ao final do artigo, sugere que, se norte-americano fosse, o cônsul já teria sido destituído do cargo.

O jornal local *Dezenove de Dezembro* publicava quatro anos antes – em sua edição de 16 de fevereiro de 1870 – a nota “A pedido”, um esforço para mostrar que a colônia de Assunguí estava dando certo, porém mostrando também suas deficiências: “Na colônia de Assunguí já temos colonos que se julgam felizes e que sob nenhuma condição voltariam para a Alemanha; neste ano foram eles os primeiros que forneceram feijão ao mercado de Curitiba, em tempo que ali não havia ou estava a preços fabulosos e continuam a fornecer milho e farinha enquanto há falta geral por toda a província, não falando na grande quantidade de rapadura que exportam nem no grande número de pipas de aguardente que ali venderam”. O mesmo jornal ressalva, no entanto, que estes colonos poderiam “ser muito mais felizes” caso o governo “mandasse melhorar a estrada da colônia à capital, tornando-a de rodagem, pois se isso obtivessem do governo, exportariam não só os gêneros acima citados, como também muita madeira de lei, que abunda em seus matos, e muitos outros gêneros próprios das regiões tropicais”.<sup>394</sup>

As autoridades locais argumentavam, por meio deste meio de comunicação, que uma importante força de trabalho estava sendo desperdiçada em meio às deficiências logísticas. O vice-presidente provincial, dessa forma, se dizia no início de 1871 “contristado” ao ver “colonos morigerados e laboriosos como os de que trato [Assunguí], estabelecidos em uma floresta virgem por assim dizer e sem comunicação por onde possam conduzir o fruto de seu trabalho”. A deficiência é confirmada mais de dois anos depois, novamente, a partir de um relato do correspondente do diário *Dezenove de Dezembro* à região.

O jornalista escreve na edição de 20 de agosto de 1873: “Dependendo a prosperidade e engrandecimento desta colônia, tão somente, de boas estradas, podemos afiançar, sem receio de errar, que a não ser ela dotada de vias de comunicação prontas e fáceis, poucos resultados é lícito esperar dos sacrifícios que o governo tem feito para mantê-la”.<sup>395</sup> Segundo relata Martins, a boa vontade das autoridades contrastava com a nem sempre bem-sucedida execução prática de medidas administrativas<sup>396</sup>.

---

<sup>394</sup> MARTINS, 1989:12-13.

<sup>395</sup> *Ib.*, p.14.

<sup>396</sup> *Ib.*, p.15.

Para além de casos excepcionais como o dos 46 ingleses de Assunguí, o sucesso ou fracasso de uma colônia dependia em parte da propaganda da imprensa local acerca da empreitada. Data de 27 de janeiro de 1878<sup>397</sup> um outro registro sobre o tema da colonização nesta província, desta vez publicado no periódico conservador *O Paranaense*. Uma carta de Ponta Grossa, cidade a pouco mais de cem quilômetros de Curitiba, tece elogios a um engenheiro – Victor Nabuco – por seu trabalho frente a uma colônia de imigrantes russos. Os cerca de 1.300 colonos “já dispõem de todos os instrumentos de lavoura”, diz a carta, bem como carroças em grande número, “mostrando se muito satisfeitos com a recepção que tiveram na província, e com os empregados encarregados de sua collocação”.

À época, órgãos como *O Paranaense* – vinculado ao partido conservador – comumente utilizavam suas páginas de jornal para exaltar as gestões públicas ou privadas de aliados. Na mesma edição, o periódico faz críticas a uma suposta manipulação dos dados da hospedaria de colonização de Curitiba por parte do médico local, pedindo providências ao presidente da Província. O jornal – como a maior parte à época – tem um tom extremamente político-partidário, citando nomes e situações próprios do contexto local, dirigidas a adversários políticos. Em sua edição de 17 de junho do mesmo ano, por exemplo, ataca o presidente provincial, Rodrigo Octávio, que assumira em março. O jornal acusa Octávio de comprar terrenos oferecidos por um aliado político a “preços fabulosos”, afirmando que tratam-se de terras “imprestáveis” que, por isso, os colonos russo-alemães se recusam a ocupar. Segundo *O Paranaense*, “o futuro deputado por Mato Grosso teima em satisfazer aos pedidos dos eleitores do candidato dr. Sérgio de Castro”. Curitiba, acrescenta o diário, tem estado “repleta de colonos, que voltam tristes e amofinados dos areais que lhes foram dados pelo protetor dos interesses da família Marcondes”.<sup>398</sup>

O próprio jornal registra o que parece ser de fato uma descrição fiel da época, de acordo com o registro de outras publicações. Diz *O Paranaense* em sua edição de 26 de janeiro do ano seguinte, 1879, que “cerca de 400 russo-alemães” passaram por Curitiba “cobertos de andrajós<sup>399</sup>” e “oferecendo à nossa população o espetáculo da mais atroz miséria”, voltando a atacar o presidente provincial. O próprio jornal governista, o *Dezenove de Dezembro*, noticiava no dia 23 a passagem de 50 famílias destes colonos observando que os homens “empregavam-se no jogo de bola e em fumar cachimbo, impondo todo o trabalho

---

<sup>397</sup> *O Paranaense*, 27 jan. 1878. Vide em <http://bit.ly/18zk7Ow>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>398</sup> MARTINS, 1989:35-36.

<sup>399</sup> Roupas esfarrapadas.

às mulheres”. O diário tenta passar a imagem de que estes colonos em especial eram “imprestáveis”, prevendo que outros teriam o mesmo destino – a repatriação.

O órgão do partido conservador, que a partir de 1882 passaria a ser representado pela *Gazeta Paranaense*, volta a publicar sobre o tema em sua edição de 22 de março de 1884.<sup>400</sup> Uma carta de Manuel Eufrásio Correia é dirigida ao escritor e político Alfredo d'Escagnolle Taunay – o “conde de Taunay”, eleito deputado pela província de Santa Catarina e, em 1885, nomeado presidente da província do Paraná. Ambos são lideranças nacionais do Partido Conservador e o tema é a contribuição dos trabalhadores estrangeiros no Paraná, em apoio a uma campanha da Sociedade Central de Imigração.

Argumenta Correia que “nenhuma outra porção do Império, mais que esta [o Paraná], acha-se em circunstâncias de proporcionar ao estrangeiro que procura nova pátria condições de trabalho e prosperidade mais promptas e fáceis”. Sobram “excellentes terras e culturas, quer em preciosas mattas, quer em vastíssimos campos”, diz Correia, que ressalta ainda o clima “mais suave do que o de muitos paizes da Europa”. Além disso, “nos extensos pinhaes que alastrão o solo da província, nesta espontânea e característica riqueza do Paraná, ao imigrante recém-vindo logo se lhe depara por ínfimo preço, se não gratuitamente, todo o material preciso para a construcção de uma casa com as dependências e cercas indispensáveis ao seu estabelecimento”. Estes argumentos, diz o autor, são sustentados pela prosperidade de alguns núcleos coloniais já em funcionamento na Província, principalmente na capital Curitiba.

Correia descreve o método utilizado pelo então presidente da Província, Lamenna Lins, que governou o Paraná entre maio de 1875 e 16 de julho de 1877. Fazia-se, diz o autor, a aquisição das melhores terras, medidas e demarcadas em lotes. Cada família recebia seu lote e um auxílio para a compra de utensílios e sementes. O próprio colono, uma vez estabelecido, era empregado ou na construção de caminhos do núcleo ou em outras obras de vias. Em cada núcleo criava-se uma escola, e em alguns de posição mais central construía-se uma capela. Depois, passavam a produzir por conta própria e comercializar em cidades próximas, onde – segundo Correia – achariam um mercado para sua “nascente lavoura ou pequena indústria”. Daí, diz o autor, originou-se “inquestionavelmente o considerável progresso da cidade de Curityba”, que “a todos surprehende” e que coloca a cidade entre “os mais florescentes e confortáveis centros de população do Império”.

---

<sup>400</sup> *Gazeta Paranaense*, 22 mar. 1884. Vide <http://bit.ly/1N46OVM>. Acesso em 10 jan. 2015.

O artigo é uma resposta a discursos que afirmavam que as despesas realizadas com a colonização no Paraná não eram compensadoras. O autor admite que em três municípios paranaenses – Palmeira, Lapa e Ponta Grossa – a colonização utilizando imigrantes russos não foi positiva, culpando o autor a “infeliz compra de terras completamente estéreis”, além de emancipação prematura dos núcleos, “quando ainda não havia lotes demarcados nem colonos estabelecidos”.

Os imigrantes repatriados “russos” surgem em outro momento do texto como russo-alemães. A repatriação teria “abalado os créditos do governo e do paiz”. No entanto, diz, os problemas “não esmorecerão no Paraná a fé no futuro da colonisação”. O paranaense, argumenta Correia, é “hospitaleiro por índole” e de “longa data habituado a experimentar as vantagens do predomínio do trabalho livre sobre o escravo”, além de ter “sempre os braços abertos para os immigrants, qualquer que seja a sua procedência”. É notável que, apesar do discurso, a origem dos imigrantes na província até então estava clara: eram quase todos europeus.

Argumentando ser o melhor modelo o de “pequenos núcleos estabelecidos à margem de boas estradas que os aproximem de povoações onde o colono ache fácil venda aos seus produtos”, Correia argumenta que todas as terras devolutas estão em sertões longínquos. E um dos problemas, afirma, centra-se no fato de que “boas terras de cultura, campos de criação próximos de povoados e de estradas, pela maior parte só estão nas mãos dos grandes proprietários que não as cultivão, nem procurão meios de as cultivar”.

Os grandes proprietários de terra, portanto, fazem parte do problema: são improdutivos. A solução? “(...) Promover a subdivisão do sólo, creando o imposto territorial limitado primeiramente às zonas atravessadas pelas estradas de ferro, pelas estradas de rodagem e pelos rios navegáveis, como já tem sido lembrado.” O imposto territorial proposto, tendo em vista as dificuldades financeiras da Província, seria aplicado por simples declarações dos proprietários ou a partir de “estimativas de árbitros por um processo análogo ao estabelecido nas leis das terras para a legitimação das posses”. Além disso, diz o autor, incentivar a construção de vias férreas seria “o mais poderoso incentivo para uma franca e decisiva corrente de immigrants”.

Taunay viajaria pelo interior do Paraná em março de 1886 e concordaria com a avaliação da *Gazeta*. Para o presidente da Província, o Brasil tem perdido grandes “sommas de dinheiro”, causando “decepções” e “males” a inúmeras pessoas com o “péssimo e

anticientífico sistema de atirar grupos de imigrantes em pontos ínvios<sup>401</sup>, longe de todos os recursos e relações sociais!”<sup>402</sup>. A questão dos imigrantes coloca em debate frequentemente os modelos de desenvolvimento, evidenciando as diferenças políticas locais e nacionais.

A *Gazeta* volta ao tema em sua edição de 15 de novembro de 1885<sup>403</sup> ao divulgar os “Estatutos da Sociedade de Imigração de Curitiba”, datado do dia primeiro do mesmo mês. O artigo primeiro define sua finalidade: “A Sociedade de Imigração de Curitiba tem por fim promover, por todos os meios directos e indirectos ao seu alcance, o augmento da emigração europeá para a Província do Paraná”. Caía por terra a premissa do texto mencionado anteriormente, de março de 1884, de que o Paraná tinha “sempre os braços abertos para os imigrantes, qualquer que seja a sua procedência”. De “qualquer” país europeu, ao que parece. Entre outras funções, esta entidade – vinculada à Sociedade Central de Imigração – informa que dará informações pertinentes aos imigrantes europeus e fiscalizará o tratamento recebido por eles, tomando “todas as medidas necessárias afim de q' o estrangeiro ache uma verdadeira pátria no Brazil”. Outro objetivo é adotar “os meios para promover propaganda directa nos paizes da Europa, que melhores immigrants possam fornecer”.

Os esforços do governo imperial, dos governos provinciais e das sociedades privadas de imigração parecem ter dado certo, como mostra a edição do mesmo diário de quatro anos depois, de 16 de março de 1889.<sup>404</sup> A *Gazeta* anuncia a “grata notícia” da chegada de exatos 130.156 imigrantes em 1888 por dois portos, de Santos e do Rio de Janeiro. A informação chegou por meio de um telegrama particular do Rio, disse o jornal, e os imigrantes vieram “de todas as procedências”. O editorial – que não é assinado, porém é escrito na primeira pessoa – observa que a informação foi comunicada com “pressa” para jornais como o *Times* de Londres, o *Popolo Romano*, de Roma, e o *Seculo*, de Milão.

O editorial da *Gazeta* reproduz um artigo de autoria do próprio editor do *Gazeta*, porém publicado no jornal francês *L'Économiste français* e, posteriormente, traduzido para o português. O texto destaca que, com a abolição do “elemento servil” no Brasil, “o jovem Brazil começava nova era de prosperidade”. Argumenta o autor que a emigração para o Brasil aumentara em “proporções desconhecidas até o presente”, nos seis meses posteriores ao fim da escravidão, e a situação do mercado financeiro “melhorou de modo inesperado”. Aponta o

---

<sup>401</sup> Intransitável.

<sup>402</sup> MARTINS, 1989:17-18.

<sup>403</sup> *Gazeta Paranaense*, 15 nov. 1885. Disponível em <http://bit.ly/1wyCttQ>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>404</sup> *Gazeta Paranaense*, 16 de março de 1889. Disponível em <http://bit.ly/1BrvkM4>. Acesso em 10 jan. 2015.



editorial que a imigração estrangeira, que era “apenas de 25,741 almas no anno de 1886”, subiu para 55.986 em 1887. Repete ainda o aumento para o ano de 1888, já registrado anteriormente, de mais de 130 mil entradas apenas nos dois principais portos do país, sem contar os demais portos – o país contava com 42, lembro o redator.

Todos os emigrantes, comemora o editorial, acharam “colocação vantajosa” nas fazendas, engenhos e estabelecimentos rurais da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde se cultivavam café, cana e tabaco, ou ainda em área de criação de gado. O texto destaca que o representante da Bélgica no Brasil, confuso sobre as diversas versões sobre a condição dos imigrantes no país, fez viagens pelos principais lugares de colonização europeia e emitiu uma apreciação que, “embora parcial, não podia ser mais lisongera para o Brazil”.

A suposta descrição do diplomata belga, descrita pelo editorialista, é quase um tanto quanto ufana, como pode ser observado em um dos trechos: “Nenhum paiz, diz elle, offerece ao trabalho humano mais vasto campo de actividade. O solo trahe a impaciência de produzir por meio de luxuriante vegetação; numerosos rios encerram força motora que está prompta para ser utilizada em proveito da indústria. A disposição topographica, a variedade dos climas, a abundância dos rios tornam as terras apropriadas para a cultura de quasi todas as plantas do globo”.

Ainda segundo o editorial, o diplomata registrou também que os belgas que encontrara nos grandes centros coloniais lhe disseram que “não tinham que se queixar de cousa alguma debaixo do ponto de vista da própria condição material. Dispõem de recursos sufficientes para a sua subsistência e para o sustento das respectivas famílias”. E mais: os imigrantes tinham a perspectiva de se tornarem proprietários de lotes de terra de extensão mínima de 10 hectares, além de “juntarem uma fortuna modesta, graças aos lucros ulteriores de sua lavoura”. Um paraíso, em suma.

#### **4.5 O colono é a melhor propaganda – exceto “loucos, cegos, estropiados, mendigos ou criminosos”**

Cresce a percepção, durante os anos 1880, de que tratar bem o colono europeu é a melhor forma de atrair ainda mais “braços” para a lavoura. A edição anual de 1882 da revista *O Auxiliador da Industria Nacional* traz uma longa análise histórica de um colaborador –

assina o “Coronel Engenheiro Bacharel Paulo José Pereira” – sob o título “Propaganda para a imigração”. Pereira argumenta em linhas gerais que a propaganda mais eficaz, com o fim de incentivar a emigração europeia para o Brasil, é “e sempre será” exercida pelos imigrantes e colonos. Em texto endereçado ao Clube de Engenharia e publicado nesta revista, editada pela influente Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o autor remete a “breves considerações oferecidas aos senhores capitalistas nacionais e estrangeiros”, feitas sete anos antes, em 2 de agosto de 1875:

É fóra de toda a dúvida que não basta medir terras e dá-las ou vendê-las aos imigrantes. Portanto a casa, a ferramenta, o sustento, o vestuário, o tratamento em casos de moléstia, a instrução aos menores, o culto religioso conforme as crenças, os meios de transporte para o serviço da colônia, a administração com o pessoal indispensável, enfim, tudo, entende o abaixo assignado que convém conceder-lhes para que, assim tratados, não só desenvolvão as colônias, como sejam os arautos que o paiz precisa para apregoarem as vantagens da colonisação do Brazil”.<sup>405</sup>

O autor cita um documento de 1878 em que o órgão governamental responsável pelo tema, a Inspeção Geral de Terras e Colonização, afirma apoiar a imigração espontânea e que, justamente por ser ela espontânea, não deve depender da ação unilateral dos governos: “(...) o imigrante vai para onde o chamão conveniências do seu interesse”, em grande parte confirmando a tese de que imigrantes bem tratados atrairão outros imigrantes. O autor do artigo lamenta que o governo, mesmo diante do relatório citado, nada tenha feito na prática.

Um relatório da mesma Inspeção, do ano seguinte, reafirma os “favores” com que contavam os imigrantes espontâneos – estadia na chegada, transporte para as colônias, a venda de terras a prazo, o apoio com ferramentas e as primeiras sementes, além de uma diária de 400 réis para os adultos e a metade para os “menores”, durante os seis primeiros meses. “Em 1879 ainda nada fez o governo com relação às idéas do seu delegado, pois tudo continuou como antes!”, reclama Pereira. O artigo cita uma série de recomendações de planejamento, como o loteamento e preparação anterior das áreas a serem colonizadas, citando – como de costume – o progresso feito nos Estados Unidos ao adotar tal planejamento.

Em um documento de 7 de abril de 1880, cita o autor, o governo corta gastos e, ao mesmo tempo, anuncia que apresentará um projeto de reforma para a área, “logo que julgar

---

<sup>405</sup> O Auxiliador da Industria Nacional, 2 ago. 1875. Disponível em <http://bit.ly/1wyCIF9>. Acesso em 10 jan. 2015.

oportuno”. As medidas de infraestrutura para a colonização terão, diz o governo, “em cada anno, o desenvolvimento compatível com os recursos que especialmente fôrem solicitados do Poder Legislativo”.

Uma das promessas feitas pelo governo é a hospedagem do imigrante por no máximo dez dias, até a escolha do local de destino. O autor reage: “O immigrante não pode, em dez dias, dar preferênciã a esta ou áquella Província, a este ou áquelle ponto de desconhecida Província, porque não conhece o Brazil! Nem o nacional poderá jámais fazer, quanto mais um estrangeiro! E, se no fim dos dez dias não tiver feito essa obrigada escolha, irá mendigar nas ruas?!...”

Chegando ao ponto escolhido, o imigrante encontrará “cerrada matta virgem”, composta – ironiza – de árvores seculares e “outras, que, por não serem seculares, não deixam de tomar espaço”. E dispara: “Mas com que instrumentos desbravarã o terreno?!... Com as unhas?!... com os dentes?!... Onde ha de elle abrigar-se do sol, da chuva e do sereno?!... Como se há de alimentar?!... Com raízes, com folhas ou com fructos para elle desconhecidos?! Adoece?!... Quem o trata?!... Morre?!... Quem o enterra?!... É possível colonisar-se assim?!...”

Em novo relatório de 30 de novembro de 1881, a Inspetoria finalmente levanta a possibilidade de construir um edifício para a hospedagem de imigrantes, devendo ser preferencialmente localizada em uma das ilhas da baía – orgulhosamente o autor do artigo diz ter sido “ideia nossa” – com o objetivo de reunir condições higiênicas e a facilidade de embarque e desembarque. Diz um trecho do documento: “Não temos por emquanto necessidade de um edifício igual ao *Castle-Garden*<sup>406</sup> dos Estados-Unidos, pois mui longe estamos, infelizmente, de alojar 300,000 indivíduos no decurso de um anno; mas convém crear estabelecimento que áquelle se assemelheem logar e com proporções que permittão seu desenvolvimento á medida que as circunstâncias exigirem”. A Inspetoria Geral de Obras Públicas, informa o governo por meio da nota, seria o responsável pela construção do prédio, em acordo com a Inspetoria Geral de Terras e Colonização e a Junta Central de Higiene Pública. O Ministério da Agricultura recomendara as seguintes ações, a serem solicitadas pela Inspetoria no orçamento referente ao exercício dos anos de 1882 e 1883:

---

<sup>406</sup> Também conhecido como “Castle Clinton” ou “Fort Clinton”, atualmente um monumento histórico nacional. Ele funcionou entre 1855 e 1890 e é anterior ao centro de recepção de Ellis Island, também em Nova York, que recebeu imigrantes entre 1892 e 1934.

- Crédito para a construção da hospedaria, com capacidade para o movimento anual de 50 mil imigrantes;
- Recursos para a hospedagem, por meio de contrato com terceiros, de 40 mil imigrantes, sendo o período máximo de hospedagem de 8 dias;
- Recursos para o transporte de 30 mil imigrantes da Corte para as províncias;
- Recursos para a aquisição de terrenos à margem de ferrovias, de estradas de rodagem e de vias navegáveis, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Recursos para a medição e demarcação de terras devolutas e à construção de caminhos de acesso a estas terras;
- E, por fim, recursos para a própria Inspetoria Geral de Terras e Colonização.

Ao não subsidiar os colonos nos primeiros meses de estadia, o autor critica o plano de governo ao considerar que ele emancipa as colônias, e não os colonos. O debate sobre financiamento percorre toda a segunda metade do século 19 e início do 20, com a imprensa vinculada aos ruralistas pleiteando cada vez mais recursos por imigrante e, na maior parte das vezes, sendo bem-sucedida.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, a primeira da Corte, passou a funcionar a partir de janeiro de 1883 – no ano seguinte ao artigo. No entanto, há indícios de que suas atividades tiveram início em 1879, quando foi aberto o primeiro livro de registro de imigrantes.<sup>407</sup> A Hospedaria da Ilha das Flores, localizada no município de São Gonçalo, em uma área da Marinha que passou a abrigar mais tarde um museu sobre o tema, funcionou até 1966 e chegou a ter capacidade de receber até 3 mil pessoas. O aumento do número de hóspedes dá uma ideia acerca do crescimento do fluxo migratório da época: em seu primeiro ano de funcionamento, foram recebidos 7.400 imigrantes; dois anos depois, em 1885, eles eram 10.600; em 1887, 18.800; em 1888, 33.400; e, em 1890, 66.500<sup>408</sup>.

Ao mesmo tempo em que comemorava os êxitos recentes, a esmagadora maioria das publicações jornalísticas frequentemente procuravam alertar as autoridades contra os colonos

---

<sup>407</sup> Para mais sobre o tema, ver CENTRO DE MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO DA ILHA DAS FLORES. Um lugar de experiências pioneiras. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1DntQPs>. Acesso em 10 jan. 2015. O primeiro livro de registros da Hospedaria da Ilha das Flores, segundo o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, encontra-se no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

<sup>408</sup> ZEPEDA, Vinicius. Uma ilha de muitas nacionalidades. Revista Rio Pesquisa FAPERJ, n.21, dez. 2012, p.44-46. Disponível em <http://bit.ly/1vdvq8N>. Acesso em 10 dez. 2014.

“indesejáveis”. O político republicano e jornalista Francisco Rangel Pestana, proprietário do jornal *A Província de São Paulo* – cujo nome muda para *O Estado de S. Paulo* em 1889 – aborda a questão na edição de 11 de setembro de 1883, defendendo a “imigração espontânea” e criticando a desorganização do governo brasileiro. Para isso, cita um artigo do periódico *Brasil*, da Corte portuguesa, tratando da imigração nos Estados Unidos.

O artigo de Pestana faz referência ao “Relatório anual dos comissários de emigração de New-York”. O texto exalta, de um modo geral, o serviço de imigração novaiorquino: “Apenas lança o ferro o navio que transporta os immigrants, é visitado por um official especial, que recebe as queixas, registra os nascimentos e óbitos dados durante a viagem, etc., depois a Alfandega examina as bagagens, e os immigrants são levados ao Castle-Garden, em um barco a vapor ou chalana especial”. Lá, acrescenta o artigo, “um dos chefes do deposito passa-o em revista, para vêr si entre elles há loucos, cegos, estropiados [mutilados], mendigos ou criminosos. Reenviando ao logar d'onde vieram todos esses inúteis ou perigosos”. Ele destaca a situação, em especial, dos irlandeses: “Nos mezes de Junho e Julho d'este anno, attingiram a centenas os que tiveram de ser devolvidos á Irlanda, mendigos tirados dos asylos *work houses* e que o governo britânico procura exportal-os como immigrants, para se vêr livre delles. (...) O anno passado deu-se o mesmo com a Suissa, mas os seus mendigos foram-lhe devolvidos. Só em 1882 voltaram, por esse motivo, á Europa 1.410 immigrants”.

Ao passar por esta seleção – continua o artigo citado por Rangel – “todos os confortos são postos á disposição do immigrant”. Troca de moeda estrangeira “sem desconto”, intérpretes “de todas as línguas europeas” são colocados à disposição, assim como comunicação por telegrama e correio. Por fim, um restaurante oferece-lhes, “por preços módicos”, os “melhores alimentos”: duas libras de pão por 10 centavos, uma libra de mortadela de Bolonha por 25 centavos, um charuto por 5 centavos, um pacote de fumo por 10 centavos, entre outros itens de primeira necessidade. “Aos immigrants desprovidos de recursos dão viveres e mesmo comida grátis”, completa o artigo. É citado também o excelente sistema de transporte – por trem – de Nova York. As linhas disponíveis, ressalta o diário, põem a cidade em comunicação com todos os pontos dos Estados Unidos, “e os bilhetes são entregues aos immigrants sem intermediários nem corretagens [comissão paga a um corretor]”.

Pestana, após uma longa introdução sobre o sistema norte-americano de recepção de imigrantes, lembra que o governo também possui agências mantidas pelo governo, destacando

no entanto “certos descuidos no serviço” e a “falta de ordens a tempo”, que causam constantemente “sérios desgostos aos recém-chegados”. O próprio sistema prisional (de estrangeiros) e o abandono é criticado pelo articulista, que aponta que tais serviços precários fazem “eco” nos países da Europa. “O systema de immigração entre nós não está sujeito a um systema, não é methodico, não inspira confiança. Com a immigração temos gasto dinheiro ás mãos largas. Parece-nos ser tempo de regularisal-a, de lhe dar outra direcção, livrando o Estado da responsabilidade directa do acolhimento e sustento do immigrante por longos dias e mezes”, resume sua posição. No melhor estilo liberal e capitalista que marca o jornal *O Estado de S. Paulo*, Rangel concluindo sugerindo que o serviço ficaria “melhor a cargo de uma associação, ainda que fossem concedidos certos e determinados favores do Estado”.

Ao final da década de 1880, alguns dos grupos mais importantes da elite brasileira pareciam estar um pouco mais satisfeitos. O periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – *O Auxiliador da Indústria Nacional* –, em sua edição anual de 1889<sup>409</sup>, publica na página 257 um artigo reproduzido do *Jornal do Commercio* (sem data) denominado “Industria Saccharina”, em que é elogiada a mudança de rumos tomada pelo governo, após uma lei para o setor de 1875 não ter surtido efeito significativo. O ministério da Agricultura, lembra a publicação, fixou novas bases para o setor, que passara por dificuldades por conta da “competência formidável da produção de beterraba”, bem como pela “imperfeição e insufficiência dos métodos geralmente usados entre nós”. E as melhorias passam, naturalmente, por melhores incentivos para a atração de imigrantes.

Registra a publicação, citando o *Jornal do Commercio*, que a partir do decreto do Ministério as empresas terão preferência para a aquisição dos terrenos devolutos, com os preços mínimos estabelecidos pela lei de terras de 1850, “contanto que a empresa os distribua a immigrantes que estabelecer, não podendo, porém, vendê-los a estes por preço excedente do que fôr autorizado pelo governo”. O governo fornece os immigrantes, “fazendo-os transportar até o município”, e a empresa fica obrigada a lhes conceder títulos provisórios de propriedade dos lotes que ocuparem, substituindo os mesmos títulos por outros definitivos “logo que houver sido indenizada do valor dos terrenos e dos adiantamentos do valor dos terrenos e dos adiantamentos feitos para agasalho e alimentação dos immigrantes até a primeira colheita”.

Em meio a estes e outros diversos benefícios, o setor parecia plenamente satisfeito

---

<sup>409</sup> O *Auxiliador da Indústria Nacional*, 1889. Disponível em <http://bit.ly/1Dnu8pD>. Acesso em 10 dez. 2014.

com os amplos favores do governo, tornando a transição do sistema escravocrata para o assalariado lucrativo para o empresariado e seus parceiros no governo. A mesma edição traz ainda pequenos registros históricos, dando conta (talvez involuntariamente) da importância da contribuição estrangeira para o Brasil. Registra o periódico, por exemplo, que o primeiro “gado vaccum” que veio para a Bahia foi trazido de Cabo Verde, em 1550, custando cada vaca 100\$000. De Cabo Verde também vieram ovelhas, cabras, sementes de arroz e a planta taioba. Já o gengibre foi trazido de São Tomé e Príncipe: “Meio arroba depois de plantada, produziu dentro de 4 annos 4,000 arrobas.” O primeiro mestre de pintura do Rio de Janeiro, completa, era alemão e vivia em Niterói. Ele “professou” em 24 de maio de 1695 no convento de São Bento sob o nome de Frei Ricardo do Pilar. Para o convento fez Frei Ricardo o quadro “Salvador”.<sup>410</sup>

#### **4.6 Sociedades imigrantistas: pelo embranquecimento e regeneração da incipiente nacionalidade brasileira**

Influente organização liberal da época, a Sociedade Central de Imigração anuncia por meio de seu jornal *A Imigração* sua instalação, em 1883, com a publicação dos estatutos, de um manifesto – o Manifesto de 25 de Novembro –, da ata da primeira sessão e da relação da Diretoria. O objetivo principal está disposto no artigo primeiro: “A Sociedade Central de Imigração tem por fim promover, por todos os meios directos e indirectos ao seu alcance, o augmento da emigração europea para o Brazil”.<sup>411</sup>

A imprensa é um dos alvos da Sociedade, que busca influência também “pelas relações e posições dos seus membros” (artigo segundo), com o objetivo de “serem decretadas todas as reformas necessárias para que o estrangeiro ache uma verdadeira pátria no Brazil”. A condição para participar: pagar uma quantia. Quanto maior, maior a importância dentro da Sociedade. O manifesto comemora que alguns meios da imprensa que “desinteressadamente” já ofereceram espaço à Sociedade.

O discurso eurocêntrico é notável na primeira sessão preparatória da Sociedade, em 5 de outubro de 1883: “O colono europeu, pelas commodidades, bem estar e felicidade que

<sup>410</sup> Os demais registros encontram-se em BARRETO, Gustavo. Registro histórico de registros históricos da indústria nacional, 1889. Disponível em <http://bit.ly/1nhQFlr>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>411</sup> *A Imigração*, reimpressão das edições n. 1 a 4, dez. 1883 a ago. 1884. Disponível em <http://bit.ly/KCmFPG>. Acesso em 10 jan. 2015.

colhe da sua actividade em terras férteis, mostra logo aos nacionaes quanto é vantajoso fazer pela vida e ganhar a sua independência moral pelo esforço próprio. A recompensa é imediata, e por tal modo espantosa, que não há como resistir a semelhantes lições”. “Para esses resultados, porém” – continua o discurso em ata – “só e tão sómente o trabalhador europeu, que nobilita o trabalho e faz delle base para o que há de mais santo e estável na sociedade : a família. Por tudo isso, precisamos lutar, pois, como já disse, os preconceitos são muitos, firmados na inactividade até de pensar de muitos, nas falsa idéas de outros, e na ignorância desculpável de quantos vivem arredados dos grandes focos de luz e civilização”. A Sociedade ataca a imigração chinesa citando o caso dos Estados Unidos e sua suposta “medida de salvação publica” – a de “trancar a Republica Americana à invasão sorradeira, desmoralisadora e avassaladora dos chins”, exemplo que segundo o discurso foi seguido “por todas as grandes colônias europeas”.<sup>412</sup>

A ata registra que o “mundo civilizado” fechara suas portas ao trabalhador chinês “depois da experiência e da prática” receoso da “pérfida [desleal, falsa] barateza dos seus serviços, e fugindo ao contagio dos vícios de civilizações antiquíssimas e caducas, é neste momento que nós brasileiros vamos acolhel-o, só porque alguns supõe que poderão pagar pouco dinheiro por aquilo que vale muito?”. E concluem: “Não acreditem que vão encontrar no chim o succedâneo do negro”. A Sociedade afirma que “as raças amesquinhasdas têm vivo o estímulo da vingança, e não poucos perigos e incitamentos sanguinárias enxerga o orador, no contacto do escravo brasileiro, este de uma docilidade enternecedora, com o elemento chinez, cujo ódio a raça branca é innato”.

“O chim”, conclui o orador, “afugenta irremediavelmente o immigrante europeu, o aniquilla, do mesmo modo que a moeda fraca expulsa a forte e a faz desaparecer”. O discurso se reveste de um humanismo abolicionista, conforme aponta outro orador: “Tudo condemna o serviço forçado – as leis da humanidade, a sciencia econômica e o interesse próprio daquelles que pretendem desfructal-o. O chim para não poucos é uma escravidão disfarçada, e essa possibilidade lhes sorri ao espírito e aos péssimos hábitos contrahidos desde a infância. Na obra de regeneração nacional o chim é um mal, um grande mal, pois continua uma viciosíssima disposição que cumpre combater a todo o transe”. O orador – Alfredo Escragnolle Taunay, seu primeiro vice-presidente, importante liderança política do final do

---

<sup>412</sup> Ver o capítulo anterior para um quadro mais completo sobre a posição xenófoba desta e de outras publicações em relação aos chineses.



Brasil Império e um dos mais influentes membros – conclui que “basta isto para que todos os brasileiros bons e patriotas se juntem para repelir semelhante praga”.

Ao intenso discurso xenófobo, até mesmo um dos oradores presentes – o Sr. Azevedo – pede a palavra. Segundo a ata, “não para combater o protesto apresentado pelo Sr. Escragnolle Taunay, mas para fazer ligeiro reparo acerca da sua redacção”. Azevedo receia que “os termos em que foi concebido, offenda o carácter de cosmopolitismo, que deve ter o apello do Brazil a todos quantos o procurem”. Azevedo diz saber que “a colonização chinesa é má, é péssima, pois que os immigrantes chineses nem sequer desejam deixar á terra estrangeira, em que vão trabalhar, os seus cadáveres, e estipulam nos seus contratos que serão transportados embalsamados para a pátria asiática”. Portanto, diz o orador, “nada há de esperar dessa gente. O único móvel que os obriga a sahir da China é a miragem do lucro”. Azevedo, no entanto, tenta amenizar o discurso de Taunay: “Acha, porém, que as palavras do protesto não salvam uma hypóthese e possibilidade mais consoladora e digna para aqueles filhos da China que espontaneamente quizerem procurar o nosso sólo”.

Taunay responde: está convencido de que o elemento chinês é uma “barreira” à “immigração que queremos unicamente – a européa”, acrescentando: “Temos que pedir as nações do continente civilizado energia e forças, quer intellectuaes, quer phisicas, que nos faltam, como faltam a toda a nacionalidade incipiente e que busca alargar seus horizontes. Raças abastardas, fraca, cheias de hediondos vícios, inferiores sem dúvida alguma aos elementos étnicos que temos, não podem preencher o nosso programma”.

A sessão – registrada em ata, de 5 de outubro de 1883<sup>413</sup> – termina com a indicação da comissão encarregada de organizar seus estatutos. Quem indica seus cinco membros é ninguém menos que um dos principais líderes abolicionistas da época, o engenheiro negro André Rebouças, para quem a hierarquização da sociedade brasileira deveria ser “cultural” e não “racial” – uma forma declarada de racismo sob o disfarce de diferença cultural. “O desenvolvimento material e intelectual do ex-escravo seria alcançado com a propriedade da terra e com o exemplo da superior cultura europeia”, afirma a pesquisadora Andréa Santos Pessanha, que lembra que a Sociedade foi fundada com a presença do imperador D. Pedro II e funcionou até 1891.<sup>414</sup>

Para esta Sociedade, os negros eram dotados de “todos os vícios do passado

<sup>413</sup> A Immigração, reimpressão das edições n. 1 a 4, dez. 1883 a ago. 1884, p.1-4. Disponível em <http://bit.ly/1DnuOet>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>414</sup> Nossa História, n.24, out. 2005, p.20-22.

escravista”, sustenta Pessanha, com a abolição não implicando em melhorias imediatas, pois apenas deixava-os livres para ameaçar a “boa sociedade”. Do outro lado estavam os imigrantes europeus, que simbolizavam a prosperidade econômica e social, “pois possuíam as virtudes necessárias ao regime de trabalho livre e desejavam obter riqueza através dele”.<sup>415</sup> O projeto, conforme descrito minuciosamente neste trabalho, era o mesmo da maior parte da elite à época: “embranquecer” e europeizar a sociedade brasileira. As raças inferiores poderiam ser “regeneradas” com a maior presença da raça superior no país, se tornando trabalhadores mais desenvolvidos. Era dessa forma que a questão de imigração era, sobretudo, uma questão social e de cunho nacionalista.

À medida que se aproxima a abolição formal da escravidão, os proprietários rurais de São Paulo, principalmente cafeicultores, sentiram a necessidade de não ver seus lucros diminuírem com a ampliação da liberdade dos trabalhadores. Prevendo o cenário que já se delineava há muito tempo, a exemplo do que acontecera com a *Sociedade Central da Imigração*, alguns destes proprietários de capital e de terras criaram no dia 2 de julho de 1886 uma outra organização imigrantista: a Sociedade Promotora de Imigração.

Dentro de um objetivo maior de obter lucro, seus criadores tinham dois objetivos específicos: (a) promover a entrada de mão de obra barata para a lavoura, obtendo uma espécie de indenização pelos escravos libertos; e (b) aumentar a oferta de trabalhadores e, dessa forma, forçar a baixa dos salários. Identificados como *liberais* e/ou *republicanos*, em uma sociedade conservadora que, em parte, ainda resistia abertamente ao trabalho livre, o pesquisador Ivison Poletto dos Santos sustenta que seus sócios utilizaram uma metodologia que marca a prática liberal até os dias atuais: a iniciativa é *privada*, mas o dinheiro é *público*.<sup>416</sup> Para alcançar estes dois objetivos principais, a Sociedade foi criada com outro objetivo declarado: o de “promover a imigração estrangeira em larga escala para o Estado de São Paulo, sem caráter especulativo ou de lucro, na forma de uma sociedade civil com capital subscrito de 500:000\$000, divididos igualmente entre os participantes fundadores”.

Criada com base em uma legislação de 1885 que estabelecia o sistema de imigração por contrato com reembolso da passagem ao imigrante ou a sua família, esta Sociedade tinha uma preocupação especial em fixar o imigrante no campo e, para isso, utilizou como um dos

---

<sup>415</sup> Id.

<sup>416</sup> SANTOS, Ivison Poletto dos. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895. Revista Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.25, set. 2007. Disponível em <http://bit.ly/VMfWHC>. Acesso em 10 dez. 2014.

métodos a atração de famílias, e não de imigrantes solteiros. Alguns de seus sócios defendiam inclusive a vinda das famílias inteiras – incluindo idosos, incapazes, recém-nascidos etc. –, não por motivos propriamente humanistas: desta forma, ficavam os imigrantes mais seguros e felizes, se tornando conseqüentemente mais produtivos. O objetivo da Sociedade foi cumprido: nos seus nove anos de atividade, de 1886 a 1895, a organização introduziu 266.732 imigrantes no Estado de São Paulo, com colocação inicial total de 100% em fazendas.<sup>417</sup>

Segundo Santos, este grande contingente de imigrantes “permitirá que a lavoura cafeeira continue a se desenvolver e possa também expandir para as terras desocupadas do oeste paulista, permitindo assim um grande acúmulo de riquezas, principalmente aos seus sócios”. Quais eram estes sócios, afinal? O pesquisador afirma que tratava-se de “um grupo de importantes e eminentes fazendeiros produtores de café que tinham como principal preocupação a garantia de braços para suas lavouras nesta época de iminência do fim da escravatura no Brasil”.

Com influência no Legislativo e no Executivo (nacional e paulista), fator essencial para seus negócios, os sócios precisavam atrair uma grande quantidade de imigrantes, dedicados inteiramente à lavoura e – talvez o mais importante – sem grandes custos. A solução? Santos resume: “O Estado tudo pagou”. Não à toa, o presidente e o vice-presidente da província de São Paulo – Antônio de Queiroz Telles (o barão de Parnaíba) e Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho, respectivamente – eram, na época da fundação da Sociedade, em 1886, participantes do quadro de sócios da organização.

Além deste aspecto intervencionista, peculiar para um autodenominado *liberal*, outro aspecto chamava a atenção: a Sociedade tem o domínio de todas as etapas do processo imigratório, se responsabilizando pela localização, contratação, transporte e colocação nas fazendas paulistas. Garantia assim a sua colocação na produção de café no interior do estado, pois era na Hospedaria que os fazendeiros tinham livre acesso aos imigrantes. Já os imigrantes, em contrapartida, “não tinham livre acesso ao mundo exterior para conseguir colocação onde bem entendessem” (*Id.*).

O regulamento da Hospedaria de Imigrantes, administrado pelo governo provincial, previa a proibição total de entrada e saída dos imigrantes e de pessoas a eles ligados. Estavam autorizados apenas os fazendeiros com interesse na contratação. Segundo Santos, “enxerga-se

---

<sup>417</sup> BIANCO, Maria Eliana Basile. A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895). Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 1982, mimeo, p.85 apud Santos, 2007.

aqui resquícios de uma prática escravocrata que tenta por todas as maneiras controlar também o trabalhador livre por meio da força, impedindo-o de encontrar outro trabalho senão o proposto pela Promotora e de estabelecer-se em outra localidade senão aquela determinada pela mesma”. Para a *liberal* Sociedade Promotora, “o controle total dos portões era crucial para a execução dos seus objetivos” (*Id.*).

Um de seus maiores apoiadores foi o próprio ministro da Agricultura<sup>418</sup>, o conselheiro Antônio da Silva Prado, cafeicultor, banqueiro, empresário de orientação conservadora e articulista do *Correio Paulistano*, órgão do Partido Conservador.<sup>419</sup> Antônio Prado era irmão de Martinho Prado Júnior, um dos mais atuantes sócios da Sociedade Promotora. Com o conselheiro Antônio Prado ministro, é aprovada uma lei que permite o funcionamento de sociedades privadas promotoras da imigração europeia, com pagamento integral das passagens (*Id.*). Prado ficou conhecido por incentivar intensamente a imigração italiana, sendo homenageado em uma cidade no Rio Grande do Sul que leva seu nome.<sup>420</sup>

Com ele à frente, a Secretaria da Agricultura também concede crédito ao jornal *A Província de S. Paulo* para apoiar a impressão de folhetos sobre imigração. O *Correio Paulistano* e a *Província* são dois dos jornais que mais dão destaque à Sociedade, em parte pela sua ligação estreita com os cafeicultores paulistas, além de serem dois dos maiores jornais de São Paulo nesse período. Em uma matéria de 4 de julho de 1886, o *Correio* elogia a assinatura de um ato entre o governo provincial e a Sociedade Promotora, parabenizando o presidente da Província, o barão de Parnaíba. O jornal paulista informa que a Sociedade Promotora “obrigou-se, antes de tudo, a promover por todos os meios convenientes a imigração estrangeira para a província de S. Paulo e a introduzir no prazo do anno financeiro de 1886-1887, seis mil immigrants”, o que será feito “será feito ou por meio de contractos com companhias de navegação ou por outro modo mais conveniente”. A matéria fornece os detalhes: “A sociedade receberá da província para as despesas inherentes ao

---

<sup>418</sup> O nome da pasta à época era Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ver MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. História. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1Dnvy3s>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>419</sup> A página do Senado, onde também exerceu um mandato, possui uma breve descrição de todos os cargos que ocupou. Ver SENADO FEDERAL. Antônio da Silva Prado. Disponível em <http://bit.ly/1DnvJMe>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>420</sup> PREFEITURA DE ANTÔNIO PRADO. Histórico. Sem data. Disponível em <http://www.antonioprado.com.br/historico.php>. Acesso em 10 jan. 2015. A Prefeitura omite em seu site a brutal repressão que ocorreu, a pedido do Império, contra os indígenas na região Sul, incluindo essa região específica. Sobre este tema ver, NONNENMACHER, Marisa Schneider. Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. Disponível em <http://bit.ly/1wqatmE>. Acesso em 10 jan. 2015.

serviço de introdução e promoção da imigração subsídios pecuniários distribuídos da seguinte forma: 85\$ por indivíduo maior de 12 annos; 42\$500 por indivíduo de 7 a 12 annos; 21\$250 por indivíduo de 3 a 7 annos; todos os subsídios acham-se sujeitos as condições de estado, parentesco, e procedência dos immigrants, determinados nas leis vigente (sic) de imigração provincial”.

A matéria deixa claro, logo no início, que só seria concedido o auxílio do contrato de 3 de julho “aos immigrants que fossem transportados a província com plena liberdade de se collocarem onde melhor lhes approuver, ficando ainda a cargo da associação contractadora promover todos os meios de boa e leal collocação dos immigrants”. Sem seguir para onde determinavam os cafeicultores, o subsídio seria imediatamente retirado. Como vimos anteriormente, a Sociedade e o governo provincial foram um pouco mais longe: os immigrants eram costumeiramente impedidos de ter contato com qualquer outra pessoa que não agentes autorizados ou os próprios fazendeiros.<sup>421</sup>

Defendendo o trabalho livre, o jornal descreve os favores do Estado à iniciativa privada: “Attendendo, outrossim, aos avultados empates de capital necessários para effectuar a vinda de elevado número de immigrants, obrigou-se o governo da província a antecipar a associação as quantias requisitadas pela directoria da mesma associação composta como verão adiante os leitores, de pessoas maiores de toda excepção. Exigiu, porém, o governo da província, a garantia individual e solidária dos associados por todas as quantias adiantadas, mediante requisição da respectiva directoria, até o maximo de 500:000\$000”.

Destacados fazendeiros, empresários e outros homens de negócios constavam na lista de sócios, como descrito pelo *Correio*: “Os cavalheiros que assignaram o contracto com o governo são os srs.: drs. Martinho da Silva Prado Junior, Raphael Aguiar Paes de Barros, Nicolau de Souza Queiroz, condes de Itu e Três Rios, visconde do Pinhal, barões de Tatuhy, Mello e Oliveira, e Piracicaba, drs. Augusto Cincinato de Almeida Lima, Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho e Francisco Aguiar Paes de Barros, srs. coronéis Antonio Leme da Fonseca e Joaquim da Cunha Barreiro, srs. Jorge Tibiriçá, Antonio Paes de Barros, Benedicto Augusto Vieira Barbosa, Luiz de Souza Queiroz e Antonio de Souza Queiroz”. O *Correio Paulistano*, sem esconder sua satisfação, conclui: “Em resumo: o contracto reúne os requisitos de probabilidade de bom êxito para que possamos antecipar parabéns à província de S. Paulo e ao enérgico e esclarecido presidente sr. barão de Parnahyba, cuja administração será contada

---

<sup>421</sup> Neste mesmo trabalho, citamos matérias que relatam incidentes neste sentido.

entre as de mais benéficos resultados”.

Santos conclui que, do ponto de vista do seu objetivo de trazer imigrantes, ela foi “maravilhosamente bem-sucedida”, pois conseguiu trazer da Europa mais de 266 mil imigrantes, em sua maioria italianos do norte. “Conseguiu também, do lado da produção de café, mais que decuplicar as sacas colhidas graças aos braços fornecidos. Por outro lado, se não fez baixar os salários, conseguiu pelo menos estancar a sua valorização.”<sup>422</sup>

Entre os beneficiados por este novo negócio privado estavam também os agentes a serviço das sociedades imigrantistas – estas estavam sendo criadas em muitas províncias do país. Estes agentes recebiam uma porcentagem pelo número de embarcados e, com isso, “seduziam aqueles que, sem alternativas, embarcavam num sonho que muitas vezes se tornava um verdadeiro pesadelo”.<sup>423</sup>

#### **4.7 Imigração espontânea ou subvencionada? Um debate para “resolver os problemas sociais que se ligam a interesses tão momentosos”**

A edição de agosto de 1881 do *Jornal do Agricultor*<sup>424</sup> traz dados sobre imigração no ano anterior, citando o “apreciado” jornal *Messenger du Brésil*. Segundo a publicação, entraram no Brasil em 1880 um total de 22.859 imigrantes no porto do Rio de Janeiro. A esmagadora maioria (21.919) veio espontaneamente, enquanto 186 foram “introduzidos em virtude do contracto feito por F. de Moraes e 745 por conta da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, creada desde 1849 e que fundou na Província de Santa Catharina nas terras do patrimônio dos príncipes de Joinvilles, que para isso lhe foram cedidas, a prospera colônia de D. Francisca”.

A ampla maioria são de europeus – cerca de 9 mil italianos, 8 mil portugueses, 2 mil alemães e mil espanhóis, além de “polacos”, austríacos, franceses, ingleses e russo –, com 178 de nacionalidades não identificadas. A maioria se dirigiu para as províncias do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. “244 sómente ficaram no Rio de Janeiro”, registra a publicação, acrescentando: “É bom todavia observar que são considerados imigrantes espontâneos todos os passageiros de 3ª. classe. Ignora-se o numero dos que deixaram o

<sup>422</sup> A matéria do *Correio Paulistano* pode ser conferida na íntegra em SANTOS, Ivison Poletto dos. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895. Revista Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.25, set. 2007. Disponível em <http://bit.ly/VMfWHC>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>423</sup> OLIVEIRA, 2001:16.

<sup>424</sup> *Jornal do Agricultor*, ago. 1881. Disponível em <http://bit.ly/1K1vKhD>. Acesso em 10 jan. 2015.

Brazil”.

Três anos depois, novos dados: a edição de 7 de fevereiro de 1884 do jornal *A Província de São Paulo* divulga, após lamentar “a triste deficiência dos trabalhos da estatística sobre imigrantes”, os números das chegadas no Rio de Janeiro. Com isso, afirma o periódico, busca “estudar o assumpto, e o faz circunstanciadamente em um longo artigo” – e que, além de longo, foi publicado com grande destaque, na primeira página. O diário cita dados da Inspetoria de Terras e Colonização, que abrange apenas o movimento do porto do Rio de Janeiro. Em 1883, registro o jornal, entraram no Rio quase 27 mil imigrantes, a grande maioria de portugueses e italianos. E quase todos europeus. Entre os não europeus, apenas 11 orientais, 10 norte-americanos, 6 “turcos”, 2 marroquinos e 31 outros “de diversas nacionalidades”. Do total, quase 25 mil foram classificados como imigrantes “espontâneos”, com os demais sendo subvencionados.

O destino era principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Bahia registravam outras entradas, com entradas irrisórias no Pará, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Amazonas. O jornal publica um quadro ano a ano, desde 1874 a 1883, lamentando que os resultados deste ano (26.789) tenham sido menores que os de anos como 1876 (de mais de 30 mil) e 1877 (pouco mais de 29 mil). A boa notícia, diz o periódico paulistano, é a elevação sensível do número de imigrantes espontâneos – de 1.883 para 24.827.

No dia 15 de fevereiro, o mesmo diário publica a transcrição da sessão ordinária da Assembleia Provincial paulista, ocorrida no dia anterior. Com a presença de 22 deputados, a sessão tem início às 11h30 e discute, entre outros temas, o “projeto substitutivo número 7”, sobre passagens de imigrantes. Tem a palavra o já mencionado conselheiro Antônio Prado, um incentivador da imigração europeia e que se tornaria ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas entre 1885 e 1888, além de ministro das Relações Exteriores em 1888. “Numa província agrícola como esta, onde a agricultura é a base de todo o progresso, os seus legisladores não podem melhor ocupar o seu tempo do que providenciando os meios mais apropriados para resolver os problemas sociais que se ligam a interesses tão momentosos”, diz Prado. O projeto fora apresentado pela então chamada “bancada republicana” e, segundo Prado, “recebido com acolhimento por todos os membros da casa”.

Sobre o que era o projeto? Prado tenta sintetizar de modo didático: “Há um modo directo e outro indirecto de auxiliar a imigração. Entre os directos estão o adiantamento de

passagens aos immigrants e o estabelecimento do colono e imigrantes quando chegam ao paiz a que se destinam; é meio indirecto a propaganda que se faz nos paizes da procedência do immigrant”. Entre as “vantagens sociais”, continua Prado, estão por exemplo o serviço de transporte e o “agasalho”, durante oito dias, de modo que esses imigrantes possam “gosar n'um paíz estrangeiro das garantias necessárias”. O deputado provincial acrescenta: “Todos os escriptores são unânimes em dizer que, na proteção que se deve dispensar á immigração, nem é prudente escolher exclusivamente os meios directos, nem tão pouco preferir sómente os indirectos”. O substitutivo, explica ele, visa a corrigir a proposta republicana de lançar mão apenas dos meios directos.

Apesar de falar no incentivo, portanto, aos meios indirectos, o substitutivo acrescenta auxílios directos para os imigrantes – não apenas as passagens seriam pagas, mas também os “meios para o seu estabelecimento quando aqui chegados, d'ahi a idéa da criação dos estabelecimentos coloniaes”. Para o deputado, pagar aos imigrantes a passagem e “abandoná-los” depois que desembarcarem no Brasil é “um dos maiores erros” que se pode cometer. O conselheiro Antônio Prado conclui: “Todos sabem qual a consequência dos contratos de immigração celebrados entre 1870 e 1878; houve o auxílio da corrente de immigração para o paíz; mas como o governo não havia completado o seu systema, estabelecendo núcleos que podessem receber todos os immigrants, aconteceu que muitos d'esses, chegando ao império, encontraram sérios embaraços para o seu estabelecimento”. Isso justificaria, acrescenta, a criação dos núcleos coloniais.

Além disso, Prado coloca a preferência para os agricultores como essencial, citando a Argentina e do Chile como bem-sucedidos neste quesito. O deputado também busca argumentar por meio de estatísticas: “De 1820 a 1870, de três milhões e seiscentos mil immigrants que foram da Europa para os Estados-Unidos, dous milhões trezentos e setenta e cinco mil eram agricultores”. O orador tenta ainda mostrar – registra o jornal *A Província de S. Paulo* – os “inconvenientes de prestar-se auxilio a immigrants não agricultores”. Ele chama a atenção para a lei da oferta e da procura, e como trazer operários traria “grave sacrifício do thesouro público”, pois esses imigrantes (operários) acabariam por deixar São Paulo rumo a outras províncias, onde seu trabalho é mais demandado.

Um outro aspecto do substitutivo, diz o orador, é em relação à origem dos imigrantes. O projeto original favorecia a vinda de toda e qualquer imigração – um avanço para a época, em que todo e qualquer edital não só exigia a procedência europeia como, por vezes,



determinava a região específica da Europa ou a nacionalidade. No substitutivo proposto, esse princípio é “corrigido”: limita a imigração à imigração europeia. Contra o substitutivo, surgiram duas críticas: a primeira, surgida na comissão da fazenda, pedia que fossem incluídas as ilhas Açores e Canárias. A segunda temia a exclusão da imigração a partir das margens do Rio da Prata.

Prado rebate a segunda crítica, afirmando que é exagerado o número de imigrantes que se acredita irem para o Rio da Prata. Ele cita uma estatística de 1879 sustentando que, neste ano, foram para a região 50 mil imigrantes, dos quais metade já teria voltado para a Europa. Ele credita o enorme fluxo, em parte, à navegação a partir de Buenos Aires e Montevideú. A imigração da Argentina, argumenta, não influi muito. No projeto original, alerta Prado, São Paulo teria de conceder subsídios aos habitantes do Canadá e de outros pontos da América. O deputado Moraes de Barros interrompe o orador para acrescentar outro alerta: “E até aos chins”. O deputado também rebate a primeira proposta de emenda, sobre as ilhas Açores e Canárias, argumentando igualmente que não há grandes correntes de imigração. “D’essas ilhas partem immigrants para localidades em que já existem núcleos aliás vantajosos”, diz Prado. Moraes de Barros contesta: “Embora pouco abundante a fonte, não convém fechala”. A emenda, apesar da argumentação de Prado, fora acatada.

Em relação aos núcleos coloniais, Antônio Prado trata de diferenciar o projeto que está sendo proposto e a atual legislação. Vale destacar este trecho, uma proposta de transição republicana em termos de política imigratória: “É preciso que se note que a Assembleia não vae crear nécleos coloniaes propriamente ditos, não se trata de colonos presos por dívidas com o governo; mas sim de pequenos proprietários que estabelecidos no núcleo formam uma força de atracção para os parentes e conhecidos que estão na Europa os quaes tendo notícia que na Província de S. Paulo pódem ter terras procuram-na de preferênciã a qualquer outra”.

Prado conclui argumentando que abrir as portas do país e dar os subsídios não vai resolver o “problema da pequena propriedade para o agricultor europeu, facilitando a todos os immigrants a aquisição da propriedade”. Sem isso, diz o legislador, não será possível buscar uma solução para o “problema da substitueção do braço escravo”. Ele reafirma: “Se quisermos chegar á solução d’esse problema, livrarmo-nos da chaga da escravidão, o meio é tornar a immigração agrícola proprietária”. Não havia, como se poderia imaginar, qualquer tipo de subsídio para o próprio escravo, que em alguns anos seria definitivamente “liberado” pela Lei Áurea. Em outras palavras: jogado à própria sorte.

Prado conclui que a pequena propriedade (para o imigrante europeu) “há de ser o caminho mais fácil sinão o único que póde trazer a abolição do escravo” (sic). O diário paulista registra, em itálico, a reação à fala do deputado: “(Muito bem ! Muito bem ! O orador é cumprimentado.)”.

Grande parte da imprensa segue em sua missão de expor os núcleos coloniais exemplares espalhados pelo país, num esforço de propaganda interessada. O *Jornal do Agricultor*, em uma edição de fevereiro de 1885<sup>425</sup>, traz um interessante informe sobre as colônias existentes em Santa Catarina. O jornal publica relatos de empreendimentos exitosos, o calendário lunar, condições climáticas, as frutas e flores do mês, dicas de como lustrar chapéus, informações científicas sobre “plantas úteis do Brazil”, entre outros temas.

A publicação informa, por exemplo, que a colônia de Blumenau foi fundada pelo Dr. Hermann Blumenau em 1852, pouco tempo depois adquirida pelo Estado e antecipada posteriormente, em 1880. A população naquele ano (1885) era de 18 mil habitantes, diz o jornal, composta de alemães, italianos e portugueses. As principais atividades são o cultivo de cana e a exportação de milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, batatas, manteiga, banha de porco e toucinho. “A área da colônia é de 1.390,000 hectares, da qual a cultivada excede á 18,000, existindo ainda nas circumvizinhanças muitos quilômetros de terras devolutas, as quaes pela excellente qualidade prestam-se a todo gênero de cultura”, informa a nota.

Itajaí, na mesma região, também possuía uma colônia “fundada em 1860 e emancipada em 1882”, informa o jornal. Em 1885 habitavam aí 7.900 habitantes, entre os quais cerca de 2.500 italianos e 1.350 alemães, entre outros colonos. “Os habitantes não só se entregaram á lavoura, como também a diferentes indústrias”, registra o *Jornal do Agricultor*. Já a colônia de Azambuja, próximo ao rio Tubarão, no sul do Estado, foi fundada em 1877 e sua população “excede de 2,000 almas, predominando a nacionalidade italiana”. Nos seus arredores, informa a publicação, existem terras devolutas “onde póde com vantagem ser estabelecido número considerável de immigrants”.

Três anos depois, já feita a abolição da escravidão, o jornal *A Província de São Paulo* comemora, em sua edição de 27 de setembro de 1888, os números de entradas de imigrantes até o dia 17 de setembro, que segundo o jornal asseguraria a entrada de mais de 100 mil estrangeiros no país até o final do ano. Conforme destacado no início deste capítulo, estes

---

<sup>425</sup> COLONIAS de Santa Catharina. *Jornal do Agricultor*, ns.293-296, 7 fev. 1885, p.93-94. Disponível em <http://bit.ly/1FqFoHx>. Acesso em 10 dez. 2014

números alcançariam a marca de 130 mil neste ano. Os dados, publicados pelo *Jornal do Commercio* e citados pelo diário paulistano, dão conta de que até a data citada entraram nos portos de Santos e do Rio quase 73 mil imigrantes. O diário destaca que os dois portos não representam a totalidade das entradas, observando ainda que seria preciso considerar o número de saídas para se chegar a um número mais preciso. “Muito são para alegrar-nos, no entanto, os algarismos que temos á vista, nem melhor poderemos patentear-lhes a importância do que comparando-os aos dados relativos á entrada de immigrants durante o ultimo quinquênio”, registra a nota.

Os dados são os seguintes: cerca de 28.600 entradas em 1883; 20 mil em 1884; 30 mil em 1885; quase 26 mil em 1886; e, finalmente, quase 56 mil em 1887. O jornal retoma a tese há anos defendida, creditando o sucesso às políticas de “imigração espontânea”<sup>426</sup>.

#### **4.8 As “mais genuínas aspirações nacionais”: o imigrante ideal tem “tenra idade”**

O *Correio Paulistano* de 19 de fevereiro de 1887<sup>427</sup> destaca a chegada de imigrantes a bordo do navio Bourgogne, de Gênova, por meio de um contrato entre o governo provincial e a anteriormente mencionada Sociedade Promotora de Imigração para São Paulo. Chegaram no total 810 imigrantes nesta leva, sendo metade para Ribeirão Preto e os demais indo – na ordem numérica – para Araras, Itupeva, Jaú, São Paulo capital, Cordeiros, Campinas, Porto Martins, Indaiatuba, Descalvado, São José do Rio Pardo, Casa Branca, Amparo, Serra Negra, Morro Grande e Itu. O jornal registra ainda que 34 imigrantes com mais de 12 anos não receberam o auxílio dado pelo governo porque não constituíam família. “É sempre bom lembrarem-se os pesados sacrifícios a que a província de S. Paulo se tem sujeitado para attrahir uma corrente immigratória mais ou menos constante e fértil em bons resultados”, diz o *Correio*. A quantia recebida por imigrante, diz o diário, sofre críticas (não informa-se de quem). O jornal dá dois argumentos: a necessidade de saldar despesas feitas com propaganda (por exemplo) e, em segundo lugar, caso haja um real excesso por cada imigrante, “passará

---

<sup>426</sup> Estes números se aproximam dos dados históricos consolidados divulgados pela principal autoridade estatística brasileira contemporânea, o IBGE. Ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. p.225. Disponível em <http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-total-periodos-aneais>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>427</sup> Correio Paulistano, 19 fev. 1887. Disponível em <http://bit.ly/1AHAYZV>. Acesso em 10 dez. 2014.

esse excesso a saldo dos cofres provinciaes”.

Mesmo assim, o *Correio Paulistano* “confessa” que teria “a maior satisfação em ver reduzido o máximo de auxílio e augmentados a média e o mínimo” – neste caso, o jornal se refere às três faixas de auxílio que o governo fornece, dependendo das solicitações. “A diminuição do máximo do auxílio importaria grande economia para os cofres provinciaes e o augmento da média grandes vantagens para a immigração propriamente dita”.

Outro aspecto importante da política imigratória, sustenta o *Correio*, é a idade dos imigrantes. O diário argumenta que o futuro do mundo do trabalho na província não deveria ser marcado pela aceitação de imigrantes adultos, “mas sim o maior número de adolescentes e menores”. “Para os primeiros” – completa o diário, se referindo aos adultos – “a adaptação aos nossos usos e costumes, ao nosso clima, ao novo meio, enfim, a que foram transportados, é muito mais vagarosa e incompleta do que para os demais”. Os adultos em geral procuram “apenas” melhorias de condições de vida na “dura necessidade da expatriação”. Os adolescentes, por outro lado, fazem “desde logo pátria do paíz onde nasceram as suas primeiras aspirações, e (...) se identificam com as mais genuínas aspirações nacionaes”. Conclui o jornal que “esta verdade dentro em breve realizada, melhor ainda applicar-se-á aquelles que aqui aportarem em tenra idade”, acrescentando que os “sacrifícios do presente só se justificam em face do futuro de prosperidade e bem-estar da província”. Já não há debate sobre a nacionalidade dos imigrantes, capítulo encerrado com a legislação aprovada sobre o tema limitando os colonos a europeus.

Há outros problemas apontados pela imprensa, como a demografia, tema de um extenso artigo publicado no jornal *A Província de Minas* – órgão do Partido Conservador publicado em Ouro Preto – de 22 de junho de 1888.<sup>428</sup> O texto fora publicado originalmente no *Jornal do Commercio*, de orientação governista, em maio do mesmo ano e assinado por Julio P. Favilla Nunes. O autor, citando diversas obras estrangeiras, destaca a importância do conhecimento da população nacional, bem como de seu território, sem o qual “é impossível a boa administração de um paíz”. Sem estes dados, afirma, o governo não pode tratar de temas como as necessidades das suas fronteiras, a distribuição dos exércitos, o estabelecimento de colônias nos locais mais apropriados, além da divisão e descentralização da administração. O autor faz um amplo histórico dos censos demográficos do país, com o de 1872, a única base nacional até a data de publicação do artigo. A capital imperial – o Rio de Janeiro –, no

<sup>428</sup> A Província de Minas, 22 jun. 1888. Disponível em <http://bit.ly/1E5AC1K>. Acesso em 10 dez. 2014.

entanto, fez tentativas anteriores de censo. Segundo descreve o artigo, o primeiro em 1799, a pedido do conde de Rezende. O segundo ocorreu já no reinado de D. João VI, em 1821. O terceiro em 1838 por ordem do ministro Bernardo de Vasconcellos e uma quarta tentativa em 1849.

O censo de 1872 indicou um país com quase 10 milhões de habitantes – exatos 9.930.478 contados, entre os quais 1,5 milhão eram escravos. O Império classificou os habitantes como sendo de “raça caucasiana” (3,7 milhões), “raça africana” (1,9 milhão), “raça americana” (386 mil) e “mulatos e mestiços” (3,8 milhões). Segundo o artigo, o censo indicou uma esmagadora maioria de católicos, com apenas 27.766 mil “acatólicos livres”. Evidentemente que os dados não incluíam as religiões e tradições afro-brasileiras, com todos os escravos classificados como católicos. O censo considerava ainda como “estrangeiros” apenas a população livre – dos 8,4 milhões de pessoas livres, cerca de 243 mil foram contados como estrangeiros.

Passadas quase duas décadas, o autor do artigo pretende, então, estimar a população brasileira com base em “coefficients rasoáveis quanto possível limitrophes da verdade”. Para isso, calculou os nascimentos em 4% da população e os óbitos em 2%, variando de Estado para Estado. O número de imigrantes que entraram desde o último censo até o ano do artigo, calcula, foi de 53.497 em média, por ano. As estimativas do autor, apesar de estarem referenciadas bibliograficamente, deixam dúvidas quanto à metodologia. Explica o articulista que, da diferença entre nascimentos e óbitos, resulta um crescimento de 2%, com duas variáveis: (1) os imigrantes; e (2) as populações rurais ou disseminadas em vastos territórios e que “tem mais elementos de vitalidade e de fecundidade”. Dessa forma, o autor deduz que a proporção, por cem habitantes, do aumento anual de cada província é de: 2% para Maranhão, Piauí e Bahia, entre outros; 2,5% para o Amazonas, que tem recebido imigrantes em pequena escala, segundo argumenta; 3% para Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Município Neutro<sup>429</sup>; e 3,5% para São Paulo.

Artigos como este eram comuns na imprensa da época e seus autores buscavam influenciar os gestores públicos – eles próprios eram muitas vezes líderes políticos e pessoas influentes. No entanto, nem sempre eram fundamentadas cientificamente as suas posições, e mesmo as que eram se revestiam de teses pseudocientíficas. Com isso, o conhecimento demográfico – incluindo sobre os imigrantes e sobre seus hábitos e necessidades – era

---

<sup>429</sup> Como era conhecida a capital fluminense entre 1834 e 1889.

extremamente precário ou simplesmente inexistente.

Mesmo em meio às dificuldades, a imigração avança rapidamente por todo o país, sempre com o apoio da imprensa – ora como local de debates, ora como instrumento de serviço público. O periódico do Partido Liberal em Santa Catarina – *Regeneração* –, publicado a partir de uma das cidades de maior oposição ao governo central, Florianópolis, denominada à época Desterro – traz em diversas edições, como as de 17 de fevereiro e 3 de março de 1889, um comunicado da Inspetoria Geral das Terras e Colonização para que sejam solicitados “pedidos de imigrantes para o serviço da lavoura”, conforme determinação do Ministério da Agricultura. Em seus pedidos, diz a nota, “devem os Srs. proprietários declarar, além do número, a nacionalidade dos imigrantes que preferem, as vantagens que lhe oferecem, a dominação do estabelecimento a que os destinam, e o nome da localidade mais próxima para onde devem ser enviados”.

#### **4.9 O Estado que não ama os católicos que não amam os protestantes**

O jornal *Imprensa Evangélica* registra, em sua edição de 5 de fevereiro de 1887<sup>430</sup>, a informação de que o bispo de Olinda protestou contra o “abuso de casamentos acathólicos em sua diocese”, pedindo providências e sugerindo “algumas medidas afim de reprimir essas cerimônias autorizadas pelos pastores dissidentes”. O periódico protestante se questiona: “O que entenderá o bispo de Olinda por abusos, na celebração de actos, que estão fóra da lithurgia pela qual ella se rege? Que direito de inspecção é esse que presume ter sobre os pastores dissidentes o prelado da religião contra a qual essas seitas protestaram? Se o cerimonial cathólico é preenchido a contento dos religionários acatholicos, porque se arvora em fiscal de um culto que não é o seu, o bispo da igreja pernambucana?”

O *Imprensa Evangélica* argumenta existir uma pretensão de domínio incompatível “não sómente com o espirito do seculo, mas com a letra da Constituição do Império”. E acrescenta, utilizando a política imigratória como argumento: “Em um paíz que trata de obter imigrantes acathólicos essa tibieza do poder civil em face de uma pretensão abusiva do poder ecclesiástico, póde gerar pelo menos desconfianças”. Na mesma página, em um debate sobre um editorial de uma publicação “papal”, o periódico registra: “Debaixo da soberania

---

<sup>430</sup> *Imprensa Evangélica*, 5 fev. 1887. Disponível em <http://bit.ly/1K1wlzZ>. Acesso em 10 dez. 2014.

corrupta da chamada igreja romana o povo, em massa, tinha-se corrompido, e a reação contra esta corrupção é o protestantismo: o povo protestou contra a rapacidade e o poderio do domínio papal”.

A questão religiosa, um dos mais intensos debates realizados na imprensa brasileira durante a década de 1870, envolvia interesses divergentes do regime de padroado e dos liberais que almejavam o poder. Duas das principais questões que envolviam os imigrantes neste debate eram o fato de que muitos destes eram protestantes ou, de modo geral, não católicos, e a recorrente intervenção do Estado e da Igreja nos núcleos coloniais, surgindo frequentes conflitos e trocas de acusações. Um editorial do jornal católico *O Apóstolo* se dedica, em sua edição de 13 de fevereiro de 1889<sup>431</sup>, a acusar o visconde de Taunay – à época senador e que contava com muitos votos de católicos, segundo a própria publicação – de usar a Sociedade Central de Imigração como seu “quartel de inverno”, fazendo dele “sua diabólica propaganda contra a nossa santa religião”. A acusação central: uma suposta perseguição contra uma colônia dirigida por um padre católico.

Segundo o periódico, Taunay era contrário à imigração chinesa “porque os chins são feios e trabalham barato” e, “a se lhe fazer a vontade, já este Império não seria mais nem menos do que um vasto domínio de allemães, ou de qualquer outro ramo da raça, comtanto que que fossem tudo, menos *cathólicos*”. A reação viria após o senador publicar um artigo no jornal de São Paulo *Diário Popular* em 31 de janeiro do mesmo ano com o título *Colônia malsinada*.<sup>432433</sup>

No artigo, o senador fala sobre as más condições da referida colônia – o núcleo Rodrigo Silva –, que fica perto de Porto Feliz, posteriormente um município próximo a Sorocaba. Segundo registra Taunay, o núcleo estava sob os auspícios do padre Vansse, com imigrantes de nacionalidade belga. Segundo ele, “por falta de direcção activa e experimentada [a colônia] está se tornando mui precária a sorte daquella gente, que se vê obrigada a vender seus instrumentos de trabalho para comprar o alimento indispensável”. Uma das críticas do senador é a “intervenção paternal do governo em taes assumptos”, sendo quase sempre, diz ele, “o patrocínio official infeliz, cego e teimoso, e servindo-se de tudo como meio de protecção a eleitores e afilhados”. Diz o senador ainda que “está á sociedade [Central de

<sup>431</sup> O Apóstolo, 13 fev. 1889. Disponível em <http://bit.ly/1E4aYsL>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>432</sup> Malsinar, de má sina, má impressão. Neste caso, o verbo seria algo como “interpretar negativamente”, mais popularmente “falar mal” ou mesmo “caluniar”.

<sup>433</sup> Segundo o próprio editorialista, a posição do senador foi repercutida no *Jornal do Comercio*, sem data informada, sendo o *Diário Popular* citado como fonte secundária.

Immigração] provado que a direcção clerical, pelas suas tendências absorventes, caprichosas e autoritárias, dá sempre maos resultados nos ensaios immigrantistas, a que deve presidir muita energia, mas também todo o respeito á completa liberdade dos outros”.

A ausência de uma política de promoção da independência como a de Porto Real, afirma Taunay, não colaboram para o fim dos “péssimos hábitos que o proteccionismo exagerado lhe inculco”. Quanto mais se dá ao imigrante, resume, mais pretensões ele terá, “collocando-o em posição de não poder ou não querer mais viver sobre si”. Desde serviços médicos até instrumentos agrícolas, diz, exigem tudo. O senador ironiza: “Mais um pouco e pediriam criados de servir e subvenção para teatro”.

A descrição da posição do senador pelo jornal é muito mais completa do que a própria resposta do editorialista, que se limita a responder que o senador não faz qualquer acusação real à colônia e ao padre, por não citar qualquer fato específico. No segundo aspecto da contra-argumentação, o editorial questiona a designação de “autoritário” defendendo o conceito em si: “S. Ex. sabe que não póde haver sociedade sem ordem; não póde haver ordem sem haver quem mande e quem obedeça. (...) Ser autoritário, pois, é ser simplesmente amante, respeitador, verdadeiro cultor do princípio da ordem, da suprema condição da vida social”, sendo a virtude oposta “a negação da autoridade, o desrespeito, a perturbação da ordem, a anarchia, em summa”. Após acusar o senador em termos gerais de intolerância religiosa, o periódico publica na mesma edição o anúncio de um livreto denominado *Propaganda cathólica contra o protestantismo*, levando de forma acessível e “com admirável lógica” informações sobre “esta seita maldita”.

#### **4.10 Agoniza o sistema escravista no leito de morte: renova-se o capitalismo**

Aproxima-se do fim o longo período de sistema escravista no Brasil e, como temos demonstrado, uma característica é marcante nessa reta final: a elite brasileira preparou cuidadosamente, com reflexões e propostas datadas de pelo menos 1810, um plano para que os seus lucros não fossem prejudicados. Muitos fazendeiros e proprietários rurais, mesmo sem abandonar o ideário escravagista, acabaram por mesclar a presença de trabalhadores imigrantes e escravos, adotar exclusivamente o sistema de contratos com os colonos ou, ainda, não se adequaram ao novo regime de trabalho livre e perderam parte de seus lucros



pouco a pouco. Mas quase todos tinham plena consciência do que estaria por vir e, como vimos anteriormente, a nova dinâmica gerou muitas riquezas para os que souberam se aproveitar dela.

Os republicanos, que tomariam em breve o poder, lideraram este processo, com um forte e essencial apoio da imprensa. O diário *A Província de São Paulo* usava suas páginas para defender as posições republicanas em relação ao tema da imigração, sempre de acordo com os interesses dos empresários vinculados ao Partido Republicano Paulista ou a outros movimentos republicanos. É o caso de um artigo datado de 12 de março de 1886, assinado pelo empresário e político Martinho Prado Júnior.<sup>434</sup> Martinho foi um notável defensor da abolição dos escravos e um dos maiores produtores de café do mundo, com muitas fazendas na região de Ribeirão Preto.

Em seu artigo, em que faz reivindicações bem objetivas, citando inclusive problemas relacionados à colonização em suas fazendas, Martinho relata longamente as múltiplas dificuldades em atrair imigrantes e critica severamente o governo pelo descaso em relação ao tema. Martinho defende o aumento do auxílio do governo por imigrante. Conta Martinho que muitos imigrantes vinham iludidos para o porto de Santos, achando que poderiam, dali, ir para qualquer parte do país subsidiados pelo governo.

Muitos, conta ele, buscavam se integrar a suas famílias já residentes no Brasil. Em muitos casos, um serviço de introdução de imigrantes em São Paulo acabava por gerar uma intensa imigração para o sul – a maioria dos imigrantes era italiana, com famílias no Rio Grande do Sul –, com quase ninguém ficando em São Paulo. “Lá”, afirma o autor, “esmolam pelas ruas dos povoados, porque não haviam lotes medidos, conforme li nos jornaes da província”. “Isto tudo devido á precipitação e inépcia dos intitulados estadistas brasileiros, homens apenas theóricos e de uma incapacidade administrativa notável”, dispara Martinho contra o “governo que tudo promete e nada faz”. E acrescenta: “Souberam, porém, tirar vantagem deste desastre nossos visinhos do Prata, tomando toda essa gente [imigrantes que ficaram num limbo nos portos] e transportando-a gratuitamente, de sorte que concorremos para que em 1885 mais se avolumasse a já extraordinária immigração para Buenos-Ayres”.

Martinho pede, dentro ou à margem da lei, mais subvenção para os empresários, que estariam tendo prejuízos com a atração de imigrantes, adotando uma posição clara pela abolição da escravidão e em favor da imigração (europeia): “Só há neste paíz uma política

---

<sup>434</sup> Avô do historiador e também político marxista Caio Prado Júnior.

sabia, providente e compatível com a dignidade e grandeza da América, a que acabar com a escravidão e cuidar da imigração. Tudo o mais é pequeno, estéril e ridículo no momento actual”.

A lógica de grande parte da elite da época, longe de reivindicar um princípio humanista, ia direto ao ponto: “Se um colono não paga pontualmente a renda da terra, põe-n’o fóra e vem outro. Negocio líquido e fácil, que não obriga a nenhuma despesa de administração”. Assim argumenta um redator na edição de 20 de outubro de 1888 da *Revista Illustrada*<sup>435</sup> – o famoso periódico carioca criado pelo cartunista Ângelo Agostini, com sede na rua Gonçalves Dias, 50 – ao discutir a importância do fim da escravidão. O alvo do articulista político do periódico, Julio Verim, era o conhecido líder político Conselheiro Lafayette, cujo nome foi posteriormente emprestado à cidade mineira de Queluz. Em 1934, Queluz passa a se chamar Conselheiro Lafaiete por meio de um decreto do governo estadual. O motivo: Lafayette Rodrigues Pereira (seu nome completo) nasceu em Queluz cem anos antes, em 1834, e era um importante proprietário rural da região, antes de se tornar um influente político – em buscas por seu nome pouco se destaca que tratava-se de um escravocrata.

O editorialista da *Revista Illustrada* dedica toda a primeira página da edição para criticar fervorosamente o “Sr. Lafayette”, classificando dois de seus discursos como “banais” e “inferiores ao talento do primeiro indivíduo que se apanhe na rua, ao acaso”, o acusando pela “falta de patriotismo” e o “fel [amargura, ressentimento] que distillam”. O tema é a Lei Imperial n.º 3.353 – conhecida como Lei Áurea, que aboliu definitivamente a escravatura –, sancionada em 13 de maio de 1888. Lafayette, que também era jornalista e um renomado advogado, votara contrariamente ao orçamento da agricultura, quase todo dedicado à imigração e às estradas de ferro. O *Illustrada* o acusa de ter resistido ao fim da escravidão: “Tendo votado pela lei 13 de maio, só 5 mezes depois, o Sr. Lafayette achou que ella era má, e isto, quando o augmento das rendas fiscaes e o movimento do cambio estão provando, que essa lei foi, devéras, áurea”.

O redator faz menção a uma afirmação de Lafayette – o de que “os filhos perdoam a quem lhes mata os paes, mas não a quem lhe confisca os bens” – para destacar que “não houve confisco algum” (de terras por conta da abolição), ressaltando ainda que “se o houvesse nada mais justo. Vinguem os princípios, soffra quem soffrer”. O periódico argumenta está

---

<sup>435</sup> Revista Illustrada, 20 out. 1888, Disponível em <http://bit.ly/1Dnxmta>. Acesso em 10 dez. 2014.

“demonstrado que a abolição é que dá valor á terra e que com ella os lavradores enriquecem em pouco tempo, mesmo os que estão hypothecados em quatro ou cinco bancos”.

A *Revista Illustrada* usa o exemplo dos Estados Unidos – ou pelo menos o que se acreditava ser o exemplo, segundo as informações disponíveis – para citar que, neste país, “os antigos escravocratas declaravam, hoje, que não sabiam como tinham feito tanta resistência á abolição, porque ella foi a felicidade para elles”. O argumento é transparentemente capitalista: “Emquanto tinham escravos, nunca as rendas chegavam para as despesas, viviam n'um inferno, com as vidas ameaçadas e empenhadas até os olhos. Acabada a escravidão [nos EUA], vieram os immigrants, alugaram-lhes as terras, fizeram-n'as render dez vezes mais, e em pouco tempo, todos os ex-proprietários de escravos reorganizaram suas fortunas”.

O objetivo era evidente: o lucro, e rápido. “Se um colono não paga pontualmente a renda da terra”, conforme citado anteriormente, “põe-n'o fóra e vem outro. Negocio líquido e fácil, que não obriga a nenhuma despesa de administração”. O editorial acrescenta: “No Brazil, dar-se-há o mesmo”.

Esse tratamento dispensado aos colonos europeus – encarados na maior parte das vezes como mão de obra operária excedente, o exército de reserva do qual falava Karl Marx (1818-1883) – logo teria consequências, como já vinha tendo desde a chegada das primeiras levas. Em sua edição de 29 de janeiro de 1889, o jornal *A Província de S. Paulo* relata uma revolta na hospedaria de imigrantes e não esconde seu descontentamento com a “desordem”. Registra o diário: “Infelizmente, apesar das acertadas providências tomadas pela directoria da Promotora e pela superintendência da estrada ingleza, ainda estes últimos dias se têm dado scenas tumultuosas lá para os lados da hospedaria de immigrants”.

A revolta fez com que o desembargador chefe da polícia, diz o jornal, comparecesse imediatamente ao local, mas assim que chegou “estavam os ânimos inteiramente calmos”. No entanto, quando voltou, “alguns indivíduos entraram no pateo, e aconselharam os immigrants á desordem”, levando alguns grupos a promoverem “grande gritaria”. Com a chegada de uma “força” ao local, registra o jornal, “travou-se um conflicto que durou alguns minutos”, com “algumas pessoas” sendo presas e depois soltas “a pedido dos immigrants”. O desembargador, ao saber do ocorrido, “voltou de novo á hospedaria e encontrou o vastíssimo pateo totalmente apinhado de immigrants e povo curioso”.

As praças de cavalaria que acompanhou o chefe da polícia, registra o diário, ao chegar ao local “foram recebidas por pedradas que partiam de uma venda próxima á hospedaria. O

jornal relata que três italianos foram presos e seriam processados por “offensas phisicas”. A *Província* informa as providências do chefe da polícia: “Mandou fechar as vendas mais próximas, dissolveu o grande ajuntamento do pateo, prohibiu o trânsito dos bondes, fechou as cancellas do edificio e ahi poz sentinellas que só permittissem a entrada aos immigrants”. Destaca-se que, assim como em muitas matérias observadas nesta pesquisa em dois séculos cobertos, o jornal não informa em momento algum porque ocorreu a revolta. A nota limita-se a descrever a “desordem” e a ação repressiva, a partir tão somente do relato da autoridade policial. Por que ocorreu a revolta? Por esta matéria, é impossível saber.

Na mesma página, o jornal elogia o inspetor de higiene pela ampliação da vacinação contra a febre amarela “às pessoas que acreditando na medida preservativa da terrível moléstia, tiverem de estacionar na côrte [o Rio de Janeiro], actualmente”. O inspetor também pede ao governo provincial de São Paulo para que sejam criados alojamentos suplementares para os imigrantes – em Santos, Campinas e no Bom Retiro, na capital paulista – “afim de evitar o accúmulo de immigrants na hospedaria do Braz onde já existem cerca de 11 000”, além de pedir que seja alugada alguma casa “para servir de Lazareto<sup>436</sup>” nas proximidades da hospedaria, “para os lados da Moóca, afim de evitar o transporte de contagiados pelo centro da cidade”.

O inspetor pede ainda equipamentos apropriados de “prophylaxia e desinfecção como manda a lei”, alegando ser este o motivo pelo qual os imigrantes se acumulavam nas hospedarias e não estariam sendo encaminhados para as fazendas. Diz o jornal ser “justo” o “receio que têm os fazendeiros de importando-os, importarem com elles, diversos contágios, como todos os dias está acontecendo”. Conclui o jornal: “Louvamos o sr. dr. inspetor de hygiene por esse acto que vem mais uma vez confirmar o seu provado zelo pela saúde pública”.

Os sucessivos conflitos com os colonos promove uma mudança já no mês seguinte, conforme noticia o jornal *A Província de S. Paulo* de 17 de fevereiro: o governo é o novo encarregado da Hospedaria. A responsabilidade administrativa era, até então, da Sociedade Promotora de Imigração, conforme destacado anteriormente uma organização supostamente sem fins lucrativos, porém ligada ao setor cafeeiro.<sup>437</sup> “Foi a directoria da sociedade que solicitou excusa por excesso de trabalho”, informou o jornal paulistano. Uma vez pouco

---

<sup>436</sup> Nome da época para o hospital de quarentena para pacientes com doenças contagiosas.

<sup>437</sup> Ver subcapítulo sobre esta Sociedade neste mesmo capítulo.

lucrativa, a iniciativa privada repassava a Hospedaria para o poder público, socializando os custos da empreitada e mantendo seus lucros.

A Sociedade Promotora continuará, acrescenta a *Província*, a existir até o fim do seu contrato para a introdução de imigrantes, “resolvendo depois o que fôr mais conveniente em relação a este ramo do serviço público”. A Sociedade registra, por meio do jornal, que “poucos immigrants há a introduzir”, concluindo que “as pessoas que precisarem de trabalhadores devem apressar-se em tomal-os, porque de Março em diante cessará a introdução”. A Sociedade funcionou, no entanto, até 1895, como já mencionado neste capítulo.

Na mesma edição de 17 de fevereiro, o jornalista Angeli Torteroli<sup>438</sup> reclama de uma arbitrariedade que teria sido cometida contra ele na hospedaria de imigrantes, em São Paulo. Relata Torteroli ao jornal que havia ido à hospedaria para “escolher creadas e artistas”, visto que “a Inspectoria de Terras e Colonização só aceita a encomenda de colonos”. Ao chegar à administração do local, o almoxarife teria dito a ele que, “por ordem do chefe de polícia me vedava a entrada”. “Não acreditando em tal ordem, entrei no estabelecimento”, disse ele, na carta publicada no diário paulistano. A polícia foi, então, chamada, e o jornalista obrigado a se retirar “em atenção a um meu amigo”, após alguma resistência à ordem. O almoxarife teria pedido que a polícia o perseguisse no bonde: “Ahi o furriel<sup>439</sup> deu-me ordem de prisão. Não trazendo ordem escripta e não estando em flagrante delicto, declarei que não obedecia a ordem nem sahia do bond”. E completou: “O furriel foi communicar a minha resposta ao almoxarife e voltando disse: – Tudo fica em nada!?”

Como “protesto”, Torteroli declara “publicamente” que “desta data em deante todos os immigrants me terão ao seu lado para requerer e exigir dos poderes competentes o respeito aos seus direitos, porque os mesmos sofrem arbitrariedades de tal modo que causam lastima”. E ainda promete voltar à hospedaria “afim de ver se póde ser vedada a entrada a um cidadão livre de culpa e pena, quando esse estabelecimento é publico e todos sabem que eu sou encarregado por muitos amigos para arranjar immigrants”. O jornal se limita a publicar a carta do jornalista, sem informar detalhes sobre o contexto do ocorrido.

Ainda na mesma edição de 17 de fevereiro, mesmo em meio à crescente insatisfação de parte dos imigrantes recém-chegados e de pessoas como Torteroli, *A Província* registra

---

<sup>438</sup> Um fato curioso: Torteroli é um dos principais nomes do espiritismo da época e sua obra defendia que o espiritismo era uma ciência, e não uma religião.

<sup>439</sup> Posto militar.

dois “violentíssimos e caluniosos artigos” publicados em dois diários belgas. Entre outras muitas “asseverações falsas”, os artigos afirmam que “os imigrantes aqui morrem á miséria e são sujeitos ao trabalho não compensado do antigo servidor escravo”, bem como “amarrados como porcos e violentamente separados de suas mulheres e filhos, são conduzidos á escravidão da fazenda”. Nos artigos, conclui a notícia, os imigrantes estariam sendo aconselhados a “pôr-se em guarda contra a imigração para o Brazil, a qual não passa de puro commércio de carne humana”. A nota do *A Província* se limita a registrar estes trechos, sem mais detalhes ou uma resposta formal.

No dia 15 de novembro de 1889 seria proclamada a República, após um longo caminho percorrido pelos republicanos para assentar as bases de um novo regime de trabalho. A nova dinâmica gerada pela entrada massiva de colonos de diversas nacionalidades – sobretudo europeus, mas também árabes e asiáticos, entre outros – e sua repercussão na imprensa brasileira de grande circulação é o tema do próximo capítulo.

## 5 A AFIRMAÇÃO IMIGRANTE – 1889-1930

Com a chegada dos republicanos ao poder, é finalmente vitoriosa a tese de que o futuro do Brasil depende do braço europeu na lavoura. Procuram-se agricultores brancos que, de uma vez só, trarão a prosperidade econômica e o “melhoramento racial”. Com a agricultura ocupando posição central na sociedade brasileira durante pelo menos um século, as atividades jornalísticas acabam por espelhar essa realidade: entre 1832 e 1921 foram editadas no Brasil 125 publicações da chamada *imprensa rural*, com inúmeras revistas segmentadas – como por exemplo *O Sericicultor*, voltada ao milho, café e trigo e criada em Barbacena em 1906, e a *Revista da Horticultura*, que circulou de 1867 a 1879. Algumas delas eram justamente voltadas aos imigrantes, casos de *La Revista Coloniale*; a bilíngue *Italia e Brasile*, que surgiu em São Paulo em 1908; ou ainda *O Imigrante*, editada pela Secretaria de Agricultura de São Paulo e publicada surpreendentemente em seis idiomas, porém com uma vida curtíssima (entre dezembro de 1908 e janeiro de 1909)<sup>440</sup>.

Uma das mais influentes da época era a já mencionada publicação da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional – *O Auxiliador da Industria Nacional* –, dirigido desde 1880 por Nicolau Joaquim Moreira, ativo colaborador da Academia Imperial de Medicina. Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Moreira também era conselheiro do Imperador. Foi cirurgião do hospital militar; diretor da seção de botânica e subdiretor do Museu Nacional; e diretor do Jardim Botânico. Em 1890, e já há algum tempo, a Sociedade e sua publicação – neste ano de periodicidade anual<sup>441</sup> – defendiam a imigração europeia branca sobretudo por razões econômicas e raciais, e não humanitárias. Para Moreira, o imigrante ideal era saudável, racialmente favorável ao Brasil e disposto a adotar a nova nação como pátria. Ele considerava, por exemplo, desmoralizador fazer uso da mão de obra chinesa “pois o chim é inferior ao escravo”.<sup>442</sup>

No que diz respeito ao argumento econômico, a *Gazeta de Notícias* de 25 de maio de

<sup>440</sup> DIAS, 2011:61.

<sup>441</sup> No ano de sua fundação, em 1833, a publicação chegar a ser mensal. Ver FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *O Auxiliador da Industria Nacional*, 1833 a 1896. Disponível em <http://bit.ly/1DnxDwk>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>442</sup> As citações de Moreira e da *Gazeta de Notícias*, bem como um estudo sobre seu pensamento, podem ser lidas em CARULA, Karoline. Nicolau Joaquim Moreira e as questões raciais de imigração. XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH Brasil, jul. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1DnyOMi>. Acesso em 10 dez. 2014. A maior parte dos textos de Moreira podem ser acessados em LITERATURA DIGITAL UFSC. Nicolau Joaquim Moreira. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1Dnz3a9>. Acesso em 10 dez. 2014.

1877, momento em que Moreira já gozava de ampla credibilidade nos meios científicos, traz um posicionamento do autor sobre a necessidade de se desenvolver o ensino agrícola profissional e científico entre os trabalhadores do campo. “Aplicando estes princípios racionais a lavoura do país, conclui o distinto professor, que, infelizmente os nossos proprietários agrícolas, na maior parte, estão longe de conhecer as vantagens que lhes resultaria desta inteligente direção de seus estabelecimentos rurais, em cuja máxima parte nem ao menos existe uma escrituração regular, ignorando por conseguinte o lavrador não somente a soma do capital empregado na sua indústria como também as vantagens que auferir dela podem razoavelmente satisfazer o empate do capital empregado em seu ramo de produção”, registra o diário carioca.

“Não é só a escassez de capitais, diz o Sr. Dr. Nicolau Moreira, como especialmente a falta de conhecimentos profissionais que acusam a inferioridade de nossos produtos e finalmente o seu depreciação nos grandes mercados”, escreve a *Gazeta*, acrescentando: “Querem eles [senhores de terras] obter capitais a todo o custo para comprar mais escravos, e comprarem estes para conseguirem maior soma de produção, afim [de] empenharem-se de novo nessas perigosas transações financeiras. Nasce daqui um círculo vicioso em que se debatem. Em lugar de máquinas, que dispensam os braços e aperfeiçoam o trabalho, ampliam e alargam os elementos do trabalho cativo. Em vez de aumentarem com capitais próprios o desenvolvimento de sua indústria, vão procurá-los com altos prêmios nas mãos dos intermediários e nas arcas dos banqueiros”.

### **5.1 Decreto 528 de 1890: “Indígenas” da Ásia ou da África, só com autorização do Congresso Nacional**

Na edição anual de 1890, *O Auxiliador da Industria Nacional* publica um decreto sobre o tema da imigração precedido por um texto de Francisco Glicério, general que à época comandava a pasta da Agricultura.<sup>443</sup> Argumenta Glicério que “uma das mais palpitantes necessidades, que convém atender, para fomentar a expansão das forças productoras da República, é, sem duvida, o desenvolvimento da imigração européa”. Para isso, afirma o ministro, serão necessárias “disposições que garantão o estabelecimento de uma corrente de

---

<sup>443</sup> O *Auxiliador da Industria Nacional*, 1890. Disponível em <http://bit.ly/1wAlbpd>. Acesso em 10 dez. 2014.



immigrantes laboriosos e morigerados, assegurando-se-lhes os auxílios e recursos necessários para a sua conveniente collocação”. Mesmo com o apoio do governo tanto à acomodação dos imigrantes europeus quanto para seu transporte adequado, sustenta o general Glicério, são necessárias medidas complementares – dispostos, diz, em seu novo plano de reforma sobre o tema, objeto do decreto 528, de 28 de junho de 1890.

O decreto 528 está organizado em duas partes, explica o ministro. A primeira diz respeito às medidas referentes às “condições que os imigrantes devem preencher para gozarem dos favores, que lhes são promettidos pelo governo”. Institui, por exemplo, uma premiação de 100 mil francos a cada uma das companhias da vapores que, por ano, tiver transportado pelo menos 10 mil imigrantes. É importante observar que esta determinação, prevista no artigo 16 do decreto, não trata do pagamento ordinário do serviço: é uma espécie de premiação pela alta produtividade. A primeira parte também trata das deportações. A segunda parte do decreto trata dos locais de acolhimento dos imigrantes, com uma série de auxílios por parte do governo para a fundação de núcleos coloniais.

Enquanto as políticas para os escravos recém libertos eram na praticamente nulas, o governo defendia, por meio de mais um decreto, os interesses dos imigrantes europeus “que, durante largo prazo, gozarão de toda a protecção das autoridades da República, encontrando afinal nos núcleos custeados pelo Estado definitiva collocação no caso em que, por qualquer circunstância, não lhes convenha permanecer nos estabelecimentos particulares”. Nota-se que, como na maior parte dos textos encontrados na imprensa, o apoio à imigração era necessariamente o apoio à *imigração europeia*. A obviedade desta afirmação fazia com que, na maioria das vezes, não fosse nem sequer preciso especificar a origem dos imigrantes desejáveis.

Dessa forma, em sua objetividade jurídica, o decreto afirma logo em seu primeiro artigo: “É inteiramente livre a entrada nos portos da República dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu paíz, exceptuados os indígenas da Ásia, ou África que sómente mediante autorisação do congresso nacional, poderão ser admittidos de accôrdo com as condições que forem então estipuladas”. O artigo segundo não deixa dúvidas, ao determinar que os “agentes diplomáticos e consulares dos Estados-Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos imigrantes daquelles continentes, communicando immediatamente ao governo federal pelo télégrapho, quando não o puderem evitar”. O terceiro artigo, por sua vez, determina que a “polícia dos

portos da República impedirá o desembarque de taes indivíduos, bem como dos mendigos e indigentes”. O texto determina ainda uma multa para os comandantes das embarcações e, no caso de reincidência, perda dos “privilégios de que gozarem”.

O decreto – assinado pelo então presidente Deodoro da Fonseca, o primeiro da República, e por Glicério – limita, ainda, a entrada a trabalhadores agrícolas ou “operários de artes mecânicas ou industriaes, artezãos e os indivíduos que se destinarem ao serviço domestico”, e com idade entre 18 e 50 anos. Os auxílios são, no entanto, integrais apenas para os trabalhadores agrícolas. Além disso, diz o texto, indivíduos enfermos ou “com defeitos physicos sómente terão passagem gratuita, se pertencerem a alguma família, que tenha, pelo menos, duas pessoas válidas”.

Uma das poucas garantias de pagamento integral, pelo Estado, do retorno dos imigrantes e de suas famílias se dá em condições extremas: invalidez por acidentes de trabalho ou morte do trabalhador – e, mesmo assim, apenas dentro do prazo de um ano. Esta última medida, descrita no artigo 17 do decreto, possui um claro apelo econômico em favor do governo. Trata-se evidentemente de uma economia de recursos, pois pessoas inválidas ou famílias com muitos integrantes sem condições de trabalho representam “custos sociais” que o governo não deseja ter.

Outro artigo (18) determina, por exemplo, que os governadores devem tomar as medidas necessárias “no intuito de proteger os *immigrantes morigerados e laboriosos*, contra qualquer especulação nos respectivos Estados” (grifo meu). Para os imigrantes europeus, contemplados no edital, eram dadas até mesmo facilidades como ferramentas, sementes, moradia e outros meios de subsistência (incluindo um título provisório de propriedade); para os demais, asiáticos e africanos, restava a perseguição do Estado – perseguição esta não apenas aos imigrantes diretamente, mas a toda a rede de apoiadores que eventualmente viriam a se formar. O penúltimo artigo (42) dispõe sobre a nacionalidade das famílias alocadas em cada propriedade. “Poderão ser admittidos 25% de nacionaes”, esclarece o artigo, com uma condição: “que sejam morigerados, laboriosos e aptos para o serviço agrícola”.

Apesar do novo decreto, uma solução satisfatória para a questão imigratória – do ponto de vista dos novos governantes – ainda parecia distante. O *Jornal do Brasil* – à época ainda com a grafia antiga, *Jornal do Brazil* – de 15 de abril de 1891<sup>444</sup> divulga um importante documento do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas elogiando

---

<sup>444</sup> *Jornal do Brazil*, 15 abr. 1891. Disponível em <http://bit.ly/1G4ZY0c>. Acesso em 10 dez. 2014.

o posicionamento do governo em relação ao “problema da imigração e colonização”. As chamadas “instruções”, como é nomeado o documento pelo JB, seria levado a cabo por uma comissão para o tema e é assinado pelo então ministro Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena. O texto do governo chama a atenção a necessidade de ocupar o “vastíssimo território” brasileiro, ainda em “tão grande parte inexplorado” e “até desconhecido”. Esta tarefa, continua o documento, não pode ser unicamente confiada ao desenvolvimento natural da população “sem que muito se retarde a era de grandeza com que nos acenão os nossos pujantes elementos de prosperidade”. Segundo as instruções, a imigração de “braços estrangeiros” constituirá por “dilataados annos necessidade imperiosa do nosso organismo econômico”.

O governo considera o tema “complexo” e espera reduzir os encargos da União no setor e, por outro lado, facilitar “o mais possível” que trabalhadores tanto estrangeiros quanto nacionais adquiram terras e “outras condições de bem-estar”. O governo adianta que buscará facilitar a “introdução, recepção, agasalho, transporte e definitiva collocação do immigrante”, bem como a “escolha de territórios apropriados e sua medição, demarcação e divisão em lotes”.

“O Sr. Presidente da República ligando o interesse mais vivo á obra do povoamento e desejando colligir dados e informações que o habitem a decretar, nos limites da sua competência, o que melhor convier, ou a indicar ao Congresso Nacional, na fórma do § 9º art. 48, da Constituição, as providências e reformas urgentes que forem reclamadas pelo estado dos serviços da imigração e colonização, deliberou commetter-vos a missão de examinar por seus variados aspectos o prenotado problema”, diz o documento, que chama “especialmente a vossa atenção” para cinco pontos.

A primeira questão era: qual o melhor método de introduzir imigrantes? Contratando-os ou não? Em caso afirmativo, quais condições devem constar no contrato? Como será a fiscalização destes contratos? A segunda questão trata do “meio efficaz” para impedir a introdução de imigrantes “inaptos para o trabalho”, bem como um “systema de propaganda leal e conscienciosa na Europa para dissipar preconceitos e corrigir errôneas apreciações ácerca da condição dos immigrantes no Brazil”.

O terceiro ponto fala na conveniência, em termos econômicos, de contratar empresas “dignas de confiança” para executar os serviços de “recepção, agasalho, transporte e collocação de immigrantes nas terras a que se destinam”. O quarto aspecto fala na necessidade

de descentralizar os serviços, de maneira que a interferência nos “negócios” da imigração e da colonização seja o “mais possível” circunscrita, ocorrendo uma “distribuição aos Estados de quotas aplicáveis a taes serviços”.

O quinto e último ponto é curto e direto: “V – Em geral, meios de valorisar a terra facilitando-lhe a aquisição e assim promovendo o desenvolvimento da pequena propriedade”. Esta última, como vimos no capítulo anterior, é uma vitória dos grupos republicanos, que há muito batiam nessa tecla.

As instruções sugerem ao final que, ao apresentar estas questões, o presidente da República não deseja “limitar” nem “subordinar” a comissão, podendo o grupo “versar (...) sobre quaesquer outros pontos que, a vosso juízo, for conveniente considerar”.

O JB – um diário de orientação liberal – acompanha o tema, publicando por exemplo na edição de 18 de abril o registro da primeira reunião da comissão designada pelo governo, que solicitou diversas informações sobre o tema a órgãos públicos e anunciou a realização de futuras audiências públicas para debater o assunto. Dois projetos foram apresentadas logo no primeiro encontro, incluindo um liderada pelo barão de Mesquita, um destacado proprietário rural. Pela proposta, conforme informa a edição de 25 de abril, seria criado um Branco Territorial Colonizador do Brasil. Outros projetos apresentados incluem a criação de uma companhia na Europa que facilitaria a introdução de imigrantes; a criação de um “crédito colonial”; a introdução de 50 mil imigrantes europeus; e uma proposta do barão de Werneck, também fazendeiro, para a introdução de 100 mil trabalhadores asiáticos.

Na edição do dia 25, o *Jornal do Brasil* lembra que as primeiras propostas da comissão excedem as atribuições do grupo, a quem foi confiada a execução de estudos sobre as questões relativas à imigração e colonização, e não “relatórios sobre propostas para contratos de immigrants, as quaes devem ser reduzidas a instrumento público”. O JB dispara: “Julgar-se competente para receber essas propostas seria a commissão substituir-se ao ministério da agricultura ou pelo menos aos seus órgãos officiaes”. O JB aproveita para republicar os cinco pontos sugeridos pelas instruções do governo, já destacados acima, concluindo: “Tudo isto é muito differente do que pretende fazer a commissão”.

## 5.2 “A praga amarella”: continuam os ataques aos chineses no início da República Velha

No dia 28 de abril do mesmo ano – 1891 –, um dos integrantes da comissão mencionada anteriormente se encarregaria de publicar uma resposta aos comentários da redação do *Jornal do Brasil* feitas três dias antes, argumentando que a comissão tem consciência sobre suas atribuições e informando que os autores das propostas é que se equivocaram, e não seus membros. O JB rebate, no dia seguinte, a réplica afirmando que as propostas continuam a ser recebidas, escrevendo que a “ilegalidade flagrada nada vale para este governo de soberbos monárchicos”.

O diário carioca era, na verdade, contra o que classifica como “tráfico amarelo” e a tentativa de “achinesar” o país. O JB reproduz o editorial do *A Cidade do Rio* – jornal fundado em 1887 pelo renomado abolicionista José do Patrocínio (1854-1905) –, que em sua edição de 7 de abril afirmara ter usado apenas a “força da lógica” e do “patriotismo” para tentar impedir a entrada de chineses no Brasil. O editorial dispara: “Faça a comissão o que quiser: prefira os chineses, ponha um rabicho a esta nação, converta esta república de mentira, estes Estados-Unidos de caçoada, em uma série de mandarinos, divididos pelos amigos, compadres e afilhadagem do governo”. Este registro, no *Jornal do Brasil* do dia 29 de abril, vem acompanhado de um título bastante direto: “A praga amarella”.

O editorial do *A Cidade do Rio* continua: “Nada de cerimônias. Os pântanos e os cannaviaes estão pedindo carne amarella; venhão escravos para lhes fartar a gula”. Para este diário carioca, o Brasil foi formado pela “assimilação de raças selvagens pela raça branca”, com uma “nacionalidade em formação por elementos étnicos sãos e poderosos”, acrescentando: “Reduza-a ao papel de China americana”. O editor, indignado, completa: “Querem os chineses? Pois venhão os chineses. Que elles inundem tudo, que elles se enraízem no país como um sapesal, que elles desorganizem o trabalho, dissimulando pela barateza delle, o roubo á mão armado do salário do proletariado”. O editorial credita, enfim, o desejo pela introdução dos chineses à “saude da escravidão” e à “nostalgia da lama”.

Os jornais brasileiros acompanham com grande interesse, como já destacado, as políticas migratórias nos Estados Unidos – como é o caso da edição do JB de 11 de maio deste ano, por exemplo, que registra que uma nova lei norte-americana obrigando as companhias a repatriar os imigrantes rejeitados estaria sendo “posta severamente em vigor”. A lista de pessoas “inaceitáveis”, segundo o registro transcrito do *Times* de 10 de abril, é muito mais

extensa do que a da lei anterior.

A exatidão dos dados oferecidos a partir dos EUA contrasta com a ausência de informações sobre o próprio país. A edição de 16 de maio do mesmo JB faz um relato sobre a colonização estrangeira no estado de Pernambuco, reclamando da falta de dados. “Desde algum tempo falla-se mais ou menos vagamente de preparativos feitos em Pernambuco para recepção de immigrants estrangeiros e de sua collocação. Ao que nos consta, há ali para agasalho dos recém-chegados uma hospedaria em via de construcção nas cercanias da capital; uma delegacia de terras e colonisação; e o referido núcleo Suassuna ácerca do qual não temos nem constão de nenhum documento official informações que habilitem a julgar do seu estado, numero de famílias allocadas, gênero de cultura a que se dedicão, e o mais que importaria conhecer”, diz o diário.

Houve ainda, diz o jornal, “descontentamento” de alguns imigrantes em Pernambuco, que foram então reenviados para a capital, Rio de Janeiro. Além do desperdício de dinheiro público, argumenta o diário carioca, e das perdas econômicas do estado, o fracasso do processo imigratório em Pernambuco teria outro feito nefasto – o de “repercutir por toda a parte”, agravando os “preconceitos que estorvão a corrente emigratória para o Brazil, sobretudo para as regiões do norte”. O diário pede mais apoio ao estado em recursos.

### **5.3 Paulistas traçam plano ambicioso em 1892: um milhão de imigrantes europeus em 10 anos**

O jornal *O Estado de S. Paulo* de 30 de julho de 1892 publica um termo de modificação de um contrato entre o governo do Estado e a Sociedade Promotora de Imigração que trata da introdução de 50 mil imigrantes em São Paulo. Os agricultores devem constituir 95% dos trabalhadores, exige a primeira cláusula, com os demais 5% podendo ser “operários de artes mecânicas industriaes e que se destinem ao serviço doméstico”, de “moralidade comprovada”, podendo ser italianos, alemães, austríacos, portugueses, suíços, suecos e canarinos (das Ilhas Canárias). Devem ter família, não mais que 45 anos, sendo que os “primos não são considerados como fazendo parte de uma família”, bem como os sobrinhos e netos. São abertas exceções, como no caso de “haver um homem válido”, ou pela faixa etária.

No dia 6 de agosto do mesmo ano, o diário paulista divulga na primeira página um dos

principais contratos desta década, e possivelmente um dos maiores já realizados em toda a História do país. Fora celebrado no dia 2 de agosto entre o governo federal e uma empresa – a Companhia Metropolitana – para a introdução de um milhão de imigrantes provenientes da Europa e de possessões portuguesas e espanholas, no prazo de 10 anos, a contar de primeiro de janeiro de 1893. Como registra o próprio edital, a Companhia Metropolitana de Imigração era de propriedade do engenheiro Carlos Augusto de Miranda Jordão, um empresário com grande entrada no governo e proprietário de terras em distintos lugares, como Minas Gerais e Santa Catarina.<sup>445</sup> A introdução anual não poderia exceder os 100 mil imigrantes e nem ser inferior a 50 mil, podendo o governo aumentar esta meta mediante aviso prévio de pelo menos quatro meses. Apesar da meta máxima não ter sido cumprida, o que estava previsto em contrato, os anos seguintes foram de intensificação da imigração subsidiada.

A empresa se obrigava, por meio do documento, a introduzir imigrantes “que constituirão famílias” na proporção de 90% de trabalhadores agrícolas e 10% de “artistas ou profissões úteis”. O contratante deve trazer ainda imigrantes de “diversas nacionalidades” – desde que europeus, conforme artigo anterior – sendo o máximo anual por nacionalidade de 60%. Toda família, diz o contrato, deveria ter pelo menos um “homem válido”. Além disso, os cônjuges que vierem sós deverão ser “inteiramente válidos” e não podem ter mais de 45 anos de idade.

Uma das exigências para a empresa contratante é a de repatriar aqueles que não corresponderem às condições exigidas pelo contrato, com o governo podendo repatriar o imigrante e enviar a conta para a empresa em seguida. “Se, porém,” – diz o contrato, abrindo uma exceção – “o imigrante a repatriar fôr válido, morigerado, sem defeito physico e trabalhador, poderá a companhia contractante deixar de repatriar-o, desde que o mesmo imigrante prefira estabelecer-se no Brasil, fazendo terminante declaração aos agentes da inspectoría geral das terras e colonisação”.

Uma vez selecionado, diz o contrato reproduzido pelo jornal paulista, as condições deveriam ser as melhores possíveis: viagem de primeira classe, com acomodações higiênicas, tempo máximo de trajeto pré-determinado, alimentação “sadia e abundante”, atendimento médico a bordo. Para a Companhia Metropolitana, o contrato prevê ainda em seu artigo 27 outro benefício: a preferência, caso haja igualdade de condições, para celebrar com o governo

---

<sup>445</sup> Ver MARTINS, Marcos Lobato. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. XVI Seminário sobre a Economia Mineira, UFMG, p.5. Disponível em <http://bit.ly/1DnzAZH>. Acesso em 10 dez. 2014.

federal “novos contractos de igual natureza que tenham de ser celebrados”.

O lobby das associações privadas que “importavam” imigrantes vivenciou na década de 1890 um de seus melhores momentos. O jornal *O Estado de S. Paulo* de 11 de junho de 1893 reproduz o debate da sessão da Câmara dos Deputados local do dia anterior, com uma das pautas sendo a imigração subvencionada. O deputado Lucas de Barros – ele próprio sócio da Sociedade Promotora de Imigração e interessado diretamente no tema, inclusive como beneficiário de eventuais lucros<sup>446</sup> – pede a palavra para apresentar um projeto que autoriza o governo a promover por meio de contrato, no ano de 1894, a introdução de 100 mil imigrantes.

Em 1892, o Congresso autorizou o governo a introduzir no ano seguinte um total de 40 mil imigrantes e “mais 8.000 operários e 2.000 creadas aptas para o serviço doméstico”. Lembra Barros que o deputado Álvaro Carvalho havia sido o autor do “primitivo projecto” que autorizava a introdução de 40 mil imigrantes de Porto Rico, destacando Barros que foi feito um substitutivo por ele de modo a incluir “qualquer procedência europeia, das ilhas dos Açores e Canárias”, porque “me pareceu vêr no ânimo da casa certa antipathia para com a immigração de Porto Rico”.

Votado o projeto e promulgada a lei, diz Barros, o governo fez contrato com a Sociedade Promotora, “que por sua vez subcontractou com outrem, e está dando cumprimento às obrigações contrahidas, já tendo entrado este anno, por conta, cerca de 15.000 immigrants”. Estima Barros que devem entrar no país, subvencionados pelo governo de São Paulo, 75 mil imigrantes no ano de 1893, com outros 20 mil entrando no mesmo ano, porém estes subvencionados pelo governo federal. Segundo Barros, o número que propõe – de 100 mil – não é excessivo, pois atende à expectativa da lavoura de São Paulo com sua “abundante safra no anno vindouro”. Legislando em causa própria, Barros destaca o artigo primeiro de seu projeto de lei: “Fica o governo autorizado a contractar com a Sociedade Promotora da Immigração, ou com quem melhores condições offerecer, a introducção de 100.000 immigrants, em famílias, destinados á lavoura, no decurso do anno de 1894, conforme as necessidades exigirem”.

Assim, conclui o deputado agora discursando, “está o governo habilitado pelo projecto

---

<sup>446</sup> Um estudo sobre a intensa relação de políticos na Sociedade pode ser acessado em SANTOS, Ivison Poletto dos. O Público e o Privado nas Sociedades de Imigração: o caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895). Revista Sociedade em Debate, UCPEL, v.14, n.2 (2008). Disponível em <http://bit.ly/1BNPvp3>. Acesso em 10 dez. 2014.



a contratar o número de imigrantes que julgar necessário para manutenção e custeio do serviço da lavoura”. Destaca-se que quase todos os dirigentes da Sociedade eram do Partido Republicano Paulista (PRP), e o próprio deputado Lucas era de uma influente família de políticos em São Paulo, os Monteiro de Barros. Lucas de Barros era nesse momento o vice-presidente da Sociedade.

O segundo artigo do projeto determina as procedências dos imigrantes: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Áustria, Suíça, Suécia, Escócia, Irlanda, Açores e Canárias – devendo o governo, diz o artigo, determinar a cláusula de “não ser mais de 25.000 de cada nacionalidade”. Apesar de Barros ter sugerido antes que estas nacionalidades seriam “incluídas”, os porto-riquenhos foram aparentemente excluídos. Sobre o limite, o deputado justifica: “A adopção d'estas cláusulas a casa será a primeira a comprehender que é de indeclinável necessidade, pois que temos absoluta necessidade de mudar de systema quanto á introducção de imigrantes, procurando por todos os meios fazer com que essa immigração seja proveniente de diversos pontos, pois que até o presente quasi que exclusivamente temos tido a immigração italiana”.

Ao questionamento de um colega, Lucas de Barros afirma que tem “todos os motivos para acreditar que com facilidade obteremos a colonisação allemã, portugueza, hespanhola e austríaca”. Especificamente sobre a imigração alemã, Barros cita um colega deputado para atestar que “esses imigrantes tem povoado muito bem” e a sua “introducção em grande escala” é uma “grande vantagem para a lavoura”. Nota-se que, neste e em muitos outros discursos da época, a nacionalidade é muitas vezes o único corte que determinaria a “qualidade” do imigrante.

O projeto – de número 87 de 1893 do Congresso Legislativo de São Paulo – foi remetido à chamada comissão de “colonisação, immigração e indústrias”, que ainda terá de dar seu parecer. “Peço também á comissão brevidade no seu estudo, pois, que estamos muito adeantados na sessão deste anno e eu faço empenho em que o projecto seja votado nesta legislatura”, acrescenta Barros. Um detalhe curioso: o projeto de Lucas Monteiro de Barros é provavelmente o menor entre todos os projetos já apresentados na História do Brasil. Além dos dois artigos já citados, há apenas mais um, o terceiro: “Revogam-se as disposições em contrário”.<sup>447</sup>

---

<sup>447</sup> Uma fotocópia do projeto está disponível em BARRETO, Gustavo. Em prol da iniciativa privada, republicanos produzem – provavelmente – o menor projeto de lei de imigração de toda a História do Brasil. Mídia Cidadã, 24 ago. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1q9nW1t>. Acesso em 10 jan. 2015. Outros aspectos

A suposta “ameaça” da entrada massiva de italianos no Brasil a partir da reação da imprensa brasileira é o tema do próximo item.

#### 5.4 Italianos: entre a classe e a etnia

O debate sobre as relações entre classe e etnicidade passam a ser centrais na década de 1890 e são citados por Luigi Biondi (2010) e Michael M. Hall (2010) em análises relevantes para nosso objeto de pesquisa. Biondi chama a atenção para a grande diversidade de ideologias presentes entre os operários italianos na cidade de São Paulo, no período de maior imigração do grupo para o Brasil – entre 1890 e 1930 –, observando que entre 1893 e 1916, a capital paulista tinha pelo menos 34% de italianos em relação ao total da população – todos os residentes, e não apenas os estrangeiros ou operários. Os italianos chegaram a compor, em 1905, 50% do total da população paulistana<sup>448</sup>. As “pequenas Itálias”, erroneamente caracterizadas como bairros segundo o autor, estavam na verdade nos setores industriais, alguns deles tendo entre 60% e 90% de trabalhadores italianos em relação ao total de empregados. “Em resumo”, acrescenta Biondi, “bairro italiano em São Paulo era sinônimo de bairro popular e operário”.<sup>449</sup> Um dos fatores constituintes desse cenário foi a “política dos fazendeiros [cafeicultores paulistas] de atrair conscientemente um número excessivo de colonos em função das reais exigências do setor”, com os proprietários agrícolas impedindo, inclusive, os imigrantes de adquirirem terras, mesmo após anos de economias. Essa política produziu uma segunda migração interna, sobretudo para a capital paulista, ampliando sensivelmente a oferta de mão de obra urbana.<sup>450</sup>

O movimento operário anarquista e socialista, constituindo-se como um importante agente de socialização e politização tanto dos trabalhadores imigrantes quanto dos nacionais, contava com inúmeras publicações impressas, com 32% dos jornais operários publicados no Estado de São Paulo entre 1880 e 1920 sendo escritos em italiano, e os restantes redigidos em

---

dos frágeis limites entre o poder público e a Sociedade Promotora de Imigrantes pode ser acessado no artigo já citado anteriormente, como por exemplo a farsa contábil montada para que a Sociedade existisse juridicamente. Veja detalhes em SANTOS, Iverson Poletto dos. O Público e o Privado nas Sociedades de Imigração: o caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895). Revista Sociedade em Debate, UCPEL, v.14, n.2 (2008). Disponível em <http://bit.ly/1BNPvp3>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>448</sup> BIONDI, 2010:25.

<sup>449</sup> *Ib.*, p.26.

<sup>450</sup> *Ib.*, p.28-29.

parte por italianos, ou contendo diversas páginas em italiano. Analisando outro fator importante para a imprensa, Biondi observa que as publicações em italiano não só duraram mais, como tiveram uma maior tiragem<sup>451</sup>.

A partir da “ameaça” do elemento estrangeiro, parte da imprensa brasileira e a elite intelectual ligada às oligarquias difundiram a “imagem botânica da 'planta exótica' para rotular as correntes revolucionárias que deitaram raízes na sociedade brasileira”<sup>452</sup>, na tentativa de explicar o surgimento de doutrinas contestatórias no país e, principalmente, combatê-las. Conforme destaca Magnani, o anarquismo era tido neste discurso como uma doutrina originária de países de maior desenvolvimento, notadamente países europeus, e não teria condições de florescer no país principalmente pelas condições econômicas adversas e pela “índole do povo brasileiro”, que seria marcado “pela indolência, pela passividade, pela cordialidade e pelo apego à ordem”, o tornando “naturalmente avesso ao anarquismo”.<sup>453</sup> Biondi observa ainda que, ao contrário do que parte da historiografia sobre o tema sustenta, o movimento operário deste período era mais complexo do que se supunha, com os movimentos socialistas e republicanos tendo uma “notável difusão” entre o final do século XIX e os anos 1930.<sup>454</sup>

Conforme já apontado, os operários italianos tinham sua própria imprensa, destacando-se o periódico *La Battaglia* – fundado em 1904, por muitos anos publicado semanalmente e amplamente difundido em todo o Estado de São Paulo e até mesmo em outros Estados do Brasil. Biondi observa que o *La Battaglia* possuía milhares de assinantes e contribuintes, incluindo anarquistas brasileiros (e não só italianos). Apesar deste aparente sucesso da publicação, registra Biondi, “fundamentalmente os anarquistas não conseguiram penetrar nas fazendas paulistas, diferentemente de sua difusão entre os artesãos italianos dos muitos centros urbanos”.<sup>455</sup>

Para o que interessa em relação ao nosso objeto de pesquisa, é importante ressaltar a relação conflituosa entre a origem étnica e a condição de classe dos operários italianos.

---

<sup>451</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil, 1880-1920*, Petrópolis: Vozes, 1978, p.94-97; BIONDI, 2010:29-30.

<sup>452</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976, p.62 apud MAGNANI, Sílvia Ingrid Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. Disponível em <http://bit.ly/16iU1yd>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>453</sup> MAGNANI, Sílvia Ingrid Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. Disponível em <http://bit.ly/16iU1yd>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>454</sup> BIONDI, 2010:35.

<sup>455</sup> *Ib.*, p.35.

Biondi, por exemplo, reconhece a falta de consistência político-eleitoral das lideranças do movimento operário italiano que, apesar das potencialidades contextuais, teriam que tornar-se brasileiros para votarem e serem votados. Além disso, a identidade de classe e a nacionalidade italiana – esta ainda em formação – parecem ter tido efeitos distintos “entre a Itália de fidelidade monarquista e a outra Itália de fidelidade republicana”.<sup>456</sup> Sem renunciar à “ideia global de classe”, Biondi reconhece também que as pesquisas que cruzam a história dos trabalhadores com a da imigração, “mais do que muitas outras, navegam em águas tempestuosas de identidades múltiplas a partir dos conflitos culturais e políticos entre o pertencer a uma classe e a formação de uma identidade nacional mais forte”. Estas experiências, acrescenta o autor, são “seguramente mais comuns na imigração do que no âmbito da história operária europeia”.<sup>457</sup>

Além disso, são consideráveis as ponderações acerca da nacionalidade italiana. Hall observa, por exemplo, que a lealdade dos imigrantes ao novo Estado italiano foi descrita por observadores da época como “tênue”, com os militantes políticos argumentando que, tendo sido “constrangidos a emigrar”, não deviam nenhuma lealdade aos representantes governamentais. As ambiguidades observadas não diziam respeito apenas às origens geográficas, mas igualmente às profundas divisões de classe entre os próprios italianos.<sup>458</sup> Um dos jornais operários ressalta em 1905 que os proprietários italianos de fábricas em São Paulo empregavam “sem escrúpulos” trabalhadores portugueses ou “mulatos” quando estes fossem mais baratos, enquanto um outro jornal anarquista descreve em 1912 as “sinistras condições” que prevaleciam nestas fábricas, lembrando que “muitos destes ergástulos são propriedades de italianos... como são italianos suas vítimas”<sup>459</sup>.

No final dos anos 1920, o líder fascista Benito Mussolini começa a demonstrar mais interesse pelos italianos vivendo no Brasil. Os esforços do governo Mussolini (1922-1943) para angariar apoiadores pró-fascismo entre os imigrantes no Brasil incluía a instalação de órgãos do próprio partido fascista, como os *fasci all'estero* (grupos de militantes no exterior), os círculos do Dopolavoro (com a função de organizar o tempo livre dos trabalhadores) e outros, lembra o pesquisador João Fábio Bertonha. “Os fascistas também conseguiram controlar quase todas as escolas e associações da colônia italiana e o grosso da imprensa,

---

<sup>456</sup> *Ib.*, p.36-37.

<sup>457</sup> *Ib.*, p.38.

<sup>458</sup> HALL, 2010:49.

<sup>459</sup> *Il Falegname*, 1º jun. 1905; *La Barricata*, 31 out. 1912 apud HALL, 2010:51.

incluindo o importante jornal *Fanfulla*, de São Paulo”, acrescenta.<sup>460</sup> Segundo Bertonha, havia farta distribuição de jornais, livros e impressos que defendiam Mussolini e divulgavam suas realizações. Exibição de filmes, manifestações patrióticas e outras atividades assistenciais e culturais também faziam parte da estratégia de propaganda, que passou, em uma segunda fase, a se voltar para a sociedade brasileira em geral, e não apenas à colônia italiana no país.

Em geral, a sociedade brasileira recebia bem esta propaganda, vendo o fascismo de maneira favorável. Segundo Bertonha, o movimento integralista também cultivou imensa simpatia e laços sólidos com o regime de Mussolini, com muitos filhos ou netos de italianos ingressando nas fileiras do integralismo: “Curiosamente, eles o fizeram tanto por causa da origem – que os fazia ver com admiração e respeito o que acontecia na pátria dos antepassados – como por se considerarem, acima de tudo, brasileiros. Para eles, militar aqui num movimento nacionalista semelhante ao fascismo italiano era uma maneira de reafirmar sua brasilidade sem perder os vínculos com suas raízes”.<sup>461</sup>

Havia quem, no entanto, se levantasse contra o avanço do fascismo na imprensa brasileira, como mostra este artigo na *Folha da Manhã* de 21 de janeiro de 1926. Seu autor, Paulo de Godoy, chama a atenção para a ameaça, alertando que Mussolini usava a passividade da massa para dominar e subjugar os italianos. De “temperamento histérico”, o líder fascista possuiria uma “supceptibilidade espinal do systema nervoso”, completando: “É um exaltado; é um impulsivo”. O autor usa o líder soviético Lenin para se contrapor ao fascista: “Lenine, o grande idealista russo, dizia: quem não trabalha não come. Mussolini diz: quem pensar, morre”. E acrescenta: “O ideal do 'fascismo' é um rebaixamento do valor da vida humana”.

Godoy está mais interessado, na verdade, nas implicações que a crescente ideologia terá no Brasil, denunciando que Mussolini estaria sistematicamente vetando a imigração para o país porque “os que viviam soffriam miseravelmente”. Godoy reclama que, mesmo em excelentes condições no Brasil, muitos imigrantes faziam um movimento de apoio ao líder italiano, representado seja pelo surgimento de publicações pró-Mussolini, seja pelo silêncio. “A intolerância e o fanatismo são como o cancro [*câncer*]. Cada vez invade mais o organismo. Destrói e mata”, alertou o articulista do diário paulistano.

O autor do texto, no entanto, chama a atenção para um imigrante italiano que se levantou contra o líder fascista. Trata-se de Conde Matarazzo (Francisco Matarazzo), que

---

<sup>460</sup> BERTONHA, João Fábio. Soldados de Mussolini. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.20, mai. 2007. Disponível em <http://bit.ly/1DnBh9o>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>461</sup> Id.

chegou ao Brasil como mascate e se tornou um conhecido empresário, tendo morrido como o homem mais rico do país, em 1937.<sup>462</sup> “O Sr. Conde Matarazzo, espírito leicido e energia dinâmica, fez-se com o trabalho. Tudo pelo trabalho. Trabalhou muito. Concebeu-se. Plasmou a sua própria força. Nada deve aos homens. Deve a S. Paulo, ao meio e a terra”, escreveu Godoy.

Sendo um dos maiores empresários e industriais da América Latina, Matarazzo não havia “plasmado” toda a sua fortuna – deve, claro, muito a seus empregados que produziram toda a sua riqueza. De qualquer forma, citando o empresário, Godoy buscou reforçar sua oposição aos ideais fascistas: “Sou contra qualquer agitação 'fascista' no Brasil. Ella só nos virá trazer contrariedades”, diz Matarazzo citado por Godoy, que acrescenta: “Eis como falam (sic) com sinceridade e simplicidade esse velho e respeitado industrial, expressão estupenda e prestigiosa do que póde o trabalho perseverante do estrangeiro. Que os estrangeiros de S. Paulo o ouçam. Que os 'fascistas' de S. Paulo o imiteem”. Godoy conclui sua argumentação afirmando serem os brasileiros uma “raça nova” que acolhe “carinhosamente a todos queiram cooperar connosco com o trabalho, primeira virtude dos povos novos”. E finaliza: “Nada de discussões. Nada de *agitação*. Principalmente nada de politica. De política, já chega a nossa, que já é demais. Excessiva” (grifo nosso).

Na comunidade italiana, Hall afirma que as respostas provocadas pela ascensão fascista “levantam algumas questões intrigantes”, demonstrando, entre outras coisas, “como as afinidades étnicas são capazes de mudanças em períodos relativamente curtos de tempo”.<sup>463</sup> O autor aponta que o fascismo chegou ao país quando os laços e as instituições étnicas já estavam “bastante enfraquecidos” em São Paulo, recebendo mesmo assim um “apoio considerável” entre muitos italianos da cidade. Mesmo observando que não é possível identificar quantos dos imigrantes efetivamente apoiaram as políticas fascistas, quantos ficaram indiferentes e quantos deram um apoio vago e difuso, Hall argumenta que o fascismo “parece ter provocado uma forma específica de afinidade étnica” na cidade, que ele descreve como “não muito estruturada, difusa, impondo poucas obrigações e facilmente abandonada”.

Este caso, conclui Hall, fornece argumentos para os que “encaram a etnicidade como uma construção social, politicamente contestada, ativada em grande parte por competição econômica com outros grupos, e cuja forma e força dependem de circunstâncias específicas”.

---

<sup>462</sup> Ver MORAIS, Fernando. *Chatô o Rei do Brasil – A Vida de Assis Chateaubriand um dos brasileiros mais poderosos deste século (XX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 347.

<sup>463</sup> HALL, 2010:63.

Ele observa, ao reconhecer suas limitações quanto ao objeto – a construção das identidades italianas ou ítalo-paulistas em São Paulo –, que as manifestações “mais fortes” da etnicidade “provavelmente exigem uma crença na homogeneidade do grupo”, com “fronteiras claras”, noções estas “difíceis de sustentar em São Paulo”<sup>464</sup>.

Em 1975, o próprio Hall foi tema de um registro publicado no semanário da imprensa alternativa *Opinião*<sup>465</sup>, em sua edição de 18 de julho.<sup>466</sup> A publicação traz uma série de resenhas do congresso anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre as quais a da conferência de Hall, já à época professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)<sup>467</sup>, intitulada *Imigração e Classe Operária em São Paulo, 1900-1920*. “A lenda do radicalismo dos imigrantes há muito vem influenciando as interpretações da história da classe trabalhadora e do movimento operário brasileiro. Este ensaio propõe o reexame da hipótese segundo a qual, devido a sua origem europeia, a classe trabalhadora de São Paulo demonstrou consciência de classe e militância exemplares”, diz o início do resumo da apresentação.

O trabalho, que foi baseado em pesquisas realizadas no Arquivo Leuenroth (Unicamp)<sup>468</sup>, no Instituto Internacional de História Social (Amsterdã)<sup>469</sup> e no Archivio dello Stato (Roma)<sup>470</sup>, conclui que o radicalismo “não passa de um mito”, registra o *Opinião*, pois os imigrantes eram “de origem predominantemente rural e careciam de experiência política e industrial prévia”. O anarquismo exercia “pouca influência sobre eles”, acrescenta o resumo, ao passo que as rivalidades étnicas “impediam a organização e cooperação da classe trabalhadora”.

Além disso, argumentava o autor, muitos imigrantes acreditavam que sua permanência no Brasil era temporária e, por isso, buscavam sobretudo melhorias econômicas imediatas, em vez de mudanças sociais a longo prazo. Segundo argumenta no trabalho, os operários imigrantes raramente participavam na política e, enquanto estrangeiros, eram em grande medida incapazes de estabelecer alianças com outros setores da sociedade. O autor conclui:

---

<sup>464</sup> Id.

<sup>465</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Opinião*. Disponível em <http://bit.ly/1DnBVns>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>466</sup> *Opinião*, 18 jul. 1975 Disponível em <http://bit.ly/1BNPQbo>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>467</sup> CNPQ. Michael McDonald Hall. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/2225499553786584>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>468</sup> Ver [http://www.ael.ifch.unicamp.br/site\\_ael/](http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/)

<sup>469</sup> Ver <http://socialhistory.org/>

<sup>470</sup> Ver <http://www.archiviocentrale dello stato.beniculturali.it/>

“Em resumo: a natureza imigrante da primeira geração do proletariado paulista constitui mais um empecilho do que um estímulo ao desenvolvimento da ação e consciência de classe”.

A percepção de parte da imprensa e das autoridades neste período, no entanto, era distinta. Na década de 1890, as autoridades brasileiras já passam a observar as primeiras manifestações de trabalhadores organizados, conforme registra a pesquisadora Silvia Regina Ferraz Petersen. Se nos primeiros anos desta década grande parte da imprensa vê com simpatia as comemorações do 1º de maio – Dia do Trabalhador –, já a partir de meados da década o cenário se modifica. A influência estrangeira em Porto Alegre, por exemplo, é notável, com as comemorações nesta cidade, em 1892, contando com discursos em alemão e italiano, ao lado das falas em português.<sup>471</sup>

O ano de 1893 vê suas primeiras manifestações de repúdio à suposta influência estrangeira entre os operários que vivem no Brasil. O jornal *O Estado de S. Paulo* abre sua edição de 3 de maio<sup>472</sup> como um editorial intitulado “Anarchismo”. Nele, afirma ter ocorrido a “primeira manifestação material do anarchismo” em São Paulo por ocasião de dois atentados a bomba contra residências de autoridades, episódios que não deixaram vítimas causando, no entanto, estragos materiais. O editorial sugere a inspiração anarquista do incidente, mesmo sem quaisquer provas sobre seus autores. “Em um país como o nosso, em que a abundância é a recompensa do trabalho, em que a riqueza não significa opressão, os atentados desta ordem são absolutamente injustificáveis e só se explicam pela recordação das passadas misérias sofridas em outros países, em que as condições do meio social são menos favoráveis às classes trabalhadoras”, diz o artigo. Aqui, conforme destacou Magnani alguns parágrafos acima, a índole do brasileiro também é justificada pelo cenário de relativa tranquilidade econômica.

Sem fazer qualquer menção a uma suposta autoria dos atentados por parte dos estrangeiros – o próprio diário admite que os autores não foram identificados –, o *Estado* “explica” o episódio sustentando que nos países europeus o “capital predomina e impõe condições aos que só dispõem do próprio esforço, aos que para viver contam apenas com o trabalho cotidiano, onde a miséria é uma realidade, e onde cada tentativa de revolta contra esta ordem de cousas é assinalada por luctas sanguinolentas e improfícuas”.

O editorial do diário paulista diz “compreender” que os “oprimidos se eduquem no

---

<sup>471</sup> PETERESEN, Silvia Regina Ferraz Petersen. Proletários e subversivos. *Nossa História*, n.7, mai. 204, p.60-64.

<sup>472</sup> *O Estado de S. Paulo*, 3 mai. 1893.



ódio cego contra a propriedade alheia, e que cansados de lutar pelas grèves, procurem novos recursos de acção, suppondo melhorar as suas condições com os prejuízos causados ao capital”, apesar de afirmar ser este meio “contraproducente”. Este ideário anarquista, diz o redator, acabou por se transformar em “fanatismo” e em “demência tão acentuada” que, mesmo quando transportado para países em que as “condições do proletariado são diversas”, os “anarchistas impenitentes continuam a crêr que têm o dever indeclinável de se rebellarem contra a ordem social”, procurando nivelar “a poder de dynamite as classes da sociedade”. E conclui: “Só assim se pôde explicar o attentado do dia 1º de maio”.

O atentado serve ao menos, sustenta o editorial d'*O Estado de S. Paulo*, para “nos abrir os olhos e de nos pôr de prevenção contra futuros males” que certamente surgiriam se “continuarmos a transportar para o nosso paiz a população anarchisadora do Velho Mundo”. O editorial registra que não quer, com isso, a interrupção da corrente imigratória – trata-se apenas de evitar, entre a “multidão trabalhadora”, os elementos “pervertidos e máus”. O editorial pede a modificação da política imigratória para se adaptar a este novo cenário criado pelo jornal.

O sistema privado de imigração, por celebração de contratos, teria de ser revisto, acrescenta o jornal paulista, pois as empresas particulares que o executam tratam apenas dos seus interesses, aceitando “sem exame tanto o honesto e bom trabalhador dos campos como o vagabundo das cidades”. O editorial argumenta, inclusive, que a “imprensa não cessou de pedir providências nesse sentido, lembrando aos governos a conveniência de se estabelecer severa fiscalização no estrangeiro, afim de obrigar as empresas de imigração a fazerem uma selecção criteriosa e absolutamente indispensável para os interesses do Brasil”.

O jornal, de orientação liberal, argumenta que os “perturbadores da ordem” não podem continuar a contar com a “tolerância das nossas leis”, que permitem as “propagandas subversivas e não concedem ás auctoridades meios seguros de evitar as consequências d'essa *tão ampla liberdade de propaganda*” (grifo nosso). O jornal cita o caso de um cidadão preso por fazer propaganda “d'essa ordem” que não pôde ser deportado, mesmo com o pedido da autoridade policial, com a alegação de que “a lei não autoriza taes recursos”. O diário argumenta que assim é feito em “outros paizes da Europa” (sic), com a deportação de estrangeiros que “se tornam perigosos para a paz pública”. O editorial conclui que essa medida é ainda mais necessária no Brasil, “cuja população se vai formando dos mais heterogêneos elementos, arrebanhados sem selecção”.

A criminalização dos denominados “perturbadores da ordem” aumentaria crescentemente nos anos seguintes à medida que cresce o número de organizações que buscam organizar a “multidão trabalhadora”, para usar duas expressões do *Estado* no editorial acima mencionado. O jornal *Gazeta de Petrópolis* de 18 de setembro de 1895<sup>473</sup> reproduz artigo do jornal *Município*, de São Paulo, criticando o atual sistema de imigração assalariada, observando que a quase totalidade dos 600 mil imigrantes recentemente introduzidos no país são italianos. Entre os países europeus, diz o jornal, permitem a imigração para o Brasil apenas Itália, Espanha e Portugal. “Todas as outras nações proibem terminantemente a imigração, enquanto durar no Brasil a lei que permite a imigração assalariada”, afirma o artigo, criticando a imigração subvencionada pelo Estado.

A Inglaterra, diz o diário, afixou em agências do correio e telégrafo o seguinte aviso: “Triste sorte espera no Brasil os imigrantes que tiveram que partir para substituir os escravos!”. A Bélgica teria considerado a imigração “paga por cabeça”, ainda segundo o jornal, uma “pescaria de carne humana, que só aproveita aos contractantes”. A França estaria adotando medidas rigorosas, “sendo os agentes presos e processados sem formalidades”, enquanto que a Alemanha estaria impedindo o embarque de nacionais até mesmo a partir de outros países, como na Bélgica.

A *Gazeta*, citando um relatório “do distinto Dr. Piza” – e não informando no entanto seu cargo –, passa a criminalizar os imigrantes. Segundo o documento citado pela *Gazeta de Petrópolis*, 85% dos crimes dos últimos três anos foram praticados “por esses imigrantes”, sendo que os brasileiros – responsáveis pelos demais 15% – o fizeram “provavelmente em brigas com aqueles, que lhes tomam o lugar”. O diário reclama ainda de supostos 32 mil imigrantes que entraram “sem profissão alguma”, bem como dos mendigos, órfãos e crianças abandonadas pelos pais, criando um “abysmo no meio de nossa sociedade”. O diário acusa ainda os imigrantes de serem os responsáveis pelo acréscimo da população nas cidades, após terem recebido benefícios para se dirigir às lavouras, criando diversos cenários espalhafatosos – como a sugestão de que há mais estrangeiros que nacionais, ou ainda a de que São Paulo poderia se tornar independente do Brasil, passando os imigrantes a governar o estado com autonomia.

Para o editorial, que pede o fim da imigração subvencionada (ou assalariada, como chamam), a política migratória da subvenção só beneficia alguns municípios e fazendeiros,

---

<sup>473</sup> *Gazeta de Petrópolis*, 18 set. 1895. Disponível em <http://bit.ly/1LYPXjS>. Acesso em 10 jan. 2015.

indiferentes aos problemas nacionais “comtanto que tenham braços importados cada anno, á custa do Estado”. Outra tese defendida pelo jornal é a de que o governo paga a imigrantes que já entrariam espontaneamente em São Paulo.

Mesmo em meio às críticas, os imigrantes não param de chegar. No dia 27 de junho de 1896, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica uma carta do secretário estadual de Agricultura para o então governador – cargo à época denominado presidente do Estado –, Manuel Ferraz de Campos Sales, do Partido Republicano Paulista. Recém chegado ao cargo, Campos Sales, que pouco depois se tornaria o quarto presidente da República, havia determinado a reorganização do “serviço de recebimento e localização” dos imigrantes no Estado e, para isso, o seu secretário Álvaro Augusto da Costa Carvalho<sup>474</sup>, conhecido líder político da época da República Velha, determinara a instalação de uma comissão encarregada de produzir um relatório sobre o tema.

Os problemas principais, aponta o secretário, diziam respeito à “difficuldade que os fazendeiros que ali vão encontram na obtenção de colonos”; à “exploração de que são vítimas por parte dos atravessadores” (as vítimas, portanto, sendo os fazendeiros); e ao serviço de recebimento e entrega das bagagens dos imigrantes. Os atravessadores, afirma o texto, “confundindo-se artificialmente com os prepostos [representantes] dos fazendeiros, introduzem-se nos alojamentos e sob esse falso título exercem desassombradamente a sua exploração”. O secretário – que exerceu diversos cargos públicos, desde vereador e deputado a senador – sugere a criação de cargos de “agentes oficiais”, que eliminariam o perigo dos atravessadores. Somente seriam permitidos negócios com estes agentes ou diretamente com os fazendeiros.

O problema das bagagens não é tratado diretamente, mas o secretário estadual escreve, em seguida, sobre o aumento da quantidade de imigrantes na capital, prejudicando – segundo ele – o bom funcionamento da hospedaria. O autor argumenta que muitos imigrantes não aceitam qualquer tipo de contrato, chamando a atenção para a conseqüente “aglomeração de

---

<sup>474</sup> Álvaro Augusto da Costa Carvalho exerceu o cargo de senador entre 1918 e 1923, voltando a ser eleito deputado federal em 1927 e em 1930. Seu último mandato foi interrompido em outubro com a chegada do grupo de Getúlio Vargas ao poder e a conseqüente extinção de todos os órgãos legislativos do país. Após a Revolução Constitucionalista de 1932, Álvaro foi preso e exilado, passando a viver na França e na Alemanha, onde morreu, no dia 26 de abril de 1933. Uma observação biográfica curiosa: ele era bisavô do compositor Chico Buarque de Holanda e avô de Sérgio Buarque de Holanda. Ver CPDOC/FGV. CARVALHO, Álvaro Augusto da Costa. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1f5gVWf>. Acesso em 10 dez. 2014; Ver também SENADO FEDERAL. Álvaro Augusto da Costa Carvalho. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1f5gqvX>. Acesso em 10 dez. 2014.

habitantes” nas cidades, enquanto faltam braços nos meios rurais. Sugere, então, que o imigrante que não for subvencionado por São Paulo – ou seja, os espontâneos ou da União – seja “despedido do alojamento depois de ter recebido o primeiro agasalho e alimentação”.

Os atuais alojamentos também são alvo de críticas, mas o máximo que o secretário pede do governador é a construção de “tarimbas” – camas rudimentares –, “que, com as esteiras actualmente fornecidas pelo estabelecimento, são o bastante para o repouso dos immigrants, que não devem ali permanecer por mais de quatro ou quando muito oito dias”. O secretário pede um regulamento para o alojamento de imigrantes na capital, que pode ser adotado no de São Bernardo “se necessário for”, além de regulamento para a Agência Oficial de Imigração em Santos. Além disso, pede a redução do tempo de estadia para quatro dias, “estipulando-se que perderá direito á hospedagem todo aquelle que no fim desse prazo não tiver collocação ou o que ainda durante elle não acceitar contracto, por motivo fútil, a juízo do director do estabelecimento”. Em outro trecho, Álvaro Augusto da Costa Carvalho pede que sejam excetuados desta determinação os que apenas aguardam um comunicado para se dirigir a seu destino – e, mesmo nesses casos, dá um prazo de apenas mais quatro dias. O secretário busca ainda, junto ao governador, uma limitação do movimento dos imigrantes, ao pedir que nenhum imigrante possa ser contratado e sair do alojamento a não ser “por ajuste directo com fazendeiros ou por intermédio dos agentes officiaes”, evitando assim provavelmente que se empreguem na cidade.

Os cargos de agentes officiaes, já citados acima, seriam ocupados por indivíduos “de reconhecida aptidão e moralidade”, que “ficarão sujeitos a um regulamento rigoroso, sendo nomeados e demissíveis pelo secretário de agricultura” – pasta sob seu comando. E completa: “A demissão poderá ser dada com ou sem reincidência em faltas, cabendo ao director representar ao secretário, quando julgue necessário”. E mais: o secretário pede ainda que seja determinado que os agentes officiaes depositem no Tesouro uma caução em garantia das multas e responsabilidades em que eventualmente incorram. Os agentes não seriam remunerados pelos cofres públicos, apenas por cada família agenciada. O secretário pede também que as bagagens que não forem retiradas em um prazo determinado sejam leiloadas. “Taes são, dr. presidente, as bases para o regulamento do alojamento de immigrants da capital”, afirma Álvaro Augusto, que conclui: “Estou convencido de que, da sua fiel observância por pessoal competente e dedicado, resultará sensível melhora na execução do serviço naquelle estabelecimento. Saúde e fraternidade”.

### 5.5 “Branços”, “pretos” ou “orientais”? Nenhum dos três: são árabes

“Morreu um árabe, morador na rua do Senhor dos Passos. Não há que dizer a isto; os árabes morrem e a rua do Senhor dos Passos existe. Mas o que vos parece nada, por não conhecerdes sequer esse árabe falecido, foi mais um golpe nas minhas reminiscências românticas”, diz um articulista na *Gazeta de Notícias*, diário carioca, no dia 27 de maio de 1894. Acrescenta o autor: “Nunca desliguei o árabe destas três coisas: deserto, cavalo e tenda. Que importa houvesse uma civilização árabe, com alcaides e bibliotecas? Não falo da civilização, falo do romantismo, que alguma vez tratou do árabe civilizado, mas com tal aspecto, que a imaginação não chegava a desmembrar dele a tenda e o cavalo”. Quem escreve é Machado de Assis.<sup>475</sup>

Os brasileiros conviveram desde o início do século XIX com cidadãos oriundos do Oriente Médio (os “levantinos”), mas no final do século XIX – de onde Machado escreve – surgiria de fato uma novidade: eles passaram a ser muitos, e cada vez mais. Enquanto na década de 1890 o número de imigrantes registrados sob esse “chapéu” étnico era de pouco mais de 4 mil pessoas, eles seriam mais de 26 mil nos dez anos seguintes e esse número só cairia durante o Estado Novo.

Lesser observa que os árabes que chegaram no Brasil a partir, principalmente, da última década do século XIX eram tanto semelhantes (maioria cristã, por exemplo) quanto diferentes (não eram nem “brancos”, nem “pretos”, nem “amarelos”), atendendo aos objetivos da elite por terem tido êxito econômico e, ao mesmo tempo, a frustrando por não aceitarem plenamente a nascente cultura brasileira europeizada.<sup>476</sup> Foi amplamente difundida, observa o autor, a ideia de uma relação especial entre árabes e brasileiros, contando com o apoio dos principais membros das comunidades árabe-brasileiras, “que muitas vezes usavam de um orientalismo exagerado para definir sua própria singularidade étnica dentro de uma identidade nacional (e nacionalista) brasileira”.<sup>477</sup>

<sup>475</sup> ASSIS, Machado. Sem título. *Gazeta de Notícias*, 27 mai. 1894. Disponibilizado posteriormente em *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Disponível em <http://bit.ly/1LjdOdF>. Acesso em 20 mar. 2014.

<sup>476</sup> LESSER, 2001:88.

<sup>477</sup> LESSER, 2001:91. Um dos exemplos citados por Lesser vem do rádio: “O laureado poeta, autor e comentarista Salomão Jorge era conhecido principalmente por seu programa 'As mil e uma noites', na popularíssima Rádio Tupi, de São Paulo” (Ib.). Jorge também usou as ideias de Gilberto Freyre para argumentar sobre a miscigenação entre mouros e portugueses, reivindicando uma aproximação do Oriente Médio com a Europa.

Apesar do início da migração em massa de árabes ter se dado a partir da primeira década do século XX, os primeiros árabes chegaram já no início do século XIX e, para surpresa dos brasileiros, não eram nem muçulmanos nem cristãos – eram judeus. “De fato, a comunidade norte-africana que começou a se estabelecer na foz do Amazonas, nas primeiras décadas do século XIX, era exclusivamente judia. Pouco se sabe sobre esses primeiros colonos que se fixaram em Belém do Pará”, diz Lesser<sup>478</sup>, acrescentando alguns poucos detalhes sobre seus costumes a partir de um relato local. A presença árabe na região, no entanto, fez com que centenas de famílias judias de Marrocos (ou de Magreb) se mudassem para o Brasil, principalmente para o Rio de Janeiro e Belém, durante todo o século XIX. Segundo Lesser, mais de mil judeus magrebinos haviam migrado para o Pará em 1890, incentivados provavelmente pelo crescimento da economia da borracha. “Os judeus do Marrocos não eram os europeus e norte-americanos desejáveis, mas tampouco eram proscritos como os africanos e asiáticos indesejáveis.”<sup>479</sup>

Mais de 100 mil pessoas vindas do Oriente Médio chegaram ao Brasil entre 1884 e 1939 – segundo Lesser, em sua maioria gregos católicos (melquitas) e maronitas ou ortodoxos, colocando em choque mais uma vez tradições distintas de grupos oriundos da mesma região. Mais de 90% das pessoas que vieram neste segundo grupo, já a partir do final do século XIX, veio da região formada posteriormente pela Síria e Líbano, com os relatórios consulares franceses sugerindo que havia cerca de 130 mil destes imigrantes em São Paulo e em Santos, 20 mil no Pará, 15 mil no Rio de Janeiro, 14 mil no Rio Grande do Sul e 12 mil na Bahia. Apenas uma minoria, cerca de 15%, era de muçulmanos, com os demais sendo compostos de católicos (65%) e ortodoxos gregos (20%).<sup>480</sup>

Os “turcos”, como eram registrados em sua entrada no país, passaram de mascates – os árabes representavam cerca de 90% dos vendedores ambulantes oficialmente registrados na cidade de São Paulo<sup>481</sup> – a destacados empresários, comerciantes e profissionais liberais em pouco tempo, em um movimento que chamava a atenção de grande parte da sociedade brasileira, provocando reações distintas. Um editorial do jornal *Mariannense* (da cidade de Mariana, em Minas Gerais), reproduzido na íntegra na edição de março de 1888 da publicação *A Imigração* – meio oficial da anteriormente mencionada Sociedade Central de Imigração –

---

<sup>478</sup> LESSER, 2001:92-93.

<sup>479</sup> *Ib.*, p.94-95.

<sup>480</sup> *Ib.*, p.96-97.

<sup>481</sup> KARAM, John Tofik. Fios árabes, tecido brasileiro. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.46, jul. 2009.

afirma que “multidões” de “vagabundos turcos” tratavam suas crianças de maneira desumana, além de atrasar o crescimento econômico do país usando métodos agrícolas obsoletos. A solução, segundo o jornal, era que “a esses trancassem as portas, para que não se infiltrassem em nosso organismo, em vez de sangue forte, o vírus maléfico de um povo indolente”.

Uma edição do jornal *Monitor Mercantil* de 1923 dá uma breve dimensão da influência árabe – e mais especificamente síria – no comércio popular do Rio de Janeiro, apontando uma inovação notável no cotidiano carioca:

O que caracteriza o comércio syrio e lhe assegura o êxito indiscutível no nosso país, onde se tem infiltrado tão beneficemente, é seu método moderno de negociar, limitando os seus lucros e facilitando o crédito, de sorte que disputa a concorrência com os melhores elementos de triumpho. E a base desse systema, usado pelos pequenos negociantes que vendem nos meios populares, nas classes mais pobres, está no amparo e apoio que lhes dão as grandes firmas.<sup>482</sup>

Outra edição do mesmo ano estabelece uma relação direta entre o dinamismo econômico dos comerciantes sírios e libaneses e a prosperidade da nação brasileira:

É muito maior e mais significativa do que se possa imaginar a participação do elemento syrio em nossa vida econômica. De norte a sul, do Amazonas ao Rio Grande, em todas as cidades principais, há estabelecimentos fundados ou dirigidos por syrios, e estabelecimentos que, não raro, são de maior importância pelo volume de suas transações (...) Isso, aliás, confirma a impressão que se tem do homem syrio, cuja ação se caracteriza pela multiplicidade e pela intensidade. E é de homens dessa envergadura que precisamos, para levar a efeito o trabalho hercúleo do nosso engrandecimento geral. Portanto, louvar a actividade que promana desses homens é fazer obra de justiça, fundamentada em são e esclarecido patriotismo.<sup>483</sup>

O comércio árabe ganha tanto destaque que este diário edita no mesmo ano um número especial dedicado a 15 estabelecimentos comerciais e industriais de propriedade de sírios e libaneses, sendo dez deles sediados no Rio.<sup>484</sup> Em São Paulo, a Associação dos Empregados no Comércio avisa, por meio do jornal *Folha da Manhã* de 1º de janeiro de 1926, que faria uma assembleia com os caixeiros-viajantes, onde poderão comparecer todos da categoria. A nota destaca que estes podem ser nacionais ou estrangeiros e informa a pauta: “a) cadernetas kilométricas; b) fretes de malas de amostras; c) ordenados; d) diárias nos hoteis e, e) assumptos diversos”. No caso do item “a”, as cadernetas eram uma caderneta utilizada por

<sup>482</sup> *Monitor Mercantil*, 1923 apud ROCHA PINTO, 2010:73.

<sup>483</sup> *Ib.*, p.75.

<sup>484</sup> *Id.*

quem viajava para economizar na passagem, na prática uma espécie de “milhas” da época.<sup>485</sup> Na edição de 13 de fevereiro do mesmo ano, sob o título de “Chronica estrangeira”, a mesma *Folha da Manhã* publica um texto em árabe, com outros podendo ser encontrados em edições do mesmo período.

Mesmo que os imigrantes de origem árabe fossem aos poucos quebrando estigmas, a partir de sua presença cada vez mais destacada nos meios da elite, da política e mesmo da imprensa, a discriminação os acompanharia por muitas décadas. Um dos exemplos de como os árabes eram vistos por parte da elite intelectual brasileira pode ser visto em um artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 19 de maio de 1929 por um dos principais organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922, o poeta, advogado e jornalista Guilherme de Almeida. Em um de uma série de artigos denominada “Cosmópolis”, com o subtítulo “O Oriente mais Próximo”<sup>486</sup>, Almeida descreve o cenário dos cafés comerciais da praça Antonio Prado, famosa localidade de São Paulo: “Bigodes, só bigodes. Bigodes contemplativos nas calçadas; bigodes silenciosos nas portas, bigodes fumegantes sobre os cafezinhos quentes, nas mesas de mármore fingido; bigodes sonoros (...) Falam os bigodes, de todos os lados”.

Almeida, que descreve sua passagem por diversas ruas da região, comenta ao passar por uma livraria que a “escrita neshki dá um ar de Al-Corão a todos os livros”. Em outro trecho, aborda elementos da cultura árabe: “Vou descendo [uma ladeira] sob os gritos de um grammophone totalmente desesperado. É uma música bamba, muito gemida, com um barulho de água sacudida dentro de latas. Vejo um ventre e um umbigo dansando nessa música. Bamboleiam ventres e umbigos, em todas as portas, chocalhadas pelos grammophones dos homens de bigode...”. Em outro trecho, Almeida descreve uma suposta bebida cujos ingredientes seriam diversas “identidades” presentes em São Paulo: “A rua 25 de Março é um shaker de cocktail que São Paulo bate. Produz só um cocktail: turco. Receita para se fazer um turco: colloca-se no shaker da rua 25 de Março um syrio, um árabe, um armênio, um persa, um egypcio, um kurdo..., bate-se tudo muito bem e – prompto! – sáe um turco de tudo isso. Para São Paulo é assim: quem mora ali é turco”.

Esses estigmas, repetidos na imprensa desde a chegada dos primeiros árabes, ajudariam a manter as supostas marcas culturais que, mais tarde, o governo Vargas usaria contras os estrangeiros em geral, incluindo os árabes. O escritor e jornalista Vivaldo Coaracy

---

<sup>485</sup> Ver exemplo de caderneta quilométrica da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, já com a nova grafia, de 1948, em <http://bit.ly/1a925BS>

<sup>486</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19 mar. 1929.



manifestou em diversas publicações em 1929 e 1930, entre as quais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal Commercio*, uma posição que se tornaria comum no período Vargas contra os árabes e outras comunidades estrangeiras. Uma série de artigos sobre os “Problemas nacionaes”, publicados n'*O Estado de S. Paulo* em 1929, cita os “sírios, libaneses, armênios e coptas” para afirmar que

É a corrente semita dos levantinos de nariz adunco cuja atividade essencial é comprar e vender, e não produzir. Mas não há apenas o aspecto econômico a considerar. Trazem estes indivíduos consigo a mentalidade oriental, a moralidade oriental, sinuosa e estranha aos nossos hábitos, às nossas tradições e à nossa educação de ocidentais. Trazem modos de pensar e modos de agir que vêm daquele Oriente Próximo, tortuoso e sinistro, o Oriente pitoresco talvez, mas perigoso sempre ... do Oriente cujo contato todos os povos civilizados procuram evitar.<sup>487</sup>

Diversos anúncios foram publicados ao longo de 1930 no mesmo jornal indicando a obra do autor, também intitulada “Problemas nacionaes”, com estes artigos e argumentando que “este livro lhe interessa porque interessa a todos os brasileiros conscientes; exposição synthética e vigorosa dos problemas que defrontam a nacionalidade. O prefácio é de Plínio Barreto, influente advogado e jornalista nesta publicação, se tornando posteriormente um de seus diretores. Barreto chegou a comandar o governo provisório do Estado de São Paulo por 21 dias após a Revolução de 1930.<sup>488</sup>

Outra série de Coaracy no *Jornal do Commercio* entre abril e junho de 1942 dão conta do mesmo tipo de discurso reeditado contra os japoneses<sup>489</sup>. Publicados sob o título *O Perigo Japonês*, os textos fortalecem a posição de que os japoneses seriam inimigos da nação, um ideário que já possuía amplo apoio de setores do Estado Novo, mas que ganhava ainda mais força durante a Segunda Guerra Mundial. Conforme observa Priscila Nucci, caracteriza os japoneses como um “povo inassimilável, fisicamente inferior, moralmente diferente do nosso, instrumento passivo de uma política imperialista (...) contra todo o continente americano” e comparáveis aos “vírus que invadem o organismo da nação, que deveria ser defendida em seus aspectos geográficos, étnicos e religiosos”. Segundo Nucci, o recurso à imagem da animalidade é uma marca dos textos nos quais Coaracy compara os japoneses a formigas e fala da “invasão dos homens amarelos e pequeninos”, remetendo a um imaginário que “vê a

<sup>487</sup> COARACY, Vivaldo. Problemas nacionaes (1930, p.121) apud LESSER, 2001:115.

<sup>488</sup> INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. Plínio Barreto. USP, sem data. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/162>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>489</sup> Falaremos mais detalhadamente sobre a relação da imprensa brasileira com esta comunidade mais à frente.

nação como corpo orgânico que pode ser invadido por vírus e adoecer, ou como propriedade que pode ser devorada por formigas eficientes e ordenadas”. Nucci conclui que “ao imigrante japonês é atribuído, assim, um caráter inumano; ele é relacionado ao mundo dos insetos e micro-organismos nocivos, a uma espécie de massa viva direcionada por uma política imperialista do Japão”.<sup>490</sup>

A crônica de Machado de Assis citada no início deste subcapítulo, ao contrário de muitos escritos estigmatizantes do período aqui analisado, é na verdade uma fina ironia que ressalta os elementos de hibridização e hifenização dos árabes na cultura brasileira. Ao final da crônica, Machado nomeia o homem morto que morava à rua Senhor dos Passos, no centro do Rio de Janeiro: é Assef Aveira. “Não conheço a língua arábica, mas desconfio que o segundo nome tem feições cristãs, salvo se há erro tipográfico”, escreve, acrescentando: “Entretanto, não foi esse nome o que mais me aborreceu, depois da residência naquela rua, sem tenda nem cavalo; foi a declaração de ser o árabe casado”. Ele se questiona, então: com quantas mulheres? “Não compreendo um árabe sem Alcorão, e o Alcorão marca para o casamento quatro mulheres. Dar-se-á que esse homem tenha sido tão corrompido pela monogamia cristã, que chegasse ao ponto de ir contra o preceito de Mafoma? Eis aí outra restrição ao meu árabe romântico”. Teria morrido, em mais uma demonstração de assimilação, de uma “uma epidemia exausta à força de civilização ocidental”, a febre amarela, “tão diversa do cólera-morbo, essa peste medonha e devastadora como a espada do profeta”.

Machado de Assis conclui sua crônica parecendo lamentar o fato – a morte do “árabe”, o homem e o estereótipo romântico: “Miserável romantismo, assim te vais aos pedaços. A anemia tirou-te a pouca vida que te restava, a corrupção não consente sequer que fiquem os teus ossos para memória. Adeus, Árabes! adeus, tendas! adeus, deserto! Cimitarras<sup>491</sup>, adeus! adeus!”<sup>492</sup>

<sup>490</sup> Para o relato completo destes artigos, ver o segundo capítulo de NUCCI, Priscila. Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios. São Paulo: Annablume, 2010.

<sup>491</sup> Segundo o dicionário Michaelis, “espada turca, de lâmina muito larga e curva; espécie de alfanje”. Disponível em <http://bit.ly/17jMzm7>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>492</sup> ASSIS, Machado. Sem título. Gazeta de Notícias, 27 mai. 1894. Disponibilizado posteriormente em Obra Completa de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Disponível em <http://bit.ly/1LjdOdF>. Acesso em 20 mar. 2014.

## 5.6 Europeu, agricultor, novo, sadio, calmo e de família: sejam bem-vindos!

Continua o debate sobre os italianos, que chegam em excesso segundo alguns articulistas. Surgem todo tipo de alternativas e jornais de todo o país discutem intensamente o tema. *O Republicano*, jornal governista, bissemanal e editado em Cuiabá (MT)<sup>493</sup>, publica em sua edição de 23 de agosto de 1896<sup>494</sup> uma correspondência de Santos informando que “está franqueada ao nosso paíz a immigração allemã”, com apoio do governo de São Paulo. “Muito tem o Estado a lucrar com isso, não só porque está demonstrado ser uma das melhores correntes de immigração a allemã, como também o facto de serem introduzidos no Estado somente immigrants italianos ameaçava já fazer S. Paulo uma succursal da Itália em nosso paíz”, diz *O Republicano*, sustentando que essa política migratória poderia ser “prejudicial á ordem e independência da terra paulista”.

A imigração para São Paulo era até aqui, diz a publicação, um “monopólio exclusivo” da Itália e que, por isso, o “nosso governo tinha de sujeitar-se a todos os inconvenientes e dificuldades que offerecem todos os negócios em que só há um fornecedor”. Com a imigração alemã, comemora o editor, a situação está “resolvida, em grande parte, diante do facto de ter hoje em diante o nosso governo um outro ponto donde pode effectuar a introdução de immigrants”.

As edições de 13 e 21 de maio de 1897 do jornal *O Estado de S. Paulo* e de 27 de junho do *Correio Paulistano* publicam edital do governo do Estado de “concorrência para a introdução de 60.000 immigrants”. A convocação pública é específica: devem ser europeus, agricultores, com condições específicas. Cada proponente pode cobrir de 20 a 60 mil immigrants, sempre indicando a nacionalidade, a província e a região. O edital não apenas deseja apenas europeus agricultores, como vai mais longe: devem ter família, sendo que, no caso dos casais “sem filhos ou enteados”, o marido não pode ter mais de 45 anos e a mulher mais de 40. Em todos os casos, um dos indivíduos da família deve estar apto para o trabalho.

O edital permite que irmãos e cunhados com menos de 45 anos façam parte da família, “desde que justifiquem terem vivido sempre na companhia dos chefes das famílias”. Deixa ainda que pais, avós e sobrinhos órfãos estejam juntos dos chefes de família. No caso das mulheres casadas, devem comprovar que o marido já se encontra trabalhando na lavoura. São

---

<sup>493</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *O Republicano*. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/o-republicano>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>494</sup> *O Republicano*, 23 ago. 1896. Disponível em <http://bit.ly/1DnExBI>. Acesso em 10 jan. 2015.

aptos ao trabalho homens de 12 a 45 anos de idade, bem como mulheres de 15 a 40. “Os immigrants que não forem considerados na condição acima não serão aceitos”, deixa claro o edital. Não se conta, entre os 60 mil immigrants, os menores de 3 anos ou aqueles que já tiverem vindo ao Brasil com dinheiro público. Nesses casos, o edital estipula uma multa de 50 mil réis (50\$000) por cada imigrante contado indevidamente, nos casos acima, além da perda da respectiva passagem.

A novidade, já fruto de um intenso debate sobre o tema, é a tentativa de deter qualquer tipo de agitação política: “No caso de ser algum rejeitado, por anarchista ou suspeito de fazer parte desta associação, correrão por conta do introductor as repatriações e quaesquer despesas que com taes immigrants faça o governo ou a polícia de S. Paulo”. Os imigrantes chegam em Santos e, por “caminho de ferro”, são levados à hospedaria em São Paulo. O governo decide onde fará a checagem de quem pode ou não pode: na hospedaria ou “a bordo dos vapores, se o governo assim preferir”. Além disso, o edital deixa claro que todos devem vir em “vapores” de primeira classe, “onde serão observadas as melhores regras hygiênicas, verificadas no porto de embarque pelo comissário do governo e no de desembarque pelo médico da agência official em Santos”, ou ainda durante as viagens “por quem lhe aprouver”.

E se algum imigrante mudar de ideia no meio do caminho? O edital também prevê isso: “Também se obriga o contractante a empregar *todos os meios ao seu alcance*, para que os immigrants não sejam induzidos, durante a viagem, enquanto permanecerem a bordo em Santos ou durante o desembarque, a tomarem destinos outros que o da hospedaria, onde devem ser contractados” (grifo nosso). O texto ainda prevê que o ganhador do edital deverá pagar ao poder público uma taxa mensal pelos serviços do governo no exterior, bem como se responsabilizar por todas as despesas com vistos e autenticação de documentos. A repatriação, caso seja necessária, também é responsabilidade do “contratante”. Além disso, também deve disponibilizar para uso do governo, mensalmente, duas passagens de primeira classe ou quatro de terceira, de Santos a Gênova. O governo usa as passagens “conforme entender” ou, caso julgue conveniente, poderá exigir em lugar das passagens a quantia correspondente.

As experiências com a imigração subvencionada passam a transbordar na imprensa. O tema que em décadas anteriores era tratado em alguns poucos artigos esparsos é agora uma questão nacional, semanalmente debatido nas maiores publicações do país. O *Jornal do Brasil* de 15 de janeiro de 1897<sup>495</sup> registra a reclamação da empresa Berlido Muniz & C. junto

---

<sup>495</sup> *Jornal do Brasil*, 15 jan. 1897. Disponível em <http://bit.ly/1EAXTaX>. Acesso em 10 jan. 2015.

ao governo do Espírito Santo, que contratara imigrantes para serviços da estrada de ferro. “Esse cavalheiro nos mostrou todos os documentos relativos ao negócio, para o fim de demonstrar que, se alguma demora tinha havido, fôra motivada apenas pela necessária expedição e resposta de notas telegráficas, necessárias à terminação do negócio”, registra o jornal. O problema – diz a empresa por meio da nota intitulada “Pobres immigrants!” – era que o governo do Estado não providenciou com antecedência o “recolhimento dos emigrantes”. E conclui: “Esperamos que para outra vez haja mais cuidado porque isso interessa o crédito do Brasil”.

Além disso, a “europeização” de cidades como São Paulo é uma realidade muito bem-vinda, conforme registro de uma publicação do final do século. “Nas planícies da Moóca, circundando a cidade, a vinte minutos do caminho de ferro, um esplêndido campo de corridas oferece, todos os domingos, animadas reuniões, em que productos do paíz e puros sangue estrangeiros disputam magníficos prêmios.” Assim a *Revista Moderna*, em sua edição nº 14 de 1º de fevereiro de 1898<sup>496</sup>, descreve um “elegante” evento paulistano, acrescentando: “A colônia estrangeira, e especialmente a inglesa e allemã, possui diversos centros de Sport, notando-se, entre elles, o Cricket-Club, que organiza mensalmente bellas e elegantes partidas”.

A matéria destaca a importância do velódromo Paulista, que fora recentemente criado e que se tornaria, posteriormente, um estádio de futebol. A *Revista Moderna* destaca que o velódromo é, em todo o seu conjunto, “uma das mais bem acabadas pistas velocipédicas, rivalizando com as que temos visto em França e na Inglaterra”. E conclui, elogiando o espaço, mas sem tirar o foco do estrangeiro: “Em ponto menor, póde-se comparar, sem nenhuma pretensão, ao velódromo do *Parc des Princes*, em Paris, e ao de Brighton, perto de Londres, quer pela disposição geral das construcções, quer pelo estylo leve e gracioso das archibancadas ou tribunas”.

### **5.7 Como enfrentar a crise da cafeicultura? “Introduzir o maior número de braços que for possível para se alcançar a baixa do salário”**

O destaque de capa é do jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 20 de julho de

---

<sup>496</sup> Revista Moderna, n.14, 1 fev. 1898. Recorte do trecho disponível em <http://bit.ly/1wyMQxw>. Acesso em 10 jan. 2015.

1899: durante uma sessão da Câmara dos Deputados, o parlamentar Joaquim Álvaro propõe projeto de lei reformando o sistema de introdução de imigrantes no Estado de São Paulo. Segundo o próprio legislador, dois eram os principais objetivos da PL: proporcionar uma “grande economia” aos cofres públicos, em primeiro lugar, e promover a “transição de imigração subvencionada *per capita* para a imigração por concorrência livre”, em segundo lugar, tendo como consequência a “transição dessa concorrência livre para a imigração espontânea”. Com o sistema de concorrência livre, sustenta o deputado citando o próprio projeto em seu artigo primeiro, “também teremos maior número de propagandistas em nosso favor, porque cada companhia terá o interesse imediato em aumentar o número de suas passagens movidas pelo próprio interesse”. O segundo artigo do projeto determina que o governo acordará com as empresas interessadas uma “porcentagem com que concorrerá o Estado para pagamento das passagens aos imigrantes, podendo mesmo fazer pagamento integral si assim julgar necessário”.

“É innegável” – argumenta o deputado – “que os estrangeiros estabelecidos entre nós vão prosperando entre nós dia a dia, dando á sua família um bem estar que muito difícil seria de alcançar em sua pátria. E quando aqui localizados fazem-se proprietários realizando assim as suas mais gratas esperanças”. Com isso, conclui, “tornam-se os melhores propagandistas da emigração para o nosso Estado, chamando para aqui os seus parentes e amigos que, auxiliados e localizados por seus conselhos, tornam-se também os melhores e aptos para concorrerem mais eficazmente para o progresso do nosso Estado e desenvolvimento da nossa riqueza”.

O debate não encontra adversidade. Por vezes, Joaquim Álvaro é interrompido por parlamentares que fazem comentários favoráveis ao projeto ou acrescentam informações aos argumentos do autor. Sobre a questão dos parentes, afirma o parlamentar que o último relatório do fiscal da imigração em Nápoles “accusa o elevado número de mais de quinhentos chamados”. “Diariamente registram-se chamados”, acrescentou Américo de Campos, que já fora o diretor e redator do *Correio Paulistano*, fundador do *Diário Popular* em 1884, primeiro cônsul do Brasil em Nápoles no período republicano e, juntamente com Francisco Rangel Pestana, fundador do próprio *O Estado de S. Paulo*, que na época, em 1875, chamava-se *A Província de S. Paulo*.

Para estes – os imigrantes “chamados” – o deputado propôs o pagamento integral da passagem, pois não é “tal a nossa situação que por si baste para avolumar a corrente de imigração para este Estado”, acrescentando que “são necessários certos favores e regalias”.

O autor do projeto propõe ainda “a facilidade de localização e o fornecimento de instrumentos necessários para a lavoura às famílias quando localizadas”. A situação citada por Álvaro diz respeito a uma crise internacional em relação ao principal produto agrícola à época, o café, que tanto São Paulo quanto Rio de Janeiro e Minas Gerais experimentavam desde 1896.

Para o deputado, a crise está ligada a dois “fatos”: a diminuição necessária no preço da produção e o aumento do consumo da nossa principal cultura. E qual a solução, segundo o deputado autor da proposta? “Para diminuir o preço da produção será necessário aplicar os princípios da mecânica e da química agrícola, tratar de introduzir o maior número de braços que for possível para se alcançar com ella a baixa do salário; só assim poderemos ter um custo de produção de accordo com a má posição em que se acha actualmente nos mercados consumidores o único gênero que representa a nossa riqueza [o café]”, deixando “algum lucro ao productor”. Além disso, o projeto tratava de evitar a permanência dos inválidos ou de outros imigrantes não úteis em território nacional: Um dos “direitos” dos imigrantes, conforme o parágrafo sexto do artigo quinto do projeto de lei, é à sua repatriação nos casos de invalidez ou orfandade.

Ao cenário econômico nada favorável do final do século XIX e início do XX, acrescenta-se a precária situação sanitária nas duas principais cidades portuárias brasileiras, Rio de Janeiro e Santos, por onde entravam a maioria dos imigrantes à época. É o que registra, por exemplo, o *Correio Paulistano* de 5 de dezembro de 1899, em matéria publicada na primeira página.<sup>497</sup> Registra o diário um “conflicto positivo” entre os governos federal e paulista no que diz respeito ao desembarque de imigrantes. O governo do Estado, diz a publicação, quer que os imigrantes desembarquem em Santos, se dirigindo imediatamente para a Hospedaria em São Paulo; já a União diz que a recepção por Santos é inadmissível, dado um quadro epidêmico de peste bubônica que teve início neste ano na cidade.

A sugestão para a mudança para Santos, registra o diário de tendência pró-governo do Estado citando fontes comunitárias, foi do cônsul da Itália, por conta de uma outra ameaça de saúde pública no Rio: estavam ocorrendo “numerosos casos” de febre amarela entre os imigrantes na Ilha das Flores, a hospedaria carioca. “Contrariamente á resolução do governo deste Estado, que entendeu conveniente o transporte dos immigrants directamente de Santos para esta capital, afim de evitar a passagem dos mesmos pela Hospedaria da Ilha das Flores, para o que já havia expedido as necessárias ordens, o sr. dr. Nuno de Andrade foi de opinião

---

<sup>497</sup> *Correio Paulistano*, 5 dez. 1899. Disponível em <http://bit.ly/1GBoinV>. Acesso em 30 jan. 2015.

que a passagem dos mesmos pelo porto de Santos sujeita-os a maior perigo”, diz uma outra seção, na mesma página, intitulada “Peste bubônica”.

O diário paulistano defende a posição estadual: “Do Rio não se póde sahir sem correr o perigo do contágio amarillico; em Santos é fácilimo evitar os perigos da bubônica com o isolamento completo dos desembarcados, graças aos recursos do porto e da estrada Inglesa”. O redator – assina o texto Fabio Vera – reclama da solução encontrada: “Acredito que o governo do Estado perdeu, pela sua pouca habilidade, uma causa por natureza ganha, assim como que o federal, cômscio da superioridade dos seus representantes, deu maior relevo ao próprio conceito que no caso vertente não é o mais justo”. O diário registra que a hospedaria da capital paulistana abrigava, no dia anterior, 1.606 imigrantes. Também na primeira página, em destaque, o jornal registra que ocorreram até o dia anterior à publicação da edição 33 casos de peste bubônica em Santos, citando um mapa organizado pelo diretor do Serviço Sanitário.

A poucos meses do final do século XIX, um novo edital é publicado em São Paulo. Para atrair 30 mil imigrantes, o governo estadual torna público nas edições de 29 de novembro e de 13 de dezembro de 1900 do jornal *O Estado de S. Paulo* um edital público determinando, entre outras coisas, que os proponentes podem abarcar todo ou parte do número proposto de imigrantes, todos em famílias agricultoras. Os imigrantes devem ser “válidos, de boa conducta moral e civil, devendo cada família ter, pelo menos, um indivíduo apto para o trabalho”, sempre entre 12 e 45 anos. Os imigrantes não podem ter estado antes no Brasil. O órgão responsável pelo edital é a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e destaca-se uma novidade em relação a muitos editais de anos anteriores: não há menções à procedência dos colonos, mesmo que a tendência à europeização das políticas migratórias persista.

Cinco anos depois, nova restrição geográfica, desta vez excluindo os italianos: a mesma Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do governo de São Paulo publica nas edições de 7, 14 e 18 de fevereiro de 1905 do jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>498</sup> um edital para a introdução de 5 mil imigrantes “do centro e norte da Europa”. Os imigrantes, diz o texto, deverão ser constituídos em famílias, exclusivamente agricultores, “sem moléstias de fácil propagação ou defeitos physicos que os inhabitem para o trabalho”, devendo ter ainda

---

<sup>498</sup> E possivelmente em outras datas, pois era comum que os editais fossem republicados em outros jornais, em diferentes datas, para ampliar sua visibilidade.



cada família pelo menos um indivíduo apto para o trabalho – e estão aptos para o trabalho, acrescenta o edital, “homens maiores de 12 até 45 anos”.

Observa-se que, com pequenas modificações, os editais se repetem em grande parte, desde o início do período republicano, como é o caso das regras sobre o transporte das bagagens e os direitos dos imigrantes quanto a este tema, incluindo indenização por seu extravio. Como é de praxe, o edital determina que os proponentes deverão repatriar – à sua custa – os imigrantes que introduzirem fora das condições do contrato “ou que se verificar terem sido aliciados com promessas ou informações exaggeradas ou falsas”. Este último item é uma novidade nos anos recentes, frente a críticas frequentes publicadas na imprensa nacional e estrangeira sobre tais promessas.

### **5.8 SP reformula sua legislação migratória: todos são bem-vindos, exceto doentes, deficientes, viciados, inválidos, dementes, mendigos, vagabundos e criminosos**

O jornal *O Estado de S. Paulo* publica na íntegra, em sua edição de 20 de outubro de 1906, a mensagem do presidente estadual<sup>499</sup>, Jorge Tibyriçá, ao Congresso contendo o projeto de lei e os argumentos por uma nova lei de imigração e colonização. Afirma que a legislação nacional possui “disposições sábias”, porém “omissas e deficientes” em outros pontos, no que diz respeito à imigração e à colonização em São Paulo, “dos quaes tanto depende o progresso econômico do Estado”. A proposta de lei, explica o governo, pretende reunir em um só ato legislativo “todas as disposições vigentes relativas à matéria”, acrescentando algumas disposições para dar conta das referidas omissões e deficiências. Se aprovada, diz a mensagem do governo, o Estado vai dispor “de sua primeira lei systemática de imigração e colonização”, se pautando principalmente pelas “necessidades dos serviços” e pelo “exemplo de outros paízes de imigração”.

De todas as “faltas”, explica o governo, destaca-se “em primeiro logar a completa ausência de disposições tendentes a coibir a introdução de doentes affectados de moléstias contagiosas, de inválidos e incapazes para o trabalho, mendigos ou vagabundos, e, finalmente, de criminosos”. Apenas a imigração subsidiada tem feito esse controle, explica o governo, estando a imigração espontânea “inteiramente livre de medidas de polícia sanitária ou civil”.

---

<sup>499</sup> Correspondente ao atual cargo de governador.

A segunda preocupação do projeto, diz a mensagem, é quanto à proteção e amparo do imigrante em seu primeiro estabelecimento. “Patrocinar os interesses dos immigrants, facultar-lhes certas isenções que tornem em realidade o patrocínio, isso durante um período dentro do qual faltam-lhe os meios e a experiência, é conceder por uma forma justa e prática, a protecção e amparo a quem a administração pública tem o dever de não regatear-os”, argumenta a mensagem, acrescentando que a sistematização da propaganda do Estado no estrangeiro é outro ponto importante.

A iniciativa privada também é estimulada no projeto, afirma o governo, que argumenta que a administração pública só poderia atingir o desenvolvimento desejável em “dilatados anos”. O projeto propõe a criação de um “fundo” de imigração e colonização. Não possuindo recursos no orçamento ordinário, o governo solicita a autorização de um empréstimo, com a restituição em parte vindo da venda de terra devolutas e dos lotes em núcleos coloniais. O projeto paulista de 1906 admite estrangeiros com menos de 60 anos de idade, tendo família ou não. Eles devem ser “agricultores, jornalheiros, operários ou artistas” e provar “sua moralidade e aptidões” (artigo primeiro do capítulo I). Como provar a “moralidade” ou suas “aptidões”? Explica o projeto que “por meio de certificados das autoridades do último domicílio do imigrante” ou por outros documentos “dignos de fé”.

O projeto proíbe as empresas de transporte marítimo de desembarcar “os que soffrerem de moléstias contagiosas, ou os que tiverem vício orgânico ou defeito physico que os inhabitem para o trabalho, nem os dementes, mendigos, vagabundos ou criminosos, nem os maiores de 60 anos, salvo quando vierem em companhia de suas famílias ou a ellas se venham juntar” (artigo 2). Caso venham a descumprir a lei, cabe multa de mil contos de réis e o dobro do valor no caso de reincidência.

Já para os que conseguiram passar por esse rigoroso processo de seleção, trata o terceiro artigo de seus benefícios: desembarque, bagagens “livres de direitos” (fiscais), transporte (dentro do Estado), alojamento e “sustento” na hospedaria de imigrantes nos seis primeiros dias (ou enquanto aguardam a vaga) e colocação no mercado de trabalho. Terão “direito” à repatriação à custa do Estado as viúvas e órfãos de imigrantes agricultores, desde que dentro do período de dois anos após a primeira chegada. O mesmo “direito” possuem os trabalhadores que contraírem “enfermidade ou forem vítimas de accidente que os inhabitem para o trabalho”. O governo, portanto, garante a devolução dos inválidos ou de seus familiares, concedendo de 100 a 200 mil réis para tal fim, de acordo com o número de pessoas

da família.

O capítulo II do projeto trata da subvenção do governo, incentivando por exemplo as “companhias de navegação ou armadores”, enquanto o capítulo III prevê os “favores” para o povoamento do solo e fixação do imigrante, com o tamanho dos lotes nos núcleos coloniais do Estado determinados pelo poder público, nunca passando de 50 hectares. O projeto fixa inclusive a porcentagem das prestações relativas à venda da terra. O governo prevê ainda, no artigo 43, uma espécie de mediador por nacionalidade, por colônia – chamado de “delegado especial” –, sem remuneração, responsável por ser o intermediário entre a administração do núcleo ou o governo e os concessionários, para dar conta das eventuais reclamações dos imigrantes. Este delegado serve também – descreve o projeto – como um “conselheiro e orientador”, para facilitar a adaptação dos imigrantes no país. Há também artigos que regulamentam o trabalho dos agentes de imigração, assim como a tentativa de regulamentar em definitivo a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, definindo suas responsabilidades e limites – o que inclui a negociação de terras e a colocação no mercado de trabalho. O artigo 58 garante a devida publicidade para o trabalho da agência, por meio do uso de cartazes na própria repartição e suas filiais, bem como distribuição de boletins para a imprensa e demais sedes.

A cada família ou trabalhador solteiro contratado, prevê o projeto de lei paulista, será fornecida “uma caderneta autenticada pela Agência ou filial, para a escripturação do débito e crédito do trabalhador”, contendo nas primeiras páginas diversas informações pertinentes – o salário e seu reajuste, por exemplo –, “em portuguez e na língua nacional do trabalhador contratado”. Os comissários enviados ao exterior tinham, entre outras funções, a de promover a imigração para São Paulo. Além de prestar aos interessados “informações sobre as vantagens offerecidas ao immigrante”, prevê o artigo 65, o comissário poderia “fazer, nos limites traçados pelas leis do paíz de sua residência, uma propaganda intelligente em favor da immigração para este Estado”. Outra função era a de fiscalizar o embarque de emigrantes “com o máximo de escrúpullo”, bem como enviar um relatório anual sobre seu trabalho. Destaca-se que, pelo menos na forma deste projeto paulista de 1906, não há qualquer menção à nacionalidade dos imigrantes.

Ao final deste ano, no entanto, o *Jornal do Brasil* volta a apontar novos problemas em São Paulo. A edição de 30 de dezembro de 1906 desta diário carioca<sup>500</sup> divulga um relatório

---

<sup>500</sup> *Jornal do Brasil*, 30 dez. 1906. Disponível em <http://bit.ly/1EAXTaX>. Acesso em 10 jan. 2015.

que investiga o aumento do êxodo de imigrantes no Estado. O documento – datado de 22 de dezembro e apresentado ao então ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon – aponta a saída de imigrantes do Estado para a Itália e para a Argentina, bem como para outras fazendas no Estado, tendo despertado “suspeitas de anormalidade capazes de perturbarem a organização do trabalho nas fazendas de café”.

“Justamente ao tempo em que a superior administração do país nutre o decidido empenho de acelerar o povoamento do vasto território nacional e de amparar com vivificantes estímulos as forças productoras de nossas riquezas, semelhante ocorrência levou V. Ex. a confiar-me o estudo das suas causas afim de serem adoptadas medidas conducentes a repressão”, diz o engenheiro responsável pelo relatório no *Jornal do Brasil*. O engenheiro – Joaquim Francisco Gonçalves Junior – afirma ter percorrido todo o Estado, visitando as fazendas e ouvindo “os principaes interessados”, fazendo uso inclusive de intérpretes e dando “muita atenção para o desdobramento do serviço nas fazendas de café, estudando a situação dos immigrants e as vantagens por elles auferidas”.

Segundo o investigador, são dois os motivos para o êxodo: “(...) abundantes pecúlios [economias, recursos] de que se acham os immigrants providos e torpe exploração, de que estão sendo vítimas, por parte de alguns de seus patrícios estabelecidos no commercio do Estado”. A explicação é um pouco confusa, mas ele prossegue com mais detalhes: “A terminação de uma grande safra proporcionou-lhes fartos recursos. Uns, em menor número, emprehendem viagem ao torrão natal, por iniciativa própria; outros por suggestão de terceiros, que lhes descrevem a facilidade e os reduzidos gastos do passeio, e lhes offercem os préstimos de guias; e alguns, finalmente, retiram-se em busca de fabulosa fortuna, que, a rodo, lhes aguarda alhures, segundo a insidiosa lábia de compatriotas seus, ávidos de partilharem das economias acumuladas pelos inexpertos campônios”.

A conclusão do engenheiro, em termos mais gerais, é a de que o deslocamento de imigrantes tanto para o exterior quanto para outras fazendas é uma consequência direta do “systema de suprimento de braços á lavoura sem radical-o ao solo”, ou seja, a falta de fixação do imigrante em sua terra de que muitos falavam à época. O engenheiro, em tom crítico, afirma ser este um hábito “já inveterado”, principalmente após o fim da colheita de café, “quando [os imigrantes] fazem a liquidação de suas contas e se munem de saldos, não raro elevados”. É curiosa a conclusão do engenheiro, dentro do contexto da época, dado que as propagandas da época – tanto do governo federal quanto das empresas parceiras e dos

governos estaduais – centravam-se justamente no fato que os imigrantes poderiam fazer fortuna no Brasil, na tentativa de atraí-los para o campo e, em especial, para o setor agrícola.

O autor do relatório conclui, então, que “não é pela escassez de vantagens que a retirada se opera”. Ele lembra que o imigrante tem vários benefícios – passagem para ele e toda a família, transporte, hospedagem e alimentação por oito dias ou mais, acesso a serviços médicos etc. – e podem tomar o “destino que lhes approuver”. O emprego, se não for garantido, será facilitado pelo governo, diz o engenheiro. Na fazenda, as facilidades continuam, diz: “(...) encontram casas relativamente confortáveis para sua residência, em cujas proximidades existem abundante e superior água potável, lenha, pastos para seus animaes e fertilíssimas terras para plantações de mantimentos”. E acrescenta: “E tudo isso sem ônus algum para elles”, incluindo um adiantamento de recursos pelo fazendeiro “para manterem-se até que os possam obter pelo trabalho”. O empréstimo, adiciona, é realizado sem juro algum até 12 meses após a entrada na fazenda. Estes recursos garantem, assegura, “a subsistência folgada dos immigrants e algumas sobras”. Durante todo o documento, o engenheiro cita números em relação aos altos ganhos dos imigrantes advindos tanto da boa produtividade que encontram quanto dos benefícios contratuais que possuem.

Para o autor do relatório, os imigrantes encontram-se em situação melhor do que o próprio fazendeiro: “Que maiores regalias, que proventos mais altos querem elles?! Ao passo que o fazendeiro soffre os effeitos da crise, vendendo o café a preço baixo, o immigrant prospera e emancipa-se da penúria que o atormentava ao emigrar para o Brasil”. O autor diz ainda que o número de imigrantes que mudam de fazenda dentro do próprio Estado ultrapassa em muito os que emigram do Estado, consequência – sustenta ele – da propaganda boca a boca sobre as supostas vantagens oferecidas por outros fazendeiros. “Às vezes um toma a resolução de mudar-se e muitos o acompanham por mera sympathia. Estão, em geral, sempre predispostos à mudança, sempre crédulos em quantas fantasias se lhe apregoam”, resume.

Outro fator informado pelo autor do relatório é a presença frequente de agentes que vendem viagens ao exterior, “para isso usando todos os meios suasórios, desde o baixo preço da passagem, até a descripção bem architectada de avultadas riquezas conquistáveis”. Segundo o relatório, “alvejam esses propagandistas – compatriotas das vítimas – a espoliação pela hospedagem e o despropositado ágio pela aquisição e troca da moeda”. Ele informa ainda que os imigrantes em geral os desconhecem, “mas acreditam no engodo, deixam-se embalar com os olhos fitos nas vantagens imaginadas pela argúcia destes

fantasiadores de edens”. O engenheiro exime o governo do Estado, “activo e zeloso” e que “não se tem descurado de providenciar no intuito de pôr cobro a esses abusos”. O engenheiro chega a culpar os anúncios publicitários das empresas de navegação, cujas passagens de terceira classe custam entre 75 francos (Buenos Aires) a 170 francos (Gênova e Nápoles) – “inclusive o imposto, diziam os reclames que vi”, adicionou, concluindo: “É forçoso convir que os imigrantes providos de grandes sommas, a lerem frequentemente taes anúncios, se predispõem a viajar à terra natal, ou para tentar [*trecho incompreensível*] fortuna”.

Retomando uma tese sustentada por alguns articulistas e líderes políticos desde pelo menos os anos 1870, o engenheiro sugere que, para fixar os colonos ao campo, é essencial torná-lo proprietário, citando o autor exemplos nacionais e internacionais de colônias em que esta aspiração foi responsável pela fixação do homem à terra – à época, o termo utilizado é *localização*. “Os nécleos coloniaes disseminados por diversos Estados ahi estão para testificarem o valor do imigrante proprietário”, diz. “Fosse o imigrante proprietário e raríssimo seria o caso de abandono da gleba (...) A valorisação da propriedade e a abastança são o seu escopo”, resume o responsável pelo estudo. O documento cita como exemplo uma colônia conhecida como núcleo Campos Salles, fundada em 1897 e situada a 41 quilômetros de Campinas, a 760 metros de altura. O núcleo conta com 212 famílias, diz o relatório, com imigrantes alemães, suíços, italianos, suecos, austríacos e dinamarqueses.

Apesar da conclusão propositiva – para o imigrante –, em outro trecho do relatório o engenheiro conclui também que “ao governo da União não cabe intervenção directa e immediata no propósito de reprimir o êxodo de imigrantes”, pois as providências adequadas, diz, “são de natureza policial e da alçada do governo estadual, que se tem aprestado em pôr em prática medidas capazes de embaraçarem a reprodução dos abusos de que são alvo os retirantes, mesmo por parte de seus patrícios”. Observa-se, ainda e mais uma vez, o completo estado de abandono dos ex-escravos e da população negra no país, em comparação com os inúmeros benefícios dos imigrantes, verdadeiras “regalias”, como lembra o engenheiro, em contraste com a quase que completa ausência do debate, na imprensa, sobre os ex-escravos.

Além dos “fantasiadores de edens” mencionado na matéria anterior, chega do Rio de Janeiro mais uma notícia semelhante: o *Jornal do Brasil* publica em sua edição de 26 de junho de 1908 uma denúncia dando conta de uma “nova exploração”, os “falsos imigrantes”. Segundo este diário carioca, indivíduos munidos de passaportes e intitulando-se imigrantes

apresentavam-se à Diretoria Geral de Povoamento de Solo para receber passagens interestaduais. Os passaportes eram de outras pessoas, esses sim imigrantes, mas eram vendidos por exploradores do negócio com a finalidade de obter passagens para o norte ou o sul do país. O negócio valia a pena para quem comprava o passaporte, informa o diário, que custava de 30 a 40 mil réis. O JB conta o caso de dois espanhóis que foram presos em flagrante após terem se confundido ao citar os dados dos passaportes comprados. O esquema envolvia ainda o dono de um hotel, diz a matéria.

Entre altos e baixos, a política imigratória brasileira continua a dar resultados. O *Jornal do Brasil* de 25 de janeiro de 1910 registra uma breve nota, intitulada “Propaganda do Brasil na Itália”, destacando que, segundo diversos telegramas vindos de Roma, a imprensa italiana estaria fazendo propaganda do Brasil, “aconselhando aos imigrantes que prefiram este país à República Argentina”. O jornal *O Estado de S. Paulo* de 18 de março de 1915 registra que, somente no porto de Santos, desembarcaram em 1914 um total de 47.200 imigrantes, observando o diário que houve uma notável redução em relação ao ano anterior, de 1913. O jornal observa ainda que, se não fosse a guerra, o número de saídas seria maior do que o normal, ocorrendo um “verdadeiro êxodo” no segundo semestre de 1914. Fatores como a colheita de cereais na Argentina e de café no Brasil influenciam as entradas e saídas, diz o *Estado*. A maioria absoluta de imigrantes são espanhóis, italianos e portugueses, seguidos em menor número de japoneses, “turcos e sírios” (colocados em uma única categoria) e os próprios brasileiros. Em relação às saídas, aponta o jornal, também os espanhóis, italianos e portugueses se destacam, com estes à frente. O *Estado* registra ainda que “há muitos anos” que o movimento de imigrantes entre Buenos Aires e Santos é desfavorável ao Estado de São Paulo, apesar de uma leve melhora em 1914. A matéria reproduz dados fornecidos pelo inspetor de imigração do porto de Santos.

Por vezes os jornais cumprem um papel de “orientadores” das levas de imigrantes – ou assim tentam. É o que mostra esta curiosa nota do *Jornal do Brasil* publicada em sua edição de 3 de janeiro de 1922. O breve texto não assinado e, provavelmente, de autoria dos editores do diário falando sobre o tema da imigração, assunto tratado como “capital”. No artigo, é discutido os direitos à propriedade e hereditário, conforme uma lei de 1907 que dispõe sobre o povoamento do solo. Em caso de morte do colono, diz o texto, a propriedade rural passa para a sua mulher e filhos. Acrescidos aos direitos civis, afirma o artigo, o imigrante também possui “direitos políticos”. O texto divulga as cláusulas que asseguram, portanto, a

propriedade dos bens adquiridos com o trabalho no campo. O autor se limita a divulgá-los, em um primeiro momento, para depois concluir, sem delongas: “A publicidade que desejamos dar a essas acertadas cláusulas, aproveitando a grande circulação do 'Jornal do Brasil', visa principalmente orientar essas levas de imigrantes, para que se encaminhem de preferência para os campos, em cujo labor as leis brasileiras lhes asseguram as melhores possibilidades”. E assim termina o artigo: com este pedido.

Um editorial do mesmo jornal, datado de 4 de abril de 1923, dá conta da situação da educação dos imigrantes a partir de um acontecimento em Santa Catarina. Segundo o JB, a imprensa noticiara que, por falta de verbas, foram dispensados professores e fechadas várias escolas em dois núcleos federais de grande concentração de imigrantes, ficando “sem instrução” cerca de 250 alunos. “Não se concebe que depois de tanta celeuma levantada, dentro e fóra do paíz, pelo descaso com que se vinha cuidando da adaptação do imigrante ao nosso meio social, ainda apareçam tão evidentes provas da nossa despreocupação em ensinar ao filho do estrangeiro, aqui chegado em idade de frequentar a escola, ou já aqui nascido, os rudimentos da língua nacional, o maior factor da definitiva incorporação do elemento alienígena á nossa civilização”, critica o diário carioca.

O problema não é tanto a falta de ensino – essa poderá vir a partir de escolas estrangeiras, diz em tom de alerta o editorial. “Se os poderes públicos, sob o pretexto da falta de verba, mandam fechar escolas frequentadas por cerca de 250 meninos, não será para estranhar que os paízes de origem desses imigrantes mantenham e subvençionem estabelecimentos onde se ministre ás creanças a instrução de que ellas necessitam”, diz o texto, concluindo: “E menos para estranhar será que de taes escolas seja banido o ensino da língua portugueza, por cuja divulgação nem mesmo os que a fallam se interessam”. O risco maior, diz o editorialista, é justamente a formação de “núcleos estrangeiros vivendo uma vida á parte no meio da sociedade nacional, cuidando da prosperidade dos seus bens alheios ao nosso futuro, mas dedicados ás cousas da pátria de nascimento, que os acompanha com carinho nessa peregrinação por terras longínquas”.

A “culpa” dos “males que possam advir de uma política tão mal orientada”, diz o editorial, é nossa: “Aos estrangeiros, que se sentem em dificuldades para uma assimilação ao meio nacional pela carência de ensino primário aos seus descendentes, não será lícito accusar pelo estreitamento dos laços de solidariedade com as suas pátrias de origem, mais ciosas de conservar a amizade dos filhos emigrados que nós em conseguil-a para o progresso fecundo



da nossa terra”. A visão de que o ensino do idioma é essencial para, de algum modo, “assimilar” os imigrantes não está relacionada, em nenhum momento, com a cultura ou a educação: ambas as áreas são utilizadas como recursos, como um mero meio, para alcançar o “progresso fecundo da nossa terra”. A educação e a cultura são, assim, estratégias para o enriquecimento e a valorização da Pátria.

Faz bem o México, compara o diário carioca, que promove cursos permanentes de espanhol para estrangeiros – em diversos níveis, para crianças ou adultos. “Idéia inteligente, de que só frutos proveitosos poderão ser colhidos, essa, do México deveria ser imitada pelas nações que, como nós, precisam do braço do imigrante para impulsionar o progresso nas suas varias modalidades”, afirma o editorial, acrescentando: “O estudo da língua é processo mais eficaz de assimilação”. O próprio editorial lembra que, entre os próprios brasileiros, há “tão grande porcentagem de analfabetos”, mas insiste que “se queremos imigração, se della de facto precisamos, o nosso dever é afeiçoar o imigrante ao nosso solo, retel-o, assimilal-o”.

O texto ecoa os intensos debates que ocorreram desde os primeiros períodos de imigração em massa, já a partir dos anos 1870, quando surgiu na Câmara um discurso contra – diz o JB – o “isolamento a que eram condenados os estrangeiros no sul da República, ilhados nos seus núcleos, sem a assistência dos poderes públicos para o conhecimento da língua nacional”. A ideia de que os núcleos de estrangeiros se isolariam não era uma preocupação propriamente com o bem-estar dos imigrantes, registra-se, mas sim com os “perigos” decorrentes: a criação de “quistos étnicos” – expressão não utilizada neste editorial especificamente, mas amplamente presente no ideário da imprensa nacional.

### **5.9 Minas Gerais em busca de um “elemento assimilável de melhoria econômica” – e branco, se possível**

O jornal *O Paiz* traz em sua edição de 1º de outubro de 1925 um artigo de destaque, intitulado “Imigração e colonização”, de autoria do secretário de Agricultura de Minas Gerais, Daniel de Carvalho, expondo os motivos para uma nova regulamentação estadual sobre o tema. A “exposição de motivos”, na verdade, é um misto de argumentação pública para a sociedade como um todo e uma justificativa política e conceitual para a adoção de

novas medidas sobre o tema.<sup>501</sup> O jornal traz três fotos: em destaque, no centro da página, a do próprio secretário; em menor destaque, nas laterais, os secretários de Interior e de Finanças de Minas; e, abaixo, uma foto grande de uma estrada entre as cidades de Cambuquira e Lambari. O subtítulo afirma: “O presidente [de Minas Gerais] Mello Vianna acaba de baixar o regulamento dos serviços, precedido de notável exposição de motivos pelo secretário da agricultura Dr. Daniel de Carvalho”. O texto que se segue a esta breve introdução é uma transcrição, sem cortes, da exposição de motivos.

A sua longa argumentação começa com um amplo histórico sobre o tema no Estado. Segundo Carvalho, Minas se povoou rapidamente ao final do século XVII e início do XVIII devido à exploração das minas de ouro e de diamantes, que determinariam um “verdadeiro ‘rush’ em busca das ricas alluviões dos nossos rios e ribeiros”. Esgotados os recursos, diz, cessou a “transmigração para as minas” e “vieram os dias difíceis do século XIX em que a pobre gente montanheza teve de trocar o almocafre e a bateia pelo laço do vaqueiro e pela enxada do lavrador”.

As “cidades opulentas da mineração”, diz o secretário, entraram em decadência dando lugar às terras novas do café no sul e leste da província. Com isso, ocorreu uma onda de migração interna, principalmente para São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso. “Nos últimos tempos da Monarquia”, afirma Carvalho, “o problema do povoamento começou a preocupar os estadistas, convencidos de que, apesar do alto coeficiente de natalidade, o crescimento demográfico de Minas não podia acompanhar, proporcionalmente, o de outras províncias, para onde rumavam levas e levas de colonos europeus”. Ele lembra que, mesmo assim, só diante da abolição definitiva da escravidão, em 13 de maio de 1888, foi criada em Minas a Inspetoria de Imigração, financiada pelo governo provincial e sediada em Juiz de Fora.

Já na nascente República, o serviço de imigração e colonização não funcionou adequadamente até 1893, ano em que o serviço foi reestabelecido por uma lei adotada em meados do ano anterior.<sup>502</sup> O regulamento autorizava o governo a promover a introdução e localização de imigrantes, com operações de crédito de até 5 mil contos – a receita total do Estado não chegava a 10 mil contos. Apesar de ameaças como epidemias e revoltas populares,

---

<sup>501</sup> A carta original foi publicada na referida edição, mas é datada de 24 de setembro do mesmo ano, conforme descrito ao final do texto. O Paiz, 1 out. 1925. Disponível em <http://bit.ly/18zuUZ4>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>502</sup> Lei número 32, de 18 de junho de 1892. Ver ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1wyOr6C>. Acesso em 10 jan. 2015.

argumenta o secretário, o número de imigrantes estabelecidos entre 1894 e 1897 passou de 51 mil. Uma crise no ano seguinte interrompeu momentaneamente o fluxo migratório e os dados não voltariam a subir tão cedo. Pequenos núcleos, no entanto, foram estabelecidos: em Lambari (à época “Águas Virtuosas”), Pouso Alegre, Barbacena e em pequenas cidades próximas a Belo Horizonte. Pelas mãos de imigrantes, vem de Lambari um dos principais produtos da culinária brasileira, o “catupiry”. O criador do produto é o italiano Mário Silvestrini, que passou a industrializar o requeijão em 1911. Pouco tempo depois, em 1922, ele passaria a processá-lo em São Lourenço e, em 1949, teria sua matriz transferida para São Paulo.<sup>503</sup>

O serviço ganharia novo fôlego apenas a partir do decreto federal 6.455, de 19 de abril de 1907, sendo que no Estado de Minas ganhou uma “feição mais liberal”, diz o secretário, garantindo ao colono não só os favores antigos – lote dividido e demarcado, uma casa provisória, apoio financeiro por três meses, serviço médico, sementes e ferramentas – como também “a certeza de encontrar, em cada lote, cercado o terreno de cultura, destocada, lavrada e plantada uma área de cerca de três hectares e feitos os caminhos e canaes de irrigação”.<sup>504</sup> Com estas medidas, foram fundadas colônias em Vargem Grande (próximo à capital), Itajubá, Sete Lagoas, Cataguases, Ponte Nova, Leopoldina, Mar de Espanha, Carangola, São Domingos do Prata e Viçosa, entre outros lugares menores. Um decreto publicado no final de 1911 e que contou com a participação do próprio secretário de Agricultura buscava fixar os imigrantes que chegavam com apoio da União.

Apesar da crise europeia em grande parte do início do século XIX e, principalmente, com a Primeira “Grande Guerra” – ou, talvez, por ocasião dela –, o Estado de Minas Gerais viu seus produtos valorizados e, com isso, sua renda multiplicada. “Nessa situação lisonjeira das finanças, pôde o presidente Bernardes<sup>505</sup> alargar a colonização, quer por meio da fundação de novos núcleos ruraes, quer por meio da ampliação dos existentes, apesar do preço elevado das terras particulares”, afirma Carvalho, lembrando que, nesse contexto, foram instalados núcleos coloniais em Paracatu e Teófilo Otoni. Carvalho lamenta, inclusive, que o Estado não estava preparado “para aproveitar convenientemente as excepcionaes condições creadas pela grande guerra que, no velho continente, desorganizou a vida econômica e determinou o êxodo

---

<sup>503</sup> CATUPIRY. Empresa. Disponível em <http://bit.ly/1wyOuiI>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>504</sup> Regulamento n. 2.207, de junho de 1907.

<sup>505</sup> Artur Bernardes, antes de ser presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926, foi presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922.

de milhares de indivíduos em busca de paz e bem estar”. Não possui, por exemplo, um único albergue para receber os imigrantes, não dispunha de uma “agência oficial de colocação” e não possuía uma “legislação adequada para garantia dos operários”.

O ex-presidente mineiro Raul Soares (1922-1924), citado por Carvalho, havia alertado que “a falta de braços para a lavoura cresce dia a dia” e é “um dos assumptos mais dignos da solicitude do governo”. Soares informa ainda que o assunto foi tema de debate em um recente congresso, cujos participantes teriam sugerido “medidas contra a repressão da vadiagem e o alliciamento de trabalhadores e no sentido de tornar mais atraente a vida rural”. O secretário de Agricultura, em sua exposição, completa: “Isso, porém, não basta”. Qual seria a solução, então? “Só uma larga política de imigração, acompanhada de medidas garantidoras da nova situação do imigrante, poderá remover o mal ou minorar-lhe a extensão”, afirma Carvalho. As políticas migratórias foram facilitadas por uma lei de meados dos anos 1920 que estimulava a parceria entre a União e os governos estaduais para a “introdução de imigrantes em larga escala”.

Minas – argumenta o secretário – sequer possuía uma hospedaria e, além disso, não possuía legislação no que diz respeito aos contratos de locação dos serviços agrícolas. A nova legislação – expõe Carvalho –, pretende satisfazer “uma das necessidades mais prementes dos nossos fazendeiros, cujas queixas a esse respeito são de todo justificáveis”. O secretário de Agricultura cita, em sua exposição, as palavras do então presidente mineiro, Fernando de Mello Vianna (1924-1926), que afirmara que “a imigração estrangeira não é apenas útil”, mas “necessária e indispensável ao Brasil para impulsionar o seu progresso econômico, pelo aumento mais rápido e intenso dos valores produzidos, e deve ser animada por todos os modos efficientes, práticos e de resultados imediatos”.

Sobre a questão das “raças”, Mello Vianna argumenta: “O critério econômico adotado para julgar das vantagens da imigração exclue, pelo menos durante certo tempo, a questão de raças. Todo homem válido e capaz de se fixar no Brasil e ahi trabalhar e produzir deve ser julgado um elemento econômico de valor relativo”. Era esta a visão de muitas lideranças à época: os imigrantes eram elementos econômicos de valor relativo. O Brasil, que na avaliação de Mello Vianna sofria de “profunda anemia econômica e financeira”, não poderia prescindir de qualquer raça, “pelo menos até reparar-a completamente e consolidar uma situação de prosperidade tranquilla”, sendo portanto inoportuno “e talvez prejudicial recusar qualquer cooperação, por mínima que seja”.

Em momentos de dificuldade econômica, todos devem ser aceitos – desde que sejam tomadas “as providencias indispensáveis para evitar a formação de kystos étnicos na nossa nacionalidade”, ou seja, “garantida por medidas seguras a assimilação do imigrante estrangeiro pela raça brasileira em formação”, ou ainda “evitados os agrupamentos importantes de uma mesma raça em certos pontos do país”. Uma vez feito isso, diz Mello Vianna, “qualquer trabalhador válido e são, aqui fixado, representa um elemento de melhoria econômica”. Nesta concepção, portanto, o trabalhador – e apenas o trabalhador – deve ser “assimilável” pela “raça brasileira”, não difundir sua cultura local, não se aglomerar indevidamente com seus conterrâneos e ser válido e são. Este é o imigrante ideal, diz o presidente de Minas Gerais.

Uma vez que a situação econômica se estabilize, no entanto, “póde e deve haver preferências em matéria de imigração”, acrescenta Mello Vianna. “As raças brancas mais aproximadas do nosso typo são, por todas as condições biológicas, sociaes e *até de religião* – as mais assimiláveis pelo Brasil. Econômica e politicamente é acertado animar a imigração dellas aqui, de preferências a outras raças dispares.” (grifo nosso) Para se chegar a um resultado ideal sobre a imigração, “as questões de eugenia e de cruzamentos humanos devem ser estudadas á luz dos factos”, com o reforço “da experiência e da observação acurada e paciente”.

O interesse econômico de Minas Gerais, diz seu presidente, o aconselha a aceitar todos os que sejam capazes de trabalhar. O interesse político “nos leva a preferir os mais facilmente assimiláveis”. Os princípios são os seguintes: animar a imigração sem “exclusivismos discutíveis ou, pelo menos, anti-econômicos no momento”; preferir na aplicação dos auxílios e favores “as raças mais aproximadas da nossa”. As conclusões de um eventual estudo “baseado na observação e na experiência” poderão levar o Brasil a limitar e até proibir – diz Mello Vianna – a entrada “de taes e quaes elementos étnicos no território nacional”, exercendo “um simples acto de soberania”. Será sempre “o seu interesse legitimo que o levará assim a agir”, conclui.

O presidente mineiro afirma ainda, em tom de alerta, que “só se póde attribuir valor econômico definitivo e apreciável ao imigrante fixado ao sólo”. O imigrante deve se solidarizar com os interesses do país “que adoptou para segunda pátria”. Mello Vianna compara os trabalhadores “que vêm ganhando salários e se vão” às “nuvens de gafanhotos” que pousam para devorar as lavouras e não deixam, “lá de onde levantam voo, mais do que

um ligeiro adubo”. Sua comparação, diz, não possui “intenção pejorativa”, apenas como “símile econômico”. O apoio ao *braço estrangeiro* não está vinculado, ao contrário de outros discursos comuns no século XIX, à acusação sobre uma suposta “indolência” do brasileiro. “Quanto ao trabalhador nacional póde-se afirmar que a sua decantada indolência é uma lenda destruída”, diz ele. Para Mello Vianna era preciso facilitar a aquisição de terra para trabalhar, porque “a terra brasileira ao brasileiro deve caber, antes de a mais ninguém”.

Fundamentalmente, o regulamento proposto pelo governo estadual propunha a restauração do serviço de introdução de imigrantes que se destinem à lavoura particular, ao povoamento de terras devolutas e aos núcleos coloniais do Estado. Dá ainda, argumenta o secretário, garantias aos trabalhadores nos contratos de locação de serviços ou parceria rural. Cria a Hospedaria de Imigrantes, que serviria de Agência Oficial de Colocação, cujo objetivo é “centralizar as ofertas e procuras de braços para a lavoura”. Em uma caderneta criada pela lei devem constar as ações que cabem ao “operário rural”, provenientes de acidentes de trabalho e dos contratos de locação.

Na aplicação de favores e medidas protetoras, argumenta o secretário, o regulamento não faz distinção entre nacionais e estrangeiros: “Todos quantos vierem para Minas em busca de trabalho, aqui encontrarão agasalho e paternal assistência para vencer as primeiras e mais penosas dificuldades de instalação no novo meio”. Esse argumento se contradiz com a declaração do próprio presidente citada no próprio artigo de que os trabalhadores nacionais deveriam ter direito à aquisição de terras prioritariamente, em detrimento dos estrangeiros, a quem caberiam apenas lotes demarcados.

Com o regulamento, o governo espera realizar ainda, segundo anunciado, uma espécie de reforma agrária – ou, nas palavras de Daniel de Carvalho, “o retalhamento dos latifúndios e formação de núcleos coloniais”. O parcelamento das grandes fazendas, afirma, evitaria que permaneçam inaproveitadas áreas imensas de terrenos de cultura, se tornando em “obra de incalculável alcance econômico para Minas”. O secretário observa que, apesar do imposto territorial, “tem sido notada em algumas zonas a tendência para o alargamento da área das fazendas de criação, como consequência do êxodo dos trabalhadores rurais”. E como o governo pretende fazer isso? “Concorrendo com a metade da quantia necessária para a construção da casa do colono e dividindo os terrenos em lotes gratuitamente, procura o governo interessar os proprietários que, com o retalhamento de suas terras e venda aos colonos, não só valorizarão a parte que se reservarem, como terão á mão braços disponíveis

para os trabalhos ruraes.”

O argumento, repetido desde meados da segunda metade do século XIX, era simples e direto: as colônias significam mais produtividade e um lucro maior – tanto para o governo quanto para os proprietários rurais. “Caso vingue a idéa” – conclui o secretário – “teremos dado um grande passo para o fortalecimento da nossa economia”. Como política de sucesso, o autor cita um caso australiano – mais especificamente do Estado de Vitória. Segundo Carvalho, este estado australiano iniciou, em 1904, uma nova política colonizadora por meio da subdivisão de grandes propriedades. Segundo o secretário, aplicar recursos neste tipo de ação é benéfico porque “a maior parte da despesa constituirá apenas adiantamento que reverterá integralmente aos cofres públicos ao cabo de alguns annos”. A “reforma agrária” proposta pouco se relacionava, portanto, a uma repartição radical das terras e da propriedade.

O autor aponta também que a Europa vive uma crise de desempregados e do excesso de população em alguns países: “São milhões de homens disponíveis que poderão ser encaminhados para nossa terra, de vez que os Estados Unidos da América redobram de rigor contra a entrada de immigrants”. O regulamento quer, conclui o secretário mineiro de Agricultura, “dotar o Estado do aparelho necessário para aproveitar essa oportunidade e resgar largos horizontes á immigração e colonização de nossa terra”.

Apesar do anúncio n'*O Paiz* afirmar que as autoridades mineiras não discriminariam os brasileiros, a edição de 7 de dezembro de 1925 da seção “Globo nos Estados”, do diário carioca *O Globo*<sup>506</sup>, reproduz uma carta na íntegra de um leitor de Belo Horizonte que reclama da preferência que a nova legislação dá a trabalhadores imigrantes. O diário publica a carta quase sem introdução, sob o título de “O trabalhador nacional e o regulamento da colonisação”:

Sr. Redactor do O GLOBO – Como brasileiro, bastará ao redactor do querido vespertino ler os trechos do Regulamento dos Serviços de Immigração e Colonisação, agora aprovados pelo Estado de Minas, para que melhor ainda venha a conhecer como as cousas, em Minas, têm sempre um valor ás avessas. Hoje, cada paíz cuida de proteger seus nacionaes. Aqui, ao contrario, dá-se mais valor ao que é importado, trata-se de homens ou productos industriaes. Minas, pelo seu Regulamento de Colonisação, relega ao último plano o trabalhador brasileiro, aquelle que deveria merecer a preferência de seus carinhos, porquanto é elle que tem contribuído até aqui, para que o Estado se tornasse rico e próspero. Ainda aqui merece menção o facto de que com as riquezas accumuladas o Estado de Minas não passasse de um organismo

---

<sup>506</sup> Fundado em 1925 por Irineu Marinho. Não confundir com o jornal *O Globo* do século XIX citado no capítulo anterior.

de controle a um órgão bancário, acumulando rendas, fazendo o Estado capitalista (...).

O leitor, identificado como Jeremias Mineiro, cita artigos do regulamento, como o 83, que determina uma ordem de preferência para a concessão de lotes para “immigrantes estrangeiros”, recém-chegados ao Estado, colocando em segundo plano os “colonos nacionaes ou estrangeiros, que, prosperando nos seus lotes, quiserem edificar na área urbana”.

Já o artigo 84, ainda segundo este leitor, regulamenta a concessão de lotes rurais, também dando preferência a imigrantes estrangeiros “de profissão agrícola, que tenham família numerosa, etc”. Seguindo a ordem de preferência vem os “immigrantes estrangeiros que tenham pago suas passagens para o Brasil e Minas e que offereçam de contado o preço do lote ou maior parte do preço”. Depois destes, a preferência é, segundo o mesmo artigo, para “immigrantes estrangeiros que tendo vindo para o Estado a expensas próprias não possam effectuar o pagamento adeantado”. E, apenas na quarta “posição” de preferência, os “agricultores nacionaes que tenham família numerosa e, entre estes, os que dispuzerem do maior número de pessoas válidas para os serviços de lavoura”. A quinta preferência é para filhos de colonos já estabelecidos e a sexta para “moços que tenham concluído os cursos dos institutos profissionaes do Estado e hajam se distinguido pela intelligência, capacidade de trabalho e vocação para a agricultura”.

O leitor observa ainda que o artigo 107 ainda auxilia os colonos com apoio financeiro, adiantamentos nos seis primeiros meses, crédito rural para compra de animais, sementes, mudas e ferramentas de trabalho, além de assistência médica e alimentar. O leitor cita ainda o artigo 120: “Ao immigrante agricultor, com família, recém-chegado ao paíz, poderá ser concedido gratuitamente um lote rural”.

### **5.10 Ucrânicos “morigerados” no sul e a “algazarra” húngara**

A edição matutina do jornal *O Globo* de 22 de março de 1926 traz uma matéria dando conta das “grandes levas de imigrantes europeus, chegados, a dias, a esta capital (Porto Alegre)”. O jornal destaca a chegada de 146 ucranianos, “sob a direção do engenheiro Manoel Luiz Borges da Fonseca”, que comunicou à Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas a chegada dos colonos a Santo Ângelo, “dizendo que todos estavam bem dispostos, tendo sido alimentados a contento durante a viagem”. De Santo Ângelo eles seriam



levados à cidade de Santa Rosa. Gravataí, relata o jornal, receberia momentaneamente outros 288 estrangeiros, que teriam como destino a cidade de Erechim. Estes, no entanto, teriam recusado a oferta do governo do Estado. Por isso, seriam levados de volta ao Rio de Janeiro para serem deportados, “segundo determinação do Ministério da Agricultura”. Estrangeiros, só trabalhando.

Outros 71 imigrantes, no entanto, conseguiram emprego em Porto Alegre mesmo e, por isso, não seguiram para o Rio. “Caso a partida para o Rio demora, é possível obtenham collocação aqui, pois em Gravatahy tem aparecido pessoas querendo contratar pessoal para trabalhar em granjas de arroz”, relata o diário carioca, que afirma que o Governo do Estado dá toda a assistência aos que esperam na estação, enviando alimentos e atenção médica. O jornal aponta que um total de 513 imigrantes foram para o Rio Grande do Sul; destes, oito morreram em apenas seis dias – do dia primeiro ao dia 6 de março. O jornal não divulgou as causas das mortes.

Dois meses antes, no dia 26 de janeiro de 1926, o mesmo diário dá conta da vista de Abrahão L. Convisser, representante da *Polish-American International Trade Representative*, “com a incumbência de se entender com o nosso governo sobre a possibilidade de serem localizadas no Brasil, principalmente nos Estados de S. Paulo, Paraná e Santa Catharina, aproximadamente três mil famílias ucrainas, que desejam emigrar para o nosso paíz”. O jornal informa que o “Sr. Convisser” tem “quasi certeza de resolver esse assumpto favoravelmente”, pois, conforme declarou ao diário, “são todas pessoas de costumes morigerados, saudáveis, aptas, portanto, para o trabalho e óptimos agricultores”.

A mesma edição conta um caso curioso de um homem que afirma ser um antigo tenente-coronel do exército imperial russo. Segundo o periódico, Vladimir Skafonsky estava a bordo de um transatlântico rumo à Argentina, e em sua parada no Rio de Janeiro foi localizado pela equipe do jornal. “Já não é cousa que causa mais surpresa encontrar homens que ocuparam posições *brilhantes* na Rússia antiga dos czares, gente outr'ora rica e de realce na aristocracia russa, gente que se vê, agora, longe da *pátria extremada*, della banida, e que perambula por terras desconhecidas e estranhas em luta com a adversidade e em busca de qualquer trabalho, muitas das vezes o mais rude e ínfimo, para assim obter os meios de subsistência”, inicia a matéria. O repórter aponta que não causou estranheza, portanto, que o viajante estivesse “na terceira classe do transatlântico norte-americano 'Pan America'”. Ele recebeu o jornal “delicadamente e os seus modos não traíram a sua qualidade de pessoa fina e

educada”, completa *O Globo*. O próprio homem dá outra versão sobre sua condição: “Eu era tenente-coronel do corpo de artilharia [do império russo]. [Atualmente] Nada mais sou do que um simples representante da *Sikorsky Aero Engineering Corporation*<sup>507</sup>, importante casa constructora de aeroplanos nos Estados Unidos, e me-destino à República Argentina”.

Ele afirma estar viajando a negócios para diversos países sul-americanos, “tanto assim que, dentro de três meses pretendo estar aqui no Rio, para o mesmo fim, e tenho fortes esperanças de que serei feliz no desempenho da missão que me foi confiada”, disse. Vladimir conta que lutou por três anos contra a Alemanha e, após “irromper a revolução”, ingressou no exército branco na luta contra o bolchevismo. Em vão: teve de fugir para a França e, depois, para os Estados Unidos. “Fui mais feliz. Encontrei um patrício meu, o Sr. Igor Sikorsky, que me deu a mão, que me auxiliou. Empregou-me elle na sua casa constructora de aeroplanos, a *Sikorsky Aero Engineering Corporation*. Estudei, estudei muito, e, algum tempo depois, consegui o 'brevet', de aviador.” Igor Sikorsky foi de fato um pioneiro na área, chegando da Rússia a Nova York em 30 de março de 1919 e fundando, no dia 5 de março de 1923, a empresa citada por Vladimir.<sup>508</sup> Eram comuns matérias sobre paquetes – pequenas embarcações mais luxuosas e velozes – levando imigrantes para a Argentina e outros lugares. É o caso do “Ré Vittorio”, que segundo *O Globo* do mesmo dia levava poucos passageiros, a maioria italianos, entre os quais alguns diplomatas. A embarcação vinha de Gênova “e escalas de costume”.

A desorganização das autoridades brasileiras em receber os imigrantes surgia por vezes na imprensa. “Eram tantas as baldeações”, diz o título de uma matéria do jornal *O Globo* de 24 de março de 1926. “Em Belém [atual Estação de Japeri, no Rio], a leva de immigrants não quiz seguir viagem. Algazarra, reclamações, um inferno... – E a gare [estação de trem] D. Pedro II em polvorosa”<sup>509</sup>, diz o subtítulo. O jornalista tenta explicar a situação – que, de fato, não parece muito fácil de se entender. Conta o diário que 94 imigrantes húngaros que estavam na Hospedaria da Ilha das Flores embarcaram na então Estação D. Pedro II – atual Estação da Central do Brasil – rumo a Campo Grande, capital do então Estado do Matto Grosso. A Hospedaria, como se sabe, era o centro de referência de recepção de imigrantes. “Famílias inteiras, onde avultavam as creanças, enchiam os bancos da

<sup>507</sup> A empresa ainda atua no mercado, ver <http://www.sikorsky.com>

<sup>508</sup> Ver SIKORSKY ARCHIVES. Igor Sikorsky. 6 nov. 2012. Disponível em [http://www.sikorskyarchives.com/Igor\\_Sikorsky.php](http://www.sikorskyarchives.com/Igor_Sikorsky.php). Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>509</sup> Sobre o nome das estações, ver ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Japeri – Linha do Centro (antiga Belém). 16 dez. 2012. Disponível em <http://bit.ly/1wyPjrK>. Acesso em 10 jan. 2015.

estação, á espera do comboio que os deviam conduzir á terra da promessa. Emigrados do seu paíz afim de em terra estranha ganharem o pão quotidiano, os homens estavam satisfeitos por terem terras para cultivar e por encontrarem um povo amigo que os auxiliasse com o seu conforto moral e material”, observa o diário carioca.

O trem partiu, continua o matutino, e só depois de Cascadura souberam os imigrantes que teriam de desembarcar em São Paulo para fazer uma baldeação nos trens da Companhia Paulista e, depois, em Campinas, com mais duas baldeações. “Causou a informação geral descontentamento, havendo uma reviravolta naquella gente toda. Os homens reuniram-se em conselho e deliberaram que não seguiriam viagem!”, relatou o jornal, que completa: “A resolução era inabalável e não houve conselhos em contrário, dos mais velhos, que demovesse os passageiros. Em Belém [Japeri], desceram todos dos carros, encheram a estação e e n'uma algazarra indescritível queriam voltar para esta capital”. Com a ajuda de um intérprete, os húngaros finalmente conseguiram o retorno para o Rio. Quando chegaram à Central do Brasil novamente e, ao procurar pelas bagagens, nova surpresa. “Foi-lhes explicado que ella havia seguido no trem que as levava para São Paulo. Foi o bastante para que todos se revoltassem. Queriam a viva força o que lhes pertencia; queriam mesmo, já por fim, voltar para onde estava a bagagem...”

O diário relata o desespero dos funcionários locais, que não sabiam o que fazer “diante daquella multidão exasperada; e, afinal, resolveram comunicar o facto à Polícia Central e á delegacia do 14º districto”. O comissário Paulo Nogueira chegou ao local, “incontinente”, e “procurou fazer explicar áquella gente que era impossível organizar um novo embarque e impraticável, na occasião, fazer voltar a bagagem reclamada”. Como os imigrantes não se conformaram com as “explicações”, o comissário, “temendo um sério distúrbio”, solicitou um carro de apoio e “força”, com o objetivo de “garantir a ordem”. Os imigrantes – relata o jornalista – “por fim, já não queriam mais a bagagem nem prosseguir a viagem; queriam ser repatriados. Era um novo desejo que não podia ser satisfeito”. O destino final dos húngaros: de volta para a Hospedaria da Ilha das Flores.

Mesmo em menor número, os italianos continuavam a chegar em grande número. Nesta década, 1920, foi o segundo maior grupo de estrangeiros a entrar em território nacional, atrás apenas dos portugueses. No total, pouco mais de 106 mil italianos entraram no país entre 1920 e 1929, 13% do total de estrangeiros oficialmente registrados nos portos.<sup>510</sup> Os anúncios

---

<sup>510</sup> LESSER, 2001:28.

de sua chegada eram frequentes, como este do jornal *O Globo* de 3 de abril de 1926, em que o diário carioca anuncia a chegada do paquete (embarcação) “Cesare Battisti”, procedente de Gênova com escalas em Nápoles e Palermo. O diário informa que chegaram 462 imigrantes (quase todos italianos) com destino ao Rio e quatro passageiros de segunda classe, com outros 613 indo para Santos – a maioria imigrantes “contratados pelo governo paulista”. A embarcação ficou próxima à Ilha Fiscal e os imigrantes que permaneceriam na capital contaram com um serviço de transportes para a Ilha das Flores “feito por lanchas do Serviço de Imigração, auxiliado pelos agentes destacados no referido paquete”.<sup>511</sup>

### 5.11 Boa parte dos imigrantes do início do século XX foi embora do Brasil

Já no final de 2007, em sua edição de 1º de dezembro, o jornal *O Globo* destaca a dissertação de mestrado da historiadora Ilana Peliciari Rocha<sup>512</sup> que revelava – segundo o diário carioca – que “boa parte dos imigrantes do início do século XX foi embora do Brasil”. A reportagem tem início com um personagem: “Porto de Santos, 17 de janeiro de 1908. O espanhol Francisco Ruis, sua mulher, a italiana Maria, e os filhos, Maria, Giovanni, Filomena, Margherita, Giuseppe e Vittoria – todos com idades entre 1 e 8 anos – tomam um vapor italiano rumo à Europa. Viajam na terceira classe, como faz a maioria dos 30.616 imigrantes estrangeiros que deixam o Brasil naquele ano”. A matéria recorda que aqueles eram “tempos difíceis” para os imigrantes no Brasil, com o “preconceito que se firmava contra os estrangeiros” e em meio a um contexto econômico de crise: “eles começavam a se iludir com a cultura do café”.

O jornal registra que a historiadora Ilana Peliciari localizou, nos arquivos do Memorial do Imigrante em São Paulo o “momento mais crítico desse refluxo migratório”: o período entre 1906 e 1910. Nos quatro anos, entraram segundo Ilana 190.186 estrangeiros, porém o número de saídas “surpreende a estudiosa”: 173.671, ou cerca de 91% do total de entradas.

<sup>511</sup> A título de curiosidade, veja uma lista de 1923 de imigrantes que chegaram nesta mesma embarcação no site do Memorial do Imigrante de São Paulo: <http://bit.ly/1jYZBqt> (acesso em 10 jan. 2015) e uma imagem do mesmo em 1922, em IMIGRANTES ITALIANOS. Família Cecchetti. Disponível em <http://bit.ly/1wyPC5T>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>512</sup> ROCHA, Ilana Peliciari. Imigração internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890-1920. 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-24102007-145107/>. Acesso em 2015-02-28.

“Sempre estudamos e pensamos nos migrantes que chegaram e ficaram no Brasil. Decidi investigar os que deixaram o país”, diz Ilana citada pelo jornal.

A pesquisadora analisou 30 mil documentos de saída do Porto de Santos, com foco no ano de 1908 e nas nacionalidades italiana, portuguesa e espanhola – as de maior número de imigrantes à época. Para Ilana, a “debandada não pode ser explicada como um fracasso dos imigrantes, tampouco das políticas de fixação dos estrangeiros no Brasil”. Ela argumenta: “Uma prova disso é que o número de viajantes que pediram auxílio do governo para retornar a seu país ou para deixar o Brasil em 1908 foi muito pequeno, apenas 3,4% recorreram a essa ajuda. Então, a situação do imigrante não era de miséria”. Os dados da historiadora confirmam a direção que deram os sucessivos governos brasileiros por meio dos editais públicos: os imigrantes eram estimulados a trazer suas famílias. Entre os viajantes analisados na pesquisa de Ilana, 30,1% eram crianças de até 10 anos que viajavam com os pais. Ainda segundo a pesquisa, 40% dos viajantes não voltavam para seus países de origem: reemigravam. E outros, registra a matéria citando a pesquisadora Midory Kimura Figuti – à época ainda trabalhando no Memorial do Imigrante e uma das maiores referências no tema em São Paulo –, iam visitar a família e retornavam.

Midory Kimura Figuti é ela própria descendente de imigrantes – nascida no Paraná, é filha de imigrantes japoneses – e já prestou diversos serviços na área, sendo seu primeiro emprego o de nutricionista da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, em 1959.<sup>513</sup> Midory já dirigiu o Memorial quando ainda era o Centro Histórico do Imigrante, nos anos 1980. A reportagem informa que, pelos registros da Hospedaria passaram, entre 1887 e os anos 1970, 2,5 milhões de pessoas de 70 nacionalidades.

Com 120 anos (à época da reportagem, de 2007), o conjunto de prédios foi restaurado e passou a abrigar o Memorial, contendo acervo de documentos da imigração do Porto de Santos, da própria hospedaria e imagens de época. À época, Midory e a equipe do Memorial estavam em busca da “história oral como elemento de reconstituição do passado do Brasil”. Objetos, fotos e depoimentos de imigrantes e de seus familiares são coletados para o acervo e para a montagem de vídeos e exposições, acrescenta a reportagem. Midory opina sobre o tema ao jornal *O Globo*: cada nacionalidade, diz, deve ser vista “de forma peculiar”, porque “guarda características próprias de sua cultura e história”.

---

<sup>513</sup> Em 2012 ela recebeu uma homenagem da comunidade nipo-brasileira. Ver OI, Célia. Midory Figuti, homenageada na sessão solene do CONSCRE. Kenren, 6 set. 2012. Disponível em <http://bit.ly/1wyQgR0>. Acesso em 10 jan. 2015.

Midory – testemunha viva da História, tendo trabalhado por cerca de 50 anos no local, até pelo menos 2010 – faz um apanhado que tem um certo grau de generalização, mas vale o registro, conforme descrito no jornal *O Globo*: “Os árabes, por exemplo viajavam por conta própria, geralmente chegavam ao Brasil sozinhos e voltavam muitas vezes para seus países de origem”. Já os italianos, que “vieram inicialmente pelas políticas bilaterais entre Itália e Brasil, chegavam com suas famílias, amparados pelo subsídio do governo” e usando “muitas vezes” as dependências da Hospedaria do Imigrante, onde depois se estabeleceu o Memorial. Os espanhóis, acrescenta, passaram a receber subsídio do governo para vir para o Brasil assim que o benefício foi suspenso na Itália, e também viajavam com suas famílias. Os portugueses, completa Ilana, eram os que mais faziam viagens de “ida e volta”.

Uma das metodologias utilizadas por outra historiadora citada, Ana Silvia Volpi Scott, é conhecer histórias pessoais para “montar o quebra-cabeça do Brasil”, registra o jornal. Um de seus trabalhos, sobre as crianças imigrantes órfãs, é produzido com a ajuda de arquivos fotográficos. “Hoje” – diz ao jornal – “há uma tendência de se acompanhar as trajetórias individuais, de fazer a microanálise. Não usamos só dados estatísticos e demográficos, mas a história das pessoas”.

### **5.12 Progredimos: agora é hora de fechar as fronteiras**

Em meados de década de 1920, a imprensa mais frequentemente trata dos problemas relacionados ao grande número de imigrantes que entraram no território nacional nos últimos anos, com alguns artigos sugerindo que é hora de pensar em limitar a entrada de estrangeiros. Os últimos dados são citados pela *Folha da Manhã* no dia 9 de janeiro de 1926. Um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – identificada na matéria como “Bureau Internacional” – informa os números da migração internacional: “Graças à vantajosa contribuição das autoridades de diversos países, o Bureau pôde fazer uma interessante resenha em torno da emigração de sessenta nações das mais importantes”. A matéria acrescenta: “O fito desse trabalho, exaustivo, como facilmente se vê, é o de poder facilitar o estudo das evoluções emigratórias do mundo inteiro, o que aliás, conseguiu vantajosamente a importante repartição internacional”.

O estudo, apesar de ter sido publicado em 1926, se refere aos anos de 1920 a 1923 e

dava conta do total de aproximadamente 2 milhões de migrantes, somente em 1923. Já entre 1920 e 1922, este número chegou a quase 9 milhões – em parte devido ao período turbulento na Europa. Após o período da guerra, informa o diário, a emigração transoceânica diminuiu pela metade, enquanto que a continental teve sensíveis aumentos. Relata o diário paulistano: “Em 1923, quando mais se accentuaram as dificuldades de paz européa, emigraram para outros continentes 256.284 ingleses, 177.853 italianos, 115.416 alemães, 93246 hespanhoes, 55.401 portuguezes, 25.282 suecos, 17.287 noruegueses, 15.972 tchecoslovacos, 15.491 austríacos, 13.835 finlandezes, 12.719 rumaicos, 10.352 francezes e 9.370 entre sérvios, croatas e slovacos”.

O Brasil – apontam os dados – confirma sua tradição de, apesar de país continental que é, receber sempre poucos estrangeiros em relação ao cenário global. Citando dados da *Folha da Manhã*, enquanto os Estados Unidos receberam, desse total, cerca de 487 mil imigrantes, seguido de Argentina (195 mil) e Canadá (117 mil), o Brasil registrou a chegada – entre os europeus citados – de apenas 84 mil, mesmo número recebido pela Austrália. A minúscula Cuba recebeu quase o mesmo número, 75 mil pessoas. Em relação às imigrações dentro do mesmo continente, a Alemanha também confirmou sua tradição de país receptor: segundo o diário, um milhão de “operários continentaes” entraram no território alemão por ano, mesmo antes da guerra. Em 1923, a França reverteu a baixa recepção de trabalhadores imigrantes e recebeu 262 mil deles, enquanto no mesmo ano a Alemanha recebera pouco menos de 20 mil. Não há qualquer menção a dados de imigrantes africanos, latinos ou asiáticos, embora se saiba que estes grupos também compunham o cenário migratório.

O mesmo jornal, quatro dias depois – na edição de 13 de janeiro – destaca que uma embarcação conduz para o porto de Santos 198 imigrantes “contractados pelo serviço de imigração do Estado de S. Paulo”, em sua maioria “polacos e húngaros”. Completa a nota, curta: “Sabe-se que o governo paulista negocia com a Polônia um accôrdo sobre imigração”. A *Folha da Manhã* relata ainda, no dia 30 de janeiro, os dados da hospedaria estadual no ano anterior, 1925. A Hospedaria dos Imigrantes era administrada pelo Departamento Estadual do Trabalho e conta o jornal que deixaram o local naquele ano 8.871 imigrantes, sendo que 7.993 compunham 1.556 famílias, com outros 878 “avulsos, isto é, não tinham família”. A maioria é composta de espanhóis (2.176) e iugoslavos (1.973). Os demais, na ordem, são romenos, austríacos, estonianos, italianos, portugueses, alemães, húngaros e poloneses.

Começam a surgir com cada vez mais frequência artigos que não reivindicam apenas “as melhores raças”, mas questionam também a necessidade da imigração em si. “Devendo ao influxo benéfico das correntes immigratórias boa porção de progresso que ora desfruta, o nosso Estado (de São Paulo) cada vez poderá menos prescindir de ajuda do braço estrangeiro”, diz um artigo não assinado de 19 de janeiro de 1926 na *Folha da Manhã*. “Sabem-no todos os governos e, não só São Paulo, como também a União, têm tomado medidas reguladoras do complexo problema que constitue a imigração”, acrescenta o diário. O autor da matéria afirma que surgem muitas reclamações de famílias que são atraídas ao país com a crença de que encontrarão trabalho e, uma vez que chegam, ficam em “situação afflictiva, sem recursos e sem possuir meios de angariar serviço”. O autor do artigo comenta que, “ao que parece, segundo ouvimos murmurar”, a situação é promovida pelos “famosos alliciadores de immigrants que voltam a exercer a sua nefasta actividade”. Os atravessadores atravessam os séculos, assim como a *provisoriedade* dos imigrantes, conforme argumenta Sayad: como não são mais “úteis”, os lembramos de sua condição de provisórios e descartáveis.

Apesar de aparentemente preocupado com os imigrantes, a princípio, o articulista não identificado da *Folha da Manhã* passa a tratar do tema de acordo com os princípios eugenistas de sua época. “A par desses factos, há a admissão no meio dos immigrants de elementos negativos, constituídos de pessoas que, impossibilitadas physicamente de trabalhar, vêm recorrer à caridade, que em seus paízes de origem não encontraram”. O autor pede uma ação contra o “espectáculo” de “mendicância exercida por estrangeiros”. E completa: “Urge uma providência que venha pôr termo (*dar um fim*) ás irregularidades assinaladas e das quaes os poderes públicos não podem allegar ignorância. São medidas de prevenção e *saneamento social* que se impõem” (grifo nosso). O artigo pede, como medida política, que se abra “os portos e as porteiras” à imigração “valida e operosa”, mas “não permittamos o ingresso em nosso paíz de elementos que venham augmentar o avultado contingente de inválidos que possuimos e que já concorrem para empecer o progresso do Brasil”.

O jornal *O Globo* também protesta. A edição de 22 de abril de 1926 do diário carioca relata, na página 2, que seguiu de São Paulo para a hospedaria da Ilha dos Porcos – atual Ilha Anchieta, na costa de Ubatuba – “a quarta leva de immigrants, que se recusam a trabalhar na lavoura”. Eleva-se assim, segundo o redator, para 1.600 “o número de colonos mandados para aquelle depósito”. Em 1908 foi fundada nesse local a “Colônia Correccional da Ilha dos



Porcos”, que viria a ser desativada em 1914, com os presos sendo transferidos para presídios de Taubaté. Em 1928 foi reativada, abrigando posteriormente os presos políticos do período da ditadura de Getúlio Vargas. Nesta época, além dos habitantes originais, passaram a morar na ilha os soldados e seus familiares. Nesse meio tempo, também imigrantes, conforme os relatos dos jornais.<sup>514</sup> Em 1934, em comemoração ao centenário de Anchieta, a Ilha dos Porcos passou a chamar-se Ilha de Anchieta.<sup>515</sup>

“Como se sabe, o governo paulista mantém um serviço de sedução na Europa, com agentes carregadores de belas promessas”, lembra *O Globo*. “Em virtude delle têm vindo para o Brasil exemplares de todas as raças, sonhando com a fortuna fácil do Eldorado.” O editorialista dá exemplos das ameaças de tal política: imigrantes que foram parar no sul e tiveram de ser repatriados e “o exemplo dos rumaicos [romenos], aqui entregues quasi á desordem, por não quererem seguir os respectivos destinos”. O autor do texto – não assinado – afirma que o serviço de imigração é de responsabilidade federal e “se assim não é, assim deve ser”, pois é para isso que é mantido o Ministério da Agricultura – argumenta – “que possui um aparelho de exame das questões relativas á vinda desses ou daquelles immigrants para o paíz”.

O diário – de orientação governista – critica a iniciativa paulista, “contraria a quaesquer conselhos de bom senso” e que acaba por transformar São Paulo “numa complexa Macedônia [miscelânea]”. E a prova definitiva são os imigrantes alojados na Ilha dos Porcos. “Que vae fazer agora o governo paulista, com esses 1.600 immigrants? Repatrial-os? Isto é um nunca mais acabar de despesas!” O autor do texto afirma que o caso merece registro “afim de que não se repita factos análogos”, concluindo que São Paulo tem importado “os peores elementos sociaes”, o que por si só já bastaria para “inspirar um remédio federal, se o Brasil fosse, realmente, um organismo federado...”.

---

<sup>514</sup> Ver ILHA ANCHIETA. História da Ilha Anchieta. Disponível em [www.ilhaanchieta.com.br/historia.htm](http://www.ilhaanchieta.com.br/historia.htm). Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>515</sup> SACONI, Rose; RANGEL, Luiz Rangel. Massacre da Ilha Anchieta completa 60 anos. Acervo O Estado de S. Paulo, 22 jun. 2012. Disponível em <http://bit.ly/1wyRbRs>. Acesso em 10 jan. 2015.

### 5.13 Atenção fazendeiros: lucrem mais com os japoneses, uma raça afável, obediente e que trabalhará 10 horas por dia

Na última semana de setembro de 1894 desembarca no porto de Santos um enviado especial para assuntos de imigração do governo do Japão. Nesse ano, observa Lesser, alguns imigrantes italianos já haviam sido deportados sob a acusação de “anarquismo”. A “procura por uma gente mais dócil” já havia começado, diz o autor, à medida que aumentava a percepção de que os brancos europeus não eram os imigrantes “ideais”, pelo menos não na concepção dos fazendeiros da época. Os japoneses seriam, segundo esse mesmo diplomata, os “brancos da Ásia” e tudo o que os europeus não eram: quietos, trabalhadores e ansiosos por se tornarem brasileiros. A pressão demográfica era um dos fatores que o levavam a visitar o Brasil.<sup>516</sup>

Três anos depois, o *Correio Paulistano* de 12 de outubro de 1897 publica um anúncio publicitário de página inteira intitulado “Aos senhores fazendeiros e agricultores da grande República dos Estados-Unidos do Brazil”, da empresa A. Fiorita & Comp.<sup>517</sup> No texto, a companhia pede a “atenção especial de todos os srs. fazendeiros e agricultores deste paíz para o importante benefício que poderá advir-lhe com a *acquisição* de imigrantes japonezes” (grifo nosso). A empresa se apresenta como agente geral da *Japan Emigration Company*, dispondo portanto de “todos os elementos” para tornar uma “realidade a introdução de imigrantes japonezes” no Brasil. A empresa assegura “não ser de difícil execução levar a efeito tal empreendimento”, apresentando ainda a parceira japonesa como “uma das Companhias mais poderosas do Império do Japão” e “indubitavelmente sem competidora entre as Companhias de imigração”.

Outra vantagem da *Japan Emigration Company*, afirma o anúncio, é que ela possui uma diretoria composta de banqueiros, capitalistas e comerciantes “dos mais considerados”, comprometendo-se a enviar para o Brasil, “conforme a encomenda, imigrantes da laboriosa e notável raça japonesa, mediante razoável retribuição e favoráveis condições”. Em relação à “raça” japonesa, a empresa brasileira ressalta a “sobriedade do seu viver”, a sua “índole pacífica” e o “amor ao trabalho”. O povo japonês vive bem em seu país, argumenta a empresa, “tendo sempre trabalho”, porém “com ordenados inferiores aos que poderão ganhar

---

<sup>516</sup> LESSER, 2001:153-154.

<sup>517</sup> *Correio Paulistano*, 12 out. 1897. Disponível em <http://bit.ly/1aEBBtA>. Acesso em 30 jan. 2015.

fóra delle”. Justamente por esse motivo, argumenta a nota, “deve-se aproveitar tão útil imigração”. O imigrante japonês como agricultor “é universalmente conhecido”, sustenta a empresa, com um conhecimento milenar no tema. Além disso, são “magníficos criadores de peixe”, os únicos que souberam “cruzar as diferentes qualidades de peixe para conseguir espécies únicas e originaes”.

Em relação aos valores morais, o texto argumenta que os japoneses são “dotados de muito bom gênio, muito affáveis, no trabalho são unidos, trabalhando todos por um e um por todos, poder-se-hia dizer um regime militar, em manobras, obedecendo ao seu chefe”. A empresa ressalta que são obedientes, não são viciados, “trabalhando dez horas consecutivas por dia, menos aos domingos, que guardam para descanso”, sendo que seus únicos feriados são “o aniversário natalício de S. M. o Imperador do Japão, em 28<sup>518</sup> de novembro, e o dia do Natal”.

“A sua paciência é das mais extraordinárias”, garante a companhia, indicando como “prova” os “delicados trabalhos que sahem de suas mãos, taes como leques de fantasia, pinturas delicadíssimas e sobretudo as preciosas louças que todo o mundo inveja”. O japonês, resume o anúncio aos fazendeiros, “presta-se a toda sorte de trabalhos, desde o mais grosseiro até o mais apurado”.

A empresa garante que os japoneses introduzidos no Brasil pela *Japan Emigration Company* “não serão vagabundos, nem tão pouco vadios, imprestáveis, mas gente morigerada e perita na classe de trabalhos para que forem destinados”. O preço do salário na agricultura, afirma a empresa, será de “dezesete dollars (ouro) por mês, podendo alguns vir acompanhados de duas mulheres, as quaes serão de grande utilidade para o serviço doméstico, ganhando um salário inferior ao do marido, tendo além desse salário, casa, água e lenha”. A comida e o vestuário, informam, fica por conta dos imigrantes.

Há “muitas outras” vantagens, diz o anúncio: a empresa se responsabiliza, por exemplo, “a fazer os immigrants submeterem-se a um exame médico rigoroso antes de sua partida do Japão”. A empresa reembolsa o fazendeiro caso chegue algum trabalhador incapaz para o serviço, “assim como também no caso de fuga de algum immigrant, durante o prazo do contracto” – prazo este de três anos, informa o texto. “Emfim, seria necessário escrever um grosso volume para dar aos srs. leitores desta circular todos os detalhes, informações e vantagens desta distincta e intelligente raça”, acrescenta o anúncio, publicando em seguida

---

<sup>518</sup> Ou 23 (trecho do documento incompreensível).

uma tabela comparativa entre as despesas com uma família de imigrantes europeus e as com uma família de japoneses. Não só os lucros serão quase três vezes maior, em termos de custos ordinários, como o anúncio reforça, “como acima ficou dito”, que os japoneses trabalham dez horas por dia durante o prazo de 3 anos. Uma comparação minuciosa detalha o lucro do fazendeiro, anualmente. “Com estes ligeiros dados, os srs. fazendeiros poderão imaginar a extraordinária economia que semelhante imigração lhes proporcionará. Os srs. fazendeiros não devem perder a excelente ocasião de colonizar o seu grande paíz com um dos povos mais activos, infatigáveis e inteligentes”, conclui o anúncio. Foi bem-sucedido este anúncio publicado no *Correio Paulistano* em 1897? Não encontramos registros posteriores na imprensa brasileira.

Uma década depois, em 1907, registra-se a primeira leva de imigrantes japoneses, segundo registrou o historiador Marcelo Abreu Gomes – contestando que o marco inicial da imigração japonesa no Brasil tenha sido a chegada do navio “Kassato Maru” (na grafia da imprensa brasileira à época), em Santos, em junho de 1908 (*vide relato mais à frente*). Segundo Gomes, sete meses antes da chegada do Kasato Maru, uma colônia de japoneses foi estabelecida pelo governo do Rio de Janeiro na cidade de Conceição de Macabu, no norte do Estado.<sup>519</sup> O projeto foi liderado por Saburo Kumabe, um jurista que a comunidade japonesa no Brasil reconheceu posteriormente como um dos pioneiros da imigração no país<sup>520</sup>, tendo embarcado com a família e outros japoneses em maio de 1906, no navio Sanuki-maru.

Após uma passagem por São Paulo, Kumabe foi contatado pelo já então conhecido empresário Ryu Mizuno, presidente da Companhia Japonesa de Imigração e Colonização e responsável pelos imigrantes do Kassato Maru.<sup>521</sup> Foi Mizuno que propôs a Kumabe a formação de uma colônia agrícola no interior do Estado do Rio. Segundo registra Gomes, o local foi definido a partir de um acordo com o governo estadual. Em 3 de agosto de 1907, o jornal local *O Lynce* informou que Mizuno visitara Macaé com um grupo de imigrantes para conhecer a Fazenda Santo Antônio, em Conceição de Macabu. “A fazenda, adquirida pelo

---

<sup>519</sup> GOMES, Marcelo Abreu. *Antes do Kasato Maru*. Conceição de Macabu: Gráfica Macuco, 2008; GOMES, Marcelo Abreu. *Antes do 'Kasato Maru'*. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 31, abr. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1KMAMoQ>. Acesso em 15 jan. 2015.

<sup>520</sup> Ver, entre outras fontes, MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Os imigrantes japoneses precursores - Um olhar histórico sobre o período Pré-Kasato-Maru*. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1KMzj8v>. Acesso em 15 jan. 2015; TADA, Karen Chiaki. *Histórias que se cruzam. Centenário da imigração japonesa*, 9 jan. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1KMzu3z>. Acesso em 15 jan. 2015.

<sup>521</sup> Sobre Mizuno, ver O MENTOR da primeira viagem. Folha de S. Paulo, 18 jun. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1KMHGkj>. Acesso em 15 jan. 2015.

governo do estado, se for aprovada pelos visitantes, será escolhida para receber colonos de origem japonesa”, publicou *O Lynce*. Gomes acrescenta: “Mizuno, ao que parece, gostou do lugar. A família Kumabe, seguida de Ryoichi Yasuda, Shinkichi Arikawa e Tamezo Nishizawa, chegou a Macaé no dia 29 de novembro, fato também noticiado por *O Lynce*, na edição do dia seguinte”.

Esses imigrantes, informa o repórter do diário local, “são os primeiros que vão se localizar na Fazenda Santo Antônio, recentemente adquirida pelo governo fluminense para a instalação de uma colônia japonesa, conforme contrato celebrado com a Cia. de Imigração Japonesa”.<sup>522</sup> Gomes colheu dados primários para sua pesquisa sobre o tema, conforme relata:

A presença dos orientais logo chamou a atenção dos moradores de Conceição de Macabu, a vila mais próxima, com pouco mais de mil habitantes, servida na época pelo ramal ferroviário da Leopoldina Railway Company. Depoimentos colhidos durante recente pesquisa no local mostram o quanto a população de fato os estranhou. Dona Maria Magnólia da Conceição (1890-1999), filha e neta de feitores de escravos, comentou certa vez a respeito dos hábitos para ela exóticos dos japoneses. Comiam arroz e peixe em tigelas e se vestiam de maneira diferente. As crianças da colônia, para estudar, andavam até oito quilômetros por dia, cruzando pântanos e percorrendo trilhas desertas, até a escolinha de uma fazenda da região. O historiador Herculano Gomes da Silva, cujo pai tinha um comércio de secos e molhados no lugar, relembra histórias que os mais velhos contavam, segundo as quais japoneses eram vistos com frequência circulando pela vila, vendendo arroz e artesanato e adquirindo mercadorias, como sal, querosene, ferramentas, tecidos, agulhas e linhas.<sup>523</sup>

A colônia acabou em 1912, quando Saburo Kumabe e sua família partiram. Os motivos, segundo o historiador, foram diversos: a exaustão do solo, a falta de apoio governamental, o desinteresse da Companhia de Imigração, a malária e os crônicos ataques de saúvas às plantações.

No ano seguinte, chegava a leva de imigrantes do *Kasato Maru*. Entre 1908 e 1941 entraram no território brasileiro cerca de 189 mil imigrantes, a maior parte contando com algum subsídio governamental. Esse número alcançaria quase 250 mil até o final da década de 1960.<sup>524</sup> A resistência aqui já apontada ao “elemento amarelo” persistiria durante algum tempo, até por fim se concretizar o primeiro acordo bilateral, com um representante do governo brasileiro em Tóquio sugerindo que seria “um perigo (...) uma maior mistura de

<sup>522</sup> GOMES, Marcelo Abreu. *Antes do Kasato Maru*. Conceição de Macabu: Gráfica Macuco, 2008; GOMES, Marcelo Abreu. *Antes do 'Kasato Maru'*. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 31, abr. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1KMAmoQ>. Acesso em 15 jan. 2015.

<sup>523</sup> Id.

<sup>524</sup> LESSER, 2001:26;155.

raças inferiores na nossa população”. Lesser observa que alguns dos representantes japoneses que visitaram o Brasil também não tiveram uma boa impressão das condições encontradas no país, tanto trabalhistas quanto de ordem “moral”.<sup>525</sup>

O inspetor da Agricultura de São Paulo, J. Amandio Sobral, publica diversos artigos no *Correio Paulistano*, jornal republicano de orientação governista, por ocasião da chegada dos japoneses a Santos, ocorrida na manhã de 18 de junho de 1908. Em um destes artigos, publicado na edição de 25 de junho<sup>526</sup> e datado do dia 22, Sobral anuncia a chegada dos imigrantes – pelo navio “Kassato Maru”, em Santos, depois de 52 dias de viagem –, em um total de 781 pessoas em 161 famílias. O total, informa, é de 3 mil famílias, “que deve trazer a Companhia Japonesa de Imigração e Colonização”, por meio de contrato com o governo estadual. “O número de crianças é insignificante, e o de velhos nullo”, diz Sobral, acrescentando: “Todo o indivíduo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual”. Crianças, portanto, são consideradas apenas as com menos de 12 anos de idade.

Sobral observa que “se trata de gente de humilde camada social no Japão”, elogiando as condições sanitárias nas quais se encontravam os imigrantes. A terceira classe do navio – onde viajavam todos os imigrantes – apresentava “mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na primeira classe”, diz o inspetor. Sobral também se surpreende com o fato de que estavam todos vestidos “à europeia”, ou seja, “elles de chapéu ou bonet, e ellas de sáia e camizeta pegada á sáia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora, um chapéu simples, o mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elástico e ornado com um grampo”.

Outro detalhe que observa Sobral são as bandeiras trazidas pelo grupo: uma branca com um círculo vermelho no meio (do Japão) e a outra auriverde (do Brasil). Comenta Sobral que esta primeira leva de imigrantes japoneses “entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de proposito para nos serem amáveis”. Ele conclui: “Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável”. Sobral se fixa, em sua descrição, no fato de que os japoneses usam roupas europeias. O inspetor agrega o valor do trabalho honesto às roupas: “Foram os próprios immigrants que compraram as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando uma impressão

---

<sup>525</sup> *Ib.*, p.157.

<sup>526</sup> *Correio Paulistano*, 25 jun. 1908. Disponível em <http://bit.ly/1G5bokP>. Acesso em 10 jan. 2015.

agradável”. Ao deixarem o refeitório, nova surpresa de Sobral: “Nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros imigrantes”. Essa “indireta” de Sobral foi direcionada, ao que tudo indica, aos italianos.

Apesar da baixa estatura média do grupo – elemento tido como negativo pelo próprio autor –, Sobral parece determinado a elogiá-los, afirmando que vieram alguns homens mais altos: “O que, sobretudo, atráe a nossa atenção é a robustez, o reforçado dos corpos masculinos, de músculos pouco volumosos (admira, mas é verdade!) mas fortes e de esqueleto largo, peito amplo”. Tomam “repetidos banhos” e trazem sempre roupas limpas, diz Sobral, obcecado com a “limpeza e o asseio” dos japoneses.<sup>527</sup> As bagagens, continua o inspetor, são pequenas e “não parece bagagem de gente pobre, contrastando com os bahús de folha e trouxas de nossos operários”. Sobral conclui o artigo expondo, em síntese, o debate:

Si nesta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veiu pela imigração gente tão assejada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar. A raça é muito diferente, mas não é inferior. Não façamos, antes de tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonês no trabalho nacional.

Os problemas continuariam a ocorrer, por diversos motivos. Enquanto parte da elite brasileira argumentava que os japoneses não eram assimiláveis e que, portanto, criariam uma sociedade à parte, os fazendeiros de São Paulo descobriram que as condições degradantes que eles ofereciam aos trabalhadores não eram aceitáveis igualmente para os japoneses, que eram apresentados no discurso de algumas das autoridades locais como “dóceis” e “diligentes trabalhadores”. Muitos, ao se deparar com o cenário que não os traria o lucro prometido em seu país de origem pela empresa de colonização, fugiram para a Argentina ou para as áreas urbanas. Para os que ficaram restava a greve ou a não renovação do contrato.<sup>528</sup>

Lesser observa que o *Correio da Manhã*, em sua edição de 30 de novembro daquele ano, classificou a entrada dos primeiros japoneses como um “enorme desastre”, enquanto um estudo de uma delegação japonesa concluiu que, dos cerca de 780 trabalhadores imigrados, apenas 191 permaneciam nas propriedades, com algumas fazendas tendo perdido todos os

---

<sup>527</sup> Conforme observaremos mais à frente, esta é uma das características centrais da interpretação do pensamento eugenista no Brasil: o higienismo.

<sup>528</sup> LESSER, 2001:162-163.

seus trabalhadores japoneses.<sup>529</sup> Poucos anos depois, o modelo foi abandonado e o governo estadual passou a incentivar as primeiras colônias administradas pelos próprios japoneses, na região de Registro, litoral sul paulista<sup>530</sup>. A experiência, gerida por um sindicato dos trabalhadores japoneses, foi um sucesso.

Os argumentos pró-imigração japonesa eram sobretudo econômicos. A edição de 3 de dezembro d'O *Estado de S. Paulo*, ainda em 1908, republica texto não assinado do *Correio Paulistano* buscando mostrar que o trabalhador japonês pode ser “tão útil quanto o imigrante europeu”, sustentando ser injustas as afirmações de que a maioria dos japoneses teria abandonado a lavoura. O texto argumenta que é comum, no caso da imigração subsidiada, que no começo venha “um grande número de indivíduos estranhos á profissão agrícola, e até mesmo vagabundos”, acrescentando que o mesmo se dá com a imigração subsidiada de qualquer procedência europeia. “Isto está na própria natureza das coisas. Em todo o mundo há desocupados, há vagabundos que, sabendo que para algum paíz pódem ser transportados gratuitamente, tratam de illudir os agentes angariadores, para fugir á necessidade e melhorar de condição”, argumenta o diário.

O autor culpa fundamentalmente os contratos pelos eventuais desvios, pois estes não teriam regulamentado a composição das famílias, observando ainda que a fiscalização não foi bem feita. Além disso, o contrato permitia em certa porcentagem a entrada de outros trabalhadores, culpados pelo fracasso das primeiras iniciativas – os “solteiros” e os não agricultores. Segundo o texto, a Companhia de Emigração japonesa se comprometeu a aumentar suas garantias, diante do alto número de desistências na primeira leva – uma minoria, de acordo com o *Correio Paulistano*. A partir da renovação do contrato com o Estado, a Companhia estava autorizada a introduzir, até 1910, o número de imigrantes que faltava para completar as 3 mil pessoas do contrato original, com a realização de até duas levadas por ano trazendo não mais que 650 imigrantes por leva. Além de eliminada a possibilidade de virem solteiros agregados às famílias, foram excluídos os “indivíduos estranhos à lavoura”. O governo ganhou um prazo maior para cancelar os contratos de imigrantes indesejáveis e, por fim, os custos da deportação são da Companhia japonesa.

A negociação para a vinda dos imigrantes incluía, ainda, um acordo comercial: a

---

<sup>529</sup> *Ib.*, p.164.

<sup>530</sup> Registro tem estatuto de município e a colonização japonesa obteve o reconhecimento de seus patrimônios culturais, ver IPHAN preserva colônias de imigração japonesa no Vale do Ribeira, São Paulo. IPHAN, 24 jun. 2010. Disponível em <http://bit.ly/1zvlyAQ>. Acesso em 10 jan. 2015.



Companhia ficava obrigada a baixar o frete do café estabelecido no primeiro contrato, “ficando elle reduzido de 10 para 7 dollars, por tonelada, de Santos para a África do Sul, e de 10 para 9 dollars, para qualquer porto do Japão, não podendo a Companhia recusar o transporte de qualquer quantidade de café, desde que não exceda á capacidade do vapor”. O texto foi publicado na mesma página em que se divulgavam os índices econômicos nacionais e internacionais, como o preço do café e o câmbio do dia.

Desde a chegada em massa dos japoneses ao país, os ataques – em maior ou menor intensidade – não cessariam, realidade que só mudou a partir dos anos 1950, no pós-guerra. Em uma entrevista no *Correio da Manhã* de 2 de maio de 1918, o renomado antropólogo e professor do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, declarou que os japoneses eram tão “feios” que “considerações estéticas” o levaram a se opor à sua entrada em massa. O conceituado cientista Arthur Neiva, evocando uma “preocupação científica e com os olhos fitos no futuro do Brasil”, argumenta que as “raças orientais são inassimiláveis pelas ocidentais”, com os japoneses ou hindus fatalmente se “enquistando” entre nós.<sup>531</sup>

A campanha se estendera por praticamente toda a primeira metade do século XX e incluía o apoio da maior parte da imprensa de grande circulação, incluindo o envolvimento pessoal de um dos proprietários do *Jornal do Commercio*, “imortal” da Academia Brasileira de Letras (ABL) e ministro das Relações Exteriores no governo de Artur Bernardes (1922 e 1926), José Félix Alves Pacheco. Outro nome que dava peso à campanha racista e nacionalista contra a imigração japonesa, sobretudo nos anos 1920 e 1930, era Miguel Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina e colega de Félix Pacheco na ABL. Foi justamente nos círculos da medicina legal, comenta Koifman, que foi fundada uma corrente do movimento eugênico no Brasil que associava crimes à questão racial e elaborava questões eugênicas relacionadas à imigração.<sup>532</sup> Constituinte em 1933 e 1934, Miguel Couto foi um dos principais articuladores da campanha antinipônica no Parlamento brasileiro<sup>533</sup>.

Alguns posicionamentos na imprensa, no entanto, reconheciam o valor do trabalhador japonês, mantendo no entanto as já destacadas ressalvas quanto à necessidade de deter a entrada dos “inválidos” e de outros imigrantes tidos como “inferiores” e até mesmo “nocivos”, caso dos chineses. É o que afirma sem meias palavras, por exemplo, um editorial da *Folha da Manhã* publicado em sua edição de 25 de fevereiro de 1926, sob o pouco sutil

---

<sup>531</sup> LESSER, 2001:168-169.

<sup>532</sup> KOIFMAN, 2012:75.

<sup>533</sup> LESSER, 2001:178.

título “Fechem-se as fronteiras!”. Neste artigo, que não leva assinatura, o jornal não esconde sua posição editorial e sua insistência na pauta ao repetir alguns trechos, na íntegra, de edições anteriores. É o caso da “caridade” que os imigrantes inválidos estariam pedindo, caridade esta “que, em suas terras, não encontraram”. A necessidade de “aumentar os factores de seu progresso, indo procurar elementos na imigração, faz que o Brasil receba, com a facilidade que a liberalidade de suas leis permite, imigrantes de todas as nacionalidades”, diz o editorial, que acusa o governo de não restringir a entrada dos chamados “factores negativos”, desviando-nos do “fim que os trouxe ao Brasil”.

Reclama o editorialista que, vindos para trabalhar na lavoura, muitos permanecem nas cidades à procura de emprego. “Não é raro passarem, illudindo a vigilância dos portos, indivíduos aleijados ou incapacitados para o trabalho e que aqui vêm exercer a rendosa profissão de mendigo”, ataca. “O *sentimentalismo* nosso tolera essas e outras coisas. No entanto, não devia ser assim. Há necessidade de uma permanente e rigorosa *prophylaxia social*” (grifo nosso).

A principal motivação do editorial é a chegada de um representante de uma empresa da Califórnia, nos EUA, que, segundo o diário, pretende obter do governo brasileiro autorização para promover a imigração chinesa. Lembra o autor que, “faz pouco, formidável celeuma, no Parlamento e na imprensa, a questão da imigração de pretos e amarelos”. O editorialista compara os japoneses aos chineses. “Encontra-se para o primeiro abundância de razões de defesa. Já conhecemos o japonês como trabalhador, empreendedor, progressista e sério. Basta olharmos para os que se acham a nosso lado. É imigração que se pode perfeitamente tolerar”, diz. Quanto aos chineses, completa a *Folha*, “não deve absolutamente o governo permittir na absurda pretensão do intermediário americano”, pois “acha-se o chinês em plano infinitamente inferior ao japonês. Será imigração somente nociva ao Brasil”. E conclui: “Fechem-se para elles as fronteiras, implacavelmente!”

Muitos dos redatores e matérias se baseavam na política migratória dos EUA, país que recebia um número muito maior de imigrantes do que o Brasil, mas que ao mesmo tempo direcionava fortemente essa migração, conforme temos demonstrado. Eram frequentes os registros como o realizado no jornal *O Globo* no dia 18 de maio de 1929, em que este periódico carioca informa que os Estados Unidos aumentaram as restrições aos imigrantes, buscando principalmente restringir a entrada de japoneses e chineses. O total de cem mil por ano, informa o diário, é um terço a menos do que era permitido na legislação anterior. A

diferença é notável, se comparados com os números brasileiros: ao mesmo tempo em que a “cota” norte-americana de cem mil faz referência a um único ano, o número de japoneses e chineses que entraram no país dificilmente alcançou essa marca em trinta anos, entre 1900 a 1930.<sup>534</sup> Esta base comparativa era omitida em praticamente todas as matérias sobre o tema, principalmente nas que desejavam apresentar os chineses como imigrantes indesejáveis.

Mesmo em meio às dificuldades, a imigração japonesa parece viver um bom momento. Nesta década de 1920, o número de japoneses que chegaram ao Brasil dobraria, de 27 para 58 mil. No dia 24 de julho de 1926, *O Globo* reproduz notícia da *United Press*, importante agência de notícias com sede nos Estados Unidos, abordando a emigração japonesa para o Brasil. Diz a notícia que os japoneses “são cuidadosamente aconselhados por uma secção da imprensa japoneza para que adotem seu novo país, vivam e (...) sigam determinados a ser leaes brasileiros, devendo empregar para isso todos os seus esforços, fortificando assim os laços de amizade que unem as duas nações, tão afastadas pelas suas águas e pelo Pacífico”.

A UP cita artigo do jornal local *Tokyo Yorodzu*, que por sua vez afirma: “O número de japonezes estabelecidos no Brasil sóbe actualmente a 50.000, quantidade insignificante se compararmos com a dos italianos, allemães, hespanhoes e russos que lá habitam. Mas, á proporção que melhor se conhecem as condições daquelle país aqui, o número augmenta, pois só em Kobe avalia-se o número de japonezes que emigra para o Brasil em 2.000 por navio”. O diário japonês destaca ainda que esse número poderia ser ainda maior, caso fosse mais “enérgica” a política migratória brasileira. Isto porque o Japão está sofrendo, diz o diário local, “de um excesso de população, bem como de dificuldades econômicas e de intranquilidade social”.

O *Tokyo Yorodzu*, citado pela agência UP na edição do jornal *O Globo*, faz uma avaliação em perspectiva sobre o papel do Brasil no mundo: “A Europa já chegou quasi ao apogeu. O successor da civilização ocidental são os Estados Unidos, mas a sua civilização está também próxima do apogeu. É provável que até o fim do presente século, ou começos do próximo, nova forma de civilização venha a surgir, tendo o Brasil como seu centro. A força potencial dessa nação é grande, e pode-se dizer, sem receio, que os immigrants do Japão

---

<sup>534</sup> LESSER, 2001:28. Entre 1900 e 1929, entraram no Brasil pouco mais de 86 mil japoneses. Apesar de haver poucos dados sobre os chineses, contabilizados na categoria “Outros”, a grande resistência contra estes imigrantes nos faz inferir que é pouco provável que tenham entrada mais de 14 mil chineses neste período. Lesser (2001:69) lembra ainda que, em 1916, a representação chinesa estimava em 20 mil os seus habitantes vivendo no Brasil.

participarão dos esforços creadores dos brasileiros para uma civilização brasileira”. Continua o jornal japonês: “O futuro está cheio de esperanças. Ousamos mesmo dizer aos nossos emigrantes que abandonem a ideia de serem trabalhadores provisórios, e que adotem o seu novo país, enterrem seus ossos ali para a eternidade e assim prestem todo o auxílio de que se sintam capazes ao Brasil e aos seus amigos ali estabelecidos”.

#### 5.14 O “trabalho rude” dos brasileiros e as “melhores raças”

No dia 11 de janeiro de 1927, o jornal *Folha da Manhã* – depois *Folha de S. Paulo* – publica o editorial “A obra dos brasileiros”<sup>535</sup>, em que discute a condição dos estrangeiros no país em relação aos brasileiros: “Estrangeiros que aportam às nossas plagas e rapidamente passam pelo nosso país, bem como outros, que aqui vivem e prosperam, no meio que encontraram feito, muitas vezes, irreflectidamente, desconsideram o esforço e capacidade dos brasileiros, incriminando-os geralmente de indolentes”. O editorial elogia, em contrapartida, o “trabalho rude dos brasileiros”, sem o qual “este país, com seu immenso território, seria ainda o mesmo sertão bruto que aqui encontrou o seu descobridor em 1500”, com florestas habitadas “apenas por selvagens e feras”. Aqui, continua o editorial, o estrangeiro chega e encontra a prosperidade. A nação “o agasalha” e lhe dá a riqueza “que não encontrou porventura em sua pátria”. Cada Estado do Brasil, ressalta o redator, “é do tamanho dum país da Europa”, e esse trabalho “formidável” de povoá-lo “é brasileiro”.

Nestas regiões desbravadas – continua o editorialista do *Folha da Manhã* – “fundamos centenas, milhares de povoações e cidades, villas, aldeias, povoados, sítios, chácaras. E é nellas que o estrangeiro encontra tecto, trabalho, prosperidade, colocação quando chega e clientela para o seu commercio e indústria”. O editorial aponta os desafios enfrentados pelos brasileiros ao longo de tantos anos: o clima inóspito, a multidão de obstáculos, as feras vorazes, os miasmas tóxicos, o sol adusto, a terra ingrata, o céu inclemente, a natureza hostil, as montanhas íngremes, os rios caudalosos. E conclui: “E dizem-nos indolentes!”

O editorialista apresenta seu segundo e definitivo argumento: “Si, como os americanos do Norte, tivéssemos recebido em um século, trinta e seis milhões de immigrants das melhores raças, como elles receberam, teríamos aqui o mesmo progresso dos Estados

---

<sup>535</sup> O autor do texto é Mario Pinto Serva, um destacado opositor do futurismo e do modernismo à época.

Unidos”. E completa o raciocínio: “E tivemos a décima parte disso, além de que fomos prejudicados pela fatalidade do tráfico dos escravos negros”. Somente os brasileiros, diz, poderiam ter vingado nesse “clima aspérrimo”. Os brasileiros seriam “heróis desconhecidos”, aos milhões, que travaram uma “batalha de todos os minutos, contra o clima, contra a natureza, contra as feras, contra os índios, contra os miasmas, contra tudo”. Mais não foi feito, argumenta o autor, por conta da herança do analfabetismo, “de que não nos cabe a culpa mas à nossa herança ancestral”. Ao passo em que parece enaltecer as “melhores raças”, o articulista também busca equiparar os europeus aos brasileiros: “Dizem que a nossa raça não tem o vigor da européa. Tivessem os europeus padecido o que nós padecemos na inclemência do sertão brasileiro, privados de todos os recursos da civilização, e também elles teriam soffrido a mesma depressão, caso possuíssem resistência para não serem eliminados”.

O editorialista sintetiza seu pensamento: “A imigração européa é hoje a condição essencial e máxima do progresso nacional. Mas é preciso que haja uma apreciação justa com relação à obra dos brasileiros”. O desafio agora, diz, é “emprender a guerra sagrada, sem tréguas, contra o analfabetismo que nos rouba noventa por cento da eficiência physica e mental da raça”.

O mesmo tema seria discutido dois anos depois por meio uma carta do leitor Celso Correa, publicada no jornal *O Globo* de 14 de janeiro de 1929 e intitulada “Emigrar ou transmigrar”. Por “transmigrar” o leitor se refere à migração interna, dentro de um mesmo país. O leitor argumenta que, mesmo sendo a imigração necessária para o desenvolvimento do país, há no Brasil braços “à espera do trabalho” que poderiam produzir “tanto quanto”, ou “mais, muito mais”, que o trabalhador estrangeiro. O autor caracteriza o imigrante como aquele que deixa seu país “forçado pelas circunstâncias, abandonando, portanto, o seu meio, e levando guardado no seu íntimo uma revolta contra a natureza e contra os seus patrícios”. Enquanto o imigrante – diz o leitor – abandona o meio em que viveu, seus conterrâneos “ahi ficam no aconchego de sua terra, sem a pressão horrível, que deve ser, o ter que deixar uma terra, para ir para uma outra completamente desconhecida, e mórmente sem recursos”.

O autor do texto aponta que não abandonar nossos irmãos “será um acto de sã moral”, com milhares de homens no Brasil precisando de emprego. Abandoná-los seria “enfraquecer o organismo do país, habituando-os a uma vida sem objetivo, e concorrendo para que elles habituem os seus descendentes à mesma vida”. Por migrantes internos, o leitor d'*O Globo* se refere aos moradores da região norte do país, que “já têm dado provas de sua capacidade de

trabalho”. Celso Correa argumenta: “Os próprios técnicos dizem que os nortistas têm mais afinidades para o trabalho, devido á luta incessante que mantêm com a natureza, do que os habitantes de climas mais brandos”. Ele pede uma ação neste sentido não apenas dos proprietários rurais, mas também do governo no “aproveitamento dos nossos irmãos, do Ceará, Amazonas, Pará e demais Estados do Norte, na agricultura do paíz”.

Um bom exemplo de que isso poderia dar certo, argumenta o leitor, é o contrato entre o governo do Pará e o empresário norte-americano Henry Ford – projeto que se estendeu até dezembro de 1945, com o abandono da empresa estrangeira e um grande prejuízo para os cofres públicos. O autor sugere a incorporação da responsabilidade pelos “transmigrantes” ao setor já existente de imigração, com articulação de interessados nos Estados e posterior oferta de mão de obra aos fazendeiros. “Activemos a immigração, mas antes de tudo tratemos de fazer a transmigração daquelles que querem trabalhar e não encontram onde, tratemos primeiro de pôr ordem em casa, antes de augmentar a família...”, conclui o artigo.

Ao mesmo tempo em que grande parte da imprensa brasileira buscava valorizar a mão de obra nacional e cobrar a entrada apenas das “melhoras raças”, muitos estrangeiros – incluindo os brasileiros – ironicamente sofriam com a xenofobia na Europa. O *Jornal do Brasil* de 12 de setembro de 1925 alerta que, em Paris, estaria ocorrendo uma campanha principalmente dos “poderes municipaes” contra os estrangeiros ao dificultar “a permanência desse elemento, considerado indesejável, pelo falso pressuposto de que a carestia da vida é uma consequência da afluência de estrangeiros os quaes contribuem com a sua moeda valorizada para mais depreciar o franco”. O texto, aparentemente um editorial, destaca que a influência dos estrangeiros não atinge os preços de gêneros de primeira necessidade – apenas, eventualmente, os itens de luxo. “Admittiriamos a subida das bebidas finas, vendidas nos logares onde a gente se diverte. E só se diverte em logares chics quem póde gastar. A afluência de estrangeiros nesses pontos poderia despertar a vontade de exploral-os”, afirma o artigo, acrescentando: “Mas que prejuízo adviria á massa da população?”

Citando dados fornecidos por um diplomata brasileiro, o *Jornal do Brasil* argumenta que “a estatística prova que só a colônia brasileira residente e os brasileiros de passagem contribuem com cerca de 300 milhões de francos annuaes para a prosperidade de Paris”. Se os 3 mil brasileiros que moram em Paris e os outros 2 mil de passagem deixam esta quantia no comércio local, diz o diário carioca, “quanto não deixarão as colônias estrangeiras, na sua collectividade, e os estrangeiros dos vários países, que não viajam sem ir á capital do

mundo?”

O editorial conclui: “A xenophobia dos francezes terá outra causa, nunca esta publicamente confessada”. Citando o problema da especulação financeira no Rio de Janeiro, o artigo argumenta que mesma nesta cidade brasileira, que ainda não recebe uma grande quantidade de turistas ricos, as casas estão “pela hora da morte”, apontando que “são os cariocas que oferecem aumento de alugueres para conseguir a habitação que desejam”. O mal-estar, afirma o *Jornal do Brasil*, é geral – então por que culpar, em Paris, os estrangeiros? “Sofframos com resignação o desequilíbrio mundial. E nada de procurar soluções antipáticas e contraproducentes para um problema difícil que se oferece a todos os países”, conclui. O *Jornal do Brasil* denuncia, assim, a estigmatização dos estrangeiros como fonte de todos os males sociais da nação, como descrito nos primeiros capítulos deste trabalho, esquecendo-se que essa dinâmica era conscientemente adotada por quase toda a imprensa brasileira à época, incluindo o próprio JB.

### **5.15 Conferência internacional do Rio, em 1927, expõe divergências entre sul-americanos e europeus**

No dia 6 de setembro de 1927, o jornal *O Globo* relata as discussões ocorridas na Conferência Parlamentar Internacional de Comércio, que debateu em uma de suas comissões – a primeira e, talvez, a mais importante – o tema dos trabalhadores migrantes. O encontro, que aconteceu na Câmara da capital federal brasileira, no Rio de Janeiro, envolvia países das Américas e da Europa, como Itália, França, Inglaterra, Argentina, Uruguai, Bélgica e Brasil, entre outros. Um senador italiano – identificado como “senador Pavia” – reclama sobre a situação dos imigrantes em temas como saúde, propriedade rural e, inclusive, “o direito de falar á sua geração a língua materna”. Pavia reclamava do idioma utilizado na própria conferência, o espanhol. Representantes da Polônia e Hungria, aponta o diário carioca, concordaram com o colega italiano. Uma das falas é do ministro francês da Agricultura, classificado pelo jornal como um “orador emotivo”. O representante da França teria afirmado, segundo o diário: “Não viemos aqui para simplesmente admirar essa bella natureza. Devemos agir. É preciso sair qualquer cousa útil dessa assembléa”.

A matéria, favorável aos países sul-americanos – publicada sob o título “Os chefes das

delegações uruguaia e argentina impugnam as conclusões do senador Pavia sobre a imigração” –, destaca a participação do representante uruguaio – o então presidente da Câmara dos Deputados, Italo Eduardo Perrotti –, que critica os métodos da conferência ao lembrar que somente nove das 35 nações sul-americanas (sic)<sup>536</sup> estão representadas. O diário carioca adjetiva as observações de Perrotti: “precisas” e “severas”. Para além da questão menor do idioma na conferência, Perrotti rebate as acusações de que os imigrantes europeus seriam maltratados: “O parlamentar uruguayo, falando em francez, manifesta-se com emphase, estranhando que se ignorasse tanto o que vae pela América no trato do immigrante e acrescentando não compreender como o senador italiano se animasse a tanto pleitear”.

Pavia retruca com uma reivindicação bem objetiva: queria que fosse criada uma comissão internacional de controle da colonização “para os efeitos de permutas commerciaes”. O uruguaio “replica energicamente” – relata *O Globo* – afirmando que a medida é inconstitucional no Uruguai. Ao final, Perrotti pede desculpas pela “maneira franca como divergira” e procura acalmar os ânimos afirmando origem migrante: seus pais são italianos. O chefe da delegação argentina, Agustin Araya, também toma a palavra. “Também fala em francez e com apurada elegância de expressões”, observa o diário carioca, que completa: “É um outro feitio de espírito. Sente-se que há em frente um professor. E mais que um professor: é um fino sisudo diplomata que se exprime”. Após os pomposos elogios, o raciocínio de Araya sobre a posição do colega italiano é descrito da seguinte forma, no melhor estilo da diplomacia: “O Sr. Araya diz com elegância que na these há questões moraes. E estas não são mais que categorias de idéas. Como cada categoria pode comportar uma multiplicidade de valores, são as conclusões do relator italiano admissíveis, pelo menos para debate”. Araya, nesta particular descrição do diário, consegue criticar a posição de Pavia de forma “serena” e “enérgica”, ao mesmo tempo. O argentino fundamentalmente afirma que a Itália deveria se preocupar mais com assuntos internos – citando alguns deles –, além de ver nas conclusões do italiano “um perigoso imperialismo, que estava a ressurgir”.

Durante os debates, a França – relata o jornal – passa a aplaudir a posição sul-americana. “O senador Pavia pretende interromper o orador, mas o Sr. Araya o adverte que o deixe falar, estando disposto a ouvir tranquilamente, depois, ao relator geral.” Araya defende as políticas públicas migratórias não só na Argentina, mas em toda a “América”, por mais de meia hora: “Têm a passagem paga, accomodações no porto de chegada, hospedaria, contrato

---

<sup>536</sup> Certamente um erro do redator, pelo número (35) o termo correto é “americanas”, e não “sul-americanas”.



de trabalho. O Estado faz mais. Lembra o que se passa em Santa Fé, onde os colonos encontram tratos de terra, de que se tornam proprietários. Tem assistência médica, têm instrução. Há ainda uma legislação econômica abundante a ampará-los, como os impostos progressivos e decrescentes, para combater as grandes propriedades e incentivar as pequenas. Há ainda o crédito agrícola. A propósito o Sr. Araya lembra que uma própria cooperativa italiana tem ramificação na Argentina”. Após mais um debate regimental sobre se a questão deveria ser votada imediatamente ou não, a posição do parlamentar italiano foi novamente derrotada, e a decisão postergada.

O *Jornal do Brasil* fala quatro dias depois, em 10 de setembro, sobre os debates da sexta-feira, dia 9, no encontro. Registra em sua manchete que “transcorrem animados os debates nas comissões e no plenário”, anunciado que foi “adoptada uma formula conciliatória” sobre a “questão momentosa da imigração”. “As controvérsias suscitadas entre as delegações da Argentina e do Uruguay, de um lado, e a da Itália, de outro, foram afinal resolvidas, satisfatoriamente, para todos”, diz o JB, que registra que, antes da conciliação relativa a uma discussão sobre “soberania”, ocorreu um “pequeno incidente”. Segundo a matéria: “Esse incidente consistiu no desaparecimento da redação das conclusões que enfeixavam em formula conciliatória, todas as opiniões em choque, referentes ao problema de vantagens e obrigações que os países imigratórios devem dispensar aos emigrantes que recebem”.

Após a realização de uma reunião secreta, presidida pelo delegado da Bélgica, os países elaboraram a redação final, com os trabalhos sendo encerrados. No entanto, diz o JB, “o papel que considerava taes conclusões tinha desaparecido”. Em vez de ser lido o combinado entre as partes, registra o diário carioca, “foi lida cousa diversa...”. Pelo que registra o jornal, os protestos sobre tal mudança vieram das delegações sul-americanas, principalmente argentina, uruguaia e peruana.

O Brasil, liderada à época pelo ministro do Exterior, Octavio Mangabeira, “tomava attitude discreta, de prudente expectativa, aguardando a vez mais oportuna”. E, ao final, diz o jornal carioca, “chegou-se hontem a uma solução satisfatória para todos”. O JB anuncia ainda que foi convocado para Cuba, em abril de 1928, uma conferência especial apenas sobre o tema da imigração. “Nessa ocasião, então é que o problema parece terá solução definitiva”, registra o diário. O ministro brasileiro discursa em francês – texto reproduzido igualmente em francês ao final da matéria especial sobre a conferência, seguido de uma tradução para o

português.

Nos debates da conferência, o representante peruano registra, por exemplo, que “não se poderia admittir o princípio de obrigar aos filhos dos immigrants a adoptarem o idioma nativo; acredita que haja no relatório elaborado pelo Sr. Pavia [da Itália] conceitos que impliquem diminuição de soberania dos paizes de immigração, com que o Peru e demais potências da América não poderão concordar”. A delegação peruana considera o imigrante – registra o JB – “como factor humano intellectual e material e, harmonizadas essas qualidades, será o factor para a grandeza e o desenvolvimento daquella nacionalidade”. O representante francês apresenta uma emenda: “Pensa [o delegado francês] que a protecção aos trabalhadores deve também attingir aos intellectuaes”. A emenda francesa é então apresentada “no sentido de serem estes nitidamente definidos e comprehendidos nas estatísticas de emigração e de immigração, nas quaes acha deve figurar a categoria de cada um”.

O representante argentino toma a tribuna, então, para ler uma proposta que diz ter apoio de todos os países sul-americanos, dos EUA e da França. O representante brasileiro – Paulo de Frontin – intervém para declarar que “dirá opportunamente as razões pelas quaes o Brasil não assignou o mencionado documentto”. A proposta argentina faz as seguintes recomendações, segundo registra o *Jornal do Brasil*:

- I. “que o os países juridicamente organizados e na plenitude de sua soberania não possam acceitar para o emigrante regimen de excepção que o ponha fóra da legislação e jurisdicção do paíz para o qual vae;
- II. que a condição do estrangeiro em geral e do immigrant em particular corresponde á legislação interna de cada paíz;
- III. que os tratados internacionaes relativos ao emigrante não possam ter mais obrigações do que aquelas dadas em direito aos contratos bilaterais;
- IV. que haja interesse na boa ordem internacional; e
- V. que todo paíz de immigração assegure egualdade de direitos civis a nacionaes e estrangeiros.”

Após a exposição do argentino, o representante italiano declara “não ter objecções a fazer quanto à proposta encaminhada” por ser esta nada mais que “o reconhecimento do respeito ao direito de soberania”. Em outras palavras: como muitos documentos do tipo, o

texto nada acrescenta.

O presidente da Conferência é belga. Seu país, registra o próprio delegado, possui não mais do que uma centena de imigrantes no Brasil. A Bélgica, no entanto, é um país de imigração, segundo seu representante, “a qual orça por 40 a 50 mil indivíduos que para lá se dirigem á procura de trabalho”. O delegado belga participa do debate no Rio. Diz compreender bem o princípio da soberania, mas “pensa, no entanto, haver uma concepção de soberania nacional de certa fôrma exagerada e que entra em conflicto com os interesses da humanidade”. Um dos princípios, cita ele por meio da matéria no *Jornal do Brasil*, é o da igualdade dos imigrantes em relação aos nacionais “no que se prende aos direitos civis”, e que “medida nenhuma contra a liberdade do immigrante seja tomada”. O belga faz alusão a uma suposta frase de Pascal: “A humanidade é um homem só”. E cita uma teoria italiana – sempre segundo o diário carioca – segundo a qual o impasse mundial é igual ao “princípio de physica relativo aos vasos comunicantes, tanto a respeito da mão de obra como acerca dos capitaes”.<sup>537</sup>

O brasileiro Paulo de Frontin seria o próximo a falar e, segundo o registro do diário carioca, era grande a expectativa para conhecer a posição brasileira, cuja delegação permanecia até então em cima do muro. O delegado brasileiro expõe as posições divergentes, registrando no entanto que a posição italiana nunca procurou restringir o conceito de soberania, citando o inusitado princípio de que “cada qual deve ser dono de sua casa”. Para o brasileiro a imigração é um “problema primordial”, relata o *Jornal do Brasil*, pois a “densidade de sua população é ainda muito reduzida”. Seriam três os aspectos da questão, sustenta a posição brasileira: a colonização, a povoação e o cultivo do solo.

O representante dos Estados Unidos, falando em francês, afirmou que o primeiro censo federal da história de seu país indicou que existiam lá 4 milhões de habitantes e, em vista disso, “abriram-se as portas para todo mundo, e em resultado, inúmeras nações vieram povoar o país e tornarem-se seus melhores auxiliares”. Decorridos “cento e poucos annos”, completa, “a população total excedia de cento e seis milhões, ou sejam, vinte sete vezes mais”. Em seguida, o país “achou, então, de bom alvitre restringir a entrada de immigrantes”, o fazendo por meio de medidas legislativas.

A posição norte-americana se solidariza com as “nações do Velho Mundo”, que têm

---

<sup>537</sup> Sobre a teoria dos vasos comunicantes, ver PUCCL. Luis Fábio S. Lei de Stevin: Teoria e aplicações. UOL Educação, 24 mar. 2009. Disponível em <http://bit.ly/1wyTwfe>. Acesso em 30 jan. 2015.

excesso de população e ficariam “na mesma situação dos paes que vêem seus filhos partir e desejam acompanhá-los com o seu carinho”. Ao mesmo tempo, o delegado afirma que “de accordo com a lei internacional, todas as nações têm o direito de excluir ou limitar a entrada de immigrants, ou definir as condições em que a permitem ou desejam”. O delegado norte-americano diz ainda aceitar a “doutrina de que, quando um cidadão quer transferir sua residência para outra nação, implicitamente se submete á bandeira e á jurisdicção da terra que adopta” e “naturalmente o paíz que recebe o immigrant está na obrigação de protegê-lo em comum com os nativos”.

A edição do *Jornal do Brasil* deste dia – de 10 de setembro de 1927 – publica as “conclusões aprovadas”. No formato de recomendações, no que diz respeito estritamente à questão da imigração, são elas:

- I. Os Estados presentes devem estabelecer estatísticas em matéria de emigração e imigração, segundo métodos “tão idênticos quanto possível”, além de recomendar melhorias “reconhecidas necessárias” nas estatísticas da Organização Internacional do Trabalho – ou “Bureau Internacional do Trabalho”;
- II. “Que nas Comissões Internacionais de estudo sobre as migrações humanas, a representação dos paízes de emigração e de imigração seja assegurada em base de perfeita igualdade, devendo a presidência dessas Comissões tocar a um paíz que seja directamente interessado nas soluções estudadas”;
- III. Que entre o país de emigração e o de imigração se estabeleçam relações comerciais “tão activas quanto possível”, por meio de “tratados commerciaes particulares”;
- IV. A sugestão francesa: as estatísticas devem conter “diversas categorias de trabalhadores intellectuaes, que devem estar nitidamente definidas, sejam de ora em diante compreendidas e que estas estatísticas sejam, tanto quanto possível, completas por informações dando a conhecer quaes são os differentes empregos para trabalhadores intellectuaes, que podem ser offerecidos por certos paízes e aos outros podem suprir”;
- V. O item 5, em continuidade ao 4, pede que os “Estados interessados” garantam a estes trabalhadores intelectuais a possibilidade de exercer suas atividades fora

do país de origem;

- VI. As convenções relativas à emigração e imigração não podem, concordam os países da conferência, impôr a um país “juridicamente organizado e gozando da plenitude da sua soberania” medidas de “natureza a subtrahir o immigrante á legislação e á jurisdicção do paíz ao qual elle se incorpora”;
- VII. Toda e qualquer resolução sobre o tema da migração internacional deve ser inspirado por um “duplo” princípio, diz o texto: da “egualdade de direitos civis entre os nacionaes e os estrangeiros”; e da “qualidade de homem livre que deve ser reconhecida a todos os emigrantes, devendo os direitos e a dignidade da personalidade humana ser respeitados por toda a parte e protegidos, sem aliás, de qualquer modo affectar a soberania de cada Estado no interior de suas fronteiras”;
- VIII. O texto recomenda ainda que a “condição geral do estrangeiro em geral e do immigrante em particular, residente em um Estado, fica subordinada á legislação interna de cada paíz”;

Observa-se que a conferência internacional era sobre comércio, ocupando-se de dois grandes temas – a migração internacional e o crédito agrícola. O documento final é tão amplo que não se tira daí qualquer decisão aplicável, dado o alto grau de importância que é dada à soberania – e cabendo aos governos nacionais, portanto, redefinir sem qualquer critério internacional sua política imigratória interna, como aconteceria posteriormente durante o Estado Novo, com alguns dos princípios acima sendo desrespeitados, como veremos no capítulo seguinte.

Em outubro do mesmo ano, e portanto pouco após o debate ocorrido no Rio, os jornais destacam os relatos dramáticos do naufrágio do navio italiano “Princesa Mafalda”, na costa da Bahia, ocorrido no dia 25 de outubro de 1927. O navio partiu de Gênova no dia 11 de outubro, com escala em Barcelona e Cabo Verde, levando a maior parte dos passageiros para a Argentina depois de uma parada prevista para Montevidéo. Passaria no Rio e em Santos para deixar pouco mais de 100 pessoas. Tanto a imprensa brasileiro como a italiana haviam destacado relatos sobre as péssimas condições de navegação da embarcação, mesmo antes do acidente. Dos cerca de 970 passageiros e 290 tripulantes que estavam no navio, cerca de 310 passageiros e 32 tripulantes morreram – incluindo o capitão, que conseguira chamar o apoio

de diversas outras embarcações próximas. O naufrágio ocorreu perto do arquipélago de Abrolhos.

A maior parte dos que faleceram eram da terceira classe. Por meio da imprensa, a embaixada da Itália afirmou que pouco mais de 200 pessoas que viajavam na terceira classe não eram italianos: havia também sírios, iugoslavos e espanhóis, entre outros. Possivelmente todos os demais passageiros eram italianos imigrantes, rumo ao Brasil ou à Argentina. Há relatos na imprensa de que, além do risco de serem arrastados pela água, os passageiros tinham mais um inimigo: os numerosos tubarões daquela região.

A capa do jornal *O Globo* de 28 de outubro traz uma foto de sobreviventes da primeira classe com a seguinte chamada: “Ultrapassam as previsões da imaginação as cenas do formidável naufrágio do 'Princesa Mafalda'. O depoimento de algumas vítimas e as impressões de todos confrangem os temperamentos mais frios”. O jornal traz críticas a um “cordão de isolamento” imposto pelo embaixador italiano, cujo objetivo seria “evitar naturalmente a divulgação das notícias da catástrofe, em seu real aspecto”. No total, sete embarcações apoiaram o resgate, entre elas a holandesa “Alhena”. Os números das autoridades divulgados pelo jornal *O Globo* no dia 28 – e que, portanto, não correspondem necessariamente à realidade – dão conta de que, no navio holandês, chegaram 531 naufragos, sendo 149 tripulantes e 382 passageiros (345 da terceira classe).

A página 2 da edição deste dia d'*O Globo* se dedica a especular sobre o ocorrido, bem como contar histórias do acontecido. A reportagem do diário carioca fez uma investigação por mar e conseguiu descobrir que a maior parte dos passageiros desembarcariam diretamente na Ilha das Flores, onde ficava a hospedaria de imigrantes. O jornal consegue furar o bloqueio informativo por parte da Embaixada italiana, se dizendo disposto a buscar informações diretamente com os naufragos. Relata o repórter: “A lancha, que nos conduzia rumando para a ilha das Flores, fez uma ligeira exploração da região. Eram cerca de 1,30 horas. Mas, a certa altura, encontramos os batelões [tipo de embarcação] de transporte de imigrantes, que se destinavam ao 'Alhena'. Não tivemos mais dúvida. O desembarque dos naufragos ia ser na ilha [das Flores]. Não perdemos tempo em tomar aquela direção, para ali chegar antes do pessoal da embaixada italiana. E lá estávamos às 2,30 horas. Ninguém se achava na ilha, com exceção de dois empregados atenciosos e de um grupo de imigrantes que estavam tomando refresco no bar”.

Quando o embaixador italiano chegou à ilha, relata o diário, “não escondeu sua

contrariedade ao ver ali a reportagem. Em todo caso, nada podia fazer”. Ao tentar entrevistar um sociólogo italiano que estava no local ao lado do embaixador, a reportagem do diário relata ter ouvido outro italiano gritando: “La gente insupportabile de la stampa!”<sup>538</sup>. Conrado Gini estava no Brasil a convite do governo italiano justamente para realizar conferências sobre imigração. Ao ser questionado sobre que tipo de imigração falaria – subvencionada ou espontânea – ela retrucou: “Sinto-me fatigado. Não quero pensar”.

Ao mesmo tempo em que procurava apoiar os imigrantes, o embaixador italiano e sua equipe procuravam driblar a imprensa. O jornal *O Globo* recolheu histórias dramáticas, como a de uma mãe que não conseguiu salvar uma criança de 7 meses, e uma outra que conseguiu salvar uma de 5 anos, mas não uma outra de 7. A história que viria a se confirmar – um problema na altura da hélice e posterior invasão da água nessa parte da embarcação – foi capturada pelo repórter a partir do relato dos imigrantes. Citando um deles, o repórter registra: “Um marinheiro mesmo disse-me o que se passou. Rebentára-se a árvore da hélice, e o eixo foi atirado dentro da casa das máquinas, passando a água a jorrar por ali. As repartições estanques não funcionavam. Então, ante o perigo imminente, o commandante manda pedir socorro”.

O imigrante que relata os fatos – confirmado pelos demais naufragos, diz o jornal – afirma que, não fossem as embarcações “Alhena” e “Formose” (este francês), “teriam todos perecido”. Acrescenta o relato: “É que os demais já chegaram tarde, quando já nada mais, quasi, restava a salvar”. Os imigrantes espanhóis relatam que as condições do navio não eram boas, o que era conhecido de todos. Além de estar em marcha mais lenta, muitos afirmam que os motores chegaram a parar. O diário carioca publicou neste dia o nome de todos os sobreviventes que desembarcaram no Rio, com suas idades e nacionalidades.

Em outro relato, *O Globo* informa que a tragédia parecia ser anunciada. Dois dias antes do acidente, a embarcação navegava com uma única hélice. A aflição dos passageiros piorou quando, por dois dias seguidos, a tripulação decidiu realizar “exercícios de salvamento”. Quando o alerta de salvamento foi acionado, na noite do dia 25, os membros da tripulação foram acusados de preterirem os idosos, mulheres e crianças em relação à prioridade de acessar os botes, “com o covarde propósito de se garantirem do naufrágio”. Até mesmo os barcos salva-vidas estavam “imprestáveis”, comenta o diário a partir dos relatos. Na mesma edição, *O Globo* divulga nota da agência de notícias *United Press* sobre mais um

---

<sup>538</sup> Em italiano, “A gente insuportável da imprensa!”

navio italiano naufragado, desta vez na costa da Sicília com o capitão de 31 tripulantes. A nota não informa sobre quantos teriam sobrevivido, apenas que o navio foi totalmente destruído pelas fortes ondas, após ter encalhado.

### **5.16 O alerta vem da Argentina: “perturbações communistas” têm forte influência de “agitadores” italianos**

A polêmica da suposta influência de “agitadores” italianos, à direita e à esquerda, continua por toda a década de 1920, depois de atingir seu auge nas duas primeiras décadas. A editoria de “Internacional” de 6 de outubro de 1927 do *Jornal do Brasil* traz um registro sobre documentos que o governo chinês teria publicado a respeito das “actividades communistas na América do Norte e do Sul”. O país onde a “ameaça” seria maior: a Argentina. Segundo o JB, “dous terços dos comités centraes dos trabalhistas de Buenos Aires são compostos de communistas que estão promptos para influenciar num momento opportuno na organização dos trabalhadores argentinos”. Os documentos, diz o diário carioca, apontam que a República Argentina é um “campo fértil” para essas “perturbações communistas”, havendo um “trabalho especial feito por esses agitadores entre os immigrants”. O *Jornal do Brasil* transcreve trecho do documento chinês: “Desde 1921 a emigração para a Argentina tem crescido constantemente. Desde que Mussolini subiu ao poder cerca de 120.000 italianos emigraram para este país”.

“O partido comunista”, acrescenta o documento, “mantém uma comissão especial que trabalha entre estes emigrantes. Os communistas emigrantes estão organizados em grupos conforme as suas línguas e existem italianos, russos, búlgaros e hebreus”. Informações deste tipo na imprensa brasileira estão inseridas em um contexto de temor, a este momento já antigo, de que imigrantes “agitadores” possam se infiltrar no Brasil. A influência de militantes políticos de esquerda – mas também de direita – entre os estrangeiros, e sua consequente repercussão entre os diversos setores da sociedade e diferentes governos, foi descrita anteriormente, neste mesmo capítulo.

Um pouco antes, no dia 12 de agosto deste mesmo ano, o Congresso Nacional aprovou e o presidente da República, Washington Luís, sancionou o decreto nº 5.221, que tornava inafiançável os crimes definidos pelo decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890, ou seja,



“desviar operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças e constrangimento”, assim como “causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impôr aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário”.<sup>539</sup> A chamada “Lei Celerada” também autoriza o governo federal a “ordenar o fechamento, por tempo determinado, de aggremações, sindicatos, centros ou sociedades que incidam na prática de crimes previstos nesta lei ou de actos contrários á ordem, moralidade e segurança públicas, e, quer operem no estrangeiro ou no paíz, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escriptos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham, sem prejuízo do respectivo processo criminal”.<sup>540</sup>

Responsável pelo reintrodução de uma rigorosa censura à imprensa e de outras formas de cerceamento da liberdade de expressão, esta lei coloca um fim à atuação legal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e provoca a suspensão do jornal *A Nação*. As atividades do movimento operário também sofrem restrições, e ao governo é permitido intervir nos sindicatos.<sup>541</sup> No que diz respeito aos estrangeiros, oficializa a possibilidade da deportação por motivos políticos, já que o parágrafo 33 do artigo 72 da Emenda Constitucional de 1926 acaba com a polêmica sobre a legalidade da deportação de estrangeiros, determinando: “É permitido ao Poder Executivo expulsar do território nacional os súditos estrangeiros perigosos á ordem pública ou nocivos aos interesses da República”<sup>542</sup>. Uma grande parte dos líderes anarquistas e de outras correntes revolucionárias da época eram estrangeiros.<sup>543</sup>

### 5.17 As estatísticas contam o progresso

As estatísticas eram uma preocupação cada vez maior do Estado brasileiro. Há muito

<sup>539</sup> SENADO FEDERAL. Decreto n. 1162 - de 12 de dezembro de 1890. Disponível em <http://bit.ly/1E1STt1>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>540</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 5.221, de 12 de agosto de 1927. Disponível em <http://bit.ly/1E1SmHu>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>541</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. A História da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://bit.ly/1E1T2wA>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>542</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926. Disponível em <http://bit.ly/1E1UkaN>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>543</sup> Sobre isso, ver MENEZES, Lená Medeiros de. A devolução dos indesejáveis. *Nossa História*, n.24, out. 2005, p.26-29; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Proletários e subversivos. *Nossa História*, n.7, mai. 2004, p.60-64.

que a precariedade dos dados de população e, mais especificamente, dos imigrantes gerava frequentemente críticas por parte da imprensa brasileira. Da mesma forma, quando elas eram divulgadas, era quase certo que se tornassem pauta. Assim, a edição de 17 de fevereiro de 1930 do jornal *O Globo* destaca, a partir do “Boletim diário de serviços econômicos e comerciais” do Ministério das Relações Exteriores, o movimento de imigração de 1929. Entraram no país oficialmente 100.424 estrangeiros, principalmente por Santos (52.543) e pelo Rio (40.681), com dados também do Rio Grande do Sul, Belém do Pará, Recife, Bahia e São Francisco. O número representou, aponta o diário, um aumento de cerca de 18 mil entradas em relação ao ano anterior. Os imigrantes tinham como origem principalmente Portugal (38.879), Japão (16.648), Polônia (9.095), Itália (8.288) e Espanha (4.656).

Quatro meses depois, na edição de 19 de maio, o mesmo *O Globo* reproduz na íntegra um comunicado do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, dando conta que de 1925 a 1929 entraram no Brasil – oficialmente – 490.479 imigrantes, entre os quais se destacam portugueses, japoneses, italianos e espanhóis. O texto destaca o aumento no número de imigrantes de 1928 (82.061) para 1929 (100.424). O jornal *O Globo* destaca a influência de restrições de emigração impostas em diversos países da Europa, fazendo com que o número não fosse maior. No entanto, destaca o texto do governo, “esse mesmo número registrado e no qual se confundem numerosas nacionalidades, todavia, dada aquela circunstância [as restrições europeias], e a de não subvencionarmos mais esses serviços, deve ser considerado como índice seguro da tendência que se manifesta, actualmente, em grande número de países da Europa para immigrar”. A tabela publicada no jornal registra os seguintes dados: 84.857 imigrantes em 1925; 121.569 (1926); 101.568 (1927); 82.061 (1928); 100.424 (1929).

Os portugueses migram em número cada vez maior para o Brasil, de acordo com os dados oficiais, enquanto o de italianos varia no período. O declínio, justifica o governo por meio d'*O Globo*, seria explicado por medidas do governo italiano para evitar a emigração de seus cidadãos. O mesmo estaria ocorrendo com as correntes migratórias de cidadãos alemães, espanhóis e romenos. A corrente migratória de japoneses, no entanto, é crescente e alcança o número de 16.648 em 1929, 10 mil a mais que em 1925. Destacam-se a presença de lituanos e sírios, com 4.565 e 1.771 chegadas em 1929, respectivamente.

No total, nos cinco anos avaliados, chegaram ao Brasil cerca de 164 mil portugueses, 51 mil japoneses, 45 mil italianos, além de 22 a 24 mil cidadãos romenos, alemães, lituanos<sup>544</sup>

---

<sup>544</sup> Sobre este grupo, ver RAPCHAN. Eliane Sebeika Rapchan. Lituanos e seus descendentes: reflexões sobre a

e poloneses, cada. Conclui o texto do governo publicado n'*O Globo* que as “limitações que a entrada de elementos alienígenas prescrevem nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que, na Europa, se avolumam nas grandes cidades milhões de indivíduos a quem falta trabalho, são factores poderosos que muito devem influir para se engrossarem as correntes emigratórias do velho mundo para a América do Sul”.

É, no entanto, na edição deste mesmo diário carioca do ano anterior – em 26 de agosto de 1929 – que é publicado o que *O Globo* classifica como um “estudo histórico”. De autoria da Repartição Internacional do Trabalho – estrutura da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919 –, o estudo trata das “estatísticas das migrações humanas”. O documento foi publicado em Nova York e continha 1.200 páginas, informa a versão matutina do jornal, contendo “uma documentação de estatística completa sobre as migrações humanas nos séculos XIX e XX”, com financiamento da organização norte-americana *National Bureau of Economic Research*, fundada em 1920.<sup>545</sup> O diário descreve minuciosamente como se organiza o documento, registrando que as “estatísticas de 116 países e territórios, foram organizadas em 641 quadros nacionais, especificando os cidadãos, os estrangeiros e as diferentes informações relativas aos migrantes”. No total, explica *O Globo*, “32 quadros internacionais dão uma idéia de conjunto das diversas correntes e das características dos migrantes, a partir de 1820”.

Os dados, registra o jornal, apontam que 50 milhões de pessoas teriam imigrado entre os anos de 1846 e 1924, com a imigração envolvendo um total de 55 milhões de pessoas entre 1820 e 1924, sendo 36 milhões apenas nos Estados Unidos. O diário carioca destaca o trabalho de fôlego: “A reunião e o exame dos documentos estatísticos no prazo de 18 meses, não foram possíveis senão com o apoio dos governos. Pesquisas iniciadas nos arquivos e nas bibliothecas de dez países permitiram descobrir muitos dados que ainda não tinham sido publicados ou que haviam sido há muitos annos”. O jornal registra a bibliografia no final da nota, informando a primeira edição do estudo será enviada para “especialistas escolhidos entre os mais competentes de 20 países” para que façam comentários para um segundo volume.

O diário não cita – muito provavelmente por não ter tido acesso imediato ao documento – que há um capítulo dedicado ao Brasil. O estudo traça um histórico

---

identidade nacional numa comunidade de imigrantes. *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado, edição 10, n.1, mai. 2006. Disponível em <http://bit.ly/1Dy4WSp>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>545</sup> A publicação pode ser acessada em WILLCOX, Walter F. *International Migrations, Volume I: Statistics*. National Bureau of Economic Research, 1929. Disponível em <http://papers.nber.org/books/fer29-1>. Acesso em 10 dez. 2014.

administrativo sobre a competência no que diz respeito aos dados estatísticos. Explica que, antes de 1898 – ou 1896, segundo outras fontes nacionais –, as estatísticas sobre imigração eram coletadas nos portos e elaboradas pela Inspeção Geral das Terras e Colonização – subordinada ao então Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Quando a instituição deixou de funcionar, os dados passaram a ser registrados pelo Departamento de Estatística do Rio de Janeiro. Em 1908, passaram a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. “Em geral, os números são de passageiros de terceira classe que chegam de embarcações à vela ou a vapor nos portos brasileiros. Companhias de transporte e ferroviárias são obrigadas a fornecer às autoridades apropriadas regularmente as listas de seus passageiros”, registra o documento, reconhecendo que “estatísticas mais completas estão disponíveis após 1908”.

Os dados por nacionalidade entre 1820 e 1907 refletem a escassez de dados. Em 1820, por exemplo, teriam entrado oficialmente 1.682 pessoas no Brasil, todos suíços, o que pelos registros dos jornais à época não condiz com a realidade. De 1821 e 1827 nem um único estrangeiro de nacionalidade conhecida teria migrado para o Brasil, com 2.951 brasileiros e “outros” ingressando no Brasil – mesmo os brasileiros eram considerados pelo estudo imigrantes. Durante todos os demais anos, o número de “retornados” e “outros” continua alto e respondendo pela maior parte dos ingressantes no país, pelo menos até os anos 1940. Além disso, segundo o estudo, nos anos de 1821 a 1823 e de 1830 a 1835 não teria migrado uma única pessoa para o país.

Os alemães respondiam pela maior parte dos imigrantes internacionais nos primeiros anos de registro, com os portugueses aparecendo em segundo lugar. Até 1871 não teria migrado – sempre de acordo com o estudo apoiado pela OIT – um único árabe (chamados de “turcos-árabes”) para o Brasil, o que também demonstramos nesse trabalho não dar conta da realidade. Em 1871, dois deles aparecem na lista. A lista também apresenta outros dados curiosos, como a entrada de um único sueco em 1868.

O ano de 1853 representa uma arrancada, segundo o estudo da OIT, na imigração no Brasil. Com o recorde de entradas anterior em 2.350, em 1847, sendo a maioria alemães, 1853 registrou oficialmente a chegada de 10.935 imigrantes – e os números nunca mais desceram ao patamar anterior. Houve também uma leve “diversificação” – este foi o primeiro ano em que os portugueses chegaram em “massa”. Foram 8.329 imigrantes portugueses a ingressar no Brasil, segundo o consulado português.

O número de “outros” cresce a partir de 1858 e alcança o patamar de 12 mil imigrantes nos anos 1870. Mas a década de 1880 é que vê os números se intensificarem verdadeiramente: de cerca de 25 mil imigrantes chegando ao país por ano em média, no começo da década, o Brasil registra em 1888, por exemplo, o ingresso de mais de 133 mil pessoas. O ápice do século XIX – sempre de acordo com os dados oficiais – foi o ano de 1891, em que o número de imigrantes chegou a 216.760 (mais da metade italianos). Além disso, este foi o único ano em que houve uma entrada significativa de suecos: pouco mais de 2 mil.

A necessidade de substituir a mão de obra escrava fez com que o número de entradas aumentasse rapidamente, enquanto as políticas conservadoras se encarregam de manter o número de “outros” imigrantes baixo – quase todos os imigrantes registrados eram europeus. A tabela por nacionalidades é detalhada, detalhando os “outros” de modo a os contabilizar de acordo com suas reais procedências. Até mesmo os latinos e caribenhos passam a ser contabilizados por nacionalidade, enquanto se mantém a velha denominação “turcos-árabes”.

Há ainda uma separação por gênero, idade e ocupação, porém apenas para as entradas nos portos do Rio e de Santos e, mesmo assim, com uma divisão frágil entre “agricultores”, “artesãos”, “trabalhadores em geral” e “outras ocupações”. E o estudo inclui uma tabela de emigrantes, a partir dos portos do Rio e de Santos, de acordo com o destino (Europa, Argentina e “outros”). Nas Américas, além do Brasil, o estudo compilou dados do Argentina, Canadá, Chile, Cuba, Estados Unidos, Guadalupe, Guiana “holandesa”, “Índias Ocidentais”, Martinica, México, Paraguai e Uruguai.

Os números deste estudo coordenado pela OIT, por terem como base informações governamentais, se aproximam ou se igualam em grande parte às estatísticas consolidadas já no século XXI pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu *Estatísticas do Século XX* (2003).<sup>546</sup> Segundo o Instituto, entre 1901 e 2000 a população brasileira saltou de 17,4 milhões para 169,6 milhões de pessoas, com 10% desse crescimento se devendo aos imigrantes. Ao mesmo tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) do país multiplicou-se por cem, e o PIB per capita, por 12.

A evolução dos diversos setores do PIB no decorrer do século XX mostra uma queda da participação da agricultura, demonstra o IBGE – de 45% em 1900, para cerca de 10% nas

---

<sup>546</sup> Dados disponíveis em INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. p.225. Disponível em <http://bit.ly/1aDZUYw>. Acesso em 10 dez. 2014; Um resumo da obra está em: IBGE lança Estatísticas do século XX. IBGE, 29 set. 2003. Disponível em <http://bit.ly/1vUThGZ>. Acesso em 10 dez. 2014.

últimas décadas. “Inicialmente, este queda foi compensada pela expansão da indústria, que passou de 12% do PIB no início do século, aumentando continuamente sua participação até meados da década de 1970, quando chega a 34% do total”, informa o Instituto. Já os serviços, que respondem pelo restante da produção, partiram de 44% do PIB em 1900, chegaram a 50% nos anos 30 e 40 e, finalmente, a 61% na última década do século.

Ao longo do século XX, a população se tornou quase dez vezes maior: o Censo de 1900 registra mais de 17 milhões de residentes. Na primeira metade do século, a população triplicou, informou o IBGE – 51,9 milhões de residentes em 1950 –, enquanto que, na segunda metade, mais que triplicou. Em 2000, já éramos 169,5 milhões de pessoas, chegando em julho de 2014 a 202,7 milhões.<sup>547</sup>

Durante as quatro primeiras décadas do século XX, o crescimento natural da população brasileira – ou seja, o saldo entre nascimentos e mortes – era de 19 por mil, enquanto a contribuição da imigração no mesmo período pode ser estimada em 2 por mil, segundo o Instituto. “Em outras palavras, 10% do crescimento populacional do período se deve à migração de estrangeiros”, sustenta o IBGE.

Em 1934, conforme destacaremos no próximo capítulo, o governo estabeleceu um sistema de cotas para controlar a entrada de imigrantes. “Assim, a partir da década de 1930, a imigração perdeu sua relevância na taxa de crescimento da população brasileira, que teve simultaneamente à redução da imigração um aumento muito forte do crescimento natural, especialmente em meados do século”, destaca o IBGE.

Mesmo com a diminuição significativa do número de entradas de imigrantes neste e em outros períodos, a imigração contribuiu de forma direta (com os próprios imigrantes) e de forma indireta (com seus descendentes) com 19% do aumento populacional brasileiro entre 1840 e 1940. A análise desses números, diz o IBGE, mostra que a imigração não teve a mesma importância no Brasil como um todo que em países como a Argentina, onde a contribuição dos imigrantes, no mesmo período, foi de 58%, ou os Estados Unidos (44%) e Canadá (22%). O Instituto, expondo a criminalização histórica que caracteriza a questão da imigração, possui registros completos sobre o número de estrangeiros expulsos do ou presos no país.<sup>548</sup>

---

<sup>547</sup> POPULAÇÃO brasileira atinge 202,7 milhões de habitantes, calcula IBGE. Folha de S. Paulo, 28 ago. 2014. Disponível em <http://folha.com/no1507099>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>548</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. p.225. Disponível em <http://bit.ly/1wyUZCi>. Acesso em 10 dez. 2014.

Ainda assim, o número de estrangeiros em algumas das principais cidades do país impressiona: entre 1893 e 1916, a capital paulista tinha pelo menos 34% de italianos em relação ao total da população. Apenas os italianos chegaram a compor, em 1905, 50% do total da população paulistana, como destacamos anteriormente.<sup>549</sup> Já os dados do censo nacional de 1920 mostram que, enquanto a proporção de estrangeiros no país era de 4,2% da população brasileira, 20,8% da população do Rio de Janeiro era composta por estrangeiros – ou seja, um a cada cinco pessoas.<sup>550</sup> Apenas pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, localizada no Brás, passaram entre os anos de 1887 e 1978 mais de 2,5 milhões de pessoas de 70 nacionalidades.<sup>551</sup>

Em relação aos periódicos impressos, o IBGE destaca por exemplo uma diversidade linguística muito maior de publicações no Estado de São Paulo.<sup>552</sup> Os dados referentes a 1912, por exemplo, apontam que enquanto o Rio (Distrito Federal) possui neste ano apenas nove periódicos editados em outro idioma que não o português (francês, italiano, inglês e árabe em destaque), São Paulo possuía 23 jornais editados em algum idioma estrangeiro – sendo 12 somente em italiano. É importante destacar que provavelmente existiram outras publicações, sendo estas somente as registradas oficialmente pelas autoridades da época.

A imigração nos estados é acompanhada, em parte, pelo número de publicações em outros idiomas. O Paraná, por exemplo, registra três publicações em alemão e seis em polonês (ou *polaco*, como grafado à época). O Amazonas registra uma única publicações estrangeira, em espanhol, enquanto que Minas Gerais registra uma em árabe. Também em 1912, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuíam, cada, nove publicações em alemão, o triplo das em italiano (três cada). À exceção do Espírito Santo, todos os demais estados não possuíam uma única publicação estrangeira, segundo os registros das autoridades nacionais e locais, cujo controle não dava conta da realidade.

O período que aqui chamamos de a *afirmação imigrante* mudou a sociedade brasileira

---

<sup>549</sup> BIONDI, 2010:25.

<sup>550</sup> ROCHA PINTO, 2010:73.

<sup>551</sup> ALDÉ, Lorenzo. Um prédio onde coube o mundo. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.26, nov. 2007. Disponível em <http://bit.ly/1wyVc8w>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>552</sup> Todos os dados citados sobre os periódicos nos dois parágrafos que se seguem estão disponíveis no capítulo sobre “cultura”, em INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. p.225. Disponível em <http://bit.ly/1wyVOLa>. Acesso em 10 dez. 2014.

em um caminho sem volta, com os novos habitantes estrangeiros modificando os costumes, crenças e a história dos brasileiros. Em meio aos muitos problemas enfrentados no período, o Estado foi razoavelmente bem-sucedido em seu projeto oitocentista de atrair “braços” para a lavoura. O autoritarismo nacionalista da Era Vargas mudaria, no entanto, a vida de muitos deles. Tinha início um período de grande receio para muitos dos estrangeiros, em grande parte obrigados da noite para o dia a deixar seus “quistos étnicos” e se “assimilar”. Foi bem-sucedido o Estado Novo em seu projeto? Passamos a tratar deste período no próximo capítulo.



## 6 A HIFENIZAÇÃO IMIGRANTE – 1930-1945

A Era Vargas – e, em particular, o período do Estado Novo (1937-1945) – é particularmente turbulento no que diz respeito à questão das políticas migratórias no Brasil. A ideologia eugênica e o desejo de “embranquecer” e “europeizar” a “raça” brasileira, ideários elaborados continuamente durante os períodos anteriormente analisados neste trabalho, ganham durante estes 15 anos um impulso inédito. Uma grande quantidade de leis, decretos, resoluções, normas e até mesmo dispositivos constitucionais sobre a imigração foi publicada neste período e, na maior parte das vezes, aplicada o tanto quanto era possível. O racismo e o eugenismo foram marcantes neste período e estavam longe de se constituir apenas a partir de seu exemplo mais extremo, o regime nazista da Alemanha. Estas ideologias discriminatórias contavam com um amplo apoio de muitos setores da sociedade brasileira, incluindo a imprensa, muito embora sua aplicação e interpretação em território nacional mereçam uma discussão mais detalhada. A isso nos propomos a partir de agora.

Ainda no dia 2 de janeiro de 1930, o então candidato à presidência da República, Getúlio Vargas, faz um discurso na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, expondo a plataforma da Aliança Liberal na campanha para o pleito, previsto para 1º de março de 1930. Vargas explica que o programa político que ali pronunciava é “mais do povo que do candidato”, argumentando que vive-se num regime de “insinceridade”, pois “o que se diz e apregoa não é o que se pensa e pratica”. A “realidade brasileira” – as aspas são de Vargas – reduz-se “aos fenômenos materiais da produção da riqueza, adstritos, as mais das vezes, a censuráveis privilégios e monopólios”. Esquecem-se, acrescenta, “dos grandes problemas cívicos e morais”, com “nada ou quase nada” se fazendo no sentido da “valorização do homem pela educação e pela higiene”.<sup>553</sup>

O discurso de Vargas está dividido por tópicos: ensino secundário e superior, legislação eleitoral, anistia, a “questão social”, a questão militar, finanças, funcionalismo público e outros. Um dos temas, destacado como tópico, é “imigração”. A “política de valorização do homem” anunciada logo no início da fala facilitará o “encaminhamento de correntes imigratórias selecionadas”. O Brasil, diz ele, não poderá atrair bons operários rurais e urbanos do estrangeiro enquanto “a situação do proletariado entre nós se mantiver no nível

---

<sup>553</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). Getúlio Vargas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011; p.280-304. Disponível em <http://bit.ly/1Cudjhi>. Acesso em 10 jan. 2015.

em que se encontra”. Sobre o tema, exposto brevemente neste discurso, Vargas conclui: “Durante muitos anos encaramos a imigração exclusivamente sob os seus aspectos econômicos imediatos. É oportuno entrar a *obedecer ao critério étnico*, submetendo a solução do problema do povoamento às *conveniências fundamentais da nacionalidade*”<sup>554</sup> (grifo nosso).

Um dos personagens mais importantes da política imigratória varguista foi Ernani Reis, que Koifman define como “o principal agente incumbido pelo Estado Novo de participar da elaboração e da prática das políticas que se consideraram necessárias em relação à entrada de estrangeiros no Brasil” entre 1941 e 1945.<sup>555</sup> Reis publicara uma série de artigos no jornal governista *A Noite* entre 1939 e 1944 sobre o tema, incluindo um na edição de 21 de novembro de 1943 citando o discurso de Vargas mencionado acima, quase 14 anos antes. Para ele, a introdução de uma grande quantidade de imigrantes que “superasse a nossa capacidade atual de assimilação” significaria “fatalmente a desfiguração e do desnaturamento, do ponto de vista nacional, de vastas extensões do solo pátrio”. Um trecho deste artigo resume bem o cerne da questão comumente colocada à época por boa parte dos intelectuais nativistas:

Da tentativa de crescer demograficamente o país resultaria, destarte, uma diminuição espiritual da pátria, a saber uma ameaça à sua unidade. Igual consequência teria, de outra parte, a admissão de contingentes demográficos que a nossa própria experiência e a lição da história têm demonstrado pouco suscetíveis de fusão, e também daqueles cuja fusão representa uma força contrária à tendência para a perfeita diferenciação de um tipo nacional. Só nos povos que pertencem ao nosso grande tronco étnico e cultural poderemos ir buscar imigrantes de cujos descendentes seja razoável esperar que se integrem no conjunto da nação brasileira e correspondam ao seu desejo de perpetuar-se com os outros, estejam hoje no terreno em que estiverem, caberá mantermos trocas econômicas, pactos de melhor compreensão e até, eventualmente, alianças de interesses de qualquer gênero; nunca, porém, a câmbio de populações.<sup>556</sup>

Entre os grupos considerados ideais para as futuras gerações de brasileiros, diz Koifman, estavam portugueses e suecos. Entre os indesejáveis, acrescenta, estavam incluídos “orientais”, negros, indígenas, judeus e todos os considerados “não brancos”, bem como pessoas com deficiências e homens e mulheres fora da idade reprodutiva.<sup>557</sup> Apesar de não haver nos atos de governo hostilidade específica para com os descendentes de africanos e

---

<sup>554</sup> *Ib.*, p.286-287.

<sup>555</sup> KOIFMAN, 2012:26.

<sup>556</sup> *A Noite*, 21 nov. 1943 apud KOIFMAN, 2012:409-410.

<sup>557</sup> KOIFMAN, 2012:38.

outros grupos de “não brancos”, as categorias étnicas interpretadas como sendo desses grupos de estrangeiros se tornaram indesejáveis, tanto na execução material das políticas (concessão de vistos, por exemplo) quanto na imprensa.<sup>558</sup>

É dessa forma que, em outro artigo de Ernani Reis em 25 de dezembro de 1943, também no diário carioca *A Noite*, ele critica fortemente a “criação de uma corrente imigratória” de “pretos”, argumentando que no Brasil “não há pretos e brancos”, e sim “brasileiros, e a todos os brasileiros a lei e, mais do que a lei, o sentimento geral asseguram um tratamento que não depende da cor da epiderme”. Esta ideia acerca de uma suposta democracia racial brasileira é diferenciada por Reis em relação à imigração deste grupo étnico, numa suposta oposição entre os *nossos pretos* e os *pretos de fora*: “Outra coisa é, porém, admitir que novos contingentes de pretos – sem falar nos amarelos – tenho o direito de procurar o nosso país. Esses pretos de fora não têm nada que ver com os nossos pretos. A estes dedicamos o nosso respeito, o nosso carinho, a nossa gratidão pelo que trouxeram à formação do Brasil e da sua riqueza. Quanto aos outros, seriam apenas imigrantes de assimilação difícil e muitas vezes trabalhados pela presunção de superioridade”.

O articulista e principal executor direto da política imigratória durante a maior parte do Estado Novo sustenta que no Brasil já “conseguimos esquecer as diferenças de pele”, o que pôde ser alcançado em parte devido à “progressiva *diluição* do contingente negro na massa da população” (grifo nosso). E conclui: “Aumentar, de futuro, tal contingente por meio de contribuições vindas do exterior, será abrir caminho para a formulação de um problema que desconhecemos”.<sup>559</sup> A ideia de que os imigrantes eram substâncias que poderiam ser (ou não) “diluídas” em um determinado “organismo” social era comumente formulada na imprensa, conforme veremos mais à frente, como uma forma de tornar os argumentos mais próximos de uma pseudociência da imigração, cujas decisões seriam, portanto, “técnicas”.

Em um artigo complementar, de 16 de abril de 1944 no mesmo diário, Ernani Reis volta a falar sobre o tema ao criticar um movimento que pretendia criar uma “sociedade beneficente para homens de cor”, explicando que tratava-se de “agremiar o negro brasileiro para fins de assistência e defesa”, despertando nele um “sentimento de reação coletiva, melhor diremos, ação coletiva sobre o ambiente social”. Ele caracteriza a ação como uma “modalidade singular de racismo”, nomeadamente um racismo às avessas – segundo ele, um

---

<sup>558</sup> *Ib.*, p.39.

<sup>559</sup> *A Noite*, 25 dez. 1943 apud KOIFMAN, 2012:411-412.

*racismo “à rebours”* (aspas do autor) –, indo portanto contra os “costumes do Brasil e ao próprio espírito da nossa Constituição e das nossas leis”, bem como contra as “tendências nacionais”.

Reis retoma a ideia da assimilação, ao atacar a proposta: “Uma cultura negra, ou amarela, ou alemã, ou síria, ou italiana, em suma, qualquer espécie de cultura que seja informada por um motivo étnico ou racial, eis precisamente o que temos desejado e conseguido poupar ao Brasil, onde todas essas 'culturas', que se opõem à simples noção de cultura, não poderiam coexistir sem prejuízo da unidade espiritual e, talvez, material do país”. Ele conclui sustentando não haver a mínima conexão entre a identidade negra no Brasil e a sua ascendência africana: “Entre o preto que vive na América, em qualquer país da América, e o continente onde viveram seus remotos antepassados, não há nenhum vínculo nacional, cultural ou sentimental. A verdade é esta. O mais puro romance”. Nesse ano, 1944, já haviam sido criadas diversas associações do movimento negro no Brasil, incluindo a Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, que chegou a reunir mais de 100 mil pessoas em diversos Estados do país e fora colocada na ilegalidade com a instalação do Estado Novo, em 1937.<sup>560</sup>

O debate que Ernani Reis fazia acerca do “racismo às avessas” estava amplamente inserido no contexto da época e não era de poucos. Seu vínculo com o pensamento nacionalista que guiava as políticas imigratórias se dava à medida que o mesmo conceito de “quistos étnicos” era utilizado tanto em relação ao racismo quanto em relação à desejada “assimilação” das comunidades de imigrantes. Prevalcia na época a ideia de que o racismo não existiria no Brasil, sendo sobretudo um problema criado por negros racistas que teimavam em importá-lo dos Estados Unidos, formando dessa forma “quistos étnicos antibrasileiros”. O verdadeiro “problema do negro” seria apenas a barreira da pobreza, já que se encontrava plenamente “assimilado” na sociedade brasileira.<sup>561</sup> Gilberto Freyre, por exemplo, advertia contra “qualquer tentativa de separar brancos e negros” e denunciava o “racismo” daqueles que “pretendem opor ao racismo de 'arianistas' o de um negro brasileiro caricaturado de norte-americano”. Contra esse ideal da democracia liberal formalista – em tese, os direitos de negros e brancos eram o mesmo – se levantava, no final desta década de 1940, o jornal *Quilombo*, criado e dirigido pelo jornalista e ativista do movimento negro Abdias

<sup>560</sup> Ver outras associações e grupos negros em A HISTÓRIA da Escravidão Negra no Brasil. Geledes, 13 mai. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1DEiDf9>. Acesso em 17 dez. 2014.

<sup>561</sup> LEIA texto de Abdias do Nascimento sobre o jornal "Quilombo". Folha de S. Paulo, 24 mai. 2011. Disponível em <http://folha.com/no920231>. Acesso em 17 dez. 2014.

Nascimento<sup>562</sup>: “Democracia de cor não deve nem pode ser apenas um luxo da nossa Constituição, um slogan sem conteúdo e sem efetividade na existência cotidiana do povo brasileiro”.<sup>563</sup>

Outro aspecto apontado por Koifman em relação às políticas imigratórias do Estado Novo é o caráter discricionário da concessão de vistos, principalmente no período entre 1941 e 1945. O historiador observa que:

Quando o solicitante era considerável desejável, a análise do Serviço de Visto em relação ao cumprimento das exigências e provas era normalmente tolerante, elástica e liberal. Por outro lado, todos os estrangeiros considerados indesejáveis que buscaram entrar no Brasil dentro de uma das exceções à concessão de visto permanente [previstas em lei] receberam do Serviço de Visto do MJNI [Ministério da Justiça e Negócios Interiores] um tratamento extremamente rigoroso cujo fim era mesmo o de dificultar e de induzir ao indeferimento do pedido.<sup>564</sup>

Koifman conclui que, mesmo tendo existido, na forma da lei, critérios técnicos de seleção dos estrangeiros, “o que de fato considerou-se foram critérios que, em última análise, levavam em consideração as características eugênicas”.<sup>565</sup>

### **6.1 “Devemos, pois, estarmos alertas. O Brasil deve e tem que ser, primeiramente, dos brasileiros”**

Estamos em 1930 e desde o dia 3 de novembro Getúlio Vargas já ocupa o poder, em seu “Governo Provisório” que duraria até 1934. Os jornais discutiam intensamente a questão trabalhista, com uma compreensível preocupação afetando os imigrantes, dada a orientação nacionalista do novo governo.

O jornal *O Globo* publica uma série de matérias tratando de distintos casos relacionados à imigração portuguesa. No início do ano, em sua edição de 21 de março de 1930, o diário carioca já entrara em uma polêmica com o jornal português *O Século*, de Lisboa, após este ter alegadamente dirigido críticas à migração portuguesa para o Brasil “em

<sup>562</sup> O jornal funcionou entre dezembro de 1948 e julho de 1950.

<sup>563</sup> LEIA texto de Abdias do Nascimento sobre o jornal "Quilombo". Folha de S. Paulo, 24 mai. 2011. Disponível em <http://folha.com/no920231>. Acesso em 17 dez. 2014.

<sup>564</sup> KOIFMAN, 2012:423.

<sup>565</sup> Id.

termos ásperos”. Em sua seção editorial principal, denominada “Ecos”, *O Globo* escreve que “segundo o telegrama, que transmite o facto, aquelle jornal teria dito que o mercado brasileiro de carne humana já não suporta a abundância da mercadoria portugueza”, afirma o diário carioca, completando: “Nada mais falso. Tirante a aggressividade inútil do estylo, ninguém, de bôa fé, acreditará na doutrina”.

O jornal argumenta não ser a primeira vez que *O Século* aborda o assunto com o objetivo de combater a vinda de portugueses para o Brasil, acusando o país de deixar os imigrantes de Portugal em um “quadro desolador de miséria”. *O Globo* rebate afirmando que “o melhor instrumento de propaganda em contrário são os próprios portuguezes, que para cá vieram”, encontrando – sempre segundo o jornal – trabalho e prosperidade “sempre num ambiente de perfeita cordialidade”. O editorialista acrescenta que “contra todas as insinuações, contra todas as calúmnias, contra todas as críticas malévolas, se erguem os depoimentos que as correspondências particulares encerram e que seduzem os que se mostram indecisos”. O diário minimiza a posição do diário de Lisboa: “As campanhas periódicas do 'Seculo' não chegam a fazer mozza [deixar consequências negativas]”. Ao final, alfineta: “(...) nunca se perde o tempo em que se ficou calado...”.

Já as matérias que se seguem à chegada de Vargas ao poder mostram como não só as políticas imigratórias eram discricionárias, mas também parte da imprensa. Assim, a edição do mesmo *O Globo* de 22 de dezembro deste ano reproduz a opinião de um leitor – identificado como Guilherme D. Neumann – sobre uma lei que “ampara o empregado brasileiro”. O editor deixa clara a sua satisfação com a posição ao classificar as palavras do leitor como “oportunas considerações”. O texto comemora a criação do Ministério do Trabalho, fundado em 26 de novembro, lembrando que em todos os governos passados resolviam-se as “queixas justas do nosso povo” no “Palácio da Polícia”. Reclamava da opressão anteriormente exercida pelos governantes, uma lacuna preenchida pela Nova República, diz o autor. O artigo elogia o então novo ministro, Lindolfo Collor – avô de Fernando Collor e cujos pais eram descendentes dos primeiros imigrantes alemães –, afirmando serem “suas medidas as mais acertadas” a partir de sua “capacidade de acção e conhecimento de causa”. O autor comemora: “A suspensão temporária de immigração, ou regulamentação desta, era o ponto capital para levar o braço nacional, que effectivamente quizesse trabalhar, aos campos a atacar os trabalhos de nossa lavoura; esta providência já foi tomada”.

Outro ponto, lembra o articulista, é a porcentagem de brasileiros e estrangeiros nos

“serviços de firmas estrangeiras” estabelecidas no país, “quer em número, quer em valores de vencimentos e categorias de funções de empregados”. Argumenta o autor, se afirmando descendente de imigrantes, que seus avós receberam do imperador terras para cultivar e tirar “dellas a percentagem do proveito que lhes foi doado. Assim colonisaram-se muitas das nossas principaes cidades”. Com a República, no entanto, veio o “abuso”. O estrangeiro, acusa o leitor, não quer mais “demandar aos campos da lavoura. Sem recursos de espécie alguma, localisaram-se em todas as *nossas cidades*, não só preterindo os cargos que deviam pertencer *antes ao nacional*, como também explorando toda a sorte de trabalhos (...), fazendo, com prejuízo para os *filhos do paíz*, fortunas mysteriosas em curtos lapsos de tempo” (grifo nosso). O autor acusa ainda estas empresas de preterirem “sem-vergonhadamente” os brasileiros, chegando a “mandar vir de seus paízes todos os auxiliares, que empregam nos melhores cargos”. O autor diz que, se preciso, pode expor dois casos ocorridos com ele próprio. E por que teria sido preterido? “Apenas porque o commércio estrangeiro, na sua maioria, entende que nós brasileiros devemos apenas sermos comandados?”, questiona.

A um jornal português não identificado que questiona as medidas do novo governo, o autor pergunta em resposta: “Acaso a immigração demasiada de portuguezes para o Brasil, preterindo excessivamente os logares, nas cidades, que devem pertencer, primeiramente, aos brasileiros, e as contínuas e grandes remessas de dinheiro que esses elementos fazem para a “Terra”, não prejudica immensamente a situação financeira, e, consequentemente, cambial de nossa Pátria?” Neumann pede que “todos os brasileiros” se interessem pela fiscalização da medida que regulariza a “percentagem do elemento nacional a serviço das firmas estrangeiras”, considerando “escandalosa” a admissão de estrangeiros e a “preterição do nacional”. E conclui: “Devemos, pois, estarmos alertas. O Brasil deve e tem que ser, primeiramente, dos brasileiros”.

O clima para os estrangeiros já se mostraria tenso desde o início da década, em meio ao nacionalismo exacerbado que separava todas as áreas da sociedade entre nacionais e estrangeiros. Uma nota no mesmo *O Globo* dois dias depois, no dia 24 de dezembro de 1930, expõe uma curiosa reclamação contra uma empresa portuguesa que realizava obras à rua Frei Caneca, número 95, sobre a suposta “recusa de trabalho a nacionaes”. Os responsáveis pelas obras contam o caso ao diário carioca, que publica a versão sob o título de “A questão dos sem trabalho”. Informa o jornal que “deram o seu depoimento sincero sobre o que ali occorrera”. “Lá chegara primeiramente um cavalheiro, pedindo serviço. Responderam-lhe que

não havia vagas. Nisto, entram outros, inclusive dous soldados do exército, sem armas, e insistem pela obtenção de empregos. Ambos replicam que nada podem fazer. E o incidente nisto ficou sem mais reflexo, que um começo de discussão, logo serenada”, descreve o jornal. A “José Pinto Filho & C.” diz ao jornal que a empresa “não tem prevenções contra empregados”, concluindo: “Mesmo há la muitos brasileiros. Mas o caso é que mesmo não há serviços, ali, para mais gente”.

Durante toda a Era Vargas, o binômio nacionais-estrangeiros era constantemente reforçado pela imprensa, mesmo quando não houvesse referências diretas aos imigrantes, com o claro objetivo de enfatizar que a mão de obra nacional e a boa gestão eram o motor do desenvolvimento. Reportagens como as do vespertino carioca governista *A Noite*<sup>566</sup>, que estampa na capa da edição de 3 de junho de 1945: “Administração que dignifica os governos do presidente Getúlio Vargas e do governador Benedito Valadares, e sem dúvida a do Sr. Benedito Silva Santos, prefeito do município de Camanducaia”. A reportagem, de página inteira e contando com fotos em destaque dos referidos líderes políticos, continua: “*Clima europeu*, onde produzem castanhas, nozes, maçãs e peras, *superiores às estrangeiras*, encontram-se na cidade de Camanducaia, sita no extremo sul de Minas Gerais, além do confôrto condigno aos seres humanos, razão porque os seus habitantes sentem-se felizes, permanecendo no seu *torrão natal* e com alegria, recebem constantemente os migrantes vindos de outros Estados brasileiros” (grifos nossos).

A matéria é notavelmente uma peça publicitária em formato de matéria jornalística e relata o suposto progresso da cidade, sob a administração de Benedito Silva Santos desde 1938 – um ano após o “autogolpe” de Estado de Getúlio –, enfatizando que o município estava recebendo constantemente migrantes “vindos especialmente do Estado do Paraná e de outros Estados brasileiros”. A reportagem completa: “Muita coisa se tem feito nos vários recantos da nossa pátria e só quem viaja poderá constatar o grande progresso verificado nestes últimos anos, com a transformação de pequenas em grandes cidades, atestando uma nova era de trabalho e realizações, ignorados por uns e propositalmente escondidos pelos descrentes e inimigos dos homens de gôverno”.

---

<sup>566</sup> *A Noite*, 3 jun. 1945. Disponível em <http://bit.ly/1E5Lk8g>. Acesso em 15 jul. 2014. Mais detalhes da trajetória do *A Noite* em FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *A Noite*. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/noite>. Acesso em 15 jul. 2014.



## 6.2 Lindolfo Collor: “Sair do empirismo da liberdade desordenada para a organização racional da imigração”

A questão dos direitos dos trabalhadores estrangeiros volta à pauta do jornal *O Globo* na edição de 13 de agosto de 1931, como já vinha acontecendo desde a chegada de Vargas ao poder. O responsável pela mudança na legislação é o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor. Diz o extenso título da matéria: “Paíz tradicionalmente hospitaleiro, o Brasil há de sempre acolher com entusiasmo todos os filhos de outras terras que desejarem colaborar no seu progresso!” A exclamação no título já dá o tom de apoio à lei – o decreto 19.482 de 12 de dezembro de 1930 –, conforme se confirma na chamada do jornal: “Como o regulamento da já famosa lei dos dous terços concilia o amparo ao trabalhador nacional com os interesses legítimos da lavoura e com o respeito de todos os direitos adquiridos”.

O tema é escorregadio, conforme fica claro na longa descrição do diário carioca de tendência liberal, que lembra as “consequências indirectas que nos poderiam advir do emprego de fórmulas que, protegendo a todo transe o trabalho nacional, animassem lá fora uma atmospheria de prevenções contra o paíz, retrahindo as iniciativas do estrangeiro, pondo-o de sobreaviso contra os excessos de um nacionalismo tanto mais fácil em culminar nas soluções radicaes quanto mais prolongado e criminosos havia sido até então o esquecimento em que deixáramos o trabalhador brasileiro, o desamparo a que o lançáramos na concorrência com os estrangeiros que, em vez de cultivarem a terra, vinham procurar collocação nas cidades, e disputal-a ao nacional, aggravando, senão creando, o problema dos sem trabalho”.

Na mensagem enviada a Vargas, publicada pelo jornal, Lindolfo – ele próprio descendente de alemães – cita as supostas experiências internacionais para argumentar em favor da lei: “Não tenho dúvida em affirmar que nós somos, em tal matéria, um dos últimos paízes a assentar medidas normativas geraes, encaminhadas no sentido de defender o trabalhador nacional da concorrência do estrangeiro”. Justificando-se a posição a partir de supostas práticas europeias, o objetivo final é escolher melhor “os elementos que, por suas qualidades profissionaes, preencham as lacunas de mão de obra nacional”. Ao citar a Organização Internacional do Trabalho (OIT) – pelo seu secretariado, o *Bureau Internacional do Trabalho* –, Lindolfo sustenta que “os paízes americanos não procuram mais attrair todos os elementos da população, venham de onde vierem, porquanto substituíram a liberdade pela organização”.

Lindolfo Collor era de fato habilidoso em sua argumentação, citando legislações da Europa e dos Estados Unidos, que mostrava conhecer. Aponta que a lei não faz oposição à imigração destinada à lavoura, pecuário e indústrias extrativistas, citando o artigo. “O que se faz por via da nossa legislação actual é sair do empirismo da liberdade desordenada para a organização racional da imigração”, diz, apontando que apenas os “imigrantes industriais” seriam afetados com o limite de um terço de postos ocupados em atividades industriais e comerciais. “Nada mais compreensível, comparado o nosso procedimento com o de outros países. Em face dos nossos interesses, nada mais justo.”

O trabalho estrangeiro, continua o jornal em sua longa exposição dos argumentos do ministro Collor, é normalmente proibido e só excepcionalmente aceito, enquanto em alguns outros países a limitação imposta é entre 10 a 40% – o Brasil, portanto, seria mais generoso que a maioria dos demais países. Estariam excluídos, ainda, os estrangeiros com cônjuge brasileiro e com filhos que moram há mais de dez anos. Uma restrição que visava, certamente, privilegiar a grande quantidade de antigos imigrantes com alguma história no país. A exposição do ministro, “que se estende por mais de uma dezena de folhas longas”, é exaltada pelo diário carioca e retoma a ideia – ignorando décadas de uma política racista eurocêntrica – de que o Brasil é “tradicionalmente hospitaleiro” e que não abandonará “suas normas de bom acolhimento a todos aqueles que queiram colaborar no nosso progresso moral e material”. Essa suposta hospitalidade, no entanto, “não pôde permittir também que as difficuldades econômicas e sociaes de outros países venham aggravar os nossos próprios problemas que, si não ostentam ainda a gravidade que lhes é peculiar em outros países, nem por isso merecem menos a cuidadosa attenção do nosso Governo”.

O ufanismo característico do momento político é notável no discurso de Lindolfo em relação ao trabalhador brasileiro – e tão somente ao brasileiro: “Nunca, até hoje, as nossas legislações haviam curado do trabalhador nacional, modelarmente disciplinado, amante da sua Pátria, de que se orgulha e que tem sabido defender nos campos de batalha”. O trabalhador brasileiro vira, nessa versão, “resignado e dócil”, “laborioso e humilde”. Trata-se de alguém que “na Colônia, no Império e na República, nos dias de glória e de abatimentos nacionaes, vibrou com as nossas alegrias e soffreu com as nossas dores”. Dirigindo-se a Vargas, conclui: “A essa injustiça histórica, V. Ex. no seu nobre descortino de administrador, soube pôr agora o termo final. Tenho por indubitável que os milhões de trabalhadores brasileiros saberão fazer justiça a esse nobre acto do Governo de V. Ex.”.

Um questionamento à aplicação da lei surge na edição de 4 de janeiro do ano seguinte, 1932, no mesmo *O Globo*: não existiriam garçons e cozinheiros brasileiros em número suficiente para chegar aos dois terços previstos em lei. Com as dúvidas que se levantam, diz o diário, “não vemos de que modo fugir ao exame severo dos factos, organisando-se estatísticas que esclareçam a execução da lei, acolhida sob justos auspícios optimistas”. E completa o editorial, publicado na coluna *Ecos*: “Ninguém poderá pôr em dúvida a efficácia duma lei, veiu garantir a actividade dentro do paíz, de todos que aqui nasceram e aqui lutam pela vida. Um exame do problema evitará dissabores e injustiças veladas”.

### 6.3 Assírios: de “imigrantes cristãos” a “refugiados iraquianos muçulmanos”

A “questão dos assírios” foi um dos principais temas em debate na imprensa brasileira durante o primeiro semestre de 1934 e nos mostra um pouco acerca do debate imigrantista que misturava xenofobismo, intolerância religiosa e “racialização” das comunidades étnicas que almejavam se estabelecer no Brasil. Segundo Lesser, a Liga das Nações e a Agência Internacional Nansen para Refugiados decidiram, em 1932, somar esforços para ajudar 20 mil refugiados assírios – uma minoria frequentemente perseguida desde a dissolução do Império Otomano – a deixar o Iraque, país de então maioria muçulmana que negava a cidadania aos membros do grupo. Uma empresa britânica de colonização, a Paraná Plantations Ltda., propôs em outubro daquele ano o reassentamento de toda a população assíria em uma enorme extensão de terra no Paraná, a cerca de 60 quilômetros de Londrina, numa área de colonização austríaca, tcheco-eslovaco, alemã, italiana, japonesa e polonesa.<sup>567</sup>

O argumento da ocupação territorial foi utilizado, a princípio, pelo governo Vargas para considerar esta possibilidade. Além disso, a religiosidade dos assírios e o fato de virem em famílias “pareciam se encaixar na intenção do governo de retornar a uma sociedade católica mais tradicional”.<sup>568</sup> Segundo Lesser, a islamofobia presente em geral entre os diplomatas ingleses e brasileiros fez com que os assírios fossem bem vistos, já que haviam conservado sua fé católica em um país de maioria muçulmana. Lesser observa, por exemplo, que um representante tanto da Paraná Plantations quando da Companhia Ferroviária São

---

<sup>567</sup> LESSER, 2001:117-118.

<sup>568</sup> *Ib.*, p.118.

Paulo-Paraná apresentou o grupo, por meio de uma petição ao Ministério do Trabalho, como sendo “de raça ariana, sem quaisquer características semitas ou árabes”.<sup>569</sup>

Foi desta forma que, em janeiro de 1934, as autoridades brasileiras informaram à Liga das Nações que aceitariam, sob determinadas condições – isentando o país de responsabilidades financeiras e exigindo que fossem todos agricultores –, o plano de reassentamento dos assírios. A divulgação da informação na imprensa britânica, no entanto, parece ter sido um golpe fatal no plano do governo. Segundo destaca Lesser, o regime Vargas virou alvo dos nativistas, que denunciavam que os assírios eram “nômades e maometanos” inassimiláveis.

O jornal *O Globo* de 21 de fevereiro divulga “uma reunião na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, afirmando que os assírios são “tidos” como indesejáveis: “A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres realiza, amanhã, às 21 horas, uma reunião para examinar o caso da vinda dos assyrios para o Brasil e estudar os últimos recursos de que póde lançar mão, afim de conseguir do chefe do Governo Provisório a suspensão da acquiescência dada aos inglezes para collocação daquella massa de immigrantes tidos como indesejáveis”. A Sociedade liderou os ataques contra os assírios e era composta por importantes intelectuais, diplomatas e políticos nativistas, incluindo o líder integralista Plínio Salgado e o então ministro da Agricultura, Juarez Távora, entre outros. Lesser lembra o vínculo estreito da Sociedade com a imprensa em geral e, sobretudo, com o *Jornal do Commercio*, que oferecera espaço gratuito para ataques aos japoneses, à Liga das Nações ou a qualquer outro “elemento não-nacionalista”.<sup>570</sup>

O *Correio da Manhã* de 28 de março fala em um “grave perigo a remover”, completando que “só se pode ter paz com um assírio depois que ele morrer”. O *Diário de Notícias* de 2 de abril diz, já na manchete, que trata-se de “uma imigração indesejável”, enquanto o *Jornal do Brasil* de 25 de janeiro apela para a crise econômica e para o sucesso econômico associado aos árabes para sugerir que os assírios seriam os “futuros mascates”.

Um dos poucos jornais que inicialmente apoiou o plano foi o *A Nação*, que afirmara em sua edição de 4 de fevereiro que apenas “agricultores fortes e sadios” seriam incluídos. O mesmo jornal, no entanto, publica apenas um mês depois, no dia 7 de março, que o plano seria “uma tentativa de explorar os sentimentos humanitários do povo brasileiro”, com diversos

---

<sup>569</sup> Id.

<sup>570</sup> *Ib.*, p.122-123.

jornais brasileiros repercutindo os comentários de uma autoridade alemã que afirmara que os assírios eram “racialmente inconvenientes”, uma vez que não não eram os cristãos “da História Antiga”<sup>571</sup>.

No dia 24 de março, o *Correio da Manhã* publica um artigo assinado por O. Martins Gomes<sup>572</sup> citando a “intromissão, nas mais viçosas terras da sua zona norte [do Paraná], da massa humana de vinte mil famílias de assyrios, para cá tangidos do Irak pela Inglaterra”. O autor cita erroneamente – não se sabe se propositalmente ou não – que seriam 20 mil famílias de assírios, quando na verdade tratavam-se de 20 mil assírios.<sup>573</sup> Os protestos paranaenses são engrossados, comemora o articulista, por órgãos “da mais ampliação patriótica” no Rio de Janeiro, como a imprensa, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, além de “cientistas, homens de letras e membros da Assembléa Nacional Constituinte”. Gomes informa que, no Paraná, a luta contra a entrada dos assírios é liderada pelo Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná (OAB), entidade da qual é membro e secretário. Ele informa os motivos da campanha que chama de “articulado nacionalista”, título do artigo.

O primeiro motivo, diz Gomes, é que os assírios são uma “minoría social, étnica e religiosa”, com sua transferência para a referida região paranaense se constituindo como um “verdadeiro enquistamento”, termo comum para designar o completo isolamento e a consequente inassimilabilidade dos colonos. O autor acusa ainda a *Paraná Plantations* de ter comprado as terras ilegalmente, em transação vedada pela legislação nacional, além de observar que o Brasil não era um membro da Liga das Nações, “da qual se retirou espontaneamente”.<sup>574</sup> Gomes cita a “luta sangrenta que ora se desenrola no Chaco”, entre a Bolívia e o Paraguai, segundo ele fruto de interesses opostos de capitais norte-americanos e ingleses. “Os assyrios, por índole e pelas contingências da sua existência atribullada, são também aguerridos, e não deve, por isso, ficar afastada a hypóthese de virem a ser desviados do paíz de *'Londrina'* os seus homens válidos e aproveitados nessa guerra”, diz o articulista, citando os diversos interesses econômicos dos ingleses na região para argumentar que a soberania nacional seria “posta em cheque”. O jornal *A Nação* de 7 de março usa o mesmo argumento de Martins Gomes ao escrever: “Se os ingleses estão tão interessados em encontrar

<sup>571</sup> *A Nação*, 3 fev. 1934, 4 fev. 1934 e 7 mar. 1934; *Correio da Manhã*, 28 mar. 1934; LESSER, 2001:119-120.

<sup>572</sup> *Correio da Manhã*, 24 mar. 1934. Disponível em <http://bit.ly/1wyWG2w>. Acesso em 17 jun. 2014.

<sup>573</sup> O mesmo número equivocado foi dado em outras ocasiões, como é o caso do artigo de Raul de Paula, membro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, publicado no *Jornal do Commercio* de 5 de fevereiro do mesmo ano.

<sup>574</sup> Em julho de 1926.

um refúgio para os assírios, eles poderiam ser instalados nos milhões de quilômetros quadrados que formam o Império [Britânico]”.

O segundo motivo exposto por Gomes é a “formação étnica do Brasil”, com a eventual imigração dos assírios, diz, não sendo *conveniente*. Em uma região escassamente habitada, argumenta o autor, e com um povo dotado de “exclusivismo” e “hostil, quiçá, à disciplina social” do Estado brasileiro, os assírios tenderão a aumentar o núcleo humano, conservando as suas “características sociais, os seus costumes e o seu atavismo histórico”. Martins Gomes acrescenta que “não se processará a infiltração dos seus componentes nas artérias do sangue nacional. Não assimilarão as nossas já accentuadas características nem a nossa civilização e cultura, mas permanecerão aquém destas. Continuará a nação estranha dum povo asiático enquistado no organismo nacional como uma excrescência perigosa”.

Para o autor, pouco importa no entanto se a assimilação ocorrerá ou não, no caso de os assírios se instalarem no Paraná, pois “essa espécie de immigrants é imprestável como contribuição étnica”. O autor cita “fidedignos informes” – sem dizer quais são – que confirmariam que os assírios formam uma “amalgama da escória de diversos povos asiáticos, reunidos ao léu das circunstâncias oriundas de rixas políticas e religiosas, no correr dos séculos”, acrescentando que eles não possuem “hábitos de trabalho estável, sem educação social, sem hygiene” e “contumazes na prática de actos contrários aos sentimentos de piedade e probidade”. Com esses estigmas “comprometedores”, sustenta Gomes, os assírios não devem ser aceitos como “factor de uma nação que pretende fixar um typo racial de predicados physicos e moraes os mais apreciáveis”, acrescentando que “opiniões respeitáveis” condenam mesmo a imigração asiática para o Brasil, citando as “tendências imperialistas” dos japoneses.

O pensamento de Martins Gomes transparece grande parte da ideologia política da época sobre o tema, uma ideologia construída ao longo de mais de um século de História de políticas imigratórias. “A verdade é que somos um prolongamento do occidente e, como tal, está o Brasil incorporado á civilização européa, donde têm emanado para o nosso continente as correntes immigratórias de mais fácil adaptação e assimilação”, observa o articulista, que acusa ainda os assírios – e este é o seu terceiro *motivo* – de não serem agricultores e afirmando que a Argentina havia vetado “summariamente” plano semelhante. Martins Gomes cita um médico que escreve para os Arquivos Paulistas de Higiene Mental, uma publicação eugenista elaborada pela Liga Paulista de Higiene Mental, para sustentar que “desde os mais remotos tempos da colonização, o Brasil tem servido como paíz de despejo da escória social

de todas as partes do mundo”.<sup>575</sup>

O extenso artigo de Martins Gomes expõe outros motivos, argumentando por exemplo que haveria milhares de famílias e de trabalhadores brasileiros que precisariam, antes dos assírios e de outros povos oprimidos, de assistência, além do argumento de autoridade – o quinto e último *motivo* – de que a campanha contra os assírios estaria baseada em “estudos e conceitos dos cientistas e homens de letras”, citando Miguel Couto, Arthur Neiva e Xavier de Oliveira, entre outros. Martins Gomes conclui alertando para o “innominável crime de lesa-pátria em vias de consummação”, destacando no entanto que o “*povo brasileiro* não deve, não póde e *não quer* receber os assyrios” (grifos do autor). O Instituto da OAB do Paraná considerou esta campanha seu principal evento do ano, com sua publicação anual levando o título de “Campanha Contra a Imigração Assíria”.<sup>576</sup>

Segundo Lesser, os debates se estenderam por alguns meses, com propostas que incluíram no limite a obrigação, por parte das autoridades brasileiras e mesmo das inglesas, de que os assírios se tornassem brasileiros já na chegada ao Brasil. A campanha contra o grupo tomou tamanha proporção, avalia Lesser, que até mesmo os “expoentes da comunidade sírio-libanesa, temendo, com razão, que os ataques aos assírios repercutissem sobre todos os imigrantes originários do Oriente Médio e seus descendentes, confirmaram as acusações nos jornais em língua árabe, com matérias trazendo 'descrições bastante sensacionalistas’”.<sup>577</sup> Quando a campanha se intensificou, os funcionários do Itamaraty mudaram a expressão usada em seus discursos, acrescenta Lesser, “passando de *imigrantes assírios*, de conotação positiva, ao muito menos desejável *imigração de refugiados do Iraque*, ou *refugiados assírios do Iraque*”. O autor conclui que os imigrantes cristãos assírios foram transformados em refugiados iraquianos (muçulmanos), perdendo sua condição de desejáveis.

Lesser dá uma ideia da campanha antiassírios na imprensa: dez jornais cariocas publicaram, no primeiro trimestre de 1934, mais de uma matéria contrária aos assírios, o mesmo ocorrendo em São Paulo, Santos, Florianópolis, Joinville, Bahia e Porto Alegre; *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Diário Carioca* publicaram, cada, pelo menos duas matérias semanais sobre a questão entre janeiro e abril deste ano; o *Correio* e o *Diário* publicavam frequentemente, observa Lesser, mais de um artigo por dia, sempre atacando a

<sup>575</sup> Esta última fala é atribuída ao médico, identificado como Dr. Couto de Barros. Os materiais dos Arquivos Paulistas de Higiene Mental podem ser acessados em <http://www.ppi.uem.br/gephe/index.php/arquivos-digitalizados> (acesso em 10 jan. 2015)

<sup>576</sup> LESSER, 2001:126-127.

<sup>577</sup> *Ib.*, p.122.

proposta.<sup>578</sup>

A Assembleia Constituinte contou com o apoio decisivo dos líderes que participaram da campanha, como Antônio Xavier de Oliveira, Miguel Couto e Arthur Neiva. Neiva e Xavier de Oliveira haviam proposto banir todos os imigrantes “não brancos”, com Xavier de Oliveira indo ainda mais longe: para o constitucionalista, os imigrantes deveriam ser “os elementos julgados preferíveis, os brancos civilizados da Europa Central e Setentrional”.<sup>579</sup> Com a Liga das Nações buscando espaço também para os judeus alemães perseguidos pelo regime nazista, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres reage por meio de editorial na edição de 1º de novembro de 1934, no *Jornal do Commercio*:

A ameaça que paira sobre o Brasil, de uma invasão dos habitantes do Iraque, que a Inglaterra queria colocar no Paraná, foi um sinal de alarme que despertou nosso povo e os alertou contra certas correntes imigratórias que vêm-se dirigindo para cá. Referimo-nos, em particular, aos japoneses e aos judeus, que, por boas razões, são imigrantes indesejáveis, rejeitados hoje por todas as nações que necessitam de mão de obra estrangeira.

A questão dos assírios ganhou uma comissão exclusiva, em março de 1934, composta por eugenistas, xenófobos e outros especialistas de perfil conservador. Em abril, o plano foi definitivamente abandonado pela Liga das Nações.

#### **6.4 Médico alerta para “falta de selecção mental dos alienígenas imigrantes”**

À medida que avança a década de 1930, os discursos contra os imigrantes tidos como indesejáveis começam a ficar cada vez mais violentos. As medidas restritivas contra a entrada de imigrantes, criadas principalmente a partir de 1934, foram precedidas por um clima de desconfiança em relação aos estrangeiros, em geral, e imigrantes, em particular. A imprensa foi uma das principais incentivadoras dessa dicotomia entre *nacionais* e *não nacionais*. É nesse contexto que surge um “alerta” nas páginas d'*O Globo* em sua edição de 9 de setembro de 1932: é muita alta a proporção de imigrantes psicopatas no Brasil. Trata-se de uma descoberta “científica”: quem diz é o renomado Dr. Xavier de Oliveira – “um dos nossos maiores investigadores dos phenômenos psychopathológicos em toda a sua extensão”,

---

<sup>578</sup> Ib., p.123.

<sup>579</sup> Ib., p.125.



segundo descreve o diário. A criminalização, como vimos, é um método utilizado contra os estrangeiros desde os tempos do Império.

Em palestra na Academia Nacional de Medicina, Oliveira cita seus estudos para abordar sobre o “caso frequente de immigrantes psychopathas que affluem ao Rio”, como uma “ameaça permanente contra a eugênificação da raça e mesmo contra a própria segurança pessoal”. Além disso, escreve *O Globo*, são “elementos de inactividade e de consumo sem compensação representados por homens que pela sua origem e pelos motivos, mesmo, de sua chegada aos nossos portos, só aqui, poderiam ser recebidos, depois de provada a sua eficiência econômica pela demonstração do perfeito funcionamento de todos os seus órgãos e sistemas” – entre os quais a “hygidez mental”. As considerações do jornal, ressalta o autor do texto, são todas feitas “dentro do rigor científico próprio do conferencista e adequado á assembléa de doutos para os quaes falou”. O objetivo do relato, explica o jornal, é “tornar palpáveis aos olhos dos leigos a grandeza e a importância do problema”.

Com base na conferência do especialista da época, que tratou do tema “com todo o rigor da técnica científica”, o jornal divulgou a resolução do 3º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. “Verificou esse Congresso ser muito elevada a quota de psychopathas entre os immigrantes estrangeiros no Brasil, que as suas desordens mentaes costumam explodir geralmente dentro de seis mezes após a chegada ao Brasil e que uma das causas disso é a falta de selecção mental dos alienígenas immigrantes”, relatou *O Globo*. O Congresso pede, então, que seja respeitada uma lei de 1921 que “prohíbe a entrada de alienados no Brasil”, com o “accrécimo de vários complementos que augmentam a acção e a eficiência da lei referida”. Segundo os dados estatísticos fornecidos pelo Dr. Xavier de Oliveira, complementando seu argumento, de 1920 a 1925 a “Assistência a Psychopathas” atendeu 5.307 “alienados”, sendo que 20% eram estrangeiros. Em São Paulo, alertou o jornal, “a morbidez mental é mais elevada ainda, pois attinge a 22 por cento”. Nem o médico e nem o jornal lembraram o público acerca das porcentagens de estrangeiros em relação ao conjunto da população.

A discriminação contra os imigrantes escondia frequentemente a preferência de autoridades e entidades representativas por imigrantes europeus tidos como desejáveis. Cinco anos mais tarde, em meio a um intenso debate sobre as mudanças constitucionais relativas à política imigratória, o *Correio Paulistano* de 29 de abril de 1937<sup>580</sup> repercute a posição do V

---

<sup>580</sup> *Correio Paulistano*, 29 abr. 1937. Disponível em <http://bit.ly/1E4wddX>. Acesso em 10 jan. 2015.

Congresso dos Lavradores de Café do Estado, em cartas ao ministro do Trabalho e ao presidente da Câmara dos Deputados. No documento enviado ao ministro, o grupo reclama da portaria que determina cotas provisórias de imigrantes por nacionalidade para o ano, afirmando que são “insuficientes” em relação a “certas procedências”, entre as quais os países centrais da Europa, a Holanda e a Dinamarca.<sup>581</sup> “V. exc. não ignora que a lavoura em peso é contrária às restrições excessivas ultimamente postas em vigor quanto às correntes immigratórias que demandam este país”, diz o ofício transcrito pelo diário. “Por isso mesmo, existe um grande movimento de opinião no sentido de ser revogado o dispositivo constitucional que deu causa a essas restrições e que fez com que se interrompesse desastrosamente o affluxo de elementos indispensáveis ao trabalho agrícola”, acrescenta o texto.

A nota observa que o Brasil inteiro e, especialmente, São Paulo devem “boa parte do seu progresso a essas correntes immigratórias sempre favorecidas pelos poderes públicos desde o tempo do Império”, registrando que a “lavoura anseia por uma solução prompta de tão importante questão”. Um dos trechos da nota dirigida ao ministro do Trabalho ressalta o desejo de europeização do campo brasileiro: “O Brasil, como todos os países americanos, necessita e não pode dispensar o concurso das correntes immigratórias providas do berço da nossa civilização – que é a Europa”. À Câmara dos Deputados, o grupo pede a revogação das cotas imigratórias “com urgência”, pois “o prejuízo causado á economia nacional e principalmente á agricultura pelo texto [constitucional] em questão é immenso”, sendo que a falta de braços para a agricultura “aggravou-se consideravelmente em consequência da restrição decretada”.

O argumento central busca ressaltar que o Brasil é um país “colossal” em extensão territorial e, por outro lado, ainda é escassamente povoado. Precisa, portanto, “voltar a seguir a sua política tradicional”, que é a de “acolher os imigrantes estrangeiros que conosco vêm trabalhar, enriquecendo e fortalecendo o país”. Repercutindo o clima do debate à época, os cafeicultores reunidos nesta assembleia afirmam que “medidas de precaução” são sempre necessárias contra os “elementos nocivos”. Mas ressaltam que estas medidas “de modo algum podem servir de motivo para se alterar essa tradicional política que tanto bem fez ao Brasil”.

---

<sup>581</sup> O parágrafo 6º do artigo 121 da Constituição de 1934 determinava o seguinte: “A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”. Voltaremos ao tema mais à frente.

O Congresso Federal, dizem, cometeu um “grave erro” contra os “interesses da Nação” e, nesta carta, eles esperam que ele seja corrigido. O posicionamento centra-se, como era comum, no “braço para o campo”, porém agora com cada vez mais elementos nacionalistas, em meio ao contexto político da Era Vargas.

### 6.5 Os pomeranos: um povo sem Estado finca suas raízes no Brasil

A imigração em algumas regiões do Brasil passa praticamente despercebida pela imprensa dos grandes centros urbanos, como é o caso dos milhares de pomeranos que vivem no Estado do Espírito Santo. A Pomerânia, que não existe mais no mapa da Europa, era uma região localizada ao norte da Polônia e da Alemanha, na costa sul do Mar Báltico, pertencente ao Sacro Império Romano-Germânico até o começo do século XIX e tornando-se posteriormente parte da Prússia e, mais tarde, terminada a Segunda Guerra Mundial, dividida entre a Polônia e a Alemanha. Seus descendentes imigraram sobretudo para colônias nos EUA, no Canadá e, principalmente, no Brasil.<sup>582</sup> Os pomeranos se estabeleceram, já a partir do início da segunda metade do século XIX<sup>583</sup>, principalmente em quatro estados brasileiros: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rondônia.<sup>584</sup> E é justamente no Espírito Santo que está uma das maiores colônias pomeranas do mundo: cerca de 140 mil pessoas<sup>585</sup>, a maioria morando em Santa Maria do Jetibá, na região serrana capixaba, a cerca de 80 quilômetros de Vitória. Em todo o Brasil, há cerca de 300 mil pomeranos.

Atraídos com a tradicional promessa, por parte do governo imperial, de se tornarem proprietários agrícolas, os pomeranos tiveram que trabalhar nas terras de brasileiros. “Só mais tarde receberiam do imperador pequenos lotes e galinhas. Só contavam uns com os outros e

<sup>582</sup> MONTEIRO, Filipe; MELLO, Igor. A Pomerânia é aqui. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.36, set. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1wyXxjO>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>583</sup> Ver, por exemplo BRAUN, Hilda. 154 anos da Imigração. Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, sem data. Disponível em <http://bit.ly/1wyYFUB>. Acesso em 10 jan. 2015; LEBAURB, UNICAMP. Pomeranos no Brasil. Disponível em <http://bit.ly/1EXj2dk>. Acesso em 10 jan. 2015. A data mais correta para a chegada dos pomeranos parece ser de fato na segunda metade da década de 1850.

<sup>584</sup> Segundo matéria de um jornal local, 15 mil dos 40 mil habitantes do município de Espigão do Oeste, em Rondônia, são descendentes de pomeranos, constituindo a maior comunidade pomerana na Amazônia. A cidade conta com um programa de rádio em pomerano e o apoio de um vereador descendente dos pomeranos. Ver MAIOR colônia de pomeranos da Amazônia vive em Rondônia. News Rondônia, 28 jun. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1wyXRPu>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>585</sup> Segundo um pesquisador pomerano da UFES; ver CAMPOREZ, Patrik. A luta para manter viva a tradição. Gazeta Online, 13 jul. 2014. Disponível em <http://glo.bo/1wyY8lq>. Acesso em 10 jan. 2015.

não falavam o português”, diz Nilton Capaz, secretário de Turismo e Cultura de Santa Maria do Jetibá.<sup>586</sup> Durante a Segunda Guerra, os pomeranos foram confundidos com nazistas e duramente discriminados. “Na Vila Pavão, suas propriedades foram invadidas, livros e documentos foram destruídos e as mulheres sofreram abusos. Os agressores eram conhecidos como “bate-paus”, uma espécie de milícia formada por civis e militares”, lembra reportagem da revista da Biblioteca Nacional.<sup>587</sup> “Era impossível falar pomerano sem ser confundido com os admiradores de Hitler”, conta Nilton. Uma dupla ignorância, esclarece o o etnolinguista Ismael Tressman, autor de um Dicionário Português-Pomerano, já que o pomerano e o alemão são línguas distintas, com os pomeranos falando um idioma cujo tronco linguístico é mais próximo do inglês e do holandês.

“Diversas campanhas pela nacionalização dos imigrantes germânicos tiveram impactos muito negativos, principalmente sobre as gerações mais jovens. As perseguições e humilhações públicas por ocasião da Segunda Guerra àqueles que tinham alguma relação com a Alemanha afetaram de maneira particular as comunidades pomeranas, principalmente quando foram forçadas a entregar seus livros para incineração e adotar o uso obrigatório da língua portuguesa nas escolas e nos templos”, diz Hilda Braun, coordenadora-geral da Associação da Cultura Alemã do Espírito Santo, em 2013, por ocasião dos 154 anos de imigração pomerana na região e do lançamento de uma tradução para o português do livro *Pomeranos unter den Kreuz des Südens* (“Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul”).<sup>588</sup> Por conta dessa perseguição, Braun sugere que sejam implementadas “ações afirmativas oficiais” para valorizar as “origens e identidade campesina deste que é um dos povos tradicionais da organização social brasileira”, como uma forma de “resgate da dívida social”. Segundo Braun, o pomerano é um idioma vivo e dinâmico, porém falado apenas no Brasil.

No dia 1º de novembro de 1936, poucos anos antes de os pomeranos – bem como os alemães, italianos e japoneses – se tornarem quase que subitamente “inimigos” por conta do preconceito linguístico, um artigo do jornal *Correio Paulistano* enaltece a Alemanha como um país “de beleza magnificente e incomparável que atrai e captura os corações”.<sup>589</sup> Em um trecho, registra o jornal paulista (com grifos meus): “A leste do [rio] Elba, no Mecklenburgo e

<sup>586</sup> MONTEIRO, Filipe; MELLO, Igor. A Pomerânia é aqui. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.36, set. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1wyXxjO>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>587</sup> Id.

<sup>588</sup> BRAUN, Hilda. 154 anos da Imigração. Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, sem data. Disponível em <http://bit.ly/1wyYFUB>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>589</sup> KAPPELLER, Ludwig. Vamos visitar a Alemanha? Correio Paulistano, 1 nov. 1936. Disponível em <http://bit.ly/1vMIZNU>. Acesso em 10 jan. 2015.

na *Pomerânia*, habitavam os ostrogodos, vândalos, godos e burgundos, que tinham emigrado no século III para as bandas do oeste em busca de terras férteis”. E continua: “Do século VI até os séculos X e XII estes povos voltaram a atravessar o Elba, expulsando pouco a pouco as tribus eslavas – obotritas e sorabes, *pomeranos* e polacos”. A descrição da Alemanha como um verdadeiro paraíso na Terra, realizada provavelmente por um divulgador do país no Brasil – assina o artigo Ludwig Kapeller –, faz o seguinte relato dos alemães de uma determinada área do país: “Os habitantes são tão simples como toda a paisagem da ilha [no Mar Báltico]. São frisões de bellos olhos azues e cabellos louros, muito pouco faladores, a ponto de só chegarem a abrir a bocca para dizerem coisas sensatas e verdadeiras. Por isto mesmo, é gente em quem se pode confiar”.

Já no contexto da Segunda Guerra, em 1940, uma edição do jornal *O Imparcial* dá uma breve ideia da xenofobia da Era Vargas. O diretor desta publicação é J. S. Maciel Filho, que ficou notabilizado como redator dos discursos de Getúlio Vargas. A capa d'*O Imparcial* de 18 de dezembro daquele ano estampa: “Uma revelação gravíssima; Mais de duzentas propriedades onde não se fala português”.<sup>590</sup> O alvo: os pomeranos e alemães do Espírito Santo. A curta nota – publicada, no entanto, com destaque na capa – afirma que o Serviço Nacional de Recenseamento havia sido informado por um de seus agentes que, em uma “longa faixa do Estado do Espírito Santo” pela qual ele estava encarregado, com cerca de 425 quilômetros, não havia “um só indivíduo” que falasse português. A área fora identificada pelo jornal: o distrito de Jequitibá, no município de Santa Leopoldina. Trata-se, justamente, do atual município de Santa Maria de Jetibá<sup>591</sup>, anteriormente mencionado. Em 2015, o slogan da Prefeitura era “O Município mais pomerano do Brasil”, com uma versão da frase escrita em pomerano.

Para realizar o censo, diz o jornal em tom de alerta, o agente teve de contratar intérpretes pomeranos e alemães. O jornal continua: “Segundo observação com autoridades censitárias naquelle Estado, tal é o alheamento desse núcleo colonial ao meio brasileiro que os próprios descendentes dos colonos, nascidos aqui, também não falavam nem entendem a língua portugueza”. E conclui: “D'agora em diante, segundo comunica o Serviço de Recenseamento, aquella região ficará incluída nas cogitações que o assumpto merece”. A “ameaça” frequentemente repetida na imprensa por muitos nacionalistas acerca da formação

<sup>590</sup> *O Imparcial*, 18 dez. 1940. Disponível em <http://bit.ly/1BrUz0J>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>591</sup> PREFEITURA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. História. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1wyZhtm>. Acesso em 10 jan. 2015.

de “quistos étnicos” achava nos pomeranos um exemplo perfeito do que deveria ser combatido, de acordo com as teses nativistas.

As cidades “pomeranas” são algumas das principais cidades agrícolas do Espírito Santo.<sup>592</sup> Além disso, registra a reportagem da revista da Biblioteca Nacional, a cultura não só foi preservada como vem sendo valorizada: “Há grupos de dança folclórica e música tradicional.<sup>593</sup> Os rituais de casamento são bem característicos, com festividades que começam cerca de um mês antes da cerimônia. E desde 2005 o Proepo (Programa de Educação Escolar Pomerana) ensina pomerano a crianças e jovens de cinco municípios. Para os da zona rural, acostumados somente à língua ancestral, o reforço é em português”.<sup>594</sup>

Em meados do século XX, um grupo de famílias de agricultores pomeranos migrou internamente do Espírito Santo para Rondônia. A migração ocorreu no final da década de 1960, com mais problemas: ao tentar chegar no município de Espigão do Oeste, quase divisa com o Mato Grosso, depois de enfrentar muitas dificuldades no caminho, tiveram de enfrentar uma “corrupção endêmica” dos tempos da ditadura civil-militar. Segundo um dos pioneiros da travessia, Martino Tesch, relatou a um meio de comunicação de Rondônia em 2014, além de terem sido obrigados por policiais a entregar todas as suas economias em dinheiro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), então sob comando de interventores do regime ditatorial brasileiro, fez com que os agricultores perdessem grande parte de suas terras a partir de uma determinação administrativa. As terras de cerca de 200 famílias que cultivavam milho, feijão e arroz foram cortadas ao meio. Conforme relato de um meio de comunicação local, *News Rondônia*<sup>595</sup>, na tarde do dia 29 de abril de 1974 uma patrulha formada por 15 policiais invadiu acampamentos, espancando homens, mulheres e crianças, destruindo ranchos e quebrando utensílios domésticos, além de aprisionar diversos colonos.

Relatos do conflito agrário, conta o periódico, chegaram a Brasília por meio de um deputado do MDB (o partido legalista da oposição), Jerônimo Santana, que denunciara na tribuna do Congresso Nacional e junto às autoridades a situação. O relato do periódico fala por si só:

---

<sup>592</sup> MONTEIRO, Filipe; MELLO, Igor. A Pomerânia é aqui. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.36, set. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1wyXxjO>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>593</sup> Ver, por exemplo, o Grupo Folclórico “Os Pomeranos”: [www.ospomeranos.com.br](http://www.ospomeranos.com.br)

<sup>594</sup> Revista de História da Biblioteca Nacional, op. cit.

<sup>595</sup> MAIOR colônia de pomeranos da Amazônia vive em Rondônia. *News Rondônia*, 28 jun. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1wyXRPu>. Acesso em 10 jan. 2015.

Por determinação do presidente, um grupo de agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) deslocava-se até Espigão para investigar e apresentar um relatório sobre os conflitos naquele distrito. Ouviram dezenas de pessoas e retornaram a Brasília, apresentando um relatório no qual fazia constar que ali residiam trabalhadores rurais e famílias perseguidas e taxadas de “agitadoras e comunistas” pelos governantes do Território.

O oficial que redigiu o relatório ao presidente diria: “São pacíficos, trabalhadores branquinhos, que nem o senhor”. Numa canetada só, Geisel exonerava o então governador do extinto Território, Theodorico Gahyva, e o executor do Incra, Sylvio Gonçalves Faria, apaziguando os ânimos na região.

Com recomendação expressa para tratar bem os agricultores de Espigão do Oeste, o presidente nomeava Humberto da Silva Guedes, em substituição a Gahyva. Desde então, os conflitos acabaram e mais tarde o governador Jorge Teixeira visitava frequentemente a região.

Ainda no século XIX, os primeiros pomeranos contaram em tese com a boa vontade das autoridades imperiais, pelas mesmas razões já amplamente documentadas aqui: eram brancos, europeus e majoritariamente agricultores. É o que demonstra, por exemplo, um editorial do jornal *O Cruzeiro*, publicação sediada no Rio de Janeiro e que durou apenas um ano. O jornal dá destaque aos pomeranos em sua edição de 28 de janeiro de 1878, sob o título “Colonização Pomerana”<sup>596</sup>, seguido dos dizeres *Res non verba* (em latim, “Fatos e não palavras”, pedindo ação imediata para a questão).

Chamando atenção para a importância de “novos braços” para a lavoura, o editorial argumenta, em tom de lembrete, que os europeus poderiam enriquecer a lavoura “pelos processos e machinas conhecidos na culta Europa e tão familiares aos seus agricultores”. Fomentar a boa imigração por meios diretos e indiretos, diz o texto, “é hoje uma necessidade imprescindível para o progresso do paíz”. Em pelo menos uma coisa o editorial havia acertado: os pomeranos sempre foram historicamente vinculados à agricultura familiar.

O alerta sobre o risco de lançar mão de políticas migratórias insatisfatórias veio por meio da citação das palavras do ministro da Agricultura, citado por *O Cruzeiro*: “Se o colono destinado á vida agrícola não encontrar á sua chegada ao paíz, na tutela do governo ou dos proprietários e capitalistas um auxiliar intelligente que dirija seus primeiros passos, que o guie na escolha de uma cultura productiva, em vez de um homem feliz, membro útil ao Estado, tornar-se-há um ser inútil e irá augmentar a classe dos proletários que dão crescido número de descontentes tão prejudiciaes ao paíz”.

O editorial afirma que o ministro adotará medidas “promptas e adequadas a facilitar a

<sup>596</sup> *O Cruzeiro*, 28 de janeiro de 1878. Disponível em <http://bit.ly/1BrV8Yt>. Acesso em 10 jan. 2015.

vinda de immigrants e seu consequente estabelecimento no paíz”, passando a “lembrar” algumas das medidas que o próprio jornal considera adequadas. Uma delas seria a de subvencionar a imigração dos “russos-allemans da seita protestante” que almejam vir ao país para se unir a parentes já estabelecidos no Rio Grande do Sul, onde – segundo o editorial – “gozam de um bem estar melhor do que aquelle que desfructavam na mãe-patria”. Outra medida “não menos importante” é a de “auxiliar” – como o editorial chama as subvenções estatais – a imigração de “allemans da província Pomerânia”, garantido-lhes passagem para que possam se estabelecer no Brasil. Sobre os pomeranos, o editorial destaca: “A melhor e mais numerosa classe de imigrantes allemães (sic) que temos recebido nestes últimos tempos são d'essa província prussiana”.

Após explicar como se dá a relação das autoridades brasileiras com as prussianas – sempre por meio de contratos “mais ou menos longos” –, o editorial ressalta que os pomeranos são “laboriosos colonos” e pede atenção para que as autoridades possam garantir, dentro do tempo estipulado nos contratos, os “favores que nossas leis outorgam aos colonos”. E compara: “É mister ter em vista que os agentes e governos da Austrália, Nova-Zelândia, Canadá, etc., não sómente sabem conhecer d'essa oportunidade, como também procedem com grande sabedoria tirando d'ella o melhor partido possível para a causa que protegem”.

Pedindo que o cônsul brasileiro em Hamburgo tenha “os meios necessários para auxiliar e promover a emigração d'esses laboriosos immigrants em Fevereiro e Março”, o editorial afirma que o Tesouro brasileiro sediado em Londres deve disponibilizar os recursos no tempo certo. O ano de 1876, diz o editorial, registrou um aumento no número de imigrantes, com o Brasil sendo o principal destino de imigrantes alemães na América do Sul. O editorial dá a fórmula: além da obrigação de o governo tutelar os imigrantes para que estes sejam guiados em seus primeiros passos, a “cultura lucrativa e mercado próximo são elementos essenciaes á prosperidade dos immigrants agricultores”. Por isso, conclui, é preciso entregar a direção dos estabelecimentos coloniais a um “pessoal conhecedor de suas múltiplas necessidades e capaz de encaminhal-os com prudência, honestidade e intelligência”.

Como a maior parte dos principais jornais à época, as angústias dos imigrantes ou suas reivindicações raramente eram ouvidas: a imprensa tratava sobretudo de negócios. Com a agricultura como setor-chave do Brasil Império, a discussão – mesmo que contendo eventualmente críticas às autoridades – era sobretudo sobre como atrair cada vez mais trabalhadores “laboriosos” e “morigerados” – para usar duas das mais comuns expressões da



época –, europeus do centro e do norte do continente, agricultores e preferencialmente em família.

## **6.6 Judeus: de perseguidos pelos nazistas a perigosos “comunistas” e “péssimos elementos” no Brasil**

Entre os grupos de estrangeiros, os judeus não fugiram de serem frequentemente atacados na imprensa e por parte da elite brasileira como imigrantes indesejáveis. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, o governo brasileiro procurou impedir a imigração dos judeus refugiados do nazismo e dos sobreviventes dos campos de concentração. Mesmo em meio ao drama já conhecido após o fim da Segunda Guerra Mundial, o governo optou por uma imigração seletiva e restritiva. “É importante lembrar que os refugiados judeus eram, em grande parte, profissionais liberais, comerciantes, intelectuais e ativistas políticos excluídos da sociedade alemã e dos países ameaçados de ocupação pelos nazistas desde 1933”, destaca Carneiro.<sup>597</sup>

Coube ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, lembra Carneiro, emitir circulares secretas que regulassem a entrada dos judeus indesejáveis por sua “raça”. A circular de nº 1.127, de 7 de junho de 1937, foi redigida na gestão do ministro Mario de Pimentel Brandão (1889-1959), das Relações Exteriores, com o objetivo de combater o caráter “desordenado” e “tumultuado” desta emigração. Carneiro acrescenta que, ao assumir a chefia do Itamaraty, em março de 1938, Oswaldo Aranha (1894-1960) deu continuidade a esta política de intolerância: emitiu a “circular secreta” nº 1.249 (de 27 de setembro de 1938), com o objetivo de “disciplinar” o fluxo dos judeus indesejáveis.<sup>598</sup>

A ideia de que estavam sendo criados “quistos raciais” – para usar uma expressão da época – foi corroborada por Aranha com base em um documento do então diretor do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), João Carlos Muniz. Os dados, aponta Carneiro, eram aumentados: enquanto a comunidade judaica brasileira não possui mais do que 50 mil integrantes, o documento do governo brasileiro – entre os quais um memorando assinado por Muniz e datado de 15 de fevereiro de 1939 – argumentava que mais de 200 mil *semitas* teriam

---

<sup>597</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Muralha anti-semita. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.20, mai. 2007. Disponível em <http://bit.ly/1wyZGfp>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>598</sup> Id.

entrado no país entre 1934 e 1937. Oswaldo Aranha conclui que “a raça de Israel ameaçava entrar em volumosas proporções” no território brasileiro.<sup>599</sup>

Segundo Carneiro, foram pelo menos 24 circulares secretas antisemitas emitidas pelo Itamaraty entre 1937 e 1948, além da primeira “ordem permanente de serviço”, que antecipava o teor racista da já citada circular nº 1.127. “Ao negar vistos aos judeus interessados em emigrar para o Brasil, o governo Vargas deixou de salvar milhares de vidas. Assim como o Brasil, outros países têm uma responsabilidade histórica diante da morte de milhares de judeus que, não conseguindo vistos para emigrar, acabaram seus dias nos campos de extermínio nazistas”, registra a pesquisadora.

Apesar das inúmeras restrições, o regime de cotas imigratórias instituído pela Constituição de 1934 permitiu que muitos judeus conseguissem entrar no país, pois possuíam diferentes nacionalidades, sobretudo europeias. Carneiro registra que o fato de os judeus serem avaliados como “raça”, ainda que cadastrados por sua religião (israelita), criava sérios embaraços às autoridades da imigração. “Estas perceberam que, apresentando nacionalidades distintas, os refugiados tinham múltiplas oportunidades de entrada”, conclui a pesquisadora, ressaltando que, ainda que ligado aos países aliados, o governo Vargas “não ajudou a salvar os judeus perseguidos pelo nazismo”. A criação do futuro Estado de Israel, fundado em 1948 – conclui ela – foi considerada por Oswaldo Aranha uma fórmula adequada para “desviar as correntes dos judeus deslocados de guerra e sobreviventes do Holocausto para a Palestina”.

Grande parte da diplomacia brasileira não só executava exemplarmente a tarefa de impedir a entrada destes imigrantes tidos como indesejáveis no Brasil como realiza um trabalho pró-ativo para tentar barrar seu ingresso em território nacional. Em 1940, Koifman relata que alguns cônsules do Brasil no exterior se queixaram de que alguns vistos negados por eles a judeus acabavam sendo concedidos posteriormente em consulados próximos. Uma dessas queixas era do cônsul brasileiro em Lion (França), Osório H. Dutra, direcionada ao então ministro Oswaldo Aranha, alertando para as “proporções assustadoras” dos pedidos de visto em passaporte. Dutra informa que “todos esses indivíduos são judeus ou de origem semítica” e opina que “raros deles, a meu ver, nos podem interessar”. É interessante observar que a queixa de Osório Dutra é de 30 de junho daquele ano, cerca de duas semanas após a ocupação de Paris pelas forças alemãs nazistas. Mesmo assim, o diplomata afirma estar prestando “um grande serviço ao Brasil recusando, de modo terminante, os vistos que me

---

<sup>599</sup> Id.

pedem”, acrescentando seguiu essa mesma conduta quando atuava em outro consulado, em Le Havre.

O diplomata brasileiro pede que o procedimento seja adotado invariavelmente, “de modo que o visto recusado por um consulado não seja concedido por outro, como acontece comumente”. Ele alerta que os judeus que se encontravam na França – poloneses, belgas, holandeses, austríacos e mesmo franceses, descreve – “não olham para despesas” para obter a concessão dos vistos: “Oferecem tudo, compram tudo”. E conclui: “Se não abirmos os olhos, tomando medidas mais severas, encheremos o nosso país de péssimos elementos”.<sup>600</sup>

Em abril de 1941, o decreto-lei 3.175 restringe ainda mais a concessão de vistos, transferindo a competência do tema do Itamaraty para o ministro da Justiça e Negócios Interiores.<sup>601</sup> Apesar disso, Koifman aponta que os mesmos funcionários envolvidos na elaboração do sistema e das regras mantiveram-se envolvidos no assunto desde pelo menos 1938, sendo possível para ele afirmar que “os pareceres e as exposições de motivo do Serviço de Visto desse período são uma continuidade dos projetos, critérios e conceitos que pautaram os primeiros decretos relacionados ao tema dos estrangeiros e se mantiveram ao longo do Estado Novo”.<sup>602</sup>

No Brasil, os judeus possuíam alguns defensores entre as publicações impressas de grande circulação. Era o caso da linha editorial do jornal *O Globo*, que frequentemente denunciava a situação deste grupo na Alemanha e divulgava ações dos israelitas no país. Uma matéria de capa deste diário carioca, em sua edição de 14 de agosto de 1934, informa que “mais de dous mil judeus perseguidos do hitlerismo se acham no Rio e em São Paulo”. A chamada anuncia: “Do Reno, que os expulsou, aos do Brasil, que os acolhe!”. *O Globo* informa que o jornal foi escolhido para “intérprete” de um “grande agradecimento ao presidente da República”. A “raça”, acrescenta o diário, “espalhou-se pelo mundo em fóra”. O jornal assim dá início à matéria em um tom usualmente utilizado na imprensa contemporânea, *racializado* e economicista:

A raça espalhou-se pelo mundo em fóra. Foi para o trabalho e para a vida, sem perder fé nem crença. E triumphou, sem pátria embora, mas unida no labor triumphante de suas idéas. E essas idéas resumiram-se, sempre, através de séculos,

<sup>600</sup> Ofício Confidencial n. 29, de 30 jun. 1940 apud KOIFMAN, 2012:42.

<sup>601</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei nº 3.175, de 7 de abril de 1941. Disponível em <http://bit.ly/1DE7XNC>. Acesso em 14 dez. 2014.

<sup>602</sup> KOIFMAN, 2012:422.

numa união espiritual, que lhe viera de berços remotos, e numa ânsia de vitória nas conquistas materiais.

Os países do mundo civilizado abriram-lhes os braços, porque eles não queriam ser parasitas e ofereciam o corpo para as grandes realizações. Aceitos, invadiram a ciência, as artes, o comércio e as indústrias. Fizeram-se professores, músicos, banqueiros, negociantes e donos de oficinas. Lutaram, sofrendo penas atrozes e tendo horas de conforto, mas nunca esmoeceram para a glorificação de sua raça.

O jornal relata a fuga em massa da Alemanha e informa residirem no Rio e em São Paulo 800 famílias, totalizando mais de 2 mil pessoas, detalhando serem, entre os homens, 20% acadêmicos (“professores e artistas”), 40% comerciantes e 40% profissionais. *O Globo* destaca que os judeus “entraram logo em actividade”, com 45% já possuindo emprego e outros 30% trabalhando por conta própria. No Rio, acrescenta o jornal carioca, a Sociedade dos Expulsos Judaicos da Alemanha deliberou “exprimir ao povo brasileiro, na pessoa do Sr. Getúlio Vargas, presidente da República, toda a sua gratidão pelo acolhimento que seus membros tiveram no Brasil”. Em uma sinagoga na capital brasileira, foi realizada uma oração solene “pela felicidade do chefe da Nação brasileira”.<sup>603</sup>

No final de novembro do ano seguinte, em 1935, os jornais registram a prisão de militantes comunistas de origem judaica no Rio de Janeiro, no contexto dos episódios que ficaram conhecidos como a “Intentona Comunista”. Eles sofreriam posteriormente processos de deportação do Brasil, acusados de conspirarem contra o governo. A posição relativamente pró-judeus de *O Globo* caminhava ao lado de sua linha editorial fortemente anticomunista. Assim, o diário carioca publica em letras garrafais, na primeira página, a manchete: “Detidos vários conspiradores russos e polacos”, seguido das chamadas “Uma organização comunista constituída de estrangeiros agia activamente nesta capital. Os membros da 'Brazcov' vão ser expulsos do Brasil, informa a polícia”. São seguidas de uma foto com a legenda “Os principais elementos da 'Brazcov', detidos hontem pela Polícia”, com o nome de todos publicado ao final da matéria, publicada na edição do dia 27 de novembro. Os levantes da Intentona ocorreram em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, no final deste mês.<sup>604</sup>

*O Globo* informa que o então chefe da “Segurança Social”, Seraphim Braga, vinha há vários meses se empenhando em “importantes diligências” para acompanhar os movimentos de um grupo de estrangeiros, “notadamente russos e polacos, cujas actividades logo se

<sup>603</sup> *O Globo*, 14 ago. 1934.

<sup>604</sup> Acesse um breve histórico em FGV/CPDOC. A revolta comunista de 1935. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>. Acesso em 10 jan. 2015.

tornaram suspeitas”. O chefe da Segurança Social recebeu, informa o jornal, denúncias de que “esses elementos mantinham estreitas ligações com organizações extremistas internacionais e obedeciam á instruções de fóra do paíz”. A matéria não diz que organizações seriam estas, ou qualquer outro tipo de informação. Braga conseguiu localizar, acrescenta *O Globo*, os “pontos de reunião e a séde clandestina dos conspiradores tidos como vermelhos”. A matéria informa que eram 24 o total de detidos e que constituíam uma “agremiação denominada 'Organização Revolucionária Israelita Brazcor', filiada ao Partido Comunista”. Era três as “seções” em torno das quais o grupo se organizava: uma biblioteca, um restaurante e uma publicação cultural.

“Os communistas que são, em maioria, israelitas, rumenos, russos e polacos, reuniam-se diariamente durante o almoço e o jantar, na 'Cozinha Proletária Comunista' e ali discutiam, acaloradamente, seus planos revolucionários. Alguns se dissimulavam em vendedores a prazo, outros em padeiros e em várias profissões”, relata o diário carioca. O jornal publica o nome completo deles, um por um, informando em seguida que eles serão expulsos do Brasil.

*O Correio Paulistano* do dia seguinte<sup>605</sup> repercutiu o tema com base em informações do jornal carioca *Correio da Manhã*, que afirma que a maioria era de poloneses. “Para melhor se entenderem, fundaram elles a Bibliotheca Popular Israelita 'Schalom-Alechem', com sede á rua Senador Euzebio n. 59, onde á guiza de se entregarem á leitura das várias obras se reuniam clandestinamente”, descreve o jornal de São Paulo, que também cita o restaurante e a revista de cultura do grupo, a *Volkekultur*. Assim como *O Globo*, o *Correio da Manhã* e o *Correio Paulistano* registram que um dos presos já havia sido expulso do Brasil anteriormente. “É elle conhecido agitador e perigoso communista”, detalha o diário paulistano. Segundo o jornal também foram detidas seis mulheres, “duas das quaes perigosas e conhecidas como communistas, sendo recolhidas á sala de detidos da delegacia especial de Segurança e Política Social”, e as outras quatro liberadas. Nenhum dos jornais aponta quais crimes foram cometidos pelos comunistas presos e expulsos do país. Diz o registro policial:

27 de novembro de 1935. Ilmo Sr. Dr. Director da Casa de Detenção: De ordem do Exmo Sr. Chefe de Polícia, faço-vos apresentar os comunistas: (...), os quaes ahi ficarão recolhidos, á disposição daquella autoridade, afim de serem expulsos do território nacional, por perigosos á ordem pública e nocivos aos interesses do paíz. Ass. Affonso Henrique de Miranda Corrêa (Delegado Especial de Segurança Política e

<sup>605</sup> *Correio Paulistano*, 28 nov. 1935. Disponível em <http://bit.ly/1EBeg7a>. Acesso em 10 jan. 2015.

Social).<sup>606</sup>

As organizações judaicas progressistas tinham como objetivo, além de eventualmente exercer um papel ideológico, prestar assistência básica em áreas como saúde e educação.<sup>607</sup> Algumas das organizações de base do Partido Comunista Brasileiro (PCB) eram compostas exclusivamente por judeus – entre as quais a Brazcor<sup>608</sup> – e há relatos da existência de outras organizações judaicas progressistas sem vínculos com o PCB.<sup>609</sup> O fechamento de centros como este relatado na imprensa, no entanto, ocorre em meio ao clima de perseguição varguista não apenas contra eventuais formuladores de um golpe, mas igualmente contra seus opositores políticos em geral, bem como contra organizações de esquerda. Como evidenciam estas matérias aqui analisadas, a explosiva associação entre as identidades de *estrangeiro*, *judeu* e *comunista* gerava uma intensificação da perseguição a organizações judaicas ligadas a ideais de esquerda e a deportação de inúmeros judeus progressistas.<sup>610</sup>

Outro estigma era frequentemente aplicado aos judeus: eles seriam capitalistas usurpadores das riquezas nacionais. Em seu *Brasil, colônia de banqueiros*, o intelectual integralista Gustavo Barroso creditava o fracasso histórico do desenvolvimento brasileiro a uma ação internacional orquestrada por judeus capitalistas<sup>611</sup>, tese defendida pelo próprio autor e por diversos outros intelectuais em distintas publicações da imprensa brasileira. Trataremos deste tema no próximo subcapítulo, ao abordar a influência das ideologias autoritárias europeias na imprensa brasileira.

<sup>606</sup> Arquivo Geral da Polícia Civil do Distrito Federal. Prontuário n. 15.709, citado em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. FFLCH-USP, Revista de História 138 (1998), 93-105. Disponível em <http://bit.ly/1wz0gJU>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>607</sup> Para uma lista destas organizações, vide NETO, Sydenham Lourenço. Imigrantes Judeus no Brasil, marcos políticos de identidade. UFJF, Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, 2008, p.229-230. Disponível em <http://bit.ly/1wz0IIm>. Acesso em 10 jan. 2015; e NETO, Sydenham Lourenço. A comunidade judaica brasileira, suas identidades e redes de associação. 33º Encontro Anual da Anpocs - GT 25: Migrações Internacionais, Caxambu, out. 2009, p.7-8. Disponível em <http://bit.ly/1wz0TDn>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>608</sup> Ver NETO, Sydenham Lourenço. Imigrantes Judeus no Brasil, marcos políticos de identidade. UFJF, Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, 2008. Disponível em <http://bit.ly/1wz0IIm>. Acesso em 10 jan. 2015; um outro estudo levanta dúvidas sobre este vínculo, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Meu registro é breve, nasci comunista”: militância judaico-comunista, um estudo de caso. História Oral, 6, 2003, p. 95-105. Disponível em <http://bit.ly/1wz1g0R>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>609</sup> Ver, por exemplo, MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.239-244.

<sup>610</sup> Não há, no entanto, dados precisos sobre a quantidade de deportações. Vide referência anterior, página 242.

<sup>611</sup> BARROSO, Gustavo. Brasil, colônia de banqueiros. 4.ed. Porto Alegre: Revisão Editora Ltda, 1989.

## 6.7 Nazifascismo, integralismo e franquismo na Era Vargas

Segundo a pesquisadora Maria Luiza Tucci Carneiro, as ideias de Hitler começaram a aportar no Brasil antes mesmo de o líder nazista chegar ao poder, já em 1929, quando imigrantes alemães recém-chegados ao país formaram os primeiros núcleos nazistas. “Após a ascensão do *Führer* ao poder, em 1933, esses grupos foram integrados à *Auslandorganisation der NSDAP* – a Organização do Partido Nacional-Socialista para o Exterior (AO). No ano seguinte, o governo alemão organizou um sistema de infiltração e de propaganda com os alemães radicados no estrangeiro. Em 1937, Ernest Wilhelm Bohle, responsável pela AO, assumiu também funções diplomáticas na Embaixada alemã no Brasil, permitindo que o Partido Nazista cumprisse ostensivamente a missão de “proteger” os alemães do exterior”, registra a pesquisadora.<sup>612</sup>

Instituições nazistas foram criadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba. A maior concentração de partidários do nazismo, comenta, deu-se no Estado de São Paulo, com 785 filiados ao Partido Nacional-Socialista. Carneiro acrescenta: “Entre eles havia operários, comerciantes, agricultores e industriais. Mas nem todo simpatizante se filiava ao partido. Dezenas de grupos fascistas e nazistas emergiram em vários pontos do país, favorecidos pelo autoritarismo do Estado e por segmentos conservadores da Igreja Católica e da imprensa. E havia uma parcela significativa das comunidades de imigrantes italianos e alemães entre os adeptos”.

A pesquisadora destaca ainda a importância da imprensa nazista entre os imigrantes. O jornal *Deutscher Morgen* (“Aurora Alemã”) – publicado em São Paulo desde 1932 – funcionou como um dos principais veículos da propaganda de Hitler no seio da comunidade alemã. Segundo ela, a partir de 1934, passou a ser o órgão oficial da seção que coordenava as atividades do Partido Nazista em todo o Brasil (*NSDAP – Landesgruppe Brasilien*), sob o comando de Hans Henning von Cossel. A mesma empresa, completa Carneiro, publicava também o almanaque *Volk und Heimat* (*Volk* = povo; *Heimat* = pureza racial, terra natal), que circulou entre 1935 e 1939 propagando ideias antissemitas, antibolchevistas e pró-hitleristas. Carneiro destaca que o governo Vargas “não conseguia ocultar suas simpatias pelos paradigmas nazifascistas”, bastando para isso – argumenta – enumerar a “presença efetiva de

---

<sup>612</sup> Referências à reflexão de Maria Luiza Tucci Carneiro estão no artigo “O Brasil diante dos nazistas”, Revista de História da Biblioteca Nacional, n.88, jan. 2012. Disponível em <http://bit.ly/1wz1JjC>. Acesso em 10 jan. 2015. Todas as menções são sobre o mesmo artigo. Acessar o link para bibliografia adicional sobre o tema.

germanófilos e antissemitas no alto escalão do Estado Novo e na grande imprensa brasileira”. Por meios diplomáticos, o governo dos EUA pressionava o Estado brasileiro a tomar posições contrárias ao autoritarismo nazifascista. A saída encontrada por Vargas também foi diplomática: o governo brasileiro manteve secretas e confidenciais algumas de suas iniciativas antissemitas, como um conjunto de circulares contrárias à entrada de judeus fugitivos das perseguições nazistas.

Em muitos momentos, conforme descrito neste capítulo, a aproximação com os ideais de Hitler acabaram por transparecer nas páginas de jornais pró-Vargas. Ao lado do antissemitismo varguista, de modo estratégico, estava o anticomunismo, conforme também destacado pelos impressos analisados neste projeto. “Acobertado pela lei e por um discurso populista, o governo Vargas sustentava assim o discurso da autoridade, que ocultava o discurso da violência e as ações antissemitas, como a expulsão de comunistas do país e a negação de vistos aos judeus que fugiam do nazifascismo”, registra Carneiro.

Assim como em toda a História das políticas migratórias brasileiras até, pelo menos, meados dos anos 1950, buscava-se um modelo ideal de homem brasileiro. Carneiro lembra que o governo Vargas dedicou-se à elaboração de um projeto educacional e de uma política imigratória em “prol do abasileiramento da República”, fundados na intolerância, na xenofobia e no nacionalismo exacerbado – elementos característicos dos fascismos europeus. “Decretou-se o fechamento de escolas, proibiu-se o ensino em língua estrangeira e os jornais podiam circular apenas em português”, lembra ela.

O antissemitismo ganhou força com a ação dos integralistas brasileiros, que conseguiram obter o apoio de uma grande parte da população brasileira, com a ajuda substancial da imprensa. Um de seus principais intelectuais era Gustavo Barroso, teórico e formador de uma “escola de antissemitas”, lembra Carneiro. Barroso publicou vários livros nessa linha, além de traduzir para o português o clássico *Protocolos dos Sábios de Sião* (1936). Entre os livros antissemitas publicados no Brasil, diz Carneiro, estão: *Brasil, colônia de banqueiros* (1935), de Gustavo Barroso; e *O anti-semitismo de Hitler e o julgamento apressado de alguns escriptores brasileiros*, de Brasilino de Carvalho (1934). Gustavo Barroso não era um intelectual qualquer, vale destacar: formado na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, foi representante do governo brasileiro no exterior e colaborador de inúmeras publicações, como o jornal *A Manhã*<sup>613</sup> (a partir de 1942), o *Jornal do Commercio*

---

<sup>613</sup> Que não deve ser confundido com o *A Manhã* que era oposição na República Velha, fundado em 1925 por



(1911-1913), a revista *O Cruzeiro* (a partir de 1948) e a revista *Ilustração Brasileira* (a partir de 1942). Foi um dos mais atuantes membros da Academia Brasileira de Letras (ABL), exercendo diversos cargos entre 1923 e 1959. Em seu *Brasil, colônia de banqueiros*, Barroso credita o fracasso histórico do desenvolvimento brasileiro a uma ação internacional orquestrada por judeus capitalistas. Em um determinado trecho, questiona: “Durará isso para sempre? Será esse o nosso trágico destino? Seremos servos humildes do judaísmo capitalista de Rotschild ou escravos submissos do judaísmo comunista de Trotski, pontos extremos da oscilação do pêndulo judaico no mundo? Ou encontraremos no fundo da alma nacional aquele espírito imortal de catequizadores, descobridores, bandeirantes e guerreiros, único que nos poderá livrar de ambos os apocalipses?”<sup>614</sup>

Maria Luiza Tucci Carneiro lembra ainda que, apesar da ofensiva contra a colonização estrangeira, os nazistas foram um dos grupos que não sofreram perseguição. “Já os judeus – em grande parte alemães, poloneses, austríacos e italianos – permaneceram sob vigilância sistemática”, afirma. A posição em relação ao nazismo mudaria com a entrada do Brasil na guerra. Uma extensa rede internacional foi montada para desarticular a rede nazista na América do Sul, com apoio do FBI e da Interpol. O clima de perseguição se instalou no país, xenofobia renovada pela mudança de posição do governo Vargas. Carneiro recorda que delatar um alemão por “suspeita de nazismo” tornou-se prática corriqueira, ainda que aquele cidadão fosse um refugiado judeu. “Nem mesmo os investigadores se importavam com tal distinção: o simples fato de um cidadão italiano, japonês ou alemão se expressar na sua língua natal já era razão suficiente para enquadrá-lo na categoria de *cidadão do Eixo*”. A pesquisadora conclui: “Outro sintoma de uma política de falsas posturas e múltiplas máscaras, que ainda hoje serve aos mitos políticos e favorece versões dúbias, e até mesmo negacionistas, sobre o nazismo no Brasil”.

Neste período foram criadas estruturas semelhantes a campos de concentração, muito embora a dimensão e a efetividade destes locais – como fica claro no caso de Tomé-Açu, no Pará, uma colônia japonesa que abordaremos mais à frente – em quase nada lembrem campos nazistas. Segundo a historiadora Priscila Ferreira Perazzo, a partir de 1942 cerca de 3 mil pessoas de origem alemã, italiana e japonesa foram mantidas em dez campos de concentração

---

Mário Rodrigues. Ver FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. A Manhã. Disponível em <http://bit.ly/1wz21a5>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>614</sup> BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*. 4.ed. Porto Alegre: Revisão Editora Ltda, 1989, p.49-50.

criados em sete Estados brasileiros (PA, PE, RJ, MG, SP, SC e RS).<sup>615</sup>

O clima de histeria se intensificou a ponto de, por meio de um edital de 28 de janeiro de 1942, o governo de Santa Catarina proibir “hinos, cantos e saudações (...) bem como o uso dos idiomas” da Itália, Alemanha e Japão. Entre 1942 e 1943, registra a historiadora Marlene Fáveri, foram realizadas 1.227 detenções e abertos 27 inquéritos por reincidência do uso do idioma alemão ou do italiano no Estado. O edital detonou uma onda de denúncias, observa Fáveri, além de abusos, com apedrejamento de casas, invasões e extorsões, “especialmente por vizinhos e policiais que diziam agir em nome da lei e roubavam objetos de valor”. Em Blumenau, Joinville e Florianópolis foram criados “Batalhões de Caçadores”, com apoio da polícia política de Vargas, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS e, em Santa Catarina, DEOPS). Conforme a gravidade do “delito”, os casos poderiam ser encaminhados para o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), órgão da Justiça Militar criado em 1936.<sup>616</sup> No litoral paranaense, observa Rosangela Kimura<sup>617</sup>, imigrantes alemães, italianos e japoneses – chamados de “súditos do Eixo” – foram obrigados, no dia 25 de setembro de 1942, a desocupar todas as áreas até 60 quilômetros da costa em menos de 24 horas, sob acusação de espionagem e sabotagem. No litoral paulista, acrescenta Kimura, cerca de 10 mil imigrantes, dos quais quase nove mil eram japoneses e os demais alemães e italianos, residentes na Baixada Santista, foram retirados de suas propriedades em 8 de julho de 1943. Casos semelhantes foram relatados em todo o país, principalmente onde a concentração de imigrantes destas três nacionalidades era maior.

Já há algum tempo esse clima de xenofobia estava sendo estimulado. Os jornais integralistas tratavam de alertar ao seu público sobre a ameaça “estrangeira”, ao mesmo tempo em que flertavam com o totalitarismo transplantado da Europa. O jornal *A Offensiva*, com “orientação de Plínio Salgado”, conforme a própria publicação descreve, publica em uma edição em 1936, por exemplo, um repetido alerta que se fazia à época sobre uma alegada “tomada” da Amazônia pelos japoneses. Plínio Salgado foi uma das principais lideranças nacionais e fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político criado em outubro de 1932 e extinto, assim como os demais partidos da época, após a instauração do Estado

---

<sup>615</sup> SALGUEIRO, Isabela; RIBEIRO, Keila. Brasil teve campos de concentração em 1942. Folha de S. Paulo, 8 dez. 2002. Disponível em <http://bit.ly/1yyyyal>. Acesso em 10 dez. 2014; FÁVERI, Marlene de. As línguas proibidas. Nossa História, n.21, jul. 2005.

<sup>616</sup> FÁVERI, Marlene de. As línguas proibidas. Nossa História, n.21, jul. 2005.

<sup>617</sup> KIMU, Rosangela. Perigo amarelo. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.20, mai. 2007. Disponível em <http://bit.ly/1wz2c5i>. Acesso em 10 jan. 2015.

Novo em 1937.

A edição de 18 de julho do *A Offensiva* publica em sua capa: “O Japão no Amazonas; os algarismos fallam mais alto! Regiões 'inhospitas' onde os japonezes não conseguem morrer...”.<sup>618</sup> Segundo o jornal, que se propunha a lutar “sem tréguas” contra a entrega de terras aos japonezes na Amazônia, a opinião pública é “na sua quasi totalidade contrária ao domínio amarello”. Assim como ocorreu no caso da colonização japonesa no Pará, o jornal de extrema-direita levanta suspeitas sobre as intenções nipônicas: “Será inútil que os japonezes pretendam convencer alguém de que, objectivando se "enkistarem" em vários pontos do Brasil, tenham em mira "o desbravamento de nossas florestas", "o saneamento de nossas regiões inhospitas", "o desenvolvimento de nossa agricultura, indústrias", etc”. A publicação integralista classifica as intenções declaradas dos japonezes como “literatura barata destinada a influenciar espíritos grotescos e inferiores”, alertando, entre outros motivos, que os imigrantes oriundos do Japão teriam escolhido, no caso do Amazonas, a “zona mais rica em solo, flora e fauna”.

Mesmo jornais de orientação mais liberais se alinharam à histeria nacionalista promovida pelo Estado Novo, mesmo que em menor grau. Assim, a questão do ensino público de estrangeiros se tornou pauta de um editorial do jornal *O Globo*, em sua edição de 26 de julho de 1932, a partir de críticas da imprensa italiana. Esta, informa *O Globo*, reviveu “um velho problema”, que tem “provocado debates accesos em diversos ensejos: o da nacionalidade dos filhos de immigrants”. Segundo as alegadas críticas da imprensa italiana, o governo brasileiro deveria permitir o ensino do idioma italiano nas escolas públicas primárias aos filhos dos imigrantes. “Para que?”, questiona o editorial. “Parece-nos que os descendentes de quaesquer nacionalidades, nascidos no Brasil, poderão facilmente estudar a língua da terra de origem dos seus ascendentes, em tempo, sem damno algum para os laços sentimentaes que pretendam conservar.”

Em outra crítica, o diário carioca cita o “jornal fascista *La Stampa*” (sic)<sup>619</sup>, de Turim, que teria afirmado que o governo brasileiro deve se limitar a impor que o ensino do idioma português, História e Geografia do Brasil sejam ministrados nas escolas estrangeiras, por professores brasileiros, “deixando toda a liberdade para o resto das matérias”. Rebate *O Globo*: “É curioso notar a preocupação dos paízes distantes de nacionalisar os filhos dos

<sup>618</sup> *A Offensiva*, 18 jul. 1936, p.1;4. Disponível em <http://bit.ly/1wz2nO1>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>619</sup> Importante destacar que o termo “fascista” não possuía o mesmo tom pejorativo que teria posteriormente.

immigrantes. Em muitos casos isto constitue esforço inútil. A attitude do nosso governo, assim como a attitude dos governos sul-americanos, não pode ser outra senão a de nacionalisar todos aquelles que nascem em seus territórios”. O editorial conclui afirmando não acreditar que a diplomacia consiga “manter os laços políticos entre os filhos dos imigrantes e os seus paízes de origem, conforme pretende a imprensa italiana”.

Após superado politicamente o ideário nazifascista, os jornais varguistas passaram a voltar todas as suas forças contra os comunistas, enxergando nos “vermelhos”, como eram apelidados, uma mera reprodução dos interesses de Moscou no país. Um editorial do jornal *A Noite* de 17 de janeiro de 1947<sup>620</sup>, publicado no contexto das eleições estaduais em todo o país, ataca fervorosamente os comunistas da seguinte forma: “Não variam os métodos de ação do fascismo e do comunismo. Desde a farândula da propaganda desabusada e mentirosa até o apêlo premeditado e cínico de outras agremiações, mesmo quando estas repelem frontalmente qualquer contacto com o totalitarismo esquerdista, os milionários donos do Partido Comunista são idênticos às legiões de Hitler e Mussolini”.

Tentando convencer o leitor de que mesmo candidatos da oposição repudiam, por todo o país, os comunistas, o *A Noite* cita um opositor mineiro que teria recusado apoio dos “vermelhos” por conta das “conhecidas (...) virtudes católicas dos mineiros e dêste candidato”, acrescentando: “Ninguém deseja vencer o pleito com a ajuda dos representantes de um partido estrangeiro, mascarado de democrata, mas com um programa de ação em tudo similar às arrogantes promessas de Hitler e Mussolini”. É sob a égide do nacionalismo que as forças ligadas a Vargas elegem os comunistas como inimigos preferenciais. Continua o *A Noite*: “Não podem os brasileiros se acaudalar na esteira dos interêsses internacionais defendidos, dentro das nossas fronteiras, por um partido que de nacional não tem nada, seu símbolo é a bandeira de um país estrangeiro, seus interêsses não estão no Brasil, mas fora das suas fronteiras, seu objetivo é entregar a Pátria, de mãos amarradas, à influência de outra nação”.

A ideia de que forças estrangeiras são nocivas ao Brasil continua a imperar na imprensa governista, mesmo que o próprio Vargas continuasse ligado a regimes autoritários como o dele. É o que denunciou, por exemplo, o jornal *Imprensa Popular* de 19 de julho de 1952, que publicou a seguinte manchete na página 3 da edição deste dia: “Repudia o Povo Brasileiro o Conluio Entre Vargas e Franco; Decidida solidariedade ao povo espanhol, que

---

<sup>620</sup> *A Noite*, 17 jan. 1947. Disponível em <http://bit.ly/1FJhK5P>. Acesso em 10 jan. 2015.

ontem comemorou mais um aniversário de sua resistência às hordas nazi-franquistas”<sup>621</sup>. O jornal comunista, à época dirigido pelo jornalista Pedro Motta Lima, também denunciava frequentemente os acordos do governo brasileiro com os Estados Unidos, destacando nesta edição, por exemplo, que um acordo militar bilateral que estava sendo planejado faria o Brasil perder “qualquer traço de nação soberana”.

O pesquisador Gerson Wasen Fraga destaca que a relação dos ideários do Estado Novo e do regime de Franco, na Espanha, também podem ser observados pela imprensa da época. Em Porto Alegre, observa este autor, a colônia espanhola, que se agrupava inicialmente em torno da Sociedade de Socorros Mútuos e de seu consulado, passou a contar com dois centros que reproduziam a dinâmica política da guerra civil espanhola (1936-1939). De um lado estava o Centro Republicano, que apoiava o governo democraticamente eleito. Do outro encontrava-se o autodenominado Centro Espanhol Nacionalista (CEN), defensor dos ideais franquistas. “Este último não apenas organizou atividades de apoio ao franquismo no seio da sociedade gaúcha, mas obteve, ao contrário dos republicanos, espaço para a difusão de suas ideias e divulgação de suas ações nas páginas da grande imprensa escrita local”, registra Fraga.<sup>622</sup>

É assim que no dia 27 de outubro de 1936, por exemplo, o jornal *Correio do Povo* dá espaço ao anúncio da criação do CEN: “Espanoles Nacionalistas! Un grupo de españoles nacionalistas convoca a suas correligionarios para la reunion que tendrá lugar em la calle Riachuelo, 1070, a las 9 de la noche del dia 27, a fin de tratar de asuntos de interese para la accion nacionalista. Arriba España!”. Duas semanas antes, no dia 11, a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos anunciava sua neutralidade em meio às disputas políticas, já que fora fundada “única e exclusivamente para auxílio de seus associados”, estando excluído “seja dentro ou fora do seio dessa Entidade qualquer manifestação política, como seus estatutos determinam”.<sup>623</sup>

Em carta publicada posteriormente, no dia 13 de novembro no mesmo *Correio do Povo*, o diretor do CEN declara apoio ao movimento franquista. Não há, no entanto, referências aos republicanos espanhóis no *Correio*, conforme explica Fraga: “Ao se apresentaram como um movimento de combate ao comunismo, que agia em defesa dos ideais de nacionalidade e da civilização cristão e ocidental, os partidários de Franco acabavam por se

---

<sup>621</sup> Imprensa Popular, 19 jul. 1952. Disponível em <http://bit.ly/1AWkEDo>. Acesso em 20 jan. 2015.

<sup>622</sup> FRAGA, Gerson Wasen. “Arriba España”. *Nossa História*, n.33, jul. 2006, p.58-62.

<sup>623</sup> Id.

coadunar ao discurso oficial da segunda metade daquela década, sendo suas atividades por vezes abertamente prestigiadas por representantes do Estado”. A influência do CEN foi tão grande que o Centro, antes apenas uma entidade política autônoma, passou a responder oficialmente, em 1939, pela representação diplomática espanhola entre os gaúchos, com seu presidente sendo conduzido ao cargo de cônsul espanhol em Porto Alegre. A reação ao golpe de Estado liderado pelo general espanhol Francisco Franco – e a consequente reação popular em defesa da legalidade – deixou cerca de meio milhão de mortos ao final dos combates.<sup>624</sup>

### **6.8 Japoneses: “factor de progresso econômico” ou ameaça à segurança nacional**

“No ancoradouro dos navios mercantes lançou ferros, hoje, o 'La Plata Maru', que ali aguardou que o desembarcassem as autoridades portuárias”, anuncia o jornal *O Globo* de 28 de novembro de 1933 sobre a chegada, afirma, de “uma das maiores levas de imigrantes que aqui têm chegado”. No total, são 840 japoneses, informa o diário, que vieram de Kobe com destino ao porto de Santos e, posteriormente, para o interior de São Paulo, onde trabalharão em atividades agrícolas. “Como ocorre sempre com todos os navios procedentes do oriente”, informa *O Globo*, “a visita regulamentar da Saúde do Porto foi demoradíssima, dado o grande número de passageiros de terceira classe”. Da sua sucursal em Santos, o *Correio Paulistano* de 17 de março de 1938 destaca a chegada de outros 442 imigrantes “nipônicos” pelo vapor japonês *Rio de Janeiro Maru*, encaminhados para a lavoura em São Paulo. O diário informa que também chegaram 173 “imigrantes nordestinos”, com o mesmo propósito. Os japoneses continuavam chegando.

O fato é que as fortes restrições à entrada de japoneses só teria efeito prático a partir de meados da década de 1930, com este grupo respondendo, sozinho, por 30% dos imigrantes embarcados em território nacional entre 1930 e 1939 – pouco mais de 99 mil japoneses no total, frente aos 332 mil imigrantes registrados neste período. A redução seria mais acentuada – e drástica – na década seguinte, quando os registros das autoridades imigratórias indicam o ingresso de pouco menos de 3 mil japoneses, consequência não só das políticas restritivas do Estado Novo mas, principalmente, do início da Segunda Guerra Mundial.<sup>625</sup>

---

<sup>624</sup> Id.

<sup>625</sup> LESSER, 2001:26-28.

Mesmo com a intensa campanha antinipônica em andamento, conforme demonstramos no capítulo anterior, o debate sobre a imigração japonesa ainda não havia ganhado ares de histeria coletiva característicos do período da guerra. Assim, um texto do *Diário da Noite*, de São Paulo, publicada na edição de 23 de janeiro de 1934 e republicado no *O Globo* poucos dias depois<sup>626</sup>, traz uma crítica a um discurso do deputado constituinte Theotônio Monteiro de Barros, contrário especificamente à imigração japonesa. “O japonês não é aqui somente um factor de progresso econômico, de organização admirável de elementos de prosperidade. É também um dos imigrantes que mais procuram se adaptar ao novo meio escolhido para a sua actividade”, diz a chamada da matéria intitulada “A colonização japonesa”.

O texto, que não está assinado, concorda que Barros está correto ao afirmar que o ideal seria poder o país “distribuir” a “influência literária exercida sobre a nossa gente pelas correntes immigratórias”, pois “caldearíamos [integraríamos] as virtudes dos povos que emigram para o Brasil, de uma forma igual”. Está aqui colocada a antiga tese do *caldeirão cultural*, em que a *mistura* dos melhores aspectos de cada cultura geraria uma cultura *melhorada* – para muitos administradores à época, a cultura brasileira. Conforme argumenta o artigo, “criaríamos aqui um sub-tipo igual, ao invés da variedade que se vai formando em todo o país, como consequência da enclausuração de núcleos immigratórios localizados em determinados pontos do território nacional”. O texto do *Diário da Noite* discorda concordando: “Nunca combateríamos todos os esforços feitos para conseguir esse resultado, cuja utilidade é indiscutível”. O articulista argumenta que é preciso, no entanto, “ter-se em vista a relatividade da possibilidade da solução”, pois diante da “variabilidade climática” e das “diversidades de condições econômicas”, certas correntes immigratórias “difficilmente poderão ser conduzidas ao saber de nossas conveniências”.

Além dos já mencionados argumentos – o japonês traz progresso e, mais dia menos dia, se “caldeará” com o “elemento nacional” –, o texto destaca que a miscigenação não ocorre com nenhum estrangeiro, de imediato. “A assimilação se opera naturalmente, aos poucos, e a primeira geração de colonos já caminha rapidamente para a nacionalização. É o que se dá com os italianos de S. Paulo”, exemplifica o artigo, acrescentando de modo imperativo: “E é o que terá de se dar com os japonezes”. Uma das provas da facilidade dos “nipônicos” em se integrar – argumenta o articulista do *Diário da Noite* – é a de que “seus filhos – e ahi está o exemplo do que se passa em todo o São Paulo – frequentam as escolas

---

<sup>626</sup> O Globo, 27 jan. 1934.

nacionais, aprendem a língua portuguesa, convivem com os escolares brasileiros”. Em tom otimista, o autor afirma que “talvez até nesse seja o japonês o imigrante que mais procura aproximar-se na nossa gente, das nossas cousas, dos nossos costumes, da nossa mentalidade”. Ao contrário das informações já disponíveis na historiografia, o autor diz que “não se conhece um núcleo colonial japonês em que exista uma escola japonesa”<sup>627</sup>.

Segundo Lesser, o debate na imprensa adquiria “especial importância” em meio a um raro momento de liberdade política, sendo intensamente debatido em 1934 e 1935. O autor observa que, dos 27 jornais existentes nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Campinas, 13 eram a favor da entrada dos japoneses e sete eram “militantemente” contra.<sup>628</sup> O autor resume as posições sobre o tema em meados da década de 1930, à frente do processo de elaboração da Constituição brasileira de 1934:

(...) os que se opunham à entrada de japoneses usavam argumentos essencialmente nacionalistas (eles estão roubando nossos empregos e nossas terras) e racistas (eles irão poluir nossa raça). Os favoráveis a ela tendiam a focar os níveis de produção (em 1936, os agricultores japoneses produziam 46% do algodão, 57% da seda e 75% do chá brasileiros, embora eles representassem menos de 3% da população) e a necessidade de uma força de trabalho ampla e dócil, muitas vezes partindo da suposição de que os japoneses eram biologicamente superiores aos brasileiros de ascendências mistas.<sup>629</sup>

Apesar do debate na imprensa ter, como vimos, ocorrido por vezes em igualdade de condições, com ampla argumentação por ambos os “lados”, a Constituição de 1934, por meio do parágrafo 6º do artigo 121, determinava o seguinte: “A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”.<sup>630</sup> O texto foi promulgado no dia 16 de julho pela Assembleia Nacional Constituinte, trazendo segundo Koifman as primeiras restrições expressivas à entrada de estrangeiros.<sup>631</sup> O tema ganharia uma dimensão ainda maior no período da implantação do Estado Novo, em 1937. Neste época, “os argumentos em favor das

---

<sup>627</sup> Para uma descrição completa sobre a formação educacional dos imigrantes japoneses no Brasil, incluindo a presença de escolas próprias, ver LESSER, 2001.

<sup>628</sup> LESSER, 2001:214.

<sup>629</sup> *Ib.*, p.217.

<sup>630</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em <http://bit.ly/1wz2Y29>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>631</sup> KOIFMAN, 2012:30.



políticas públicas não raro se apresentavam revestidos de certa racionalidade técnica e científica”, aparecendo sobretudo em artigos em jornais e revistas ou em livros de intelectuais engajados no regime.<sup>632</sup>

Lesser observa que a nova cota reduz o ingresso de japoneses a menos de 2 mil pessoas por ano, uma queda drástica em relação aos 35 mil que haviam entrado apenas no ano de 1933. Mesmo que a cota não tenha sido seguida à risca, dado que em 1935 entraram no país cerca de 10 mil japoneses, os dados são elucidativos quanto à efetividade da campanha racista antinipônica: se entre 1924 e 1935 entraram no território brasileiro mais de 141 mil japoneses, este mesmo número é reduzido drasticamente entre 1936 e 1941 para pouco mais de 14 mil.<sup>633</sup>

Alinhado ao projeto nacional longamente descrito neste capítulo, o artigo 131 da Constituição de 1934 proibia que estrangeiros fossem proprietários ou acionistas de empresas “jornalísticas, políticas ou noticiosas”, além de restringir o ensino no país ao português (artigo 150). O artigo 138 diz ainda que compete à União, aos Estados e aos Municípios “estimular a educação eugênica”<sup>634</sup>. Posteriormente, em 1941, os jornais em língua japonesa foram proibidos; apenas em São Paulo haviam quatro jornais diários, alcançando cerca de 50 mil pessoas.<sup>635</sup>

A Segunda Guerra Mundial, no entanto, parece ter sido um fator decisivo para uma maior restrição à entrada dos japoneses no Brasil e, sobretudo, para o aumento do sentimento antinipônico no país. Assim como ocorreu em menor escala com os alemães e com os italianos, Matinas Suzuki Jr. dá uma breve noção do clima de histeria antinipônica que tomou o país durante o período da guerra, mesmo que não houvesse indícios acerca da atuação de organizações político-militares de inspiração imperial<sup>636</sup>:

---

<sup>632</sup> Id.

<sup>633</sup> LESSER, 2001:166.

<sup>634</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em <http://bit.ly/1wz2Y29>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>635</sup> LESSER, 2001:235.

<sup>636</sup> Uma exceção, talvez, é a atuação do grupo extremista Shindô-Renmei, composto por nacionalistas que não admitiram a derrota do Japão na guerra e passaram a agir violentamente contra japoneses que classificavam como *derrotistas*, com a violência alcançando também alguns brasileiros. O grupo, no entanto, foi criado apenas em 1945, quando o clima de histeria antinipônica já começava a se dissipar, inclusive dentro do governo federal e do governo de São Paulo, Estado que servia de base para a organização. O braço armado do grupo, Tokkotai, deixou pelo menos 23 pessoas mortas e 147 feridas. Sobre o tema, ver SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Conspiração Sol Nascente. Revista de História da Biblioteca Nacional, n.18, mar 2007. Disponível em <http://bit.ly/1wz34qx>. Acesso em 10 jan. 2015; LESSER, 2001:241-250.

Mais de 200 escolas de japonês foram fechadas. A língua japonesa foi proibida de ser falada em público; para a maioria dos nipônicos no país, essa era a única forma de se comunicar.

A publicação dos jornais em japonês ficou muito cara (passou a ser obrigatória a edição bilíngue, japonês-português), e eles deixaram de circular. Em 1939, uma pesquisa da Estrada de Ferro Noroeste, de São Paulo, mostrava que 87,7% dos japoneses assinavam jornais na sua língua materna, um índice altíssimo para os padrões do setor no Brasil.

Os bens das empresas nipônicas foram confiscados. Japoneses não podiam viajar sem salvo-conduto. Aparelhos de rádios pertencentes às famílias eram apreendidos – para que não se ouvissem transmissões em ondas curtas do Japão.

Os "súditos do imperador" estavam proibidos de dirigir veículos de sua propriedade, mesmo os comerciais – os choferes tinham que ser designados por uma autoridade policial brasileira.<sup>637</sup>

O fim da Segunda Guerra Mundial representou um momento de diálogo renovado com as comunidades japonesas no Brasil, com o aumento do ingresso de cidadãos do Japão no Brasil (ainda que em menor número) e com o fim das hostilidades direcionadas a estas comunidades (ainda que elas tivessem parcialmente continuado). A abordagem da imprensa brasileira em relação aos japoneses no período pós-guerra é um dos temas do próximo capítulo. No tópico seguinte, levando-se em conta a acusação frequentemente publicada na imprensa, e já mencionada anteriormente, de que os japoneses teriam um plano de “invadir” a Amazônia, abordaremos o caso de Tomé-Açu, pequena vila no interior do Pará que abrigou uma das mais importantes comunidades japonesas na região.

## **6.9 “A imigração japonesa na Amazônia”: em meio aos interesses nacionais, uma história de superação imigrante no Pará**

O jornal *O Paiz* publica em sua edição de 23 de maio de 1928 a seguinte manchete: “Plano para estabelecer uma vasta colônia japonesa de agricultores escolhidos no Estado do Pará”.<sup>638</sup> O diário informa sobre conversas avançadas envolvendo diversas autoridades brasileiras e japonesas, observando que “os patrióticos governos da Amazônia solicitaram os bons offícios do Sr. Shishita Tatsuké, ex-embaixador e ministro plenipotenciário do império do Japão junto ao governo do Brasil, no sentido de recomendar a colonização japonesa para

<sup>637</sup> SUZUKI JR., Matinas. Rompendo silêncio. Folha de S. Paulo, 20 abr. 2008. Disponível em <http://bit.ly/19bOZo8>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>638</sup> O Paiz, 23 mai. 1928. Disponível em <http://bit.ly/1BNUUfP>. Acesso em 10 jan. 2015.

os Estados do Pará e do Amazonas, onde desejam receber de braços abertos os emigrantes, a exemplo do que se tem feito para o Estado de S. Paulo”.

O jornal *O Globo* de 23 de janeiro de 1929 anuncia, sem quaisquer comentários adicionais – exceto uma leve desconfiança –, o início das operações da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil na Amazônia, mais especificamente no Pará. “Já se acha desde alguns dias arquivada na Junta Commercial a escriptura da Companhia Nippônica de Plantações do Brasil. A empresa japoneza está apenas no início do seu estabelecimento, e ainda se afigura muito cedo para julgar das vantagens que pôde trazer ao desenvolvimento econômico do Estado. A expectativa paraense a seu respeito é, por assim dizer, neutral”, diz a nota. O objetivo da empresa estrangeira, informa o jornal, é trazer famílias de imigrantes japoneses para produzir arroz, tabaco, algodão, cacau, além de criar gado em larga escala e estabelecer fábricas de produtos agrícolas, florestais e minerais. O estatuto da empresa, continua o diário carioca, incluía ainda “vender, comprar e transaccionar com o público, construir e explorar estradas de ferro, estabelecer outros meios de transporte possíveis em terra e água, explorar estabelecimentos bancários, fundar escolas e hospitaes, construir edifícios para fins religiosos e beneficentes, etc”. O capital inicial, comenta o jornal, era de 4 mil contos, que “será oportunamente augmentado, de conformidade com o próprio incremento da immigração japoneza e o desenvolvimento dos negócios que vae iniciar”.

Um dos lugares para onde os japoneses se dirigiram, segundo os relatos históricos, foi a pequena vila de Tomé-Açu, no nordeste do Estado. Um grupo de cientistas identificou como produtivas para a agricultura áreas no Estado do Amazonas e Pará. Segundo a historiadora Fusako Tsunoda, o governo japonês preparou a primeira missão técnica à região nos Estados Unidos. “Na biblioteca de Nova York, os pesquisadores encontraram a mais completa documentação existente a respeito do clima, do solo, da geografia, da mineralogia, da botânica e das doenças da Amazônia. Nesse mesmo ano, Henry Ford iniciara uma grande plantação de seringueiras na maior floresta tropical do mundo, perto de Santarém (PA)”, observa Tsunoda.

Segundo Lesser, a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil também era conhecida como Companhia Fukuhara por seu presidente ser Hachiro Fukuhara, um empresário de setor têxtil de razoável renome no Japão e que era de ascendência japonesa, porém nascido no Pará. Após passar uma temporada nos Estados Unidos estudando a produção de algodão, conta Lesser, Fukuhara visitou o Pará pela primeira vez em 1925,

quando era um dos diretores da Companhia Kanegafuchi de Fiação de Algodão. A reportagem do jornal *O Paiz* menciona a missão: “Anteriormente, por iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Kanegafuchi Spining Company – Tokyo – (Companhia Fiação), enviou, em 1925, uma missão científica, composta de médicos de hygiene tropical, botânicos, químicos, engenheiros e agrônomos, chefiada pelo Sr. Hachiro Fukuhara, director da mesma Companhia Fiação, para estudar e investigar as possibilidades de colonização, com o fim do cultivo em grande escala de cereaes e matérias primas para exploração commercial e industrial no valle da Amazônia”.

Um dos facilitadores das negociações, segundo o jornal, foi o então cônsul-geral do Brasil em Yokohama, Leonardo de Castro. O primeiro empreendimento de Fukuhara seria, diz a matéria, o transporte de 10 mil famílias japonesas, nos primeiros 10 anos, para uma área no rio Acará, onde se localiza Tomé-Açu. A cada uma das famílias seria fornecida uma área de terras equivalente a 60 acres, com a “única obrigação de cultivar as terras”. Uma contribuição de 30% seria cobrada sobre o valor da colheita pela própria companhia para cobrir as despesas de saneamento, transporte e educação. “O primeiro ministro [japonês] fazia votos pela organização de uma tal companhia, que serviria de grande estímulo á emigração para a América do Sul em geral, porquanto a fundação da colonização no norte do Brasil teria, certamente, uma influência beneficiária aos outros 60.000 colonos japonezes espalhados nos adiantados e progressistas Estados do sul do Brasil”, diz o texto d'*O Paiz*.

Os primeiros colonos – 189 pessoas em 42 famílias<sup>639</sup> – chegaram em Tomé-Açu justamente no ano de 1929. Além de arroz e hortaliças, eles passaram a produzir pimenta-do-reino – com incríveis 5 mil toneladas colhidas por ano no final dos anos 1940, após a Segunda Guerra Mundial. A cidade se tornou nada mais nada menos que o maior produtor mundial da especiaria, neste período, trazida pelos próprios japoneses de Cingapura, segundo relatos dos moradores.<sup>640</sup> Segundo contam os membros mais antigos desta comunidade, um navio de imigrantes japoneses teve que aportar em Cingapura, depois da morte de uma passageira. Lá, o chefe da embarcação teria comprado 20 mudas de pimenta-do-reino – também conhecida como pimenta-redonda ou pimenta-preta, daí seu apelido de “diamante negro”. Apenas duas destas mudas vingaram e transformaram Tomé-Açu no maior produtor mundial da especiaria.

---

<sup>639</sup> Dados confirmados por diversas fontes, ver por exemplo REALI, Heitor; REALI, Silva. Terra do Sol Nascente Tropical. Revista Planeta, n.486, abr. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1bHDQLP>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>640</sup> Ver reportagem sobre o tema em JAPONESSES trouxeram 'diamante negro' para a Amazônia. Globo Rural, 30 abr. 2008. Disponível em <http://glo.bo/1o28tvH>. Acesso em 10 jan. 2015.

Uma descrição recente da imprensa brasileira faz o acontecimento soar quase que como um milagre: “Em Tomé-Açu, as mudas foram plantadas na Estação Experimental de Açaizal e esquecidas. Apenas duas sobreviveram e foram replantadas, em 1947, cada uma por um agricultor japonês. As sementes dessas plantas formaram outras, e em dez anos tapetes verdes de pimenta-do-reino se estendiam sobre Tomé-Açu”.<sup>641</sup> Os japoneses foram surpreendidos pela fusariose, uma doença causada por um fungo, mas não desistiram do produto. Acabaram, no entanto, por diversificar a produção: passaram a investir também no cultivo de frutas tropicais, especialmente no açaí. Os japoneses também produziam acerola, cacau e açaí, entre outros produtos. O município deve aos japoneses seu apelido: a “Terra da Pimenta”.

No dia 7 de março de 1930, sob o título “Augmenta a colônia nippônica no Pará”, o jornal *O Globo* registra: “Chegou a este porto mais uma leva de imigrantes japonezes, acompanhada por um médico, assim como de várias enfermeiras. Pelo mesmo navio chegaram também duas senhoritas japonezas, que vão trabalhar no escriptório da Companhia Nippônica de Plantações no Brasil, com sede nesta capital [Belém]”. No dia 18 do mesmo mês, sob o título “Mais colonos japonezes para o Pará”, outro registro d'*O Globo*: “A Sociedade Japonesa de Colonização está esperando mais uma léva de 900 imigrantes nippônicos, destinados às suas concessões neste Estado”.

Desde o final do século XIX e início do XX, no período das grandes migrações para as Américas, era grande o número de japoneses que foram para o Peru. Alguns deles desceram os Andes e dirigiram-se para a Amazônia, atraídos pela notícia da prosperidade da borracha. “Apesar de o Censo Demográfico de 1920 registrar a presença de 26 japoneses no Acre, é possível que houvesse um número bem maior, considerando a clandestinidade dos imigrantes nipo-peruanos naquela região. Em 1929, houve uma intensificação na migração para a Amazônia, justificada pelo contexto histórico da época, para a colonização do novo mundo. As motivações dos japoneses também fazem parte desse contexto e eram de ordem econômica e social”.<sup>642</sup>

Os empreendedores citados pelo diário carioca *O Globo* de 29 de janeiro de 1929 conseguiram atrair muitos japoneses que, segundo a imigrante e pesquisadora Reiko Muto, da Universidade Federal do Pará (UFPA), “sonhavam adquirir e desbravar extensas terras planas,

---

<sup>641</sup> REALI, Heitor; REALI, Silva. Terra do Sol Nascente Tropical. Revista Planeta, n.486, abr. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1bHDQLP>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>642</sup> FERREIRA, Brenda. A contribuição japonesa para a economia local desde o século XIX. UFPA, 29 ago. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1fzLYxx>. Acesso em 10 jan. 2015.

lugares de animais selvagens e plantas exóticas”. A formação das primeiras colônias no Estado foi iniciativa das Indústrias Kanebo (Nantaku) – cujo nome comercial, conforme registro d'O *Globo* em 1929, era Companhia Nipônica de Plantação do Brasil –, com apoio do governo do Pará diante do aparente êxito dos imigrantes japoneses em São Paulo. “Acertou-se que cada imigrante receberia 25 hectares de terra”, registra uma recente reportagem, acrescentando: “A Nantaku se comprometia a ajudar com material para a construção de casas de madeira e a fornecer ferramentas para derrubar a mata. Também foram construídos um hospital e um armazém de abastecimento de produtos de primeira necessidade.”

Entre 1929 e 1937 chegaram em Tomé-Açu mais de 2 mil pessoas, em 405 famílias, segundo Reiko Muto. Um processo parecido aconteceu no Amazonas, principalmente em Parintins. “Outro grupo comandado pelo político japonês Uyetsuka trouxe 248 alunos da Escola Superior de Kokushikan e mais 270 agregados para Vila Amazônia, em Parintins, no Amazonas, entre os anos de 1930 e 1937. Nesse mesmo período, um terceiro grupo de, aproximadamente, cinquenta imigrantes entrou em Maués, também no Estado do Amazonas”, aponta um registro de Reiko Muto.

Segundo Lesser, além da dedicação inicial de Fukuhara para que o empreendimento fosse bem-sucedido, o que incluía manter os colonos satisfeitos, a imagem da riqueza brasileira que circulava no Japão incentivava emigrantes que contavam com algum capital a virem se estabelecer como agricultores independentes. No entanto, observa Lesser, “contar com uma pequena quantia não era garantia de sucesso na instável economia brasileira, que permanentemente oscilava entre extremos de expansão e retração”. Com isso, acrescenta o historiador, muitos imigrantes rapidamente exauriram seu capital e viram-se forçados a vender sua força de trabalho como diaristas. Outros colonos foram ludibriados por “compatriotas sem escrúpulos”, incluindo um homem que se passava por “cônsul não oficial” e que conseguiu, entre outros feitos, enganar até mesmo um diplomata norte-americano.<sup>643</sup>

Em um segundo período – a chamada “Nova Imigração”, após a Segunda Guerra Mundial –, os imigrantes japoneses chegaram a partir de 1953, para as colônias dos Estados do Amazonas, Pará e uma pequena parcela para os antigos territórios federais do Amapá, Rondônia, Roraima e Acre. De acordo com Reiko Muto, entre 1953 e 1976 entraram 6.375 imigrantes na região Norte do Brasil, indo 69% deles para o Pará.

As dificuldades com o clima, a infraestrutura deficitária e o idioma foram em parte

---

<sup>643</sup> LESSER, 2001:176-177.

superadas com o apoio mútuo entre a população local e os japoneses. “Do resultado dessa integração com a comunidade local, os imigrantes remanescentes de Parintins e Maués tiveram grandes sucessos com a plantação de juta, e os imigrantes de Tomé-Açu, com o cultivo da pimenta-do-reino. Dois produtos de grande relevância na pauta de exportação do Estado do Pará, nas décadas de 1950 a 1970”, aponta o registro de Reiko.<sup>644</sup>

Muitos, no entanto, acabaram não resistindo à malária – “que sempre aparece dois ou três anos depois que se abre a mata”, registra a revista *National Geographic* em 2007, citando o relato de um imigrante – e outras doenças, devido à precariedade dos serviços e da pouca mobilidade.<sup>645</sup> Tomé-Açu passou a ser conhecida como “o inferno da Amazônia”, e muitas famílias mudaram-se para Belém e São Paulo “simplesmente para escapar da morte”. Os imigrantes sofriam mais do que os nativos pois “sua dieta pobre em proteínas deixava-os mais vulneráveis à doença”<sup>646</sup>.

Além disso, escoar a produção era um outro desafio importante, conforme registro de uma imigrante, Hajime Yamada, um senhor de 86 anos que chegou na primeira leva de imigrantes em Tomé-Açu, aos dois anos de idade, acompanhado dos pais e três irmãos: “Nós gastávamos quatro horas de viagem para levar produto daqui até chegar ao porto de Tomé-Açu para fazer o embarque. E gastava mais 15 ou 20 horas para chegar à capital. Muito chegava na capital e não tinha o comércio para vender tudo. Muitas vezes, jogamos até no rio”.<sup>647</sup> Shujui Tsonoda, um imigrante do pós-guerra e então presidente da Associação Cultural de Tomé-Açu na época em que foi entrevistado, acrescenta: “Nossa grande sorte foi não entrar em aventuras. Enquanto muita gente veio para a Amazônia atrás de ouro e madeira, nós sempre estivemos mais preocupados em cultivar a terra e manter nossas tradições”.<sup>648</sup>

Em agosto de 1993, segundo um registro da revista *Veja* publicado no portal do projeto de 100 anos da imigração japonesa (1908-2008), moravam em Tomé-Açu 274 famílias de japoneses, com a última chegada ocorrendo em 1978. “A colônia deu certo porque ficou aqui sessenta anos e se manteve muito unida”, disse o então presidente da Associação Cultural, que

---

<sup>644</sup> FERREIRA, Brenda. A contribuição japonesa para a economia local desde o século XIX. UFPA, 29 ago. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1fzLYxx>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>645</sup> PAUL, Gustavo. Tem tigre na selva. *Veja*, 18 ago. 1993. Disponível em <http://bit.ly/1fzRccw>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>646</sup> CALÉ. Amazônia oriental. *National Geographic*, jul. 2007. Disponível em <http://abr.ai/1bHB7lz>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>647</sup> JAPONESSES trouxeram 'diamante negro' para a Amazônia. *Globo Rural*, 30 abr. 2008. Disponível em <http://glo.bo/1o28tvH>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>648</sup> PAUL, Gustavo. Tem tigre na selva. *Veja*, 18 ago. 1993. Disponível em <http://bit.ly/1fzRccw>. Acesso em 10 jan. 2015.

tinha tarefas como fornecer 800 fitas de vídeo japonesas para a comunidade, promover festas e administrar a escola de língua japonesa. “Na comunidade nipônica de Tomé-Açu não existe um analfabeto sequer. Nem todos sabem ler e escrever em português. Mas todos sabem japonês. A maior estrela nas escolas locais é Shigenori Moritomo, um professor aposentado de 60 anos, que está há seis meses no Brasil, enviado especialmente pelo Ministério da Educação do Japão. Moritomo não fala nem entende uma palavra de português, dá aulas de Geografia, História e Música Japonesa, tem casa e o salário mensal de mil dólares pagos pelo governo do Japão. Ele é um professor itinerante. Foi contratado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica) para uma temporada de dois anos no interior do Pará, depois de passar outros dois em Teerã, no Irã, ensinando a língua”, aponta o registro na *Veja* de 18 de agosto de 1993. “É surpreendente como essa comunidade se manteve unida em um lugar tão isolado. Encontrei aqui hábitos e costumes que há muito tempo não existem no próprio Japão”, disse o professor Moritomo à época, citado na reportagem da revista semanal.

A filosofia dos japoneses de Tomé-Açu – passada de geração em geração desde 1929 – é baseada num tripé, aponta a revista semanal: trabalho em comunidade, austeridade econômica e cooperativismo. Com base nela, em 1985 a colônia se reuniu, criou a Companhia de Eletrificação Rural de Tomé-Açu e “foi à luta”. Registra a publicação: “Conseguiu que o Japão financiasse dois terços dos 3,6 milhões de dólares necessários para a construção de 192 quilômetros de eletrificação, que beneficia uma área de 50 mil hectares onde estão japoneses e brasileiros. A mesma receita serviu para a instalação de 140 telefones celulares para a comunidade rural”. O prefeito à época atesta: “Foram eles que idealizaram tudo e buscaram o financiamento para tocar as obras”.

Há também em Tomé-Açu descendentes dos imigrantes que voltam ao Japão para buscar oportunidades de trabalho – e mostram que a identidade “étnica” ou “nacional” ainda é um elemento sem uma definição exata. A revista *Veja* informa que, em 1993, dos 1.362 descendentes de japoneses do município, 400 estavam no Japão. E completa: “É o caso de Humberto Kato, de 29 anos, e Sonia Izumi Kato, de 23. Eles passaram três anos trabalhando no Japão, tiveram lá dois filhos e conseguiram economizar 52 mil dólares. Com esse dinheiro, acabam de comprar uma fazenda de 500 hectares em Tomé-Açu, uma caminhonete e uma casa em Belém”. “Meu Japão é aqui”, afirma Humberto, citado pela revista. Naquele ano, dois cultivos que os japoneses conhecem muito bem – acerola e maracujá – davam ânimo contra tempos turbulentos. “A produção de acerola passou de 115 toneladas em 1991 para uma



previsão de 855 toneladas neste ano [1993]. A de maracujá deu um salto de 449 toneladas para 1.270 neste ano”.

A filosofia *japonesa* parecia mesmo estar *viva*: “Não podemos simplesmente esperar a crise nos pegar. A cooperativa não é nossa, é da colônia”, disse Kozaburo Mineshita, presidente da Cooperativa Mista de Tomé-Açu, a “C.A.M.T.A”, criada em 1929. A cooperativa registra em sua página na Internet que “tornou-se a primeira produtora e exportadora de pimenta-do-reino no Brasil, cuja mudas foram trazidas para Amazônia da Ásia em 1933”. A sua primeira atividade foi o comércio de hortaliças. “Era um desafio, até porque os habitantes em Belém, maior e mais próximo mercado da C.A.M.T.A na década de 30, não tinham o hábito de consumir hortaliça. Esta introdução de hortaliça foi uma pequena contribuição que estes imigrantes e a C.A.M.T.A realizaram”, registra a cooperativa em sua página.<sup>649</sup>

Comerciantes locais registraram, em 2008, que são exportadas de 1,3 mil a 1,5 mil toneladas por ano em polpa congelada. “O Japão e os Estados Unidos são os maiores compradores”, disse Francisco Sakaguchi ao *Globo Rural*, que registra que neste ano Tomé-Açu tinha 500 famílias de descendentes – um número muito maior do que o registrado por *Veja* em 1993, destaca-se –, com a Associação Cultural permanecendo extremamente atuante. A *Revista Planeta* registra ainda, em 2013, que a cidade planta “cacau, banana, dendê, açaí, cupuaçu, maracujá, acerola e muitas frutas (...) plantadas à sombra de árvores nativas”. Diz a reportagem de *Globo Rural* em abril de 2008, ano de centenário da imigração japonesa: “É difícil é acreditar que em Tome-Açú exista um time de baseball, formado por famílias de agricultores. O esporte é tradicional. Exige dedicação e união. Qualidades que os japoneses da Amazônia têm de sobra”. Uma matéria da revista *National Geographic* de julho de 2007 registra a colônia japonesa em Tomé-Açu como uma “uma floresta diferente”, onde “se joga golfe e beisebol” e “se cultiva sem agredir”. Os costumes dão o tom da reportagem: “Em que outra cidade do mundo, por exemplo, alguém provaria um genuíno jantar nipo-amazônico (entrada: sashimi de peixes de água doce; prato principal: caldeirada de pescados com tucupi e jambu)? Nas varandas, pares de sapato aguardam por seus donos, que, seguindo o costume japonês, só entram descalços em seus lares. Ao visitante recém-chegado logo é oferecido suco de mangustão, fruta do sudeste asiático cujo sabor raro lhe conferiu a fama de 'rainha de todas

---

<sup>649</sup> Ao final desta pesquisa, em fevereiro de 2015, a página [www.camta.com.br](http://www.camta.com.br) havia sido retirada do ar, restando apenas o perfil da cooperativa no Facebook: [facebook.com/cooperativaagricolamistadetomeacu.camta](https://www.facebook.com/cooperativaagricolamistadetomeacu.camta)

as frutas'. Também curiosas são as bolinhas de golfe espalhadas pelo gramado em frente às casas. Como se o golfe fosse um esporte típico do interior do Pará”.<sup>650</sup>

O número dado pela *National Geographic* é um pouco diferente do *Globo Rural*: seriam 300 famílias “descendentes da segunda onda de colonização japonesa no Brasil”. Sobre a pimenta-do-reino, a *National* registra que os japoneses “ainda hoje [em 2007] estão na vanguarda da atividade, praticando uma agricultura sustentável em plantações que mais parecem matas nativas”. “Os brasileiros da região só desmatam, abrem pastos e acabam com a terra e os igarapés. Nós plantamos pimenta e cacau em harmonia com a floresta”, diz o fazendeiro Tomio Sasahara, de 67 anos, citado pela revista mensal. A matéria da *National Geographic* cita novamente a Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, segundo a revista criada em 1928 e subsidiária da japonesa Nantaku, ambas idealizadas para organizar a imigração. “Um ano depois, um navio com 43 famílias aportou em Belém. O governo do Pará havia doado 1 milhão de hectares para a companhia, que no princípio tinha como objetivo cultivar cacau”, diz a revista. “Minha família era de Hiroshima. Se meus pais não tivessem vindo para cá, eu provavelmente estaria morto”, afirma o pioneiro Hajime Yamada, de 80 anos [à época, em 2007], que “chegou em 1929 nos braços da mãe”. Nos seis primeiros anos mais de 600 famílias estabeleceram-se em Tomé-Açu – diz a *National*, pouco mais dos 405 registrados entre 1929 e 1937 pela pesquisadora da UFPA –, mas o cultivo extensivo de cacau não deu certo, pois “os japoneses não sabiam que a árvore precisa de proteção contra o vento”. Dedicaram-se ao arroz e às verduras, revendidos em Belém. “Chamavam nossa turma de 'nabos', pois a gente só comia nabo mesmo”, lembra-se Yamada falando à *National*.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Tomé-Açu registra um dos mais terríveis episódios ocorridos no Brasil: a vila foi transformada em um campo de concentração para isolar imigrantes do Japão, da Alemanha e da Itália, países do Eixo. Getúlio Vargas decretou “estado de beligerância” em 22 de agosto de 1942<sup>651</sup> e, no mesmo dia, os japoneses de Belém tiveram suas casas queimadas e a Cooperativa dos Agricultores de Tomé-Açu, fundada em 1939, foi confiscada. O município torna-se, então, um centro de confinamento de todos os japoneses do Norte do Brasil. Os detalhes são contados na obra “Por terra, céu & mar: Histórias e memórias da Segunda Guerra Mundial na Amazônia”, lançado em janeiro de 2013

---

<sup>650</sup> CALÉ. Amazônia oriental. *National Geographic*, jul. 2007. Disponível em <http://abr.ai/1bHB7lz>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>651</sup> FGV/CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): O Brasil na guerra. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1ETPqgX>. Acesso em 10 jan. 2015.

pela editora Paka-Tatu, e em um documentário de mesmo nome.

Pelo menos 480 famílias japonesas, 32 alemães e algumas poucas italianas foram levadas do Pará e do Amazonas para Tomé-Açu, segundo os documentos. “A viagem de Belém até a vila, que ficava na Ilha de Aracá, era feita de barco a vapor e durava de 15 a 18 horas. Muitos imigrantes desejavam ir para o campo, que funcionou entre 1943 e 1945, para se livrarem da depredação de suas casas e lojas, promovida por brasileiros que se autointitulavam patriotas”, registra o jornal *O Globo* de 8 de fevereiro de 2014. Outras pessoas foram, no entanto, consideradas “colaboradoras de países inimigos”. Sua detenção ocorria ao mesmo tempo em que a Força Aérea dos EUA instalou uma base aeronaval em Belém, de onde os aliados partiam para Europa, Ásia e África, registra *O Globo*.<sup>652</sup>

Segundo o jornal *O Estado do Pará*, a colônia de Tomé-Açu servia como “campo de concentração dos eixistas nocivos à segurança nacional”. O agricultor japonês Hajime Yamada, de 86 anos, que emigrou para o Brasil em 1931 e que era vizinho do campo de concentração, lembra a repressão: “Se três de nós estivéssemos juntos, já vinha alguém para repreender. Minha família foi uma das poucas que não teve alguém detido, porque minha mãe era comunicativa e conseguia se entender com quem nos perseguia”.

Segundo os registros, em Tomé-Açu a repressão não era tão intensa quanto em Belém: “Apesar das muitas restrições, as instalações da ilha paraense, erguidas em uma área onde funcionava a Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, em nada lembravam o cenário de horror dos campos nazistas. No Pará, os imigrantes detidos chamavam a residência geral de *hospedaria*. O oficial responsável por levar-lhes alimentos foi apelidado de *Tenente Felicidade*. E a proibição às reuniões coletivas era temporariamente derrubada para que os imigrantes jogassem futebol”. A reportagem da *Planeta* também faz um registro do “Tenente Felicidade” e de um outro militar, a partir do testemunho da nissei Tomiko Sawada, de 82 anos, que foi a “primeira japonesa a nascer na Amazônia”, embora tenha sido “fabricada” no Japão, como ela própria gosta de dizer. “Meus pais morreram de malária anos antes, e eu vivia com seis irmãos. Tínhamos muito medo, pois estávamos sendo maltratados pelos policiais. As coisas só melhoraram quando a colônia ficou sob as ordens dos tenentes Maurício e Felicidade. Eles tratavam bem de nós, gostavam das crianças, nos ensinaram a jogar voleibol e inventavam muitas brincadeiras. Talvez por ser criança na época, não tenho lembrança triste

---

<sup>652</sup> GRANDELLE, Renato. Pará teve campo de concentração durante Segunda Guerra Mundial. *O Globo*, 8 fev. 2014. Disponível em <http://glo.bo/1GBKK09>. Acesso em 10 jan. 2015.

daqueles tempos”, recorda Tomiko.

Já na capital paraense, registra *O Globo* citando os relatos do livro, “os brasileiros queimaram e saquearam as lojas dos japoneses e de pessoas de outros países”. Assim como ocorria em outras partes do país durante a Segunda Guerra Mundial, ser estrangeiro no Pará – ou mesmo parente ou descendente – era sinônimo de alerta. O jornal *O Estado do Pará* registra nota jornalística no início de 1942: “José Olivar, nascido na Itália, mas residente no Brasil desde o ano de 1903 (...) vem declarar por este meio não ter relações algumas com países do ‘Eixo’, e tanto ele como seus filhos estão dispostos a servirem (sic) a pátria brasileira que o declarante acolheu como sua”.

Após a guerra, os japoneses procuraram áreas rurais do Brasil, como Tomé-Açu, por não terem onde plantar em seu país, arrasado pelo ataque dos EUA. Mas a vila foi marcada pela tragédia dos anos da guerra, conforme registro da *Revista Planeta*: “Dos 2.104 imigrantes que chegaram antes da guerra, 77% morreram ou abandonaram a colônia, ou seja, 1.621 pessoas”. Hajime Yamada – que é natural de Hiroshima e aparentemente é a mesma fonte ouvida pelo *Globo Rural* e pela *Revista Planeta* nas reportagens citadas anteriormente –, ouviu pelo rádio a notícia do lançamento de uma bomba atômica sobre sua cidade, no dia 6 de agosto de 1945. Lá, conta *O Globo*, moravam duas de suas irmãs. Traumatizado com a guerra, o agricultor só foi visitá-las 46 anos depois, em 1991, relata o diário carioca. “O Japão demorou um bom tempo para se reerguer. Muita gente veio para Tomé-Açu em busca de oportunidades. Nunca mais queremos ver uma guerra”, acrescentou Yamada.<sup>653</sup>

## 6.10 Seringueiros da Amazônia e “regatões” estrangeiros: união contra a exploração

Uma extensa reportagem de um enviado especial d'*O Globo* – assina a matéria “P. Mattos” – à Amazônia registra sua viagem “subindo o rio Amazonas, rumo ao Acre”. A edição de 12 de setembro de 1932 do diário carioca registra o Brasil estrangeiro em algumas passagens, fruto da conhecida imigração ocorrida em toda a Amazônia. Dentro da embarcação, o repórter descreve um dos tipos mais mais “característicos e curiosos dos rios da região amazônica” – o “regatão”. Quase sempre, diz, é um cidadão turco ou sírio e exerce o comércio em geral: “Compra, vende, troca de tudo e com todos, mas principalmente com os

---

<sup>653</sup> Id.

seringueiros que, fugindo ao domínio dos donos de seringas, sentem também o desejo de ludibriar estes, caindo então nas garras daquelles que sugam até o último producto do seu labor”.

Segundo o repórter, o “regatão” é considerado em geral um negociante fora da lei, mas ele explica que a legalização junto aos municípios acarreta impostos tão altos que tornariam a prática do comércio quase impossível. “Nessas condições, elles negociam sem licença, sendo perseguidos”, afirma, acrescentando que os donos dos seringais também os repudiam pois “nelles veem um concorrente perigoso, por intermédio do qual muitas vezes se escoam a produção de seus latifúndios”.

O repórter aponta que os proprietários locais promovem a dependência ao empregador por meio das dívidas – uma das práticas do trabalho escravo ou análogo ao escravo – e, justamente, uma das formas de fugir dessa situação é comprando diretamente com o “regatão”. O “regatão”, portanto, ajuda o seringueiro a fugir da servidão por dívidas, prestando um serviço valioso na região e atizando a fúria dos exploradores da mão de obra. Muitas vezes, descreve o jornalista, o seringueiro também driblava a lei e escondia “pelas” (ou bolas) de borracha para trocá-las por produtos com os comerciantes. Todos “fora da lei”, lutando contra a exploração desenfreada promovida pelos proprietários. O repórter continua a descrever a viagem pela “chatinha”, como era chamado aquele tipo de embarcação, rumo à capital acriana. Quando atraca em Rio Branco, conta, a “chatinha” passa a ser o ponto central da cidade, com os viajantes trazendo novidades de Belém e Manaus. À época, viajar de Belém para Rio Branco durava trinta dias, pelo rio.

O repórter explica que Rio Branco está dividida em três distritos: dois na margem direita do rio (Empreza e Bairro Quinze) e um na margem esquerda (Pennápolis), além de uma zona mais para o interior, Colônias, depois de Pennápolis. “Empreza” é o distrito que antigamente dava o nome à atual cidade de Rio Branco, explica o repórter, mas a população a chama de outro nome: Beyruth. O motivo: este era o lugar preferido pelos negociantes geralmente de origem turca ou síria. Uma referência, portanto, à capital do Líbano. Enquanto “Empreza” era o bairro comercial, “Pennápolis” era o centro administrativo da cidade. A região, enriquecida pelo “ouro negro”, passava naquele momento por uma fase decadente devido ao fim do primeiro ciclo da borracha, ainda no início dos anos 1910.

### 6.11 *Novas Diretrizes*: Estado Novo não pode permitir “elementos raciais indesejáveis” e “pregadores do credo marxista”

Lançada em novembro de 1938 por Antônio José de Azevedo Amaral, um dos principais ideólogos do Estado Novo (1937-1945), a revista mensal *Novas Diretrizes: política, cultura, economia* foi um dos principais veículos de divulgação da doutrina elitista e autoritária que embasou o sistema de governo vigente no Brasil neste período.<sup>654</sup> Azevedo Amaral era uma influente voz na imprensa brasileira. Colunista do *Correio da Manhã*, *A Notícia* e *Jornal do Commercio* escrevendo a partir de Londres, regressou ao Brasil em meados da década de 1910, devido ao início da Primeira Guerra Mundial. Aqui, torna-se redator-chefe e depois diretor do *Correio da Manhã*, diretor de *O Paiz* e redator por muitos anos de *O Jornal*, colaborando com muitos outros veículos de imprensa. Seu último artigo foi publicado no *Jornal do Brasil*, em 1942, ano de seu falecimento.<sup>655</sup> Foi o autor da tese que mais gerou debates durante o I Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, com um trabalho intitulado *O Problema Eugênico da Imigração*.<sup>656</sup>

Azevedo Amaral já havia sido editor, juntamente com o renomado jornalista Samuel Wainer, da renomada revista *Diretrizes*. Ele se desentendera, no entanto, com Wainer, fundando o *Novas Diretrizes* e usando, inclusive, a subvenção que havia sido obtida para a *Diretrizes*. O formato gráfico era menor que o tradicional da época e possuía cerca de 60 páginas, parecendo mais uma publicação acadêmica do que propriamente uma revista. Muitos intelectuais colaboraram para a publicação até seu fim, em setembro de 1942, incluindo Nelson Werneck Sodré.

Na edição de setembro de 1939 do *Novas Diretrizes*, Azevedo Amaral define, de modo elogioso, o Estado moderno: “As duas colunas mestras do Estado moderno são o desenvolvimento até a exaltação do espírito nacionalista e a consolidação do poder estatal nas bases seguras da disciplina moral, que coordena as populações em torno do poder público,

<sup>654</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Novas Diretrizes*. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/novas-diretrizes>. Acesso em 17 nov. 2014.

<sup>655</sup> FERRARI, Danilo Wenseslau. *Diretrizes: a primeira aventura de Samuel Weiner*. *Histórica – Revista On Line do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.31, jun. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1GBLvGH>. Acesso em 17 nov. 2014; FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Novas Diretrizes*. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/novas-diretrizes>. Acesso em 17 nov. 2014; CDPB. AMARAL, Antônio José de Azevedo. Disponível em <http://bit.ly/1GBL6Ee>. Acesso em 17 nov. 2014.

<sup>656</sup> GONÇALVES, Assis da Silva. Eugenia em debate: Medicina e Sociedade no I Congresso Brasileiro de Eugenia. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, jul. 2010. Disponível em <http://bit.ly/1GBLPVX>. Acesso em 17 nov. 2014.

tornando-as forças dóceis e inteligentes de colaboração harmônica com o governo”. Por sua tendência pró-Estado Novo e pró-Vargas, *Novas Diretrizes* difundia “ideias nacionalistas, desenvolvimentistas, militaristas e anti-imperialistas, bem como teses eugenistas, igualmente em voga na época”.<sup>657</sup> Em suas edições iniciais, a revista assumiu uma postura dura contra a vinda de imigrantes e refugiados de guerra no Brasil, como por exemplo na edição nº 3, de janeiro de 1939: “Chamaremos apenas a atenção para o fato de que a grande maioria dos refugiados, além de indesejáveis por virem em um estado de verdadeira exaltação da consciência racial e cheio(s) de rancor contra os elementos étnicos diferentes, é formada por indivíduos mais ou menos profundamente influenciados pelo comunismo”.

Em julho de 1941, o artigo “Infiltração judaica”, adotando uma linha violentamente xenófoba, argumentava: “O problema da penetração sub-reptícia de alienígenas indesejáveis continua misteriosamente a enfrentar as boas intenções e as iniciativas salutares do poder público, para livrar o país desse flagelo (...) o Brasil, com o sentimentalismo que nos veio com as tradições liberais e com as influências africanas que desvirilizaram entre nós o espírito cristão, dando-lhe a fisionomia de uma doutrina de fraqueza e de tolerância em relação a todas as formas de atividade maléfica, estendeu insensatamente a sua hospitalidade aos refugiados, que os outros povos se dispunham a repelir à bala, se tanto fosse necessário. (...) As ruas da nossa magnífica capital já se estão desnacionalizando com a presença dessa legião de elementos humanos inconfundíveis pelos estigmas de deterioração física que a decrepitude racial lhes estampou no corpo”.<sup>658</sup>

O primeiro texto da edição de setembro de 1939 do *Novas Diretrizes*<sup>659</sup> é do próprio Azevedo Amaral – “A Política do Mês e Comentário Internacional” – e destaca “uma deficiência que até agora podia ser apontada na crítica da atuação governamental, através da fase de transformações que se vêm desenvolvendo desde a revolução de 1930”. Segundo ele, essa deficiência seria a “falta de coordenação sistemática de providências de ordem geral concernentes à economia rural”. Mesmo defendendo as atuais ações no setor agrícola – em relação ao café, ao trigo e à cana, conforme exemplifica –, Amaral sustenta que “não se pódde deixar de reconhecer que o novo regime até agora não se mostrara disposto a definir em linhas nítidas uma orientação no tocante ao que se pódde qualificar de política rural brasileira”. Em linhas gerais, ele argumenta que, enquanto a democracia liberal pré-Vargas incentivava a

---

<sup>657</sup> Id.

<sup>658</sup> *Novas Diretrizes*, jul. 1941. Disponível em <http://bit.ly/1w7MC0i>. Acesso em 17 nov. 2014.

<sup>659</sup> *Ib.*, set. 1939. Disponível em <http://bit.ly/1GBLZwn>. Acesso em 17 nov. 2014.

concentração das massas nas cidades – “que assim se tornavam mais susceptíveis às manobras da demagogia eleitoral” – o Estado Novo, visando ao “desenvolvimento global da Nação e dependendo da energia e da saúde das populações”, é “logicamente induzido a descongestionar os núcleos citadinos super-lotados” e a “estabelecer nas regiões rurais uma situação demográfica mais equilibrada”.

Com base nessa preocupação, o autor destaca que as condições demográficas do Brasil “não nos permitem por enquanto repousar apenas no incremento normal da nossa população”, de modo a assegurar uma “densidade tranquilizadora no conjunto do território brasileiro”, pelo menos não “dentro de um período conveniente”. A solução? Facilitar a entrada de “bons imigrantes”, o que segundo ele “se acha virtualmente solucionado pela legislação vigente”. Mesmo assim, alerta Azevedo Amaral, é “imperativo” regularizar o afluxo de imigrantes de modo a “impedir o acúmulo de elementos alienígenas nas cidades” e “promover sistematicamente o seu encaminhamento para as zonas rurais”. A principal desconfiança de Amaral é em relação aos não agricultores. “Não há muito que no próprio Conselho Nacional de Imigração e Colonização um perito estrangeiro, cujo interesse pelos nossos problemas não deixa de ser um tanto suspeito, fez uma conferência com o intuito de demonstrar a conveniência de aceitarmos, além dos agricultores, imigrantes que quizessem se fixar nas cidades”, escreveu no *Novas Diretrizes*, classificando tal ideia como uma “intransigência” e um “erro lamentável” que “no momento atual” poderia levar a “perigosas possibilidades”.

Além da necessidade da expansão agrícola, argumenta, os “interesses iniludíveis da própria segurança nacional nos impõe a adoção inflexível de uma política migratória”. O postulado primordial desta política, atesta, deve ser “a exclusão sistemática de todos os imigrantes que não chegarem dispostos a trabalhar nos campos”.

Em linha com sua argumentação, Amaral exalta a política migratória argentina, esta “grande nação do Prata”, pela sua “sábia” orientação “desde meados do século passado, quando Alberdi formulou o seu famoso postulado de que 'povoar é civilizar'” e com “resultados tão satisfatórios”. Um dos principais pontos da política argentina, exemplifica o articulista de *Novas Diretrizes*, é a “coordenação invariável entre os aspectos econômicos, políticos e raciais do problema do povoamento”, afirmando que a Argentina “nunca considerou o imigrante apenas como uma unidade trabalhadora”. O “bom imigrante”, seguindo o exemplo argentino, também é o “futuro cidadão a ser integrado na nacionalidade e destinado a constituir o procriador de elementos sadios, que perpetuassem através do futuro



boas qualidades de raça”.

Uma das boas práticas do governo da Argentina, lembra o autor, são as “severas precauções restritivas” em relação à entrada de refugiados vindos da Europa central à época. Amaral exalta a posição do chanceler argentino, que afirmara que as restrições impostas à entrada de refugiados não envolvem modificação da política imigratória tradicional da Argentina, pois “um exilado indesejável, um refugiado político ou um refugiado social, que foge da Alemanha, Áustria, Itália ou Espanha, não é um imigrante”. Azevedo Amaral destaca que a posição do Estado argentino é transcrita no *Novas Diretrizes* com “satisfação” e “justo orgulho”, porque “elas [as palavras do chanceler] coincidem literalmente com o ponto de vista que estamos sustentando há muitos mêtzes”.

Após a exemplificação, Amaral volta a atacar a posição do Conselho de Imigração: “Realmente, só se compreende a confusão reinante aqui a esse respeito pela falta de um exame mediocremente cauteloso de um problema, que é aliás de inexcedível gravidade”. Segundo Amaral, da Europa Central estão emigrando por motivos políticos, sociais ou raciais indivíduos que “não vêm trazer aos países onde procuram asilo a contribuição útil da vontade de trabalhar e de enriquecer”, classificando-os como “inadaptáveis às condições existentes nas suas pátrias” e que, uma vez deslocados para ambientes estranhos, “só podem neles tornar-se núcleos de descontentamento, de rebeldia, de difusão de idéas subversivas e de rancores raciais e religiosos”. Esses indivíduos, acrescenta, são os que “todas as nações recusam entrada” e que a “generosa Argentina não hesite em negar também sua hospitalidade” – e que o Brasil, diz, está “recebendo em massa”.

Em seu argumento, o articulista aponta que o Império Britânico, com uma área territorial quatro vezes maior que a do Brasil, não permite a entrada “senão de algumas centenas desses refugiados”, enquanto o Brasil, conforme declaração do presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização citada por Amaral, “recebeu-os em número de 4.700” no ano de 1938. “Estamos introduzindo elementos raciais indesejáveis e estamos também reanimando as forças do comunismo desarticuladas pela enérgica ação policial em 1935” – diz, em referência histórica à Intentona Comunista – “com o reforço desses pseudo-imigrantes, em cada um dos quais podemos contar com mais um pregador do credo marxista”. Amaral diz confiar no “alto patriotismo” e na “sabedoria política” de Vargas para tomar providências “imprescindíveis” para que o Brasil deixe de ser “a única nação do mundo que se mostra insensível ao perigo da entrada de indesejáveis, que nenhuma sociedade bem

organizada quer hospedar”.

Na edição de janeiro de 1939<sup>660</sup>, o autor afirmou que os sofrimentos dos judeus da Europa Central “estão despertando nobres sentimentos de condenação daquelas injustiças por parte da consciência moral dos outros povos”, porém – argumenta – “todos ficam no terreno da expressão platônica de juízos severos sobre a dureza dos métodos de expurgo racial do governo nazista”. Haveria, diz o *Novas Diretrizes*, um “consenso mundial sobre a situação intolerável dos semitas perseguidos no Reich” mas “igual unanimidade de opinião, no tocante à recusa de asilo aos que procurarem escapar à sanha do anti-semitismo nazista”. Entre os exemplos dados, o autor aponta que a Holanda “tem as suas fronteiras vigilantemente patrulhadas” com o objetivo de que “ninguém venha ter em seu território o almejado asilo”, enquanto que a França declarou “já ter dentro de suas fronteiras um número excessivo de refugiados da Alemanha”. A Inglaterra e seu “império mundial”, diz o autor, “contenta-se em acenar vagamente para a possibilidade de colocar alguns milhares de refugiados na África Oriental e na Guiana”, enquanto que os Estados Unidos mostram-se “indignados com a brutalidade nazista”, mas permanecem “impassíveis quanto a qualquer alteração das suas quotas de entradas de imigrantes”.

A Argentina teria “resolvido o caso” pela “simples declaração de que os seus consulados, na Europa Central, só visarão passaportes de imigrantes que provarem ser agricultores, com trabalho efetivo nos campos durante alguns anos”. Mas para onde irão, então, os refugiados da perseguição nazista, questiona a revista pró-Estado Novo? “As entidades interessadas no caso parecem estar convencidas de que o Brasil é a Chanaan<sup>661</sup> predestinada para a solução do problema”, diz o autor. Azevedo Amaral classifica a eventual cooperação humanitária como um modo de “pôr sobre os seus ombros o fardo total da solução do problema dos refugiados judaicos”, uma forma, na sua opinião, de “introduzir anualmente em nosso país seis mil imigrantes daquela categoria que ninguém quer receber”. Ele acusa Londres e Washington de receber os refugiados em seus países, naturalizá-los seus cidadãos, solicitar ao governo brasileiro que aumente as cotas nacionais para Inglaterra e Estados Unidos para, então, enviá-los para o Brasil.

<sup>660</sup> *Ib.*, jan. 1939. Disponível em <http://bit.ly/1zOXk7M>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>661</sup> Canaã, em português, é na história judaica a antiga denominação da região correspondente à área do atual Estado de Israel, às áreas palestinas ilegalmente ocupadas, sob o direito internacional contemporâneo, como a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, e a partes do Líbano, da Síria, da área disputada nas colinas de Golã e da Jordânia. Breve resumo em WIKIPÉDIA. Canaan. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Canaan>. Acesso em 10 jan. 2015.

Repudiando a manobra, Azevedo Amaral argumenta que as cotas de imigração baseiam-se na ideia de “impedir a entrada no país de elementos que venham acentuar em proporções excessivas e perigosas os traços peculiares de certos fatores étnicos, determinando assim uma alteração indesejável nas proporções em que se vai formando a raça brasileira”. Daí, completa, a “significação de cada quota de imigração não ser apenas política, mas sobretudo racial”. A manobra inglesa e norte-americana, portanto, visa a “impor-nos sorrateiramente a aceitação de alienígenas”, que “estão sendo julgados indesejáveis por todos os países do mundo”. Para “frustrar” a manobra, o autor pede que a lei determine que os imigrantes sejam natos dos países onde procedam. Azevedo Amaral volta a alertar que a grande maioria dos refugiados, além de “indesejáveis por virem de um estado de verdadeira exaltação da consciência racial e cheio de rancor contra os elementos étnicos diferentes”, seria formada por indivíduos “mais ou menos profundamente influenciados pelo comunismo”. Seria paradoxal, diz, que “estivéssemos combatendo por todos os meios o marxismo dentro das nossas fronteiras e ao mesmo tempo introduzindo anualmente milhares de comunistas”.

O governo brasileiro se alinhava a esta perspectiva, exercendo cada vez mais um rígido controle sobre os estrangeiros. Ainda em maio de 1938, um novo decreto governamental regulamenta a entrada de estrangeiros no território nacional, alinhando as políticas imigratórias à ideologia eugenista hegemônica deste período. O decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938<sup>662</sup>, afirma logo em seu artigo primeiro que não seria permitida a entrada de estrangeiros, “de um ou outro sexo”, que fossem “aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos”; os “indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres”; os que “apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicômanos”; os “doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública”; os que “apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional”; os menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós, “salvo as exceções previstas no regulamento”; os que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e as pessoas que os acompanhem na sua dependência; os “de conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições”; os já anteriormente expulsos do país, “salvo se o ato de expulsão tiver sido

---

<sup>662</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938. Disponível em <http://bit.ly/1tkqhJW>. Acesso em 20 jan. 2015.

revogado”; os “condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira”; e os que “se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais”.

O artigo segundo da mesma legislação é enfático sobre seu caráter racista: “O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização”. O artigo 14, muito discutido publicamente à época, reafirmava a já conhecida limitação de 2% por nacionalidade, com a seguinte redação: “O número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nesse caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933”. Havia ainda uma especificação trabalhista, estabelecida no artigo 16: 80% de cada quota serão destinados “a estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais”. Além disso, completa o artigo 17, o agricultor ou técnico de indústria rural não pode abandonar a profissão durante o período de quatro anos consecutivos, contados da data do seu desembarque, salvo autorização do Conselho.

As restrições continuariam a aumentar nos anos seguintes. Noticiando a reformulação do Serviço de Registro de Estrangeiros, o *Diário Carioca* de 18 de abril de 1939 reproduz a fala do chefe de Polícia, capitão Filinto Muller, que afirmara que o Serviço – criado por uma legislação que entrara em vigor recentemente – buscaria “atender o interesse dos nacionaes e salvaguardar o interesse dos estrangeiros que desejarem colaborar, sinceramente, comnosco”.<sup>663</sup>

A rigidez cada vez maior com que o governo tratava os estrangeiros seria reforçada em outubro do mesmo ano, conforma notícia o *Correio Paulistano*.<sup>664</sup> Segundo o diário paulistano, os estrangeiros que estavam no país de modo irregular teriam sua situação analisada não mais pela Comissão de Permanência de Estrangeiros – criada por decreto em 9 de julho de 1938 e que manteria outras funções semelhantes –, mas sim pelo acima mencionado Serviço de Registro de Estrangeiros. A burocracia era tão grande que a sopa de decretos e datas republicada pelo jornal confundiria até mesmo um atento leitor da época:

---

<sup>663</sup> Diário Carioca, 18 abr. 1939. Disponível em <http://bit.ly/1GBMuH0>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>664</sup> Correio Paulistano, 4 out. 1939. Disponível em <http://bit.ly/17HdhWe>. Acesso em 10 jan. 2015.

(...) a) – Autorizações de permanência concedidas pelo Serviço de Registo de Estrangeiros; b) – autorização de permanência concedidas pelos Serviços de Registo de Estrangeiros (art. 154, do decreto 3.010); c) – declarações de permanência definitiva de indivíduos entrados no regime do decreto n.º 24.258, feitas pelas autoridades policiaes, antes de instalados os Serviços de Registo de Estrangeiros. Nesses três casos, deverão os respectivos processos ser instruídos com a documentação necessária, na forma da instrução do D.N.I.<sup>665</sup>, datadas de 14 de julho de 1939, e remetidos pelos Serviços de Registo de Estrangeiros, directamente ao mesmo Departamento, para os fins previstos na portaria n.º 2.676, de 26 de setembro próximo findo. Os estrangeiros, embora portadores da carteira de identidade, modelo 19, e que se encontrarem em qualquer das hipóteses acima referidas, deverão cumprir as exigências mencionadas porque as autorizações que obtiveram só serão válidas depois de visadas pelo director geral do D.N.I., e só nessas condições poderão exercer qualquer actividade remunerada no país, faculdade conferida exclusivamente aos estrangeiros em situação legal de permanência.

Este era apenas o segundo de uma lista de 10 itens, ditados ao telefone pelo correspondente do *Correio Paulistano* no Rio. Caso os estrangeiros portadores de visto temporário queiram se estabelecer no país, explica o comunicado, “será considerada a capacidade de assimilação do estrangeiro e a sua radicação no país pelo parentesco, pela aplicação de capitães ou pelo emprego em actividades industriaes ou agrícolas úteis ao Brasil”.

A edição de fevereiro de 1940<sup>666</sup> do *Novas Diretrizes* volta ao tema ao publicar um relato sobre a “Conferência dos Interventores”, que reunia os interventores nomeados por Getúlio Vargas nos estados. Com os diversos avanços no desenvolvimento nacional, argumenta o texto – entre os quais a descoberta de petróleo em duas regiões do Brasil –, dois “problemas” tornam-se de “palpitante atualidade”: a promoção do “afluxo de capitais ao país” e a questão da imigração. “Ouro, isto é, capital, e energia humana inteligente e disciplinada, são os dois fatores de que depende o êxito da expansão econômica que se inicia”, diz o autor, acrescentando que o “problema da imigração é bem mais delicado e complexo que o da atração de capitais estrangeiros”.

No caso da “obtenção de elementos humanos capazes de contribuir para o progresso material do Brasil”, o autor reafirma que o “erro, imperdoavelmente cometido no passado acerca da questão imigratória, foi exatamente encará-la de um ponto de vista exclusivamente trabalhista”. O Estado, acrescenta, não compreendeu as “responsabilidades múltiplas” que lhe cabiam nesse tema e deixou que “os interesses privados atuassem sem controle e

---

<sup>665</sup> Departamento Nacional de Imigração.

<sup>666</sup> *Novas Diretrizes*, fev. 1940. Disponível em <http://bit.ly/1wBCUh6>. Acesso em 10 jan. 2015.

fiscalização”. Pensava-se apenas em obter trabalhadores, enquanto “nenhuma atenção era prestada aos aspectos políticos e raciais da imigração”, sustenta Azevedo Amaral, ecoando não só outras edições de sua revista como o discurso de Vargas em 2 de janeiro de 1930, que inaugurou uma fase de intensificação da *racialização* da questão imigratória. Felizmente, comemora o autor, naquele momento a “atitude do poder público é muito diferente”, pois “estamos aparelhados” com uma legislação que, em linhas gerais, é “satisfatória”. A “organização do Estado Novo”, diz, coloca ao alcance do governo “meios eficientes de atender aos casos concretos, modificando, quando conveniente, este ou aquele dispositivo legal, que não corresponda na prática aos objetivos visados pelo legislador”. Em outras palavras, a prática discricionária permitida pela legislação era bem-vinda, já que o Estado Novo poderia controlar plenamente o processo de ingresso e deportação de estrangeiros no país.

Para o *Novas Diretrizes*, a questão se resume, agora, a “atender às necessidades econômicas que impõe um afluxo de imigrantes”, cuidando ao mesmo tempo de “eliminar causas de futuras contrariedades e de graves perigos para a nacionalidade”. Entre os “pontos fundamentais” em relação ao tema, que na visão do autor do artigo deveriam “constituir verdadeiros postulados”, está a “natureza particularmente delicada desse assunto no momento atual”. O autor argumenta que, com a guerra na Europa, têm ocorrido “movimentos migratórios anormais”. Em meio ao desenvolvimento econômico “acelerado” do Brasil, alerta, a “intensificação da entrada de imigrantes” no país exige “vigilância muitíssimo rigorosa”, afim de que se evite o afluxo de “elementos indesejáveis”, que “aqui se infiltraram disfarçados como bons imigrantes”.

Os imigrantes europeus “e de outras regiões do Velho Mundo”, diz o texto, “sob a pressão de causas políticas e de conflitos raciais”, não podem ser incluídos na categoria de “autênticos imigrantes”. Há de se fazer, argumenta o texto, uma “rigorosa distinção entre estes e os refugiados”, sendo que “qualquer transigência neste ponto envolve sérias ameaças à segurança nacional e à tranquilidade da sociedade brasileira”. O próprio *Novas Diretrizes* lembra que tem sustentado esta tese “há mais de um ano”, “insistentemente”. Enquanto o *imigrante desejável* é uma “força nova, que vai contribuir para a propulsão do progresso nacional”, o refugiado é – para o *Novas Diretrizes* – um “descontente”, na grande maioria dos casos um “inassimilável”, cujas preocupações “permanecessem associadas aos motivos que determinaram o seu exílio”. Um dos problemas dos refugiados, argumenta o texto, é que este

não traz a “mentalidade do trabalhador”. Pior: nas “condições em que saiu de seu país de origem”, afirma, é “quasi sempre um revolucionário”, uma ameaça à “segurança do Estado” e à “estabilidade da ordem pública”.

O Brasil carece, argumenta o autor, de “homens que se destinam ao trabalho dos campos ou, pelo menos, ao exercício de atividades nas zonas rurais e nas terras para onde o governo pretende levar a avançada da civilização”. Segundo ele, os refugiados que vêm do “centro e do oriente europeus, na sua totalidade, são elementos urbanos inadaptáveis à vida campesina”. A esmagadora maioria deles, acrescenta, “é constituída por judeus e não há quem ignore quanto é reprimível a repugnância do israelita pelo trabalho agrícola”. Os que não são judeus, diz, são “operários industriais e empregados de profissões urbanas, fugidos à perseguição policial e que para aqui vêm com o deliberado propósito de fazer o proselitismo de suas idéas revolucionárias”. “Aliás”, continua o autor, “convém dizer de passagem que os imigrantes judeus, na sua quasi totalidade – não seria mesmo exagerado dizer, sem exceção – são communistas ou pelo menos simpatizantes com o marxismo”. Por isso, não seria preciso dizer mais para acrescentar – argumenta a revista – para “pôr em evidencia o absurdo de considerar esses refugiados como imigrantes”, sendo por isso que – diz o texto – “todos os países estão lhes fechando os seus portos e fronteiras”.

O *Novas Diretrizes* afirma, citando o ministro das Relações Exteriores e em tom de alerta, que teriam entrado no Brasil no último ano, com passaportes regulares, mais de 7 mil “daqueles indivíduos”, números que “representam muitas vezes o total de todos os refugiados judeus aceitos como hospedes permanentes por todos os países do mundo juntos”, e ficando muito aquém dos dados reais. A revista acusa muitos imigrantes de terem entrado “disfarçados com uma cidadania americana, inglêsa, holandêsa, suíça e polonêsa graças á expansão das respectivas quotas de imigração”, o que de fato aconteceu.<sup>667</sup> Afirma a revista, sem citar fontes, que “temos milhares de clandestinos que entram pelas fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso”. Um dos interventores teria informado, diz a revista, que as autoridades do Rio Grande do Sul haviam descoberto uma organização israelita “cuja finalidade consistia em realizar aquele contrabando de refugiados”. O *Novas Diretrizes* conclui o artigo otimista: “Este e outros aspectos do problema imigratório serão certamente examinados, com alto critério e profundo senso patriótico, pela Conferência dos Interventores”.

---

<sup>667</sup> KOIFMAN, 2012.

## 6.12 Aprovada tese em 1943: preferência aos “povos de raça branca” da Europa, “evitando-se, sempre, as raças amarela e negra”

Uma tese sobre imigração aprovada no Congresso de Economia é um dos destaques de capa do jornal governista *A Noite*, em sua edição dominical de 5 de dezembro de 1943.<sup>668</sup> Dulfe Pinheiro Machado, que fora ministro interino do Trabalho, Indústria e Comércio durante um breve período no segundo semestre de 1943, apresentou o documento denominado “Política Demográfica e condições de acolhimento, distribuição e adaptação de imigrantes em nosso meio”. A tese foi aprovada após um debate envolvendo “eminentemente economistas, técnicos e industriais” da Comissão de Planos Internacionais do congresso. O próprio autor explica seu objetivo à imprensa, citado pelo *A Noite*: “Foi meu intuito único focalizar o importante problema nacional, porque entendo oportuno que suas linhas mestras sejam traçadas neste período preparatório às decisões definitivas, que houvermos de tomar após a guerra. É sabido que a política imigratória, nos tempos coloniais e durante o império, cuidou do povoamento do nosso território, encarando-o através de finalidades puramente econômicas”. Um “prisma mais amplo”, continua ele, já vinha sendo aplicado desde o período republicano: estabeleceram-se medidas de proteção ao trabalhador nacional e criaram-se restrições à entrada de “determinados imigrantes”, com a admissão sendo realizada a partir de “certas condições”. O objetivo, explica, era “expurgar as correntes alienígenas de elementos julgados nocivos à segurança interna”, ou “indesejáveis do ponto de vista da saúde pública”, ou ainda “impróprios ao fomento da produção agrícola e industrial”.

A partir de 1930, diz Machado, a política imigratória no Brasil tomou “novos rumos”, sendo prescritas “várias medidas de profunda repercussão” relativas à “integração étnica” e à “capacidade física do imigrante”, por exemplo. As leis relativas aos estrangeiros de 1938, que o autor considera “modernas” porém “ora em fase de readaptação”, têm como objetivo “não só incorporar às energias nacionais os valores econômicos decorrentes da imigração”, como buscam atender também, por outro lado, “às qualidades de adaptação dos estrangeiros, às suas condições físicas, morais e culturais”. A legislação – acrescenta Dulfe Pinheiro Machado – evita assim que as “massas alienígenas” causem “graves ameaças às instituições” e que possam formar “círculos fechados, centros inassimiláveis ou focos de futuros desentendimentos, todos eles, em última análise, atentatórios à segurança nacional”. A matéria

---

<sup>668</sup> *A Noite*, 5 dez. 1943. Disponível em <http://bit.ly/1EBo8Om>. Acesso em 10 jan. 2015.



na verdade se resume à fala de Machado e, portanto, reproduz na íntegra a fala de uma importante liderança governista à época.

Por conta da “indisfarçável gravidade” do fenômeno imigratório, diz Machado, o Estado precisa permanecer “vigilante”. As políticas públicas, diz o autor, não podem desprezar a “grande experiência” adquirida “tanto no regime monárquico como no republicano”. Os princípios normativos dos congressos internacionais devem ser seguidos, diz Machado, desde que respeitado o direito de adotar a política “que melhor nos convenha, como povo soberano”, resguardando igualmente os “supremos interesses nacionais”, que “reclamam uma imigração tecnicamente dirigida, rigorosamente selecionada, fiscalizada e amparada pelos organismos oficiais competentes”. O autor da tese aprovada garante a um jornalista que foi “assinalado” em seu trabalho o “valor dos tratados, ajustes ou convênios bi-laterais”, especialmente – cita Machado – os discutidos na “Conferência de Peritos em Matéria de Migrações Colonizadoras”, reunida em Genebra, em 1938. Ao mesmo tempo, Machado destaca que deve haver o respeito “absoluto” aos “nossos direitos de soberania”. Machado “explica”, então, quais seriam estes direitos, em termos de políticas migratórias: “Dentro desse espírito, assiste-nos a faculdade de estabelecer regras relativas à admissão de estrangeiros em nosso território, limitando ou mesmo proibindo o ingresso de imigrantes, atendendo às origens, raças, qualidades, sexo, idade, condições econômicas, qualidades profissionais, condições financeiras, físicas, morais, culturais, etc”. E conclui, na mesma resposta: “Precisamos de agricultores, acompanhados de famílias bem constituídas, capazes de pôr em evidência nossas riquezas agrícolas; necessitamos, por igual, de técnicos e de operários qualificados, que possam contribuir para o desenvolvimento de nosso parque industrial”.

A “antiga concepção” quanto à liberdade que o estrangeiro tinha de emigrar “desapareceu”, anuncia o autor da tese aos jornalistas. “As saídas são disciplinadas, fiscalizadas e muitas vezes embaraçadas pelas nações fornecedoras de braços”, resume Machado, pedindo uma “rigorosa seleção, 'in loco', confiada a técnicos idôneos e experimentados”, de modo que “só sejam embarcados elementos úteis e sadios, física, mental e moralmente”. Os imigrantes também devem demonstrar “propósitos de definitiva radicação no Brasil”, além de virem “animados do mais sincero empenho de se incorporarem, o mais cedo possível, à comunhão nacional”.

A tese aprovada de 1943 pede ainda que a seleção passe por uma “verdadeira análise

científica do imigrante”, além de considerar sua profissão “como operário qualificado”. A seleção – continua Machado – terá de se verificar “no campo de certas restrições, relativas às origens dos estrangeiros”, segundo as diretrizes “que forem mais convenientes” e dando-se acolhimento “preferencial aos portugueses, aos povos de raça branca do continente europeu” e – diz Machado, citado pelo diário carioca – “evitando-se, sempre, as raças de côr”. Para os da “raça branca”, completa o autor, não basta apenas selecionar, “é preciso atrair os emigrantes, dando-lhes garantias reais, para sua radicação ao solo, onde há oportunidades magníficas para a posse de bens materiais”. O estrangeiro bem selecionado, acrescenta Machado, vem “concorrer com o seu esforço, com a sua inteligência, a sua capacidade e a sua experiência” para a “realização de objetivos comuns”. Citando os “vazios demográficos”, Machado faz referência a Getúlio Vargas, que teria observado que o “imperialismo brasileiro” consiste na “expansão demográfica e econômica, dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado” e tornando este Estado “de dimensões tão vastas quanto o país”.

O autor da tese lembra sobre as finalidades legais do órgão que regia o tema, o Conselho de Imigração e Colonização: “Orientar e superintender os serviços de colonização e de entrada, fixação e distribuição de estrangeiros”. Machado argumenta que considera indispensável a unificação, no Conselho, de “tudo quanto se relacionar com a nossa política migratória”, cabendo ao órgão a “faculdade de iniciativas, o estudo dos diferentes problemas relacionados com as raças e as origens dos imigrantes, com a seleção, entrada, permanência e fixação, enfim, a supervisão inerente à aplicação da legislação respectiva”, numa atividade que deveria coordenar a ação dos departamentos especializados. Uma das tarefas do Conselho em relação às “correntes alienígenas” é “evitar as concentrações”, no sentido de “impedir que os elementos novos se ajuntem aos antigos, aumentando sua falange e contribuindo para predominar as tendências políticas contrárias aos nossos interesses”. Outra tarefa, no mesmo sentido, é a promoção da “nacionalização dos quistos raciais, tudo consoante os preceitos contidos na legislação em vigor”.

Ao aplicar o que chama de “programa sistematizado”, e estabelecidos os “princípios selecionadores e de boa distribuição das massas estrangeiras, ao lado das nacionais”, o autor da tese aprovada argumenta que devem desaparecer as restrições constitucionais quantitativas – as cotas por nacionalidade estabelecidas durante o Governo Vargas – a respeito da entrada de imigrantes no país “de raça branca”. Pouco antes, Machado havia falado em evitar

“sempre” as “raças de côr”. Agora, em outro momento de sua fala, ele detalha: deve-se evitar, “sempre”, as raças de “cores amarela e negra”.

A cota de 2% atinge, explica Machado, todas as nacionalidades, “incluídas aquelas que sempre foram as principais fornecedoras de imigrantes para o Brasil”. Isso, segundo o autor, prejudicaria “nossos interesses primordiais”. Ele pede “maior elasticidade” quanto ao ingresso de portugueses e de “outras correntes ótimas”. No início da matéria, é observado que um dos participantes do Congresso justifica seu voto contrário à tese aprovada “na parte em que pede a supressão das restrições constitucionais quanto à entrada de imigrantes no país”, apesar de Machado – diz o diário carioca – ser “favorável à imigração portuguesa”.

Um editorial do próprio *A Noite*, de 21 de outubro<sup>669</sup> do mesmo ano, 1943, já havia chamado a atenção para o tema, destacando que o Brasil “precisa pensar seriamente nesse assunto” e “agir ainda mais seriamente”. A justificativa: “Primeiro, porque precisamos de imigrantes; segundo porque só precisamos de bons imigrantes”. O diário carioca governista acrescenta que, para “atulhar as praias elegantes de Copacabana já temos bastantes aqui. Já temos demais”. Agora, continua o editorial assinado por Belisário de Souza, queremos correntes de imigração que venham “reforçar os exércitos de trabalhadores rurais e as legiões de operários da indústria de que o Brasil vai precisar para manter e, sobretudo, para acelerar o ritmo do seu atual gigantismo econômico”. Em relação ao interior do país, o autor argumenta que o “caipira” precisa ser “mais ambicioso, menos resignado, mais construtivo de um destino melhor para si e para sua prole”. Para esse fim, continua Belisário, a “emulação do imigrante ser-lhe-á benéfica”.

Em 1945, poucos meses antes da deposição de Vargas, já surgiam sinais de que as restrições imigratórias excessivas começariam a ser revistas. Assim, uma manchete do jornal *O Globo* em sua edição de 8 de março de 1945 reivindica o “mais amplo liberalismo” na política imigratória, com restrições “apenas” para o “afastamento dos incapazes, física e moralmente”. Uma outra chamada acrescenta: “Não se justifica o ultra-nacionalismo num mundo que surge, depois da vitória das Nações Unidas”. O diário carioca informa estar realizando uma “enquete” sobre o “problema imigratório”, ouvindo desta vez a opinião do então presidente da Federação das Associações Comerciais. “O nosso entrevistado de hoje é um dos que têm ultimamente alertado o país para a necessidade de mudarmos de orientação

---

<sup>669</sup> O editorial foi publicado sob o título “Os imigrantes e nós” em *A Noite*, 21 out. 1943. Disponível em <http://bit.ly/1CbET2X>. Acesso em 10 jan. 2015.

*neste setor da política econômica*” (grifo nosso). Em conferências e discursos, diz *O Globo*, João Daudt d'Oliveira tem reafirmado que deve haver “a maior liberalidade possível na política imigratória”, argumentando que o “problema” exige “soluções práticas e não teóricas como se tem feito até agora”. Em relação à atual legislação, diz o entrevistado, as consequências de uma “morosidade rotineira” seriam “irreparáveis”.

Oliveira explica sua posição: “Acontece que, na competição que se delinea entre os atuais países de imigração, que são os que se desenvolveram com a transplantação dos povos latinos, estamos em inferioridade de condições, porque criamos, com as medidas que precederam o atual período de guerra, em reação à agressividade expansionista dos totalitários, obstáculos sérios à aceitação de imigrantes, que ainda prevalecem”. É com “verdadeira ansiedade”, acrescenta o entrevistado, que as “classes produtoras esperam a reforma que, há muito, está em estudo no Conselho Nacional de Imigração e Colonização”.

O então presidente da Federação das Associações Comerciais volta a refirmar que é “francamente pelo mais amplo liberalismo” na política imigratória, com restrições “apenas de caráter individual”, para “afastamento dos incapazes, física e moralmente”. Oliveira não vê justificativa para o ultranacionalismo em um “mundo que surge” depois da “vitória das Nações Unidas”, em bases de “estreita interdependência” e de “revigorante liberalismo na interpenetração de ideias e de indivíduos além das fronteiras políticas”. Para ele, os indivíduos de cada país “querem e devem poder buscar o trabalho e a felicidade onde lhes parecer mais seguro e mais propício”. E sugere: “Convém, pois, que cesse quanto antes, pela adoção de uma política franca, a desconfiança quanto às vantagens que as famílias europeias, desejosas de emigram, com suas esperanças e energias, possam encontrar no Brasil”.

Neste momento, apesar de a guerra ainda não ter oficialmente acabado, uma vitória dos “Aliados” já era praticamente dada como certa. Por isso, alerta o entrevistado, “outros povos” já estariam “organizando ativamente o encaminhamento e a recepção de imigrantes” que, fugindo da fome e de uma “guerra atroz”, não poderiam “esperar pelas providências burocráticas de países indolentes”. Os estrangeiros acabariam indo, diz Oliveira, para os países que os acolherem primeiro e que lhes prometerem maior segurança e prosperidade.

O entrevistado alerta, no entanto, que o Brasil ainda não estava preparado para a chegada de grandes levas de imigrantes, “pois o deslocamento não pode ser tão rápido que nos traga dificuldades”. O fluxo, diz, tem que ser “lento a princípio e gradativo em seu crescimento”, com a localização sendo “orientada, em linhas gerais, pelas nossas necessidades

de mão de obra e pelas preferências e aptidões de cada um deles”. À “falta de braços para a lavoura” se soma a “industrialização em marcha”, esta não podendo ser feita “sem operários e mestres especializados e não especializados”, que o entrevistado julga ser um “fato geral” que está ocorrendo em todos os países onde a indústria está crescendo. Oliveira exemplifica, deixando transparecer o racismo escondido sob o ideário *liberal*: “O próprio Canadá, de população relativamente pequena, mas zelosa em conservar a *composição étnica* e o *equilíbrio* entre os grupos franceses e anglo-saxões, está pedindo à Inglaterra mais e mais operários especializados para as usinas que se desenvolveram com seu notável esforço de guerra” (grifo nosso).

As políticas imigratórias, diz Oliveira, precisam ser amparadas com créditos extras, tanto dos governos estaduais interessados quanto do governo federal. “As despesas não podem ser pequenas e acredito que a Nação as suportará de boa vontade”, afirma o entrevistado, acrescentando que não basta receber os imigrantes: “Será necessário levar avante a vigilância, para que o imigrante se nacionalize rapidamente e, para isso, tem de ser intensificado o contato com os centros de cultura, tem de haver a assistência educativa nas colônias ou núcleos de trabalho”. Como vemos frequentemente em outras vozes da elite brasileira, em praticamente todos os momentos históricos aqui analisados, o presidente da Federação das Associações Comerciais cita os EUA como modelo: “Vemos como nos Estados Unidos o imigrante latino se nacionaliza rapidamente, e se integra num meio cultural bem diverso do seu, tornando-se, em pouco tempo, um americano, na maneira de pensar e de agir”. Oliveira argumenta como se dá esse processo: “É a predominância do ambiente cultural que nacionaliza o imigrante. Criemos, pois, aqui, essas forças de nacionalização”.

A questão vem do próprio jornal: qual seria a “conveniência de preferir certos povos”, pela “facilidade de nosso meio físico e social”? Pelos portugueses, sentencia o entrevistado, “tenho pessoalmente uma preferência real” por serem “evidentes suas afinidades com o nosso tipo brasileiro nas tradições e nos costumes”. Oliveira acrescenta, em relação ao “aspecto sentimental”, que considera um “alto dever de justiça e de interesse na conservação de nossa nacionalidade prestar-lhes essa homenagem” – lembrança, acrescentamos, que frequentemente não é estendida pela elite brasileira aos povos africanos, brutalmente retirados de seu continente durante três séculos de tráfico transatlântico de escravos. O empresário conclui, ainda sobre a “preferência” pelos portugueses: “Eles devem continuar a ser nossos colaboradores, e não devemos deixar que se afrouxem os laços que nos unem, pois, nessa

união, *espiritual* e real, ambos os povos têm muito a ganhar” (grifo nosso).

Após a relativamente ampla divulgação dos horrores promovidos pelo ideário eugenista nazista já nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, comenta Koifman, os centros de estudo eugenistas norte-americanos reconsideraram alguns de seus conceitos ou, pelo menos, passaram a ser mais cuidadosos com seus discursos. “Na conjuntura do pós-guerra e nas décadas seguintes, em razão de uma certa acomodação, mais simples e mais confortável da versão ideológica da história, o ideal eugenista passou a ser majoritariamente associado unicamente à sua versão nazista”, observa Koifman, acrescentando que instituições eugenistas dos EUA trocaram imediatamente seus nomes de *eugenia* para *genética*.

A decadência do ideário nazifascista e a deposição de Getúlio Vargas promoveriam um novo debate sobre as políticas imigratórias no período pós-guerra, agora visivelmente um pouco mais livre de seu caráter abertamente eugênico das décadas anteriores. As marcas do passado, no entanto, deixaram raízes: a discriminação étnica permanece como prática recorrente da imprensa brasileira por muitos anos. Além disso, se as “raças inferiores” deixariam de ser o alvo principal das políticas restritivas do Estado brasileiro, outras alegadas “ameaças” à “segurança nacional” se somariam aos antigos temores de parte da elite brasileira, justificando a discussão sobre quais imigrantes permaneceriam com o status de desejáveis.

Acrescenta-se a este debate a ascensão do terrorismo de Estado em diversos países sul-americanos, de forma coordenada, marcando não só este período que se segue como a própria História do Brasil – uma herança autoritária ainda presente no cotidiano dos brasileiros e estrangeiros residentes no país. A repercussão da questão imigratória na imprensa brasileiro no período entre o fim do Estado Novo (1945) e a aprovação do Estatuto do Estrangeiro (1980) é o tema do próximo capítulo.

## 7 O DILEMA IMIGRANTE – 1946-1980

O movimento na baía de Guanabara é anunciado em um jornal de 1929: às primeiras horas da manhã, registra o jornal *O Paiz*<sup>670</sup>, fundeu no ancoradouro dos navios mercantes o vapor nacional “Raul Soares”, vindo de Hamburgo, na Alemanha, com escalas em Roterdã, Havre, Leixões, Lisboa, Pernambuco e Bahia. No total, foram 28 dias de viagem. Apesar das boas condições sanitárias, informa o diário em sua edição de 13 de abril, o navio demorou “longo tempo” para atracar devido ao “grande número de immigrants que trouxe para esta cidade, o que obrigou minuciosa inspecção da parte da polícia marítima”. O *Raul Soares* segue para Santos, para onde levará 26 outros passageiros.

Transatlântico alemão no início do século XX, o *Raul Soares* tinha a função de transportar imigrantes europeus para a América do Sul, até ser adquirido pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, em 1925, quando continuou a cumprir em parte esta função, além de prestar outros serviços. Esta embarcação pode ser considerada um exemplo de como as prioridades do Estado brasileiro mudariam drasticamente a partir da década de 1930: o *Raul Soares* funcionaria como navio-prisão em 1935, durante o Levante Comunista e na Revolta dos Sargentos em Brasília. Logo após o golpe de 1964, entre abril e novembro, o navio permaneceu ancorado no porto de Santos e voltou a funcionar como navio-prisão, afirma um relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) publicado em dezembro de 2014. Para a nova função de abrigar presos políticos, diz o documento, a composição do navio foi adaptada: os porões foram divididos em pequenas celas. Os calabouços do navio foram utilizados como locais de tortura: em uma pequena sala, semelhante a um frigorífico, o preso ficava com água gelada até os joelhos. O local era chamado de “Night and Day”, e a área de despejo de fezes foi apelidada de “Casablanca”. O navio teve presos políticos até 2 de novembro de 1964, acrescenta o relatório da CNV, quando desatracou do porto de Santos.<sup>671</sup>

Até mesmo uma das mais importantes hospedarias de imigrantes da História do Brasil, a Ilha das Flores, virou estrutura para as sessões de tortura da ditadura civil-militar (1964-1985). Segundo o mesmo relatório, a base de fuzileiros navais da Ilha das Flores, situada em

---

<sup>670</sup> O MOVIMENTO da Guanabara. *O Paiz*, 13 abr. 1929. Disponível em <http://bit.ly/1Gi0zJx>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>671</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1, p.827. Disponível em <http://www.cnv.gov.br>. Acesso em 10 jan. 2015. A lista nominal de presos no Raul Soares em 1964 pode ser acessada em ALOISE, Francisco. Esta é a lista de presos do navio Raul Soares. Disponível em <http://bit.ly/1Gicmrd>. Acesso em 10 jan. 2015.

São Gonçalo (RJ), foi uma das instalações militares utilizadas pelas Forças Armadas para a realização de “torturas, morte e outras graves violações de direitos humanos contra presos políticos”. A CNV apurou que cerca de 200 pessoas estiveram presas no local entre os anos de 1969 e 1971. Esse número, no entanto, é impreciso e “há a probabilidade de ser maior”, diz a Comissão. Antes de 1969, a Ilha das Flores abrigou prisioneiros de guerra durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais.

Entre 1883 e 1966, a Ilha das Flores abrigou também a Hospedaria dos Imigrantes. Integrada ao Complexo Naval da Marinha do Brasil, às margens da rodovia Niterói-Manilha, a Ilha das Flores foi um dos locais em que a CNV realizou uma visita de diligência, em outubro de 2014, contando com a participação de dois peritos criminais, cinco membros da Comissão da Verdade, um ex-soldado do corpo de fuzileiros navais da Marinha e dez ex-presos políticos que foram levados para sessões de tortura na Ilha. A ex-presa política Zilea Reznik relatou em vídeo à CNV, durante a visita, que durante as sessões de tortura um dos militares a questionou: “Como que uma branca vai ficar casada com um preto?”<sup>672</sup>

Assim, a estrutura do Estado brasileiro se transformou profundamente de modo a ampliar a repressão àqueles cidadãos que considerava “subversivos” e “comunistas”. Os estrangeiros, mais do que nunca, seriam vistos sob a perspectiva da “segurança nacional”, com as políticas públicas sendo elaboradas, aberta ou reservadamente, sob este princípio. Antes, contudo, um período de relativa tranquilidade e experiência democrática foi observado entre 1946 e 1964, sucedendo e antecedendo momentos dramáticos da História do Brasil no que diz respeito às questões imigratórias. Veremos a partir de agora como a imprensa brasileira apresentou esta realidade.

### **7.1 Brasil, uma “banheira muito grande com um pingo d’água”, diz deputado constituinte em 1946**

Entre 1946 e 1964, o Brasil viveu um período de democracia frágil, instável, porém com relativa tranquilidade institucional. As perseguições políticas cessaram drasticamente, se comparadas com as dos períodos anteriores (República Velha e Estado Novo) e posterior

---

<sup>672</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1, p.746. Relato disponível em <http://bit.ly/1GidFGt>. O vídeo em que ex-presas e ex-presos reconhecem a casa e indicam as torturas que ocorriam está disponível em <http://bit.ly/casailhadaflores>



(ditadura civil-militar).<sup>673</sup> É nesse clima político que ocorreram as discussões acerca de uma nova Constituição para o país, já em 1946. “O Brasil precisa [de] 10 milhões de imigrantes nestes próximos 25 anos”, anuncia o *Diário da Noite* na edição de 27 de abril de 1946.<sup>674</sup> O jornal traz informações sobre a sessão do dia anterior da Assembleia Constituinte, que discutia o novo texto constitucional e aprovaria, em setembro, uma nova Carta Magna para o país.<sup>675</sup> “O último orador da sessão”, diz o jornal, “foi o udenista bandeirante Aureliano Leite, que voltou a tratar do problema da imigração”. Segundo o *Diário*, ele reiterou o que dissera há alguns dias no mesmo espaço: “A imigração no Brasil deve ser ampla e livre. Precisamos de dez milhões de imigrantes nestes próximos vinte e cinco anos”.

“Alguns deputados comunistas”, informa a matéria, disseram que o governo, “antes de cuidar da imigração devia proteger os trabalhadores nacionais e amparar a infância”. Aureliano Leite, que segundo o *Diário* tinha o “apoio da maioria da Assembleia”, replicou que “os três problemas – imigração, proteção ao trabalhador nacional e amparo à infância – são problemas paralelos”, argumentando que não havia “prejuízo em que o governo os resolva conjuntamente, de uma vez”.

Miguel Couto Filho, do PSD – mesmo partido do então presidente, Gaspar Dutra –, apoiou Leite, “acentuando que a Argentina cogitava de receber nada menos de 30 milhões de imigrantes em um prazo relativamente curto”. Já o *padre* Luiz Medeiros Neto, do PSD alagoano, teria repetido “uma opinião famosa” segundo a qual “o Brasil pode abrigar uma população de 900 milhões de habitantes”. O *comandante* Coelho Rodrigues concordou, registra o jornal, tendo declarado: “O Brasil é uma banheira muito grande com um pingo d’água”.

Aureliano Leite fez uma longa análise sobre a imigração japonesa, diz o jornal, e “explicou seu ponto de vista a respeito, admitindo a assimilação da descendência nipônica”. Nesse aspecto, foi contestado pelo deputado carioca Miguel Couto Filho, “que defendeu os argumentos expendidos por seu pai na Constituinte de 1934 contra a imigração amarela”. O *padre* Luiz Medeiros saiu, então, em defesa de Aureliano Leite, “dizendo que pudéra estudar a questão da assimilação da descendência nipônica”, durante um ano em que vivera na cidade paulista de Marília, “observando a efetivação desse fenômeno”. Aureliano “acentuou que não

---

<sup>673</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1, p.86.

<sup>674</sup> *Diário da Noite*, 27 abr. 1946. Disponível em <http://bit.ly/1E5V2HW>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>675</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Assembleia Cosntituinte de 1946. Disponível em <http://bit.ly/1GBO0sE>

advogava a imigração japonesa”, mas que “não podia deixar de reconhecer a capacidade de trabalho e a disciplina dos nipônicos”, apesar de demonstrar “repulsa” pela ação “dos terroristas que agiam no seio dessa colônia”.<sup>676</sup> O constituinte voltou a falar, como era comum durante quase toda a História da imigração no país, na “falta de braços de que padece a lavoura”, concluindo, segundo registra o *Diário da Noite*: “Não sejamos meros cultivadores de couves. Facilitemos a entrada em massa de trabalhadores no Brasil”.

A resistência contra a imigração japonesa, no entanto, ainda não havia sido derrotada. O projeto antinipônico foi responsável, durante a Constituinte, por uma aliança pouco comum, ganhando apoio dos comunistas por meio do então senador pelo Distrito Federal e líder da bancada “vermelha”, Luiz Carlos Prestes. Mesmo criticando violentamente o governo por não aproveitar os fluxos imigratórios do pós-guerra, chegando a classificar funcionários do governo responsáveis pelas políticas de imigração como “asnos racistas [e] totalitários”<sup>677</sup>, Prestes fechou questão em favor da emenda 3.165, de autoria de Miguel Couto Filho<sup>678</sup>, que determinava a proibição da entrada no país de imigrantes japoneses “de qualquer idade e de qualquer procedência”. Conforme observa o jornalista Matinas Suzuki Jr., a bancada comunista de 14 deputados era composta por, entre outros, Jorge Amado, eleito pelos paulistas, Carlos Marighella, pelos baianos, João Amazonas, o mais votado do país e eleito pelo Rio, e o sindicalista Claudino Silva, único constituinte negro, também eleito pelo Rio. Miguel Couto Filho seria mais tarde, em 1953, o primeiro ministro da Saúde, cargo criado pelo presidente eleito Getúlio Vargas. Depois, entre 1955 e 1958, ocuparia o cargo de governador do Rio.

Em meio ao aumento do sentimento antinipônico no contexto do pós-guerra, a votação da emenda 3.165 foi decidida por um voto de minerva (terminara empatada, 99 a 99): o senador pelo PDS mineiro e presidente da Constituinte, Fernando de Mello Vianna, foi contra e a Constituição de 1946 não incluiu a medida racista.<sup>679</sup> Ao votar a favor da emenda, os comunistas se uniam aos conservadores, direta ou indiretamente, em apoio às teses pseudocientíficas e eugenistas repetidas durante um século e meio de História que visavam o *embranquecimento* e o *melhoramento* da raça brasileira. Antes, em 1942 – em meio à neurose acerca da suposta condição de “espiões” e “imperialistas” dos japoneses –, jornais de diversas

<sup>676</sup> Os japoneses que cometeram crimes no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial é tratado mais à frente.

<sup>677</sup> Correio da Manhã, 20 fev. 1949. Disponível em <http://bit.ly/1nUIUjj>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>678</sup> Filho do também político Miguel Couto, constituinte de 1934 e já mencionado no capítulo anterior.

<sup>679</sup> SUZUKI JR., Matinas. Rompendo silêncio. Folha de S. Paulo, 20 abr. 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2004200804.htm>. Acesso em 10 jan. 2015.

matizes políticas repercutiram o sentimento antinipônico. A revista *Diretrizes* – criada por Samuel Wainer e Azevedo Amaral e que publicava artigos de comunistas como Astrogildo Pereira e Alceu Marinho Rego<sup>680</sup> – deu início a uma campanha contra as “cooperativas amarelas”, ao passo que *O Radical* afirmava que um “alto funcionário do Japão é plantador de batatas no Brasil”.<sup>681</sup>

Para os japoneses, foram longas quatro décadas de perseguição e humilhação pública por parte de uma grande parcela das autoridades, da imprensa e dos intelectuais.<sup>682</sup> Lesser observa, no entanto, que o apoio à imigração japonesa, apesar de tímida, também pôde ser observada por toda a sociedade, incluindo entre parlamentares, na imprensa e dentro do próprio governo Vargas. O proprietário do poderoso conglomerado de comunicação *Diários Associados*, Assis Chateaubriand, era um dos que defendiam os imigrantes japoneses, pedindo que seus adversários neste tema usassem de tato, “ou irão ferir o orgulho de uma raça que por vinte e cinco anos vem trabalhando para a grandeza do Brasil”.<sup>683</sup>

Um dos acontecimentos que abalariam a confiança da comunidade nipônica no Brasil é o caso Shindo Renmei, grupo de japoneses nacionalistas considerado terrorista pelas autoridades, após alguns de seus integrantes terem cometido atos violentos principalmente contra japoneses que “admitiam” que o governo do Japão havia sido derrotado na Segunda Guerra Mundial. O jornal *A Noite* de 25 de maio do mesmo ano (1946) traz um relato, com destaque na capa, sobre o pedido de um delegado em São Paulo para que seja realizada a prisão preventiva dos “terroristas-chefes” do grupo, após apresentar um relatório sobre a atuação do Shindo Renmei (no jornal, *Shindo-Remmey*). “O presente inquérito trata de dois delitos gravíssimos cometidos nesta capital no dia 1º de abril do corrente ano, delineados e financiados por uma sociedade secreta de japoneses e levados a efeito por japoneses fanáticos a ela filiados, contra dois patrícios que discordavam das suas ideias e finalidades”, diz um trecho do relatório citado pelo diário carioca.

O jornal descreve que, com o fim da guerra, japoneses “ultra nacionalistas e fanáticos” espalharam entre os “patrícios residentes no país” a “ideia falsa de que o Japão saíra vitorioso da guerra”, informação que se propagou “com grande rapidez” e “atingindo os mais remotos lugares habitados por japoneses, angariando grande número de adeptos”. O relato informa a

---

<sup>680</sup> Para um breve histórico de *Diretrizes*, ver FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Diretrizes*. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/diretrizes>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>681</sup> *Diretrizes*, 21 mai. 1942; *O Radical*, 6 mar. 1942 apud LESSER, 2001:235-236.

<sup>682</sup> Tema tratado no capítulo sobre o Estado Novo.

<sup>683</sup> Comentários relatados no *Japan Advertiser*, 25 mar. 1924, e citados por LESSER, 2001:214.

tradução do nome do grupo: “Liga do Caminho dos Súditos” (do Imperador japonês). O grupo, registra o relatório policial, acabou “revolucionando o espírito da colônia [japonesa]”, que teria começado a “liquidar seus bens, a abandonar as lavouras e o trabalho, à espera das ilusórias promessas da sociedade”, que por sua vez teria anunciado, por exemplo, a venda de passagens para o retorno ao Japão. Com a reação negativa de japoneses influentes, incluindo ex-diplomatas, o *Shindo Renmei* teria iniciado uma campanha para declarar que seus opositores eram “derrotistas” e “traidores da pátria”, propondo que eles deveriam ser “eliminados”. Para isso, continua o relatório policial, teriam sido recrutados jovens para executar assassinatos. O jornal reproduz na íntegra os relatos dos dois crimes citados, bem como o relatório policial na íntegra.<sup>684</sup>

Apesar destes e outros incidentes isolados, o governo brasileiro se mostrava aparentemente disposto a receber os refugiados da guerra. Citando um ministro do então presidente, Gaspar Dutra, o *Diário da Noite* de 27 de abril informa em outra matéria que até o final do ano o Brasil receberia entre 50 e 60 mil trabalhadores estrangeiros. O ministro citado declarou que iria “em breve” para a Europa e para os Estados Unidos para tomar contato com a UNRRA – a Administração das Nações Unidas de Assistência e Reabilitação, ou UNRRA da sigla em inglês *United Nations Relief and Rehabilitation Administration* –, uma agência de assistência humanitária internacional fundada em 1943, com forte presença norte-americana, porém representando 44 nações. A organização passa a fazer parte da ONU logo após a fundação desta Organização, em 1945. O seu objetivo era o de “planejar, coordenar, administrar ou organizar a administração de medidas para o alívio das vítimas de guerra em qualquer área sob o controle de qualquer das Nações Unidas, através do fornecimento de alimentos, combustível, vestuário, abrigo e outras necessidades básicas, médicas e outros serviços essenciais”.<sup>685</sup> Até “fins de maio”, acrescenta o ministro, uma embarcação traria 1.500 imigrantes da Europa.

Pouco tempo depois, a edição de 25 de maio do *A Noite* registra as dificuldades enfrentadas pelo organismo internacional, relatando que a UNRRA não poderá entregar “alimentos suficientes” para cobrir as “necessidades da Áustria” durante o mês de junho. A

---

<sup>684</sup> *A Noite*, 25 mai. 1946, p.1;2;9. Disponível em <http://bit.ly/1aF8iXR>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>685</sup> Ver Pamphlet No. 4, PILLARS OF PEACE. Documents Pertaining To American Interest In Establishing A Lasting World Peace: January 1941-February 1946. Book Department, Army Information School, Carlisle Barracks, Pa., May 1946. Disponível em <http://www.ibiblio.org/pha/policy/1943/431109a.html>. Acesso em 10 jan. 2015; UNITED NATIONS. Archival Finding Aids of UN Predecessor Organizations. Disponível em <https://archives.un.org/content/predecessor-organizations>. Acesso em 10 jan. 2015.

nota, citando uma reunião do dia anterior, afirma que outro ponto tratado foi a “disposição russa” de “discutir um novo corredor aéreo para os aviões norte-americanos que voam sobre sua zona”.

Na mesma edição<sup>686</sup>, um editorial trata do “problema imigratório”, comentando a oposição que existe ao incentivo da imigração no país: “Há quem se oponha a que o Brasil receba, no momento, novos imigrantes”. As razões “invocadas”, diz o texto, vão desde a “escassez de gêneros alimentícios” ao “perigo de abirmos a porta a elementos heterogêneos, inadaptáveis por circunstâncias diversas, à vida nacional”. Há os que, por outro lado, advoguem “facilidades” para a entrada de “elementos sãos, previamente escolhidos entre lavradores e técnicos”, cujo “auxílio e ensinamento seriam preciosos para desenvolvimento da lavoura e das indústrias nacionais”. Jornal semioficial da época, o *A Noite* conclui logo na introdução: “Parece que a razão está com os últimos”.

As razões do “problema” são expostas, na opinião dos redatores: a crise de produção (agrícola), “agravada pela de transportes”, estaria tornando “precário” o abastecimento das grandes capitais. “No Rio, nós a sentimos [a crise] mais porque aqui vivem dois milhões de pessoas que não produzem uma grama do que necessitam para as suas necessidades alimentares”, diz o editorial. O interior do país não passa pelos mesmos problemas pois tem terra suficiente para “fornecer todos os recursos em que é generosa” e, desta forma, os imigrantes “não correriam o risco de arcar com os sacrifícios que são o suplício, hoje, da população das grandes áreas urbanas”. A questão do abastecimento, portanto, não seria um problema, sustenta o editorial.

Quanto à seleção dos imigrantes, diz o *A Noite*, as “nossas autoridades” possuem pessoal “habilitado para uma seleção” sob o ponto de vista “moral, racial e físico”. A seleção, além disso, seria feita “em regra” nos próprios locais e embarque, e não no Brasil, “como aconteceu muitas vezes, quando imigrantes doentes e incapazes eram barrados no momento da chegada”. Citando um ministro, o editorial aponta que “precisamos de trabalhadores e de técnicos”, acrescentando o texto: “Nada de licença para certa classe de comerciantes vulgares, que atropelam hoje as nossas cidades, agravando os problemas locais”.

Segundo o editorial, a obrigatoriedade de ficarem localizados no campo, “sem possibilidade de se aboletarem<sup>687</sup> nas vilas ou cidades, deve ficar expressa”, enquanto que a

---

<sup>686</sup> *A Noite*, 25 mai. 1946, p.3. Disponível em <http://bit.ly/1G5v0oV>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>687</sup> Acomodar-se, instalar-se.

“desobediência a essa condição redundará na expulsão imediata do transgressor do território nacional”. O jornal acrescenta que, sendo as nossas necessidades rurais, e não urbanas, o “trabalho de que precisa o país é o do lavrador, do pequeno industrialista doméstico, do criador de gado leiteiro, do fabricante de laticínios, do hortelão, etc”. O editorial sustenta, então, que os “homens com tais requisitos” têm as portas abertas e um “futuro promissor”. Em seguida, o *A Noite* alerta: “Quem não tiver, porém, essas condições não encontrará, aqui, ambiente propício ao desenvolvimento de suas aptidões”. Mesmo após o alerta de que inválidos e trabalhadores com especializações não desejáveis serão excluídos, o editorial faz contraditoriamente uma conclusão *humanitária*: “Feita a escolha, o Brasil terá criado um clima de trabalho a uma população que, esquecida dos horrores da guerra e das privações, terá aqui a sua segunda pátria”.

## **7.2 Chegam ao Brasil deslocados europeus: “Uns desconfiados, outros indiferentes, mas todos parecendo satisfeitos”**

O *A Noite* publica com destaque na primeira página de sua edição de 17 de maio de 1947<sup>688</sup> uma matéria intitulada “A primeira leva de imigrantes dirigidos”, informando que chegaram pela embarcação da Marinha norte-americana *General Sturgis* 861 “deslocados” europeus – as aspas inclusas na edição – de origens austríaca, polonesa, tcheca, ucraniana, armênia, alemã e *balta*. O jornal informa que todos estão “em excelentes condições físicas” e que fazem parte dos 5 mil “já selecionados na Europa” – mais especificamente na Áustria e na Alemanha – por uma missão brasileira. Eles desembarcaram na hospedaria da Ilha das Flores e seguirão para São Paulo, diz o *A Noite*.

O topo da página é ocupado com quatro fotos dos imigrantes em sequência, com a seguinte legenda: “Fotos dos imigrantes feitas a bordo do 'General sturgis'. Othon Gansler, alemão, ao lado de sua esposa (a de óculos) que espera um filho no próximo mês, palestra com o repórter; uma família de russos da Ucrânia; bel tipo de lituana; com suas bagagens às costas, aguardam na fila a ordem de desembarque”. O jornal informa que a “vinda dessa primeira leva de 'deslocados' europeus resulta de um acôrdo firmado entre o govêrno brasileiro e o Comité Inter-Governamental de Refugiados, órgão das Nações Unidas

<sup>688</sup> *A Noite*, 17 mai. 1947, p.1-9. Disponível em <http://bit.ly/1Aq3ZnP>

especializado nos assuntos de imigração”. Segundo informa o *A Noite*, todo o transporte e manutenção dos 5 mil deslocados da Europa será pago pelo comitê da ONU, “que dispõe de vários navios da Marinha norte-americana para tal fim”.

A maioria dos imigrantes, diz o periódico, eram de origens austríaca, polonesa e ucraniana. “Antes que começasse o desembarque, a reportagem de *A Noite* esteve a bordo, travando contato com aquela multidão de homens, mulheres e crianças dos mais variados tipos e raças. Moços e velhos, mães e filhos, uns desconfiados, outros indiferentes, mas todos parecendo satisfeitos, cada qual com um cartão de identidade dependurado ao peito, acotovelavam-se aguardando a ordem para o desembarque”, descreve o jornal. Se na primeira página o *A Noite* descreveu uma fila ordenada, na parte interna da edição fala em “algazarra infernal, onde dezenas de idiomas eram ouvidos”. Ao visitar o “deck” superior, relata, “encontramos centenas de imigrantes com suas bagagens às costas, pobrementemente vestidos, embora todos fisicamente robustos”. E conclui: “Todos os imigrantes chegados ontem estão, porém, em excelentes condições de robustez física”.

Na fila, a reportagem informa ter encontrado uma autoridade – o Dr. Péricles Carvalho, do Conselho Nacional de Imigração e Colonização – “palestrando” com uma família de poloneses da Ucrânia. O pai, “homem de meia idade”, a “tez castigada pelo sol”, um “bigode espetacular” e “falando o alemão”. O imigrante indaga sobre o clima no Brasil, pergunta sobre as condições de trabalho e, em seguida, “segurando a esposa pelo braço, a qual carrega às costas volumosa bagagem, diz que ela também deseja trabalhar no campo”. Um casal alemão – Othon e Aino Gansler – relatam os tempos difíceis em seu país. Othon disse ter sido prisioneiro por três anos em Nuremberg, onde trabalhava como operário em uma tipografia, tendo perdido os pais e dois irmãos. “Agora pretende começar nova vida, longe de sua pátria, lutando para afastar da mente todo o sofrimento e dor que sofreu durante a catástrofe”, afirma o jornal, que relata que ele não se importa “se tiver de ir mesmo trabalhar no campo”. O importante, continua, “é ter deixado a faminta e devastada Alemanha e conseguir trabalhar, seja como for”. E essa disposição para o trabalho “parece aumentar quando êle diz que sua esposa espera um filho no próximo mês”.

Outra família descrita é uma de *russos católicos*: “Uma mulher de mais de quarenta anos, muito forte, dentadura perfeita e quatro homens, todos ultrapassando os trinta, constituem essa família da Ucrânia Russa. São russos brancos, nascidos na Ucrânia e que conseguiram deixar sua pátria antes do domínio da U.R.S.S. Foram morar na Ucrânia

Polonesa e são católicos”. A maioria dos imigrantes são agricultores e operários especializados e, segundo o jornal, o acordo com a ONU determina que 30% fosse de técnicos e operários e 70% de agricultores e “homens do campo”. Mesmo de orientação fortemente governista, o diário admite que “não se pode dizer que tal seleção tenha sido absolutamente rigorosa nesse particular”, com alguns imigrantes “que nunca foram outra coisa na vida do que empregados de hotel”.

Um funcionário brasileiro afirmou que uma missão prévia havia visitado, em Frankfurt, na Alemanha, os assim denominados “Displaced Camps” – segundo o representante brasileiro, havia naquele momento dezenas desses campos, “onde milhares de homens, mulheres e crianças aguardam a sua própria sorte completamente inativos”. O jornal relata, no entanto, boas condições sanitárias. Segundo o *A Noite*, algumas das antigas instalações nazistas foram transformadas em hospitais, e os campos eram administrados pelos aliados. O jornal registra que a seleção da Missão brasileira ficou restrita às áreas sanitária e social. “Quanto à seleção política, a Missão Brasileira não teve a menor interferência, pois só vão para os 'campos de deslocados' os elementos que tenham sido rigorosamente observados pelos aliados”. Segundo o diário carioca, os 5 mil imigrantes são das zonas de ocupação norte-americana, inglesa e francesa, devido ao acordo com o comitê da ONU.

Poucos meses antes, no dia 27 de janeiro<sup>689</sup>, o *A Noite* registra a chegada do “Argentina”, embarcação que trazia 1.200 passageiros de Gênova, entre os quais uma ex-liderança fascista, o Duque D'Aosta – o principal interesse do repórter, que soube que o italiano tinha intenção de fixar residência no Brasil. Os imigrantes estava todos na terceira classe, informa o diário – o Duque não é tratado como tal. Entre os passageiros de terceira classe, informa o jornal, estão 104 padres “pertencentes a diversas congregações religiosas de Roma”, vindo se fixar uns no Rio, outros no interior. O jornal informa ainda que embarcaram em Gênova cem imigrantes, a maioria italianos – aparentemente os padres também não são tratados como imigrantes pela reportagem –, destacando que essa é a segunda leva de imigrantes que chega ao Rio em um período de apenas 20 dias. No total, serão mil italianos que deverão emigrar para o Brasil “sob a recomendação da Santa Sé” – o nome oficial do Estado do Vaticano. “Embora não seja em grande número, desta vez vieram agricultores e alguns técnicos para a lavoura. Entretanto, a maioria é constituída de comerciários, alguns diplomados em odontologia e advocacia, enfim, gente que se destina aos grandes centros”,

---

<sup>689</sup> *A Noite*, 27 jan. 1947. Disponível em <http://bit.ly/1wBIMHm>. Acesso em 10 jan. 2015.



observa o *A Noite*, que completa: “Todos são moços ainda, variando as idades entre 20 e 35 anos”.

Apesar de o objetivo principal da reportagem ser a entrevista com o ex-líder fascista – no que foram bem-sucedidos –, o diário faz uma descrição do momento em que a embarcação chega ao porto do Rio. “Gente de toda espécie, de várias nacionalidades, homens, mulheres e crianças, muitas ainda no colo de suas mães, mas todos acordados”, observa o repórter, chegando a comparar a embarcação com um jardim de infância, tamanha era a quantidade de crianças nas três classes. O repórter vai até a terceira classe, “onde estavam os que viajavam como imigrantes”. Ele descreve: “Todos se mostravam satisfeitos, embora alguns, debruçados na murada do navio, permanecessem aparentemente apreensivos, talvez pensando no futuro, na nova vida que iriam iniciar longe de sua pátria”. As perguntas são feitas tanto pelo repórter aos imigrantes quanto o contrário. “Quase todos deixaram a Itália pela dificuldade de vida que há ali atualmente, onde a falta de trabalho é imensa. Alguns, entretanto, vêm simplesmente pelo espírito de aventura, confiantes na nossa hospitalidade”. São jovens, diz, cujas famílias “se desmoronaram com a guerra”, entre os quais algumas moças “cujo desejo de atingir um outro nível de vida parece ser o principal motivo que as trouxe ao Brasil”. Grande parte, continua o repórter, é de homens que perderam tudo com a guerra. “possuindo, atualmente, apenas uma esposa e dois ou três filhos, todos em extrema dificuldade financeira”.

### **7.3 Carlos Lacerda: Itamaraty é “racista” e Governo Dutra não sabe nem mesmo o que é “política de imigração”**

O jornalista e líder político Carlos Lacerda fala sobre o tema da imigração em sua famosa coluna “Na Tribuna da Imprensa”, no diário *Correio da Manhã* de 7 de novembro de 1947.<sup>690</sup> Crítico do governo Vargas, Lacerda indica sua posição logo na primeira frase do artigo: “A necessidade do Brasil receber imigrantes parece tão evidente que nem valeria a pena demonstrá-la”. Ainda que o governo decidisse por cotas mínimas – como era o caso –, indica Lacerda, “é forçoso reconhecer que HÁ PELO MENOS DEZ ANOS o Brasil não recebe quota anual razoável de imigrantes, comparável aquela que dantes recebia”. A caixa alta é do próprio Lacerda. O jornalista atribui alto valor à miscigenação – “o segredo da quase

<sup>690</sup> Correio da Manhã, 7 nov. 1947. Disponível em <http://bit.ly/1GBQerR>. Acesso em 10 jan. 2015.

miraculosa sobrevivência do nosso povo” – e lamenta que as fontes de “sangue novo que permitiram o desenvolvimento de São Paulo” tenham “estancado”. Lacerda não apenas afirma que o governo não possui uma política de imigração como destaca: “Creio não exagerar dizendo que o govêrno nem mesmo sabe o que é "política de imigração": pois outra não pode ser a nossa opinião diante dos erros sucessivos e, pior ainda, da omissão a que se condena o govêrno em relação a esse problema do qual dependem, em grande parte, todos os outros neste país”.

Em seu conhecido estilo violento, Lacerda ataca o Itamaraty (“racistas”) e diz que o governo quer apenas italianos (“que não vêm pra cá”), espanhóis (“que Franco não deixa vir”) e portugueses (“que Salazar proíbe de saírem de Portugal”). A despeito de milhares de trabalhadores de todas as categorias profissionais que estavam na Europa à espera de uma oportunidade para virem ao Brasil, argumenta, o país recebeu menos de 5 mil ao ano – e os que vieram deram margem “a um sensacionalismo unilateral e grotesco” que está servindo “por incrível que pareça aos objetivos da Rússia”.

Segundo ele, a Rússia procura desmoralizar, em órgãos internacionais e nas assembleias, o “material humano disponível na Europa”, descrevendo os europeus como “uma cambada de imprestáveis, de incapazes para qualquer trabalho” – diz o articulista. Ao mesmo tempo, os russos estariam espalhando – diz ele – “boatos aterrorizantes” sobre as condições de vida no Brasil ao propagar a ideia de que o país e outras nações que recebem imigrantes vivem em meio ao “inferno de calor, mosquito e revoluções sangrentas”. O objetivo russo seria – na visão dele – atrair este trabalhador europeu na própria Rússia “por salários de fome” e “alimentar a máquina do Estado totalitário de Stalin”. Lá seriam “escravos prováveis”, aqui “homens livres”.

Em relação à imprensa, mais ataques: “(...) em grande parte desinformada, que entrega o seu noticiário e até os seus comentários sobre a política imigratória aos rapazes recalçados, aos pseudo-profissionais, na realidade meros ressentidos contra uma sociedade que não lhes reconhece os auto-proclamados méritos, – e que são, na realidade, em cada jornal "burguês" instrumentos da propaganda comunista, isto é, da propaganda russa”.

Lacerda critica ainda a situação dos refugiados no Brasil e de um acordo internacional realizado pelo governo. Citando um relatório publicado pelo *World Dispatch*, de Washington, Lacerda transcreve: “O erro de cálculo inicial partiu do antigo Comissário de Colonização, João Alberto Lins de Barros. Ele prometeu às Nações Unidas, em julho de 46, que o Brasil

poderia muito bem receber 800.000 refugiados. Foi uma promessa irreal. O governo concordou em receber 5.000 este ano, mas apenas a título de experiência”. Ainda segundo o relatório citado por Lacerda, mesma a iniciativa mais limitada “não marcha satisfatoriamente”, com a insatisfação dos refugiados: “Os refugiados estão descontentes por várias razões. A crítica às condições de vida, ao baixo salário e à péssima alimentação é quase universal”. Os empregos que teriam sido prometidos não surgiram na chegada ao Brasil. Eletricistas estariam reclamando por terem sido encaminhados a minas de carvão. Trabalhadores enviados a fazendas de café estariam se queixando de que os patrões os tratam como “servos feudais”. O salário não chega a um dólar (ou 20 cruzeiros) por dia. O jornalista diz não acreditar efetivamente no que escreve o correspondente internacional, mas questiona: “(...) qual a autoridade do governo, qual o órgão de imprensa que pode contestá-lo?” Ainda segundo o relatório, na transcrição de Lacerda, o governo estaria botando a culpa em muitos dos refugiados por “simularem aptidões para conseguirem admissão no país”, considerando o Brasil “como uma sala de espera para irem para os Estados Unidos”.

O relatório citado por Lacerda afirma que a Organização Internacional de Refugiados – a IRO, na sigla em inglês, fundada por conta do enorme fluxo de refugiados da segunda guerra mundial e poucos anos depois substituída pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) – não estaria satisfeita “com o rumo que as coisas tomaram” e, a menos que o Brasil melhore as condições de estabelecimento dos imigrantes, a IRO “não concordará com qualquer movimento de refugiados em direção a esse país, no ano próximo”.

Na edição de 14 de dezembro, na mesma coluna<sup>691</sup>, Lacerda volta a falar do tema, após informar que o ministro das Relações Exteriores estaria entregando ao presidente da República “um plano de imigração de acordo com as urgentes necessidades do país”. Comenta o jornalista que, se a informação for verdadeira, corrigirá “certos erros básicos da política migratória atual – se é que atualmente temos alguma”. Lacerda comenta que lidam com a questão da imigração cinco ministérios, representados por sete repartições – “sem contar subseções, infra-departamentos, subserviços e vice-escaninhos”. Ele os lista. O primeiro é o Conselho de Imigração e Colonização, “aproximadamente autônomo, nominalmente submetidos ao Itamaraty”. Lacerda o acusa de ser composto de “homens confessadamente contrários à imigração disponível”. E ironiza: “É como se o Rio Grande do Sul pusesse à frente do Instituto do Vinho um grupo de membros da Sociedade da

---

<sup>691</sup> Correio da Manhã, 14 dez. 1947. Disponível em <http://bit.ly/1Do9qWy>. Acesso em 10 jan. 2015.

Temperança”.

Ainda segundo Lacerda, o segundo é o Departamento Nacional de Imigração, “órgão lírico-burocrático do Ministério do Trabalho” que “para atrapalhar, serve”. Outros órgãos listados pelo jornalista: a Divisão de Terras e Colonização (Ministério da Agricultura); o Serviço de Saúde dos Portos (Ministério da Educação e Saúde); a Polícia Marítima (Ministério da Justiça); a Divisão de Passaportes (Ministério do Exterior); e o Serviço de Registro de Estrangeiros, que Lacerda acusa de ser um dos principais oponentes à entrada de estrangeiros durante o Estado Novo. Além desses órgãos, diz, existem também os órgãos estaduais. O jornalista lembra que há um projeto na Câmara Federal, “dormindo”, para unificar essas atividades “para ver se assim consegue entrar no país algum imigrante”.

Lacerda cita uma resposta de sua autoria a um governador que o questionara sobre a quem ele deveria dirigir-se para obter autorização de entrada para um grupo de imigrantes europeus para o seu Estado: “A ninguém. Obtenha do ministro das Relações Exteriores o compromisso de visar os passaportes necessários. Mande à Europa um funcionário estadual de sua confiança, para selecionar os imigrantes e faça-os vir. Depois que eles estiverem aqui, deixem brigarem as repartições, enquanto o senhor instala os homens no trabalho”. O jornalista sustenta seu argumento de que os imigrantes são “indispensáveis ao Brasil” e que, atualmente, os disponíveis são os “deslocados de guerra”, vindos principalmente de países agrícolas e que, portanto, “servem” ao país. Conclui, por fim, que o êxito dessa imigração depende tão somente das ações adotadas pelo próprio país “para receber e aproveitar esses imigrantes”.

Lacerda critica o abandono de um plano que já fora, inclusive, apresentado no próprio Conselho. O jornalista afirma que o plano se pautava por seis princípios. O primeiro é o de que a imigração “só pode produzir o que dela se espera quando completada, no próprio Brasil, por um plano de colonização”. Em segundo lugar, o imigrante não deve vir apenas para atender à “fome de braços” da indústria ou da lavoura. “Escravo por escravo, êle fica na sua terra – e faz muito bem”, resume Lacerda. Em terceiro, imigração é “sinônimo de planejamento – e antônimo de burocracia estatal”. Em quarto, continua Lacerda, a imigração deve ser “livre”, bem como todo movimento migratório. Em quinto, deve haver recursos o quanto antes para se alcançar os deslocados de guerra. E o sexto, citamos na íntegra, ainda nas palavras de Lacerda: “Não há que reear a vinda de certa percentagem de velhos ou de inativos, pois nenhum país se poderia dar ao luxo, ou à monstruosa frieza, de receber homens

e mulheres válidos para cooperarem com êle, sob a condição de deixarem do lado de fóra, entregues á morte certa, os seus pais ou avós”.

Se o plano anunciado – e posteriormente abandonado – tiver esse espírito, diz Lacerda, “é o caso de escrever *Afinal!* – assim mesmo, com um ponto de exclamação”, pois “até agora, a imigração no Brasil se tem escrito mais por interrogações e reticencias”. Enfático, Lacerda ataca o Conselho novamente, assim como já fizera com o Itamaraty: “É preciso deixar de brincar de racismo – e receber imigrantes. Venham de onde vierem, sejam quais forem. A imigração já, por si mesma, é um processo [de] seleção. A pecar por alguma coisa, seria melhor por falta de restrições do que por excesso”.

O mesmo *Correio da Manhã* – em sua edição de 7 de novembro de 1947 – traz artigo do conhecido político mineiro Fidélis Reis relatando sua missão à Argentina para estudar o “problema colonizador”, entre outros temas como agricultura, indústria e trabalho. “O povoamento do solo, com os problemas de viação e dos transportes, constituíam os pontos principais do programa de govêrno de Afonso Pena, em pleno fastígio. E os serviços de imigração e colonização, superintendidos pela Inspetoria do Povoamento, recém criada, estavam a cargo do Ministério da Viação, confiado ao dinamismo de Miguel Calmon”, registra ele, falando portanto em seu texto sobre algum momento entre 1902 e 1906, período do mandato de Afonso Pena como presidente.

O objetivo do então presidente ao enviar um informante à Argentina, informa o próprio Fidélis, era saber mais sobre como agir diante das “pretensões já formuladas pela Jewish Colonizacion Association, poderosa emprêsa colonizadora interessada na aquisição de extensa área de terras agrícolas do Paraná, para a fundação de núcleos israelitas, de russos principalmente, à semelhança do que vinha fazendo na Argentina”. Segundo Fidélis, Pena lhe dissera que, entre os “problemas a resolvermos”, nenhum era tão vital para o Brasil como o de preencher os imensos vazios do território nacional “com elementos novos de população europeia”. Fidélis questiona então se não seria esse o melhor momento para retomar o projeto: “Que outra melhor ocasião que a a atual, mal renascentes de uma guerra inaudita, que deixou ao desamparo e carecedoras de auxílio, por tôda a Europa devastada, tantas e tantas criaturas?”

Fidélis era um dos grandes defensores da tese do branqueamento racial<sup>692</sup>, se opondo

---

<sup>692</sup> Ver sua breve biografia, onde essa posição fica clara: RICCIOPPO, Thiago. Por uma história do sujeito: a biografia política do deputado mineiro Fidélis Reis. XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, ANPUH/SP – UNESP-Franca, set. 2010. Disponível em <http://bit.ly/1GBQuXU>. Acesso em 10 jan. 2015.

inclusive, após aquela missão, à vinda em massa dos colonos israelitas – “que, ao nosso ver, deveríamos relegar a segundo plano”. Argumenta ele no artigo: “E se opúnhamos restrição a essa como a qualquer outra imigração, não importa de que procedência, que viesse constituir aqui futuros “quistos”, por outro lado advertíamos o govêrno sôbre a indeclinável necessidade de promovermos a imigração, na mais larga escala”. Fidélis exalta os benefícios dos imigrantes na História não só para a Argentina, como também para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, citando os casos de Blumenau, Joinville e São Leopoldo – todos com intenso histórico de imigração europeia. O autor chega a creditar a formação da lavoura cafeeira de São Paulo aos italianos, apontando que é a “mistura e o caldeamento racial que aos poucos se processará e de grandes vantagens e indiscutíveis benefícios para a formação das novas gerações”. E sugere: “Máxime o imigrante italiano, de excelência comprovada na fusão com a nossa gente”.

Há outras vantagens, sustenta o autor. Do ponto de vista econômico, por exemplo, a “entrada do colono afeiçoado aos trabalhos da terra e das indústrias” significa o aumento da produção, trazendo também estes imigrantes “outras e proveitosas lições (...) em matéria de previdência, cooperação e economia”, que ele afirma não termos “povo dissipador e imprevidente que sempre fomos”. Este tipo de dupla (e dúbia) argumentação era comum em grande parte da imprensa brasileira, e acha um espaço privilegiado no *Correio da Manhã* de Lacerda: ao mesmo tempo em que classifica como “racista” o atual governo, parte da elite deixa claro que a imigração é boa, mas não qualquer imigração.

#### **7.4 Chefe da Comissão de Seleção de Imigrantes na Europa deixa seu posto: críticas aos rumos da imigração**

O jornal *A Noite* de 11 de novembro de 1947<sup>693</sup> repercute a polêmica na imprensa sobre o tema da imigração. Com a palavra, um dos acusados pela má administração – Arthur Hehl Neiva, ex-chefe da Comissão de Seleção de Imigrantes na Europa. As acusações contra ele, segundo informa o diário, são de três tipos: (1) os “elementos selecionados” não estavam em condições de saúde satisfatórias; (2) a seleção profissional deixava muito a desejar, sendo selecionados tenores, bailarinas, pianistas etc.; e (3) não haviam sido cumpridas as instruções

---

<sup>693</sup> *A Noite*, 11 nov. 1947. Disponível em <http://bit.ly/1E4LR91>. Acesso em 10 jan. 2015.

recebidas por Neiva no sentido de enviar 70% de agricultores e 30% de operários especializados ou técnicos.

Neiva explica que a delegação que chefiava trabalha sob um acordo do governo brasileiro com o Comitê Intergovernamental de Refugiados, que subvencionava as despesas de transporte e outros gastos até os portos brasileiros. Neiva acusa “um pequeno grupo” de membros do Conselho de Imigração, que “chegaram ao cúmulo de mentir ao presidente da República”, de omitir dados de modo “plenamente consciente”. O ex-chefe do órgão argumenta que, dos 1.732 imigrantes desembarcados das duas primeiras levas, apenas 33 foram julgados em condições insatisfatórias de saúde após “exames rigorosíssimos”. Constitui, afirma, menos de 2% do total, portanto. E dos 33, 22 não eram “elementos de trabalho” – eram “tão somente acompanhantes”, o que a determinação federal permitia. Neiva argumenta ainda que nenhum dos casos constituía uma gravidade do ponto de vista médico, por não se tratar de “moléstias contagiosas”. Ele se volta para os próprios membros da Comissão, a quem acusa de serem, eles sim, muito condescendentes ao pediram a dispensa de exame radiográfico – que indicaria tuberculose, comum à época – para 50% dos imigrantes. “Está claro que eu não a cumpri, de tal maneira ela era absurda e prejudicial ao Brasil”, defendeu Neiva.

O ex-chefe da Comissão de Seleção de Imigrantes na Europa ironiza a segunda crítica afirmando que em todos os cinco casos apontados – do tenor, da bailarina, do pianista, do pintor e do guarda florestal –, tratavam-se de profissionais qualificados em outras áreas, alguns deles já trabalhando no Paraná. “O pianista é um agricultor, que tem estudos de agronomia e que trabalha na agricultura no Estado do Paraná; saber tocar piano também não me consta que seja crime”, disse, citando ainda que o guarda florestal sabia falar nove idiomas – incluindo o português – e que, por isso, já estaria trabalhando na Ilha das Flores.

Neiva ataca diretamente, por meio do *A Noite*, o chefe do Departamento Nacional de Imigração, Péricles de Carvalho. O relato de Neiva é escrito em primeira pessoa, após uma brevíssima introdução do jornal, parecendo-se mais com uma nota de esclarecimentos do que propriamente com um texto jornalístico. Neiva observa que o país sofre o “vexame” de ver suspensas as vindas de agricultores entre as pessoas deslocadas selecionadas na Europa: “Ordem nesse sentido foi dada pela Organização Internacional de Refugiados, com a declaração de que havia dificuldades de absorção desses elementos pelo nosso país”. Ele classifica a situação como “incompetência”, fazendo referência aos agricultores

encaminhados para fazendas no interior do Estado de São Paulo, onde “pessoas insuspeitas, da mais alta respeitabilidade e responsabilidade, examinaram as condições “in loco” mostrando que, em certos casos, o imigrante não ganhava o suficiente nem para o seu sustento, não tinha alimentação adequada e não dispunha sequer de habitação em condições”. Em outro exemplo, Neiva acusa o Departamento e o Conselho de Imigração de enviar de centenas de deslocados para minas sem que fossem mineiros, “selecionados pela delegação que chefie por serem torneiros, soldados, eletro-técnicos, etc”. Neiva acusa ainda um conselheiro do Departamento de ignorar conscientemente a profissão dos imigrantes.

Neiva vai mais longe, acusando o presidente do Conselho Nacional de Imigração – Jorge Latour, funcionário do Itamaraty – de ignorar sistematicamente os relatórios enviados da Europa e deixando a delegação chefiada pelo autor desprovida de recursos por cinco meses, “constituindo êsses fatos uma demonstração sem paralelo, que eu conheça, nos anais do Serviço Público Brasileiro”. Ele insiste, finalmente, que as atuais lideranças políticas da área de imigração, na verdade, “sempre foram contrárias à imigração de deslocados”. E acrescenta: “Posso dizer mesmo que são alérgicos à imigração de um modo geral”. É neste ponto que Arthur Neiva concorda com Carlos Lacerda, em seu artigo no *Correio da Manhã* quatro dias antes: “Pena é que, assim procedendo, hajam feito o jogo da Rússia, única potência interessada em desmoralizar os DPs<sup>694</sup> como contingentes imigratórios, conforme eu já escrevera em relatórios desde janeiro do corrente ano, por um lado, e prejudicando enormemente o Brasil, que perdeu uma excelente oportunidade de obter imigrantes bons, quase sem despesa, pois cada um dos deslocados aqui aportados custava tão somente Cr\$ 70,00 ao govêrno”, diz Neiva.

Segundo ele, o Brasil perdeu tempo enquanto “os outros países, nossos competidores, escolhem o que há de melhor entre os deslocados na Europa”. Ele conclui seu depoimento ao jornal informando ter pedido exoneração e publicando a carta do presidente da República com elogios aos serviços prestados por Neiva “durante a sua longa permanência naquele Conselho [de Imigração e Colonização], em que ficaram evidenciados sua inteligência, cultura, conhecimento dos assuntos de imigração e devotamento à função”.

Na edição de 10 de dezembro<sup>695</sup>, é a vez de Carlos Lacerda criticar o incidente com Neiva afirmando que o Brasil “perdeu a cooperação de um especialista, um dos raros

---

<sup>694</sup> Sigla à época para as pessoas deslocadas pela guerra, do inglês *displaced people*.

<sup>695</sup> *Correio da Manhã*, 10 dez. 1947. Disponível em <http://bit.ly/1aFbdjh>. Acesso em 10 jan. 2015.



conhecedores do assunto”. Ele critica ainda a posição do Conselho, citando a resposta de Neiva, que também foi republicada pelo *Jornal do Commercio* do dia 12 de novembro, um dia depois de publicada no *A Noite*. Diz Lacerda sobre o texto de Neiva: “Ali está documentada uma atitude de sabotagem á vinda de imigrantes, por parte do órgão, precisamente, encarregado de promover a imigração!” O jornalista sugere sua reforma ou mesmo a dissolução do Conselho.

O debate sobre os deslocados de guerra estaria longe de seu fim. O carioca *Diário da Noite*, jornal pertencente ao grupo *Diários Associados*, publica em sua edição de 20 de junho de 1948<sup>696</sup> uma matéria pró-imigração subvencionada, destacando que a Argentina recebe cinco vezes mais “emigrantes” que o Brasil, acrescentando na chamada: “Uma comparação que entristece. Os emigrantes desejam vir para o nosso país”. Com pouco destaque – a matéria, assinada, está localizada na última página da edição de 28 páginas –, o texto argumenta que, entre os “problemas que mais diretamente interessam ao desenvolvimento do país e à sua respectiva recuperação econômica”, nenhum requer “com mais urgência a atenção do governo, como o da imigração”. O autor afirma que o êxodo rural destina milhares de trabalhadores para as cidades, enquanto “os campos se despovoam, as plantações fenecem e o índice de produção agrícola baixa a cifras alarmantes”. Assim, o autor do texto acusa o governo de negligenciar “providências urgentes” como o da imigração que, “na opinião dos nossos melhores técnicos”, seria a única “capaz de resolver, de uma vez por todas, esse angustioso problema [do êxodo]”. O autor compara a situação do Brasil com a da Argentina, “cujas condições econômicas são muito melhores do que a nossa” – sustenta ele – e que, em face da sua “política de neutralidade durante a guerra, tudo têm feito para atrair aos seus campos os deslocados da Europa, organizando um serviço de imigração que se pode chamar de modelar”.

O artigo aponta que, desde o início de 1947 até a data do artigo (junho de 1948), o Brasil havia recebido 6 mil imigrantes de diversos pontos da Europa. Enquanto isso, a Argentina – segundo o autor um país “pequeníssimo comparado com o nosso e sem a mesma e urgente necessidade de braços para as suas lavouras e indústrias” – recebera cerca de 30 mil “deslocados” (aspas do autor) dos “campos de concentração do Velho Mundo”. O autor do texto calcula que cerca de 1.500 imigrantes passam semanalmente pelo Rio “rumo ao Prata”, observando ainda que todas as despesas são cobertas pelo governo argentino. “Esperam,

---

<sup>696</sup> Diário da Noite, 20 jun. 1948. Disponível em <http://bit.ly/1wBKSad>. Acesso em 10 jan. 2015.

apenas, o desembarque na capital argentina, para assinarem o respectivo contrato de trabalho com as autoridades”, registra o texto. A maioria dos navios que passam pelo porto do Rio, diz, são italianos e iugoslavos. Segundo o jornal, aparentemente todos são europeus – sendo 60% agricultores e 40% técnicos. O autor do texto descreve, em um tom notavelmente otimista: “Em sua quase totalidade, são jovens fortes, cheios de saúde, que vão se entregar ao trabalho com todo o entusiasmo e com todas as suas forças. E foram selecionados, rigorosamente, por uma comissão de técnicos enviada à Europa pelo governo da Argentina”.

Classificando sua comparação como um “contraste inquietante”, o autor elogia o governo argentino por seu trabalho “eficiente e silencioso” que dá ao Brasil uma “lição que merece ser meditada”. Enquanto a Argentina procura desenvolver a “exploração dos seus recursos naturais de forma a libertar-se, o mais cedo possível, da sujeição às imposições econômicas internacionais”, o Brasil, ao contrário, mesmo fazendo parte da Comissão Intergovernamental de Deslocados da Guerra e tendo “todas as facilidades em receber e selecionar aqueles imigrantes”, não aproveita essa “excepcional oportunidade”. Ele lembra ainda que a Argentina não está representada no organismo citado. O imigrante é aqui, como de costume, um trabalhador, encarado pelo texto como estando em uma espécie de promoção. Conforme descreve o texto, o governo deveria aproveitar essa oportunidade para trazer “para o seu imenso território, ávido de braços e de gente disposta ao trabalho rude dos campos, os elementos mais capazes, *por preços reduzidos*” (grifo nosso). A Argentina já recebeu cinco vezes mais imigrantes do que o Brasil por conta de uma “atividade atrofiada” pela “burocracia invencível” do governo.

Citando Hélio Lobo – vinculado à pasta de Relações Exteriores –, o texto afirma que existem 8 milhões de pessoas à espera de uma oportunidade para emigrar. A matéria cita uma declaração de Lobo, “há alguns meses”: “Estou certo de que o Brasil fará todo o possível para acolher um número crescente de “deslocados”. Não tenho a menor dúvida em afirmar que esses homens serão excelentes imigrantes”. O autor da matéria acrescenta: “Muito tempo já se passou. E que fez o Brasil, até agora? Quase nada”. De modo romantizado, o autor afirma que os imigrantes “preferem o nosso país”. Por meio de um diálogo imaginado pelo autor para comprovar sua argumentação, ele afirma que os imigrantes que passam pelo Rio em trânsito para Buenos Aires “invariavelmente perguntam: “Por que o Brasil não manda buscar os meus patrícios, para vir para esta bôa terra, de que muito se fala?” O texto acrescenta, em seu diálogo imaginário, que os imigrantes “esclarecem”, ante o “espanto geral”: “Nós vamos para

a Argentina porque o governo pagou as nossas passagens, mas preferíamos vir para o Brasil”.

Poucos dias depois, no dia 29 de junho<sup>697</sup>, o mesmo *Diário da Noite* dá publicidade ao Anuário Estatístico do Brasil no que diz respeito aos imigrantes. A matéria informa que o documento possui “interessantes dados” a respeito da entrada de estrangeiros no país entre 1941 e 1945, quando “recebemos dezenove mil estrangeiros”. Os estudos, que indicam dados como nacionalidade, profissões e a localização “desse reduzido número de imigrantes”, são – conforme a nota descreve – “curiosos e elucidativos”.

Para o *Diário*, os dados mostram “a inoperância dos órgãos e conselhos, numerosos e caros, de que dispomos para cuidar desse problema de importância vital para os nossos destinos”. Quase 50% dos imigrantes no período, acrescenta a nota, eram de nacionalidade portuguesa, seguindo-se de norte-americanos e japoneses. Os segundos não eram propriamente imigrantes, diz o jornal, mas funcionários e militares, que “permaneceram em nosso país durante a guerra, nas guarnições e nos diferentes e abundantes serviços administrativos que nossa aliança com os Estados Unidos exigiu desde a primeira hora, para conjugação dos esforços contra o Eixo”. Mais curioso ainda, acrescenta a nota, é o “resultado das verificações relativas às profissões e ao destino desses imigrantes”. O jornal destaca que 60% ficaram no Distrito Federal (Rio de Janeiro) pois “exerciam profissões urbanas”. Agricultores, lamenta o texto, “quase não os havia, senão apenas onze por cento”. Técnicos, “uns por cento”. E acrescenta: “Para a lavoura foram, apenas, os japoneses”.

“Realmente elucidativos do fracasso completo de nossa política imigratória são esses dados, apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”, critica o jornal, que conclui: “Considere bem o leitor que, dos quase dezenove mil imigrantes entrados durante cinco longos anos, sessenta por cento ficou no Distrito Federal, e apenas onze por cento eram agricultores. Decididamente, vamos muito mal...”.

### **7.5 Organização internacional de refugiados é “rigorosa”: nada de nazistas, comunistas ou incapazes para o trabalho**

A lista de imigrantes considerados indesejáveis pela imprensa aumenta ao longo da segunda metade da década de 1948: os que desejam migrar para o Brasil são “devidamente

---

<sup>697</sup> *Diário da Noite*, 29 jun. 1948. Disponível em <http://bit.ly/1BNXgeU>. Acesso em 10 jan. 2015.

selecionados quanto às suas ideias políticas”, acrescentando-se agora ao lado dos anarquistas e comunistas os nazistas. Assim, a edição vespertina de 22 de novembro de 1948<sup>698</sup> do *A Noite* trata em uma de suas principais manchetes da questão dos refugiados: “Novos métodos de seleção de imigrantes adotados pela Organização Internacional de Refugiados”. O jornal fez a cobertura de uma coletiva no mesmo dia com o então chefe da Missão da Organização no Brasil, o brigadeiro Dumon Stansby, em que ele aborda “vários aspectos do problema da colocação dos deslocados de guerra nos diversos países membros” do organismo internacional, também conhecido pela sigla OIR.<sup>699</sup>

O representante da OIR informa que o Brasil já recebera cerca de 8 mil deslocados, na maioria agricultores e “artífices”. Durante 1948, o país recebera 3.274, com a cota sendo de 5 mil por ano, “devendo completar-se [naquele ano] (...) até o próximo mês de janeiro”. Em seguida, será resolvido pelo governo a nova cota anual que “podemos receber dos campos da Europa”, informa o diário carioca. O jornal admite que o número de imigrantes que o Brasil está recebendo é “insignificante”. Para comprovar, acrescenta, “basta compararmos com o que outros países latino-americanos estão recebendo”. A desproporção torna-se maior, afirma a matéria, pois o Brasil teria sido o primeiro a aderir ao comitê para recebimento de deslocados, “sendo nós os primeiros a iniciarmos a seleção nos campos europeus”. A matéria cita os dados: em 1947 (ano anterior ao do texto), enquanto o país recebia a “modesta quota” de 5 mil, a Argentina recebeu 12 mil e a Venezuela 6 mil.

O própria jornal governista busca uma explicação. Em primeiro lugar, diz a matéria – em tom evidentemente editorial –, “o nosso sistema de recepção e colocação nas fazendas, minas e fábricas não comportaria, de imediato, uma vinda maior de deslocados”. Mas esse não seria o principal problema, argumenta o jornal. Mesmo que as hospedarias no Rio e em Santos fossem ampliadas, “os imigrantes não apareceriam”. A explicação, diz o jornal, é “muito simples”: a falta de propaganda nos campos de concentração dos deslocados. Em um momento em que todos os países do mundo “clamam por falta de braços para o aumento de suas lavouras e indústrias”, a procura por deslocados é “enorme”. E o texto acrescenta: “Soubemos por pessoa de absoluta responsabilidade que não se vê naqueles campos um único anúncio-convite com referência ao Brasil”. E cita um exemplo: “Até o Marrocos francês faz

<sup>698</sup> *A Noite*, 22 nov. 1948. Disponível em <http://bit.ly/1vMCvgR>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>699</sup> Organização Internacional de Refugiados, organismo criado pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 1946 e que foi substituído pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), com a OIR encerrando suas atividades em 1951 e o ACNUR sendo estabelecido pela Assembleia Geral em dezembro de 1950. A própria OIR substituiria uma organização anterior, a UNRRA, também citada neste trabalho.

propaganda nêsse sentido, procurando captar a preferência dos seus futuros imigrantes”. A propaganda brasileira se dá à base do boca a boca, sobretudo por meio de cartas de famílias já estabelecidas no Brasil. “Esta é a única propaganda que temos”, lamenta o diário carioca.

A própria OIR, sustenta o jornal, reconheceu que o sistema de seleção está “em evolução”, pois “a colocação em larga escala de deslocados de guerra é um problema novo somente tentado depois da última conflagração”. Entre os exemplos está a identificação profissional dos deslocados: “Até há pouco bastava o imigrante declarar que era agricultor para ficar constando na sua ficha tal profissão”. O jornal diz que o fato de muitos deslocados terem supostamente mentido ao declarar sua profissão “trouxe sérios inconvenientes aos países para onde se dirigiam”. A questão, à época, estava colocada de forma transparente: não se recebiam refugiados – ou “deslocados de guerra”, designação recorrente à época – por questões humanitárias. Se não fossem estes “capazes” e desejáveis em termos econômicos, não seriam selecionados ou aceitos.

Mas o jornal comemora: “Agora o método é outro. A O.I.R. recebe cem pessoas que se dizem tecelões. Manda-os para uma fábrica de tecidos e sob as vistas de um técnico aprecia o seu trabalho. No fim do treino recebem uma espécie de diploma com a característica da sua profissão devidamente autenticada”. O mesmo acontece com mineiros, agricultores e outras categorias. Antes de pessoas detentoras de direitos, os refugiados são trabalhadores. Segundo a matéria, a OIR espera, com isso, “evitar suprezas dos fazendeiros ou dos industriais que os recebem”. O chefe da representação da OIR no Brasil, além disso, já recebe os deslocados de guerra – escreve o diário – “devidamente selecionados quanto às suas ideias políticas”. Diz o texto: “A O.I.R. não transporta nazistas e comunistas, sendo o expurgo feito pelas missões militares locais”. Após a “seleção política”, continua o jornal, a OIR faz a “seleção econômica”, transportando à sua custa os “desprovidos de recursos financeiros”. Vem depois o exame médico, “selecionando os fisicamente capazes”. Além dos três exames, exige-se de todo imigrante da OIR que saiba ler e escrever, acrescenta a matéria do jornal *A Noite*. O diário conclui: “Somente depois de aprovados em todos êsses testes, são postos à disposição das comissões de seleção dos diversos países. Cabe a estas selecioná-los de acordo com as necessidades dos seus govêrnos”.

Nota-se, portanto, a absoluta ausência – mesmo após os horrores da Segunda Guerra Mundial – de critérios baseados na dignidade ou nos direitos humanos. Antes de tudo, buscavam-se braços para a lavoura e para a indústria nacional. Trabalhadores ideologicamente

selecionados. Para onde seguem os demais, que não passaram pelo rigor dos “testes”? Não encontramos qualquer informação sobre o tema.

Alguns dias depois, Carlos Lacerda traz para o *Correio da Manhã* nova e importante polêmica do período: um empréstimo do governo junto ao Banco Mundial, o relacionando ao tema da imigração. Na edição de 27 de novembro do *Correio*<sup>700</sup>, em artigo intitulado “Imigrantes ou dólares”, o jornalista e político lembra que o Brasil assinara, em abril do mesmo ano, um acordo com a OIR (ou IRO, da sigla em inglês, como ele se referia) para receber os deslocados pela Segunda Guerra Mundial. Uma comissão mista dirigida por um delegado do governo brasileiro e um da OIR deveria ser formada, informou Lacerda, para abordar a questão. Havia pelo menos um milhão de deslocados na Europa, sendo que o Brasil poderia receber por ano – segundo o acordo citado pelo autor – entre 5 e 15 mil imigrantes. Lacerda lembra ainda que a OIR é mantida por 15 nações, entre elas algumas que estão recebendo imigrantes, como Canadá, Venezuela, Estados Unidos e Inglaterra. Países como a China, argumenta ele, “não precisam de imigrantes” e, portanto, “se dispõe a pagar para que outros países, sem pagar, os recebam”.

Carlos Lacerda põe na ponta do lápis: o custo de cada imigrante, diz ele no *Correio*, é de cerca de 230 dólares, aproximadamente 4.600 cruzeiros. Para 5 mil imigrantes, portanto, são necessários cerca de 1,6 milhão de dólares. O jornalista argumenta que a OIR paga a vinda deles no primeiro ano, com dois terços dos custos totais – segundo ele – cobertos pela organização internacional. Lacerda insiste, como tem feito há algum tempo, que países como Argentina, Canadá e Estados Unidos – este último que “muitos julgam já plenamente desenvolvido – se aproveitam dessa oportunidade única, enquanto o Brasil perde estes imigrantes para a Rússia. Em sua tese, os “comunistas e subcomunistas” teriam interesse nessa inércia para que a Rússia “não fique privada desse material humano para os seus campos de trabalho forçado”. Independente de sua orientação anticomunista, o jornalista lembra que o Brasil deveria ter pago à OIR a primeira cota de sua contribuição até o dia 31 de maio. Até a data do artigo, dia 27 de novembro, não havia feito. “E se não pagar até 31 de dezembro o acordo estará desfeito sem que tenha sido pôsto em execução”, acrescenta.

O articulista do *Correio da Manhã* acrescenta que, em Washington, sede do Banco Mundial e de onde ele escreve o seu texto, o governo brasileiro pleiteia um empréstimo de 50 milhões de dólares para custear a imigração. O jornalista acusa o governo – na verdade, os

---

<sup>700</sup> Correio da Manhã, 27 nov. 1948. Disponível em <http://bit.ly/1G5xKm9>. Acesso em 10 jan. 2015.

diplomatas do Itamaraty – de buscar um empréstimo junto ao organismo internacional para atrair imigrantes “de outras procedências”, que não entre os deslocados de guerra, “mais caros, muito bons, sem dúvida, mas de luxo para quem, até esta data, não teve dinheiro sequer para cumprir com acordos internacionais em que está empenhada, além do interesse, a própria dignidade do país”.

“Cada imigrante que entra vale mais do que milhões de dólares, pois cada um de seus descendentes valerá outro tanto”, argumenta o jornalista, que acusa setores do governo de tentar usar o eventual empréstimo do Banco Mundial para injetar dólares na economia brasileira, sendo a motivação autodeclarada – o estímulo à imigração – um mero pretexto. “Pelo capricho financeiro de conseguir 50 milhões de dólares sob a capa de financiar a imigração (...) está o Brasil deixando de pagar a quota da I.R.O., que representa 5.000 imigrantes, pelo menos, num ano, e outros tantos ou mais nos anos subsequentes, enquanto se distrai e desconversa pleiteando um empréstimo maluco no Banco Mundial”, acrescenta Lacerda, lembrando ainda sobre o mandato do organismo mundial, de desenvolvimento e reconstrução da guerra, e acusando o governo de sequer ter um plano estruturado de financiamento.

Alguns resultados são publicados na mídia. O *Diário da Noite*, um dos jornais que mais cobre o tema, publica na capa da edição de 12 de novembro<sup>701</sup> as manchetes: “Dos campos da Ucrânia para os altiplanos de Goiás – Pela primeira vez no Brasil, famílias de imigrantes foram selecionadas pelo IRO e pelas autoridades brasileiras”. A manchete da capa acrescenta: “Mais de 10 mil refugiados até janeiro”, com uma foto em destaque com alguns dos imigrantes e a legenda: “Despreocupados e cheios de esperança – Essas crianças, esses homens, representam sangue novo na economia nacional”. O *Diário*, dirigido à época pelo destacado jornalista Austregésilo de Athayde e funcionando à rua Sacadura Cabral, 103, no Rio de Janeiro, apresentava-se como o “jornal de maior circulação no Brasil”. Neste ano, Athayde participou da delegação brasileira nas Nações Unidas e integrou a comissão que redigiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na matéria, o discurso dos “braços” é o mesmo observado na maior parte dos jornais desde o início da imigração no país: “Parece agora que o Brasil marcha em rumo certo para a solução de um velho e importante problema: a falta de braços, especializados na indústria, na lavoura, na pecuária e em outras atividades”. O *Diário da Noite* afirma que o “último conflito

---

<sup>701</sup> Diário da Noite, 12 nov. 1948. Disponível em <http://bit.ly/1DoaUA4>. Acesso em 10 jan. 2015.

mundial”, encerrado em 1945, representou uma “excelente oportunidade” para o “aproveitamento de cerca de um milhão de deslocados de guerra na Europa” pelos países, principalmente sul-americanos, que estariam “necessitados do concurso de trabalhadores especializados”. O serviço estava “grandemente atrasado”, afirma o jornal, acusando técnicos do Itamaraty enviados à Europa para fazer a seleção de escolherem “poetas, cantores e pintores”, em vez de “trabalhadores e técnicos”. O “lamentável fracasso” foi, argumenta o diário carioca, “logo reparado pelo governo”.

A matéria diz que a Ilha das Flores, centro de recepção de imigrantes, está “muito bem aparelhada”, oferecendo todo conforto aos seus hóspedes “como se estes estivessem em sua própria casa”. O jornal descreve com isso se dá: “Não lhes faltam alimentação sadia e abundante, cigarros e liberdade de movimentos dentro da ilha; andam à vontade, tomam banho de mar a qualquer hora e se distraem pescando ou palestrando à sombra de frondosas árvores”. Após de uma Europa “faminta e destruída”, estar naquele “tranquilo e belo recanto da baía de Guanabara” causa a impressão de estarem “num paraíso”, diz a matéria.

Segundo relata o jornal, a agência especializada da ONU “patrocina a evacuação da Europa dos deslocados de guerra”, escolhendo os “elementos considerados capazes para o trabalho” e os apresentando às comissões de técnicos que representam os países interessados nos mesmos. As comissões, continua o jornal, dão preferência às “espécies de trabalhadores que necessita”, com o Brasil dando preferência a lavradores (principalmente triticultores), além de operários especializados para as indústrias. De maio de 1947 até a data do artigo, novembro de 1948, o diário informa que o organismo internacional já deslocara para o Brasil 7 mil refugiados em “cinco grandes navios”. Até janeiro de 1948, outros 3 mil chegariam, completando o acordo de 10 mil imigrantes realizado entre o governo brasileiro e a agência da ONU. São Paulo absorvera 60% destes imigrantes, segundo informa a publicação, com o restante indo para Minas, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Goiás. Um “inquérito superficial” divulgado pela matéria dá conta de que haveria naquele momento um déficit de 50 mil braços em São Paulo.

O diário relata o estranhamento de alguns dos novos moradores. “Os primeiros imigrantes chegados aos Estados do Sul, para se dedicarem à lavoura, estranharam grandemente as condições de trabalho. Isto porque, habituados mais ao trabalho mecânico, e não encontrando uma lavoura completamente mecanizada, realizavam as suas tarefas com dificuldade, o que resultava num rendimento pouco compensador”. Sem entrar em detalhes



sobre quais condições de trabalho seriam estas, a matéria acrescenta: “Em São Paulo, principalmente, houve grande descontentamento entre os imigrantes, de vez que o trato dos cafezais, todo ele manual, não oferecia compensação satisfatória”. Ocorreu ainda, completa a matéria, um “grande êxodo das fazendas para os centros industriais”.

A solução? O *Diário da Noite* informa que a estratégia para evitar o abandono dos campos, “com grandes prejuízos para a agricultura e que desvirtuava completamente a finalidade dessa imigração”, o órgão que trata oficialmente do tema – o Conselho de Imigração e Colonização – teria realizado estudos juntamente com a OIR e encontrado uma solução para o problema. A ideia, diz o jornal, é suprir a indústria com braços especializados de tal modo que, enquanto não forem mecanizados totalmente os meios de trabalho nos campos, seja “impossível a qualquer imigrante conseguir emprego nas fábricas”. Isso “obrigará o lavrador estrangeiro a se empregar mais a fundo no seu 'metier' [profissão], tornando-se perseverante, adaptando-se às condições e, conseqüentemente, produzindo mais”. Em outras palavras, ao deixar o imigrante propositalmente sem emprego na indústria, este naturalmente se esforçaria mais na lavoura.

O jornal destaca ainda que os peritos brasileiros darão preferência a famílias de imigrantes, e não indivíduos – uma evidente demanda por controle social. Quando o imigrante está em família, argumenta a matéria, ele fica “praticamente preso à terra em que chegar”. E quanto “mais numerosa fôr a família”, acrescenta, “melhor ainda”, pois “trabalhando todos, prosperarão rapidamente e darão maior rendimento à lavoura”. A matéria relata que o Estado de Goiás estava muito interessado na “aquisição” de imigrantes e, a título de experiência, escolheu 17 famílias ucranianas, com “resultados excelentes”.

Já próximo do final do ano de 1948, o mesmo jornal destaca em sua edição de 16 de dezembro<sup>702</sup> a chegada ao Rio de Janeiro do “navio-transporte” norte-americano *General Black*, que aportou nas imediações da Ilha das Flores “repleto de deslocados da guerra”. Segundo o jornal, a embarcação trouxe 824 imigrantes provenientes dos campos da OIR e “recolhidos na Áustria e Alemanha”. O jornal destaca o gênero (a maioria homens), as nacionalidades (ucranianos, poloneses, iugoslavos e húngaros) e o número de agricultores (“apenas 152”). Os demais, acrescenta, são pedreiros, mecânicos, carpinteiros, marceneiros, engenheiros de minas, eletricitas e químicos. “Um dos imigrantes é especialista em açúcar”, completa a matéria. Além disso, a reportagem afirma ter *constatado* que, “dentre as levas de

---

<sup>702</sup> Diário da Noite, 16 dez. 1948. Disponível em <http://bit.ly/1E5Y0fn>. Acesso em 10 jan. 2015.

imigrantes que já vieram para o nosso país, a presente é a única constituída de elementos sadios, fortes e dispostos ao trabalho”.

O médico do Departamento Nacional de Saúde que acompanhou os deslocados, informa o diário, permaneceu 26 meses na Europa, “comissionado” pela agência da ONU. Ele informou ao jornal que “existem atualmente no Velho Mundo num dos campos da O.I.R., cerca de 3 mil deslocados, prontos para embarcar para o Brasil”, acrescentando que “nada menos que 800 mil refugiados estão espalhados pelos acampamentos da Europa, desejando emigrar”. Predominam nesses campos, diz a matéria citando o médico, deslocados provenientes da Rússia “e países satélites” que “não querem regressar às suas terras”. Ele “esclareceu” que o país “lucrara tanto *biologicamente* como economicamente com esses imigrantes” (grifo nosso), pois eles se “adaptaram rapidamente ao nosso clima, encontrando apenas duas dificuldades: o idioma e o sistema de trabalho”. O então diretor do Departamento Nacional de Imigração declarou à reportagem que todos os imigrantes que chegam à Ilha das Flores “são reclassificados de acordo com as suas profissões”, sendo “imediatamente encaminhados aos Estados que alegam falta de braços para a lavoura”.

## **7.6 Articulista ataca política imigratória: “Asnos racistas, totalitários”; Jornal governista rebate: “As sobras demográficas da Itália bastariam”**

Ao seu melhor estilo agressivo e ao mesmo tempo irônico, o jornalista e político Carlos Lacerda publica na edição dominical do *Correio da Manhã* de 20 de fevereiro de 1949<sup>703</sup>, em sua coluna “Na Tribuna da Imprensa” – e que posteriormente viria a se transformar no famoso jornal carioca homônimo – um ataque contra o projeto de lei sobre imigração. Intitulada “História em quadrinhos”, o editorial, publicado em destaque logo na segunda página, afirma nas primeiras linhas: “Alertada que está a opinião pública, e com ela o Senado, sóbre o projeto de lei de imigração perfeitamente idiota que lhe enviaram da Câmara, onde ela foi votada sem que as pessoas percebessem o que se estava passando, convém agora dar, em poucos números, ideia exata do que houve no Brasil em matéria de imigração”.

Para Lacerda, o projeto é “eminente centralizador” e pretere os Estados em favor da União. Ele considera o projeto “um êrro que se começou a cometer após a revolução de 30,

<sup>703</sup> Correio da Manhã, 20 fev. 1949. Disponível em <http://bit.ly/1wBMqkt>. Acesso em 10 jan. 2015.

e se acentuou com o Estado Novo”, contrariando “a melhor tradição brasileira em matéria de imigração”. Para afirmar sua posição, o jornalista expõe números<sup>704</sup> que apresenta como “uma verdadeira história em quadrinhos, para ilustração dos membros do Congresso que terão de discutir e decidir sobre uma lei – afinal! – de imigração para o país”.

Afirma Lacerda que, de 1916 e 1930, entraram no país pouco mais de 1 milhão de imigrantes – ou exatos 1.026.590. Já entre 1930 e 1945, entraram pouco mais de 300 mil – no total, 304.099, segundo o jornalista. Os motivos, diz, seriam três: a guerra; o racismo “aqui e lá fora”; e a “burrice”. Segundo ele, a guerra não é o fator mais importante para a “espantosa” diminuição – pelo contrário, diz. De 1916 a 1918, sustenta, durante os últimos anos da primeira guerra mundial e de um contexto geopolítico que afetou o tráfego marítimo e as possibilidades de imigração, teriam entrado no Brasil pouco mais de 81 mil imigrantes. De 1943 a 1945, no entanto, entraram apenas pouco mais de 6 mil estrangeiros imigrando para o país. Lacerda, que publica um quadro comparativo entre os 3 anos de um e de outro período, continua a argumentar que o cenário era parecido nos anos pós-guerra. Aponta, por um lado, para o grande afluxo de imigrantes nos anos 1920, enquanto que, em 1931, “já sob o regime da centralização, dos monopólios burocráticos da União” e do que classificou como “um casamento entre a burocracia e o nacionalismo marca barbante”<sup>705</sup>, o número caiu drasticamente, para menos da metade, caindo ainda mais a partir de 1935, quando – sempre segundo o editorial – teve início a “degringolada da imigração, com a acentuação do centralismo que iria desembocar no Estado Novo”. Em seguida, Lacerda publica mais um “quadrinho”, justificando o título jocoso do editorial.

Com os dados em queda, Lacerda ataca: “É isso o que pretende o govêrno, com o seu asnático<sup>706</sup> projeto, que mantém tôdas as asnicas anteriores, para continuar as asneiras dos asnos racistas, totalitários e sobretudo asininos<sup>707</sup>, que puseram a perder a imigração de que êste país necessita desesperadamente?” Lacerda sugere, então, que “varram resolutamente os racistas e superburocratas da imigração”, formulando uma lei simples e clara, de estímulo e não de empecilho à imigração, incitando o Itamaraty a “ativar os acordos de imigração com a Itália, a Holanda, etc”. Por meio do editorial, o jornalista pede ainda que seja modificada a

---

<sup>704</sup> Lacerda cita a origem dos dados: página 80 do volume VIII do Anuário Estatístico do Brasil.

<sup>705</sup> Expressão de época que designa um produto de qualidade inferior, veja por exemplo a explicação em ALAMANAQUE. Marca barbante. Disponível em <http://bit.ly/Snf7DZ>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>706</sup> Referente a ou próprio de asno; tolo; estúpido.

<sup>707</sup> Na zoologia, os asininos são mamíferos da família dos equídeos – os burros, os jumentos, os mulos. Utilizada em seu modo pejorativo, significa estúpido, bronco, desprovido de inteligência.

“política de panos quentes” em relação ao governo de Salazar, em Portugal, “exigindo que esse govêrno dê ao menos reciprocidade no bom tratamento que o Brasil, de bom grado, concede a Portugal e aos portugueses”. Ele sugere inclusive um boicote comercial a Portugal até que Salazar “concorde em reabrir as correntes de imigração portuguesa, que êle fechou na cara do Brasil desde que resolveu trancar os portugueses no paraíso particular que lhes preparou e cuja chave está no seu bolso”.

Ele conclui afirmando que, em 15 anos de República, sem maiores esforços e sem uma organização efetiva das correntes migratórias, chegaram 1 milhão de imigrantes. Em quinze anos de “getolíce”, com “pomposos departamentos, carimbos a mancheias<sup>708</sup>, um mulato racista à frente da imigração, e outros ingredientes, recebeu o país 300 mil”. Os dados, conclui, constituem “o mais expressivo exemplo, a advertência mais eloquente, à consideração dos senadores”. Apesar de atacar o “racismo” do governo, o autor do editorial não explicita qual a proposta que apoia, limitando suas propostas a generalizações e referências apenas aos imigrantes europeus.

Quatro dias depois, o governista *A Noite* publica, na edição de 24 de fevereiro<sup>709</sup>, um editorial com o título “O problema da colonização e o Brasil Central”, argumentando que a região tem “fundamentalmente” um problema de povoamento, em meio à escassez de pessoas para as atividades agropecuárias. O jornal reproduz, na verdade, o ponto de vista do então governador de Goiás, Coimbra Bueno, elogiando amplamente suas “iniciativas de cunho prático” sobre o tema. Bueno chamara a atenção, diz o editorial, para as “grandes possibilidades que Goiaz oferece à imigração estrangeira”. Entre as medidas adotadas pelo governo de Goiás, escreve o *A Noite*, destaca-se um acordo assinado com uma organização italiana “para a instalação naquele grande Estado Central de doze mil famílias de colonos peninsulares, mediante a criação de núcleos cooperativistas, de 1.500 a 2.000 famílias”, que deveriam ser constituídas “exclusivamente de agricultores com comprovada capacidade profissional”.

Em evidente resposta às críticas frequentes à administração federal neste tema, o editorial, usando um tom pró-ativo, afirma que o plano de Goiás “se entrosa no que foi elaborado pelo Conselho Nacional de Imigração e Colonização visando resolver o problema imigratório brasileiro”, com o governador demonstrando, com as medidas que tomou para

---

<sup>708</sup> Em grande quantidade, abundantemente.

<sup>709</sup> *A Noite*, 24 fev. 1949. Disponível em <http://bit.ly/17Hh5Xt>. Acesso em 10 jan. 2015.

atrair “grandes levas de agricultores italianos”, que trata-se de um “problema cuja solução pode ser encaminhada desde já, sem sair dos limites do programa traçado pelo Governo Federal e sem quebra do dispositivo constitucional relativo às concessões de terras”. Pode-se prever, acrescenta o editorial, o que a “continuidade de um programa dêse alcance representará para o crescimento demográfico do Brasil”, com a possibilidade de receber “centenas de milhares de imigrantes” sem que tenhamos que abrir mão do “salutar critério de seleção dos elementos mais úteis e capazes”. E conclui: “As sobras demográficas da Itália bastariam, por si só, para garantir a realização do vasto plano imigratório”.

Já ao final desse ano, 1949, o *A Noite* continua sua propaganda pró-governo estampando em letras garrafais na primeira página da edição de 2 de setembro de 1949: “Emigração de fabricas inteiras!”<sup>710</sup> O diário governista anuncia que cerca de 15 novas indústrias estão “prontas para se transferir da Áustria para o Brasil, logo que seja reestabelecida a entrada de imigrantes”. Quem fez a afirmação ao jornal foi o então chefe da Comissão de Seleção de Imigrantes na Áustria e na Itália, vinculada ao Conselho de Imigração e Colonização, o principal órgão sobre o tema à época. O jornal informa que o representante do governo realizou uma conferência na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre os “métodos” empregados na seleção dos imigrantes, afirmando que o tema é “dos mais interessantes”. Na ocasião, acrescenta o jornal, o conferencista teve a oportunidade de “estabelecer um confronto entre os processos seguidos pelas Comissões Brasileiras de Seleção e os mais modernos métodos atualmente”. Um dos motivos de sua vinda ao Brasil, diz ele ao jornal, é a “oportunidade que se nos oferece (...) da transferência de nada menos de 15 indústrias, constituídas por estabelecimentos importantes, com suas máquinas e técnicos”. A vinda se dá, acrescenta, “em conexão com a vinda de novos deslocados de guerra”. Os imigrantes, afirma a matéria, foram retirados de seus países pelos nazistas durante a guerra e “não aspiram senão a encontrar um novo lar em país distante, onde não se faça sentir a constante ameaça de conflito internacional que sobre eles pesa na Europa”.

O jornal *A Noite* argumenta que trata-se de uma imigração “duplamente valiosa”, por serem técnicos “capazes e experimentados” que estariam vindo, juntamente com “cêrca de 200 toneladas de máquinas”, um “contingente precioso para o fortalecimento da indústria nacional, de nossa estrutura econômica”. Além disso, completa, tratam-se de indústrias que

---

<sup>710</sup> *A Noite*, 2 set. 1949. Disponível em <http://bit.ly/1CbMizi>. Acesso em 10 jan. 2015.

“correspondem às nossas necessidades atuais e às possibilidades de nossas matérias-primas”. Desde indústrias de maquinário e outras tecnologias agrícolas até fábricas de aparelhos elétricos, móveis e itens alimentícios, todos os estabelecimentos – registra o jornal – estão em funcionamento na Áustria e “já se acham com tudo preparado para se transferirem ao Brasil”, já tendo uma inclusive se instalado em Porto Alegre no ano anterior (1948) “com suas 28 máquinas, pesando em conjunto 13 toneladas” e achando-se “em plena atividade, produzindo satisfatoriamente, perfeitamente integrado na indústria local”.

Em tom comemorativo, o representante do governo, citado pelo diário carioca, classifica como “excepcionais” as condições para a transferência dos estabelecimentos: “(...) serão transportados de graça, com seus técnicos, pela Organização dos Refugiados, graças às concessões que obteve para o nosso país um grande brasileiro, o ministro Hélio Lobo”. Eles entrarão “isentos de direitos, para se associarem ao capital brasileiro ou estabelecimentos congêneres” e “colaborar em nossa grandeza econômica”. Para a transferência dessas indústrias, diz o jornal, “faz-se necessário que seja reaberta a entrada de imigrantes, que ora foi suspensa em todo o país”.

A discussão exposta no jornal é uma continuação do debate sobre imigração intensamente travado nesse momento. Diz o jornal: “Este ato [a reabertura para imigrantes] se prende a circunstâncias de ordem administrativa, ou seja, o esgotamento das verbas, que nada têm de irremovível e possivelmente também de ordem psicológica, pela confusão que em torno do assunto procuram criar alguns brasileiros”. O representante do governo afirma que busca “esclarecer” essa “confusão” mostrando o “erro de nos deixarmos influenciar pela campanha que contra a Organização dos Refugiados movem, desde a fundação da mesma, a Rússia Soviética e em geral os comunistas”. As palestras, diz o representante, procuram “dissipar” a confusão, citando o “testemunho das mais altas personalidades do govêrno norte-americano”. Os refugiados, argumenta o texto, não poderiam ser “nem nazistas ou fascistas, nem comunistas”, dado que seriam vítimas do nazismo e tampouco desejam “retornar a seus países de origem”. Uma autoridade do governo dos EUA citada pelo jornal garante, “sem hesitação, baseado em minha longa experiência em relação ao assunto, que os deslocados de guerra são do mesmo estofo que os bons cidadãos americanos”.

O representante do governo destaca que os deslocados que o Brasil pleiteava foram retirados de seus países pelos alemães, às vezes com suas indústrias – e por vezes obrigados a se fixar na Alemanha –, justamente por serem “elementos hábeis e capazes, que iriam reforçar

a economia do Reich”, e não pessoas “inúteis que apenas fôssem sobrecarregar as condições já precárias em que viviam o povo germânico”. Por isso mesmo, diz ele ao jornal, é “geral o interesse dos países de imigração pelo recebimento de deslocados de guerra”. A Inglaterra, argumenta, já recebeu 70 mil “apesar de suas dificuldades econômicas”, o Canadá 60 mil, a Austrália 70 mil anualmente, assim como França, Argentina e Venezuela. Como é comum na imprensa brasileira à época, o jornal termina com a grande referência para o tema, os Estados Unidos, que “com tôdas as restrições postas à entrada de imigrantes”, teria recebido 205 mil deslocados e teria revisado sua legislação restritiva – “depois de um demorado exame do assunto” – para receber um total de 400 mil deslocados de guerra.

### **7.7 Idealizações acerca do “novo” imigrante brasileiro: entre o anticomunismo, o eurocentrismo e o nacionalismo seletivo**

Três características continuam a marcar a maior parte das matérias do período, como mostram as próximas três reportagens seguintes, dos jornais *O Globo*, *A Noite* e *A Manhã*: o anticomunismo, o eurocentrismo e o nacionalismo seletivo – este último disposto a abrir mão do radicalismo patriótico sempre que os ventos políticos assim desejarem.

O jornal *O Globo* sustenta que o imigrante deve se tornar “um novo cidadão do Brasil”, de modo a “evitar quistos raciais”<sup>711</sup>, conforme publica em uma de suas manchetes da edição de 24 de outubro de 1949 ao abordar o funcionamento do “Serviço de Informação e Auxílio ao Migrante”. O diário carioca informa que o Serviço está funcionando há cerca de um ano. Uma representante do Serviço do governo<sup>712</sup> informa que o objetivo do órgão é a “assimilação do imigrante” e sua “integração no meio nacional”, bem como a “diluição de quistos raciais existentes e a prevenção de novos”. O órgão também apoia o migrante nacional – informa a representante do governo que chefia a instituição –, “tão necessitado desse auxílio quanto o imigrante estrangeiro”, uma vez que este “desconhece em geral completamente as condições da região para onde emigra”. Ela informou ainda ao jornal que a assimilação do imigrante é um “processo dinâmico”, tendo que ser “provocado como uma apresentação verdadeira, favorável mas real, do país em que vai viver”. A chefe do órgão diz ao jornal: “O

<sup>711</sup> Sobre a expressão “quistos raciais”, ver reflexão alguns parágrafos à frente.

<sup>712</sup> Identificada como Ignez Barreto Corrêa D'Araujo.

imigrante precisa aprender a língua, a história e a geografia do novo país, para nele se ambientar. Precisa conviver com os nacionais para desse convívio, do homem com o meio, nascer a preferência que o levará a adotar a nova pátria”.

O Serviço também atua fora do país – em Stuttgart, informa a matéria – onde se desenvolvem as atividades da Comissão Brasileira de Seleção de Imigrantes. “Aí o trabalho se faz através do material de propaganda e de difusão cultural daqui enviado, cuidadosamente preparado e selecionado, como cartazes, livros, folhetos, discos fonográficos, fotografias, etc., distribuídos e exibidos nos campos de deslocados ou na própria sede da Comissão”, diz a funcionária do governo ao jornal. Os resultados, ela afirma, têm sido “extraordinários”, com o trabalho constituindo “uma verdadeira revelação do Brasil aos imigrantes europeus, a maioria dos quais pouco ou nada conhece do nosso país”. Em um ano, relata o jornal, a sede do Serviço de Informação e Auxílio ao Migrante atendeu cerca de 100 imigrantes, com atividades também na Ilha das Flores, a hospedaria de imigrantes da capital. Na sede os imigrantes possuem facilidades, diz o jornal, para hospedagem, hospitalização, viagens, obtenção de documentos, entre outros serviços.

A matéria não esconde seu viés pró-governo, afirmando em outro trecho que mesmo depois de encaminhado o imigrante, o Serviço “continua a interessar-se por ele [imigrante], através de organizações locais de beneficência, subvencionadas pelo Governo, as quais, em sua maioria, mostram a maior boa vontade em prestar ao imigrante o auxílio de que acaso necessitar”. Uma vez hospedados na Ilha das Flores, acrescenta a matéria – que poderia ser confundida com um folheto informativo do governo –, os imigrantes contam com um Centro de Recepção na própria hospedaria, “de linhas modernas, construído com bom gosto” e um “ambiente agradável de conforto”, com “todos os serviços a que se destina” e “havendo mesmo um balcão com detalhado fichário sobre as condições econômicas de várias regiões do país”.

Não é à toa que no século XXI poucas pessoas conheçam a expressão “quisto racial”, que era contudo muito comum na maioria dos textos sobre o tema à época, como temos demonstrado aqui. O dicionário *Michaelis* possui diversos significados para a palavra “quisto”, isoladamente, a maior parte ligada às áreas da biologia e da medicina. A definição médica que aparece primeiro define quisto como uma “vesícula fechada que se desenvolve no tecido de um órgão, em uma cavidade natural do corpo ou em uma estrutura anormal e contém matéria mórbida fluida ou semifluida”. Duas definições da zoologia definem o termo



como uma “cápsula ou coberta resistente ao redor de um parasito interno, especialmente a desenvolvida por tênias larvais, que vivem nos tecidos de certos animais, ou uma tênia larval com tal cápsula”, ou ainda “saco ou cápsula produzidos por um animal, como os que muitos protozoários e outros animais diminutos segregam ao redor de si mesmos”. Dessa origem biológica vem a definição ainda presente no mesmo dicionário da expressão *quisto racial*: “colônia de imigrantes que, por suas ideias e costumes, ameaça a segurança do país onde trabalha”.<sup>713</sup>

Já o jornal governista *A Noite*, em sua edição de 30 de março de 1950<sup>714</sup>, dá capa para a questão dos refugiados com o anticomunismo que marcou praticamente toda a vida deste e de outros jornais da imprensa brasileira no século XX. “Evadidos do inferno vermelho”, diz o título, seguido das manchetes: “Deslocados de guerra que são excelentes imigrantes; Moços ansiosos e capazes, técnicos e agricultores e famílias sadias; A aventura da fuga para não se submeter aos soviéticos; Contigo comandante do Côrpo de Pagens do Czar<sup>715</sup>; A NOITE ouve na ilha das Flores todo um grupo de imigrantes amparados pela O.I.R.<sup>716</sup>”. A foto é fortemente simbólica: uma freira recebe crianças, filhos dos deslocados.

As manchetes cumprem os objetivos centrais que marcam a cobertura do jornal sobre o tema: ao mesmo tempo em que registram sua posição antissoviética e anticomunista, o diário carioca entra em um debate sobre a importância de atrair estes imigrantes para o país – um tema sobre o qual não havia consenso – e destaca que tratam-se de trabalhadores qualificados e saudáveis, outro ponto de discórdia entre o governo e parte da oposição ao Governo Dutra. O repórter informa que “palestrou demoradamente” com os *deslocados de guerra* – neste momento ainda não se usava com frequência o termo refugiados, ainda não previsto no direito internacional. O jornalista relata que “elementos de várias nacionalidades” estavam na Ilha das Flores e todos, além de sua língua materna, “falam fluentemente pelo

<sup>713</sup> A definição está disponível em MICHAELIS. Quisto. Disponível em <http://bit.ly/17Hhnxt> (acesso em 10 jan. 2015). É curioso que esta definição, quase que totalmente obsoleta, ainda esteja em um dicionário, porém a confusão em torno do tema também foi dicionarizada, pois mais do que a segurança, os chamados quistos raciais ameaçavam a própria identidade nacional, conforme descrito fartamente neste trabalho.

<sup>714</sup> *A Noite*, 30 mar. 1950. Disponível em <http://bit.ly/1FJrVHo>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>715</sup> Espécie de elite organizada para exercer altas funções administrativas ou militares, criada junto ao príncipe para que, assim, ele tivesse a oportunidade de viver com as “melhores mentes” de seu tempo. Mais à frente a própria matéria explica sua função. Ver também DANTAS, Arthur. *Duas Autobiografias: Kropotkin e Diane Di Prima*. 24 set. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1CdGdgE>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>716</sup> Organização Internacional de Refugiados, organismo criado pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 1946 e que foi substituído pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), com a OIR encerrando suas atividades em 1951 e o ACNUR sendo estabelecido pela Assembleia Geral em dezembro de 1950. A própria OIR substituiria uma organização anterior, a UNRRA, também citada neste trabalho.

menos uma língua estrangeira, alemão, inglês ou francês, e, em sua totalidade, são técnicos ou lavradores”, se constituindo como “elementos de primeira ordem, como imigrantes, para o país”. O jornal descreve os deslocados como uma “verdadeira elite”, deslocada de seus países “pelo curso dos acontecimentos, disposta a refazer as suas vidas no Brasil e realmente capazes de dar ao país uma contribuição efetiva”. Entre as nacionalidades, diz o jornal, tchecos, romenos, iugoslavos, húngaros, ucranianos e “russos brancos”. O repórter, destaca o jornal, “palestrou com alguns dos elementos de cada nacionalidade, de modo a colher informes diretos sobre cada grupo e a situação em seu país de origem”.

A reportagem, extensa – ocupa três colunas da página 13 e parte central da capa –, detalha a vida de muitos deles. A reportagem fala no título do “inferno vermelho”, em referência aos soviéticos, porém descreve em outros momentos a perseguição nazista sofrida pelos imigrantes. O jornal tenta repetidamente equiparar as perseguições nazista e soviética como uma única ameaça, apesar de a historiografia evidenciar que se tratam de dois contextos diferentes, variando inclusive de país para país. Um dos relatos “mais interessantes”, diz o jornal, é de Alexandre Bertels-Menschoy, um coronel que integrava a elite do Império Russo e se exilou “desde que ali lograram dominar os vermelhos”. O coronel é apresentado como “simpático, expressando-se em um francês refinado”. Bertels-Menschoy viera com “sua senhora, a chamado de seu filho, engenheiro agrônomo há algum tempo radicado no Brasil, residente no Rio Grande do Sul, a fim de aqui terminar os seus dias”.

O repórter descreve sua função na Rússia pré-revolucionária: “Há trinta e três anos, comandava na antiga Rússia Tsarista o Liceu Militar, conhecido como Corpo dos Pagens, de onde saíam para o complemento de um curso de dois anos na Academia Militar, os candidatos ao oficialato na Rússia Tsarista. Era uma entidade de cadetes, muitos dos quais pertencentes à nobreza e que recebia em seu seio personalidades estrangeiras de realce nos demais países eslavos”. Entre seus “discípulos”, diz a matéria, estava o futuro rei Alexandre II, da Iugoslávia, onde mais tarde Bertels-Menschoy encontrou refúgio “depois do advento do Comunismo”. Tornou-se oficial do Estado Maior lá – mas, novamente, com a Segunda Guerra Mundial e a chegada do marechal comunista Josip Broz Tito ao poder, foi forçado a “abandonar a sua segunda pátria”, registra o diário *A Noite*: “Com o regime de Tito perdeu suas funções oficiais e agora não pensa senão em terminar a vida tranquilamente no lar do filho no Rio Grande do Sul”.

A reportagem do diário carioca também procura afastar, para seus leitores, o medo que

havia à época da formação dos chamados “quistos raciais”. Uma das entrevistadas, gestante, disse ao repórter que “se sentia feliz em saber que o filho que lhe vai nascer já será brasileiro”, diz o diário carioca, que acrescenta: “Êsta, aliás, era a aspiração de todos esses imigrantes, deslocados pela guerra de seus lares. Nada mais desejam do que fixar-se no Brasil e integrar-se no seio de nossa gente, consagrando-se ao país como a uma segunda pátria”.

O tom ufanista presente na matéria é semelhante ao discurso dos governantes à época, que buscavam acabar com a desconfiança gerada por setores da oposição e, em parte, dentro do próprio governo sobre os eventuais problemas que os refugiados trariam ao país, sendo um dos principais o “perigo comunista”. Desta forma, em quase toda a reportagem o cenário do “inferno vermelho” é contrastado com o fato de que estes imigrantes não só eram extremamente preparados profissionalmente, mas sobretudo que não seriam “agitadores” e “vermelhos”. A matéria se encerra no tradicional tom *cordial* que marca matérias deste tipo, porém com um recurso difícil de acreditar diante dos referenciais jornalísticos contemporâneos – a citação não de um personagem, mas de uma coletividade: “Desejamos-lhes que fôsem felizes em nosso meio. A resposta veio pronta, sorridente, pronunciada com voz clara pelo grupo de imigrantes com que palestrávamos: *Já somos, pois que fomos acolhidos no Brasil*”.

Em sua edição de 6 de julho de 1950, o jornal *A Manhã*<sup>717</sup> anuncia na parte superior da capa uma outra frente de política pública na área: “Assinado o acôrdo sôbre a entrada de imigrantes italianos no Brasil”. O acordo, firmado no Palácio Itamaraty da capital Rio de Janeiro, decorre – diz o jornal – da “necessidade de se estabelecer orientação e disciplina para as correntes migratórias italianas para o nosso país”, fundando-se na “confiança na espontaneidade (sic) dêsse movimento, que tem suas raízes no passado”.

O diário carioca explica como funciona o acordo, restrito a italianos, que é útil reproduzir: “A emigração de italianos para o Brasil, acompanhados ou não de suas famílias, é permitida, nos termos do Artigo 2º, não apenas sob a forma de migração espontânea, baseada em carta de chamada familiar ou em oferta de trabalho, como também sob a forma de transferência de sociedades de cooperativas ou de grupos de trabalho condicionada à aprovação dos respectivos programas pelas autoridades competentes dos dois países, e ainda sob a forma de migração dirigida, sôbre listas elaboradas para cada leva, em comum acôrdo pelos representantes dos dois países”. O objetivo era estimular ao máximo a imigração

---

<sup>717</sup> *A Manhã*, 6 jul. 1950, p.1-7. Disponível em <http://bit.ly/1EXqq8u>. Acesso em 25 jan. 2015.

espontânea, já que esta não trazia custos para os governos. Na cerimônia oficial do acordo, o então embaixador italiano no Brasil, Mario Augusto Martini, argumenta que a Nação italiana é “tradicionalmente ligada ao povo brasileiro por tão indissolúveis laços de sangue e de cultura”.

### 7.8 Voz Operária: Imigrantes italianos “revoltam-se” contra o latifúndio

Um dos principais jornais “subversivos” do período analisado neste capítulo (1946-1980) é o jornal *Voz Operária*. Fundado em 1949, o jornal foi durante mais de uma década o porta-voz do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1959, dentro de um processo de reformulação de sua linha editorial, o PCB decidiu fechar o periódico e fundar um novo jornal, que recebeu o nome de *Novos Rumos*, este posteriormente extinto logo após o golpe militar de 1964. Entre 1964 e 1975, o *Voz Operária* voltou a ser publicado na clandestinidade, sendo editado no exterior até agosto de 1979. Além disso, teve alguns números editados clandestinamente durante o ano de 1980.<sup>718</sup>

O periódico publicava, entre outras informações, os debates internos sobre os rumos da resistência contra a ditadura, denúncias sobre as ações de repressão do Estado e a tortura contra presos políticos, bem como textos de setores da Igreja Católica que estavam alinhados com os movimentos de contestação ao regime ditatorial. Quando a imprensa internacional publicava informações sobre as violações de direitos humanos que estavam ocorrendo no país, o jornal frequentemente as repercutia em suas páginas.

Com sede no Rio de Janeiro, o *Voz Operária* anuncia em uma das manchetes da edição 17 de janeiro de 1953<sup>719</sup>: “Imigrantes italianos revoltam-se contra o latifúndio”. O jornal observa que o governo de Getúlio Vargas está promovendo a imigração italiana em grande escala pois “assim, alegam os homens do governo, é que se resolve o problema da agricultura brasileira”. Para Getúlio, aponta o diário, o problema é a “*falta de braços* e não o latifúndio, a falta de terra para quem a trabalha”. Na prática, rebate o *Voz Operária*, os colonos italianos

---

<sup>718</sup> Ver OLIVEIRA, Lorrán Santos de. Debates e cisões no jornal *Voz Operária*: o PCB e o relatório Kruschew. Brasília: UNB, 2013. Disponível em <http://bit.ly/1ySHpV2>. Acesso em 25 jan. 2015; BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.2, p.388; edições digitalizadas entre 1949 e 1959 estão disponíveis em FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Voz Operária*. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/voz-operaria/154512>. Sobre o *Novos Rumos*, ver <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/novos-rumos>

<sup>719</sup> *Voz Operária*, 17 jan. 1953. Disponível em <http://bit.ly/1DF4yPv>. Acesso em 25 jan. 2015.

“se revoltam e desejam retornar à pátria”.

O jornal comunista observa que milhares desses imigrantes foram enviados para as fazendas após terem passado uma “boa temporada” em lugares onde puderam dispor de “regular conforto”, que o jornal classifica como uma “encenação para fazer jus à propaganda desenvolvida pelo govêrno ao aliciá-los”. E completa: “Tudo isso, além das promessas de trabalho bem pago, infundia esperança àqueles homens, mulheres e jovens que, sorridentes, aguardavam a *terra da promessa*”.

O *Voz* dedica-se a contar o caso de italianos enganados por banqueiros e usineiros da Fazenda Guatapar, na região de Ribeirão Preto. Afirma que chegaram l 90 pessoas que, inicialmente, foram muito bem recebidas. Além de mostrar a eles as plantaoes e pastagens, “falavam de ordenados especiais, e que o serviço era mecanizado, mas, no dia de pagar o serviço o que se viu foram enxadas e 35,00 por dia”. O periodico observa ainda que o ordenado era “especial” porque o dos brasileiros era de apenas 25 cruzeiros. “Os italianos, vendo-se enganados, fizeram uma contra-proposta: 50 cruzeiros com comida ou 100 cruzeiros a sca.”

Os Morganti – proprietários da fazenda – não aceitaram, relata o jornal. Além disso, para amedrontar os imigrantes, chamaram a polícia. Registra o *Voz Operária*: “Os imigrantes começaram a rir e a zombar dos fazendeiros. Os soldados chegaram armados de fuzis, acompanhados do delegado de Ribeirão Preto. Então, os italianos tomaram de tambores de querosene vazios, latas e pandeiros e iniciaram uma batucada de protesto exigindo a volta para S. Paulo”. O clima parecia tenso, mas a descrio do jornal comunista contradiz a impressão: “Veio a vizinhança. A batucada continuou e os componentes do bloco, unidos, riam da polícia, dos fuzis, do delegadinho...” O *Voz Operária* conclui, então: “Com a chegada do cônsul italiano, voltaram para S. Paulo, deixando aos colonos brasileiros daquela e de outras fazendas um belo exemplo de luta”.

Em outro caso relatado pelo jornal comunista, na Fazenda Cocais, 50 imigrantes reclamaram do slrio de 18 cruzeiros, exigindo 35, além de pedirem “casas limpas, jornada de 8 horas etc., segundo as promessas do Serviço de Imigrao”. Um representante do consulado italiano chegou para “acalmar os grevistas”, registra o jornal, mas a fazenda “teve de ceder ante a firmeza deles”. E registra: “Mesmo vitoriosos, os italianos preferiram retornar  pátria”. O *Voz Operária* afirma que o momento foi um exemplo para os brasileiros: “Durante a luta, os italianos convidaram os colonos brasileiros para se unirem a eles e, agora,

após a saída dos europeus, luta-se por aumento da diária, por 8 horas de trabalho, por aumento do trato de mil pés (...) com direito a férias e ao descanso remunerado”. Os italianos mostram “como se luta” na Itália contra os latifundiários, acrescenta o periódico comunista, e contra o governo de De Gasperi, o então primeiro-ministro italiano. “Este, como o de Getúlio, é laiaio dos imperialistas americanos”, resume o jornal, afirmando que os trabalhadores italianos deram “impulso” às lutas que se desenvolvem no campo, principalmente nas fazendas, gerando solidariedade entre os trabalhadores brasileiros.

Diante da dificuldade com os imigrantes italianos, o jornal afirma que o governo quer substituí-los pelos “nordestinos que fogem da seca e, para buscá-los, enviam tiras do DOPS a Recife e Maceió para fornecer passagens e indicações das fazendas”. O jornal, agora em um tom mais panfletário, conclui: “Os imigrantes italianos regressam à sua pátria fugindo do terror do latifúndio, mas os nordestinos aqui ficaram, em sua própria casa, para lutar decididamente por suas reivindicações, para combater a exploração e a miséria imposta pelos grandes fazendeiros”.

Em outra edição, de 6 de fevereiro de 1954<sup>720</sup>, o *Voz Operária* publica matéria sobre as condições de trabalho na Fazenda Guatapará. O jornal informa que os proprietários da fazenda, os irmãos Morganti, são conhecidos como os “tubarões do açúcar”. Eles teriam ganho esse apelido, diz o *Voz*, por serem donos da Usina Tamoio, em Araraquara, e da Usina Monte Alegre, em Piracicaba. Registra o periódico comunista que há 4 meses não há pagamento tanto para os colonos quanto para os demais trabalhadores. Na Fazenda Guatapará, continua, há 15 mil alqueires de terra com 1 milhão de pés de café, grande quantidade de plantação de cana que serve à Usina Tamoio. Ao lado, a fazenda Aparecida, também dos Morganti, tem uma grande plantação de juta, planta que serve para a fabricação de cordas e barbantes, entre outros produtos.

Denuncia o *Voz Operária* que “mais de 1.000 famílias vivem sob brutal exploração dos Morganti”, tendo sido nesta mesma fazenda, recordam, que os imigrantes italianos se recusaram a trabalhar “devido ao salário de fome”. O jornal afirma que existe na fazenda um armazém onde “tudo é mais caro”. E acrescenta: “Sem dinheiro, os trabalhadores são obrigados a comprar ali. Se uma mercadoria vale 20,00, eles a vendem a 25 e 30 cruzeiros”. O armazém, denuncia o jornal, é apresentado como uma facilidade, pois os trabalhadores não precisariam ir até a cidade fazer compras. Além disso, as férias também não estariam sendo

---

<sup>720</sup> *Voz Operária*, 6 fev. 1954. Disponível em <http://bit.ly/1K2tDdB>. Acesso em 25 jan. 2015.

pagas – e aqueles que reivindicam seus direitos estariam sendo perseguidos por jagunços e capangas dos Morganti. “Tudo isto mostra a grande necessidade dos trabalhadores se organizarem, para acabar com essas explorações. Os trabalhadores da fazenda Guatapar, como os das outras fazendas do município de Ribeirão Preto, devem sem perda de tempo, organizar seus sindicatos”, conclui a matéria do *Voz Operária*.

Um dos poucos jornais de orientao marxista, o *Voz Operária* e outros jornais semelhantes seriam fechados pelo regime militar em alguns anos, bem com seus realizadores perseguidos, presos, torturados e, muitas vezes, mortos. Alguns destes jornalistas, como veremos mais  frente, eram estrangeiros com militância comunista em outros países, principalmente na Argentina.

### **7.9 Estrangeiro que entra como turista no Brasil e permanece “certamente não  um imigrante ideal”, diz jornal**

O *Correio da Manhã*, realizando um debate imigratório que passaria a ser frequente a partir dos anos 1950 no país, alerta em sua edio de 9 de dezembro de 1954<sup>721</sup> para uma “nova indústria” logo em sua chamada: “turistas” – enfatizado com as aspas pelo próprio diário – “mudam-se em imigrantes para ficar no país”. Identificando a autoridade competente logo na chamada – o diretor-tesoureiro do Instituto de Imigrao –, o jornal carioca registra: “Poderão ser expulsos do país centenas de estrangeiros residentes em São Paulo”, registrando a partir da citao da fonte que “abusos ameaçam constituir grave problema imigratório”. Na matéria, o diário afirma que os estrangeiros que entram como turistas “depois conseguem estada permanente no Brasil”. Para obter o visto permanente, diz o jornal, “valem-se da interveno de advogados hábeis”. O *Correio* ouviu o diretor-tesoureiro do Instituto Nacional de Imigrao e Colonizao, que afirmou ter tomado as “necessárias providências para sustar essa nova indústria de imigrantes, coibindo o abuso que está se generalizando e que ameaça constituir srio problema migratório”. O jornal adota notavelmente uma postura oficialista e nacionalista.

Para ressaltar a posio, utiliza frases vazias como “Notícias procedentes de São Paulo indicam que a situao ali  grave” – grave, questiona-se, sob qual ponto de vista? O da

<sup>721</sup> *Correio da Manhã*, 9 dez. 1954. Disponível em <http://bit.ly/1Aq8Zcn>. Acesso em 25 jan. 2015.

autoridade constituída. Cuida do tema o “delegado de Estrangeiros”, que tratará de averiguar a “denúncia” e expulsar os imigrantes. A matéria informa que os estrangeiros valem-se de um dispositivo da lei 7.967 de 1945 e de um despacho favorável do ministro da Justiça. “Todavia”, pondera o diário, “essa concessão excepcional estava condicionada a um contrato de trabalho”, que os interessados deveriam “averbar na Delegacia dos Estrangeiros, até seis meses da data da expedição da respectiva carteira modelo n.19”. O jornal afirma que tal exigência não vem sendo cumprida pela “maioria” dos estrangeiros, que “nem se dão ao trabalho de uma explicação às autoridades”.

Sob o entretítulo de “Absurdo”, o *Correio* afirma que deve ser reformado o decreto em relação a esta aspecto “pois constitui verdadeiro absurdo essa permanência, ensejada pelos dispositivos mencionados”. Não há a citação de qualquer fonte, com o texto jornalístico se confundindo com a opinião do próprio jornal. O diário informa ainda que os estrangeiros que se utilizam desses recursos “parecem ser, em sua maioria, pessoas de bons recursos financeiros, pois precisam gastar bastante dinheiro com advogados que cobram elevados honorários”. E acrescenta, novamente em tom de editorial: “O estrangeiro que entra no país e aqui permanece valendo-se de tal processo, certamente não é um imigrante ideal...”.

O diário se dedica, em outro trecho, a detalhar as brechas da 7.967. Diz o artigo nono, por exemplo, que o visto permanente será concedido “ao estrangeiro que estiver em condições de permanecer definitivamente no Brasil e nêle pretende fixar-se”. O artigo 11 determina quais os estrangeiros não têm direito ao visto permanente: o menor de 14 anos, salvo se estiver acompanhado dos pais ou responsáveis; o estrangeiro “indigente ou vagabundo”; o que não satisfizer as “exigências de saúde prefixadas”; os que forem “nocivos à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições”; os que tiverem sido expulsos anteriormente (a menos que a expulsão tiver sido revogada); e os condenados em outros país por crime de natureza que, segundo a lei brasileira, permita a extradição. O diário reclama que o turista, ao contrário, não tem tantas exigências, dispensando-se “até o atestado de saúde”, ficando este estrangeiro – avalia o *Correio da Manhã* – em posição de “franco privilégio em relação aos imigrantes”. Ao final da matéria notavelmente editorializada, o diário carioca expõe que a posição do editor é a mesma que a da autoridade utilizada como fonte quanto este afirma “serem necessárias a reforma da lei de imigração e outras medidas enérgicas tendentes a acabarem com êsse contra-senso que proporciona tantos abusos”.

Outro tema imigratório semelhante, classificado como uma “importante decisão” do



Supremo Tribunal Federal (STF) sobre “restrições às bagagens de imigrantes”, é detalhado pela edição de 28 de junho de 1955 do jornal *A Noite*.<sup>722</sup> A matéria relata o caso de Sabatino Barki, imigrante procedente de Trípoli (Líbano). Ele “chegou a esta capital [Rio de Janeiro] e, querendo aqui fixar domicílio, trouxe seus haveres. Em lugar de numerário com a sua bagagem carregou mercadorias, em cuja aquisição não empatou divisas nacionais, tendo regularizado suas providências no Consulado brasileiro em Paris”, diz o diário, acrescentando: “Com receio de ver apreendida a mercadoria na nossa Alfândega, impetrou segurança, alegando amparo no artigo 142 da Constituição”. Outro caso era o de Marco Modiano, com o inspetor da Alfândega – relata o jornal – acentuando que “o sobrenome do impetrante denunciava conhecida casa comercial de tecidos” e o “*litis consorte*”<sup>723</sup> informara que trazia mais 2.500 metros de casimira, 23 mil de tropical, 500 de gabardine, tudo com um valor calculado de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros”.

Um juiz acabou por conceder a segurança, diz o *A Noite*, porque “o art. 142 nada tem a ver com bagagem ou com importação”. A licença por ele outorgada, aponta o jornal, diz respeito “à liberdade de trânsito, não sendo preceito de ordem comercial, mas princípio de ordem política”. No Tribunal Federal de Recursos, no entanto, a decisão foi revertida, tendo então os interessados recorrido ao STF. O relator foi o ministro Luiz Gallotti, com unanimidade na corte. Ele escreve, citado pelo jornal: “Adotado o entendimento da sentença, qualquer estrangeiro rico, rotulando-se de imigrante, poderia trazer para o Brasil tudo aquilo que bem entendesse e não conviesse ao nosso país (os seus bens, ou o que, vendendo-os resolvesse adquirir no estrangeiro, como no caso ocorreu). E porque fala o artigo 142 da Constituição tanto em entrar como sair sem distinguir entre brasileiros e estrangeiros (a sentença é que resolveu ver no dispositivo uma franquia restrita aos imigrantes), a conclusão seria que qualquer pessoa também poderia sair do país levando tudo o que não convém ao Brasil exportar...”. O ministro do STF conclui: “Teríamos, então, o comércio exterior do Brasil sob contróle não das autoridades competentes, mas na dependência do exclusivo arbítrio de emigrantes e imigrantes”.

---

<sup>722</sup> *A Noite*, 28 jun. 1955. Disponível em <http://bit.ly/1K2tTt4>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>723</sup> Quando duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente. Ver artigo 46 da lei 5.869 de 1973, em <http://bit.ly/1DodXYZ> (acesso em 25 jan. 2015).

### **7.10 Em Genebra, recomendam-se medidas para o “bem estar material, intelectual e moral dos trabalhadores migrantes”**

A edição dominical de 19 de agosto de 1956 do *Correio da Manhã*<sup>724</sup> publica extensa matéria informando sobre uma recomendação adotada na Conferência Internacional do Trabalho – vinculada ao Sistema ONU –, em Genebra, que tratava da proteção dos trabalhadores migrantes nos “países pouco desenvolvidos”, que em outro momento classifica como “países insuficientemente desenvolvidos”. A recomendação, explica o jornal, se aplica aos países e territórios de economia de subsistência que evoluem para formas de economia mais avançadas, eventualmente se tornando centros industriais e agrícolas. “Tal evolução provoca consideráveis movimentos migratórios de trabalhadores e, às vezes, de suas famílias”, informa o diário.

O *Correio da Manhã* informa que a recomendação pede a adoção de medidas, por leis ou regulamentos nacionais ou locais, por acordo entre governos “ou por qualquer outro procedimento”, com o objetivo de “proteger os trabalhadores migrantes e a suas famílias durante a viagem entre o ponto de partida e o local do emprêgo, tanto no interêsse dos migrantes como dos países ou regiões de onde procedem, por onde transitem e aonde se dirijam”. A recomendação, informa o diário, pede ainda que seja ofertado gratuitamente exames médicos admissionais.

O jornal afirma que a recomendação orienta “desalentar [desestimular] as migrações de trabalhadores”, sempre que estas forem consideradas “indesejáveis no interêsse dos trabalhadores migrantes, de suas coletividades e dos países de origens”, mediante “disposições que permitam melhorar as condições de existência e elevar o nível de vida das regiões de onde normalmente partem as migrações”. Pede, no entanto, igualdade de condições para os atuais migrantes.

Entre outros direitos solicitados está o direito de “associar-se e dedicar-se livremente a tôdas as atividades sindicais para fins lícitos nos centros onde trabalhem, adotando-se tôdas as medidas pertinentes a fim de garantir aos sindicatos representativos dos trabalhadores interessados o direito de celebrar contratos coletivos”. Pede ainda a resolução, informa o *Correio da Manhã*, medidas para fornecer aos trabalhadores migrantes e a suas famílias “bens de consumo, especialmente alimentos e produtos alimentícios, a preços razoáveis e em

---

<sup>724</sup> Correio da Manhã, 19 ago. 1956. Disponível em <http://bit.ly/18zUTPU>. Acesso em 25 jan. 2015.

quantidade suficiente”. Além disso, o empregador ou a autoridade competente deveria pôr à disposição do trabalhador terras de cultivo, “sempre que possível” – diz o diário carioca.

O documento do direito internacional que mais se aproxima da então recomendação citada pelo *Correio* é, provavelmente, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias<sup>725</sup>, adotada pela resolução 45/158 da Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 18 de dezembro de 1990 e em vigor desde 1º de julho de 2003. O tratado foi remetido pelo Itamaraty ao Congresso Nacional somente no dia 13 de dezembro de 2010<sup>726</sup> e, até o início de 2015, o Brasil era o único país do Mercosul que não havia assinado nem ratificado o tratado.<sup>727</sup>

O documento da Conferência Internacional do Trabalho divulgado pelo *Correio da Manhã* também recomenda que não haja discriminação por motivo de nacionalidade, raça ou religião nos direitos relacionados a indenizações por acidentes de trabalho ou enfermidades profissionais. No limite, diz o texto do *Correio*, “dever-se-ia proceder, na medida do possível e do desejável, em colaboração com os trabalhadores, à organização de sociedades de socorro mútuos e de fundos de previdência social, com o objetivo de fazer frente às necessidades dos trabalhadores” nos casos de proteção contra os “riscos de invalidez, velhice e morte”. Outra recomendação é a adoção de medidas para permitir aos trabalhadores migrantes manterem contato com suas famílias e regiões de origem, entre as quais “a concessão de facilidades necessárias para o envio voluntário de fundos para a família do trabalhador em sua região de origem ou em outra parte qualquer, e para a constituição de um pecúlio [benefício] com o consentimento do trabalhador, devendo recebê-lo ao terminar seu contrato, quando regressar à sua região de origem ou em quaisquer outras circunstâncias que serão decididas de acordo de acôrdo com as duas partes”.

Medidas para o “bem estar material, intelectual e moral dos trabalhadores migrantes” também são recomendadas. A saber: “(1) medidas para estimular a economia voluntária; (2) medidas para proporcionar facilidades de instrução aos filhos dos trabalhadores migrantes;<sup>728</sup>

---

<sup>725</sup> O texto completo, em português, está em OEA. Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Disponível em <http://bit.ly/1hUKL3T>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>726</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mensagem n. 696, de 13 de dezembro de 2010. Disponível em <http://bit.ly/1fMFgpE>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>727</sup> É possível acompanhar o status de cada Estado-membro da ONU em relação ao tratado em UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families. Disponível em <http://bit.ly/1GBU9os>. Acesso em 28 fev. 2015.

<sup>728</sup> Observa-se que a palavra “instrução” é, nesse período, utilizada como sinônimo de “educação”, o que pode não estar claro para as novas gerações.

(3) facilidades para permitir que os trabalhadores migrantes satisfaçam suas aspirações intelectuais e religiosas”. Destaca-se que a matéria do *Correio da Manhã*, extensa e colocada em destaque, em nenhum momento adjetiva as recomendações ou faz qualquer comentário opinativo, se limitando a descrever as recomendações internacionais.

### **7.11 “A Ilha das Flôres praticamente deserta”: uma reportagem de 1956 sobre a famosa hospedaria carioca de imigrantes**

Uma reportagem especial do jornal *A Noite* de 26 de abril de 1956<sup>729</sup>, assinada por Everaldo de Barros com fotos de Mario Sampaio, destaca o esvaziamento da hospedaria da Ilha das Flores, o famoso centro de recepção de imigrantes durante boa parte da História do Brasil, localizado no município de São Gonçalo, no Rio, às margens da baía de Guanabara. “Estão tristes os 61 funcionários do Instituto Nacional de Imigração e Colonização [INIC] lotados na Hospedaria das Flores. Desolados, macambúzios mesmo porque, o verdejante e acolhedor paraíso situado no outro lado da Guanabara está quase que completamente vazio, habitado, apenas, por eles e mais 44 imigrantes, todos, entretanto, já com seus papéis devidamente desembaraçados, empregos arranjados e data marcada para retirada da Ilha”, inicia a matéria.

Em tom fúnebre, o jornalista completa: “Dentro de poucos dias, ali não mais restarão senão, vazios, os vastos e bem cuidados alojamentos; a desolação do enorme refeitório do SAPS (um dos maiores do Brasil), os aprazíveis canteiros, sem crianças na grama e as enfermeiras brancas<sup>730</sup> do grande hospital”. O jornalista relata que a situação da hospedaria está “amargurando” a vida dos profissionais que ali atuavam e que “fizeram do trabalho na Ilha das Flores uma espécie de profissão de fé, e não um simples meio de ganhar a vida”. O jornalista vê uma esperança: a de que o Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias – do qual o Brasil, informa o jornal, é um dos 24 membros – intensifique a imigração “de que tanto necessitamos” e, assim, a “aprazível ilha volte a viver os dias brilhantes que teve, logo após o término da última conflagração mundial”.

A matéria conta a história de personagens como Demetrius, cidadão nascido na ilha

---

<sup>729</sup> *A Noite*, 26 abr. 1956. Disponível em <http://bit.ly/1AqabfA>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>730</sup> Referência aos uniformes brancos utilizados pelos profissionais da enfermagem, a grande maioria mulheres.

grega de Rodes, filho de pai italiano e mãe alemã, e que acumula no INIC as funções de intérprete – “fala 11 línguas e escreve em 7” – e encarregado dos imigrantes. Conta a reportagem que Demetrius tinha três irmãos, um deles morto no dia da invasão da ilha pelos alemães. Outro irmão resolveu organizar a resistência antinazista para vingar o assassinato. À época, conta o jornal, Demetrius tinha apenas 15 anos de idade. Ele acabou sendo capturado e viu o espancamento de sua mãe pelos nazistas. Ele e um outro menino conseguiram escapar, fugindo para a Turquia e tendo de remar por mais de 20 horas. Para piorar sua situação, ambos foram detidos em um “infecto xadrez” porque “os turcos, não acreditando na façanha por eles realizada, julgava-os como espiões”.

A história de Demetrius contada ao jornalista do *A Noite* é mesmo impressionante: após conseguir fazer chegar às mãos do cônsul de seu país na Turquia um bilhete, alguns dias depois, ele conseguiu seguir viagem para o Cairo, onde ingressou na Real Força Aérea (RAF), do Reino Unido, uma das mais importantes à época. Não só ele como seu amigo, identificado na matéria como sendo beduíno, se tornaram pilotos de caça após 14 meses de “treinamento intenso”. Conta ainda a reportagem que, dos 33 diplomados com Demetrius, todos foram abatidos pelo inimigo, no período de apenas um ano. Ele se tornara, então, capitão.

Após a guerra Demetrius foi estudar na Inglaterra, mas o desejo de ajudar seus conterrâneos o fez voltar para a Grécia, onde cursou, na universidade, línguas, economia política e técnica de imigração. Chegou ao Brasil em 1949, registra o *A Noite*, e se casou com uma brasileira, abdicando de sua nacionalidade e de seu título na RAF e se naturalizando brasileiro. Ingressou no INIC por concurso.

No Brasil, chegou a elaborar um plano de ação sobre o tema, o MOPC – sigla para “Mão de Obra Pré-Colocada”, que segundo o registro do jornalista é “a resultante de anos de observações feitas por êle em países da Europa Central e do Mediterrâneo, donde nos vem o maior número de imigrantes”. O plano é resumido pelo jornalista do *A Noite* da seguinte forma: “(...) um empregador necessitando de técnico especializado ou de lavradores, procura o Instituto e diz das suas pretensões. O funcionário enche um formulário e remete uma via para o nosso consulado ou embaixada, no país onde reside o homem procurado, onde é entrevistado e, se corresponder às exigências do seu futuro patrão, será aceito. Daí pra frente tôdas as despesas com o imigrante, (transporte, papéis, etc.), serão feitas pelo empregador que as descontará do salário do seu novo empregado”. A proposta não é mirabolante, mas o próprio jornalista se justifica: “A coisa é mais complexa e tem bases sólidas. Não posso,

entretanto, numa reportagem deste tipo, entrar em maiores detalhes”. E acrescenta: “(...) aprovado o MOPC de Demetrius, lucraremos não só na seleção do imigrante, como também faremos grandes economias”.

O jornalista registra que, após sua visita à hospedaria, chegou à conclusão que o “melhor tipo de imigrante” que por ali passou foi o “representado pelos tão falados coreanos”. Quase todos de “instrução secundária ou superior”, eles são – diz o texto – “de um caráter digno de elogios e mantêm, bem alto, o amor próprio”, segundo informou à reportagem a supervisora do Serviço Social que o SESI<sup>731</sup> mantinha na Ilha – a senhora Inatá de Moraes. “Durante o tempo que ali estiveram jamais aceitaram dinheiro ou favores outros de quem quer que seja”, registrou o jornal. A reportagem exemplifica essa impressão com o caso de um coreano de 23 anos que desejava se ordenar sacerdote no Seminário Presbiteriano Geral do Rio e que “de modo algum queria aceitar o ensino gratuito” porque “os estudos teriam de ser por êle custeados com trabalho fora do Seminário”. O então administrador da Ilha das Flores acrescenta, citado pela reportagem: “Já com o grego não acontece o mesmo. Êles aqui chegam, gostam do passado<sup>732</sup>, das instalações e do clima da Ilha, e é um custo danado para botá-los no trabalho”. O administrador identificado como Sr. Gouvêa completa: “A luta do Demetrius com êles é tremenda. Este moço que tem verdadeiro amor pela sua pátria de adoção não admite tais molezas. Ainda há poucos dias êle se desdobrou para realocar uma turma que o INIC havia colocado no Alto Paraná, e abandonara o emprêgo para vir aqui “veranear””.

Entre os serviços disponíveis na Ilha, informa o diário, estão aulas de português; conferências sobre assuntos brasileiros em geral e sobre o Estado de destino do imigrante; festas em datas nacionais (brasileiras); correios; disponibilização de roupas para recém-nascidos; além de uma biblioteca “composta, na maioria, de livros didáticos, em várias línguas com traduções em português”. Entre as poucas reclamações, registra a reportagem, um aparelho de raio-X quebrado e “aquela dos funcionários que não se conformam com refeitórios separados no restaurante do SAPS”. A segunda reclamação, informa a reportagem, possui um registro interessante da hospedaria: “Julgam que a separação [no refeitório] pode causar mal-estar aos imigrantes e não corresponde a estes versos de Olavo Bilac, à entrada do Serviço Social, que é traduzido para todo imigrante no dia imediato ao da sua chegada (...)”.

---

<sup>731</sup> Serviço Social da Indústria, fundado em 1946. Ver SESI. História. Disponível em <http://bit.ly/1w4PDsx>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>732</sup> Alimentação diária.

O verso é o seguinte:

Pára! Uma terra nova a teu olhar fulgura!  
 Detém-te. Aqui de encontro a verdejantes plagas  
 Em carícias se muda a inclemência das vagas...  
 Este é o reino da Luz, do Amor e da Fartura.

E o repórter completa: “Verdades incontestas ao que se refere á aprazível, acolhedora e atualmente quase deserta Ilha das Flores”.

A imprensa frequentemente dava esperanças de que esse quadro mudaria. Poucos meses antes, por exemplo, o *Correio da Manhã* anuncia: “Imigrantes holandeses para os núcleos agrícolas”. Publicada na edição de 30 de novembro de 1955<sup>733</sup>, a matéria informa que um grupo de quarenta holandeses havia chegado ao Rio de Janeiro no dia anterior para trabalhar “nos diversos núcleos agrícolas batavos<sup>734</sup> instalados no Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais”. A leva, diz o jornal, é “quase tôda constituída de operários especializados, como mecânicos, eletricitas, maquinistas, etc.”, tendo ainda “alguns agricultores especialistas em plantação de cana de açúcar”. Antes de embarcar para o Brasil, os holandeses teria feito um curso sobre “usos e costumes do nosso país”, bem como aprendido “rudimentos do português”, treinamento este que os “habilitará a adaptar-se com maior facilidade”.

O adido de “Agricultura e Emigração” da embaixada brasileira na Holanda disse ao *Correio da Manhã* que “cerca de mil holandeses, inclusive nascidos na Indonésia, vieram para o Brasil no corrente ano”. O número deverá elevar-se no ano seguinte (1956), diz o jornal, “mas não em grande quantidade, pois o mercado de trabalho na Holanda está em condições de absorver tôdas as disponibilidades”. O jornal cita (sem fontes) um cálculo: “Sómente dentro de cinco anos, segundo as estimativas, haverá excedentes demográficos e então será possível a saída de grandes levas para os países que atualmente recebem imigrantes holandeses”.

<sup>733</sup> *Correio da Manhã*, 30 nov. 1955. Disponível em <http://bit.ly/1G5ALCW>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>734</sup> Segundo uma das definições do dicionário online Michaelis, “relativo ou pertencente à Holanda, ou característico desse país”.

## 7.12 O “problema” da imigração: “Ora, não somos racistas. Mas não queremos quistos”

Foi essa uma das principais manchetes de capa da edição de 27 de janeiro de 1957 do jornal *Correio da Manhã*.<sup>735</sup> O diário carioca fez uma entrevista com o novo presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), à época um dos órgãos responsáveis pelo tema. “As dificuldades que protelam ou entram a solução do problema imigratório brasileiro têm suas origens na falta de coordenação dos vários órgãos do govêrno que se encarregam do assunto”, afirmou ao jornal o presidente do Instituto, Fernando Ramos de Alencar, pleiteando que o INIC seja o coordenador geral da temática, “dentro dos princípios que melhor atendam aos interesses do país”. O foco do novo dirigente é o trabalho. “É indispensável, prosseguiu, que os govêrnos dos Estados e Municípios ajudem o INIC no conhecimento das reais necessidades dos respectivos mercados de mão-de-obra. É preciso que ajudem o Instituto a conhecer as disponibilidades de terras devolutas do govêrno, onde, através da criação de núcleos coloniais, fixaremos os pequenos agricultores”, cita o jornal.

O presidente diz ainda ao *Correio* que é preciso que o setor industrial informe ao INIC “quantos e quais técnicos” necessita para atender “não apenas as necessidades atuais mas e principalmente as futuras”. Outro fator que destacaria a relevância de políticas imigratórias mais coordenadas é a “importância do abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade às populações urbanas”. O jornal informa que o atual presidente do INIC é funcionalmente vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e já trabalhou com o tema na Itália, quando cuidava da emigração italiana para o Brasil, “estando assim a par dos problemas até mesmo na ordem prática do problema”. Nota-se a quantidade de vezes que o texto usa a palavra “problema”, mais do que qualquer outra expressão.

O jornal informa que “amplas modificações seriam feitas na política imigratória do país” e, quanto à imigração, será executada “no plano mais liberal”, sempre atendendo “às exigências do mercado interno de trabalho”, concluindo que trata-se de uma “verdadeira mola do progresso”. O presidente do INIC afirmou que na Itália, por exemplo, a agricultura “não oferece mais as mesmas possibilidades encontradas no Brasil”, destacando os benefícios para o imigrante: “Aqui o agricultor alienígena pode ganhar dinheiro e fazer fortuna lavrando a terra, mesmo porque possui imenso cabedal de conhecimentos que se devidamente aplicados no trabalho, proporcionarão imensos rendimentos, em breve fortuna”. A questão, resume

---

<sup>735</sup> *Correio da Manhã*, 27 jan. 1957. Disponível em <http://bit.ly/1wBRKnX>. Acesso em 25 jan. 2015.



Alencar, é saber “localizá-los no país”. O mesmo poderá ser feito, acrescenta, com o agricultor brasileiro, “que se localizado junto ao imigrante” muito terá a aprender “no amanho da terra, obtendo, por seu lado, remuneração mais condigna com a sua condição de produtor da riqueza nacional”.

Poucos dias antes, em sua edição de 15 de janeiro<sup>736</sup>, o jornal *A Noite* publica o “balanço preliminar” dos cinco anos de operações do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), a principal organização europeia do tipo nesta época. O CIME anunciou, observa o jornal governista, que entre 1º de fevereiro de 1952 e 31 de dezembro de 1956 foram “movimentados, sob os seus auspícios, 536.000 emigrantes europeus”. Do total, 54 mil teriam vindo para o Brasil, continua o diário carioca. O número global de 536 mil não inclui ainda – sem ser informado o motivo – os refugiados húngaros “transportados da Áustria para diversos países” em novembro e dezembro de 1956, um total de 88 mil pessoas. A Itália (174 mil), Alemanha (168 mil), Áustria (51 mil), Grécia (42 mil) e os Países Baixos (39 mil) foram os países com mais pessoas transportadas, segundo revelou a organização.

Na América Latina, como de praxe, a Argentina (63 mil) recebeu três vezes mais refugiados que os dois países que vêm em seguida: Brasil e Venezuela, ambos com cerca de 21 mil. A média mensal do período, calcula o jornal, é de 10 mil imigrantes transportados pelo CIME por mês.

No ano seguinte, outra análise no mesmo jornal volta a discutir, em perspectiva, a questão da imigração. O Brasil, informa, passou de 3,6 milhões de habitantes em 1800 para 62 milhões em 1958, com uma estimativa de chegar a 105 milhões em 1980.<sup>737</sup> O índice de crescimento demográfico nacional ultrapassa muitos dos índices europeus e o de países como Estados Unidos, Argentina e Canadá. Qual seria a contribuição da imigração e o papel do Estado nessa questão? É isso o que discute o articulista Pimentel Gomes na edição dominical do *Correio da Manhã* de 30 de novembro de 1958<sup>738</sup>, a partir do artigo “Imigrantes para o Brasil”. Citando dados de Portugal, França, Itália e Reino Unido, o autor registra que “a vantagem do Brasil é incontestável” – a França, por exemplo, passou de 40 milhões de habitantes em 1900 para quase 44 milhões em 1957, segundo Gomes. As mesmas

---

<sup>736</sup> *A Noite*, 15 jan. 1957. Disponível em <http://bit.ly/1EBwOEi>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>737</sup> O IBGE, na verdade, contabiliza três possibilidades para 1800, dependendo da fonte: 2,4, 3,2 e 3,6 milhões. Os dados demográficos brasileiros completos estão disponíveis no site da instituição, mais especificamente em INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://bit.ly/1GBUNCu>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>738</sup> *Correio da Manhã*, 30 nov. 1958. Disponível em <http://bit.ly/18bdMHV>. Acesso em 25 jan. 2015.

comparações se aplicam, já no século XX, a Argentina, Canadá e Estados Unidos.

O fenômeno, argumenta Gomes, se explicaria pela imigração, que teria pesado muito mais no crescimento demográfico destes últimos três países do que no Brasil. Segundo o autor, quando a imigração passou a fator secundário, o índice brasileiro de crescimento demográfico “sobrepuxo facilmente os dos países considerados” – mesmo reconhecendo que os números imigratórios brasileiros não devam ser subestimados, com quase 5 milhões de estrangeiros migrando para o país em um século, até 1950.

Como de costume na imprensa, o articulista do diário carioca destaca a contribuição dos europeus – principalmente os espanhóis (dão preferência ao Brasil mesmo com tantos países americanos de tradição e idioma espanhol), os alemães (“muito têm contribuído para o desenvolvimento do Brasil”) e os italianos (“há, atualmente, mais filhos e netos de italianos do que de portugueses”). A posição eurocêntrica fica clara ao final do artigo: “O Instituto de Imigração e Colonização tem perdido muitas oportunidades para aumentar a corrente de imigrantes europeus, que tanto nos interessa”. Citando o caso alemão, ele conclui: “Ainda agora, o governo alemão está muito desejoso de incentivar a vinda de alemães para o nosso país. A Alemanha está superpovoada. Há milhões de desempregados. A imigração é uma necessidade. Seria muito vantajoso, para os dois países, que fôsse consideravelmente engrossada a corrente imigratória”.

Alguns meses depois, Pimentel Gomes volta ao tema – na edição de 9 de junho de 1959<sup>739</sup> do mesmo *Correio* – relatando uma conversa com o então presidente do INIC. Segundo o autor, os estrangeiros continuam a chegar ao Brasil “anualmente, às dezenas de milhares”, lamentando a falta de recursos para a imigração “dirigida ou subvencionada”. É “lastimável”, diz, pois se trata de uma imigração “muito útil ao Brasil”. A média de imigrantes europeus, de cerca de 9 mil por ano desde 1952, “não é muito” e “poderia e deveria ser muito mais”, pois “se trata de gente muito boa, quase sempre de técnicos indispensáveis à indústria”. Os estrangeiros vindos por meio da imigração dirigida, diz Pimentel Gomes, são principalmente austríacos, alemães, gregos, italianos, holandeses, espanhóis e brancos expulsos da China”.

Gomes compara os números da Argentina com os do Brasil, classificando os imigrantes. Os holandeses são “excelentes”, tendo trazido “bons bovinos leiteiros e apetrechos para a indústria de laticínios”; os austríacos, “imigrantes de primeira ordem”; os gregos, “bons

---

<sup>739</sup> *Correio da Manhã*, 9 jun. 1959. Disponível em <http://bit.ly/1vZrxf8>. Acesso em 25 jan. 2015.

colonos”; os italianos, “um dos melhores colonos” e “muito têm contribuído para o progresso brasileiro”. Ele registra ainda que o Brasil recebera 3.416 “refugiados brancos, da China”, enquanto a Argentina recebera 52 – sobre os chineses, o autor não faz nenhum comentário. O autor conclui o artigo dizendo ser “mister” aumentar consideravelmente as verbas destinadas ao INIC que, “num país como o Brasil, é órgão importantíssimo”.

Pimentel já havia abordado o tema na edição de 29 de abril do mesmo diário<sup>740</sup>, levantando a tese – sempre comparando Argentina e Brasil – de que os argentinos receberam muito mais imigrantes os brasileiros, porém o Brasil os fixa em maior quantidade. Nesta edição, o autor reafirma sua tese de que o país precisa de imigrantes, sim, porém “muito principalmente de imigrantes europeus”, adiantando que “não se trata de racismo”. Nas palavras dele: “O europeu tem muito mais afinidade com o brasileiro do que o asiático oriental. É cristão como nós e quase sempre católico. Fala o mesmo idioma ou um idioma muito mais semelhante ao nosso do que qualquer idioma asiático. Deixa-se assimilar muito mais facilmente. Os rapazes não mandam buscar noivas na Itália, Espanha, Portugal, Alemanha ou Hungria como os japoneses têm o péssimo vêzo<sup>741</sup> de fazê-lo”. E conclui: “Ora, não somos racistas. Mas não queremos quistos.”

### **7.13 O cinquentenário da imigração japonesa: “O Japão manda para o Brasil os seus melhores imigrantes”**

O jornal *A Noite* de 12 de agosto de 1954 anuncia uma linha aérea entre Tóquio e São Paulo “criada primordialmente para levar emigrantes japoneses ao Brasil”. O pedido foi feito pela Linha Aérea Japonesa do Pacífico, uma firma com capital de 60 milhões de ienes<sup>742</sup> – informa o diário – financiada por várias empresas nipônicas, incluindo a Companhia de Navegação Shosen, de Osaka. O trajeto possui escalas em Honolulu, São Francisco, Houston (Texas), Miami, Caracas e Manaus, no total de 65 horas de viagem, com cerca de cinco viagens realizadas por mês. A viagem de volta, informa *A Noite*, “trará imigrantes japoneses no Brasil, que desejem visitar sua pátria de origem”. O preço da passagem (só de ida): 350 dólares. A volta fica em 780 dólares. No pé da mesma página, o diário informa que

<sup>740</sup> Correio da Manhã, 29 abr. 1959. Disponível em <http://bit.ly/1N4HvD2>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>741</sup> Hábito, costume.

<sup>742</sup> Moeda japonesa.

desembarcaram no Rio de Janeiro 10 austríacos “artífices” (artesãos), 20 agricultores sírios e 100 imigrantes de outras nacionalidades, sendo que a maioria seguiu para Santos.

Na edição de 2 de setembro<sup>743</sup>, o mesmo diário registra a chegada, pelo navio “Brasil Maru”, de 315 imigrantes japoneses em Belém, vindos da cidade de Kobe. A matéria informa que 183 seguem para a Colônia Agrícola do Amazonas, 123 para o Território do Amapá e 9 para o Pará. Oito anos depois, o *Correio da Manhã* de 16 de fevereiro de 1962 registra a chegada, ao porto do Rio de Janeiro, do navio japonês “América Maru” com 285 imigrantes. Segundo o jornal, todos são agricultores, tendo 90 desembarcado em Belém, 124 em Santos – para de lá irem para várias cidades paulistas – e 44 no Rio Grande do Sul, se dirigindo para Nova Hamburgo, Viamão, Boa Vista e Santa Maria.<sup>744</sup>

Os japoneses, afinal, voltaram a imigrar para o Brasil. Não com a mesma frequência as primeiras décadas desde 1908, é verdade, mas foram mais de 33 mil deles na década de 1950 e outros 25 mil na década seguinte.<sup>745</sup> Os países já se encontravam, muitos anos após o fim da guerra, com suas relações plenamente normalizadas. Nesse contexto, o *Correio da Manhã* de 5 de agosto de 1958<sup>746</sup> registra uma visita de parlamentares japoneses ao Brasil, em um aparente esforço de propaganda para destacar as boas relações dos dois países no que diz respeito à imigração. “O Japão manda para o Brasil os seus melhores imigrantes”, diz uma das chamadas da matéria.

Os senadores e deputados em visita fizeram uma coletiva de imprensa na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na capital Rio de Janeiro, acompanhados pelo deputado *nikkei*<sup>747</sup> Yukishigue Tamura<sup>748</sup> – filiado ao Partido Social Democrático (PSD) de São Paulo, sigla que seria extinta pela ditadura militar por ocasião do Ato Institucional número 2 (AI-2), em 1965. “[Os parlamentares] disseram da sua satisfação em retribuir a visita que uma delegação parlamentar brasileira fêz ao seu país, recentemente, em comemoração ao

<sup>743</sup> A Noite, 2 set. 1954. Disponível em <http://bit.ly/1M01pMi>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>744</sup> A soma dos três números não alcança o número de 285, e sim 258.

<sup>745</sup> LESSER, 2001:26.

<sup>746</sup> Correio da Manhã, 5 ago. 1958. Disponível em <http://bit.ly/1aFi8cj>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>747</sup> Denominação em língua japonesa para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou para os japoneses que residem no exterior.

<sup>748</sup> Importante nome para a comunidade japonesa em São Paulo e no Brasil, Yukishigue Tamura (1915-2011) foi o primeiro vereador nipo-brasileiro de São Paulo, o primeiro deputado estadual e também o primeiro deputado federal *nikkei* no mundo. Nascido em São Pau, Tamura é filho de imigrantes japoneses de Kochi que chegaram ao Brasil no navio Ryojun Maru, em 1910, para trabalharem na lavoura. Ver CULTURA JAPONESA. Yukishigue Tamura. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1w4ZSwQ>. Acesso em 25 jan. 2015; e YUKISHIGUE TAMURA, primeiro político nikkei, morre aos 96 anos. São Paulo Shimbun, 13 jul. 2011. Disponível em <http://bit.ly/1w4ZZZn>. Acesso em 25 jan. 2015.

cinquentenário da imigração japonesa em nosso país”, registra a matéria. A “caravana nipônica”, diz o *Correio*, é integrada por parlamentares situacionistas e opositores, registrando que a visita é apenas “de cortesia”, sem credenciados para efetivar negociações comerciais. A matéria registra que os japoneses visitariam ainda Argentina, Chile, Peru e Austrália.

O jornal carioca registra ainda que os parlamentares disseram que estão “muito gratos em que o Brasil receba com boa vontade imigrantes japoneses”. Citando os visitantes, conclui: “Desejamos enviar para aqui os melhores imigrantes a saírem do Japão”. Os jornalistas questionaram como se sentiam os japoneses aqui residentes, com o chefe da missão redirecionando a pergunta para o deputado Tamura, que afirmou: “(...) o Brasil é a melhor Pátria que os imigrantes japoneses podiam encontrar. Se pudessem regressar ao seu país, nenhum deles concordaria em deixar o Brasil”. Tamura afirmou que, “após 90 anos de imigração, era a primeira vez, em tôdas as Nações do mundo, que um filho de imigrante japonês alcançava a honra de ser um deputado federal, já existindo pelo interior do país mais de 100 vereadores, além de prefeitos, também filhos de japoneses, que compartilhavam da mesma oportunidade de, através [de] representações políticas, servir ao Brasil, o que ainda não ocorrera em nenhum outro país”.

A dificuldade de adaptação por conta da diferença do idioma foi um dos temas discutidos, com o chefe da missão registrando que “existem movimentos para a simplificação do nosso idioma”, porém que “achamos que a nossa língua têm um sabor especial...”. Sobre a bomba atômica, que “matou 250 mil japoneses desarmados”, registra o jornal que os “filósofos e o povo nipônicos não guardam qualquer rancor dos americanos, segundo os entrevistados, vendo em Hiroshima e em Nagasaki o sacrifício de milhares de inocentes em prol da paz em todo o mundo, para benefício de todos os povos”.

Na “mensagem ao povo brasileiro” da missão, entregue por meio da imprensa, os parlamentares registram o cinquentenário da imigração japonesa afirmando, em um tom talvez exageradamente cordial, que “sentimos imenso prazer em poder constatar pessoalmente as atividades de cidadãos brasileiros de descendências japonesa nos diversos setores da vida brasileira” (sic), afirmando ainda estarem “envaidecidos pela contribuição da colônia japonesa ao desenvolvimento do Brasil e, ao mesmo tempo, tributamos nosso profundo respeito e admiração pelo espírito de generosidade do povo brasileiro, que possibilita livre atividade de nossos patrícios neste país”.

A manutenção das tradições japoneses em São Paulo seria tema de uma matéria especial alguns anos depois na editoria de cultura no “Segundo Caderno” da edição de 7 de setembro de 1963 do mesmo *Correio*<sup>749</sup>: “Como as demais capitais, São Paulo apresenta em muitos recantos a aparência de lugares distantes, que são resultado das imigrações”. A concentração de japoneses é tão grande, registro o diário carioca, que “vemos ruas com tôdas as características da terra do Sol Nascente. Todos os cartazes e letreiros são escritos em caracteres japonêses e os cinemas, nesses bairros, levam somente filmes de procedência do Japão”.

Observando que a imigração japonesa dirige-se “na sua quase totalidade para o Estado de São Paulo”, o jornal traz uma teoria para a adaptação dos japoneses: “Embora facilmente adaptável, o elemento imigrado do Japão é de difícil integração social, por lhes ser dificultoso um afastamento imediato das milenares tradições morais a que estão ligados. Hoje, porém, elas estão afastadas de todo, pois a própria contingência da vida moderna, forçando o desaparecimento das fronteiras continentais, anula a hipótese de não integração”. Ainda segundo o jornal, a “proliferação da raça, rápida e em grande número, criando grande quantidade de filhos nascidos no Brasil, contribuiu para que os jovens japonêses em contato com os brasileiros arrastassem atrás de si, para uma integração rápida, os seus familiares”.

A matéria lembra a chegada, a Santos, em 1908, dos pouco mais de 800 imigrantes japoneses, afirmando que desde então chegaram pouco mais de 231 mil “trabalhadores procedentes do Japão”. Foram poucos no início, registra a reportagem, contudo esse número subiu consideravelmente “depois de sustada a imigração qualificada europeia, como consequência da primeira grande guerra, quando o nosso país arcava com dificuldades para manter o número de braços para sua lavoura, e, na Europa, se precisavam de braços para a reconstrução”.

Apesar da redução do número de imigrantes japoneses após a segunda guerra mundial, argumenta o jornal, em 1961 eles representavam 18% do total de imigrantes destinados a São Paulo. Sem citar fontes, o jornal registra também que cinco áreas concentravam 96,1% da população japonesa no Brasil: as demais eram norte do Paraná, Mato Grosso, Pará e Amazonas. São Paulo sozinha recebeu 75%, registra o diário. Além da capital paulista, eles estariam em maior número em Mogi das Cruzes, Suzano, Santo André, Guarulhos, Campinas, São Bernardo, Santos e São Caetano.

---

<sup>749</sup> *Correio da Manhã*, 7 set. 1963. Disponível em <http://bit.ly/1CbRdQO>. Acesso em 25 jan. 2015.

O jornal cita ainda as suas principais atividades, “segundo pesquisas recentes realizadas por amostragem”: 21% trabalham na agricultura; 4% são “trabalhadores qualificados”; outros 4% estão no setor de “vendas em geral”; 2,3% em bares ou restaurantes (como empregados ou proprietários); 2% no comércio atacadista; com porcentagens abaixo de 1% de profissionais liberais, pescadores, motoristas e em tinturarias. A matéria informa ainda que a Associação de Cultura Japonesa em São Paulo estava elaborando, com orientação técnica do IBGE e com “recursos fornecidos pela própria colônia”, um “estudo de profundidade” sobre a imigração japonesa, contendo “características gerais da população nipônica, aspectos culturais, pormenorizado estudo econômico, dados referentes a casamentos, nascimentos, fertilidade e morte”. Um clima muito distante, nota-se, da histeria coletiva que tomou conta de boa parte dos brasileiros e da imprensa durante a Segunda Guerra Mundial.

Alguns anos depois, um anúncio no jornal *Folha de S. Paulo* de 27 de março de 1966 “oferece” japoneses, “diretamente das fábricas mais industrializadas do mundo”, detalhando os profissionais disponíveis – engenheiros, eletricitas, técnicos de rádio e TV, projetistas e cabeleireiros, entre outros. O anúncio oferece o contato do “sr. Ogata” para “maiores detalhes”, “sem compromisso”. O anúncio diz que já foram trazidos “mais de 250 técnicos” em quatro anos de atividade. O anúncio é assinado pela empresa Jamic Imigração e Colonização Ltda.

Em outra nota do mesmo ano, o *Correio da Manhã* de 25 de maio<sup>750</sup> dá destaque para uma reunião, no Rio de Janeiro, com a presença de representantes de embaixadas e consulados japoneses de países latino-americanos, para debater a questão da imigração. Segundo o diário, a chamada “Conferência sobre a Imigração Asiática para os Países da América Latina”, que se realiza anualmente, aconteceu no Hotel Glória e tinha como objetivo “debater fórmulas para a orientação dos imigrantes japoneses, de acordo com a política de cada país nesse setor”.

Os funcionários da embaixada japonesa disseram ao *Correio* que os imigrantes de seu país “demonstram sempre preferência pelo Brasil” e que os serviços de imigração do Japão “realizam rigorosa seleção entre lavradores e técnicos que pretendem seguir para outros países”. Garantiram que 99% dos japoneses que imigravam para outros países eram lavradores. Segundo as fontes ouvidas pelo jornal, o índice anual de imigrantes japoneses era,

---

<sup>750</sup> Correio da Manhã, 25 mai. 1966. Disponível em <http://bit.ly/1LZcgI8>. Acesso em 25 jan. 2015.

em média, de sete mil. No entanto, devido à “industrialização do país”, aquele índice caiu para 700 imigrantes anuais, “na maioria técnicos”.

#### 7.14 Os judeus comemorados na imprensa: fim do estigma

Os suplementos especiais sobre as diferentes “culturas” estrangeiras no Brasil, no mesmo formato do mencionado no tópico anterior, passaram a ser cada vez mais comuns na imprensa neste período, como é o caso de um especial publicado no mesmo *Correio da Manhã*, em sua edição de 28 de abril de 1963<sup>751</sup>, destacando o 15º aniversário do Estado de Israel, “país em desenvolvimento” que está “colhendo alguns frutos dos dias pioneiros”. O espaço favorável dado à comunidade judaica contrasta com o clima de poucos anos antes, conforme tratado neste trabalho, em que o grupo era tido como “racialmente inferior” (a exemplo dos japoneses) e “nocivo” ao desenvolvimento econômico do Brasil (a exemplo dos árabes, por vezes). Registra o jornal que a “terra é áspera e o caminho tem sido difícil”, mas agora realiza-se o “sonho de 2.000 anos”. O diário afirma que a população vivendo em Israel à época era oriunda de 70 países, totalizando cerca de 2,3 milhões de pessoas. “Em parte *destros* (sic)<sup>752</sup> e fortes, em parte ignorantes e outros arrasados e destruídos.

A data é comemorada de acordo com o calendário hebreu e, naquele ano, cairia no dia 29 de abril. Para marcar o Dia da Independência de Israel, diz o diário, “apresentamos aos leitores uma visão em miniatura do esforço que se vem realizando ali e que está servindo como exemplo para o mundo”. Na mesma página, em destaque, dois anúncios publicitários: um da loja de departamentos Mesbla congratulando a “laboriosa Colônia Israelita do Brasil” pela data e outra companhia de cigarros Souza Cruz, que diz que o 15º aniversário do Estado de Israel é a “cristalização de um sonho duramente tornado realidade: uma pátria para o povo judeu”, um “grandioso legado de paz às futuras gerações”. Nas páginas seguintes do encarte, mais de uma dezena de anúncios parabenizando a data.

Na página seguinte um texto de Carlos Heitor Cony descreve a “arte da falar mal dos judeus”, reivindicando o autor ser próximo da colônia, pelos “avós de sangue semita”. Uma outra matéria fala sobre o “culto judaico da atualidade”, enquanto que um outro texto, de

<sup>751</sup> Correio da Manhã, 28 abr. 1963. Disponível em <http://bit.ly/18zWEN9>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>752</sup> No dicionário Michaelis, “destro” faz referência, ainda, tanto àqueles hábeis com a mão direita quanto “astuto, sagaz”.



autoria do próprio então primeiro-ministro, aborda a importância dos fundadores do Estado de Israel, lembrando o primeiro “Congresso Sionista” na Basileia e as ameaças dos Estados “muçulmanos” que pretendem “destruir Israel”. Moda, educação, economia, ciência, música, teatro, religião, história, turismo – o complemento de 31 páginas discute Israel do ponto de vista de Israel, sem problematizar a visão judaica em momento algum. Na página 23 do suplemento, uma publicidade anuncia o “semanário judaico independente” (citado em português e hebraico) identificado como “Aonde vamos?”, que se reivindica como “há 21 anos o órgão da elite da coletividade judaica em todo o Brasil”.

Três anos depois, a edição de 15 de maio de 1966 do jornal *Folha de S. Paulo* registrou a aproximação dos 50 anos de fundação da Sociedade Israelita de Beneficência (EZRA). Segundo o jornal, a entidade foi fundada em 20 de maio de 1916 “por um grupo de cidadãos israelitas radicados em São Paulo, com o objetivo de prestar assistência moral e material aos israelitas pobres e enfermos de nosso Estado”, primeiramente na capital e, depois, no interior. “Posteriormente”, continua a nota, “ampliou suas atividades por todo o Brasil”. Em meio a dificuldades financeiras, em 1935 foi iniciada a “fundação e organização de subcomitês da Ezra no interior de São Paulo e em outros Estados, com o objetivo de aumentar seus recursos”. Com isso, continua o registro da *Folha*, a entidade projetou-se para todo o país, chegando Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Paraná, entre outros lugares, trazendo “resultados econômicos satisfatórios”.

Uma das iniciativas do Ezra era responder aos *israelitas*<sup>753</sup> que “solicitavam notícias de familiares que ficaram em seus países de origem”, criando-se então um departamento para esses casos, “com filiação a numerosas organizações internacionais”. Em 1954, informa a nota, foi fundado o “Comitê de Emergência”, que “funcionava ininterruptamente para atender a refugiados de guerra”. As famílias inscritas, acrescenta a nota, recebem “auxílios financeiros, para manutenção, alugueis, viagens e equilíbrio de orçamentos domésticos”, além de créditos para mantimentos e compra de mercadorias. Em 1933, informou a matéria, “verificou-se grande índice de tuberculosos entre os imigrantes que aqui chegavam”. A entidade informou ter adquirido, então, uma chácara em São José dos Campos com 68 mil metros quadrados e construiu um pavilhão com capacidade para 25 doentes, ampliando-se depois para 120 leitos, atendendo – segundo o jornal – “milhares de casos da coletividade

---

<sup>753</sup> A Sociedade atendia, na verdade, toda a comunidade judaica, aparentemente, e não apenas a israelense. Ver ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO. Ezra. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1GBVWKe>. Acesso em 25 jan. 2015.

judaica em todo o Brasil”.

### 7.15 A política internacional de perseguição aos “subversivos”

No dia 1º de abril de 1964, um golpe militar foi deflagrado contra o governo legalmente constituído do então presidente João Goulart.

O editorial do jornal *O Globo* de 2 de abril assim interpretou o acontecimento: “Ressurge a Democracia! Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os *patriotas*, independentemente das vinculações políticas simpáticas ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é de essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ter a garantia da *subversão*, a escora dos *agitadores*, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada” (grifo nosso).

Em outro trecho, o diário carioca registraria: “Salvos da *comunização* que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos” (grifo nosso), acrescentando: “Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais”. Acrescenta *O Globo*: “Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal”. Na página superior da primeira página, uma foto do prédio da União Nacional dos Estudantes em chamas tem a seguinte legenda: “O incêndio da UNE mostrou o sentimento de *revolta do povo* contra os agitadores e falsos estudantes” (grifo nosso). O diário carioca diz em sua edição de 5 de abril que a “Revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista”.

Antes, no dia 2 de abril, o mesmo diário carioca registraria: “Salvos da *comunização*

que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos” (grifo nosso), acrescentando: “Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais” .

Em outro trecho, escreve *O Globo*: “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada (...) atendendo aos anseios nacionais de paz, tranquilidade e progresso... as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal”. O diário carioca diz em sua edição de 5 de abril que a “Revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista”.

Outros jornais reagiram de modo semelhante, como é o caso do *O Estado de Minas* de 2 de abril: “Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovacionados o governador do estado e chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade”. O jornal *Tribuna da Imprensa* do dia posterior ao golpe, 2 de abril, foi ainda mais violento: “Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou., o Sr João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu”. O *Jornal do Brasil* de 1º de abril seguiu o mesmo caminho: “Desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade (...) Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho *aliado dos comunistas*” .

Editorial do *Correio da Manhã* do dia 31 de março antecipa o clima na imprensa: “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!” No dia seguinte, de modo pouco sutil, sentencia: “Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!” Em uma das manchetes do dia 2 de abril, Carlos Lacerda “anuncia volta do país à democracia”. Registrando a posse de Castelo Branco, a edição de 16 de abril do *Correio Braziliense* escreve: “Milhares de pessoas compareceram, ontem, às solenidades que marcaram a posse do marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da República (...) O ato de posse do presidente Castelo Branco revestiu-se do mais alto sentido democrático, tal o apoio que

obteve”.<sup>754</sup>

Estava instalada, com o apoio massivo da imprensa brasileira, mais uma ditadura latino-americana fortemente marcada pelo contexto da Guerra Fria e, no caso brasileiro, fortemente amparada pelo governo estadunidense.<sup>755</sup> Neste subcapítulo, faremos uma breve e essencial contextualização desse período, para em seguida retomar a análise da imprensa do período.

A disputa ideológica que opunha o mundo capitalista de um lado e o mundo socialista de outro – liderados respectivamente pelos governos dos Estados Unidos e da União Soviética – encontrava um campo de disputa desigual no Brasil, com praticamente todas as publicações impressas de grande circulação orientadas pela perspectiva capitalista. Ao mesmo tempo, a campanha internacional contra o comunismo capitaneada pelos estadunidenses já mostrava resultados, mesmo que o Brasil ainda vivesse sob um governo relativamente democrático e de orientação socialista ou, pelo menos, social-democrata. Em 31 de janeiro de 1960, na reunião dos representantes de seus países-membros realizada em Punta del Este (Uruguai), a Organização dos Estados Americanos (OEA) resolveu, por pressão dos Estados Unidos, que a adesão por qualquer membro da OEA ao marxismo-leninismo era “incompatível com o sistema interamericano e o alinhamento de qualquer governo com o bloco comunista quebraria a unidade e a solidariedade do continente”. Mesmo com a oposição do representante brasileiro, a decisão levou à suspensão de Cuba da organização continental.<sup>756</sup>

Ainda na década de 1950, uma das principais estruturas de repressão do Estado brasileiro era o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), ampliado e fortalecido durante o governo Vargas. Com seu centro de inteligência baseado em São Paulo, as funções do órgão eram, segundo a Comissão da Verdade, dirigir os serviços policiais ligados à investigação, à prevenção e à repressão dos delitos de caráter político, social e econômico; fiscalizar importação, exportação, comércio, fabricação, emprego ou uso de armas, explosivos, inflamáveis, munições, produtos químicos agressivos ou corrosivos; e, no que interessa ao nosso objeto, fiscalizar a entrada, a permanência e a saída de estrangeiros do território nacional, a partir do estado de São Paulo. Destaca-se que, ao mesmo tempo que o DOPS/SP era responsável por fiscalizar os estrangeiros, também comandava o presídio

---

<sup>754</sup> CARTA MAIOR. *As manchetes do golpe militar de 1964*. 31 mar. 2009. Disponível em <http://bit.ly/1vrckMs>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>755</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1, p.226-229. Disponível em <http://www.cnv.gov.br>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>756</sup> *Ib.*, p.226.

político, que funcionava em dois locais, na rua Paraíso e na avenida Celso Garcia, além de operar em outros dois setores, o Serviço Secreto e o Serviço Especial de Vigilância.<sup>757</sup> Assim, a criminalização dos imigrantes indesejáveis se tornava muito mais eficiente, como veremos mais à frente.

Em 1966, já sob a ditadura, o governo federal criou o Centro de Informações do Exterior (Ciex), voltado não apenas à coleta mas também “à aquisição de informações com o uso de meios encobertos, não raro clandestinos”, segundo a Comissão da Verdade. O Ciex trabalhava em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Segurança e Informações e do Departamento Político e Cultural, com a função de coletar informações que interessavam ao governo e monitorar indivíduos brasileiros ou estrangeiros que consideravam subversivos. Um dos principais agentes repressores do período foi o diplomata e empresário Manoel Pio Corrêa Júnior, que ocupou o cargo de embaixador do Brasil no Uruguai de setembro de 1964 a janeiro de 1966 e conduziu uma severa política de monitoramento dos brasileiros exilados, de acordo com o relatório da CNV. Secretário-geral do Ministério de Relações Exteriores (MRE) de janeiro de 1966 a março de 1967, foi ele quem criou o Ciex. Foi também embaixador na Argentina, de outubro de 1967 a janeiro de 1969, além de ter presidido as filiais brasileiras das multinacionais Siemens (alemã) e Ishikawajima (japonesa).<sup>758</sup>

No plano internacional, começavam a circular nos anos 1970 denúncias, inclusive nos âmbitos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), de violações sistemáticas de direitos humanos e da existência de presos políticos no país, o que era enfaticamente negado pelo governo brasileiro. As autoridades nacionais buscaram reagir: já em 1970, o então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e futuro presidente da República, João Figueiredo, submeteu à Presidência um documento intitulado “Política governamental de comunicação social no campo externo”. Resultado das atividades de um grupo de trabalho presidido pelo representante do CSN e integrado por representantes do Serviço Nacional de Informações (SNI), Assessoria Especial de Relações Públicas, MRE e Estado-Maior das Forças Armadas, conforme relata a Comissão da Verdade, esse documento propunha que o governo brasileiro enfrentasse e combatesse “sistematicamente a guerra psicológica adversa no campo externo, em especial a campanha de

---

<sup>757</sup> *Ib.*, p.162.

<sup>758</sup> *Ib.*, p.181-183.

difamação contra o Brasil, *movida pelo comunismo internacional*, a fim de neutralizá-la ou, pelo menos, minimizá-la no mais curto prazo. Outrossim, atuará de forma permanente, objetivando elevar o prestígio internacional do país” (grifo nosso).<sup>759</sup>

A ação internacional mais bem estruturada dos regimes opressores sul-americanos, no entanto, foi a denominada Operação Condor (*Plan Cóndor*, ou ainda *Operativo Cóndor*), nome dado, conforme definição da CNV, a um “sistema secreto de informações e ações criado na década de 1970, por meio do qual Estados militarizados do continente americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados”. Sob a inspiração da doutrina de segurança nacional (DSN), de alcance continental naquele período, as ditaduras aliadas na Operação Condor elegeram, de forma seletiva, inimigos ideológicos, denominados “subversivos”, como os alvos por excelência de suas práticas de terrorismo de Estado, acrescenta a CNV.<sup>760</sup>

Grande parte dos cidadãos mortos e torturados eram argentinos, segundo a Comissão da Verdade, que conclui: “Diante dos documentos e testemunhos expostos, está claro que graves violações de direitos humanos foram praticadas contra cidadãos argentinos em território brasileiro, por ações de agentes brasileiros e argentinos, com o conhecimento de altas autoridades governamentais do Brasil e da Argentina”.<sup>761</sup> Um dos casos mais emblemáticos foi o do cidadão argentino Norberto Armando Habegger, jornalista, ensaísta e escritor que desapareceu em 31 de julho de 1978, quando chegou ao Rio de Janeiro (RJ), proveniente da cidade do México. Influente jornalista na Argentina, Chile e Uruguai, foi secretário político do Movimento Peronista Montonero e, durante a Copa do Mundo deste mesmo ano, realizada na Argentina, liderou uma importante campanha de denúncias das atrocidades cometidas pela ditadura militar que tinha à frente, em seu país, o general Jorge Rafael Videla. Segundo a Comissão da Verdade, as circunstâncias do desaparecimento sugerem que Norberto Armando Habegger foi capturado em uma operação conjunta de agentes da repressão brasileiros e argentinos. O objetivo era monitorar a movimentação de militantes de esquerda argentinos em território brasileiro.<sup>762</sup>

Nas reuniões sobre o tema, mantidas no nível do mais alto escalão dos governos do

---

<sup>759</sup> *Ib.*, v.1, p.360.

<sup>760</sup> *Ib.*, p.219.

<sup>761</sup> *Ib.*, p.152.

<sup>762</sup> *Ib.*, 256-257.

Brasil e da Argentina, eram debatidas informações de inteligência, obtidas pelos órgãos da repressão, relativas ao cenário internacional. Em um destes encontros, datado do final dos anos 1970 e disponível nos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi discutida a “situação de estrangeiros no Brasil sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Os agentes de informações do SNI observam que “os serviços responsáveis pela segurança interna têm manifestado preocupação quanto aos antecedentes de algumas pessoas relacionadas pelo ACNUR, cuja seleção e triagem não se processam de maneira muito rigorosa”.<sup>763</sup>

Os estrangeiros, acrescenta o documento, se locomoviam livremente pelo país em razão da “incapacidade do ACNUR em monitorar seus refugiados”, e poderiam participar de possíveis “atividades subversivas” contra o Brasil ou contra seu país de origem. “Há indícios de que o ACNUR vem dando prioridade aos elementos originários da Argentina”, diz o relato da reunião, observando que “o recente decreto aprovado pelo Governo argentino, concedendo ao preso político o direito de opção para deixar o país, deverá aumentar o afluxo de refugiados buscando a proteção do Comissariado”. O parágrafo final do documento demonstra a preocupação dos agentes com os possíveis “subversivos” que estariam no país e deixa claro que, para eles algo “mais contundente” deveria ser feito: “(...) a situação de estrangeiros – argentinos em sua maioria – que se encontram no BRASIL sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), vem sendo estudada por representantes do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores, do Serviço Nacional de Informações e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional”.<sup>764</sup>

Em depoimento à Comissão da Verdade no dia 25 de março de 2014, o coronel Paulo Malhães fez outras revelações sobre uma operação militar encoberta desenvolvida pelos governos do Brasil e da Argentina entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, à qual se referiu como “Operação Gringo” e cujos objetivos eram os mesmos: realizar buscas por “subversivos” argentinos em território nacional, contando para isso com todo o efetivo de agentes do Centro de Inteligência do Exército (CIE) do Rio de Janeiro. Um relatório do CIE denominado “Operação Gringo/CACO nº 11/79”, de 31 de dezembro de 1979, apreendido na residência de Malhães durante busca e apreensão realizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal em 28 de abril de 2014, diz o seguinte: “No nosso

---

<sup>763</sup> *Ib.*, 257.

<sup>764</sup> *Ib.*, 257-258.

trabalho, a entidade que mais se sobressai no apoio aos refugiados políticos alienígenas é a CARITAS BRASILEIRA (...) Suas atividades no BRASIL, em apoio aos subversivos do continente, em especial do CONE SUL, têm sido alvo de nossas operações de informações ”. Durante outro depoimento à CNV em 7 de fevereiro de 2014, o ex-analista do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Exército brasileiro, Marival Chaves Dias do Canto, explicou como foi montada a Operação Gringo, que incluía o apoio de um agente infiltrado:

(...) Eles pegaram um gringo, (...) esse sujeito eu não sei o nome dele, (...) veio para o Brasil e passado ao controle dos militares (...) da seção de operações do CIE, que tinha esse braço no Rio de Janeiro. E aí criou-se a chamada Operação Gringo. (...) Esse agente infiltrado, argentino, o que ele fazia? Ele se ligava com vários indivíduos ativistas e organizações também. Eu sei que ele fez contato com um sujeito que foi preso lá atrás, numa fazenda, lá no Mato Grosso, lá atrás. São dois irmãos que, nessa ocasião do contato, estavam militando no PCdoB. Esse sujeito produziu muita informação, e ele era assalariado. Era por conta dessa operação que a Argentina mandava U\$ 20 mil para cá todo mês.<sup>765</sup>

Uma das organizações citadas pelo Exército é a Cáritas, um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e que à época dava apoio aos refugiados que entravam no território brasileiro, em grande parte tidos pelo governo como subversivos. O próprio clero progressista, no entanto, era alvo da repressão militar, o que aumentava o estigma dos líderes católicos progressistas junto às autoridades do regime. Os religiosos foram alvo de investigação militar também durante a Guerrilha da Araguaia, ocorrida no sudeste do Pará e norte de Goiás, como mostra um relatório de 9 de agosto de 1973 de autoria do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Segundo o informe, os freis da ordem dominicana são conhecidos por sua proximidade com a esquerda desde 1968 e, no caso específico do Araguaia, teriam contribuído para “insuflar o conflito latente entre posseiros e latifundiários, chegando a incitar a resistência armada dos posseiros em ocasiões específicas”, relatou a Comissão Nacional da Verdade.<sup>766</sup>

Uma atenção especial é dedicada aos clérigos estrangeiros, considerados “portadores de ideologias exógenas ao ordenamento social existente no Araguaia”. A preocupação dos órgãos de segurança com os religiosos tem origem na relação desenvolvida entre estes e os

---

<sup>765</sup> Ib., 258-259.

<sup>766</sup> Ib., p.713.



posseiros pobres da região, diz a CNV. Na avaliação dos organismos oficiais, o clero progressista, ao prestar assistência social e orientação doutrinária aos camponeses, teria condições de fazer o que os guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pretenderam fazer, sem ter obtido sucesso. “Em outras palavras, os religiosos teriam condições de conquistar a confiança da grande maioria da população pobre na região e, assim, mobilizá-la na direção do enfrentamento direto dos elementos mais poderosos do local, os grandes proprietários de terra”, diz o relatório da Comissão da Verdade, acrescentando que o cerne da questão, tanto durante como após a Guerrilha do Araguaia, era a “terra e a disparidade entre as condições de vida dos posseiros pobres e as dos grileiros e latifundiários ricos, associados à polícia local e a outras instituições do Estado”.<sup>767</sup>

A partir dessa desconfiança com as ideologias exógenas, “(...) uma das formas da violência do estado ditatorial contra a ICAR [Igreja Católica Apostólica Romana] foi restringir o acesso de missionários estrangeiros para atender os serviços religiosos no país e expulsar aqueles que desenvolviam ações em favor dos direitos de indígenas, camponeses e operários – em oposição ao modelo de desenvolvimento econômico e político proposto pela ditadura militar”. Soma-se a essa ação arbitrária, acrescenta a Comissão da Verdade, o banimento de clérigos brasileiros com base na Lei de Segurança Nacional. “Os missionários e os agentes de pastoral eram tomados como inimigos do Estado. Vários missionários estrangeiros foram expulsos exclusivamente pela solidariedade que prestaram ao povo brasileiro”, diz a CNV.

No âmbito das graves violações de direitos humanos perpetradas entre 1964 e 1985, a Comissão Nacional da Verdade confirmou 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime civil-militar, sendo 191 os mortos, 210 os desaparecidos e 33 os desaparecidos cujos corpos tiveram seu paradeiro posteriormente localizado. Este número é “certamente” maior, nas palavras da Comissão, devido à “falta de acesso à documentação produzida pelas Forças Armadas, oficialmente dada como destruída”.<sup>768</sup> Desse total, segundo nosso levantamento, cerca de 6% das vítimas haviam nascido em outro país (entre estrangeiros e naturalizados) e outros 10% eram descendentes de imigrantes.<sup>769</sup> Do total de 434 mortos ou desaparecidos pela

---

<sup>767</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.2, p.175-176.

<sup>768</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1, p.963.

<sup>769</sup> *Ib.*, p.438;444; Os descendentes foram identificados a partir das fichas de CNV, 2014, v.3 e de informações biográficas de cada um dos indivíduos recolhidos em sites com informações genealógicas. Pode ser, portanto, muito maior o número de descendentes de imigrantes. São eles: Alexander José Ibsen Voerões, Ana Maria Nacinovic Corrêa, Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva, André Grabois, Antônio Marcos Pinto de Oliveira, Arno Preis, Carlos Marighella, Carlos Schirmer, Catarina Helena Abi Eçab, Chael Charles Schreier, Eremias

ação do Estado brasileiro entre 1964 e 1985, 24 nasceram no exterior. A nacionalidade estrangeira com o maior número de vítimas é a argentina (11).<sup>770</sup> Entre os identificados pela Comissão, outros três eram uruguaios<sup>771</sup>, com os demais tendo nascido na Bolívia, Espanha, França, Itália (2), Iugoslávia, Paraguai, Reino Unido, Síria e Tchecoslováquia.<sup>772</sup>

Uma das mais importantes lideranças da guerrilha brasileira no período, Carlos Marighella, foi o primeiro dos sete filhos do imigrante italiano Augusto Marighella e da baiana Maria Rita do Nascimento, uma negra descendente de escravos hauçás.<sup>773</sup> Uma música do compositor Caetano Veloso lançada em sua obra “Abraço”, em 2012, homenageia a vida de Marighella, e um dos trechos do canção lembra sua ascendência estrangeira: “Filho de um italiano / E de uma preta hauçá”.<sup>774</sup> Chama atenção, ainda, a grande quantidade de descendentes de japoneses, em comparação com as demais nacionalidades estrangeiras, entre as vítimas do regime militar. É o caso de Luiz Hirata, nascido em Guaiçara (SP) e oriundo de uma família de imigrantes japoneses e agricultores. Hirata cursava Agronomia na Universidade de São Paulo (USP), em Piracicaba, e foi militante da Juventude Universitária Católica (JUC) e, depois, da Ação Popular (AP).<sup>775</sup>

Em outro caso notável, a estudante de Letras da USP e filha mais velha de um casal de imigrantes japoneses do interior de São Paulo, Suely Yumiko Kanayama (conhecida como “Chica”) – cujo codinome era “Chica” e foi chamada pelos militares de “japonesa” ou “japonesinha” – foi capturada e presumivelmente morta em 1974 durante a Guerrilha do

---

Delizoicov, Francisco Seiko Okama, Frederico Eduardo Mayr, Gelson Reicher, Gustavo Buarque Schiller, Hiroaki Torigoe, Horacio Domingo Campiglia, Iara Iavelberg, Ichiro Nagami, Iguatemi Zuchi Teixeira, Issami Nakamura Okano, João Antonio Santos Abi Eçab, João Carlos Haas Sobrinho, José Guimarães, José Idesio Brianezi, José Lavecchia, José Roberto Spiegner, Leopoldo Chiapetti, Lincoln Cordeiro Oest, Luiz Ghilardini, Luiz Hirata, Massafumi Yoshinaga, Maurício Grabois, Napoleão Felipe Biscaldi, Nelson de Souza Kohl, Norberto Nehring, Olavo Hanssen, Paulo Stuart Wright, Roberto Rascado Rodriguez, Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, Sérgio Fernando Tula Silberberg, Stuart Edgar Angel Jones, Suely Yumiko Kanayama e Yoshitane Fujimori. Ver CNV, 2014, v.3.

<sup>770</sup> São eles: Antonio Luciano Pregoni, David Eduardo Chab Tarab Baabour, Eduardo Gonzalo Escabosa, Enrique Ernesto Ruggia, Jorge Alberto Basso (que também era brasileiro), Jorge Oscar Adur, Liliana Inés Goldenberg, Lorenzo Ismael Viñas, Mónica Suzana Pinus de Binstock, Norberto Armando Habegger e Roberto Adolfo Val Cazorla. Ver CNV, 2014, v.3.

<sup>771</sup> São eles: Ary Cabrera Prates, Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte e Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães (Uruguai). Ver CNV, 2014, v.3.

<sup>772</sup> São eles: Juan Antônio Carrasco Forrastal (Bolívia), Miguel Sabat Nuet (Espanha), Jean Henri Raya Ribard (França), Antônio Benetazzo e Libero Giancarlo Castiglia (Itália), Vladimir Herzog (Iugoslávia), Soledad Barrett Viedma (Paraguai), Walter Kenneth Nelson Fleury (Reino Unido), Labibe Elias Abduch (Síria) e Pauline Philipe Reichstul (Tchecoslováquia). Ver CNV, 2014, v.3.

<sup>773</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.3, p.361.

<sup>774</sup> BARRETO, Gustavo. Filho de um italiano e de uma preta hauçá. Mídia Cidadã, 5 mar. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1DOKNyY>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>775</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.3, p.782.

Araguaia, em circunstâncias até 2015 não esclarecidas. Na universidade, Suely tornou-se amiga de Rioko Kaiano e, juntas, ingressaram no grupo guerrilheiro Ação Popular (AP). Mais tarde, outra *nikkei*, Nair Kobashi, as convidou para militarem no PCdoB. Passaram, então, a serem chamadas de o “exército japonês”.<sup>776</sup> Sobre Suely, Lesser escreveu em seu *Uma diáspora descontente* (2008):<sup>777</sup>

A “luta até a morte”, semelhante a de um kamikaze, também foi importante para Célia Abe Oi, jornalista da *Página Um* e hoje diretora do Museu da Imigração Japonesa de São Paulo. Ela me disse: “Yumiko foi uma heroína para nós”. Quando lhe perguntei o que ela queria dizer com isso, ela explicou que Kamayana representava o “caminho do samurai”, que significa levar algo até seu limite máximo, e também que ela era uma pessoa com um senso de brasilidade forte ao ponto de torná-la disposta a dar a vida por seu país.

A pesquisadora Cristina Miyuki Sato Mizumura comenta a interpretação de Célia feita a Lesser dizendo o seguinte:

A jornalista atribuiu, assim, à morte de Suely um sentido heroico e nobre. A jovem *nikkei* seria uma guerreira samurai com forte sentimento de lealdade ao Brasil, e não uma guerrilheira subversiva que traiu sua família, sua comunidade de origem e a própria juventude brasileira com sua militância política. A história da guerrilheira *nikkei* do Araguaia é um contraponto à impressão generalizada de que os nipo-brasileiros não se envolvem em questões políticas ou em situações de conflito, preferindo abster-se de polêmicas ou no máximo buscando formas de entendimento que evitem o confronto direto.<sup>778</sup>

A primeira matéria sobre Suely na imprensa brasileira foi anunciada na revista da comunidade japonesa *Página Um* de 3 de julho de 1979, a ser publicada na edição seguinte, e segundo Mizumura se tornaria uma das mais marcantes do jornalismo nipo-brasileiro.<sup>779</sup>

Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pelo desaparecimento de 62 pessoas na região

<sup>776</sup> COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. Caso Suely Yumiko Kanayama (Chica). Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1GBWKiq>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>777</sup> LESSER, Jeffrey. *Uma diáspora descontente: Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica (1960-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

<sup>778</sup> MIZUMURA, Cristina Miyuki Sato. *Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro. Discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas*. 2011. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.141. Disponível em <http://bit.ly/1zyJdn2>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>779</sup> *Ib.*, p.128.

do Araguaia no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, incluindo Suely. A Comissão da Verdade afirma que ela é considerada desaparecida política por não terem sido entregues os seus restos mortais aos familiares, o que não permitiu o seu sepultamento. “Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Suely Yumiko Kanayama, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos”, disse a Comissão no relatório.<sup>780</sup>

Outros, como Antônio Benetazzo, seguiram a trajetória de perseguição de sua família no país de origem. Nascido em Verona, na Itália, Benetazzo foi um dos cidadãos estrangeiros mortos pela ditadura militar brasileira, um filho de imigrantes perseguidos em seu próprio país pelo fascismo. Ele chegou ao Brasil com 9 anos de idade e, no interior paulista, iniciou a participação no movimento estudantil, fazendo parte do Centro Popular de Cultura (CPC) e, em pouco tempo, sendo eleito um dos dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1962, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB).<sup>781</sup>

Uma das primeiras vítimas da repressão foi uma mulher de 65 anos nascida na Síria em 1899 e criada no Brasil. Logo após ter tomado conhecimento do golpe militar de 1964, Labibe Elias Abduch dirigiu-se para o centro da cidade, no Rio de Janeiro, à procura de informações sobre o desenrolar do movimento militar no estado do Rio Grande do Sul, onde um de seus filhos se encontrava. De acordo com uma edição especial da revista *O Cruzeiro*, de 10 de abril de 1964, Labibe morreu durante uma manifestação de oposição ao golpe, em frente ao Clube Militar, na Cinelândia:

Na verdade, populares tentaram, pouco depois, invadir a sede da entidade de classe dos oficiais do Exército, no que foram obstados pelos disparos dos tenentes, capitães, majores, coronéis e generais que lá se encontravam. Os oficiais dispararam de início para o ar e, por fim, para valer. [...] 14 horas. É o sangue. A multidão tenta, mais uma vez, invadir e depredar o Clube Militar. Um carro de choque da PM posta-se diante do Clube. O povo presente vaia os soldados. Mais tarde, choques do Exército, chamados a pedido do marechal Magessi, presidente do Clube Militar, dispersam os agitadores. Que voltam na recarga, pouco depois (para sua infelicidade). Repelidos a bala, deixam em campo, feridos, vários manifestantes; entre eles Labib Carneiro Habitude e Ari de Oliveira Mendes Cunha, que morreram às 22 horas, no Pronto-Socorro.<sup>782</sup>

<sup>780</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.3, 1.574-1.578.

<sup>781</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.3, p.1.071.

<sup>782</sup> O Cruzeiro, 10 abr. 1964 apud CNV, 2014, v.3, p.116-117.

Segundo a Comissão da Verdade, a *causa mortis* registrada na certidão de óbito indica que Labibe morreu em decorrência de “ferimento transfixante do tórax, por projétil de arma de fogo, hemorragia interna”. Uma lei de junho de 2004 aumentou a abrangência da responsabilidade do Estado em episódios como este durante a ditadura, passando a considerar também os “que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestação pública ou em conflitos armados com agentes do poder público” . Com isso, Labibe passou a constar como uma das 434 vítimas da repressão no período, tendo morrido no dia 1º de abril em um hospital público no centro do Rio.<sup>783</sup>

Com essa introdução, buscamos contextualizar brevemente o período da ditadura civil-militar (1964-1985), mostrando como os estrangeiros, e os imigrantes em especial, foram alguns dos atingidos pelo terrorismo de Estado<sup>784</sup> perpetrado por diversos governos sul-americanos, com apoio de potências estrangeiras como Estados Unidos e Reino Unido, contra cidadãos estrangeiros e nacionais.

### **7.16 “Agricultores qualificados” não chega a 10%: estatísticas insatisfatórias para um jornal carioca**

Uma reportagem de 17 de janeiro de 1965 do *Correio da Manhã*<sup>785</sup> – uma edição dominical – divulga dados da imigração de dois anos antes, informando que cerca de 24 mil estrangeiros entraram no Brasil em 1963 como imigrantes, sendo que a quase totalidade veio pelos portos e aeroportos do sul do país. Utilizando dados do governo federal, o diário informa que a grande maioria – 21.470, conforme o registro jornalístico – veio espontaneamente, enquanto os demais “compunham a corrente da imigração dirigida”. O diário informa ainda que a ampla maioria é de portugueses (11.585)<sup>786</sup>, seguidos de espanhóis e japoneses. Mais da metade desembarcou no porto de Santos, com cerca de 8 mil chegando pelo do Rio. Pelo norte chegaram poucos imigrantes, diz o jornal: em Recife (298), Belém (189) e Salvador (155).

---

<sup>783</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.3, p.116-117.

<sup>784</sup> O termo “terrorismo de Estado” é utilizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) para designar a Operação Condor. Ver BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1, p.41.

<sup>785</sup> *Correio da Manhã*, 17 jan. 1965. Disponível em <http://bit.ly/1Bsi8X6>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>786</sup> Segundo Oliveira (2001:32), de 1950 a 1963, 40% dos imigrantes que ingressaram no Brasil eram portugueses.

Demonstrando um certo tom de descontentamento, o jornal registra a suposta baixa qualificação profissional: “Como vem acontecendo desde muito tempo, o contingente dos chamados "agricultores qualificados" não alcançou 10% do total, sendo inferior ao dos operários e dos que vieram dedicar-se ao comércio. [*incompreensível*] 2/3 do total estão rubricados em "atividades domésticas", devendo compreender-se aí os grupos femininos, infantil e senil. Perto de 1.300 para 3 é a relação”. O jornal destaca o suposto interesse dos norte-americanos que querem se fixar no país: 973 em 1962 e 971 no ano seguinte. “Dois quadros contidos no *Anuário Estatístico do Brasil – 1963*, recentemente lançado, permitem boa visão sôbre o problema do fluxo migratório”, conclui a reportagem.

As estatísticas de quase 150 anos, desde o período joanino, seriam conhecidas dois anos depois, conforme anuncia o *Correio* de 6 de maio de 1967.<sup>787</sup> Teriam entrado no Brasil pouco mais de 5 milhões de imigrantes entre 1818 e 1963, segundo dados da Divisão de Migração do Departamento Nacional de Mão-de-Obra (DNMO)<sup>788</sup>, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. O levantamento estatístico afirma, diz o jornal, que entraram no país exatos 5.524.283 imigrantes “vindos de tôdas as partes do mundo”.

A nota acrescenta que, entre os países que contribuíram com o maior número de imigrantes, destacam-se Portugal (1,7 milhão), Itália (1,6 milhão), Espanha (718 mil), Alemanha (256 mil) e Japão (242 mil). Entre os períodos de 1818 a 1889, afirma o *Correio*, o total de imigrantes “foi da ordem de 865.335”; entre 1890 e 1900, 1,2 milhão; entre 1901 e 1920, 1,4 milhão; entre 1921 a 1940, 1,1 milhão; entre 1941 e 1960, pouco mais de 726 mil; e em 1961, 1962 e 1963, respectivamente 43.537, 31.138 e 23.858. Quase todos os imigrantes são europeus, registra a matéria, com alguns provenientes da Turquia e outros dos Estados Unidos. Sobre os demais, a matéria não faz qualquer registro.

Os números insatisfatórios contrastavam com novas visitas de autoridades que buscavam aumentar, agora já sob o regime militar, a quantidade de imigrantes no país. A edição de 1º de dezembro de 1965 do *Correio da Manhã*<sup>789</sup> registra a visita de um deputado norte-americano com a seguinte manchete: “Deputado dos EUA quer imigrantes europeus no Brasil”. O parlamentar – Carlton King, “eleito na chapa do Partido Democrata pelo Estado de Nova York” – estava em visita ao Brasil e outros países da América do Sul, registra o jornal.

---

<sup>787</sup> *Correio da Manhã*, 6 mai. 1967. Disponível em <http://bit.ly/1CbU787>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>788</sup> Criado em dezembro de 1965, ver BRASIL. Lei n. 4.923, de 23 de dezembro de 1965. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14923.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14923.htm). Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>789</sup> *Correio da Manhã*, 1 dez. 1965. Disponível em <http://bit.ly/1aFmb8f>. Acesso em 25 jan. 2015.

Sua viagem à região, informa o *Correio*, “prende-se a objetivo de estudo das possibilidades de colocação, nos países desta parte do Continente, de imigrantes europeus”.

Segundo o jornal, a Comissão Intergovernamental para a Migração Europeia era então integrada por 22 nações, incluindo o Brasil e os Estados Unidos. Com sede em Gênova, acrescenta a matéria, a organização seria a sucessora da Organização Internacional de Refugiados e estaria em “condições de proporcionar ao Brasil mão-de-obra especializada, através de imigração selecionada, em cooperação com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID)”. Entre alguns dos benefícios já visíveis estão o recebimento de oito professores belgas pela Universidade de São Paulo, além de “engenheiros, projetistas e técnicos em projetos de extensão rural”. “O deputado King e sua comitiva pretendem passar no Rio cinco ou seis dias, seguindo, então, para São Paulo, Estado que melhores condições oferece para a colocação de imigrantes especializados. Em São Paulo, o sr. Carlton King visitará as colônias holandêsa e belga”, conclui a matéria do *Correio*.

Pouco depois, o caderno agrícola do *Correio* – o *Correio Agrícola* – registra em sua edição de 21 de janeiro de 1966<sup>790</sup> a chegada de imigrantes sul-coreanos ao Paraná. Segundo o diário, eles estariam “transformando a paisagem da Rodovia do Café”, percurso rodoviário que liga o noroeste do estado paranaense com o litoral. “Possuindo recursos financeiros, os imigrantes adquiriram terras na Colônia Santa Maria, na cidade paranaense de Castro, além de maquinaria agrícola e implementos, sementes e utensílios”, completa a matéria. Segundo o jornal carioca, os imigrantes da Coreia do Sul pretendem transformar o local em uma pequena vila, com casas, armazéns, silos, hospital e igreja. “Os sul-coreanos aguardaram durante dois anos o embarque para o Brasil, devido à extinção do SUPRA, órgão do governo brasileiro anterior”, conclui a nota. A Superintendência de Política Agrária (Supra) foi criada pelo então presidente João Goulart, em 1962<sup>791</sup>, tendo sido extinta pela ditadura civil-militar ainda em 1964, mesmo ano do golpe de Estado.

---

<sup>790</sup> *Correio da Manhã*, 21 jan. 1966. Disponível em <http://bit.ly/1AIH6Rs>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>791</sup> A lei que cria a Supra está disponível em BRASIL. Lei delegada n. 11, de 11 de outubro de 1962. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/ldl/ldl11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ldl/ldl11.htm). Acesso em 25 jan. 2015.

### **7.17 “Bons imigrantes e técnicos”, mas também “marginais, criminosos e exploradores de todo o tipo” procuram fugir de “áreas convulsionadas”: o assassinato de Bob Kennedy**

O *Correio da Manhã* destaca na edição dominical de 12 de março de 1967 – na seção de Ciência – o problema do êxodo de “técnicos altamente qualificados” da América Latina para os Estados Unidos. “Segundo se revela”, diz o diário, “cêrca de seiscentos técnicos altamente qualificados da América Latina emigram todos os anos para os EUA, atraídos por melhores salários, liberdades individuais, estabilidade política e grandes programas de pesquisa e desenvolvimento que estão sendo realizados pelo govêrno norte-americano”. Segundo o *Correio*, a informação foi dada pelo então secretário executivo do Conselho Federal de Tecnologia e Ciência, Charles Kidd, à Subcomissão de Imigração do Senado dos EUA, que investigava a “exportação de cérebros” (aspas do *Correio*).

Os maiores contingentes tinham origem no Chile, Uruguai, México, Brasil, Argentina, Peru e Venezuela. O prejuízo, destaca o jornal, seria de 12 milhões de dólares por ano, a partir do cálculo de que o preparo de cada técnico seria de aproximadamente 20 mil dólares. Entre 1961 e 1965, informa, o total de cientistas, engenheiros e médicos de países latino-americanos que procuraram os EUA teria alcançado a cifra de 3 mil.

A “retenção” dos técnicos demandaria a adoção – segundo o representante norte-americano citado pelo diário brasileiro –, da parte dos países latino-americanos, de três medidas. A primeira é a revisão da situação destes técnicos vivendo no exterior (como a sua renda), além do estudo de “medidas seletivas” destinadas a melhorar a “sorte dos migrantes em potencial”. A segunda medida usaria essa análise para “selecionar estudantes e fixar seu sustento de modo a garantir seu regresso”. O terceiro é mais direto: “Contrôle direto do movimento migratório através de passaportes, se uma nação estiver tão preocupada que possa justificar uma restrição de liberdade de movimento de seus cidadãos”.

Ainda segundo o norte-americano, três medidas poderiam ser adotadas para a repatriação dos migrantes aos países latino-americanos: “(1) Oferecer aos migrantes posições específicas com situações favoráveis de emprêgo; (2) Oferecer incentivos específicos (já propiciados pela Argentina) para a repatriação, tais como isenção de impostos ou concessão de moradias; (3) Enviar equipes de recrutamento para oferecerem empregos ou concessão de moradias”.



O presidente da Subcomissão norte-americana, o senador Edward Kennedy – mais conhecido como Ted Kennedy, o mais novo dos nove filhos de Joseph Kennedy e um defensor dos direitos dos migrantes, ele próprio de origem irlandesa – declarou por ocasião da reunião, conforme relatado pelo jornal: “Desejo sugerir que nosso govêrno tome a iniciativa – de preferência através da ONU – de convocar uma conferência internacional de governos interessados para tratar do assunto da evasão de mão de obra qualificada das áreas menos desenvolvidas do mundo”.

Um episódio de violência envolvendo a família Kennedy, no entanto, marcaria no ano seguinte o noticiário global, e particularmente o brasileiro, reintroduzindo o tema da imigração sob outra perspectiva: o assassinato do então senador norte-americano Robert F. Kennedy – mais conhecido como “Bob” Kennedy e irmão de Ted – foi usado pelo *Correio da Manhã* para alertar contra as “massas desajustadas” e “etnias exóticas” no Brasil. A manchete principal da edição de 7 de junho de 1968 do *Correio*<sup>792</sup> – “Imigração vê o Brasil sob mesma ameaça: Sirhan” – faz referência a Sirhan Bishara Sirhan, o assassino confesso de Bob Kennedy, assassinado dois dias antes no Hotel Ambassador, em Los Angeles.

A matéria segue uma linha política governista deste período, que vincula praticamente todas as áreas da política à segurança nacional, principalmente após a edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro do mesmo ano. “Ao comentar, ontem, a *condição de imigrante* do responsável pela morte do senador Robert Kennedy, técnicos brasileiros em imigração estabeleceram a semelhança existente entre várias falhas da legislação norte-americana que trata da política imigratória com os erros de leis brasileiras sobre o mesmo assunto”, diz a matéria do *Correio* logo no início. Segundo essa análise dos “técnicos”, no mundo “convulsionado que vivemos”, não só os “bons imigrantes e técnicos procuram fugir de áreas convulsionadas” – Oriente Médio, África e Ásia – “mas também os marginais, criminosos e exploradores de todo o tipo”. Apesar da aparente legislação rígida de entrada de estrangeiros em seu território, alertam, o país sofre “muitos males da vulnerabilidade de sua legislação imigratória”. Para os EUA, apontam os técnicos citados pelo jornal, “acorreram milhares e milhares de desajustados, exilados por motivos políticos e gente sem profissão, criando verdadeiro perigo para a segurança da sociedade norte-americana”. Para isso, citam o assassinato de Bob Kennedy, nas palavras transcritas do jornal “um

---

<sup>792</sup> Correio da Manhã, 7 jun. 1968. Disponível em <http://bit.ly/1CbUQq2>. Acesso em 25 jan. 2015.

desajustado jordaniano<sup>793</sup> que imigrou para os Estados Unidos há pouco mais de um ano”.

No caso do Brasil, escreve o *Correio*, existe de uns tempos para cá segundo estes mesmos técnicos “um verdadeiro tumulto nas leis referentes à entrada de estrangeiros”. Segundo estes técnicos, os órgãos encarregados da seleção de imigrantes “extingiram-se ou estão em vias de se extinguir por falta de objetivo”, tornando-se “cabides de emprêgo” e com seus orçamentos mal dando para o pagamento dos funcionários. “Não fazem política imigratória, sobretudo porque não recebemos imigrantes, isto é, bons imigrantes, como nos velhos tempos”, sustentam os técnicos citados pelo *Correio*. Eles acrescentam que, “ultimamente”, o Brasil só tem recebido imigrantes “voluntários, de péssima qualificação, de *etnias exóticas*, sem qualquer semelhança com a *matriz latina* da nacionalidade brasileira” (grifo nosso). As qualificações profissionais são “as mais espúrias”, vivendo estes imigrantes como “parasitas da economia nacional”.

Os técnicos alertam ainda que o Estatuto dos Estrangeiros – “tão apregoado”, diz o jornal – “nem subiu ainda ao presidente da República”. A lei, que viria a “disciplinar a entrada e a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil, tem que ser levada avante com a maior urgência”, dizem os técnicos segundo o *Correio*, pois as autoridades brasileiras no exterior “andam perplexas com a incongruência de dispositivos conflitantes nessa matéria”. Os técnicos fazem, sempre segundo o jornal, um alerta em perspectiva: no futuro, o Brasil será o destino de “massas desajustadas”, sendo necessário “defender a evolução normal da sociedade brasileira”. A legislação sobre passaportes também é tema da análise: as leis seriam “obsoletas” e os seus serviços “muito precários, sem qualquer segurança para o País”. Esses seriam os dois pontos importantes – conclui o jornal, citando os “técnicos” – sobre os quais os responsáveis pelo governo “deverão meditar”.

É interessante observar o título da matéria: técnicos da área de imigração que nem sequer foram identificados – seriam do governo? Ligados ao governo? Independentes? Acadêmicos? – tornam-se simplesmente “Imigração”, o próprio conceito, que transforma-se portanto em sujeito da sentença: é a “imigração” que “vê” o Brasil sob igual ameaça à que matou o senador norte-americano.

---

<sup>793</sup> O assassino nasceu na Jerusalém ocupada pelo Reino Unido. Embora considerado palestino, Sirhan tinha cidadania jordaniana.

### **7.18 Em meio à ditadura militar, a saga (romantizada) no centenário da imigração italiana no Brasil**

A ditadura militar estava a pleno vapor no ano de 1975. Apenas para citar os fatos mais simbólicos, o jornalista Vladimir Herzog – croata naturalizado brasileiro – seria assassinado brutalmente no dia 25 de outubro deste ano por agentes do governo militar; em janeiro do ano seguinte, mais especificamente no dia 17 de janeiro de 1976, também seria assassinado em São Paulo o metalúrgico Manuel Fiel Filho. A imprensa sofria com a censura imposta pelo governo e, em parte, com a autocensura por conta do temor de represálias.

Uma das principais matérias do jornal *O Globo* em 1975 sobre o tema da imigração, publicada em sua edição de 20 de maio, traz o seguinte título: “Geisel preside festa da imigração italiana”. O próprio ditador – que *O Globo* trata como presidente – é descendente de imigrantes, filho de alemães e nascido em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.<sup>794</sup> A série de matérias, que ocupa com destaque a página 3 do caderno “O País”, se resume no seu início a uma breve descrição sobre a passagem de Geisel nas comemorações do centenário da imigração italiana no Brasil, que seriam realizadas naquele dia no distrito de Nova Milano, a 121 quilômetros de Porto Alegre. Participaram dos festejos – registra o jornal – o subsecretário de Relações Exteriores da Itália, o governador do Rio Grande do Sul e o ministro do Trabalho.

Após dar detalhes da viagem, como a companhia de “Dona Lucy” e Amália Lucy, esposa e filha de Geisel, o diário informa que o ditador seria homenageado nas comemorações e que lançaria a pedra fundamental do Monumento ao Centenário da Imigração Italiana, localizado na entrada de Nova Milano, “berço da colonização italiana no estado”. A participação de Geisel conta com um momento tradicional, conforme relata a matéria: “No início da tarde, Geisel e sua comitiva almoçarão no salão paroquial da Igreja Santa Helena da Cruz, onde há cem anos se reuniram pela primeira vez os colonos das famílias pioneiras Sperafico, Radaelli e Crippa. Cerca de 250 pessoas devem participar do almoço, que terá cardápio típico da região: sopa de agnolini, frango assado, carne cozida, leitão assado, risoto e vinho”.

Algumas das atrações: uma festa do centenário em frente à igreja matriz e um

---

<sup>794</sup> Mais em UOL Educação. Ernesto Geisel. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1GBY197>. Acesso em 25 jan. 2015.

“espetáculo alegórico, onde serão reproduzidas as cenas de chegada dos primeiros imigrantes”, com a presença de “representantes dos 25 municípios da região colonizada pelos italianos”, além de um ato “religioso ecumênico”, uma “revoada de pombos” e canções folclóricas. Impressiona o fato de a parte de cima da matéria – destaque da edição – ser toda dedicada a descrever, sem qualquer caráter jornalístico, a agenda de Geisel. Esta primeira parte *burocrática* da página é seguida por duas outras matérias sobre os imigrantes italianos que se tornaram notáveis – em grande parte pelo poder e dinheiro conquistados no Brasil.

A primeira delas aborda os pioneiros em um novo tipo de venda de jornal, as bancas. Quase no fim da Primeira Guerra, em 1918, descreve o diário carioca, um grupo de italianos organizou no Rio de Janeiro um “esquema racional de distribuição e venda de jornais”, surgindo assim as primeiras bancas da cidade – primeiro na Zona Norte, depois no Centro e posteriormente na Zona Sul. Elas substituíram progressivamente, aponta o jornal, a “tradicional figura do jornaleiro que ia de casa em casa”. Surgiu assim a sociedade Della Stampa, precursora do Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas do Estado do Rio de Janeiro. O sindicato – diz *O Globo* – funciona em cooperativa e é o único no gênero no país. “Seus quatro mil associados agrupam-se em 300 capatazias<sup>795</sup>, funcionando cada grupo como se fosse uma família, onde os lucros e prejuízos são divididos”. Segundo o presidente do sindicato – que também é filho do pioneiro na venda de jornais, relata *O Globo* –, isso é “uma consequência do espírito de solidariedade que norteou aqueles pioneiros e que mantemos até hoje”.

As marcas dos italianos são relatadas pelo texto: na Avenida Osvaldo Cruz, quase esquina com a Praia de Botafogo, no Rio, do lado esquerdo, fica um casarão “estranho, escuro, cercado por um jardim”. É a casa da família Martinelli, “que saudosa da Itália mandou repetir em pleno bairro do Flamengo uma vila feita segundo os moldes renascentistas”. A Academia de Medicina foi fundada, acrescenta o diário carioca, “graças ao médico Vincenzo de Simoni”, e coube ao pintor Eliseu Visconti, também imigrante, executar os afrescos da cúpula do Teatro Municipal. “São contribuições da cultura italiana ao Rio de Janeiro do início do século [XX]”, destaca o diário carioca.

“Hoje, o Rio de Janeiro se prepara para receber uma nova onda de imigrantes italianos jovens, que quer atuar principalmente em turismo, na construção e direção de hotéis e restaurantes”, diz a matéria, sem se preocupar neste caso – como era comum em matérias em

---

<sup>795</sup> Segundo o dicionário Michaelis online, neste sentido, “grupo de trabalhadores, sob as ordens de um capataz”.

relação ao tema – com uma eventual “ameaça” da competição com a mão de obra nacional. Os primeiros três italianos, acrescenta, chegaram ainda em 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa.<sup>796</sup> No entanto, o italiano “mais ilustre historicamente” foi Giuseppe Garibaldi, “revolucionário republicano que lutou em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, contra as tropas do Imperador D. Pedro II, em 1841”.

A influência italiana, sugere a matéria indiretamente, parece não ter fim. “A Imperatriz Teresa Cristina de Borbone, mulher de D. Pedro II, era napolitana. (...) muitos italianos sentiram-se estimulados a vir para o Rio de Janeiro por sua causa”. A Enciclopédia Italiana, citada por um professor do Instituto Italiano de Cultura, registra o número de italianos da primeira geração existente no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, em 1920: 10 mil e 21.929 respectivamente. A matéria, com base em uma fonte do Instituto, estima que naquele momento 15 milhões de brasileiros eram descendentes de italianos.

“Italianos fazem a América em São Paulo” é outra chamada da mesma página, contando um pouco da História dos italianos a partir da lembrança de dois imigrantes que desembarcaram no Brasil em 1881: Francesco Matarazzo e Vicente Romano. “O primeiro se tornou um capitão de indústria; o segundo teve um filho que está completando 43 anos como sanfoneiro”, diz a matéria. O romantismo em relação ao processo imigratório dá o tom do texto: quando chegou ao Brasil, Matarazzo trazia “algum dinheiro e o bolso cheio de vontade”, diz a matéria citando o próprio personagem. Dedicando-se à compra e venda de toucinho de banha de porco, no interior de São Paulo, “acabou como um dos maiores empresários da fase inicial da industrialização brasileira”. Já em 1934, sustenta a matéria, as Indústrias Reunidas F. Matarazzo alcançavam um faturamento bruto de 350 mil contos de réis, enquanto a receita do Estado era de 400 mil contos.

A história é encadeada com a segunda vinda de Vicente Romano para o Brasil, em 1922, junto com a família – e incluindo o filho sanfoneiro, que trabalhara com o pai na fábrica de Matarazzo. Da “cidade mais italiana do Brasil” resta pouco, lamenta-se o texto: “Do velho bairro Bexiga, como era conhecida a Bela Vista no tempo do escritor Alcantara Machado, e do Brás, resta pouco que lembre os primeiros imigrantes: desapareceram os homens de palavreado áspero circulando pelas ruas do bairro rumo às reuniões dos sindicatos ou para as conversas madrugadoras nas cantinas. Também não há mais as mulheres de manto preto,

---

<sup>796</sup> Mais em MULTIRIO. A Expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532). Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1K2BI7r>. Acesso em 25 jan. 2015.

sentadas na soleira das portas, falando dialetos da Sicília, da Campânia, da Calábria”.

A exploração dos trabalhadores denunciada por décadas nos jornais ligados a sindicatos viram uma virtude na interpretação das fontes d'*O Globo*: segundo o antropólogo João Baptista Borges Pereira, no livro *Italianos no mundo rural paulista*<sup>797</sup>, a “versatilidade do imigrante italiano se expressa em dois níveis: no plano da vida doméstica e no plano das atividades lucrativas”. Além disso, acrescenta a matéria, a facilidade de adaptação ao modo de vida brasileiro teria feito com que o italiano se integrasse “com rapidez”, ao mesmo tempo em que as influências que trouxe foram muitas, “sobretudo na cozinha”. A macarronada servida às quintas-feiras e domingos na maioria das residências em São Paulo, aponta o jornal, “não é mais privilégio de famílias italianas”.

Argumenta o jornal citando “alguns estudiosos” – não informa quais – que “há 100 anos, quando os Salvatori, os Franceschi, entre outros, desembarcaram no Brasil, este país começou a ficar mais rico, mais vibrante e muito mais alegre”, enquanto São Paulo “foi o Estado que recebeu maior impacto dessa presença”. *O Globo* acrescenta que, no setor industrial, os imigrantes italianos foram considerados “peça importante na faixa especializada de mão de obra, numa época que carecia de profissionais capazes de promover o progresso econômico do País”, vindo ocupar “o vazio deixado pelo trabalhador brasileiro sem qualificação numa fase em que a indústria brasileira necessitava de profissionais capacitados”.

O jornal fala ainda sobre a contribuição no “nível empresarial” e na agricultura – “foi o italiano que veio, ao lado de outros imigrantes, substituir o trabalho escravo do negro, especialmente nas plantações de café no interior de São Paulo”. E o negro? Não poderia ter feito esse trabalho, agora de forma remunerada? Não se sabe, pois mais uma vez as reportagens ignoram completamente a presença do negro no campo ou nas cidades. É como se os negros fossem gradativamente sumindo com o processo contínuo de abolição da escravatura ao longo do tempo. Embranquecendo-se. Argumenta o diário ainda que o italiano “já estava familiarizado com a mecanização e com o manejo de instrumentos de trabalho na lavoura” – omitindo, conforme constam em todas as reportagens e editais da época, que o imigrante europeu recebia passagem, moradia, crédito financeiro para a subsistência nos seis primeiros meses e subsídios agrícolas para as sementes e as máquinas. Praticamente tudo financiado a juros baixíssimos pelos seguidos governos brasileiros, que ofereciam inclusive a

---

<sup>797</sup> Ver IEB/USP. *Italianos no mundo rural paulista*. Disponível em <http://bit.ly/1K2BuYy>. Acesso em 25 jan. 2015.

possibilidade de os europeus se tornarem proprietários, uma possibilidade remota para a imensa maioria dos negros à época, jogados à própria sorte.

Em outro trecho, o diário carioca até chega a comentar sobre a contribuição dos italianos no “campo associativo” – um eufemismo para apresentar a enorme influência que os sindicalistas e outros militantes políticos italianos tiveram no cotidiano de São Paulo –, porém apresenta esse tema apenas em um parágrafo, e da seguinte forma: “No campo associativo, São Paulo encontra a presença italiana de modo seguido. Tradicionalmente, na formação de entidades, esses imigrantes passaram das reivindicações para a criação de grêmios desportivos e daí nasceram clubes famosos como o Palmeiras (até a II Guerra Mundial chamado de Palestra-Itália), o Clube Esperia e o Juventus”. Eis a contribuição final dos primeiros sindicalistas italianos nos tempos atuais, segundo a reportagem: bons clubes desportivos.

As primeiras levadas significativas de imigrantes italianos chegaram ao Brasil entre 1887 e 1902, registra o diário carioca, “ocasião em que São Paulo importou 800 mil trabalhadores estrangeiros”. Vinham subvencionados pelo governo e possuíam poucos recursos, informa a reportagem. Cresceram a partir das atividades agrícolas e passaram a se estabelecer na capital do Estado. A segunda leva veio após a II Guerra Mundial: “Mais do que os outros, fugiam dos problemas sociais da Europa, e de uma Itália sem condições de absorver toda a mão de obra disponível”. A iniciativa parece ter sido apenas dos imigrantes, na interpretação particular de *O Globo*: “Em São Paulo, iniciaram grandes projetos de colonização”.

### **7.19 Qual imigrante angolano? Branco ou “preto”?**

Os salões do andar térreo do Palácio Itamaraty, sede da representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, estão recebendo um movimento incomum, descreve o jornal *O Globo* em sua edição de 5 de outubro de 1975. “Lá, conversando alto, brincando uns com os outros e reclamando da burocracia no Brasil, imigrantes portugueses e angolanos esperam, numa enorme fila, o momento de serem atendidos pelo Grupo Tarefa encarregado de facilitar o desembarço de suas documentações”. À época, Angola passava por seu processo de independência de Portugal e se tornaria oficialmente um Estado soberano em novembro de 1975.

O Grupo Tarefa, explica a matéria, conta com representantes de diversas áreas do

governo – os ministérios das Relações Exteriores, Trabalho, Saúde e Justiça, além do Instituto Félix Pacheco (de registro civil) e do Incra (terras e colonização) – e busca facilitar o processamento de toda a documentação necessária ao imigrante. O jornal relata que o Grupo trabalha intensamente – são cem atendimentos por dia, a capacidade operacional máxima – por conta da “chegada de grande número de imigrantes portugueses e angolanos ao Brasil”. Um dos funcionários do Grupo Tarefa, o médico Camilo de Moura, da “Saúde dos Portos”, é segundo o jornal o “encarregado de examinar os imigrantes”. Em um comentário feito ao jornal, seu “exame” vai muito além da medicina. Diz o médico: “Praticamente todos têm excelente nível de escolaridade, e aparentemente boa saúde. Muitos, entretanto, precisam de umas boas lições de educação, pois ainda nem chegaram direito e já estão reclamando de tudo”. Ele acrescenta, em um tom ameaçador: “O Brasil os está recebendo de braços abertos, mas ninguém os chamou para cá. Isso é [o] que precisam entender”.

O jornal destaca os “apelos” das entidades filantrópicas portuguesas e luso-brasileiras, que organizavam uma “cadeia de solidariedade” para “sensibilizar a colônia portuguesa no Rio de Janeiro”. O jornal carioca registra: “Um diretor dessa federação pediu ao O GLOBO para fazer três apelos aos portugueses radicados na cidade: oferecer empregos aos *patrícios nascidos em Angola*; alojá-los em suas casas, se possível; e, principalmente, eliminar a exigência de fiador para os imigrantes que pretendem alugar casas no Rio, de propriedade de portugueses” (grifo nosso). O presidente de um hospital de propriedade de portugueses no Brasil “fez questão de elogiar”, descreve o jornal, o “sentimento humanitário que o Governo brasileiro vem demonstrando, ao cuidar do problema dos imigrantes portugueses nascidos na África”. Esta fonte – novamente não identificada, assim como o “diretor” de uma federação – afirma na matéria que queria tornar “mais abrangente” o apelo: “não apenas à colônia portuguesa, mas também a toda a população carioca, para que se una nesse movimento de solidariedade em favor de seres humanos que acabam de *perder a pátria*” (grido nosso).

Os imigrantes “angolanos” do título da matéria eram, portanto, quase todos portugueses colonizadores – e para estes foram criadas todo o tipo de facilidades. Como a maioria chegou apenas com o passaporte em mãos, sem o visto consular, as autoridades brasileiras estavam “estudando uma fórmula que permita, em caráter excepcional, eliminar algumas exigências, especialmente quanto à obtenção de determinados documentos no país de origem”. A primeira facilidade, informa a matéria: o próprio visto de entrada, que passou a ser concedido no Brasil porque “o Consulado brasileiro em Angola funciona precariamente”. O



jornal informa que “todas as funcionárias [sic] já foram retiradas”, contando o Consulado com apenas “dois servidores”.

O jornal *O Globo* dedica uma parte considerável da matéria para a explicação minuciosa sobre as formalidades para obtenção do visto provisório. Em tom extremamente didático – a matéria chega a pontuar os passos a serem seguidos –, o jornal também descreve o que precisa ser feito para obter o visto de permanência definitiva no Brasil (o temporário é de apenas 180 dias). A descrição, apesar de bem resumida, expõe a dificuldade evidente que tem os estrangeiros de se legalizar no país. Para os *angolanos* – os brancos que deixaram Angola em meio ao processo de independência –, no entanto, alguns processos foram facilitados. Além da já mencionada reunião de todas as estruturas de governo necessárias para a obtenção do visto temporário em um só lugar, o jornal informa que o governo estava “estudando” rever uma das exigências – o atestado de antecedentes do país – dado que a “maioria dos imigrantes que estão chegando afirma não ter condições de obter esse documento ao sair”.

O ministro-chefe do Itamaraty no Rio explica ao *O Globo* que os “entraves burocráticos” estão sendo “minimizadas” de forma a “facilitar a legalização no País dos imigrantes angolanos”. Uma das primeiras medidas tomadas pelo Itamaraty, informa o diário carioca, foi a de “afastar os despachantes”, com os documentos só podendo ser tratados a partir daquele momento pelos próprios interessados, “que dispõe de vários pontos de informações no local, além de terem sido afixados nas paredes cartazes informativos”. A adoção da medida veio após as autoridades terem tomado conhecimento – relata o jornal – de que “alguns despachantes estavam cobrando até Cr\$ 5 mil para acompanhar a tramitação dos documentos”.

O jornal traz uma seção com depoimentos dos que deixaram Angola, entre os quais o de uma das três funcionárias do Consulado brasileiro “removidas” para o Brasil. Diz ela: “Não pretendo fazer qualquer pronunciamento político, nem falar nada que possa ser interpretado como uma hostilidade ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), pois nasci em Angola, e pretendo voltar lá um dia”. Com o “estado de guerra” e os civis entre “fogo cruzado”, a imigrante afirma querer regressar “à minha terra” quando as coisas voltarem ao normal – e “queira Deus que elas voltem ao normal”, afirma ao jornal.

Outro imigrante – um então “industrial em panificação” em uma cidade próxima à capital Luanda – diz que o governo só permite que se saia do país com 179 dólares, e mesmo

assim de um banco local que não é aceito no Brasil. Entidades como a “Obra Assistencial Portuguesa” amparam muitos dos “angolanos” que chegam ao Rio. Uma viúva de 67 anos – “outra imigrante” que “chorava ontem numa das filas” no Itamaraty, relata o jornal – contava suas “desesperanças” para um grupo de imigrantes recém-chegados: “A população branca está-se concentrando em Luanda. Os soldados portugueses estão abandonando as províncias e quem vive nelas fica entregue à sua própria sorte. Em Angola, na hora de embarcar, a fiscalização no aeroporto chega a ser cruel. Eles, primeiro, revistam para ver se alguém está levando dinheiro em espécie (dólares) ou joias. Só se pode sair com a cota autorizada. Meu filho tinha uma padaria em Lobito [município da província de Benguela]. Teve que fechar por falta absoluta do que fazer: não há farinha, não há combustível e, já a essa altura, não há quem se arrisque a trabalhar”.

Os movimentos de libertação de Angola lutavam por sua independência impulsionados, entre outros motivos, pela revolução portuguesa dos cravos de abril de 1974. O país se tornaria independente de Portugal oficialmente no dia 11 de novembro de 1975, mas em meio à disputa pelo poder por três grupos dissidentes, tem início no país africano um das mais longos e sangrentos conflitos civis de todos os tempos: mais de 4 milhões de pessoas foram deslocadas, no total, com o número de mortos estimado em mais de 500 mil pessoas até 2000, pouco antes do fim declarado da guerra.<sup>798</sup> Duas semanas após a independência, já eram contabilizados 40 mil mortos e 1 milhão de desabrigados. A maioria dos brancos – cerca de 400 mil – deixou o país.<sup>799</sup> Nas antigas colônias portuguesas estavam radicados cerca de 600 mil portugueses, a maioria em Angola.<sup>800</sup>

Neste contexto, a edição de 30 de abril de 1976 do jornal *Folha de S. Paulo* registra um incidente no consulado português do Rio de Janeiro. Haviam chegado à cidade 12 refugiados angolanos em sete barcos pesqueiros – sendo quatro crianças –, registra a *Folha*. Segundo o jornal, eles foram ao consulado português para regularizar seus documentos, acompanhados de representantes da Polícia Federal e da Polícia Marítima, e foram recebidos pelo chefe do setor de imigração do consulado, que colocara um funcionário para atendê-los exclusivamente, pois quatro deles não tinham – relata o jornal – nenhuma documentação que

---

<sup>798</sup> ANGOLA completa 25 anos de independência e guerra civil. BBC, 11 nov. 2000. Disponível em <http://bbc.in/1pfN8i2>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>799</sup> ANGOLA: do colonialismo à guerra civil. O Globo, 23 set. 2013. Disponível em <http://glo.bo/1pfOdXl>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>800</sup> CRONOLOGIA 1974-2002: Das independências ao fim da guerra em Moçambique e Angola. Deutsche Welle, 11 dez. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1pfNtl1>. Acesso em 25 jan. 2015.

pudessem identificá-los.

Para facilitar o trabalho, diz o jornal, os refugiados ficaram numa sala isolada, o que “não foi o bastante para evitar incidentes com portugueses”, que os trataram “de modo agressivo, principalmente os negros, devido à situação tensa entre negros e brancos em Angola”. Segundo registra a *Folha*, os portugueses que foram ao consulado e entravam por acaso na sala reservada aos angolanos “demonstraram o seu desagrado pela presença dos negros, com gestos que sugeriam o mau cheiro”.

Quando esperavam pelo registro provisório dado pelo consulado, descreve a *Folha*, o representante da Polícia Federal “logo os orientou no sentido de que não poderiam falar à imprensa”, decisão acolhida pelo chefe do setor de imigração do consulado, que alegou um “compromisso de honra” feito entre os dois governos, “do qual não deu detalhes”. Com a porta da sala onde estavam os angolanos aberta, “alguns portugueses que tinham ido ao consulado tratar de seus papéis começaram a fazer perguntas agressivas aos negros refugiados”.

“Como é, e a situação em Angola? Os pretos continuam a tirar dinheiro dos brancos?”, disse um português, segundo registro do jornal. Os negros, diz a *Folha*, “assustados e sem saber o que dizer, entreolharam-se e não responderam”. Diante da insistência do português, “os negros disseram que não tinham nada com isso, que estavam fora de Angola (eles vieram da África do Sul)”. O representante da Polícia Federal pediu, então, a intervenção do representante do consulado. “A porta da sala foi fechada, mas isso de pouco adiantou. Em seguida, entrou uma senhora portuguesa que fez cara feia para os angolanos e abanou a mão pelo nariz reclamando pelo mau cheiro da sala”, registra a matéria.

## 7.20 “Os portugueses continuam chegando”, relata o *Opinião*

O *Opinião*, semanário em formato tabloide lançado no Rio de Janeiro em 1972 e que fazia oposição ao regime militar, destaca em sua edição de 13 de fevereiro de 1976<sup>801</sup>, com chamada na capa, o novo fluxo imigratório dos portugueses e sua colocação no mercado de trabalho brasileiro.<sup>802</sup> “Imigração: Os portugueses continuam chegando” é o título do texto,

<sup>801</sup> *Opinião*, 13 fev. 1976. Disponível em <http://bit.ly/1Aqgz5>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>802</sup> Acesse um breve histórico sobre o semanário – nesta época editado pelo jornalista Argemiro Ferreira – em FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Opinião*. Disponível em

logo à página 3. O jornal aponta que o Brasil continuava recebendo portugueses que tinham “situação privilegiada no regime salazarista” – o redator não usa as palavras “ditadura” ou “autoritário” – ou ainda imigrantes destes países que estavam “acostumados ao "status" de colonizadores em Angola e Moçambique. E dispara: “Dispostos a conservar os privilégios, só buscam os melhores empregos e perturbam profundamente o mercado de trabalho pelo excesso de oferta a preços aviltados”.

A publicação informa que existem “cerca” de 16.430 imigrantes portugueses no Rio de Janeiro “desde 1973”, afirmando ainda que, do total de portugueses recém-chegados, 70% escolhem o Rio enquanto os demais se dividem entre Paraná e São Paulo, “que absorveu 30% dessa nova mão de obra inesperada”. Eles procuram a cidade do Rio, diz o *Opinião*, como a “tábua de salvação para todos os seus males”. O semanário destaca que, com a libertação de Angola e Moçambique, a média de portugueses que se inscreveram no consulado português no Rio passou da média de pouco mais de 2 mil nos anos anteriores a mais de 11 mil em 1975, “fugindo da auto-suficiência dos negros africanos que, até alguns anos atrás, limitaram-se a aceitar de cabeça baixa, o domínio português nas colônias”. Segundo o jornal, do total de imigrantes vindos ao país em 1975, cerca de 40% é oriunda de Angola e 7% de Moçambique.

Segundo um funcionário do consulado português ouvido pelo *Opinião*, o acréscimo de imigrantes “foi muito ínfimo diante das antigas levas de agricultores portugueses pobres, que saíam do país procurando alternativas ao regime salazarista”. O jornal acrescenta, ainda citando a fonte, que “até o 25 de abril<sup>803</sup>, Portugal exportava 100 mil pessoas por ano”. Essa imigrantes buscavam países da Europa, principalmente a França – diz o jornal –, com Paris se tornando a segunda cidade portuguesa em população: 800 mil habitantes.

Ao contrário dos agricultores, diz o texto, esses “novos imigrantes” estavam acostumados ao *status* social do qual gozavam em Portugal, Angola e Moçambique. Após o fim do salazarismo, a chegada dos portugueses mais pobres decaiu, informa o periódico. A imigração portuguesa até a década de 60, informa o texto, foi “sempre voltada para a América Latina”, principalmente para o Brasil e a Venezuela. Com o desenvolvimento do Mercado Comum Europeu, a imigração se voltou para a Europa, pelas melhores condições e por absorver – segundo o *Opinião* – o “tipo de mão de obra sem qualificação que era o imigrante português”. O semanário informa que, na década de 1950 até o final de 1960 os números da

---

<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/opini%C3%A3o>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>803</sup> Quando ocorreu, em 1974, a Revolução dos Cravos, ou ainda Revolução de 25 de Abril.

imigração portuguesa “transoceânica” eram expressivos: em 1952 teriam chegado ao Brasil mais de 41 mil portugueses, e em 1959 outros 16 mil, mesmo número que em 1975 (ano anterior ao da matéria). Em 1975 vieram muitos técnicos e profissionais de nível superior – “e talvez por isso ela [a imigração portuguesa neste ano] tenha sido tratada exhaustivamente pela imprensa”, comenta o jornal. “Esse pessoal com um status muito alto, às vezes nem condizente com a sua real qualificação, reagiu muito mal às dificuldades encontradas”, relata o *Opinião*, referindo-se não necessariamente ao *status* econômico, mas sobretudo ao *status* social proporcionado pela ditadura salazarista.

O semanário reclama, no entanto, de uma “saturação do mercado de trabalho no Rio de Janeiro”, sendo preciso inclusive “pedir auxílio aos Estados do Paraná e São Paulo, no sentido de absorver os portugueses”. O aumento da demanda dos portugueses por empregos – por vezes feita diretamente ao consulado – esbarra na faixa de salário “não muito convidativa”, relata o funcionário do consulado ouvido pela matéria. Um dos muitos exemplos é Manoel, “um pedreiro que veio para o Rio de Janeiro misturado entre engenheiros, arquitetos e mulheres portuguesas” para buscar melhores padrões de vida. O semanário reproduz sua fala após uma semana em uma empresa, a partir do relato do representante consular: “Na firma em que eu trabalho, ganho Cr\$ 6,00 por hora. Seis vezes 8 dá Cr\$ 48,00 por dia. 48 x 30 dá Cr\$ 1 mil 440. Bom, como eu não sou trouxa, tive o cuidado de me informar sobre o custo de vida e da habitação, e converti o meu salário em escudos.<sup>804</sup> Não vou ficar, quero voltar para Lisboa, lá eu ganho muito mais”. O jornal relata outros casos dos portugueses insatisfeitos, um deles recusando um emprego porque “não trabalharia por menos de Cr\$ 4 mil” – quando o salário dos brasileiros no mesmo lugar, informa a publicação, era de Cr\$ 1 mil e 600,00. A matéria de *Opinião* lista alguns dos “padrinhos” dos emigrados portugueses, identificados por suas empresas e nomes, sob o subtítulo de “A velha classe, solidária”.

Em algumas áreas onde a adaptação é mais difícil e os imigrantes precisam de treinamento – como na área financeira, cujas especificidades são nacionais –, há mais dificuldade de se obter emprego. Mas em outras, a mão de obra qualificada é quase que automaticamente “transferida”. Um dos casos curiosos é o da aviação civil. Segundo o funcionário consular, não havia uma presença maciça de pilotos portugueses no país, por ser esta uma atividade de poucos profissionais. No entanto, “quase todos os pilotos de helicóptero

---

<sup>804</sup> Moeda de Portugal à época.

e de táxi-aéreo treinados nas guerras de Angola e Moçambique procuraram o mercado brasileiro”. A receptividade de pilotos, comissários, pessoal de serviços do setor, de apoio em terra e comunicações foram bem recepcionados. No entanto, a fonte do *Opinião* afirma que ouviu “muitos comentários” de que “a entrada desse pessoal no mercado provocou uma baixa na remuneração dos brasileiros e que foi, justamente, esse excesso de mão de obra que levou a um abaixamento dos padrões de remuneração e conseqüente aumento dos horários de voos, antes programados mais cautelosamente”.

Um dos casos citados atingiu a própria imprensa. O dono do grupo *Manchete*, Adolpho Bloch, teria oferecido um almoço “aos hóspedes *Vips* de Portugal” e teria ficado “compadecido da situação dos portugueses”, contratando um diagramador e um redator para trabalhar em uma de suas revistas. Os jornalistas brasileiros da *Manchete*, no entanto, descobriram “estarecidos” que ambos eram aviadores e estavam recebendo “salários altíssimos – talvez o triplo dos salários dos antigos funcionários”. Outro que foi contratado por Bloch foi o fotógrafo e visconde Antônio D’Athoguia, que passou a receber Cr\$ 7 mil pelos serviços, quando a faixa de salários para fotógrafos brasileiros se situa entre Cr\$ 2 mil e Cr\$ 4 mil, diz o *Opinião*. No total, nove portugueses teriam sido contratados por Bloch – com o objetivo de manterem seus status, diz o semanário –, enquanto um outro português, Luis Manoel Pereira Fraga, estaria à frente da editoria de Internacional do *Jornal do Brasil*.

O *Opinião* registra um anúncio publicado no jornal *Voz de Portugal*, que termina com o seguinte apelo: “Se você dispuser de empregos em sua organização ou empresas de pessoas amigas onde seja possível efetuar a colocação dos patrícios acima – recentemente emigrados para o Brasil – não hesite em comunicar-se com a Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. Sua colaboração, ajudando-nos a encontrar trabalho para os portugueses, será da maior importância para o programa que estamos desenvolvendo no sentido de ajudá-los a iniciar a vida entre nós. Vamos ter sempre em mente que *Deus nada recusa ao trabalho*”.<sup>805</sup>

O jornal argumenta que o anúncio mostra “claramente” – por citar exatamente quais as profissões que os portugueses têm – o tipo de imigrantes que chegou ao Brasil, explicando por que essa imigração teve um impacto “tão grande” no mercado de trabalho brasileiro. Em vez de portugueses pobres fugindo do salazarismo, pouco qualificados e, portanto, “com poucas chances de competir no mercado de trabalho da classe média urbana”, chegaram nos últimos

---

<sup>805</sup> O grifo é do jornal.

dois anos – afirma o *Opinião* – imigrantes “altamente qualificados que vieram competir com os brasileiros em níveis desleais, uma vez que estão, além de todas as facilidades, apadrinhados por milionários e senhoras da antiga sociedade salazarista”.

O *Opinião* volta ao tema da imigração portuguesa em sua edição de 14 de janeiro de 1977.<sup>806</sup> O articulista Davide C. Mota afirma que a questão tem sido motivo de “mal-entendidos e especulações”, observando que, para muitos, o aumento de entradas de portugueses nos portos brasileiros seria uma manifestação do desagrado com que o povo vê a evolução política em Portugal. “Esquecem de anotar, porém, que Portugal é um país exportador de mão de obra, e que esta condição se manteve e se agravou devido à estrutura econômica arcaica que Salazar [ex-ditador] e seu sucessor Marcelo Caetano fizeram questão de preservar até o fim de seus governos”, escreve o autor. Ele argumenta que a revolução de abril foi acompanhada de dois fatores de “importância capital” para o “comportamento do fluxo migratório do país”: a crise econômica mundial e a descolonização africana. No primeiro caso, diz, a crise ampliou o desemprego nos países importadores de mão de obra e, conseqüentemente, teria limitado a entrada dos trabalhadores, caindo em mais de um terço, no que diz respeito aos imigrantes portugueses, apenas entre 1970 e 1974. O segundo aspecto diz respeito à independência dos territórios africanos, “depois de desastrosas e custosas campanhas militares”. A descolonização, argumenta, fez retornar a Portugal cerca de 700 mil brancos radicados em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Segundo os dados do autor, Portugal “exportara” entre 1965 e 1974 um total de 1,2 milhão de emigrantes, sendo 80% para países europeus. Somando-se com os colonos africanos, diz, “teremos quase 2 milhões de emigrados numa população metropolitana de oito milhões de residentes”. Segundo o *Opinião*, a política pós-revolução procurava valorizar os portugueses vivendo em Portugal, com a adoção por exemplo da política do salário-mínimo, inexistente no regime salazarista. O autor argumenta que esta política de distribuição de renda, que prejudicava apenas “setores privilegiados da administração e gerência de negócios”, trouxe conseqüências benéficas para a “contenção do impulso migratório”, tendo ainda efeitos na “composição dos contingentes chegados aos países acolhedores de mão de obra”, entre eles o Brasil.

Ele observa que não houve uma “fuga generalizada” que as “carpideiras do antigo regime fizeram aparecer nas manchetes da grande imprensa”. Estariam ocorrendo ainda,

---

<sup>806</sup> *Opinião*, 14 jan. 1977. Disponível em <http://bit.ly/1EBBGt4>. Acesso em 25 jan. 2015.

segundo a mesma grande imprensa, a “fuga de quadros de nível superior”, que estariam deixando Portugal “na mais completa e irrecuperável anarquia, por falta de pessoal para gerir e administrar o país”. Afirmando que a realidade “não está à altura do panorama dantesco montado pelos arautos do caos”, o articulista de *Opinião* argumenta que estes novos imigrantes com nível superior chegados ao Brasil “foram os beneficiários do antigo regime”, e que a sua deserção se deve “menos a motivos ideológicos do que ao inconformismo com a perda dos privilégios”.

Utilizando-se fartamente de tabelas, com dados do DIEESE<sup>807</sup> e estatísticas oficiais de emigração de Portugal, o autor lembra que os “retornados” ou “desalojados” – os cerca de 700 mil portugueses que deixaram as antigas colônias, após os processos de independência – recebem do governo português financiamento e assistência, “operação que custa ao Estado os magros recursos que sobraram depois das guerras coloniais”. Ele afirma também que esta ajuda “retarda a recuperação da economia, abalada pela perda da receita vinda da exploração das colônias, e agravada pela crise econômica mundial”. O excesso de mão de obra entre os “retornados”, diz, acaba se dirigindo para o Brasil – contribuindo, aponta, com metade dos portugueses que chegaram ao país em 1975.

Estes imigrantes sentem “ainda mais” sua nova condição, diz o articulista. “Beneficiários diretos da exploração colonial, e não podendo transferir para fora dos novos países africanos os bens acumulados durante os anos de atividade colonialista, os que chegam ao Brasil não trazem os recursos que acompanham os originados de Portugal, nem possuem, na quase totalidade, as habilitações técnicas que lhes permitiriam aspirar aos bons salários que uma minoria vinda da metrópole alcança”, sustenta o artigo no semanário carioca.

A solução seria a imigração dirigida, que o autor chama de “perspectiva mais realista” por parte das autoridades de Lisboa, cuja proposta anterior – segundo o texto – seria de 200 mil colonos a serem fixados no Brasil. A “mais realista” se daria na forma de uma “colonização seletiva”, que fixaria em projetos agropecuários e agroindustriais os ex-colonos com experiência de culturas e criação em climas tropicais. Seriam, neste caso, entre 60 e 70 mil “retornados”, segundo a estimativa do autor citando dados não confirmados a partir do censo em Portugal.

A assistência técnica de tais projetos de “imigração seletiva” – que demandariam a

---

<sup>807</sup> Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, fundado em 1955 em São Paulo por dirigentes sindicais.



existência de infraestrutura para a localização dos imigrantes e escoamento da produção – seria fornecida por duas agências das Nações Unidas – a UNESCO<sup>808</sup> e a FAO<sup>809</sup> –, que já teriam desenvolvido, diz o texto, “projetos similares em outros países”. Haveria, no entanto, um problema caso os projetos de colonização fossem “mistos” – envolvendo brasileiros e portugueses: o “contraste entre o ex-colono, habituado a um padrão de vida relativamente alto, patrocinado pelo trabalho africano, e o modesto trabalhador rural brasileiro, incluído naqueles 50% que constituem a base da pirâmide salarial do País”.

O autor conclui com uma “previsão”: os portugueses continuariam “cumprindo o seu já tradicional caminho: a emigração”. Seja para os países europeus, como nos anos 1960, seja para as Américas “de outras décadas”, até que “uma nova perspectiva econômica e social” possa manter em Portugal “todos os que queiram ficar na terra que não é melhor nem pior do que outras”, seu povo estaria apenas “cumprindo um estágio histórico com atraso, mas que pode recuperar”.

### **7.21 Latino-americanos em busca do “milagre brasileiro” da ditadura: temidos como “um elemento indesejável e suspeito”**

O fluxo imigratório para o Brasil está se transformando: já seriam 100 mil os imigrantes sul-americanos em São Paulo, afirma matéria do jornal *O Globo* de 26 de fevereiro de 1978. “Eles começaram a chegar em maiores grupos a partir de 1973. Hoje, indicam as estimativas, constituem um contingente de mais de 100 mil sul-americanos vivendo em São Paulo, a maioria na clandestinidade”, começa a matéria. Fogem, diz o jornal, das “agudas crises econômicas e políticas que atingiram seus países, de privações e do desemprego”, sendo principalmente chilenos, argentinos e uruguaios. As “agudas crises políticas” é o nome dado pelo diário carioca às diversas ditaduras instaladas pelo continente, sendo justamente as da Argentina, do Uruguai e do Chile algumas das mais sanguinárias.

Em São Paulo, buscam – diz *O Globo* – “um novo Eldorado”, mas, em vez disso, “encontram a desilusão antes reservada aos migrantes nordestinos, que corriam ao sul em busca de vida melhor”. Vivem em “precários quartos nas pensões dos bairros da Bela Vista” e,

---

<sup>808</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>809</sup> Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

em vez de altos salários, “o custo de vida que consome rapidamente seus “pesos””. O diário constata, quase em tom de lamento: “Mas eles continuam chegando”. São Paulo, relatam os imigrantes segundo o jornal, foi a cidade escolhida porque é um “mito econômico”, o centro do “milagre brasileiro”. O cenário é catastrófico, segundo o relato d'*O Globo*: “Poucos (...) conseguem obter o cobiçado visto de permanência, que lhes permitirá trabalhar e viver no Brasil. Alguns voltam. Outros, continuam vivendo na clandestinidade, burlando a lei, falsificando passaportes, pedindo esmolas ou simplesmente trabalhando em alguma firma por metade do salário pago a um funcionário brasileiro na mesma função, quando encontram algum patrão disposto a manter oculta sua situação irregular”.

Chegam sozinhos, em sua maioria, com a família esperando que o imigrante regularize sua situação no país, segundo o jornal – que não cita nenhuma fonte, governamental ou não, nem mesmo qualquer estudo, para citar tais informações. Normalmente, continua o diário carioca, entram como turistas e só aqui descobrem que o prazo da vigência de turista – 90 dias, prorrogáveis por mais 90 – é insuficiente para a tramitação dos pedidos de residência.

As primeiras dificuldades começam na Delegacia de Estrangeiros: “Os funcionários explicarão que hoje só interessa ao Brasil receber químicos nucleares, físicos eletrônicos e nucleares, geólogos, engenheiros de rodovias, eletrotécnicos, eletrônicos e de telecomunicação, engenheiros para máquinas e ferramentas industriais, engenheiros mecânicos, de motores a explosão e de barcos, engenheiros metalúrgicos, de minas e energia, desenhistas projetistas, técnicos em eletrônica, professores especializados, especialistas em métodos do ensino, [incompreensível], técnicos-mecânicos de instrumentos de precisão e dirigentes de empresa, quando solicitados para trabalhar em alguma firma”. Na primeira citação a alguma fonte, a matéria conclui: “Fora disso – garantem – o Ministério da Justiça não aprovará o pedido de residência”.

No entanto, na saída do prédio da Delegacia de Estrangeiros, uma figura dá esperanças aos imigrantes: “El despachante”, segundo o jornal, ao preço de 8 a 10 mil cruzeiros, cuidará de todos os papéis necessários para o pedido de residência, além de dar “dicas” sobre como permanecer no país, mesmo sem se enquadrar na classificação profissional do governo. À reportagem, o governo admite que “não é muito fácil conseguir um bom despachante”, garantindo que é “perfeitamente possível *fazer tudo sozinho*”.

O constante movimento do Centro Pastoral dos Migrantes, continua a matéria, mostra que não é tão fácil assim. Um dos responsáveis pelo Centro, o padre Mario Miotto –

fundador, em 1977, da Pastoral dos Latinos<sup>810</sup> – conta ao jornal que recebe cerca de 20 latino-americanos por dia, que procuram informações mais detalhadas sobre a documentação exigida. A burocracia é um círculo vicioso que perdura em toda a História do Brasil: “Miotto preenche fichas, dá instruções e tenta obter junto a empresários "uma promessa de emprego", que permitirá ao imigrante entrar com o processo pedindo fixação de residência. Sem esse documento, é praticamente impossível trabalhar”.

Miotto registra um cenário nada positivo: “Eles chegam quase sem dinheiro, sem a documentação necessária e, embora tenham certo nível de instrução, poucos se enquadram na classificação de profissionais que interessam ao Brasil”. A esperança de serem aceitos pelo governo é baixa: segundo estimativas da própria Pastoral dos Migrantes, naquele momento 80% dos pedidos eram indeferidos. Quando o pedido não é aceito, afirma o jornal, “muitos recorrem a expedientes como falsificar passaportes, trabalhar por metade do salário em troca de sigilo do patrão quanto a sua situação irregular ou ainda arrumar um documento falso”.

Segundo o diretor de Divisão de Estrangeiros, ouvido pela matéria, a deportação “difícilmente acontece”. Segundo a fonte: “O volume de serviços de Delegacia de Estrangeiros é enorme. A maior parte dos funcionários do órgão está trabalhando nos serviços de rotina e investigações só são realizadas na medida do possível. Além disso, a grande extensão do País dificulta o controle das fronteiras”. Os imigrantes que “não se enquadram na lista de profissionais interessantes para o Brasil” tem apenas duas opções para conseguirem o visto de residência: o casamento com um brasileiro ou um filho nascido aqui. Segundo a reportagem, “não é raro eles optarem por uma das duas soluções”.

A matéria afirma que “nem sempre (...) foi tão difícil para o imigrante fixar residência”. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, afirma *O Globo*, um “simples documento de identificação transformava estrangeiros em brasileiros” e, até 1939, “quando foi instituído o Estatuto do Imigrante, era possível obter o visto de residência sem qualquer especialização”. O diretor da Divisão de Estrangeiro completa, citado pelo jornal: “Agora o Brasil não permite mais que os estrangeiros venham concorrer com a nossa mão de obra. E, daqui [a] uns cinco anos, será ainda menor a lista de profissionais admitidos no País”<sup>811</sup>.

As restrições à entrada dos estrangeiros no período posterior à Segunda Guerra Mundial, e já durante todo o governo Vargas, era bem maior, como já destacado nos

---

<sup>810</sup> Ver CENTRO PASTORAL DOS MIGRANTES. *Nosotros*. Disponível em [http://camispm.com.br/nosotros/Nosotros\\_02.pdf](http://camispm.com.br/nosotros/Nosotros_02.pdf). Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>811</sup> O governo tentou, na verdade, aprovar a nova lei para estrangeiros dois anos depois, em agosto de 1980.

respectivos capítulos deste trabalho sobre o tema. O decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938<sup>812</sup>, por exemplo, que regulamentava a entrada de estrangeiros no território nacional, afirmava logo em seu artigo primeiro que não seria permitida a entrada de estrangeiros, “de um ou outro sexo”, que fossem “aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos”; os “indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres”; os que “apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicômanos”; os “doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública”; os que “apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional”; os menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós, “salvo as exceções previstas no regulamento”; os que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e as pessoas que os acompanhem na sua dependência; os “de conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições”; os já anteriormente expulsos do país, “salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado”; os “condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira”; e os que “se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais”.

O artigo segundo da mesma legislação é enfático sobre seu caráter racista: “O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização”. O artigo 14, muito discutido publicamente à época, trazia a conhecida limitação de 2% de ingressos por nacionalidade, com a seguinte redação: “O número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nêsse caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933”. Com uma especificação trabalhista, estabelecida no artigo 16: 80% de cada quota serão destinados “a estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais”. Além disso, completa o artigo 17, o agricultor ou técnico de indústria rural não pode abandonar a profissão durante o período de quatro anos consecutivos, contados da data do seu desembarque, salvo autorização do Conselho.

A matéria d'*O Globo* registra ainda que, neste momento – 26 de fevereiro de 1978 –,

---

<sup>812</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938. Disponível em <http://bit.ly/1tkqhJW>. Acesso em 25 jan. 2015.

“na verdade, é praticamente impossível obter a residência antes do vencimento do visto de turista”, tendo como fonte o então cônsul geral da Argentina. Apesar de todas essas dificuldades, completa a matéria, “calcula-se que cerca de 70 mil chilenos e 20 mil argentinos vivam atualmente em São Paulo”. A falta de priorização para a área é evidenciada pelo fato de que o levantamento apresentado pelo jornal *O Globo* não era do governo, e sim do Centro Pastoral dos Migrantes, ligado à Igreja Católica. Segundo a Pastoral, 76% dos latino-americanos que viviam no Estado de São Paulo eram chilenos, 14% eram argentinos e 10% de outras nacionalidades. Ainda de acordo com a Pastoral, citada pelo diário carioca, 92% dos imigrantes haviam abandonado seus países de origem por motivos econômicos, enquanto outros 6% por motivos políticos. Mais da metade, completa o jornal, não conseguiu qualquer tipo de ocupação profissional.

Para sobreviverem, os latino-americanos se organizavam a partir do local de moradia escolhido pela maioria: o bairro Bela Vista. “Por 700 cruzeiros é possível obter um quarto, dividido com mais uma ou duas pessoas, sem direito à refeição”. Além do preço, diz o jornal, essas pensões oferecem um outro atrativo: a presença de compatriotas que já estão há mais tempo no Brasil. Sem recursos para frequentar “restaurantes típicos” e com apenas uma “entidade cultural e recreativa” recentemente criada – o Círculo de Integração Social Latino-Americano –, os imigrantes se reúnem nas próprias pensões para “uma conversa ou para cantarem canções latino-americanas”.

Uma das fontes ouvidas é Marcelo, um chileno que vive há três anos no Brasil e “pesquisou a situação dos imigrantes latino-americanos”. Ele argumentou que São Paulo e Rio de Janeiro ainda são alguns dos “poucos lugares que, pelo menos em tese, têm capacidade de absorver a mão de obra estrangeira”. E ele aponta um outro aspecto para a escolha do Brasil: “Em regimes ditatoriais [latino-americanos] se constroem mitos com muita facilidade e a imigração é vista como a única solução. Basta sugerir o lugar para onde ir”. Apesar das dificuldades em quase todos os demais países, Marcelo reclama que “mesmo o governo brasileiro não recebe bem o chileno”, que é visto como “um elemento indesejável e suspeito”. No entanto, o governo estaria aceitando “sul-africanos, angolanos, vietnamitas e norte-coreanos, entre outros”. Ele conclui: “A exigência de documento específico para chilenos, argentinos e uruguaios (o atestado ideológico) mostra a relutância dos dirigentes brasileiros em aceitar imigrantes desses países”.

A “desconfiança” mencionada pelo chileno Marcelo resume um pouco do que era o imigrante para o Estado brasileiro no período analisado neste capítulo. E a imprensa raramente se opôs a essa visão, construída a partir da utilização prioritária de fontes oficiais para sustentar matérias ditas jornalísticas. A redemocratização está cada vez mais próxima e, para muitos cidadãos que viviam no território brasileiro, o fim desse período obscuro e sangrento da História brasileira foi um alívio e significou o retorno à legalidade. E para os imigrantes? Como a imprensa brasileira, agora com mais liberdade, apresentou a questão imigratória e, sobretudo, seus principais personagens? Este é o tema do próximo capítulo.

## 8 A GERAÇÃO IMIGRANTE – 1980-2015

O período analisado neste capítulo começa com o debate sobre o projeto de lei que definiria o novo Estatuto dos Estrangeiros<sup>813</sup>, aprovado em 1980 e em vigor até a publicação deste trabalho, ainda durante o regime militar – mas já em meio a um contexto de relativa reabertura democrática, com os primeiros partidos de oposição participando da discussão, conforme veremos neste capítulo. O resultado, mostraremos mais à frente em detalhes, não é animador: o texto mantém o legado da doutrina de segurança nacional que marcou grande parte das políticas imigratórias do século XX, restringe os direitos políticos e a liberdade de expressão dos estrangeiros e permite que o Estado brasileiro continue a adotar políticas discricionárias em relação aos imigrantes, gerando grande insegurança para este segmento da população, sobretudo àqueles que carregam antigos estigmas de todo tipo constituídos durante quase cinco séculos.

O fim da Guerra Fria contribuiu, em parte, para o enfraquecimento do ideário da “ameaça comunista”, que permeou o imaginário das autoridades e da imprensa brasileira em alguns dos períodos anteriores, sendo no entanto substituído por novas “ameaças” frequentemente usadas como justificativa para restringir a entrada de imigrantes no país ou, pelo menos, para argumentar pelo aumento das restrições. Os tempos são outros e, ao longo dos anos, as premissas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, ganharam uma visibilidade cada vez maior, com muitos de seus artigos se efetivando para grande parte da população, mesmo que ainda haja um longo caminho a percorrer. As políticas internacionais se “desracializaram”, em grande parte, uma vitória dos ideais liberais dos direitos humanos formulados no âmbito das Nações Unidas, a partir de 1945.

No período aqui analisado, o Brasil se torna um país “emigrante”, invertendo o fluxo imigratório que marcou a maior parte de sua História, sobretudo durante a República Velha. O que isso significou em termos de cobertura da imprensa? Como a mídia impressa, renovada após o fim da ditadura civil-militar que ela ajudou a sustentar, passa a cobrir a questão imigratória? É este o tema deste capítulo, cuja análise se estende até o início do ano de 2015.

---

<sup>813</sup> BRASIL. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16815.htm). Acesso em 25 jan. 2015.

### **8.1 Projeto de lei sobre estrangeiros “afeta tradição de hospitalidade do País”, afirmam membros da Igreja Católica**

Esta é a síntese da manchete da edição de 30 de junho de 1980<sup>814</sup> do diário carioca *O Globo*, que repercutiu a nota conjunta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) sobre o projeto que definiria a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil, naquele momento em tramitação no Congresso Nacional. As entidades dizem “estranhar” o projeto, conforme registra *O Globo*: “A CNBB e a CEP acham que o projeto fere uma longa tradição de hospitalidade do Brasil e o reconhecimento da contribuição econômica dos imigrantes”, diz um trecho da matéria. “Não se pretende negar” – diz a nota citada pelo diário – “a necessidade de se proceder a eventuais modificações na legislação sobre a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil, sobretudo quando se trata de promover e assegurar a mão de obra brasileira sem deixar de oferecer oportunidades para a mão de obra estrangeira”. A nota classifica o projeto, no entanto, como “inaceitável” pelo seu “caráter xenófobo”, ferindo “uma longa tradição de hospitalidade brasileira e o reconhecimento aos direitos que toda a pessoa humana possui de encontrar sua digna sustentação, mesmo fora do seu país”.

A nota acrescenta que “não se vê como o projeto de lei se coadunaria com a catolicidade da Igreja que se expressa na benéfica visita e atuação através de missionários nascidos em outros países”. O setor progressista da Igreja Católica, conforme destacado no capítulo anterior, foi um dos segmentos perseguidos pelos militares, com alguns de seus membros estrangeiros sendo expulsos do país, ou ainda tendo seus vistos negados, por conta de atividades tidas como “subversivas” junto aos refugiados, camponeses e indígenas, entre outros grupos.

O líder do PMDB na Câmara, o deputado Freitas Nobre, também acrescentou críticas à proposta. Segundo ele, o projeto de lei “revoga dispositivos segundo os quais o pai, o marido e o filho brasileiros impedem a ida do filho, esposo ou esposa ou do pai estrangeiro”. E conclui: “Como o projeto condiciona a expulsão à vaga expressão “interesses nacionais”, o arbítrio pode instalar-se sem qualquer dificuldade para qualquer pessoa que não tenha nascido aqui”.

Dois dias depois, na edição de 2 de julho, o próprio *O Globo* publica um editorial na

---

<sup>814</sup> CNBB: Lei do estrangeiro afeta a tradição do País. *O Globo*, 30 jun. 1980.



página 4 comentando o tema, sob o título “Confiança no estrangeiro”. O discurso é parecido: o país, diz o editorialista, “sempre cultivou a vocação da *hospitalidade* e da *tolerância* em relação ao imigrante, *sem distinguir sequer entre as diversas etnias envolvidas*” (grifo nosso). O editorial ignora completamente mais de 160 anos de políticas racistas e eurocêntricas do Estado brasileiro para reafirmar o velho chavão do “país hospitaleiro”. Continua o texto dizendo que o Brasil foi “surpreendido com um projeto de lei – já em curso no Congresso – apoiado em filosofia e orientação diferentes, quase revelando sinais de irrupção de certo nacionalismo xenófobo”.

O editorial continua, ignorando fundamentalmente a História de preconceito e intolerância que marcou as políticas eurocêntricas do Estado português e, depois, brasileiro: “É claro que a política imigratória do Brasil de hoje já não pode ser a mesma de outros tempos, com aquela indiscriminação que afinal tanto valeu ao nosso processo de desenvolvimento, acrescentando-nos mão de obra eficiente e importantes contribuições culturais”. Não é possível compreender exatamente o que o editorialista – o texto não é assinado – quis dizer com “indiscriminação”. A entrada de imigrantes era, na maior parte da História até a data de publicação do texto, permitida seguindo justamente critérios trabalhistas, raciais e nacionais, com os europeus predominando como imigrantes “desejáveis” durante todo a História do país, de forma abertamente racista – inclusive por meio de leis bem precisas sobre o tema, feitas a partir de ideologias eugenistas – e, mais recentemente, de forma mais envergonhada, a partir de políticas discricionárias dos sucessivos governos. O editorial, de 1980, está distante apenas poucas décadas do Estado Novo, onde prevaleceu o ideário racista na legislação nacional.

O texto d'*O Globo* sugere que o Brasil está livre desse racismo: afirma em outro trecho que uma nova política em relação ao estrangeiro não pode romper com esses “princípios tradicionais que temos sustentado nesse campo e dos quais tanto nos orgulhamos como *nação liberta de preconceito de raça*” (grifo nosso). Para o autor do texto, a solução para melhorar o projeto é aparentemente simples: “Bastaria que o Governo, autor do projeto, cercasse a estada do estrangeiro no País daqueles cuidados propostos pelos complicadores da contemporânea conjuntura interna e externa e que dizem respeito, sobretudo, a problemas de criminalidade e de segurança”. “Tudo isso”, acrescenta o editorial, “sem afetar o estado psicológico, as expectativas e os já arraigados testemunhos de identificação com o nosso povo de milhões de estrangeiros absolutamente alheios aos perigos e desconfianças hoje suscitados pelas

autoridades”. A expulsão de estrangeiros não pode se tornar uma ferramenta de intimidação, diz o editorial. “A generalidade com que o projeto veda a legalização da estada de todo estrangeiro que se encontre no país clandestina ou irregularmente, e também com que proíbe a transformação em permanente dos vistos de trânsito, de turista ou temporário, sem nenhuma dúvida está a reclamar um corretivo desradicalizante”, continua o texto.

O jornal argumenta que nem sempre o estrangeiro em situação irregular assim se encontra por vontade própria ou “merece a pecha de perigoso ou indesejável”. O editorial considera “igualmente radical” o propósito do projeto de lei de só conceder visto definitivo ao imigrante que vier acrescentar mão de obra especializada ao país. Segundo *O Globo*, essa é uma exigência adequada apenas “para as economias desenvolvidas, saturadas, e de poderosas resistências sindicais nos meios trabalhistas”. O editorial alerta que até mesmo cientistas, professores, intelectuais e missionários sofrerão com os “condicionamentos excessivos” impostos pelo projeto. Em um tom amistoso, *O Globo* credita essa situação a “acidentes de formulação” sofridos pelo projeto, dando margem a interpretações “muito além da verdadeira vontade do legislador”. E sugere: “Há tempo suficiente para que, através de sua maioria parlamentar, o Governo promova as corrigendas necessárias e reponha a *tradição da boa acolhida ao estrangeiro como regra dominante da nossa formação histórica e cultural*” (grifo nosso).

Na mesma página, o jornal publica matéria sobre o tema com a manchete: “Oposição vai apelar à ONU contra lei dos estrangeiros”. Os partidos da oposição se uniram contra o projeto, diz o diário, para pedir que o organismo internacional interfira junto ao governo brasileiro “pressionando-o a reexaminar a proposta”. A informação foi dada à época pelo então líder do Partido dos Trabalhadores (PT), o advogado Airton Soares: “Além de recorrer à ONU, as oposições deflagrarão uma campanha nacional para mobilizar todos os segmentos da sociedade nacional – inclusive a OAB, ABI e CNBB – bem como associações culturais ligadas a outros países, tendo em vista a retirada do projeto dos estrangeiros”. Airton Soares alertou, por exemplo, que o projeto criaria um Conselho de Imigração com “todos os poderes possíveis para regulamentar e fiscalizar as atividades dos estrangeiros no Brasil”. Ele exemplifica, citado na matéria: “Os poderes são tantos que se este conselho considerar, por exemplo, o avô de Nelson Marchesan<sup>815</sup>, que é estrangeiro, persona “non grata”, ele poderá ser

---

<sup>815</sup> À época, líder do governo João Figueiredo (1979-1985) na Câmara dos Deputados. Seu avô foi imigrante italiano no Rio Grande do Sul.

expulso do país”. Segundo o deputado, outro ponto que considerou “inadmissível” foi o fato de autorizar o governo federal a entrar “em contato com outros governos, para a repatriação de estrangeiros”.

Diante desta proposta, Airton dispara: “O projeto foi forjado nos laboratórios do cone Sul do continente, nessas viagens do Figueiredo, e tem por objetivo impedir que o Brasil se transforme em um santuário de opositoristas da Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile”. E conclui, citado pelo diário carioca: “A futura lei, se for aprovada como está, permitirá que centenas de religiosos que prestam serviços à comunidade brasileira fiquem à mercê do Executivo”.

Destaca-se que, neste ano, em 1980, ainda não se conhecia a Operação Condor em detalhes, e muitos sequer desconfiavam de sua existência. Conforme definição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a Operação Condor foi um “sistema secreto de informações e ações criado na década de 1970, por meio do qual Estados militarizados do continente americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados”<sup>816</sup>. Sob a inspiração da doutrina de segurança nacional (DSN), a mesma que influenciou a execução das políticas imigratórias e o próprio projeto de lei aqui analisado, as ditaduras aliadas na Operação Condor elegeram, de forma seletiva, inimigos ideológicos, denominados “subversivos”, como os alvos por excelência de suas práticas de terrorismo de Estado. Além do clero progressista, indígenas, camponeses, lideranças políticas da oposição e militantes de esquerda foram alguns de seus principais alvos. As ações, reveladas apenas em 1992 a partir de documentos no Paraguai, violavam dezenas de direitos destes indivíduos, entre os quais o direito ao refúgio e o direito internacional dos direitos humanos.<sup>817</sup> Além disso, muitos dos 434 assassinatos e desaparecimentos promovidos pelo regime militar foram realizados no âmbito da Operação Condor.<sup>818</sup>

---

<sup>816</sup> BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v.1, p.219

<sup>817</sup> Para detalhes sobre a Operação Condor, ver por exemplo SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Aedos – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, v. 3, n. 8 (2011). Disponível em <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/12769>. Acesso em 25 jan. 2015; ABRAMOVICI. Pierre. O pesadelo da operação "Condor". Le Monde Diplomatique, 1 mai. 2001. Disponível em <http://bit.ly/1K2DSyn>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>818</sup> Ver, sobre esse tema, o item do capítulo anterior denominado *A política internacional de perseguição aos “subversivos”*.

## **8.2 Lei dos estrangeiros afeta até famílias de parlamentares; “Até seu pai dançava”, disse um deles a ministro da Justiça**

A coluna política do jornal *O Globo* de 3 de julho de 1980 dá alguns detalhes sobre os bastidores institucionais que cercam a votação da lei. A coluna diz ser este o “primeiro problema do segundo semestre” para o governo no Congresso. A votação da nova Lei de Estrangeiros estava prevista para o dia 5 de agosto. Apesar de sua “inevitável conotação política”, diz o diário carioca, a lei não chegou a figurar na agenda do comando político do governo, “nem consta que tenha sido previamente discutida com as lideranças do PDS [o partido governista, ex-ARENA], pela simples razão de que não se imaginava que pudesse mobilizar a oposição e dividir a bancada governista”. O projeto que o governo de Figueiredo enviou ao Congresso, informa o jornal, é o projeto que seus “técnicos elaboraram” e ao qual o relator “sequer ofereceu substitutivo, limitando-se a emendas”. Segundo o oposicionista Marcelo Cerqueira, presidente da comissão mista encarregada de dar parecer, as emendas “só pioram o que já era ruim”.

A forma como a oposição evidenciou a falta de qualidade da legislação foi fatal: eles demonstraram que cerca de 70 parlamentares de todos os partidos são filhos ou netos de estrangeiros – e suas famílias seriam, portanto, diretamente afetadas pela aprovação do projeto. “Desses 70, a maioria pertence ao PDS e vem sendo trabalhada não só pela oposição, como pela pressão de sua base étnica”, registra a coluna d'*O Globo*. Por todo o mês de julho, acrescenta a coluna, associações representativas “dessas bases étnicas” e mais de 15 entidades representativas “das áreas de ciências sociais” pretendem trabalhar em conjunto para “criar o clima de opinião pública que dê respaldo à articulação parlamentar e de outro lado recrutar número suficiente de votos para a rejeição da lei”.

O projeto teria nascido a partir de uma exceção, o caso do britânico Ronald Biggs, conhecido como o “ladrão do século”. Biggs havia participado de um assalto considerado “espetacular” a um trem com outros 16 membros de uma gangue, em agosto de 1963. O trem ia de Glasgow, na Escócia, para a capital inglesa, Londres. Eles conseguiram fugir levando 2,6 milhões de libras. Todos os ladrões (incluindo Biggs) foram presos em janeiro de 1964. Processado e condenado a 30 anos de prisão, Biggs foi enviado para uma penitenciária em Londres, de onde conseguiu fugir 15 meses depois. Ele passou por cirurgias estéticas e viveu como foragido na Espanha, na Austrália e, na maior parte do tempo, no Brasil. Ele chegou ao

Brasil em 1970 usando um passaporte falso e ficou no país praticamente sem interrupções, até maio de 2001, quando voltou voluntariamente.<sup>819</sup> Por conta justamente de uma brecha na legislação e a ausência de um acordo bilateral sobre o tema, Biggs – que era então casado com uma brasileira e pai de um filho também brasileiro – não poderia ser extraditado. A partir desta exceção, argumenta a coluna do jornal *O Globo*, o governo “vai criar uma cerrada malha de restrições a centenas de milhares de estrangeiros que se fixaram de boa-fé no Brasil”.

A oposição considerava, continua a coluna, que o verdadeiro objetivo do projeto é “criar obstáculos à vinda ou permanência de 100 mil exilados dos chamados Cone Sul”, que poderiam “exercer daqui a ação política contra os respectivos governos”; e, ainda, aos sacerdotes estrangeiros – que seriam, diz o jornal, 40% do clero em atuação no Brasil e que, em sua maioria, “filiam-se à chamada igreja progressista”. Até mesmo o objetivo declarado do projeto – proteger o mercado de trabalho, evitando a invasão da mão de obra imigrante – “não chega a ser assegurado, segundo a oposição, pelo texto em exame”. A coluna também argumenta que a votação faz parte de um contexto estritamente político-partidário no Congresso: “No primeiro semestre, a maioria do Governo na Câmara não chegou a ser testada. Como ela ainda não se consolidou, a oposição detectou na Lei dos Estrangeiros uma oportunidade de avançar mais um passo na guerra de desgaste que trata com o PDS no Congresso”, avalia o diário carioca, concluindo que a aprovação do projeto “não chegaria a ser uma vitória política importante para o Governo”, mas “sua derrubada seria uma derrota embaraçosa”.

O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, defendeu a lei, com registro nesta mesma edição d'*O Globo* de 3 de julho: “A legislação em vigor é extremamente liberal no tocante a ingresso de correntes migratórias sem preparação profissional que, por isso, concorrem com segmentos da população no processo de desenvolvimento brasileiro”. Abi-Ackel acrescenta que já existem “muitos trabalhadores brasileiros com dificuldades crescentes para a obtenção de emprego”, vendo ele a “necessidade de se defender o espaço para a mão de obra nacional, principalmente a desqualificada”. Ele afirmou ainda que “a vastidão das fronteiras do País permitiu o ingresso e a permanência de pessoas, cujo fluxo não pode ser controlado”.

Poucos dias antes, o jornal *O Globo* havia registrado em sua coluna política – na

---

<sup>819</sup> Mais detalhes da vida de Biggs em RONALD BIGGS, o ladrão que escapou da Justiça por 35 anos. BBC, 18 dez. 2013. Disponível em <http://bbc.in/1K2EdkA>. Acesso em 25 jan. 2015; COLON, Leandro; MORAES, Márcia Soman. Ronald Biggs, "ladrão do século", morre aos 84 anos no Reino Unido. Folha de S. Paulo, 18 dez. 2013. Disponível em <http://folha.com/no601495>. Acesso em 25 jan. 2015.

edição de 15 de junho – uma nota afirmando que o deputado opositor Marcelo Cerqueira (PMDB), que estava estudando a nova lei dos estrangeiros proposta pelo governo, telefonara para Abi-Ackel apelando para “seus sentimentos de filho – filho de imigrante libanês”. Teria dito Cerqueira a Abi-Ackel: “Ministro, com essa lei até seu pai dançava”, relata o diário carioca. Já o senador piauiense Bernardino Vianna, governista do PDS e relator da comissão mista que examinou o novo estatuto do estrangeiro, negou ao diário que o projeto “fira a tradição de hospitalidade brasileira”, como afirmara a CNBB, argumentando que “estamos querendo arrumar a situação dos estrangeiros que residem no Brasil, muitos inclusive em situação irregular”. Ele admitiu, no entanto, que “vamos diminuir um pouco o fluxo de entrada de estrangeiros”.

O debate gira em torno de temas históricos em relação à temática, mas é, de forma semelhante a outros períodos, vazio de conteúdo. Tendo como pano de fundo uma suposta ampla “hospitalidade” – que, em termos de políticas públicas, sempre se marcou pelo seu direcionamento étnico –, a ameaça à mão de obra nacional reaparece sem qualquer fundamento científico. Em meio a esse cenário, o debate na imprensa gira em torno de lugares comuns dotados de preconceitos sobre a temática e sem qualquer possibilidade de diálogo real e melhoria do projeto. Um dos exemplos é a resposta do senador Vianna às críticas da CNBB e da Comissão Episcopal Pastoral de que o projeto estaria ferindo o “reconhecimento à contribuição econômica dos imigrantes”. O senador governista rebate afirmando que “todo brasileiro tem consciência dessa contribuição”.

O então subsecretário de Imprensa da Presidência da República, Alexandre Garcia<sup>820</sup>, destacou ao jornal que o governo não vai expulsar os cerca de 300 mil estrangeiros que vivem no Brasil, considerando que estava ocorrendo “muito mal-entendido” e reforçando que o principal objetivo do novo estatuto é o de “proteger o trabalhador nacional”. Garcia acrescenta que há “várias profissões, levantadas pelo Ministério do Trabalho, onde o mercado tem uma demanda não atendida” e que, nesses casos, “o estrangeiro será bem-vindo”. O estrangeiro, conclui, “enquanto não-naturalizado, não poderá fazer política”.

Conforme veremos, o resultado prático não foi dos melhores. Conforme resumem as pesquisadoras Deisy Ventura e Rossana Rocha Reis, “para os imigrantes, a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) é bem mais do que uma lembrança”. O Estatuto do Estrangeiro,

---

<sup>820</sup> O mesmo que desde o final dos anos 1980 passou a trabalhar na Rede Globo, primeiro em Brasília e posteriormente em diversos outros programas. Garcia também atuou no *Jornal do Brasil* e na extinta *TV Manchete*.

assinado pelo general João Figueiredo em 1980, tem como principais características “o alto grau de restrição e burocratização da regularização migratória, a discricionariedade absoluta do Estado, a restrição dos direitos políticos e da liberdade de expressão, além de explícita desigualdade em relação aos direitos humanos dos nacionais”.<sup>821</sup>

### **8.3 Papa polonês visita Brasil em pleno debate sobre nova lei dos estrangeiros e destaca contribuição dos imigrantes**

O papa João Paulo II, autoridade suprema visível da Igreja Católica Apostólica Romana, teve sua passagem no país amplamente registrada pela imprensa brasileira. Ele chegou no dia 30 de junho a Brasília e ficou até o dia 11 de julho, passando por Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Aparecida (SP), Porto Alegre, Curitiba, Manaus, Recife, Salvador, Belém, Teresina e Fortaleza. Uma das matérias – do jornal *O Globo* de 5 de julho de 1980 – registra a expectativa do encontro do papa com 60 mil poloneses, seus conterrâneos, e descendentes de poloneses em um estádio de futebol de Curitiba.

No centro do gramado, registra a matéria, foi construída uma cabana construída por imigrantes poloneses em 1881 (segundo a edição de 5 de julho) ou 1882 (segundo a edição de 6 de julho) na colônia de Tomaz Coelho, desmontada e levada para a ocasião especial. “Ao chegar no estádio hoje, João Paulo II será recebido à porta da cabana por uma família de imigrantes vestida com trajes típicos poloneses, que o recepcionará oferecendo pão e sal, como manda a tradição da Polônia”, descreve o jornal, que dá a receita do pão de centeio preparado por uma descendente de imigrantes de 80 anos que diz fazer questão de “manter vivas em suas duas filhas, quatro netos e seis bisnetos as tradições polonesas”.

Depois de ser saudado pela família polonesa, descreve o diário, o papa assistirá a diversos números de dança e canções folclóricas interpretadas por grupos de imigrantes, além de receber da colônia três presentes: dois álbuns de fotografia, um do Brasil e outro do Paraná, e “uma imagem do Cristo Imigrante, esculpida em madeira”. A cerimônia será toda em polonês, anuncia o jornal, que também informa que haverá uma missão campal no dia seguinte que será assistida “por representantes de 19 etnias que ajudaram na colonização do

---

<sup>821</sup> VENTURA, Deisy; REIS, Rossana Rocha. *Criação de lei de migrações é dívida histórica do Brasil. Carta Capital*, 21 ago. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1DgXEC0>. Acesso em 10 dez. 2014.

Paraná”, enumerando 14 delas: poloneses, ucranianos, italianos, alemães, espanhóis, portugueses, japoneses, holandeses, sírio-libaneses, romenos, gregos, coreanos, paraguaios e suíços. No final da missa, o papa benzerá, segundo o jornal, a pedra fundamental da catedral ucraniana de Curitiba, cujas obras estavam previstas para começar em agosto.

No dia seguinte à cerimônia no estádio, no dia 6 de julho, o jornal *O Globo* destaca que havia 60 mil pessoas, “em sua maioria poloneses ou descendentes de poloneses”, com o papa reforçando o discurso da “hospitalidade” brasileira. Em sua saudação aos imigrantes, descreve o jornal, João Paulo II disse que todos ali presentes representavam “a ecumenicidade, hospitalidade e cordialidade” do Brasil, dizendo ainda que “aqui pessoas de todas as partes formam juntas só um povo”. Ele não falou somente em polonês, como fora anunciado, fazendo breves saudações em alemão, italiano e espanhol, além de um discurso “de duas laudas” em português.

Observa-se que, no jornal *O Globo* especificamente, as menções aos termos “imigrantes” e “etnias” – este último um sinônimo usado à época para os imigrantes – superaram, somente durante a visita do papa, todas as citações anteriores sobre o tema neste ano. O desinteresse pelos imigrantes no Brasil contrasta com o interesse um pouco maior pela imigração em geral – como na reportagem de destaque da edição de domingo, de 6 de julho, do mesmo diário, intitulada “Os hispânicos na América: cada vez mais longe da Terra Prometida”. A reportagem, assinada por uma correspondente em Nova York, explica minuciosamente a questão “hispânica” na cidade – fazendo referência, inclusive, ao contexto histórico da imigração dos “hispânicos”.

Ainda em relação à cobertura da visita do papa, o jornal publicou na íntegra, em português, a saudação aos imigrantes feita no estádio. O discurso de João Paulo II sobre a imigração, trazido no contexto da minuciosa cobertura da visita do líder católico – *O Globo* publicou, no total, centenas de páginas descrevendo cada momento –, foi uma das raras oportunidades em que uma reflexão sobre o tema da imigração aparece com tanto destaque, especialmente no período analisado neste capítulo. “Quisera eu que a minha saudação cristã, perante esta simpática assembleia, ressonasse com uma intensidade de amor semelhante à da palavra de São Pedro, de quem sou humilde sucessor, certa vez, em Jerusalém. Diante de números ouvintes, “provenientes de todas as nações que há debaixo do céu” (cf. At. 2,5), em seu primeiro discurso, São Pedro proclamava que Jesus é o Senhor, o Messias; e todos, por milagre, o entenderam “na própria língua” do país de origem”, iniciou João Paulo, enviando



uma saudação os “brasileiros de nascimento ou brasileiros de adoção” e a todos os “diversos grupos étnicos, espalhados e harmoniosamente integrados neste querido Brasil, imenso e belo”.

O discurso é predominantemente religioso, porém por vezes permeado de ideais de nação, como no trecho acima ou quando afirma, em outro momento, que “a comunidade humana e cristã que constituís, em exemplar bom entendimento e comunhão de *brasilidade*, seja sempre mais iluminada pelo amor de Deus e do próximo e continue a prosperar, com as bênçãos divinas!” (grifo nosso). Em outro trecho, ele se dirige diretamente aos “irmãos e irmãs de origem portuguesa, que aqui tendes segunda pátria”, afirmando que os imigrantes portugueses – os primeiros imigrantes, responsáveis em grande parte pelo genocídio de mais de 80% dos povos indígenas do atual território brasileiro e, depois, pela escravização de 4 milhões de africanos – colocaram “a serviço desta comunidade nacional as vossas nobres tradições e qualidades humanas cristãs”.

A capa da edição de 7 de julho do jornal carioca traz, em sua manchete principal, uma menção ao tema: “Papa: Igreja não pretende intrometer-se na política”. Apesar dessa ênfase, o discurso do papa em Salvador teve efetivamente um tom político, incluindo a lei dos estrangeiros que estava em discussão. Por um lado, o papa disse que a Igreja “pretende respeitar as atribuições dos homens públicos”, “não tem a pretensão de intrometer-se na política” e “não aspira a participar na gestão dos assuntos temporais”. Sua contribuição específica, continua ele, será a de “fortalecer as bases espirituais e morais da sociedade”.

Ao mesmo tempo, João Paulo II falou sobre a “realização da Justiça” na América Latina: “Ou se faz através de reformas profundas e corajosas, segundo princípios que exprimem a supremacia da dignidade humana, ou se faz – mas sem resultado duradouro e sem benefício para o homem, disto estou convencido – pelas forças da violência”. Pela manhã, ainda em Curitiba – destaca *O Globo* –, em seu discurso sobre “as etnias do Brasil”, o papa “exortou os brasileiros a manter as fronteiras abertas aos imigrantes” e “elogiou a convivência das raças no País”, segundo a descrição do jornal. Em um dos trechos de um de seus discursos, João Paulo II afirma: “Que Curitiba, o Paraná, o Brasil sejam como a araucária, sempre de braços abertos para colher os imigrantes e que se sintam seguros por leis que os amparam e protegem”.

Na edição do dia seguinte d'*O Globo*, de 8 de julho, o porta-voz do governo, Alexandre Garcia, informou que a nova legislação criará um Departamento de Imigração, que

“vai controlar estrangeiros”. Ele substituirá, informa o porta-voz, a Divisão Aérea, Marítima e de Fronteiras da Polícia Federal, caso a nova lei seja aprovada. Garcia acrescentou que a lei instituirá uma “ficha”, que será “distribuída e preenchida por juntas comerciais, locadoras de imóveis e síndicos de apartamentos” para “controlar a permanência de estrangeiros”, com o objetivo de “limitar os falsos turistas” e combater a “indústria do casamento”. Classificando a legislação em vigor como “obsoleta diante da realidade demográfica”, Garcia diz que “não seria coerente continuar estimulando grandes levas migratórias”, acrescentando: “O que há é a necessidade de dirigir a imigração através de um método seletivo, isto é, aceitar os que tenham qualificação profissional necessária ao país e que não disputem vagas com a mão de obra nacional”.

O senador gaúcho Pedro Simon, do opositor PMDB, reagiu: “Considero o projeto um escândalo num País como o Brasil que deve grande parte do seu desenvolvimento aos estrangeiros. É uma lei fascista, absurda, que encara o estrangeiro como inimigo”.

#### **8.4 Uruguaios voltam ao seu país para votar; antes, atos na Cinelândia e no Sindicato dos Bancários do Rio**

O jornal *Última Hora* publica, em sua edição de 20 de novembro de 1984<sup>822</sup> – uma terça-feira –, informações sobre o retorno das instituições democráticas uruguaias após 11 anos de ditadura.<sup>823</sup> O enviado do jornal a Montevideu, Raúl Ronzonio, informa que os dois principais partidos que disputam a Presidência têm “escassa margem de diferença”, com os indecisos desempenhando um papel fundamental. Uma das “forças”, informa o jornal, são os emigrados: “Calcula-se que quase 50 mil uruguaios chegarão ao país nos próximos dias para votar”.

Vindos do Brasil, diz o *Última Hora*, devem ir cerca de 10 mil uruguaios. O total de emigrados representam cerca de 2% dos eleitores, informa o jornal. Dos 300 mil imigrantes que viviam no exterior – ou 10% da população uruguaia –, 7% viviam no Brasil, diz a matéria. Um dos destaques do jornal é o de que 80 refugiados deixariam em breve o país em

---

<sup>822</sup> *Última Hora*, 20 nov. 1984. Disponível em <http://bit.ly/1AWzJ81>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>823</sup> O marco que dá início à ditadura no país é 27 de junho de 1973, mais em ALTMAN, Max. Hoje na História: 1973 - Golpe militar inicia ditadura no Uruguai. *Opera Mundi*, 27 jun. 2011. Disponível em <http://bit.ly/1t4GvEO>. Acesso em 25 jan. 2015.

dois ônibus rumo a Montevideu para participar do processo eleitoral, que seria no domingo seguinte. Segundo o jornal, “pretendem votar no candidato à Presidência pela Frente Ampla”, considerada pela matéria menos radical do que o Partido Blanco.

Antes de embarcar, informa o jornal, os uruguaios citados fariam um ato público na Cinelândia, no Rio de Janeiro, e esperavam que as Forças Armadas do Uruguai não criassem problemas “após ultrapassarem a fronteira”, algo que fora prometido pelas autoridades locais. O Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro foi sede de uma festa promovida por um grupo de refugiados uruguaios, registra o jornal, “assinalando os quatro anos e meio da existência do Movimento Popular, criado no exílio para contestar o regime militar”.

### **8.5 Crise de imigrantes cubanos: posição do Itamaraty e a “tradição diplomática brasileira”**

No dia 20 de abril de 1980, o governo de Cuba anunciou que todos os cubanos que desejassem emigrar para os Estados Unidos estavam livres para fazê-lo, embarcando em botes no porto de Mariel, na província de La Habana, a oeste da capital. O episódio ficou, por isso, conhecido como o “Êxodo de Mariel”<sup>824</sup>. O portal *Opera Mundi* detalha, para o devido contexto, o ocorrido:

O êxodo foi precipitado principalmente pela carência de habitações causada pelas debilidades da economia cubana, que gerou tensões internas. Um fato, de 1º de abril de 1980, ilustra o descontentamento de alguns setores da população. Hector Sanyustiz e outras quatro pessoas derrubaram a grade e invadiram com um ônibus a embaixada do Peru em Havana. Guardas cubanos das ruas abriram fogo; um deles foi morto na troca de tiros. O grupo conseguiu asilo político na representação diplomática.

O governo cubano exigiu que os cinco prestassem contas à justiça pela morte do guarda. Como o governo peruano recusou a exigência, Fidel Castro ordenou a retirada de seus policiais da frente da embaixada na Sexta-Feira Santa, 4 de abril.

No domingo de Páscoa, 6 de abril, cerca de dez mil cubanos lotaram a exuberante paisagem dos jardins da embaixada, exigindo, eles também, asilo. Outras embaixadas, como as da Espanha e Costa Rica, concordaram em receber um pequeno número de pessoas.

Porém repentinamente, Fidel proclamou, duas semanas mais tarde, que o porto de Mariel seria aberto para todos aqueles que desejassem abandonar o país, enquanto tivessem alguém que pudesse levá-los de lá. As organizações cubano-americanas instaladas na Flórida apressaram-se para providenciar embarcações em Miami e Key West a fim de buscar seus parentes.

Ao todo, cerca de 125 mil cubanos se dirigiram às praias dos Estados Unidos em cerca

---

<sup>824</sup> Para detalhes, ver ALTMAN, Max. Hoje na História: 1980 - Fidel anuncia êxodo marítimo do Porto de Mariel. *Opera Mundi*, 20 abr. 2011. Disponível em <http://bit.ly/1t5AsBR>. Acesso em: 25 ago. 2014.

de 1.700 barcos de todo o tipo, criando uma grande onda migratória que superlotou os serviços da guarda costeira norte-americana. (...) <sup>825</sup>

Em meio à crise, registra a edição de 13 de abril de 1980 do jornal *O Globo*, em seu caderno *Mundo*, que o Ministério das Relações Exteriores atendeu a uma solicitação do governo peruano e receberá – diz o jornal citando uma nota do Itamaraty – “um número ainda não determinado de asilados cubanos que se encontram na Embaixada do Peru em Havana”. O governo tomou esta decisão, continua a nota, levando em conta o “respeito aos princípios e normas do direito internacional e os aspectos humanitários que envolvem o problema dos milhares de asilados na Embaixada peruana na capital cubana”.

Segundo fontes do Itamaraty citadas pelo *Globo*, os asilados cubanos que vierem para o Brasil não poderão, no entanto, “promover atividades de natureza política como fazem os asilados em Miami, que realizam sucessivas manifestações contra Fidel Castro”. Essa proibição, continua o relato do jornal, faz parte das “tradições da diplomacia brasileira” e fora aplicada dois dias antes “em relação ao ex-deputado paraguaio, Domingos Laíno, que foi a São Paulo lançar um livro sobre a influência política e econômica que o Brasil exerce sobre o Paraguai”. Laíno era, na verdade, um líder opositor da ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai e teve de se exilar pouco depois, de 1982 a 1987, após ter sido preso e torturado no país.

O jornal carioca questiona, em outro trecho, o comportamento dúbio da diplomacia brasileira: por que o governo brasileiro, pergunta o jornal, decidiu receber os cubanos e recusou-se a acolher, há um ano, os refugiados vietnamitas, “a não ser os recolhidos em alto-mar pelos navios da Petrobrás, apesar da pressão dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental”?

A resposta oficial não foi dada, mas, segundo o jornal – citando “fontes diplomáticas” –, o Brasil teria se negado a receber os vietnamitas porque “as próprias nações que solicitavam ajuda brasileira já tinham feito uma triagem, escolhendo os melhores capacitados profissionalmente” e também porque “o país já tinha muitos problemas com imigrantes asiáticos, já que milhares deles penetraram ilegalmente nos últimos anos em território brasileiro da fronteira com o Paraguai”. Assim, se estavam certas as fontes d'*O Globo*, a discricionariedade das políticas imigratórias mais uma vez se sobrepôs.

---

<sup>825</sup> Id.

### 8.6 Entre o crime, a fama e a fortuna: como o imigrante vira notícia

As matérias sobre os imigrantes eram escassas nos anos 1980, se limitando a notas com referência a imigrantes conhecidos ou desconhecidos – tomados como personagens de uma matéria sobre outro tema, por exemplo –, ou mesmo à imigração em outros países. A primeira nota que saiu n'*O Globo*, por exemplo, no ano de 1980 veio no dia 25 de fevereiro, repercutindo o assassinato, em São Paulo, de um vietnamita por outro vietnamita. Este, informa o diário carioca, foi “o primeiro crime entre refugiados desde que eles começaram a chegar ao Brasil, há um ano” e “surpreendeu aos moradores do bairro Pompeia”, que segundo o jornal consideram os vizinhos vietnamitas “pacatos e tranquilos, que nunca brigavam entre si”.

O jornal foi ouvir o dono do bar em frente à casa dos refugiados – seis no total, informa o diário –, que disse que eles sempre se comportavam “como os demais fregueses e gostavam muito e cerveja”. Na noite do crime, diz o relato, haviam consumido 30 garrafas. “Embora sejam pessoas frias, nunca fizeram mal a ninguém no pouco tempo em que estão aqui. Um deles, não sei o nome, às vezes compra um monte de chicletes para a criançada”, diz o dono do bar ao jornal *O Globo*. “Antes de acontecer o crime, que chocou a todos aqui, inclusive a mim, não sabiam o que fazer para agradar aos vizinhos. Cantavam e brincavam muito e até queriam aprender português. Gostam muito de plantas e pretendia até dar uma samambaia para eles”, diz outro vizinho, identificado apenas como “advogado”. Depois do crime, os demais refugiados – acrescenta o jornal – “não saem mais de casa, não querem falar com ninguém e (...) estão chorando muito”.

Na edição de 29 de abril do mesmo jornal, Carlos Swann alerta em sua coluna sobre o “golpe do casamento”. Afirma ele, citando informações das “autoridades brasileiras de imigração” porém sem citar números, que o golpe estaria sendo aplicado “com sucesso” por argentinos que entram no país clandestinamente. “Tais imigrantes, cuja permanência é ilegal, acabam se casando com mulheres brasileiras, a fim de obter domicílio. Alguns chegam até a pagar pelo casamento, com o que conseguem, também, se empregar. Outros iludem suas noivas, abandonando-as após o matrimônio”, afirma o jornalista d'*O Globo*, acrescentando que a maioria dos casos ocorre em São Paulo, “mas no Rio há também dezenas”.

Na edição de 17 de março do mesmo ano, *O Globo* dá outro exemplo de como os imigrantes poderiam aparecer mais a partir de citações externas do que estritamente

“nacionais”: um deputado português do Partido Social Democrata (PSD) comenta sobre as reformas que ele considera importantes para o país, passados quase seis anos da Revolução dos Cravos. Entre outras, a da legislação eleitoral que “não resolve o problema dos patrícios que vivem fora do País”.<sup>826</sup>

O deputado português – Ângelo Correia – citou ao *O Globo* como exemplo a proibição de os imigrantes votarem nas eleições para presidente da República, bem como o número limitado de deputados que podem ser eleitos por estes imigrantes (quatro). No total, estima o deputado citado pelo diário carioca, são 2 milhões de portugueses que vivem fora de Portugal, sendo cerca de 600 mil radicados no Brasil. Eles enviaram mais de 2 bilhões de dólares para o país europeu, disse o deputado, sem especificar em quanto tempo ou em qual período. Este número de portugueses radicados no Brasil, concluiu, seria “decisivo para qualquer eleição”.

O próprio *O Globo* registra, na edição de 14 de maio, o convite feito por imigrantes portugueses a um “conselheiro da Revolução de Portugal”, o tenente-coronel Vitor Alves, para falar em um “encontro aberto sobre temas livres de interesse da comunidade portuguesa”, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em reunião promovida – segundo o diário carioca – pela Comissão pró-fundação do Centro de Imigrantes Portugueses.

Uma outra menção aos imigrantes é feita na edição de 12 de junho do jornal carioca, desta vez na cobertura eleitoral da Alemanha Ocidental. Em destaque, os debates internos do Partido Social Democrata alemão (SPD, na sigla em alemão) antes das eleições que ocorreriam em outubro. O tema das políticas imigratórias, como temos ressaltado, é deixado de lado no Brasil, mas está presente em matérias como esta. “Quanto ao problema das minorias estrangeiras na Alemanha Ocidental”, diz a repórter do jornal carioca, em texto exclusivo para o diário, “o programa do SPD é hábil e cauteloso: por um lado, pleiteia a total integração desses imigrantes, sem, no entanto, exigir para eles o direito de voto”. A repórter registra ainda que esse foi um dos temas mais “quentes” e que “mais provocou veementes discussões” no congresso do Partido, realizado em Essen.

A omissão em relação ao tema da imigração teve, na interpretação da jornalista, uma espécie de compensação: “Para compensar, possivelmente, essa omissão, o documento desce a detalhes quanto à igualdade de direitos da mulher” – reivindicando “inclusive”, registro o texto, a “proibição de anúncios e propaganda em que a mulher for discriminada”.

Em outra matéria, no caderno de Cultura d'*O Globo* em sua edição de 22 de março do

---

<sup>826</sup> DEPUTADO de Portugal diz que a Revolução volta às origens. *O Globo*, 17. mar. 1980, p.5.

mesmo ano (1980), é feita a referência à palavra “imigrante” como de costume nas matérias biográficas: uma menção, neste caso específico, a José Pancetti, pintor modernista brasileiro falecido, que nasceu em Campinas no início do século XX e era filho de imigrantes italianos. A relação da imigração e dos seus laços estrangeiros com a sua vida artística não é tema de mais do que dez linhas curtas da matéria, que registra que Pancetti foi à Itália aos 10 anos de idade, voltando aos 19 quando era um “mero pintor de paredes e cascos de navios, ofício que aprendeu na qualidade de incorporado à Marinha Mercante italiana desde os 14 anos de idade”. Na edição de 30 de março, em outro exemplo, *O Globo* registra com destaque, na página 5, a morte do ex-governador gaúcho Ildo Meneghetti, “filho de imigrantes italianos”.

Uma das matérias que foge do padrão em geral observado sobre notícias que citam aspectos imigratórios foi publicado na primeira página do jornal *O Globo* de 22 de junho deste ano, com o título “Empresários querem conter custos e endividamento”. A notícia destaca pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc) com grandes industriais brasileiros, informando que a maioria dos empresários estava preocupada, à época, em reduzir seus custos e conter o endividamento. O perfil dos empresários é o seguinte: eles têm em média 50 anos, quase sempre são gaúchos ou paulistas e descendem de imigrantes – com predominância para portugueses ou italianos. A pesquisa ouviu 251 empresários das maiores companhias nacionais, informa o jornal na matéria. O nível educacional destes empresários, acrescenta, é bem superior se comparado com o de seus pais. “O empresário em geral vem de família rica. Um exemplo disso é que 69,8 por cento de seus pais eram donos de indústria, comerciantes e agricultores”, registra a matéria. A família, conclui, a pesquisa, é uma estratégia para a manutenção do controle sobre as empresas. A política também não é esquecida: “É interessante notar que 60 por cento deles têm políticos como amigos, embora apenas 7,6 por cento participem efetivamente de partidos políticos”.

Apesar da baixa visibilidade que a imprensa brasileira dá em geral ao tema da imigração, observamos que a década de 1980 foi um período de baixíssima imigração e mesmo de aumento do número de estrangeiros que deixam o país, conforme dados do IBGE.<sup>827</sup> Mesmo assim, destaca-se que são raras as matérias jornalísticas fora da seção de Cultura (veja mais à frente dois exemplos desta) em que os imigrantes não são apresentados a partir de suas memórias (casos das notas biográficas), infratores em geral (criminosos em

---

<sup>827</sup> Os dados do IBGE foram sistematizados em um infográfico da revista *Superinteressante*, com informações até 2011. Ver DI GIACOMO, Frederico et al. República Imigrante do Brasil. Sem data. Disponível em <http://abr.ai/1K2FBDW>. Acesso em 25 jan. 2015.

geral ou estrangeiros em situação irregular) ou pontos fora da curva (imigrantes de sucesso, em geral ricos).

Para se ter uma ideia desta lógica, uma das poucas informações nos jornais que encontramos que efetivamente contextualiza um tema relacionado à imigração foi publicada no caderno de... Vestibular. Assim, o jornal *Folha de S. Paulo* publica, em sua edição de 17 de janeiro de 1989, as provas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e uma das questões da prova de História trata da imigração citando um jornal do início do século XX: “Em 1920, um jornal anarquista de São Paulo definiu dessa forma o proletariado urbano: “É verdade que muitos militantes anarquistas, entre nós, são estrangeiros, não nasceram no Brasil. Mas isso nada tem de extraordinário. País essencialmente de imigração, vivendo as suas indústrias principalmente do braço e da inteligência do imigrante, é naturalíssimo que os centros de maior população operária no Brasil contenham forte e predominante porcentagem de estrangeiros” (*A Plebe*, 17 de abril de 1920)”.

A resolução da questão, tal como transcrita, é a seguinte: “A imigração estrangeira para o Brasil está inserida na transição do escravismo para o trabalho assalariado, processo que se acelera na segunda metade do século XIX; em suma, no momento em que surge, tardiamente, o modo de produção capitalista no Brasil. A carência de mão de obra para a cafeicultura e os problemas do capitalismo europeu (Grande Depressão) nas últimas décadas do século XIX trouxeram para o Brasil centenas de milhares de imigrantes, especialmente italianos”. O texto acrescenta: “A tendência à vida urbana do imigrante vai lançá-lo em busca das principais cidades, como São Paulo que, no início do século XX, passa a liderar a industrialização nascente. O proletariado urbano forma-se a partir daí, compondo com o elemento nacional marginalizado a massa operária dos centros industriais da época, influenciados pelo anarquismo, pelo anarco-sindicalismo e, no limite, pelo socialismo, herança do próprio imigrante europeu”.

Talvez seja desnecessário observar que o caderno de Vestibular é um material lido apenas por estudantes interessados diretamente nesta prova, e portanto de alcance praticamente nulo entre o conjunto de leitores da *Folha*. Questiona-se, aqui, se matérias com este teor informativo não ajudariam o público a compreender uma questão central para a formação histórica do Brasil, e até que ponto a imprensa brasileira poderia, levando-se em conta sua estrutura social e ideológica atual, cumprir este papel.



### 8.7 Uma nipo-brasileira no cinema: um olhar sobre a imigração japonesa no Brasil

Matéria no caderno de Cultura do jornal *O Globo* de 29 de fevereiro de 1980 destaca o lançamento de *Gaijin – caminhos da liberdade*<sup>828</sup>, que segundo o jornalista traz para as telas uma “problemática até então desconhecida pelo cinema brasileiro” – a imigração japonesa. O filme é dirigido pela cineasta nipo-brasileira Tizuka Yamasaki, neta de imigrantes japoneses, nascida no Rio Grande do Sul e criada em uma fazenda de café no interior de São Paulo. “Gaijin, um ideograma que pode ser traduzido como o homem do lado de fora, foi caracterizado no filme como uma marca de todos os imigrantes que, por circunstâncias econômicas, políticas e sociais, tiveram de abandonar seus países ou estados de origem para tentar construir a vida em lugares desconhecidos e distantes”, registra a matéria. “Gaijin”, continua o jornalista, “não é apenas um painel da vida do imigrante japonês, é todo um processo de imigração em que se misturam italianos, portugueses, espanhóis e nordestinos, em luta no início do século 20 pela integração numa sociedade que se transformava”.

A reportagem lembra o início da imigração japonesa em massa<sup>829</sup>, com o primeiro contrato assinado em 1907 entre o governador de São Paulo e o presidente da empresa *Empire Emigration Company*. “Estava aberto o ciclo da imigração japonesa. O imigrante ia chegando para o trabalho nas fazendas, juntava-se a italianos, espanhóis, negros e alguns nordestinos”, descreve o jornalista d'*O Globo*. A matéria descreve que o processo de adaptação foi “difícil”, pois os hábitos japoneses e a barreira da língua impediam uma “integração rápida no meio”. Além disso, o trabalho sob sol intenso e as doenças tropicais “dissipavam em suas mentes a ideia de retorno”. O salário, pago anualmente, era pouco, completa a matéria, “e muitos fugiam para as cidades em busca de melhores oportunidades”.

Os contrastes entre os imigrantes começam a aparecer, registra o texto: “alguns ficam ricos, *'fazem o Brasil'* e retornam para o Japão”, enquanto outros “morrem miseráveis nos país que os acolheu”. A própria Tizuka Yamasaki dá seu relato ao jornal: “Minha ideia foi sempre a de falar do sentimento do homem no instante em que ele chega a este país, de sua sensação de se sentir estrangeiro. Tomei como referência o japonês, sem achar, em nenhum momento, que ele estava em posição diferente de outros trabalhadores imigrantes; tomei como referência a

---

<sup>828</sup> GAIJIN - Caminhos Da Liberdade-Tizuka Yamazaki. Disponível em [http://youtu.be/i\\_IHKd25ssg](http://youtu.be/i_IHKd25ssg); breve entrevista com a autora nos cem anos da imigração japonesa, em 2008 em GAIJIN com Tizuka Yamazaki - VideoCast Folha Online. Disponível em <http://youtu.be/tzSrIdprlRA>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>829</sup> Conforme demonstramos, a primeira leva de imigrantes japoneses se dirigiu ao interior do Rio de Janeiro, e não para Santos. Para detalhes, vide subcapítulo sobre os japoneses, no capítulo 4 deste trabalho.

minha realidade mais próxima”.

A cineasta relata uma imagem diferente daquela que apresenta o brasileiro como um povo acolhedor: “Mesmo nascida no Brasil, sou discriminada, passo a ser estrangeira, destacada pela atenção que dão à minha pele, minhas feições, meu jeito. Então, desenterrando minhas memórias, retornei às histórias contadas por minha avó”. O filme foi realizado em nove semanas em algumas das cidades que compõe a rota dos cafezais – Atibaia, Santos, Paranapiacaba, Campinas e São Paulo –, cidades com grande concentração de imigrantes. O custo da produção foi de 14 milhões de cruzeiros (Cr\$), patrocinados pela Igreja Messiânica Mundial do Brasil, pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e pela Embrafilme. “Em termos de produção nacional pode ser considerado muito pouco, em função de todo um trabalho de reconstituição de época que foi feito”, afirma a cineasta, que afirmou ao jornal que a presença de atores japoneses e brasileiros só veio a “enriquecer” o filme: “São duas escolas de atores muito diferentes. O ator japonês é muito técnico, disciplinado. O brasileiro é isso que a gente conhece: emocional, intuitivo, com uma capacidade de criação imprevisível”.

Tizuka conclui afirmando que não vê o cinema como um “instrumento útil para traçar um tratado sociológico sobre o problema dos imigrantes no Brasil” e “muito menos para apenas expor os meus problemas existenciais”. Ela resume: “O que eu queria desde o início era prestar uma homenagem ao povo imigrante. Era preciso fazer um filme que tivesse mil caras, inclusive a sua. Acho que *Gaijin* conseguiu isso”.

A edição de 20 de maio d'*O Globo*, ainda em 1980, destaca o sucesso de *Gaijin*, juntamente com *Bye Bye Brasil* (de Cacá Diegues), no prestigiado festival de Cannes com a seguinte manchete: “‘Bye Bye Brasil’ e ‘Gaijin’: Em Cannes, o cinema brasileiro reconquista seu prestígio”. A imigração e seus temas relacionados passam a ser, nesse caso em que há grande prestígio internacional, uma conquista do cinema *brasileiro*, na visão d'*O Globo*. Com a repercussão internacional, e mesmo reforçando seu laço japonês e sua ampla reflexão sobre o tema, Tizuka volta a aparecer na edição de primeiro de junho de 1980, no caderno *Jornal da Família*, como “revelação no Festival de Cannes” e com a seguinte indagação abrindo a matéria: “Quem é esta *brasileira* que com seu primeiro longa-metragem, ‘Gaijin, Caminhos da Liberdade’, recebeu menção especial da crítica internacional” (grifo nosso). Tizuka, registra-se, é de fato brasileira, porém a marcação da nacionalidade – e de como um produto “brasileiro” fez grande sucesso no “mundo” – é a principal característica das manchetes sobre o filme. Nas chamadas encontradas, pouca atenção é dada para a temática étnica da obra.

Nesta matéria, Tizuka explica que *Gaijin* é uma palavra usada pelos japoneses para, jocosamente, se referirem aos que “vêm de longe com dificuldade de sobrevivência”. O diário carioca faz uma analogia: “Seria por exemplo como certas expressões que trazem um fundo de racismo: pau de arara, carcamano, gringo, crioulo, cigano, japona, china etc...”. O repórter se atém a este tema: quer saber se Tizuka, neta de japoneses, tem “complexo” em relação aos outros brasileiros, “fisicamente tão diferentes de você”. A cineasta responde: “É claro que muitas vezes senti o problema de perto. A começar pela minha carteira de identidade que diz que sou brasileira de cor amarela. Na realidade, os outros é que produzem em nós um sentimento de complexo pelo que somos. Os outros, quero dizer, são certas pessoas que antes de nos ver como brasileiros e seres humanos, nos qualificam pela cor e grupo social”.

A cineasta afirma que o filme foi importante porque ela descobriu que não estava falando de uma minoria: “No Brasil, as minorias formam a maioria e a partir da consciência disto poderemos nos libertar desses falsos conceitos colonialistas”. A própria divulgação oficial do filme que era feita na imprensa<sup>830</sup> – acompanhada de frases curtas de especialistas e críticos dos principais meios de comunicação – continha abordagens interessantes em relação ao tema da identidade e da imigração. Enquanto algumas menções ficavam restritas ao filme enquanto produto cinematográfico – um filme “sereno” e “envolvente”, uma “lição de cinema” (*Folha de S. Paulo*); uma das “melhores obras do cinema nacional” (*Jornal do Brasil*); “grande acontecimento do cinema brasileiro” (*O Globo*); “apaixonante” (*Manchete*) –, outras se referiam a discussões sobre a questão identitária.

José Carlos Avelar, do *Jornal do Brasil*, afirma: “O espectador compreende durante a projeção o quanto de estrangeiro existe em todo o homem comum”. A frase de Nelson Pereira dos Santos é um pouco mais enigmática: “*Gaijin* é uma lição para todos nós, brasileiros”. Albert Cervoni, do diário francês *L'Humanité*, classifica o filme como “uma reconstituição muito boa, cuidada nos mínimos detalhes e vigorosamente popular”. A crítica da *IstoÉ* classifica a obra como “mais do que uma revelação, é uma esperança”, enquanto que Bruno de André, da revista *Visão*, vai mais longe: “*Gaijin* pertence a um sentido maior da história do país, da afirmação de todos os imigrantes e nacionais que procuraram construir – e estão construindo – a identidade e a independência do povo brasileiro”. Roldão Oliveira, do jornal popular *Movimento*, segue a mesma linha: “*Gaijin* é um filme de rara sensibilidade em termos de narrativa dentro do cinema brasileiro. É uma boa história a respeito das pessoas que

<sup>830</sup> Ver, por exemplo, *O Globo*, 15 jun. 1980, caderno de Esportes, p.41.

construíram este país. Um filme que deveria passar nas escolas”. Uma das notas chama atenção – e observamos que ela foi incluída na divulgação oficial. É de Rubens Ewald Filho, famoso crítico de cinema e que à época trabalhava no jornal *O Estado de S. Paulo*. Diz ele ser *Gaijin* um dos melhores filmes brasileiros dos últimos tempos, sendo uma “façanha notável para qualquer realizador, *principalmente quando se trata de uma mulher e estreante*” (grifo nosso).

### **8.8 “As raízes só podem sobreviver nas misturas”, afirmam músicos germano-magrebinos em 1989**

É do caderno de Cultura de um grande jornal brasileiro que chega, mais uma vez, uma das poucas mensagens reflexivas sobre a questão imigratória. “Rock árabe do alemão Dissidenten rejeita as 'boas causas' como tema” foi a manchete do caderno “Ilustrada”, da *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 1º de janeiro de 1989. Reproduzida do jornal parisiense *Libération*, a matéria comenta como surge o grupo: “*Confia em Allah, mas vigia teu camelo!* A voz caía como um trovão de um céu apocalíptico. Era isto que os Dissidenten contavam, há sete anos, à população de uma cidadezinha do Marrocos onde eles tiveram suas bagagens e carro roubados. Os culpados? Os músicos locais. Os Dissidenten obrigaram-nos a tocar e gravar para eles. Assim começava o negócio e esta paixão pelos sons norte-africanos”. “Atualmente”, acrescenta a matéria, o negócio se resume a “dois LPs, dois “maxi-singles” e dezenas de turnês. “O grupo germano-magrebino passa a maior parte do tempo correndo pelo mundo”, completa. A formação do grupo “parece com um moinho”, descreve o jornal: “Os amigos músicos entram, tocam um momento, partem, voltam. A caravana está sempre aberta”. Alemães, marroquinos e um argelino estão entre os integrantes, alguns eventuais.

“Os Dissidenten, em sete anos de existência, perseguem uma viagem que os leva regularmente ao Terceiro Mundo para trabalhar com músicos locais, como os do Karnataka College de Percussão (na Índia do Sul, em 1982), da Companhia Nacional de Dança do Zimbábue e do grupo marroquino Lemchaheb (ambos em 83)”, descreve a matéria, que afirma que a intenção de fazer “pop music” consiste em misturar as músicas tradicionais ao rock. “Uma velha ideia, que tem suas origens no grupo Embryo, de onde vem uma parte do atual Dissidenten, cuja música atual traz a pesada marca dos Lemchaheb”, acrescenta,

lembrando que “estes últimos chegaram no final da onda do estilo inaugurado pelos marroquinos Nass El Ghiwane nos anos 70”.

A matéria afirma que a associação magrebina-teutônica “continua a cantar (em árabe) o pacifismo, a imigração, a liberdade”, mas os dois principais gerentes da “casbah”<sup>831</sup> Dissidenten “se proíbem de cantar pelas boas causas”. Seus líderes afirmam, em entrevista, que fazem “pop music” para as pessoas que “não dão a mínima para as coisas intelectuais”, argumentando: “Com as boas causas, você só obtém a piedade. As pessoas vão à discoteca para dançar nossa música, não para pensar no racismo. *SOS Racismo* é uma boa ideia, mas muito chorosa. O que nos interessa é tocar boa música, e não *o que é a música árabe?*”

O *Libération* questiona: vocês estão revisitando as músicas étnicas? Um dos líderes responde: “A etnologia é a culpabilidade da Europa. Mas as *roots* (raízes) são importantes. Nossa música é de certa forma a história das *Mil e Uma Noites* em alemão”. As pessoas, diz ele, acham “curioso” alemães cantarem em árabe: “Nós procuramos apenas um pouco de verdade, porque as coisas são frequentemente complicadas entre a Europa e os árabes”. Para levar um dos músicos colaboradores para a Europa, um senhor de 68 anos, passaram cerca de três anos “correndo a burocracia”.

O grupo faz um grande sucesso, lembra o próprio jornal, “mas não podemos fazer tudo, só possuímos uma vida”. Para um dos líderes, as músicas tradicionais não têm muitas chances de sobrevivência porque o satélite, as coisas, tudo vai muito rápido”. E conclui: “As raízes só podem sobreviver nas misturas, na linguagem contemporânea; do contrário, a tradição vai morrer”. O jornal divulga, ao final, o mais novo lançamento do LP importado do Dissidenten – *Sahara Eletrik* –, pelo selo *Editions Vogue*.<sup>832</sup>

## **8.9 Imigração é “fantasma que ameaça a Europa” e os EUA, com “enchentes” e “enxurradas” de imigrantes “clandestinos”**

Reportagens dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sintetizam modos concretos

<sup>831</sup> Em livre interpretação, nome dado à cidadela cercada por muros ou muralhas existente em diversas cidades árabes do Norte da África.

<sup>832</sup> A faixa principal está disponível em <http://youtu.be/JeONiYOMn3g> (acesso em 25 jan. 2015); a rede social de vídeos YouTube possui outras músicas de grupos citados aqui, bem como das parcerias.

observados durante todo o período aqui analisado de desumanizar seres humanos por meio do uso do símbolo da “alma do outro mundo” e da transformação de histórias de vida em números frios.

Em uma delas, a *Folha de S. Paulo* repercute com destaque na primeira página a prisão, no México, de 40 brasileiros que tentavam entrar sem documentação legal nos Estados Unidos. A matéria – da edição de 11 de janeiro de 1989, numa página compartilhada entre as editoriais de “Cidades” e “Mortes” – informa que o grupo de 38 brasileiros originários da cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais, foram detidos no aeroporto da Cidade do México, juntamente com dois outros brasileiros que estariam cobrando 160 mil cruzeiros – cerca de 200 dólares – por pessoa para conduzir o grupo até a cidade de Tijuana, na fronteira com os Estados Unidos. Um oficial de imigração mexicano também foi preso.

“Nossa intenção é trabalhar honestamente; não somos delinquentes”, disseram, citados pelo jornal, os brasileiros “em audiência no Ministério Público”. Eles foram encaminhados a uma “prisão migratória”, segundo a fonte do Itamaraty, e foram liberados alguns dias depois. Um gráfico informa a rota dos brasileiros: de Tijuana, eles seguiriam para San Diego. A matéria lembra que, em agosto de 1988, outras 50 pessoas foram detidas em um cargueiro de bandeira brasileira. No total, eram 46 brasileiros e 4 portugueses. A matéria trata dos imigrantes indocumentados como “clandestinos”, concluindo: “Uma pesquisa realizada pelo Data Folha na época revelou que 62% dos paulistanos maiores de 18 anos gostariam de viver em outro país”.

Em outro registro, na mesma página – as demais notas são todas policiais, ao lado de obituários –, a *Folha* trata de uma canoa de madeira que naufragou com 18 pessoas a bordo, na confluência do rio Oiapoque com o oceano Atlântico, no limite territorial do Amapá. Segundo o jornal, o grupo de brasileiros tentava atravessar a fronteira “para viver clandestinamente” na capital da Guiana Francesa, Caiena. “A canoa só tinha capacidade para cinco pessoas. Há dez desaparecidos; oito se salvaram”, informa a matéria. No caso do Amapá, a *Folha* informa que os imigrantes foram “indiciados por tentativa de saída ilegal do país”. Na nota sobre os 50 detidos em agosto de 1988, os “clandestinos” não foram processados pela Polícia Federal “porque no Brasil não é crime tentar entrar clandestinamente em outros países”.

No dia 12 de janeiro a *Folha* volta a dar capa para o tema, com a manchete: “Emigração de clandestinos é permanente”. Um dos presos no caso relatado de agosto de

1988 declarou ao jornal que, em Governador Valadares, cerca de 170 pessoas tentam emigrar por mês. “A *Folha* apurou que nos próximos dias um grupo de brasileiros estará embarcando nessa aventura”, diz um trecho da matéria, acrescentando que cada pessoa pagava em média 2,8 mil dólares, ou 2,3 milhões de cruzeiros no câmbio da época, para “tentar realizar seu sonho americano”. Segundo o prefeito de Governador Valadares, ouvido pelo jornal, cerca de 35 mil valadarenses estariam nos Estados Unidos – o correspondente, diz, a 15% da população da cidade. Até mesmo o prefeito – Rui Moreira, do PMDB – tem uma filha e um genro que moravam, à época, nos Estados Unidos, informa a matéria.

As questões imigratórias europeias também são intensamente debatidas na imprensa brasileira. Em 1991, os países mais ricos da Europa analisavam questões relacionadas às unidades econômica e política do continente. Este foi o tema principal de uma cúpula econômica ocidental<sup>833</sup> da Comunidade Europeia realizada em Londres, em julho deste ano, para discutir a relação dos países participantes com a União Soviética, bem como a abertura de seus mercados aos produtos e serviços dos países da Europa Central e Oriental. Entre os diversos conflitos em andamento, a situação nos Balcãs e no Oriente Médio, além de conflitos no continente africano, preocupam profundamente a comunidade internacional.

Ao tratar do tema da imigração, a edição de 24 de março de 1991 do jornal *O Globo* anuncia, em tom de catástrofe, o que classifica como uma “enchente de chegadas”, citando um jornal britânico. O título da reportagem já diz a que veio: “Fantasma da imigração ameaça a Europa”. Em outro título, na mesma página, a expressão “enxurrada de exilados” é utilizada sem aspas para se referir aos requerentes de refúgio na França e na Itália. Para “pesadelo” das autoridades, acrescenta a matéria, ainda há a ameaça da “invasão vermelha”, em referência ao regime comunista.

O correspondente do jornal carioca em Londres assim começa a matéria: “Os gritos de “Viva a Itália” dados pelos refugiados albaneses ao desembarcar no porto italiano de Brindisi, no início do mês, ecoaram fundo nos gabinetes das autoridades dos governos da Europa Ocidental. A ruidosa chegada à Itália dos milhares de fugitivos da Albânia fez ressurgir o espectro da imigração em massa para os países ricos da Europa Ocidental, o novo desafio que assusta o Velho Continente a menos de dois anos da sua unificação”. Observa-se que a “Europa” do título da matéria d'*O Globo*, portanto, é a “Europa” rica, ocidental, capitalista.

---

<sup>833</sup> UNIÃO EUROPEIA. A História da UE – 1991. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1K2GJ9>. Acesso em 25 jan. 2015.

A “ameaça” não vem apenas dos “imigrantes que não param de chegar dos países ex-comunistas do Leste”, registra o texto: “Os prognósticos alertam para a aproximação de outra onda de refugiados, dessa vez originária dos países pobres do Terceiro Mundo, especialmente do Norte da África e do Oriente Médio, afetados pela guerra do Golfo Pérsico”. A “invasão vermelha”, diz o jornal, inclui entre 5 e 7 milhões de soviéticos que tentarão deixar o País “nos próximos anos” e, sem citar fontes, diz que “a maioria não medirá esforços para se estabelecer nos países vizinhos da Europa Ocidental. *O Globo* cita uma expressão de um jornal britânico (também não identificado) – a “enchente de chegadas” – para identificar o tema de discussão da Comissão da Comunidade Europeia, que preparava naquele momento a unificação do continente. Entre as medidas adotadas antecipadamente por alguns países, como a Alemanha, a “mais ostensiva” – informa o jornal carioca – é o aumento do policiamento ao longo da fronteira com a União Soviética e com os países do extinto bloco comunista do Leste. Itália e Grã-Bretanha seguem o mesmo caminho, informa o diário.

A primeira onda de imigrantes, afirma o jornal, teve início em 1990, com a chegada de mais de meio milhão de pessoas do Leste Europeu e da União Soviética. “Muitos deverão seguir o mesmo caminho nos próximos anos, em razão do agravamento da crise econômica nos países ex-comunistas e da possível desintegração da União Soviética”, acrescenta. Seriam 800 mil imigrantes da URSS e dos países do Leste Europeu por ano, nos quatro anos seguintes, diz o jornal citando uma pesquisa da Comunidade Europeia. Em tom novamente de catástrofe, o correspondente de *O Globo* escreve em uma das manchetes: “O alerta para uma ‘invasão dos pobres’”. Esse alerta trata, especificamente, do “extraordinário aumento da população do Terceiro Mundo”. O diário carioca repercute o alerta da revista inglesa *The Economist*: “A maioria desses bilhões pode preferir ficar em casa, mas mesmo o movimento de uma minúscula fração desse número seria como uma *invasão para a população do Norte*” (grifo nosso).

As expressões “enchentes” e “enxurrada” são utilizadas, em geral, para designar fenômenos da natureza onde há grande concentração de água em um mesmo espaço, causando a subida do nível dos rios e lagos, por exemplo. A função específica desse uso para se referir a seres humanos reafirma o nosso entendimento sobre a tentativa de quantificar o imenso contingente populacional de imigrantes para, como isso, desumanizá-los. A melhor forma de conter uma enchente é, afinal, colocar barreiras físicas contra ela ou, em outra hipótese, construir estruturas de escoamento da água.



Mais grave ainda é a utilização da figura do “fantasma da imigração” – uma opção do editor, visto que o termo não aparece em nenhum outro lugar senão no título. O “fantasma” é, nesse sentido, uma “aparição” (originalmente do grego), geralmente apavorante, de uma pessoa morta ou afastada, uma “alma do outro mundo”.<sup>834</sup> “A imagem da *alma do outro mundo* materializa de alguma forma, e simboliza ao mesmo tempo, o medo dos seres que vivem no outro mundo. Talvez também seja uma aparição do eu, de um eu desconhecido, que surge do inconsciente, que inspira um medo quase pânico e que as pessoas reprimem nas trevas. A *alma do outro mundo* seria a realidade renegada, temida, rejeitada”, registra Jean Chevalier.<sup>835</sup> A psicanálise, acrescenta, veria nela um “retorno do que foi reprimido, *produtos do inconsciente*” (grifos nossos).

Dois anos depois, em 1993, o mesmo *O Globo* relata o cenário de restrições imigratórias: “Europa, portas fechadas para os imigrantes” é a chamada publicada na edição de 6 de junho, informando que a partir de 1º de julho um dos países “mais liberais da Europa”, a Alemanha, “fechará suas portas para milhares de imigrantes, mesmo aos que pedem asilo político”. A medida foi acompanhada, informa o diário carioca, pelo novo governo francês, conservador, que apresentou um projeto de lei restringindo ainda mais a entrada de estrangeiros na França. A reportagem acrescenta que os ministros do Interior dos 12 países da então Comunidade Europeia se reuniram na Dinamarca e “chegaram a um acordo: haverá menos espaço para os refugiados, tanto os políticos quanto os econômicos”.

A matéria informa ainda que uma convenção da ONU proíbe que os países proíbam a entrada de pessoas perseguidas em seus países ou que fujam de conflitos, ao mesmo tempo em que divulga as cifras do número de pedidos de asilo de 1992 – 700 mil, dez vezes mais que o período anterior. A matéria possui ainda um quadro explicativo sobre estatísticas dos estrangeiros em cada um dos 12 países da Comunidade Europeia. Não há qualquer menção aos brasileiros.

Quase duas décadas depois da publicação da matéria d'*O Globo* tratando do “fantasma da imigração” que estaria “ameaçando a Europa”, o diário carioca publica, em sua edição de 8 de março de 2009, matéria sobre a xenofobia em países da Europa e nos Estados Unidos. Publicada editoria *O Mundo* com o título “Imigrantes pagam o pato”, o jornal afirma que a crise econômica global provocou a aversão aos estrangeiros, que são “muitas vezes alvos das

---

<sup>834</sup> Michaelis online.

<sup>835</sup> CHEVALIER, 2007:671.

frustrações coletivas e transformados em bodes expiatórios dos problemas nacionais”. A série de matérias foi realizada a partir do trabalho de diversos correspondentes estrangeiros do diário carioca que “contam como os problemas na economia estão se refletindo na vida de milhões de imigrantes”, que “deixaram seus lares para trás na expectativa de construir uma vida melhor” e, agora, “enfrentam o *fantasma* de uma crescente hostilidade nos países que os acolheram” (grifo nosso).

### **8.10 Restrições à entrada de imigrantes nos EUA: empresários temem perder “cérebros” e “profissionais”**

Outro tópico que continua a surgir na imprensa é a seletividade com que os países, especialmente os mais ricos, recebem seus imigrantes – a exemplo do que fez historicamente o Brasil durante quase dois séculos, e antes de se tornar um país de emigração durante as últimas décadas do século XX e início do XXI. O jornal *O Globo* publica, em sua edição de 25 de agosto de 1995, uma matéria em destaque no caderno “O Mundo” afirmando que o governo dos EUA quer “selecionar” os imigrantes. A “ideia”, diz o diário carioca, é “fechar as portas” – não completamente, “mas significativamente”, reduzindo em quase um terço o número de pessoas legalmente autorizadas a residir no país. Com o “teto” de pessoas autorizadas a residir no país caindo de 830 mil para 585 mil, diz a matéria, “algo mais que a matemática” estaria por trás desse plano de política imigratória.

O país passaria a dar preferência a “três categorias de estrangeiros” – profissionais de “alto nível”, como cientistas, engenheiros etc; cônjuges de cidadãos americanos, sendo estes “no mesmo nível, mas numa quota menor”; e filhos menores de americanos que tenham nascido no exterior e crianças que já são residentes mas nasceram fora dos EUA. A matéria informa que a medida já fora aprovada na Subcomissão de Justiça da Câmara de Representantes. “Os Estados Unidos continuarão sendo o país mais generoso do mundo na aceitação de imigrantes. Só que, ao contrário do que temos agora, colocarão em primeiro lugar os interesses dos trabalhadores e contribuintes americanos”, diz o autor do projeto citado pelo diário carioca, Lamar Smith, do Partido Republicano.

Segundo *O Globo*, os sindicatos dos trabalhadores locais apoiam o plano, mas os empresários acreditam que ele poderá “criar problemas para eles e para a própria economia

americana”. A Associação Nacional de Indústrias e a Câmara de Comércio dos EUA “gostariam”, informa o jornal, que a nova lei mantivesse o teto de imigrantes, aumentando no entanto a cota dos “profissionais com habilidades especiais”. Dos 880 mil imigrantes que entraram legalmente nos Estados Unidos em 1994, informa o diário, “apenas 15% eram profissionais de alto nível”, sendo que 40% “sequer completou o ginásio”.

As empresas norte-americanas e, em especial, as do setor de alta tecnologia dependeriam, diz *O Globo*, de “cérebros estrangeiros para criar e desenvolver novos produtos”. Um exemplo, segundo o jornal: 46% dos diplomados em engenharia e física nos Estados Unidos eram, à época, estrangeiros. Se a nova lei entrasse em vigor, a maior parte voltaria para seus países de origem, onde “passariam a reforçar os quadros e as empresas adversárias no mercado internacional”. A matéria destaca um fator que destoa de outras matérias do tipo: os imigrantes qualificam os EUA, não apenas fazendo o trabalho braçal que muitos norte-americanas não gostariam de fazer. Nota-se a semelhança com muitos dos argumentos utilizados no Brasil de outros períodos.

Em relação aos brasileiros, a matéria destaca que de 1970 até a data da reportagem (1995) teriam se mudado legalmente para os EUA 65 mil brasileiros, com uma estimativa de que haveria, na verdade, 300 mil vivendo no país. Os EUA receberam legalmente um número grande de brasileiros no início da década de 1990 – pouco mais de 17 mil em três anos, informa a matéria –, mais do que o total de brasileiros legalmente estabelecidos no país durante toda a década de 1970.

Um infográfico informa, sem citação no corpo da matéria, que o número de imigrantes brasileiros é insignificante se comparado com países como México, China e Filipinas. Entre os dez países que teriam enviado mais imigrantes para os EUA – sem informar o período, deduzindo-se que refere-se a 1993 –, o Brasil aparece na posição de número 41. O infográfico – intitulado “O Eldorado dos descontentes” – informa também que cerca de 60,7 milhões “imigrantes legais” teriam entrado nos Estados Unidos desde 1820, não citando a fonte da informação.

O mesmo tema volta às páginas d'*O Globo* sete anos depois por meio da republicação de uma matéria do *Washington Post*. Nota-se, a este respeito, como é comum entre os jornais brasileiros a tradução de matérias de jornais estrangeiros, quase todas de publicações norte-americanas e europeias. Esta prática, apesar de antiga na História da imprensa brasileira, sendo mesmo observada desde as primeiras publicações ainda no período joanino, tem a

novidade de que, agora, os jornais brasileiros não republicam mais outros jornais brasileiros, se limitando quando muito a citá-los e produzir um novo texto. A prática da transcrição de textos era recorrente mesmo entre jornais brasileiros que “competiam” entre si, ou que estavam em campos políticos opostos, como mostramos em diversas oportunidades no curso deste trabalho.

A matéria referida do *Washington Post*, traduzida pelo diário carioca e publicada em sua edição de 3 de dezembro de 2002, afirma que os estrangeiros “foram fundamentais” para o crescimento dos Estados Unidos na década de 1990, citando um estudo realizado com base em dados do censo estadunidense. Os imigrantes respondem por metade dos “novos assalariados que ingressaram na força de trabalho” nesse período. O relatório, de autoria do Centro para Estudos de Mercado de Trabalho da Northeastern University, “oferece uma nova e poderosa prova do crescente impacto dos imigrantes na sociedade americana”, registra a nota, indicando que dados do censo de 2000 mostraram que um número recorde de chegadas na década de 90 “evitou a perda populacional em algumas cidades e áreas rurais”. Mais de 13 milhões de imigrantes teriam chegado ao país entre 1990 e 2001, atraídos “pela forte economia e por laços familiares”. Para o diretor do Centro, Andrew Sum, “a economia americana precisa dos imigrantes”, pois “se tornou mais dependente do trabalho imigrante do que em qualquer época nos últimos cem anos”.

### **8.11 “A ideia é que essa é uma nova luta de direitos civis, como foi a dos negros”, diz liderança brasileira nos EUA**

No dia 26 de maio de 2002, como tem sido comum durante os anos mais recentes, mais uma matéria em destaque no caderno *Mundo* do jornal *O Globo* trata da questão dos imigrantes, desta vez no Reino Unido. A matéria tem início como muitas deste tipo – a descrição de uma cena em um bairro chique de uma capital europeia (neste caso, Londres) em que um imigrante (iugoslavo) visto como bem-sucedido exerce uma profissão pouco valorizada pelos nacionais (cabeleireiro). A matéria trata de detalhes do debate sobre as propostas do primeiro-ministro à época, Tony Blair, que poderia levar a “deportações em massa”. Um texto na mesma página – uma tradução de matéria do espanhol *El Pais* – fala sobre o aumento da agressão a muçulmanos nos países da União Europeia, alertando para o

problema da *islamofobia*, que teria crescido após os então recentes atentados do 11 de setembro nos Estados Unidos.

O jornal publica uma outra matéria na edição de 9 de junho, também no caderno *Mundo*, sob o título “Europa de portas fechadas” – título semelhante a outra matéria aqui analisada, em 1993. Segundo o diário carioca, os líderes dos “principais países europeus” estão decididos a “combater a imigração ilegal”, uma “prioridade da União Europeia”. O problema, diz a correspondente do jornal em Madri, “não é novo”, mas “voltou a pautar os debates europeus” após o crescimento dos partidos de extrema-direita no continente. Um quadro explicativo trata das leis e projetos de quatro governos – Itália, Dinamarca, Reino Unido e Áustria –, citando outras medidas durante a matéria. A matéria cita a “preocupação com os direitos civis”, a partir de fontes como o presidente do Partido Socialista espanhol, para quem o plano de imigração europeu não deveria transmitir a “sensação de que queremos transformar a Europa numa fortaleza, que se blinda diante de terceiros”, acrescentando: “Não devemos esquecer que somos a Europa democrática: devemos cooperar com a sociedade mundial com nossos valores e princípios, como democracia e respeito aos direitos fundamentais”.

Sobre o projeto de lei que restringe a entrada e permanência de estrangeiros na Espanha, o presidente da Comissão sobre Estrangeiros do Conselho Geral de Advocacia Espanhola opina: “A nova lei, com evidente cegueira, somente atende às exclusivas necessidades do mercado de trabalho. Dentro de poucos anos veremos como o número de imigrantes irregulares voltará a apresentar-se como um irremediável problema”. A crítica ao foco trabalhista é um tema que ganha destaque nas páginas do jornal carioca – porém para o contexto europeu. Segundo a matéria, sem citar fontes, os europeus se mostram contrários à imigração por “sentirem-se inseguros”. A insegurança, acrescenta o jornal, vem sendo relacionada à imigração pelos governos direitistas europeus. “A insegurança dos cidadãos não se nutre exclusivamente de fatos, mas também de percepções e preconceitos que se expressam como o medo ante o desconhecido, muitas vezes encarnado em minorias étnicas”, opina Joaquín Arango, catedrático de sociologia das migrações da Universidade Complutense.

A matéria traz uma entrevista com o então porta-voz da agência da ONU para refugiados (ACNUR), Rupert Colville, para quem a Europa está debatendo o tema “sem levar em conta a situação de pessoas que realmente precisam deixar seus países”. Para além do debate sobre mão de obra, diz Colville, a questão em muitos países são os “problemas com

integração dos imigrantes” – entre eles, os refugiados. Ao comentar sobre a quantidade de imigrantes na Europa – seriam 11 milhões em toda a Europa, sendo 3 milhões vivendo em situação irregular, segundo o jornal –, o funcionário da ONU afirma que, ao usar os números “friamente”, perde-se a “noção de muita coisa”, assim como também se perde “a noção da identidade das pessoas, como seres humanos”. Colville acrescenta, abordando o tema a questão da percepção pública da temática: “É um processo desumanizador. Chama atenção o fato de que quando há uma crise de refugiados no mundo, na Índia ou em Kosovo, há simpatia da população em relação aos refugiados, porque eles veem mulheres e crianças sofrendo. Mas quando o debate é apresentado só com números, o problema é debatido como se estivéssemos falando de bananas. As pessoas perdem a noção de que uma parte dos que pedem asilo são refugiados com extrema necessidade de proteção”.

A repórter traz como questionamento uma percepção da extrema-direita sobre a imigração. Pergunta ela ao funcionário das Nações Unidas: “Imigrantes são vistos *por alguns* na Europa como pessoas que querem se aproveitar da riqueza dos países desenvolvidos e são frequentemente associados ao aumento da criminalidade. O senhor não acha que esse aperto na legislação de imigração pode tornar as coisas piores?” (grifo nosso). Colville chama a atenção para a dificuldade de diferenciar os refugiados e os imigrantes econômicos, “categorias muito diferentes”. Ele lembra à repórter que os refugiados são compelidos a deixar seus países, e frequentemente há uma ameaça real de morte ou tortura. Imigrantes econômicos, por outro lado, estão “mais ou menos fazendo uma escolha, embora todos entendamos suas aspirações de melhorar de vida”. Para ele, seria preciso encontrar formas diferentes de lidar com as duas situações. “Refugiados, em alguns casos, morrem tentando entrar na Europa com a ajuda de traficantes, porque não há outro meio de fazê-lo”, destaca Colville.

O que preocupa é o “tom de hostilidade”, ressalta o representante da ONU, e o fato de que “o ponto inicial são números, quando o ponto inicial deveria ser proteger os refugiados, que precisam conseguir entrar no sistema”, além de ser necessário “fazer alguma coisa para canalizar os não refugiados para um outro sistema”. A própria foto que ilustra a matéria do jornal *O Globo* é a de um barco lotado com o que o jornal classifica como “imigrantes ilegais” – adjetivando um grupo de seres humanos (*imigrantes*) de forma pejorativa (*ilegais*, como se o próprio imigrante, e não a sua situação, fosse ilegal). Os ocupantes do barco esperam, segundo a descrição da imagem, para desembarcar em um porto na Sicília, costa italiana. E a

legenda complementa a informação justamente com números: “A Europa”, diz o texto, “tem hoje três milhões de imigrantes ilegais” – expressão utilizada duas vezes na mesma sentença –, sendo “230 mil deles na Itália”.

Três anos depois, na edição de 13 de novembro de 2005, uma manchete do mesmo jornal destaca a questão na Holanda: “Filhos da periferia: Jovens muçulmanos reclamam de discriminação em país com reputação de respeito às diferenças”. A reportagem destaca que o “bastião da tolerância”, em referência ao país europeu, está em “crise de identidade” e “ficou mais desconfiada em relação a imigrantes após assassinato de político e cineasta por radicais islâmicos”. Sobre um bairro com grande concentração de imigrantes em Madri – Lavapiés –, o jornal destaca: “Uma babel deteriorada no coração de Madri”, registrando que no bairro “famílias dividem microapartamentos” e os estrangeiros “chegam a alugar camas por horas”.

A reação pode chegar ainda em Portugal, repercuta o jornal: “Associações que trabalham com imigrantes – são cerca de 90 reconhecidas pelo governo [português] – temem reações semelhantes no país”. O que é conhecido como “bairro crítico” em Portugal, registra a matéria, “aproxima-se bastante do que os brasileiros chamam de favela”. Os imigrantes que não conseguem emprego – principalmente os de origem africana – vivem nesses lugares, os “bairros críticos”, em condições precárias e com pouca ajuda do governo, afirma um líder comunitário de uma associação da periferia de Lisboa. O bairro de Amadora, registra o jornal, abriga quem chegou ao país há mais tempo. Muitos já estão em situação legal, mas ainda têm dificuldades de integração: “Existe um racismo camuflado. No fundo os portugueses não nos querem aqui. Nas últimas eleições municipais, não havia negros na lista de partidos. E nesta região, a maioria da população é negra”, diz este mesmo líder.

O então chefe do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – uma organização governamental portuguesa –, Rui Marques, é citado para opinar sobre a diferença dos protestos na França e a situação em Portugal: “A crise na França reflete uma exclusão social que tem paralelo em outros países da Europa, inclusive Portugal, mas são conjunturas muito diferentes. Optamos por um modelo de inserção baseado na interculturalidade, e não pelo modelo assimilacionista da França”. O líder comunitário já citado anteriormente pela matéria – Alcides Mendes, presidente da Associação Jovem de Santa Filomena, na Amadora, periferia de Lisboa – não vê uma solução fácil para o que é chamado de “segunda geração” de imigrantes, que não teria conseguido se integrar: “A cidade deles é dentro do bairro. Não são portugueses, mesmo tendo nascido aqui. E apesar de serem considerados africanos, nem

sequer conhecem sua pátria”, conclui.

As matérias sobre o tema passaram a ser mais frequentes neste ano, 2005, após o caso Jean Charles de Menezes, um brasileiro assassinado pela polícia metropolitana de Londres no dia 22 de julho, dentro de um trem do metrô. O caso ganhou grande repercussão, com a edição d'*O Globo* de 29 de setembro, por exemplo, acompanhando a visita da família de Jean Charles a Londres e registrando o pedido da mãe do brasileiro pela saída do chefe da polícia londrina, sua punição e prisão. O caso ganhou um espaço incomum em relação a centenas de casos semelhantes ocorridos no Brasil. Tendo o caso como gancho jornalístico, a mesma edição do jornal republica matéria do diário estadunidense *New York Times* registrando que as restrições pós-11 de setembro “ajudaram” a reduzir em 25% o número de novos habitantes estrangeiros nos Estados Unidos.

Em outra reportagem de destaque do jornal *O Globo* – ocupa a página inteira no caderno *Mundo* da edição de 1º de abril de 2006 –, é registrado em detalhes os projetos sobre imigração que tramitam no Senado dos Estados Unidos, em uma das poucas oportunidades em que uma fonte brasileira foi ouvida. O registro do correspondente do jornal em Washington sobre os acontecimentos – incluindo protestos dos imigrantes por direitos – é completado por um quadro sobre a quantidade de “brasileiros ilegais”, que “podem chegar a 60%”, segundo informa outra correspondente do diário, desta vez em Nova York. A fonte brasileira é Eduardo Siqueira<sup>836</sup>, professor da Universidade de Massachusetts e um dos líderes do Centro do Imigrante Brasileiro, em Boston: “Acho que será uma longa discussão e o perigo é sair uma lei que não será boa para ninguém. Pelo menos já se deixou de tratar imigrante como criminoso. A ideia é que essa é uma nova luta de direitos civis, como foi a dos negros”. À matéria são acrescentadas duas análises de colunistas do mesmo jornal estadunidense, o *New York Times* – David Brooks e Paul Krugman. No dia 17 de maio, outra matéria de destaque no mesmo jornal relata o embate entre deputados e senadores estadunidenses, acompanhado de quadro explicativo completo sobre as propostas e uma entrevista com um representante da Fundação Internacional de Imigrantes.

No ano seguinte, 2007, a edição de 22 de maio do diário carioca detalha “projeto polêmico” que está sendo discutido nos Estados Unidos e que poderia legalizar 12 milhões de estrangeiros. A legislação tem aspectos positivos e negativos, diz um líder comunitário

---

<sup>836</sup> UNIVERSITY OF MASSACHUSETTS BOSTON. C. Eduardo Siqueira, ScD, MD. Disponível em [http://www.umb.edu/academics/cpcs/faculty/c.\\_eduardo\\_siqueira](http://www.umb.edu/academics/cpcs/faculty/c._eduardo_siqueira). Acesso em 25 jan. 2015.



brasileiro ao jornal. Segundo estimativas de “algumas associações de imigrantes”, acrescenta a reportagem, o número de brasileiros no país “chegaria perto de um milhão”. Um quadro detalha o projeto, informando ainda que, em 2005, o Brasil foi o quarto país do continente em número de imigrantes presos ao tentarem entrar nos Estados Unidos.

### **8.12 Rio, destino preferencial de refugiados no final dos anos 1990**

Os altos números de imigrantes e solicitantes de refúgio observados nos países mais ricos e em outras nações no Oriente Médio e na África contrastam com os números irrisórias brasileiros no final da década de 1990. É o que mostra, por exemplo, o jornal *O Globo* em matéria de 3 de janeiro de 1999<sup>837</sup>, mais especificamente sobre os refugiados. “Rio se torna a capital brasileira dos refugiados”, diz o título, completando com a chamada “Quase 1.500 estrangeiros que pediram asilo no país vivem no estado, o dobro dos de São Paulo”. A matéria começa com um relato dramático sobre uma mulher palestina e sua família, que fugiram dos Emirados Árabes no início de 1991 em meio à possibilidade de conflitos na região (o país localiza-se no Golfo Pérsico). A mulher, de 33 anos, vivia à época da matéria em Duque de Caxias como gerente de uma sapataria e era uma entre os 1.498 estrangeiros que pediram asilo no país e viviam no Rio de Janeiro.

A matéria informa ainda que São Paulo é o segundo estado que mais recebe refugiados, 782 no total. O diário carioca já parece mostrar uma tendência: a quantidade de estrangeiros que buscam refúgio no Rio mais do que quadruplicou no ano anterior: de 80 em 1997 para 354 em 1998. A matéria não compara diretamente os dados brasileiros com os internacionais, o que mostraria a evidente disparidade.

O Brasil possuía, até 1997, uma legislação ainda mais atrasada em relação ao tema, como informa o próprio jornal: “Pelos leis brasileiras, depois do pedido de refúgio e da análise do caso – o que leva seis meses – o estrangeiro acolhido formalmente pode trabalhar ou estudar no país. Desde 7 de setembro, quando o presidente Fernando Henrique sancionou a lei 9474/97, a Convenção de Genebra passou a ter que ser cumprida à risca. Qualquer estrangeiro que desembarque no Brasil alegando perseguição em seu país por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas tem o direito de pedir refúgio”.

---

<sup>837</sup> O Globo, 3 jan. 1999. Disponível em <http://on.fb.me/1A7cIkM>. Acesso em 25 jan. 2015.

Em outro momento, o diário dá uma ideia, de modo indireto, de como o Brasil é um baixíssimo receptor de estrangeiros fugindo de perseguições e temores de todo tipo. Só a Libéria, diz o diário, “já produziu (sic) nos últimos anos 750 mil refugiados em todo o mundo. No Rio, vivem hoje 130 liberianos”. O personagem, desta vez, é um mecânico de 29 anos que havia fugido da Libéria em meio à guerra civil rumo a Angola, encontrando outro cenário de conflito neste país. “Orientado por um amigo marinheiro, veio para o Rio no porão de um navio”, diz o texto. O liberiano, desempregado, diz ao jornal: “Aqui a vida não é fácil, mas não se compara ao que eu passava no meu país”. O então diretor da Cáritas no Rio de Janeiro – ONG ligada à Arquidiocese que presta assistência aos refugiados – credita a preferência pelo Estado à grande quantidade de escalas das companhias aéreas na cidade e à “fama internacional”. Ele informa que a maioria dos asilados é de “homens angolanos, entre 21 e 35 anos e solteiros”.

Fora do circuito da imprensa de grande circulação, os angolanos residentes no Rio de Janeiro foram tema da reportagem intitulada “Imigrantes em apuros”, da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, em sua edição agosto de 2008.<sup>838</sup> O texto informa que o primeiro voo direto entre Luanda e a capital fluminense foi inaugurado em 1986 e foi usado, por muito tempo, como rota de fuga da sangrenta guerra civil em Angola, encerrada em 2002.

O Rio, único destino disponível em Luanda, virou o local preferencial dos refugiados. A colônia se concentrava, à época, em 2008, em uma rua do centro da cidade (rua do Riachuelo) e na Favela da Maré, na Zona Norte do Rio – esta última uma das áreas mais violentas da capital. A matéria cita Leonel da Conceição Abel Martins, 31 anos, um dos que chegaram ao país já no final do conflito em Angola. “Sem um tostão no bolso, contou com o apoio de amigos para estudar jornalismo e hoje é editor do site mais popular entre seus conterrâneos, a Folha de Angola ([www.folhadeangola.com](http://www.folhadeangola.com))”, comenta a matéria.

Leonel, que eu conheci pessoalmente durante minha militância na Favela da Maré junto ao jornal *O Cidadão*, o maior jornal do bairro<sup>839</sup>, explica como a comunicação é decisiva no processo migratório no caso de Angola: “A principal referência para os jovens que decidem sair do país são as telenovelas brasileiras, muito populares por lá. Mas quando chegam aqui, percebem que a realidade está longe de todo aquele glamour”. A reportagem da *Revista de História*, em tom editorial, escreve: “Indignados com o modo como muitos

---

<sup>838</sup> MONTEIRO, Filipe. Imigrantes em apuros. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.35, ago. 2008. Disponível em <http://bit.ly/1K2HjoR>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>839</sup> Além de impresso, o jornal possui uma versão na Internet: [www.jornalocidadao.net](http://www.jornalocidadao.net)

brasileiros são tratados no exterior, deveríamos estar mais atentos ao que se passa com os imigrantes aqui. Por serem negros e estrangeiros, os angolanos sofrem preconceito em dobro. A Polícia Militar os trata como traficantes, enquanto seus vizinhos os acusam de roubar-lhes os empregos”. Enquanto isso, no mesmo texto, Antônio João Augusto da Costa, então estudante de pós-graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e ele também um imigrante, opina que a mídia também contribui muito para esse quadro, “insistindo na imagem do angolano bandido e traficante internacional”.

Embora enfrentando um “cotidiano de privações”, completa a reportagem, os angolanos tentam “manter e cultivar suas raízes”. A matéria completa: “Em lugares como a discoteca Espaço África, no bairro de Botafogo, onde podem ouvir músicas e ritmos nativos, como a Kizomba, ou assistindo a apresentações do grupo de teatro Muxíma, dedicado a tradições folclóricas de Angola e da África em geral, sentem-se mais perto de casa. E nada mais caseiro do que a típica culinária angolana, oferecida em quiosques na Maré. Leonel recomenda iguarias como o mufete (peixe assado na brasa com banana da terra fervida no azeite de dendê, molho vinagrete e arroz refogado com pimentão, cebola e tomate) e a galinha de muamba (feita ao molho de amendoim, feijão ao óleo de palma e fungi)”.

### **8.13 Chegam, em meio a polêmicas diplomáticas, alguns poucos palestinos**

A edição de 21 de setembro de 2007 do jornal *O Globo* registra, sem destaque, a chegada ao Brasil de palestinos que fugiam da guerra no Iraque. “Primeiro, eles fugiram do conflito com israelenses. Agora, buscam no Brasil a paz que não encontraram no Iraque”. O diário registra a chegada ao Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, do primeiro grupo de cerca de 40 refugiados palestinos que viviam no campo Ruweished, na Jordânia. Segundo a matéria, eles serão instalados em cidades no interior de São Paulo e do Rio Grande do Sul, cujos nomes não foram revelados para não prejudicar a adaptação.

Ao todo, registra a matéria, 117 palestinos do mesmo campo virão ao Brasil como parte do Programa de Reassentamento Solidário, implementado pelo governo brasileiro com o apoio da agência da ONU para a questão dos refugiados (ACNUR) e organizações não governamentais parceiras. A matéria registra que o governo de Saddam Hussein, deposto em 2003, apoiava os refugiados palestinos que fugiam do conflito israelo-palestino. Após a queda

de Saddam, passaram a ser perseguidos por milícias. Seriam 25 mil, informa o jornal *O Estado de S. Paulo* (ver mais à frente), o total de palestinos vivendo somente em Bagdá no ano de 2003.

Ainda na Jordânia, registra a matéria, os palestinos tiveram aulas de português. “Entre os grupos vítimas do conflito no Iraque, os palestinos são os mais vulneráveis, já que não têm uma pátria e, em muitos casos, sequer documentos de viagem”, afirmou ao *Globo* o representante do ACNUR à época, Luis Varese. Observa-se que a matéria não traz nenhum tipo de contextualização – como é comum em matérias sobre o mesmo tema na Europa e nos EUA –, muito menos uma análise aprofundada sobre a questão da imigração ou do refúgio no país. Não é uma matéria, na verdade, pois a foto ocupa a maior parte do espaço destinado ao registro. Mais adequado seria chamar de *nota* ou *fotorreportagem*.

A cobertura do jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, publicada quatro dias antes d'*O Globo* – no dia 17 de setembro de 2007 – tem mais destaque, ocupando grande parte da página A10 da seção “Internacional”. O título “Brasil recebe refugiados palestinos” é acompanhado de foto de palestinos, ainda na Jordânia, assistindo a um vídeo sobre o Brasil. Uma das telespectadoras usa uma camisa da seleção brasileira escrita “Ronaldinho”, com a seguinte legenda: “NA JORDÂNIA – Palestinos assistem a vídeo sobre o Brasil, enquanto aguardam o momento de vir ao País”.

O jornal, que conta com um correspondente em Genebra enviado a Amã (na Jordânia) para cobrir o tema, Jamil Chade, fala em uma “complexa negociação diplomática entre a ONU, países árabes e o Brasil, entre outras nações” para formalizar a parceria, acrescentando: “Até as autoridades palestinas tentaram evitar que refugiados fossem enviados ao Brasil”. O temor da Autoridade Palestina (AP) era de que, uma vez longe de seus países – no Brasil e no Chile, por exemplo –, os palestinos não voltassem mais. Uma das fontes ouvidas pelo enviado especial do *Estado* é um representante do ACNUR em Amã, que disse: “Essas pessoas se tornaram bolas que eram jogadas de um lado para outro, dependendo dos interesses políticos”. A embaixada brasileira na Jordânia também teria apontado, diz o jornalista, para a “sensibilidade do assunto”. A situação dos palestinos é dramática, descreve o *Estado*: “Hoje, não podem voltar a Bagdá, não têm um Estado próprio, não são aceitos nos países árabes e ainda são recusados em muitas nações ricas”.

Apesar de aceitar receber os refugiados, o tema foi controverso e enfrentou resistência no governo brasileiro. Segundo a matéria, uma fonte da diplomacia brasileira via os palestinos

como um “efeito” indesejável da guerra do Iraque que destoaria da “oposição” do país à guerra no Iraque: “Nos últimos anos, o presidente Lula vem ensaiando uma aproximação com os países árabes e a esperança de Brasília é que a iniciativa tenha um impacto político que reforce a posição do País no cenário do Oriente Médio. Mas alguns membros do governo alertaram que a ideia de receber os palestinos não seria consistente com a oposição do Brasil à guerra do Iraque. “O Brasil foi contra a guerra. Mas agora *ajuda a pagar pelos efeitos dela*”, afirmou um diplomata em Brasília que pediu para não ser identificado” (grifo nosso).

#### **8.14 A “linha-dura” contra os imigrantes ontem e hoje: Se um filho de imigrantes húngaros não se sensibiliza, quem vai se importar?**

A mesma edição do jornal *O Globo* que registrava a chegada dos palestinos mencionados acima, de 21 de setembro de 2007, destaca a guinada anti-imigração na França, uma promessa de campanha do presidente recém-eleito Nicolas Sarkozy. Os deputados aprovaram um projeto de lei que lança, registra o diário, uma série de barreiras aos imigrantes, criando um dispositivo que *O Globo* classifica como “polêmico”: o teste de DNA para estrangeiros que desejam morar com seus familiares já residentes na França. O presidente francês anunciou ainda que criaria “cotas para imigração, por profissão, por categoria e por região do mundo”. O governo francês sustentou que há um “comércio fraudulento de imigração” no país, com o estrangeiro legalizado pedindo para trazer o resto da família e, “em certos casos, não é família”. O teste genético, argumenta o governo, só seria exigido “em caso de sérias dúvidas”, registra o diário carioca. As novas barreiras do projeto, que dependia ainda de uma aprovação no Senado, exigiria que todo estrangeiro maior de 16 anos que peça para se unir a um familiar na França seja submetido a um teste de francês e sobre os “valores da República”. Sarkozy adota um posicionamento antigo dos governos: defende o que chama de “imigração escolhida”, registra *O Globo* – ou seja, quer favorecer a “imigração econômica, e nos setores que pode empregar”.

A matéria destaca as regras – em 2007 – em outros países europeus para a entrada de familiares de imigrantes. Na Espanha, por exemplo, apesar de o exame de DNA ser voluntário para filhos e pais estrangeiros, acaba por facilitar o processo de concessão de visto. Na Alemanha, no caso de marido e mulher, só é permitida a entrada do que vive em outro país se

o casamento foi feito antes de o imigrante obter residência legal no país. Na Itália, o pedido de visto deve ser feito pelo parente residente, se estiver em situação legal. Portugal pede “documentos traduzidos que comprovem os laços de parentesco”, enquanto o Reino Unido – assim como todos os citados acima – também não pede exame de DNA e “estuda formas de conceder vistos para filhos adotivos e parceiros de uniões estáveis entre homossexuais”.

O mesmo jornal de 8 de junho de 2008 dá amplo espaço mais uma vez para o debate europeu sobre a imigração. Com a manchete “Do sonho ao pesadelo” na página 45, em matéria de página inteira, o diário carioca escreve que os imigrantes “tentam driblar o cerco cada vez mais apertado a estrangeiros irregulares no continente”. A página 46 inteira também é sobre o tema, citando a problemática a partir, também, do ponto de vista dos brasileiros imigrantes. A matéria da página 45 cita vagamente a História do Brasil: “Na mala, além de uns poucos pertences, a esperança de uma vida melhor. Mas a realidade que os imigrantes vêm encontrando na Europa – inclusive brasileiros, que muitas vezes tentam fazer o caminho inverso de seus antepassados – tem sido cada vez mais dura e o controle sobre a entrada ilegal, cada vez maior”. Não se sabe de quais antepassados a matéria fala – dos brasileiros? Se sim, qual seria o “caminho inverso de seus antepassados”? Seriam então filhos e netos de imigrantes que estariam deixando o Brasil rumo à Europa?

A reportagem, seguindo um modelo pronto para este tipo de matéria, aborda a situação em quatro países onde as condições econômicas têm piorado não só a situação da população nacional, como também a dos imigrantes: Espanha, França, Reino Unido e Alemanha. O último trecho, repleto de lugares comuns e expressões pejorativas, dá o tom da matéria: “Nesse universo de *ilegais* estão também brasileiros, que muitas vezes *lançam mão de "jeitinhos"*, que vão da discrição para não serem abordados nas ruas a documentos falsos. Tudo para evitar uma temida viagem de volta forçada” (grifo nosso). A matéria trata da “humilhação” e “incerteza” dos brasileiros na Europa, principalmente na Espanha, onde uma crise diplomática foi criada a partir da deportação de centenas deles.

Uma outra reportagem, de apenas dez dias depois – edição de 18 de junho – trata do mesmo tema, com a chamada: “Linha-dura contra imigração; UE [União Europeia] pode aprovar lei para facilitar expulsão de estrangeiros e cotas para trabalhadores”. Uma das fontes ouvidas pela reportagem, publicando inclusive uma breve entrevista, é o professor da UFRJ Franklin Trein, então coordenador do Programa de Estudos Europeus da mesma universidade.<sup>840</sup> Ele afirma, segundo o jornal, que “mesmo no meio acadêmico” da Europa

<sup>840</sup> À época desta consulta, em 2015, ele estava já aposentado, segundo seu Currículo Lattes.

encontrou resistências para uma “compreensão mais solidária” da questão migratória, retrato de um “eurocentrismo que esquece o passado da Europa”. O problema, aponta Franklin, da legislação de permissão de atividade profissional “não é ela em si”, está “no fato de a Europa, com o seu eurocentrismo, esse olhar que só vê a si mesma, esquecer o quanto lucrou, desde o fim do século XV, com a transferência de riqueza para ela”, ou ainda esquecer “sua exportação de excedente populacional, desde os séculos XVII e XVIII até os milhões no século XIX e nos períodos anteriores e posteriores às guerras mundiais”.

“Nenhum país estabeleceu cotas para europeus”, argumenta o Franklin Trein ao jornal *O Globo*. Conforme demonstrado amplamente nos primeiros capítulos deste trabalho, havia sim por muito tempo cotas para os europeus no Brasil. Porém, ao contrário de cotas limitadores, tratavam-se de cotas pró-europeus. Muitas legislações brasileiras, desde o período do Império até a primeira metade do século XX, vedavam a entrada de outras nacionalidades, favorecendo os imigrantes brancos que vinham em sua maioria da Europa. A ação mais restritiva que existia, no limite, era a de limitar as nacionalidades a 25% do total de trabalhadores “exportados”, dado o temor de que os italianos, portugueses ou mesmo espanhóis invadissem parte do território brasileiro, conforme já mencionado em outros capítulos, sobretudo no que trata do período entre 1889 e 1930.

Ainda segundo a matéria, Franklin Trein conclui que há uma reação “desequilibrada dos europeus em relação à entrada dos estrangeiros e ao que aconteceu quando a Europa não tinha o que dar de comer para seus cidadãos, que vieram para as Américas”. E o que a União Europeia quer, questiona o diário carioca, com as novas regras? Franklin produz uma resposta interessante: “Legalizar, para eles, é criar cotas, condições. É mais ou menos assim: “Queremos dez engenheiros com determinada formação, três solteiros e sete casados, sendo que estes só podem ter, no máximo, um filho. Devem ter mais de 35 anos e menos de 42”. Isso é declarar movimentos migratórios marginais, é criminalizar os que estão buscando numa sociedade rica um pouco do bem-estar que não há no seu país de origem”, sustenta o professor da UFRJ.

As regras específicas de idade e familiares são um exagero intencional de Franklin, que buscou com isso fazer uma crítica às restrições que poderiam surgir com a nova legislação europeia. Vale destacar que as políticas migratórias brasileiras até pelo menos as primeiras décadas do século XX tratavam exatamente de fazer esse tipo de distinção. Conforme já publicado anteriormente neste mesmo trabalho, para citar um exemplo, as

edições de 13 e 21 de maio de 1897 do jornal *O Estado de S. Paulo* e de 27 de junho do *Correio Paulistano* publicaram edital do governo do Estado de São Paulo abrindo concorrência para a introdução de 60 mil imigrantes com instruções bem objetivas: deveriam ser europeus, agricultores e ter família – sendo que, no caso dos casais “sem filhos ou enteados”, o marido não pode ter mais de 45 anos e a mulher mais de 40. Em todos os casos, um dos indivíduos da família deve estar apto para o trabalho. O referido edital permitia que irmãos e cunhados com menos de 45 anos façam parte da família, “desde que justifiquem terem vivido sempre na companhia dos chefes das famílias”. Deixa ainda que pais, avós e sobrinhos órfãos estejam juntos dos chefes de família. No caso das mulheres casadas, deveriam comprovar que o marido já se encontrava trabalhando na lavoura. São aptos ao trabalho, acrescenta o edital, homens de 12 a 45 anos de idade, bem como mulheres de 15 a 40. “Os imigrantes que não forem considerados na condição acima não serão aceitos”, deixa claro o documento.

Ao comentar a posição ultraconservadora do presidente francês Nicolas Sarkozy – a França assumiria a presidência da União Europeia –, Trein conclui: “Sobre a imigração, ele não é apenas contra a imigração ilegal, mas contra toda a imigração, quer se fechar aos imigrantes. É o retrato do espírito chauvinista europeu. Se um filho de imigrantes [húngaros], da primeira geração de imigrados, não se sensibiliza com o movimento migratório do século XXI, com fenômenos internacionais como a globalização que concentra riqueza, quem vai se importar?” A família de Sarkozy, acrescentamos, não era apenas imigrante. Na prática, era o que posteriormente classificamos como refugiados – a convenção da ONU é posterior ao ocorrido. Sua família pertencia à nobreza húngara, porém com o avanço das tropas soviéticas, em 1944, suas propriedades são expropriadas e a família Sarkozy, forçada ao exílio.<sup>841</sup>

### **8.15 Dois cubanos “refugiados” que não pediram refúgio: a persistência do anticomunismo na imprensa brasileira**

Um dos episódios mais marcantes do ano de 2007 foi o caso dos boxeadores cubanos que teriam desertado ao participar dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro, em julho. Inicialmente, a história foi contada pela imprensa da seguinte forma: dois boxeadores

---

<sup>841</sup> Um breve histórico de Pal Sarkozy pode ser acessado em PAL SARKOZY. Voici. Sem data. Disponível em <http://www.voici.fr/bios-people/pal-sarkozy>. Acesso em 25 jan. 2015.



cubanos – Guillermo Rigoudeaux, de 26 anos, e Erislandy Lara, de 24 anos – abandonaram a delegação do seu país durante esta competição internacional, encerrada no dia 29 de julho. Pouco depois, no dia 2 de agosto, ambos foram localizados em Araruama, na Região dos Lagos, interior do Rio de Janeiro, sendo deportados na noite de sábado (4).<sup>842</sup>

A Polícia Federal (PF) informou, a princípio, que os dois cubanos haviam declarado seu desejo de voltar para Cuba, versão reafirmada pelo próprio procurador da República envolvido voluntariamente no caso, Leonardo Luiz de Figueiredo Costa, que atuava à época no Ministério Público Federal em Niterói (RJ) e que esteve com os boxeadores no hotel onde eles estavam hospedados, sob liberdade vigiada, antes de embarcarem de volta a seu país.<sup>843</sup> Um delegado da Polícia Federal do Rio, Felício Laterça, informou ainda que as despesas da viagem foram pagas pelo governo cubano<sup>844</sup>, fazendo a imprensa sugerir – mesmo contrariando a informação dos próprios cubanos – de que a devolução forçada havia acontecido.

No depoimento à Polícia Federal em Niterói, os boxeadores contaram que haviam deixado a Vila Pan-Americana, onde estavam hospedados, em companhia de dois empresários: um alemão e outro cubano que “prometeram levá-los para a Europa onde fariam carreira como lutadores profissionais”. Conforme relatou o portal G1, os atletas disseram que, depois disso, “foram mantidos incomunicáveis” (pelos empresários) e “falaram que estão arrependidos e querem voltar pra casa”. A matéria do G1 acrescenta: “Os boxeadores recusaram a assistência de advogados que foram até a delegacia em nome dos empresários. Os advogados se negaram a ir embora e foram autuados por desacato e desobediência”.<sup>845</sup>

Uma semana depois de os cubanos terem deixado o país, o então secretário nacional de Justiça, Antonio Carlos Biscaia, admitiu que o instrumento jurídico utilizado foi a deportação, afirmando no entanto que a Polícia Federal havia cometido “um equívoco” e reafirmando que os cubanos haviam pedido para voltar ao país, sendo aquela forma a mais ágil encontrada naquele momento. “Ele [o delegado da PF] colocou termo de deportação, mas na realidade a saída foi espontânea e, juridicamente, não se trata de uma deportação. A autoridade policial cometeu um equívoco. Eles não estavam em situação ilegal no país.

---

<sup>842</sup> ATLETAS cubanos são deportados, diz PF. G1; CBN, 5 ago. 2007. Disponível em <http://glo.bo/1Es7joU>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>843</sup> PROCURADOR avalia deportação de atletas cubanos pouco transparente. Jornal do Brasil, 9 ago. 2007. Disponível em <http://bit.ly/1K2I8Os>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>844</sup> ATLETAS cubanos são deportados, diz PF. G1; CBN, 5 ago. 2007. Disponível em <http://glo.bo/1Es7joU>. Acesso em 10 jan. 2015.

<sup>845</sup> Id.

Também não entraram no Brasil de maneira ilegal. A situação de fato deles é de repatriados”, afirmou o secretário.<sup>846</sup>

A ideologização do noticiário, consequência do sentimento anticomunista ao qual a imprensa brasileira de grande circulação historicamente se vincula – conforme longamente demonstrado neste trabalho –, fez com que parte da História fosse deixada de lado: o que faziam os cubanos em Araruama? O jornal *Extra* foi o primeiro a descobrir: os boxeadores estavam em uma pousada “regada a gargalhadas, sexo, cerveja, sauna e bons pratos da culinária local”. Diante de tanta fartura, acrescenta o jornal carioca, “os cubanos não cogitavam regressar ao país de origem. O sonho só acabou quando os lutadores foram abandonados por um agenciador”. Segundo conta o jornal, os dois esportistas foram acompanhados pelo empresário alemão Thomas Doering, que estaria planejando levar os cubanos para lutar na Europa, além de “um espanhol, um cicerone carioca e três prostitutas, que trabalhariam em um prostíbulo da região”.<sup>847</sup>

Ainda segundo o *Extra*, “os cubanos foram abandonados na pousada por Doering na manhã da última quinta-feira [2 de agosto], embarcando para a Alemanha”. O alemão estava acompanhado apenas por um cubano, que desempenhava a função de olheiro: “Eles teriam dado R\$ 70 mil para os pugilistas, que teriam usado o dinheiro na farrá. Pessoas ouvidas pelo “Extra” contaram que os dois eram muito generosos nas gorjetas. Os atletas ficaram na pousada até 15h. Ao sair, caminharam até um guarda-vidas da prefeitura de Araruama. Lara [um dos cubanos] apontou para o celular e repetiu “polícia, polícia””. Depois disso, os cubanos repetiram várias vezes – conforme descrito acima – que queriam retornar a Cuba. Para completar este confuso cenário, quando chegaram a Havana os cubanos declararam ao jornal estatal local *Granma* que a Polícia Federal brasileira teria tentado convencê-los a ficar no Brasil, o que foi negado pela PF. No entanto, o delegado da Polícia Federal responsável pelo caso, Felício Laterça, disse no dia em que os dois deixaram o Brasil, no sábado (4), que a dupla cubana “se recusou a receber o status de refugiada do governo brasileiro e que será deportada para o país caribenho”, o que indica que o status foi, portanto, pelo menos oferecido.

Um dos principais personagens era Ahmet Öner, segundo a *Folha de S. Paulo* um

---

<sup>846</sup> DANTAS, Iuri; MICHAEL, Andréa. Biscaia diz que PF cometeu equívoco no caso dos cubanos. *Jornal do Brasil*, 10 ago. 2007. Disponível em <http://bit.ly/1K2Ijtc>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>847</sup> VASCONCELOS, Adriana; BRAGA, Isabel. Boxeadores cubanos dizem que PF tentou convencê-los a ficar no Brasil. *O Globo*; *O Globo Online*; *Extra*, 9 ago. 2007. Disponível em <http://glo.bo/1K2IB39>. Acesso em 25 jan. 2015.

“turco baseado na Alemanha que admitiu ter bancado a suposta deserção dos pugilistas”. Öner, que segundo a *Folha* já teria sob contrato quatro “cubanos desertores”, sustentou que ambos foram “vítimas de pressão psicológica” e “coagidos” a partir de supostas ameaças a parentes em Havana. O turco – que, junto com os demais empresários, foi alvo de investigação para apurar o suposto aliciamento dos cubanos<sup>848</sup> – disse ao jornal paulista que ambos queriam ir para a Alemanha: “Assinaram contrato. Eles não foram forçados a nada”.<sup>849</sup> À polícia, no entanto, os atletas disseram que seus passaportes ficaram com representantes da empresa alemã “que os ajudaram na fuga da Vila do Pan”. Ainda segundo os cubanos, eles “saíram com dois alemães para comprar videogame e, após fazê-lo, foram "entorpecidos" ao beber um energético em Copacabana”. Os alemães deixaram o Brasil durante a semana, disse a Polícia Federal, que à época declarou que “não descarta investigar a atuação da Box-Promotion [empresa alemã]”.<sup>850</sup> Sobre a polêmica, o presidente cubano, Fidel Castro, disse que os cubanos seriam tratados com justiça e a própria esposa de um deles afirmou que “acreditava no perdão do líder cubano”.<sup>851</sup>

Sobre o episódio, o jornalista Luis Nassif sintetizou a cobertura da imprensa à época: “Era como se eles tivessem sido despachados presos e algemados para a ilha”. De nada adiantou, afirmou Nassif, o Ministério da Justiça informar que já havia concedido asilo a outros atletas (e que portanto este não era um impedimento para fazê-lo também neste caso); que o depoimento dos cubanos foi acompanhado por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público; assim como, para a imprensa, pouco interessou as evidências fornecidas pelo *Extra* acerca de um evidente caso de aliciamento dos cubanos por parte dos empresários, ou ainda a versão dos próprios cubanos de que eles desejavam voltar ao seu país após terem sido ludibriados pela empresa alemã.<sup>852</sup> Sobre o mesmo tema, Alberto Dines acrescentou: “Como tudo o que acontece hoje no Brasil, o caso dos atletas cubanos foi intensamente politizado”.<sup>853</sup>

<sup>848</sup> MPF INSTAURA inquérito sobre atletas cubanos. G1; TV Globo, 3 ago. 2007. Disponível em <http://glo.bo/1K2Jita>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>849</sup> RANGEL, Sérgio; OHATA, Eduardo. Polícia Federal afirma que cubanos serão deportados. *Folha de S. Paulo*, 4 ago. 2007. Disponível em <http://bit.ly/1K2Jrgp>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>850</sup> Id.

<sup>851</sup> VASCONCELOS, Adriana; BRAGA, Isabel. Boxeadores cubanos dizem que PF tentou convencê-los a ficar no Brasil. *O Globo*; *O Globo Online*; *Extra*, 9 ago. 2007. Disponível em <http://glo.bo/1K2IB39>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>852</sup> NASSIF, Luis. O Roda Viva e a fábula dos lutadores cubanos deportados. *FNDC*, 8 out. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1K2JJUL>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>853</sup> DINIZ, Lília. Atletas cubanos: perguntas que a imprensa não respondeu. *Observatório da Imprensa*, 15 ago. 2007. Disponível em <http://bit.ly/1BSggZ0>. Acesso em 25 jan. 2015.

Se o caso dos boxeadores cubanos mostrou uma vez mais que a imprensa brasileira produz frequentemente notícias de modo profundamente vinculado a interesses político-ideológicos e econômicos, por outro lado também serviu para produzir uma matéria parcialmente informativa, no caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, sobre a questão dos refugiados no Brasil. Assim, em sua edição de 12 de agosto de 2007, o jornal paulista informou que o país abrigava, à época, quase 3.500 refugiados de 69 países, com outros 1.623 estrangeiros aguardando o reconhecimento do status de refugiados só na cidade de São Paulo. A matéria retoma a história sugerindo que os dois cubanos foram “detidos” pela Polícia Federal e despachados para Cuba, a pedido de Fidel Castro. A rapidez com quem foram “deportados”, afirma o *Estado*, contrasta com a de outros estrangeiros que “passam por seguidas entrevistas e preenchem longas papeladas que são remetidas ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare), órgão formado por representantes de vários ministérios, além da PF e da Cáritas, instituição ligada à Igreja Católica – que há 25 anos se dedica à assistência aos refugiados no Brasil”. A matéria do *Estado* confunde, portanto, dois tipos de status distintos: um daqueles estrangeiros que desejam ficar no país (caso dos solicitantes de refúgio) e um outro daqueles que desejam ser repatriados (caso dos boxeadores cubanos). Mesmo assim, ambos são colocados em pé de igualdade, sem qualquer menção a essa notável distinção que derrubaria a comparação.

O *Estado de S. Paulo* adota a linha do aliciador turco citado pela *Folha de S. Paulo* de que os cubanos teriam sofrido “pressão psicológica” para fazer o que fizeram, mesmo informando timidamente que os cubanos “informaram que queriam voltar para Havana”. Em uma entrevista especial sobre o tema, um especialista ouvido pelo *Estado* chama a ação do governo de “ato totalitário”, o acusando de “devolver dois cidadãos”, o que teria posto em “xeque uma rica tradição da diplomacia brasileira de proteger pessoas e buscar saídas diplomáticas, mesmo nos mais difíceis contenciosos”. O cientista político Fúlvio Fonseca comenta o fato de os cubanos terem declarado que gostariam de voltar a Cuba, afirmando que isso “até torna a análise mais delicada”. No entanto, ele acrescenta: “Até que ponto esse era de fato o desejo ou até que ponto foram pressionados a isso, não temos como saber”.

Além de reforçar, sem qualquer evidência, que os cubanos sofreram “pressão” para pedirem o retorno a seu país, a fonte do jornal não explica exatamente de qual “rica tradição da diplomacia brasileira” está falando. Entre as opções desta tradição temos os governos imperiais que só aceitavam brancos europeus válidos como imigrantes; temos ainda os

primeiros governos republicanos que deportavam “agitadores” e quaisquer outros elementos tidos como “subversivos” – apoiados, conforme demonstramos no capítulo deste trabalho sobre o tema, pelo próprio jornal *O Estado de S. Paulo* desde o início da década de 1890; temos também o governo Vargas, que impediu a entrada de milhares de imigrantes judeus e outros estrangeiros tidos como comunistas ou “perigosos”, os condenando a permanecer na Europa mesmo sob o avanço dos nazistas, conforme também descrevemos anteriormente; e, por fim, o regime militar mais recente (1964-1985), que não só perseguiu, torturou e assassinou opositores políticos como se uniu a outros regimes ditatoriais para perseguir estrangeiros no Brasil, sobretudo latino-americanos de países vizinhos. Ficamos com esta questão: qual das tradições?

A reportagem do *Estado* de 12 de agosto acrescenta dados sobre o refúgio no Brasil, citando o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR): dos quase 3.500 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro à época, 78% vieram da África. E acrescenta: “O Congo<sup>854</sup> é uma das principais origens. As guerras no Líbano e no Iraque também aumentaram as estatísticas. Na América Latina, o fluxo de colombianos cresceu”. Em seguida outras informações: quem os ajuda, de quais continentes vêm, faixa etária, gênero, direitos e legislação em vigor. Abaixo, um gráfico mostra o passo a passo para a solicitação do status de refugiado, o que diz o direito internacional, quantas pessoas possuem esse status pelo mundo (14 milhões) e quantas já haviam sido atendidas pela agência da ONU (50 milhões).

Não exatamente um refugiado, e sim a ideologia anticomunista da imprensa, produziu uma das mais completas matérias informativas sobre o tema no ano de 2007, com o evidente propósito de sugerir aos leitores que dois “perseguidos políticos” foram “devolvidos” cruelmente pelo governo brasileiro a uma “ditadura comunista”.

## **8.16 Quase dois séculos depois, o governo ainda bate cabeça na política imigratória**

No início da década de 2010, a imprensa brasileira continua reforçando lugares comuns ao abordar a questão imigratória. No entanto, uma boa notícia surge: a sociedade civil é mais forte e mais organizada. O jornal *O Globo* publica em sua edição de 30 de outubro de

---

<sup>854</sup> Citado apenas como Congo, impedindo que saibamos de qual dos dois países se trata: República do Congo ou República Democrática do Congo.

2011 uma matéria sobre o que é chamado de “onda estrangeira” – nome da série de reportagens sobre imigração no Brasil –, afirmando que a dificuldade de legalização é o “maior pesadelo na nova vida dos imigrantes”. Publicada no caderno de “Economia” – e não no caderno “O País” –, uma das matérias completa a chamada do título: “Autorização permanente exige comprovação de trabalho, mas maioria é informal”. A foto de uma médica boliviana é colocada em destaque, com uma fala sua: “Procurei muito emprego aqui, qualquer um, até de servente”.

A matéria principal faz uma menção a uma ideia geralmente atribuída a reportagens que tratam do chamado “sonho americano”, o sonho de milhares de imigrantes de “ganhar a vida” nos Estados Unidos – aqui chamado de “O sonho brasileiro”. A chamada d’*O Globo* completa: “Crise global e crescimento do país fazem número de imigrantes crescer 52% ao ano, superando 2 milhões”. O jornal aponta que, depois de duas décadas “exportando mão de obra brasileira para o mundo”, o Brasil “volta a ser um país de imigrantes”.

O diário carioca argumenta que este movimento migratório estaria resgatando “uma característica de sua História que parecia perdida após anos de crises econômicas”, citando um levantamento do Ministério da Justiça que teria mostrado que a quantidade de estrangeiros vivendo no Brasil – seja a trabalho, estudo ou acompanhando cônjuges – superou “pela primeira vez em 20 anos” o número de brasileiros que deixam o país pelos mesmos motivos. Em seis meses, diz o Departamento de Estrangeiros, vinculado ao Ministério da Justiça, o número de estrangeiros em situação regular no Brasil aumentou 52,4%, “e continua crescendo este semestre”, acrescenta o jornal. Não havia estatísticas governamentais sobre a quantidade de imigrantes em situação irregular no país, registra o jornal, mas “institutos e ONGs que trabalham com imigrantes no Brasil calculam esse número em 600 mil”, elevando o total de estrangeiros para mais de 2 milhões.

Ao mesmo tempo, registra o jornal, o número de brasileiros vivendo no exterior é de 2 milhões, contra os 4 milhões de 2005. A razão, diz a fonte governamental do diário – o secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão –, é “econômica”. Além do crescimento da economia brasileira, os “três maiores polos de desenvolvimento mundial” (EUA, Europa e Japão) teriam transformado o país em um – conforme cita o diário carioca – “ímã de mão de obra legal e ilegal”.

Outra fonte é o empresário Miguel Assis, que veio ao país abrir uma empresa de eventos para ampliar seus negócios em Portugal. Diz Assis: “A economia do Brasil está

crecendo. Há empresas internacionais que olham para o Brasil com outros olhos, e muitas já eram nossas clientes em Portugal. Elas pediam para a gente vir para o Brasil, abrir uma unidade aqui”. O português criou uma comunidade no Facebook que reunia à época, segundo o jornal, 780 portugueses no Brasil, em sua maioria tendo chegado ao país recentemente. “É uma geração diferente da que veio em 1970 e 1980, porque tem formação acadêmica. São arquitetos, advogados, que vêm devido à crise que está afetando Portugal. Em 1980, os patrícios vinham para fazer negócios pequenos. Hoje já há oportunidades maiores”, disse Assis ao jornal.

Seguindo um modelo comum do jornalismo contemporâneo, uma outra matéria começa com uma personagem – a já referida médica boliviana – e uma história de dificuldades no Brasil. Entre elas, a luta para conseguir revalidar o diploma de médica e o temor de não conseguir a autorização permanente para morar no Brasil, “uma possibilidade que o governo brasileiro criou em 2009 ao conceder anistia a imigrantes em situação irregular que tivessem entrado no Brasil até fevereiro daquele ano”. Em relação a esta medida, informa a matéria d'*O Globo*, os imigrantes ganharam um visto de residência temporário, válido por dois anos, que pode se tornar permanente mediante comprovação de trabalho ou renda formal. “Aí está o problema da maioria dos 47 mil que se inscreveram no programa de anistia na época: como comprovar o trabalho quando se atua em empresas informais ou como autônomo (ambulantes ou artistas)?” A própria médica, registra a matéria, não tem carteira de trabalho assinada, conforme declarou: “Minha autorização provisória vence em março [de 2012] e não tenho como comprovar que trabalho aqui. E sem a autorização permanente, não consigo dar entrada no Conselho Regional de Medicina para ser médica no Brasil”. Na Bolívia, disse à reportagem, um clínico geral ganha 300 dólares por mês. “Saí de lá para me especializar aqui e ganhar uma vida nova”, disse a médica.

A reportagem afirma que, apesar do “barulho do governo sobre a adesão ao projeto de anistia”, apenas 22 mil dos 47 mil inscritos conseguiram regularizar sua situação. Em São Paulo, acrescenta, dos 35 mil inscritos, só 10,8 mil estão regularizados. A então diretora da área responsável por estrangeiros do Ministério da Justiça está confiante: “Tenho certeza de que todos vão acabar conseguindo visto permanente”, disse Izaura Miranda à reportagem. O então diretor executivo do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), Paulo Illes, discorda, apontando que o imigrante não consegue provar que trabalha numa empresa formal e, com isso, não ganha a Cédula de Identidade do Estrangeiro que lhe permite

trabalhar no Brasil. “É um círculo vicioso”, lamenta.

A reportagem afirma que, além da economia, há outros fatores para a “explosão de imigrantes irregulares” no Brasil, como a “enorme fronteira terrestre não policiada que separa o país dos vizinhos sul-americanos” onde teriam 600 mil estrangeiros. Helion Póvoa Neto, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios da UFRJ, opina: “Há uma imensa faixa de imigrantes que ficam nas regiões de fronteira, em área brasileira, que não entram nas estimativas do governo. A maioria nunca ouviu falar de anistia, até porque o governo não fez uma comunicação oficial e dependeu única e exclusivamente das ONGs do setor”. Paulo Illes acrescenta: “As principais fronteiras por onde entram os imigrantes, como a fronteira perto de Corumbá, a Tríplice Fronteira no Sul ou a Amazônia, são áreas de movimentação intensa, onde o foco da Polícia Federal é o contrabando, não as pessoas”. Os maiores grupos de “irregulares”, conforme descreve a matéria d'*O Globo*, são bolivianos, peruanos, paraguaios, chineses, coreanos e africanos. A historiadora Maia Sprandel, outra fonte da matéria e apresentada também como “assessora parlamentar no Senado”, afirma que a maioria sul-americana se deve, além da proximidade, ao Acordo de Residência do Mercosul, de 2009. Ele prevê que brasileiros, argentinos, paraguaios, uruguaios, bolivianos e chilenos podem estabelecer residência em quaisquer países membros do Mercosul, estejam em situação regular ou irregular.

Já a advogada da Pastoral do Migrante em São Paulo à época da matéria, Ruth Camacho, acrescenta que os latinos são muito discriminados no Brasil e, “acuados e sem informação, demoram a perceber que estão sendo explorados”. Ela afirma que “nos últimos anos” têm vindo muitos imigrantes de zonas mais afastadas e rurais da Bolívia. “É uma situação que lembra a dos nordestinos na década de 1970. O boliviano chega e tudo que tem é uma cama. Mas ele se sente bem, porque pensa: “aqui tenho casa, comida e ainda ganho um dinheirinho””, diz Ruth na matéria.

A crítica às políticas públicas do setor se repetem desde a República Velha, pelo menos, passando pela Era Vargas: o processo decisório não seria coordenado e estaria distribuído entre muitos setores distintos e sem comunicação. Assim, uma outra matéria d'*O Globo*, do mesmo dia, faz as seguintes chamadas: “Especialistas criticam falta de política; Decisões sobre imigração estão repartidas em secretarias de 3 ministérios”. A maioria das entidades que trabalham na assistência a imigrantes afirmou ao jornal que o Brasil “avançou na regulamentação sobre o tema”, porém a “falta de uma política nacional para migrações



(que abranja tanto estrangeiros em solo nacional quanto brasileiros no exterior) ajuda a transformar a imigração num assunto de polícia”.

“Imigrantes irregulares em território nacional só aparecem na mídia, dizem essas instituições, quando a Polícia Federal desbarata um esquema de trabalho ilegal ou revela redes de tráfico de pessoas ou prostituição em áreas de fronteira. Mas estes, diz o próprio governo, são minoria”, diz a matéria d'*O Globo*. “Imigrantes irregulares não são criminosos, por isso evitamos usar a palavra *ilegal*”, disse ao jornal Paulo Abrão, então secretário nacional de Justiça. Não há no governo, ainda em 2011, uma instância ou secretaria que concentre todas as estruturas relacionadas às migrações internacionais, o que mostraria a “falta de prioridade para a questão”. Neste momento, em 2011, registra o jornal, a política é feita pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), ligado ao Ministério do Trabalho; a fiscalização e controle de permanência de estrangeiros pela Polícia Federal, que está subordinada ao Ministério da Justiça, e que por sua vez regulariza os vistos, enquanto negociações diplomáticas são realizadas pelo Itamaraty.

O então presidente do CNIg, Paulo Sergio de Almeida, que também era coordenador-geral de Imigração do Ministério do Trabalho, é um dos entrevistados pela reportagem especial. A primeira pergunta do jornal expõe o viés da matéria, publicada no caderno de *Economia*: “Por que o tema imigrantes em situação irregular está invariavelmente ligado a questões de segurança e crime, em vez de ser abordado como um assunto econômico?” A questão de cidadãos estrangeiros é assim tratada, ainda no século XXI: não são direitos humanos ou uma questão mais ampla populacional, com vínculos com a educação ou a saúde. Trata-se, na percepção do diário carioca, de um assunto econômico.

O entrevistado lembra que a “antiga Lei dos Estrangeiros” – a legislação em vigor – foi elaborada em 1980, na “ditadura militar”, e foi “fortemente influenciada pela preocupação dos generais em segurança”. Ele destaca que membros do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) faziam parte do CNIg. Com o tempo, no entanto, ele argumenta que o Conselho “foi baixando resoluções que mudaram a abordagem do tema para um viés mais ligado ao respeito aos direitos humanos”. Apesar desta fala, logo na frase seguinte o representante do governo acrescenta: “Nossa percepção é que a questão dos imigrantes irregulares é um assunto econômico ligado ao mercado de trabalho. O fato é que os imigrantes irregulares ligados a ilegalidades, como trabalho escravo ou prostituição, são muito poucos”.

A percepção sobre os direitos humanos dos imigrantes chama a atenção.

Aparentemente, pela interpretação de sua fala, o então presidente do CNIg acredita que por *direitos humanos* deve se entender as eventuais *violações dos direitos humanos* – tráfico de pessoas ou trabalho escravo, por exemplo. O fato de os imigrantes não poderem votar e ser votados, um direito fundamental em qualquer democracia – apenas para citar um exemplo – é menor do que a “percepção” de que o “imigrante irregular” é um “assunto econômico ligado ao mercado de trabalho”. Trata-se, ainda no século XXI, de uma percepção muito parecida com as concepções de dois séculos de História da imigração no Brasil.

O representante do governo admite que “falta realmente o que poderíamos definir como uma política sobre o tema”. Em 2009, lembra, o governo havia preparado “um conjunto de regras que foi discutido no âmbito dos ministérios encarregados do assunto, como Justiça, Trabalho, Educação, Saúde e Itamaraty”, mas a discussão “acabou atropelada pelas eleições”. Agora, diz o entrevistado, “com uma nova equipe nos ministérios”, a questão “está sendo reavaliada”. Ele tem “esperança” de que este “conjunto de regras” seja adotada “em breve”. O então projeto da nova Lei do Estrangeiro foi enviado pelo governo ao Congresso em 2009, lembra o jornalista ao representante do governo, informando que ele está tramitando, sob responsabilidade do relator da Comissão de Turismo da Câmara – o deputado Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE). “Ele disse que está parando a tramitação para forçar a aprovação de projetos de seu interesse”, registra o jornalista ao entrevistado, que responde: “Lamentável”.

Um editor de uma revista temática – Dirceu Cutti, editor da *Travessia*, da Pastoral do Migrante – também é citado como fonte pela matéria. Ele argumenta que, enquanto o Ministério da Justiça admite que a maioria dos imigrantes só quer uma vida melhor, a Polícia Federal “dificulta como pode a regularização de quem vive na informalidade”. Já o então representante da Associação Nacional de Estrangeiros e Imigrantes do Brasil (Aneib) afirmou que a “explosão nas imigrações pegou o governo de surpresa”.

A matéria relata o motivo pelo qual, naquele momento, em outubro de 2011, a nova lei do estrangeiro estava parada no Congresso Nacional. “Após discussões com vários ministérios, ONGs e instituições, o governo preparou em 2009 um conjunto de resoluções sobre o assunto. Mas o projeto de lei 5.655 – a nova Lei do Estrangeiro – está parado no Congresso, nas mãos do deputado relator Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE), da Comissão de Turismo e Desporto”, registra a matéria. Ele “admitiu” que está prendendo a tramitação para pressionar a aprovação de projetos de sua autoria – como a isenção de visto para os EUA, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia, bem como o visto pela internet. O deputado

argumenta: “Passei da fase da exaustão para a do confronto”.

Um quadro explicativo da mesma matéria, que deveria trazer um contexto histórico e social sobre o tema, repete o antigo lugar comum: “Um país aberto a quem vem de fora”, diz o título, completando: “Imigrantes influenciaram cultura e economia do Brasil”. Diz o redator: “Num país fundado sob o mito das três raças e orgulhoso de sua condição mestiça, não é de se estranhar que o Brasil tenha desenvolvido uma índole simpática ao estrangeiro”. A suposta “índole” mencionada carece de fontes, o que pode ser observado após uma breve análise dos comentários do público nas matérias publicados nos principais portais na Internet sobre, por exemplo, os haitianos e africanos que migram para o Brasil buscando melhorar sua vida no país ou mesmo fugindo de conflitos étnicos ou religiosos, tema abordado mais à frente. Esse discurso da hospitalidade – comum nos textos da imprensa nestes dois séculos analisados – serve tão somente para os chamados “imigrantes desejáveis”. Em geral, europeus, com eventuais concessões para os asiáticos e árabes.

O redator d'*O Globo* continua, omitindo a tentativa de europeização do país: “Desde a abertura dos portos pela família real portuguesa, em 1808, quando chegaram ao Rio ingleses aliados de D. João VI, o país acolheu sucessivas levas de estrangeiros, que tiveram grande influência na economia e na cultura do país”. E cita dados que denunciam essa ênfase eurocêntrica (bem-sucedida) das políticas migratórias: “Segundo o IBGE, em 1959, viviam no país 1,5 milhão de italianos, 1,3 milhão de portugueses e 683 mil espanhóis”.

O redator continua, fazendo generalizações que não dão conta minimamente do cenário geográfico da imigração no Brasil, com aproximações que não condizem com as entradas nos portos e com os dados dos governos, além de omitir a presença de estrangeiros em outras regiões do país e a complexidade dos movimentos migratórios: “Alemães e suíços se instalaram na Região Serrana fluminense e no Sul do país, introduzindo técnicas agrícolas germânicas. Sírios, libaneses e judeus chegaram fugindo do império turco-otomano, e se espalharam pelo Brasil, atuando no comércio de roupas, tecidos e joias. Como eles, surgiu a figura do mascate. Italianos e japoneses fixaram-se em São Paulo; portugueses e espanhóis, no Rio”.

### **8.17 “Qual é a nova realidade? O Brasil é destino de imigrantes. Não era”**

Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* de 30 de maio de 2014 relata a longa

travessia pelo qual passam imigrantes vindos principalmente do Haiti e de Senegal, tendo como destino principalmente o sul do país e São Paulo.<sup>855</sup> Os imigrantes relatam ao jornal que são roubados principalmente no Peru pelos chamados “coiotes”, que vendem o serviço da travessia – o valor pode chegar a 4 mil reais.

“A grande maioria ainda são os haitianos, que iniciaram o movimento após o terremoto que devastou o país caribenho em 2010. Desde então, a rota tornou-se conhecida internacionalmente, sendo utilizada sobretudo por africanos e latinos. Eles também viajam nas mãos de grupos de tráfico de imigrantes que atuam na fronteira”, registra a *Folha*.

Os haitianos passam por República Dominicana, Equador e Peru. Os senegaleses vão até a Espanha, onde pegam um avião também para o Peru. Por vezes uma rota pela Bolívia é utilizada. No caminho, uma grande quantidade de propina tem de ser paga, tanto para policiais peruanos quanto para bolivianos. “Eu vou quebrar sua câmera se você voltar”, ameaça uma funcionária de um albergue, precário, onde ficam os imigrantes em Puerto Maldonado, no Peru, muito próximo à Bolívia e ao Brasil. Os quartos – simples e sujos – possuem fechadura do lado de fora, mas não dentro das acomodações. Um esquema com taxistas já está montado na chegada ao Peru.

Na chegada a São Paulo, após mais de 70 horas de viagem, é o repórter quem entra em contato com representantes da Missão de Paz, uma das organizações da sociedade civil que recebem os imigrantes em São Paulo. Os haitianos e senegaleses estão totalmente desorientados e é o repórter o único guia deles – uma evidência sobre a quase que completa ausência de uma política imigratória que minimamente os receba. Alguns não têm família ou conhecidos para apoiá-los. Quase todos não têm dinheiro. “A confusão de imigrantes comoveu alguns passantes, que contribuíram com dinheiro para que eles embarcassem”, relata a matéria. Eles embarcam no metrô.

Nilson Mourão, secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Acre, registra na *Folha* a mais completa ausência de qualquer política de recebimento dos imigrantes, situação que já perdura desde 2010, após o terremoto no Haiti:

Nós não temos estruturas. Então, uma política imigratória do governo federal tem que contemplar isso. Os imigrantes veem a porta aberta, eles entram. Eu preciso saber o que eu vou fazer com eles aqui. Vamos recebê-los? Vamos. Estamos

---

<sup>855</sup> A matéria do impresso inclui em sua versão online um documentário de 16 minutos, em: VÍDEO mostra saga de haitianos traficados no Brasil. *Folha de S. Paulo*, 30 mai. 2014. Disponível em <http://bit.ly/Snqf3w>. Acesso em 25 jan. 2015.

recebendo. Dando atenção. Eles vão ficar aqui? Não vão. Vão pra onde? A gente deixa pra que eles se virem? Eles vão por conta própria? Nós vamos organizar esse procedimento? Então isso tá tudo em aberto, para que seja discutido. Eu creio que agora é uma boa oportunidade.

Depois de desembarcarem do metrô, o repórter da *Folha* continua a direcioná-los. No local, no entanto, o jornalista é barrado, sem maiores justificativas. O responsável fecha a porta na sua cara. “O governo do Brasil foi pego também, eu diria, de surpresa com relação a essa nova realidade. Qual é a nova realidade? O Brasil é destino de imigrantes. Não era”, completa Mourão.

Um mês antes, no dia 24 de abril<sup>856</sup>, a *Folha* repercutiu um desentendimento entre os governos do Acre e de São Paulo. Por meio da imprensa, a secretária de Justiça de São Paulo, Eloisa Arruda, chamara de “irresponsável” a conduta do governo do Acre ao facilitar a viagem de 400 haitianos para São Paulo nos 15 dias anteriores à matéria. A *Folha* chama a atenção para uma eventual disputa partidária – enquanto o governo do Acre é do PT, o de São Paulo é do PSDB, sigla opositora dos trabalhistas. A secretária paulista argumenta existir “um risco real de os imigrantes do Haiti serem aliciados para trabalho escravo ou até mesmo pelo tráfico de drogas”.

Um repórter da *Folha* esteve na paróquia Nossa Senhora da Paz – a Missão Paz, citada na reportagem anterior –, na região central da capital, e afirma ter presenciado “a situação precária dos haitianos”. Novamente, destaca-se que é uma instituição religiosa a responsável por acolher os imigrantes.

A situação é descrita da seguinte forma: “Eles passam o dia vagando pelo entorno da igreja. A comida só chega por doações. Como muitos não têm documentação e endereço fixo na cidade, fica praticamente impossível arrumar um emprego formal. Haitianos que estão há mais tempo em São Paulo tentam auxiliar os compatriotas recém-chegados a encontrarem emprego e estadia”. O fenômeno não é novo, lembra a matéria da *Folha*: “Por causa dos sérios problemas sociais do Haiti, há pelo menos três anos, a onda migratória daquele país em direção ao Brasil é grande”.

Nilson Mourão, secretário do Acre mencionado anteriormente, afirma à *Folha* que “não entende a postura do governo paulista”. Segundo Mourão, há três e anos e meio, mais de 20 mil haitianos chegaram ao Acre. Ele argumenta que os haitianos não ficam no Acre: “É

---

<sup>856</sup> GERAQUE, Eduardo; LOPES JUNIOR, Moacyr. Estado de SP critica governo do Acre por enviar haitianos. *Folha de S. Paulo*, 24 abr. 2014. Disponível em <http://bit.ly/Snrjog>. Acesso em 25 jan. 2015.

apenas uma porta de entrada. A maioria segue viagem rumo ao sul do país. (...) Esse processo não tem nada de novo”, acrescentou. Mourão argumentou que, nos 15 dias citados, após o fechamento de um abrigo para haitianos na cidade de Brasileia, perto da Bolívia e do Peru, o governo do Acre ficou “obrigado a acelerar a ida dos imigrantes para os seus destinos finais no Brasil”. Ele afirma que o município chegara ao seu limite. “A cidade de Brasileia, de 10 mil habitantes, está com 20% da sua população formada por imigrantes”, afirma, acrescentando que o estado de São Paulo tem condições de abrigá-los por ser “o mais rico da federação”. A secretaria de Estado paulista diz que existem “apenas 100” na Missão Paz, cadastrados pelo Ministério Público do Trabalho. “Não sabemos onde está o resto”, afirmou.

Outra reportagem – desta vez do jornal *O Globo* de 19 de abril de 2014<sup>857</sup> – afirma que o fechamento do abrigo de Brasileia “espalhou cerca de 1.700 haitianos por várias cidades do Brasil”, registrando que “ao menos três entidades da sociedade civil oferecem abrigo aos estrangeiros em São Paulo”. A matéria usa ainda o verbo “dispersar” para se referir aos haitianos. Ao jornal carioca, o padre Paolo Parise, diretor do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz, afirmou: “No fim de semana chegaram 40 haitianos na igreja. Já tínhamos 110 pessoas do movimento corriqueiro. Outras entidades também estão cheias. Como fez frio nos últimos dias, não encontramos vagas nos albergues da prefeitura. Colocamos cobertores no chão de um salão e os pusemos lá”.

Desde 2009, diz o padre n'*O Globo*, cerca de 4.200 haitianos passaram pela Missão Paz. Em depoimento ao jornal, o haitiano Demet Debuier, fotógrafo de 28 anos, disse estar passando por uma “humilhação muito grande”, acrescentando: “Viemos para o Brasil em busca de uma vida melhor, mas isso não me parece ser muito melhor do que eu tinha no Haiti. Na última noite, dormi na chuva. Estou sem tomar banho e sem comer desde que cheguei, há três dias. E não sei quando vou conseguir arrumar emprego”.

Entre acusações mútuas, o jornal carioca lembra que a organização não governamental Conectas, que atua na área de direitos humanos, vem denunciando o problema desde agosto de 2013, quando representantes da organização visitaram Brasileia e constataram a emergência humanitária.<sup>858</sup> Antes mesmo, a organização já vinha se manifestando sobre o tema.<sup>859</sup> Ao jornal, uma representante da Conectas – a coordenadora do programa de política

---

<sup>857</sup> *O Globo*, 19 abr. 2014. Disponível em <http://glo.bo/SnsxzK>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>858</sup> O relato completo da Conectas está em BRASIL esconde emergência humanitária no Acre. Conectas, 12 ago. 2013. Disponível em <http://bit.ly/Sns14R>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>859</sup> O primeiro posicionamento data de janeiro de 2012, acesse em CONECTAS. Nota pública 01/2012: Conectas manifesta preocupação com política migratória para haitianos. 11 jan. 2012. Disponível em

externa, Camila Asano – defendeu que o governo “mantenha pelo menos um centro de informações em Brasileia”, pois, segundo ela, esse destino “já está consolidado entre os haitianos” e o fechamento do abrigo “não vai fazer os estrangeiros pararem de viajar para o país”. Ela acrescentou: “A questão dos haitianos é um problema nacional, que envolve uma política de imigração”. Para Camila, o governo deve “incentivar a abertura de locais de acolhida em outras cidades para onde os imigrantes estão seguindo”.

O Ministério da Justiça, vinculado ao governo federal, foi procurado pela matéria d'*O Globo*, mas não respondeu. O pedreiro Romain Ulfreme, haitiano de 42 anos, opina: as autoridades do Brasil e do Haiti “precisam entrar em acordo”. E acrescenta: “Infelizmente, ao contrário do que a gente imagina lá no Haiti, o Brasil não está pronto para receber os haitianos. Se soubesse que ia ser assim, teria ficado em casa. A pobreza é muito grande, mas lá, ao menos, tenho minha casa e minha família”.

No dia 31 de maio de 2014, a *Folha* anuncia o que seria, aparentemente, uma solução para a questão.<sup>860</sup> Em uma ação conjunta, relata o diário, o governo federal, o governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo assinaram no dia anterior um termo de compromisso para um “plano de apoio aos imigrantes”. A medida foi assinada durante uma conferência tida como inédita cujo objetivo é, justamente, discutir a política migratória nacional: a Conferência Nacional sobre Migrantes e Refúgio. Não é totalmente correto afirmar que este encontro foi inédito, pois, como demonstra este trabalho, já ocorreram outras conferências do tipo, nacionais, regionais e internacionais. No entanto, é parcialmente correto afirmar que esta conferência, no formato das conferências do período democrático pós-ditadura civil-militar – a exemplo das que ocorrem nas áreas de saúde, meio ambiente etc – é inédita.

No Acre, o governo informou à *Folha* que a Polícia Federal faria o registro inicial dos imigrantes e que seria emitido CPF e carteira de trabalho. O governo de São Paulo, por seu lado, se comprometeu a criar um centro de integração e cidadania para migrantes. “O centro, segundo o governo, emitirá documentação, oferecerá cursos de português e profissionalizantes e terá posto da Defensoria Pública”, diz a matéria, que acrescenta: “A prefeitura é responsável por criar um centro de referência e acolhida, no centro, para abrigar 200 imigrantes”. O número de vagas, como fica evidente a partir do relato mais amplo da

---

<http://bit.ly/Sns9RY>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>860</sup> MARQUES, José. Governos terão plano de apoio a imigrantes. *Folha de S. Paulo*, 31 mai. 2014. Disponível em <http://bit.ly/SnsELA>. Acesso em 25 jan. 2015.

questão, é insuficiente. No entanto, destaca-se que, caso a medida seja efetivamente adotada, uma espécie de “hospedaria de imigrantes”, no modelo das hospedarias existentes durante os séculos XIX e XX, poderia ser novamente implementada.

Destaca-se que os “coiotes” estão longe de se configurar como uma novidade na realidade imigratória brasileira, apesar de aparentemente estarem mais presentes ao longo das fronteiras ou, em outra hipótese plausível, estarem sendo mais expostos que antes. Ao longo de todo o período aqui analisado, achamos diversas matérias que davam conta de atravessadores, despachantes e outros tipos de prestadores de “serviços” imigratórios para o Brasil ou mesmo atuando em território nacional.

Para citar um dos casos, o jornal *O Globo* do dia 25 de julho de 1935 registra por meio de um “repórter amador” que “alguns” imigrantes portugueses foram impedidos de desembarcar pelas autoridades e posteriormente liberados e alojados na hospedaria da Ilha das Flores. O jornal não informa o número de imigrantes, o motivo da imigração e nem mesmo o motivo pelo qual teriam sido impedidos de desembarcar.

Poucos dias depois, no entanto, no dia 6 de agosto, com a polêmica já tendo tomado forma, *O Globo* estampa na primeira página cinco manchetes seguidas: “Desembarcam os imigrantes portugueses. Mas o ministro do Trabalho faz sérias advertências. Verdeiro comércio de imigração! Escandalosas revelações do inquérito effectuado pelo D.N.P.<sup>861</sup> sobre as fraudes nos documentos de imigrantes. Será interpellado o Itamaraty e advertido o cônsul brasileiro em Lisboa”.

O jornal informa que 28 portugueses haviam desembarcado na Ilha das Flores, por determinação do Departamento Nacional de Povoamento, mas como não estavam com a documentação regularizada abriu-se um inquérito sobre o tema. Uma comissão apurou, informa o diário, que o coronel Eneas Paiva, residente na capital carioca e dono de uma fazenda em Bananal (SP), estava realizando um “verdadeiro comércio de imigração”.

Em Portugal, diz a comissão citada pelo jornal, intermediários exigiam de cada imigrante entre 2.500 e 4 mil escudos.<sup>862</sup> Uma das “acusações” era a de que apenas 13 deles declararam-se agricultores, tendo os demais profissões diversas como serradores, domésticos, pedreiros e barbeiros, entre outros. O ministro do Trabalho pediu investigações e

---

<sup>861</sup> Departamento Nacional de Povoamento, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado por Getúlio Vargas em 1930 e responsável pela fiscalização da entrada de estrangeiros no país, bem como pela fiscalização dos serviços de imigração.

<sup>862</sup> Moeda portuguesa até 2002.



esclarecimentos às demais autoridades sobre o que classificou como “comércio de introdução irregular de imigrantes”. O jornal responsabiliza ainda uma agência de viagens pelo envolvimento no caso.

### **8.18 Chegam novos imigrantes indesejáveis: a “hospitalidade” à brasileira**

Já fortemente influenciada pelo ideário dos direitos humanos, com 2015 marcando os 70 anos da fundação das Nações Unidas, a imprensa brasileira trata de se adaptar à sua tradicional intolerância diante dos imigrantes indesejáveis. Renovam-se, assim, os pretextos para qualificar como desejáveis ou indesejáveis os imigrantes.

Na edição de 28 de maio de 2014, a *Folha de S. Paulo* se posiciona sobre a política migratória brasileira tendo como gancho uma prática criminosa – um esquema responsável, segundo o próprio jornal, pelo ingresso de cerca de 400 pessoas por semana, a maioria haitianas e africanas.<sup>863</sup> Os chamados “coiotes”, destaca o jornal, corrompem autoridades policiais para facilitar a entrada dos imigrantes a partir da fronteira com o Peru, em condições “em geral degradantes”. O editorial reconhece que o número de entradas deste tipo é “pouco significativo” em termos proporcionais, mas afirma que o ingresso de haitianos em massa “chamou a atenção de governantes e da opinião pública”, se questionando: “Estaria o Brasil em condições de abrigá-los? O país já não tem *seus próprios problemas sociais*? Restringir a concessão de vistos, como fez o governo, é a solução?” (grifo nosso)

O editorial transparece um ideário que perdura ainda em nossos tempos e que passa a dar o tom de boa parte das matérias jornalísticas a partir, sobretudo, da segunda metade do século XX: os imigrantes são identificados *a priori* como “problemas sociais”. Trata-se para parte da imprensa de um sinônimo indissociável, conforme evidencia a pergunta do editorial. Apesar de reconhecer o problema do racismo e da xenofobia que surge em movimentos migratórios deste tipo, a exemplo do que acontece “em países mais ricos”, o jornal reforça que “não se trata apenas de questão de generosidade ou de direitos humanos”.

Para a *Folha*, dentro de “poucas décadas” a força de trabalho “começará a encolher”, concluindo que o país deve estar preparado para “administrar *inevitáveis* tensões sociais e econômicas” de modo a “aproveitar as ondas migratórias para impulsionar seu próprio

---

<sup>863</sup> Folha de S. Paulo, 14 mai. 2014. Disponível em <http://bit.ly/19bHZb2>. Acesso em 10 dez. 2014.

desenvolvimento” (*grifos nossos*). O discurso se assemelha profundamente ao observado, conforme demonstramos anteriormente, no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, com o imigrante sendo encerrado em seu papel de trabalhador, mesmo em meio ao avanço do ideário dos direitos humanos.

A posição do jornal sobre temas como a “hospitalidade” do brasileiro e a discriminação contra estrangeiros, entre outros, parece ter se consolidado entre seus editorialistas. Em um editorial de 11 de janeiro de 2012, a mesma *Folha* opina que “embora em parte essa hospitalidade seja um mito, é fato que na sociedade brasileira a convivência entre etnias e religiões diferentes mostra-se menos conflituosa do que em outras nações”.<sup>864</sup> Na edição de maio de 2014, a *Folha* repete em outro editorial: “Se a hospitalidade do Brasil é exagerada no imaginário nacional, não deixa de ser verdade que a convivência entre as etnias tende a ser menos conflituosa por aqui do que em outras nações”. A palavra “religiões” some do segundo texto. Um outro colunista do mesmo jornal chega a afirmar que, entre outros serviços, os “coiotes” vendem “hospitalidade brasileira” para os haitianos.<sup>865</sup>

Também em ambos os textos, de 2012 e 2014, a *Folha* conclui que a discriminação deveria ser evitada para que o governo faça a sua “lição de casa”, visto que muitos brasileiros são vítimas de preconceito “em outros países” (2014) ou nas “nações desenvolvidas” (2012). Enquanto o texto de 2014 fala em “administrar *inevitáveis* tensões sociais e econômicas”, o de 2012 pede que o país se prepare para “equacionar conflitos e aproveitar ao máximo a oportunidade de impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país”.

O editorial da *Folha* alerta em ambos os casos para os “movimentos que tendem a se intensificar nos próximos anos” (2012), citando que 25 mil pessoas cruzaram a divisa territorial pela fronteira peruana desde 2011 (texto de 2014). Apesar de fortemente crítico do governo federal, o jornal se limita neste caso a registrar no editorial de 2012 que o desembarque de haitianos na região Norte “levou” o ministro da Justiça a “anunciar uma série de medidas de controle”. Foi a entrada dos haitianos que *naturalmente* “levou” o ministro a tomar as “medidas de controle” – que o texto não informa quais são – o principal deles sendo o limite anual do número de vistos concedidos aos haitianos, muito abaixo do número de emigrados do Haiti para o Brasil.

O editorial evidencia o tratamento do imigrante enquanto *problema* ao mesmo tempo

<sup>864</sup> Folha de S. Paulo, 11 jan. 2012. Disponível em <http://bit.ly/19bI1zG>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>865</sup> SOUZA, Josias de. Em 3 anos, país recebeu mais de 30 mil haitianos, 66% trazidos por coiotes. UOL, 11 mai. 2014. Disponível em <http://bit.ly/19bIwK1>. Acesso em 10 dez. 2014.

em que credita ao *país* uma convivência pacífica comparativamente superior. Enquanto à figura do imigrante, conforme destacou Sayad, abre-se a possibilidade de creditar todos os eventuais problemas sociais não resolvidos e decorrentes de um sem número de questões genéricas – as “*inevitáveis* tensões sociais e econômicas” –, à figura genérica da “sociedade brasileira” (o “aqui”, segundo o texto) é creditada uma característica inerente de relativamente boa convivência pacífica. Nesta perspectiva, o imigrante é um potencial bode expiatório.

Outro diário da mesma cidade – *O Estado de S. Paulo* – é mais direto: em editorial do dia 26 de agosto de 2014<sup>866</sup>, o redator ataca os “administradores públicos responsáveis por essa situação” e, logo no primeiro parágrafo, após comentar a situação de imigrantes haitianos e africanos em um abrigo da prefeitura<sup>867</sup>, dispara: “Se era para tratar esses seres humanos como animais, seria melhor tê-los impedido de entrar no Brasil – como, aliás, faz todo país cujo governo é *prudente* o bastante para medir as *consequências de um fluxo migratório*” (grifo nosso).

Descrevendo a falta de higiene e alimentação de um abrigo em São Paulo destinado aos novos imigrantes, o editorial destaca o fato de parte das responsabilidades serem compartilhadas por governos de partidos de oposição – dos governos estadual e municipal. E se posiciona: “A Prefeitura paulistana está tentando arrastar o governo do Estado para o centro de um problema que foi criado apenas por correligionários do prefeito Fernando Haddad. Essa politização ficou mais evidente em abril, quando o governo petista do Acre decidiu despachar para São Paulo centenas de haitianos, por não ter mais condições de abrigá-los”.

O diário paulistano afirma que os imigrantes faziam parte de uma “massa de haitianos” que haviam deixado seu país após o terremoto de 2010 e viam no Brasil uma chance de recomeçar. No entanto, informa o editorial, a lei brasileira e o direito internacional não os reconhecem como refugiados, status que lhes daria o direito a um visto permanente. “Sem esse visto, eles teriam de ser repatriados. Mas o governo federal petista, com o propósito de mostrar seu lado “humanitário”, criou um instrumento para regularizar a situação, estimulando a entrada em massa de novos imigrantes ilegais”, diz o redator, usando o termo *humanitário* entre aspas – os vistos eram de fato humanitários, por que usá-los entre aspas? Quais seriam as segundas intenções do governo? – e adotando um termo pouco amigável aos

---

<sup>866</sup> O Estado de S. Paulo. Uma situação vergonhosa. 26 ago. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1D66u5L>. Acesso em 1 fev. 2015.

<sup>867</sup> PEREIRA, Pablo. Haitianos e africanos enfrentam falta de comida e higiene em SP. O Estado de S. Paulo, 24 ago. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1D66W48>. Acesso em 1 fev. 2015.

estrangeiros – *imigrantes ilegais*, adjetivo pejorativo que concede ao imigrante um status de “ilegalidade” *em si*, quando na verdade sua ilegalidade é apenas administrativa, e não inerente. Mas o que o termo propõe é exatamente isso: o imigrante é ilegal, está *aqui* apenas provisoriamente e podemos (ou deveríamos poder) expulsá-lo a qualquer momento, assim que os ventos mudarem. Não é à toa que são raras as referências aos “imigrantes legais”. Se adjetivados, surgem pela sua conotação *ilegal*, nunca dentro da lei *nacional*.

O editorial argumenta que os mais de 20 mil imigrantes que entraram pelo Acre geraram um aumento populacional que as cidades acrianas não tinham condições de suportar. A trama do editorial é formulada da seguinte forma: um representante do governo do Acre – oposição ao governo estadual de São Paulo e aliado da Prefeitura – teria atacado a “elite paulista”, que estaria fazendo de tudo para “assegurar seu território livre de imigrantes do Haiti”. Em seguida, o editorial acusa a Prefeitura de eximir o governo federal de suas responsabilidades – por serem “correligionários” –, criando um “serviço de acolhimento” para “mostrar sua compaixão” que faltava à “elite” paulista. Todos os termos são usados ironicamente pelo redator. Diante da situação, o jornal conclui: “A situação extrema em que eles se encontram é resultado tanto do despreparo do País para lidar com emergências humanitárias quanto da indecorosa exploração política de seu drama”. O mais “prudente” – aqui retomamos o primeiro e mais importante trecho – seria fechar as fronteiras. Quais países prudentes seriam esses? O texto não informa.

A complexa situação da imigração no Brasil é reduzida a interesses partidários divergentes. Em um dos trechos do editorial, ressurgem a noção de “problema”, que por muitas décadas tem acompanhado a questão da imigração. Diz o texto: “A Prefeitura paulistana está tentando arrastar o governo do Estado para o centro de um problema que foi *criado apenas por correligionários do prefeito Fernando Haddad*”. Chama a atenção a interpretação enviesada do jornal *O Estado de S. Paulo*: a imigração em massa de haitianos e africanos, além de ser um “problema”, teria sido “criado apenas” por partidários do prefeito de São Paulo – a saber, a administração federal da República, o Executivo brasileiro.

A realidade extremamente complexa dos imigrantes, com nuances e particularidades praticamente infinitas, cujas causas não são históricas como globais, é reduzida neste texto a um “problema” com um único autor: o governo federal, após conceder um visto humanitário a milhares de imigrantes pobres. A própria política imigratória do Estado brasileiro, que conforme mostramos nesta tese é deficiente, obsoleta e depende de ações de todos os poderes

públicos, sobretudo do Congresso Nacional –, não entra em questão neste editorial. A questão dos direitos humanos – direitos que os imigrantes detêm em tese, conforme o direito internacional e as próprias leis nacionais, mesmo que de modo insuficiente – é igualmente ignorada.

Nem todas as matérias são, no entanto, discriminatórias. Em tempos de Internet, com o consequente acesso a informações diversas facilitado, são cada vez mais numerosas as notícias que dão um destaque relativamente imparcial a posicionamentos de entidades que defendem os direitos humanos dos imigrantes. É o caso de uma nota produzida pelo correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* em Genebra, Jamil Chade, datada de 24 de abril de 2013 sobre o posicionamento da Organização Internacional para as Migrações (OIM), um organismo internacional que trata do tema. Segundo a OIM, as políticas migratórias estabelecidas pelo governo brasileiro podem tornar os imigrantes haitianos vulneráveis a violações e abusos de direitos humanos. O posicionamento veio em resposta à iniciativa brasileira de dar “vistos humanitários” – uma ação paliativa –, com a OIM temendo que “os mecanismos estabelecidos pelo governo brasileiro para receber legalmente os haitianos podem não ser suficientes, diante da demanda que continua crescendo e do fluxo migratório”.<sup>868</sup>

Apesar disso, no que diz respeito ao jornalismo internacional da imprensa brasileira, a maior parte das matérias continua a ser sobre tragédias e incidentes eventuais ocorridos, por exemplo, nas travessias de refugiados e outros imigrantes em alto-mar. A expressão “imigrantes ilegais”, condenada pelas entidades de direitos humanos como pejorativa, continua a ser amplamente utilizada. No entendimento de organizações como a agência da ONU para refugiados (ACNUR), nenhuma pessoa deve ser considerada “ilegal” – se for o caso de estar em situação de ilegalidade, sugere-se o termo “indocumentada”, por exemplo, de forma a não criminalizar o imigrante.

Para a maior parte dos imigrantes pouco qualificados em termos trabalhistas, refugiados ou não, a situação não é promissora. O jornal *O Globo* de 11 de novembro de 2013 publica uma matéria indicando que o governo do Reino Unido queria – nas palavras da então ministra do Interior – criar um “ambiente hostil para imigrantes ilegais”, sob pressão de “britânicos insatisfeitos com a crescente presença de recém-chegados, principalmente do

---

<sup>868</sup> CHADE, Jamil. Entidade critica política de vistos a haitianos no País. *O Estado de S. Paulo*, 24 abr. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1oTojgZ>. Acesso em 25 jan. 2015.

Leste Europeu”, no momento em que o país estaria se recuperando “dos efeitos da crise econômica”. Assim, um projeto de lei tenta restringir o acesso de estrangeiros a moradia e aos serviços públicos. O então ministro britânico da Imigração disse que continuaria dando “boas-vindas aos melhores imigrantes que queira contribuir com a nossa economia, a nossa sociedade e as nossas regras”, alertando que a lei “deve estar ao lado daqueles que a respeitam, não daqueles que a violam”. A lei, se aprovada, determinaria a deportação imediata de estrangeiros suspeitos de crimes “quando não houver riscos sérios e irreversíveis”, sem que a defesa do imigrante seja feita na chegada ao Reino Unido – como determinava a lei então vigente. O texto, diz o jornal, afirma: “Devemos deportá-los primeiro e ouvi-los depois”.

A correspondente do jornal em Londres registra que 200 mil brasileiros viviam, à época, em todo o Reino Unido – não há a citação de fontes, enquanto o Itamaraty registrava 118 mil –, com 2 mil tendo sido expulsos em 2012. Com um gráfico intitulado “Fechando as fronteiras”, *O Globo* analisa os projetos em andamento e as leis aprovadas em cinco outros países (Espanha, França, Itália, Noruega e Suíça).

Uma matéria do mesmo diário de 14 de setembro do mesmo ano, 2013, traz uma matéria ainda mais completa – com um infográfico detalhado – sobre as leis estaduais aprovadas nos Estados Unidos sobre a questão imigratória. “Na ausência de um arcabouço federal para lidar com os mais de 11 milhões de estrangeiros que vivem ilegalmente no país, os governos locais estão agindo”, escreve a correspondente de *O Globo* em Washington. Os estados comandados pelo Partido Democrata, relata a reportagem, passaram regras que beneficiam os imigrantes, enquanto os comandados pelo Partido Republicano possuem leis em sua maioria restritivas. O conteúdo das legislações, diz o texto, está em linha “com as posições partidárias que dificultam o avanço da reforma em Washington”.

### **8.19 Novo ciclo de migração internacional: “Muitos dos brasileiros estão voltando para casa”**

Matéria do jornal *Valor Econômico* de 6 de junho de 2014<sup>869</sup> registra que o Brasil vive um “novo ciclo de migração”, citando um demógrafo como fonte. “Muitos dos brasileiros

---

<sup>869</sup> BRASIL vive novo ciclo de migração, diz demógrafo. *Valor Econômico*, 6 jun. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1FJKIYs> (apenas para assinantes). Acesso em 25 jan. 2015.

que saíram do país para tentar a vida na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 80 e 90 estão voltando para casa. Além deles, um fluxo importante de estrangeiros fugindo da crise, da guerra e da pobreza tem entrado no país pelas fronteiras em todas as regiões”, inicia a matéria, apontando que, assim como ocorreu no fim do século XIX e início do século XX, o Brasil vive um “novo ciclo” de migração internacional. A fonte foi um pesquisador, Duval Magalhães, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

A matéria cita a taxa de fecundidade em declínio e a falta de mão de obra qualificada em alguns setores para apontar que “o tema da imigração tende a se tornar cada vez mais importante no país nos próximos anos”, de acordo com o demógrafo, “assim como a estruturação de uma política nacional para lidar com os estrangeiros”. Segundo o especialista ouvido pelo *Valor*, os fatores de atração do Brasil são o crescimento da economia e a projeção internacional “que o país ganhou com a campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e com o anúncio de que seria sede da Copa do Mundo deste ano e da Olimpíada de 2016”. A análise tal como exposta na reportagem ignora fatores essenciais, como as grandes crises globais de refugiados e o contexto do Haiti.

As correntes mais importantes seriam os espanhóis e portugueses – que estariam buscando uma alternativa para a crise econômica na Europa – e os africanos de Angola, do Congo (a matéria não especifica qual Congo), do Senegal, “além dos haitianos”. O *Valor* lembra que as congregações religiosas “estão tomando a frente nesse processo em todo o país”.

Segundo o demógrafo, “nesse primeiro momento, a atuação da sociedade civil salvou a cara e a imagem do Brasil internacionalmente”. Para ele, citado pela matéria, é necessário “estabelecer uma política de Estado de longo prazo para lidar com a imigração”, mas acredita que o “Congresso é insensível” ao tema, fazendo uma referência ao projeto de lei 5.655, que visa a substituir o Estatuto do Estrangeiro – de 1980 – que segundo a reportagem “tramita desde 2009 e está parado desde 2012”.

Destaca-se que, como na maior parte das matérias, as estatísticas sobre a entrada de imigrantes é omitida. Quando há estatísticas, é comum que apareçam influenciadas pelo senso comum de que o Brasil estaria sendo invadido por imigrantes. Este é o caso de uma matéria do jornal *O Globo* do final de 2014, cujo título alarmista confirma esta tendência que temos apontado: “Número de novos refugiados no Brasil sobe 1.255% em 4 anos”. O subtítulo completa o tom de aparente caos: “Expulsos pela guerra civil, sírios já são o maior grupo

desde 2013”.<sup>870</sup> O início da matéria retoma o alerta: segundo o jornal seriam 81 nacionalidades com “gente – cada vez mais – *espalhada* por todo o país” (grifo nosso). Pela leitura apenas dessas informações, o leitor poderia facilmente imaginar que uma quantidade gigantesca de pessoas vindas de guerras pelo mundo estão se “espalhando” por todo o Brasil – uma verdadeira invasão *alienígena*, para usar o termo comum nos dois séculos anteriores.

Os dados, fornecidos pelas Nações Unidas<sup>871</sup>, são no entanto bem menos alarmantes: o aumento brutal em termos percentuais se dá pelo fato de que, em 2010, o governo brasileiro aceitou 150 solicitações de refúgio, um número irrisório e quase que insignificativo sob qualquer ponto de vista. Segundo a mesma fonte – a agência de refugiados da ONU (ACNUR) –, o Brasil hospedava até o final de 2014 cerca de 7 mil refugiados de 81 nacionalidades, enquanto o Equador, país 33 vezes menor em território e maior receptor de refugiados da América Latina, hospedava no mesmo período 56 mil desses imigrantes.<sup>872</sup> Enquanto o Brasil reconheceu 2.032 refugiados em todo o ano de 2014, países como Turquia e Jordânia eventualmente recebem o mesmo número em um único mês, devido às crises humanitárias da região.<sup>873</sup>

Mesmo com a formatação sensacionalista dos editores do diário carioca para anunciar este fenômeno migratório, a matéria cita ponderações em relação aos dados – contradizendo a própria ênfase motivada pela porcentagem. O então secretário nacional de Justiça e presidente do órgão responsável pela avaliação dos pedidos de refúgio – o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) –, Paulo Abrão, informa que a população estrangeira cresceu em torno de 50% no Brasil entre 2011 e 2013, mas que representa menos de 1% da população residente no território nacional, que é de pouco mais de 200 milhões. Nos países desenvolvidos, diz Abrão citado pelo jornal, esse percentual vai de 10% a 25%. A matéria cita a demanda por parte do próprio representante do Executivo brasileiro por mudança na legislação em vigor, a fim de “atualizar” o Estatuto do Estrangeiro de modo a ampliar os direitos dos imigrantes. A boa matéria do jornal carioca acabou por ser enviesada por uma formatação editorial que muitas vezes é uma decisão do editor, e não do repórter.<sup>874</sup>

---

<sup>870</sup> WEBER, Demétrio. Número de novos refugiados no Brasil sobe 1.255% em 4 anos. O Globo, 19 nov. 2014.

<sup>871</sup> ACNUR. Uma análise estatística (2010-2014). 2014. Disponível em <http://bit.ly/178U8w0>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>872</sup> ACNUR. Mobilidade Regional e Inserção Econômica de Refugiados. 2014. Disponível em <http://bit.ly/178TVsx>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>873</sup> ACNUR. ACNUR relata grande aumento no número de iraquianos fugindo para Jordânia e Turquia. 23 set. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1vnR1rj>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>874</sup> Uma versão da mesma matéria, porém com a chamada modificada, pode ser acessada em WEBER,



## 8.20 “Haitiano custa menos do que chinês”; Em São Paulo, seleção de emprego “lembra mercado de escravos”

Matéria dominical do jornal *O Globo* da edição de 17 de agosto de 2014<sup>875</sup> afirma, em sua manchete, que imigrantes africanos e haitianos estão sendo “explorados em carvoarias e frigoríficos”, estimando que, até o fim do ano, haverá cerca de 50 mil cidadãos do Haiti no Brasil.<sup>876</sup> O personagem principal é um imigrante haitiano que chegou ao país para trabalhar em uma carvoaria em Maringá, no interior do Paraná. Seu trabalho: “corta madeira, abastece fornos que produzem carvão vegetal e ensaca o produto que será enviado a centros urbanos do país”. A matéria completa, logo no primeiro parágrafo: “Ele não se senta um minuto. Emagreceu tanto que está abaixo do peso”. Segundo o jornal, ele sequer tem dinheiro para ligar para a família. A reportagem denuncia violações de direitos humanos dos imigrantes: “A 230 quilômetros da carvoaria, num frigorífico em Cascavel (PR), 380 migrantes haitianos fazem, cada um, cerca de 90 movimentos por minuto para desossar frangos e pendurar galinhas. Por um salário mensal de cerca de R\$ 1 mil, suportam a rotina de oito horas e 48 minutos diários sob um frio de nove graus, temperatura abaixo do limite de 12 graus estabelecido pelo Ministério do Trabalho”.

“Trabalho degradante, insalubre e de baixa remuneração em empresas de setores que, frequentemente, figuram na lista suja do trabalho escravo têm sido o destino final de haitianos e africanos que enfrentam uma travessia dispendiosa e arriscada, muitas vezes patrocinadas por coiotes, para chegar ao Brasil”, completa a matéria, que relata diversas outras violações, como o não pagamento de horas extras, a negação do direito à saúde e falsas promessas feitas aos trabalhadores estrangeiros quando ainda estão no Acre, de onde a maior parte chega vindo do Peru.

No começo de 2014, continua a matéria d'*O Globo*, haitianos participaram de uma

---

Demétrio. Número de novos refugiados por ano, no Brasil, cresceu 1.255% entre 2010 e 2014, diz Acnur. *O Globo*, 18 nov. 2014. Disponível em <http://glo.bo/178VCGv>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>875</sup> SANCHES, Mariana. Imigrantes haitianos e africanos são explorados em carvoarias e frigoríficos. *O Globo*, 17 ago. 2014. Disponível em <http://glo.bo/1kMGjJx>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>876</sup> O jornal *O Estado de Minas* já havia divulgado este número na edição de 17 de maio, citando uma pesquisa realizada entre julho e novembro de 2013 pelos professores da PUC Minas Duval Fernandes e Maria da Consolação Gomes de Castro e divulgada também pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Segundo os dados citados por este jornal, no período destacado, 70% dos haitianos que migraram para o Brasil tinham entre 18 e 50 anos, 40% tinham curso médio e 30% trabalhavam na construção civil. Ver MAAKAROUN, Bertha; AUGUSTO, Leonardo. Brasil terá 50 mil imigrantes haitianos até o fim do ano. *Estado de Minas*, 17 mai. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1BuTvYO>. Acesso em 25 jan. 2015.

greve em um frigorífico de Maringá. Exigiam aumento, pagamento de horas extras e fim da jornada aos sábados. Suas reivindicações foram atendidas pelo empresário, diz o diário carioca, “diante da ameaça de pedidos de demissão em massa”. E conclui: “Haitianos e africanos se tornaram hoje peças fundamentais para a produção avícola do país”. Segundo um empresário ouvido pela reportagem, a oferta de trabalho é grande e não há mão de obra para suprir as necessidades dos empresários. “O próprio governo sentiu isso e abriu as portas para esses imigrantes. Sem eles, o país não cresceria o que deveria”, opina o empresário ouvido na matéria, que registra, em um dos subtítulos: “Haitiano custa menos do que chinês”. O dado é citado em um estudo feito supostamente pelo economista britânico Paul Collier para as Nações Unidas, referente ao ano de 2009, porém nenhum outro detalhe é fornecido, tampouco a informação é contextualizada.

As violações também se reproduzem em outro setor, a construção civil, com empreiteiras sendo constituídas apenas para contratar esses imigrantes. Entre outras violações, os imigrantes da construção civil estariam cumprindo jornadas de trabalho acima do limite estabelecido por lei e recebendo abaixo do piso, sem direitos. Foi o que aconteceu em Conceição do Mato Dentro (MG), relata o diário, onde cem haitianos trabalhavam na construção de um mineroduto da empresa *Anglo American*. “O fiscal do trabalho que atuou no caso relatou que o alojamento deles lembrava uma senzala”, cita a reportagem. “A comida fornecida era de baixa qualidade, o que teria provocado hemorragias estomacais.”

Em Cascavel, os imigrantes reagiram, diz a matéria no último parágrafo. Há relatos em outras partes do país da organização dos haitianos, ainda no Acre, com a criação de associações. “Para tentar se defender, em Cascavel, onde há pelo menos 1,5 mil haitianos, eles criaram há dois meses a Associação de Defesa dos Direitos dos Imigrantes Haitianos. A entidade já ganhou uma ação contra um frigorífico que demitiu uma haitiana grávida e obteve acordo com uma empreiteira que não havia pago verbas rescisórias”, aponta a reportagem d'*O Globo*. Uma das matérias internas da reportagem especial do jornal *O Globo* da mesma data afirma no título: “Em São Paulo, imigrantes têm ofertas de emprego, mas seleção lembra mercado de escravos”.<sup>877</sup> Segundo dados do jornal, somente no primeiro semestre de 2014, 472 empresas já haviam contratado pelo menos 1,4 mil trabalhadores “de fora do país”. Resumo a matéria: “São Paulo se tornou palco de uma romaria de empresários e analistas de

---

<sup>877</sup> SANCHES, Mariana. São Paulo tem romaria de empresários para contratar imigrantes. *O Globo*, 17 ago. 2014. Disponível em <http://glo.bo/1vZgXgq>. Acesso em 25 jan. 2015.

recursos humanos, especialmente das regiões Sul e Sudeste do país. Desde o começo do ano, mais de 1.300 empresas enviaram representantes à Igreja Nossa Senhora da Paz, na Baixada do Glicério, Zona Central da capital paulista e ponto de concentração de migrantes haitianos e africanos na cidade. Ali, eles estão em busca de mão de obra. De preferência, boa e barata”.

O anúncio das vagas é trilingue: inglês, francês e creole, este último o principal idioma falado pelos haitianos. Segundo registra a jornalista, a seleção dos trabalhadores “por vezes faz lembrar a escolha feita por senhores de engenho em mercados de escravos no Brasil, até o século XIX”. No Acre, ponto de entrada de haitianos e senegaleses, empresários chegam a “checar os dentes, os músculos e a pele dos imigrantes”, diz a matéria citando “pesquisadores da Universidade Federal do Acre”. Em um vídeo disponível na internet, continua, um dos recrutadores “admite que escolhe os empregados pela canela”. Segundo ele, na seleção de trabalhadores para um frigorífico, levava em conta “uma tradição antiga, do pessoal da escravidão, de que quem tem canela fina é bom de trabalho, canela grossa é um pessoal mais ruim de serviço (sic)”.

A “igreja” possui um “cursinho para tirar preconceito”, nas palavras de uma assistente social ouvida pela reportagem, voltado para os empresários. Nas palavras da assistente social, segundo o diário carioca: “Eles são diferentes da gente. Vão trabalhar felizes, cantando, enquanto os brasileiros relacionam o trabalho à tortura. Já ouvi empresários dizerem que a produção aumentou de 15% a 35% depois da contratação dos haitianos. Os caras são muito bons e aceitam trabalhos abaixo de sua qualificação porque precisam pagar dívida e mandar dinheiro para a família”. A organização religiosa “recomenda” que se respeite as leis trabalhistas e que se pague “ao menos mil reais mensais”. Novamente nas palavras da assistente social: “Eu tento garantir que eles vão ser bem tratados. Mas aqui dá de tudo, já chegou aliciador, traficante de pessoas, gente que queria não um trabalhador, mas um escravo”. Uma das empresárias que participou de uma das palestras reclama: “brasileiro é preguiçoso, se esconde atrás da lei para não trabalhar”. Uma outra participante, dona de casa, pretendia pagar 850 reais por 12 horas de trabalho diário, reclamando da legislação: “Agora é só bolsa disso, bolsa daquilo. Acho que os haitianos seriam mais bem agradecidos pelo emprego”.

A reportagem também descreve como os haitianos mudam aos poucos a rotina cultural e midiática de algumas cidades brasileiras. Uma rádio da região de Cascavel estreou este ano, por exemplo, o programa dominical “Haiti universal”. Em português, francês, inglês e creole,

quatro radialistas haitianos “mandam recados a parentes e amigos fora do país e tocam compas, um merengue típico do Haiti”.<sup>878</sup> Segundo a matéria, o sucesso de audiência “surpreendeu os donos da rádio”. Já em Curitiba, um grupo de haitianos fundou uma banda do ritmo haitiano e já tem feito shows em casas noturnas da cidade.

Parte das matérias dos jornais impressos brasileiros é publicada na Internet, como neste caso. Essa novidade traz uma reação imediata do leitor, nos casos em que são permitidos comentários, ao contrário dos jornais dos dois séculos anteriores. Nesta matéria, por exemplo, parte dos comentários<sup>879</sup> são dedicados a repudiar a vinda dos imigrantes, por vezes com menções racistas. Um dos leitores chega a sugerir que os negros “são os que menos gostam dos países de origem”, enquanto outro afirma que os imigrantes são “mal agradecidos”, pois imigrante tem que “ralar” – menção às violações de seus direitos, como as jornadas prolongadas de trabalho –, concluindo: “Não gostam do que fazem e do que o país tem a oferecer? Tem sempre a opção de voltar de onde vieram”.

Outros leitores se dedicam a culpar diretamente o governo e o partido da presidente da República, enquanto apenas um comentário sai em defesa dos imigrantes, se declarando “enojada com certos comentários” e afirmando: “São seres humanos e feliz é um país com pessoas que lutam para a melhoria de todos e a eliminação das injustiças”.

O pesquisador Helion Póvoa Neto, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios da UFRJ, comenta, em outro espaço reservado ao debate exclusivo sobre o tema, que considera “positivo” o jornal *O Globo* ter realizado uma reportagem sobre os direitos destes imigrantes que, “poucos meses atrás, foram retratados em manchete (pelo próprio Globo) como *invasores*”. Póvoa Neto destaca ainda que, “como habitual neste mesmo jornal e na imprensa em geral, os dados aparecem jogados e o sensacionalismo prevalece”. Ele observa que não é possível saber exatamente onde e quando ocorre o mencionado mercado de escravos, no qual seriam checados dentes, músculos e canelas dos trabalhadores imigrantes.

Ainda segundo o pesquisador, “parece-me algo inadequado – para não dizer injusto, e mesmo mal-intencionado – retratar como mero balcão de empregos ou agência improvisada a Igreja Nossa Senhora da Paz, em São Paulo”, pois “durante algumas semanas, ela foi a

---

<sup>878</sup> Este trecho da reportagem está em SANCHES, Mariana. No Paraná, com música e culinárias haitianas, imigrantes lembram-se de casa. *O Globo*, 17 ago. 2014. Disponível em <http://glo.bo/1vZjirR>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>879</sup> Os comentários podem ser lidos ao final de: SANCHES, Mariana. Imigrantes haitianos e africanos são explorados em carvoarias e frigoríficos. *O Globo*, 17 ago. 2014. Disponível em <http://glo.bo/1kMGjJx>. Acesso em 25 jan. 2015.

instituição que acolheu, vestiu, alimentou e abrigou centenas de haitianos que saíam do Acre e chegaram a São Paulo. Enquanto isso, o poder público demorava a se posicionar e a imprensa, em grande parte, os retratava de forma hostil, alarmista e criminalizadora”. A atitude crítica quanto à exploração do trabalho é bem-vinda, ressalta Helion Póvoa Neto, e “muito temos a caminhar para fazer valer os direitos dos trabalhadores migrantes no Brasil. Denunciar é importante, mas não menos do que procurarmos ser justos e termos atenção aos que realmente defendem a causa dos migrantes”.<sup>880</sup>

### **8.21 Um vírus que nos consome há muito mais tempo, “o da xenofobia”**

O jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 13 de outubro de 2014 dá destaque para a discriminação contra os imigrantes, desta vez no contexto da emergência do surto do vírus ebola na África Ocidental.<sup>881</sup> A doença, altamente letal, já havia matado mais de 9 mil pessoas até o começo de 2015, a maioria em Guiné, Libéria e Serra Leoa. A partir do surgimento de um caso suspeito na cidade paranaense de Cascavel, que acabou por não se confirmar, os imigrantes africanos e mesmo haitianos passaram a ser hostilizados nas ruas e ao buscar empregos. Um guineense de 27 anos é um dos destaques da matéria. Ele afirma ao diário paulista que não esperava sofrer preconceito no Brasil e procura se explicar: “Os brasileiros têm de saber que nós passamos por vários controles sanitários antes de sair da Guiné. Só conseguimos o visto se fizemos exames médicos. Respondemos a questionários nos aeroportos pelos quais passamos. Não é justo pensarem que todos que vêm da África trazem o Ebola”.

Segundo a matéria do *Estado*, até mesmo em um albergue que atende estrangeiros e brasileiros houve conflito. “Um dos brasileiros começou a gritar com eles, dizer que eles só vinham para o Brasil para trazer doença. Tive de interceder. Esse tipo de discriminação não pode acontecer”, disse uma assistente social que acompanhou a cena. O diário paulista destaca que mesmo imigrantes de outros países africanos e até do Haiti, país que não teve qualquer caso suspeito de ebola, estão sendo hostilizados. “Na sexta-feira, eu ia para o trabalho e

---

<sup>880</sup> O comentário foi publicado na conta pessoal do pesquisador no Facebook, disponível apenas para as contas conectadas ao seu perfil, bem como no grupo de troca de informações “Brasil País de Imigração”, disponível em <http://on.fb.me/1BuOoI2>. Acesso em 18. ago. 2014.

<sup>881</sup> CAMBRICOLI, Fabiana. Africanos e haitianos são hostilizados no PR após suspeita de Ebola. *O Estado de S. Paulo*, 13 out. 2014. Disponível em <http://bit.ly/16XtZQJ>. Acesso em 10 dez. 2014.

começaram a nos apontar na rua dizendo: 'Olha os caras com Ebola'", diz ao jornal um burquinense de 24 anos que há sete meses mora em Cascavel e trabalha como mecânico. A informação não parece ser um impeditivo para que o racismo ocorra. Um motorista de frete diz já ter recusado quatro mudanças para haitianos. Segundo ele, "mesmo que não tenha ebola no Haiti, a gente fica com medo porque eles andam todos juntos".

A abordagem sobre o tema que a imprensa deu em seu conjunto gerou um cenário de pânico. O caso suspeito foi acompanhado de perto por uma semana, inclusive com o uso de helicópteros para filmar a transferência do paciente entre duas unidades de saúde, aumentando sensivelmente o receio de que o vírus chegasse ao Brasil. Tratava-se apenas de uma suspeita e, mesmo assim, adequadamente controlada pelo governo, conforme informavam com menor destaque os próprios jornais. O homem envolvido na suspeita de portar o vírus foi exposto em uma perseguição com poucos precedentes na história da imigração: nome completo, idade, detalhes de sua vida, foto e até mesmo o documento em que pedia refúgio. Seu rosto e documento de passaporte foram expostos em rede nacional nas principais emissoras de televisão. Uma reportagem do programa *Fantástico*, da TV Globo, chegou a usar as câmeras de segurança de um centro médico de Cascavel para registrar imagens do guineense, a exemplo do uso feito para registrar crimes graves.<sup>882</sup> Em outra matéria, ele é identificado como "paciente africano", mesmo após ter deixado, já saudável, o setor de isolamento da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio, para onde fora transferido.<sup>883</sup>

A jornalista Eliane Brum resume: "Era uma suspeita de ebola, fato suficiente, pela letalidade do vírus, para exigir o máximo de seriedade das autoridades de saúde, como aconteceu. Descobrimos, porém, a deformação causada por um vírus que nos consome há muito mais tempo, o da xenofobia. E, como o outro, o '*estrangeiro*', a '*ameça*', era africano da Guiné, exacerbada por uma herança escravocrata jamais superada. O racismo no Brasil não é passado, mas vida cotidiana conjugada no presente. A peste não está fora, mas dentro de nós". A jornalista acrescenta, acerca da violenta reação na Internet em relação ao tema:

Há sempre muitos, demais, nas redes sociais, dispostos a despejar suas vísceras em praça pública. No Facebook, desde que a suspeita foi divulgada, comprovou-se que uma das palavras mais associadas ao ebola era "preto". "Ebola é

---

<sup>882</sup> AFRICANO com suspeita de ebola esperou por 4 horas até ser atendido. TV Globo (*Fantástico*), 12 out. 2014. Disponível em <http://glo.bo/16XxjeI>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>883</sup> PACIENTE que poderia ter Ebola deixa isolamento. *Bandeirantes*, 13 out. 2014. Disponível em <http://bit.ly/16XyhaR>. Acesso em 10 dez. 2014.

coisa de preto”, desmascarou-se um no Twitter. “Alguém me diz por que esses pretos da África têm que vir para o Brasil com essa desgraça de bactéria (sic) de ebola”, vomitou outro. “Graças ao ebola, agora eu tacho fogo em qualquer preto que passa aqui na frente”, defecou um terceiro. Acreditam falar, nem percebem que guincham.<sup>884</sup>

A reação violenta à suspeita pode ser explicada a partir de seus múltiplos marcadores culturais e sociais. A exposição da foto em toda a imprensa não deixa dúvidas: trata-se de um *africano* (pouco importa de qual nacionalidade), negro e portador de uma ameaça médica. A narrativa é comum aos brasileiros, em termos históricos: desde os discursos na Academia Imperial de Medicina e no Museu Nacional até os tratados eugenistas adaptados à realidade brasileira, os imigrantes *não brancos* e, sobretudo, os negros são uma ameaça ao futuro do Brasil, anunciavam os principais intelectuais da época, principalmente pela sua capacidade de “degenerar” a sociedade com raças “inferiores”.

A proposta de embranquecer o Brasil era, portanto, a única saída para que o desenvolvimento econômico, político e *espiritual* da nação tivesse lugar. Justamente no Paraná, um dos principais centros de recepção de imigrantes europeus durante os séculos XIX e XX, a “ameaça” do “preto africano” retorna. O imaginário popular acerca do tema pode não ser tão forte quanto em outros tempos, mas tem um lugar de acolhimento na consciência *nacional* cuidadosamente construída durante mais de 200 anos de imigração no Brasil. Trata-se de um projeto coletivo que não pode ser abandonado apenas pela força de vontade.

O preconceito também é ampliado em parte pela falta de conhecimento sobre a doença, que aumenta o pânico da população e até mesmo dos agentes públicos encarregados de receber os estrangeiros no Brasil, como registrou o jornal *O Globo* em sua edição de 9 de setembro de 2014.<sup>885</sup> Segundo este diário carioca, agentes da Polícia Federal estariam barrando a entrada de africanos por medo do ebola, posição confirmada por agentes ouvidos pela reportagem e pelo próprio então presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Acre, que reclama que os policiais não receberam treinamento para o caso de alguém aparecer com os sintomas. O próprio governador do Acre à época, um médico infectologista, declarou que era real o risco epidemiológico e que já havia alertado às autoridades federais sobre a necessidade de medidas adicionais aos estrangeiros que chegam de regiões que tiveram casos de ebola. O Ministério da Saúde, principal estrutura em termos de controle sanitário, rebateu

<sup>884</sup> BRUM, Eliane. O vírus letal da xenofobia. *El País*, 13 out. 2014. Disponível em <http://bit.ly/16XBKGq>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>885</sup> SANCHES, Mariana. Com medo do ebola, agentes da PF no Acre barram africanos que chegam em onda migratória. *O Globo*, 9 set. 2014. Disponível em <http://glo.bo/1Dhcb0K>. Acesso em 10 dez. 2014.

as acusações alegando que a quarentena – medida pedida pelos policiais – é ilegal, sendo a triagem feita nos aeroportos de saída a medida mais eficaz. Segundo o diário carioca, o representante do Ministério também vê preconceito contra os africanos e afirma que o governo estava preparado caso o vírus entre no país. A posição do Ministério da Saúde é a última informação da matéria sem qualquer destaque.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, ao relatar o caso, publica sem destaque, ao final da matéria, o número de imigrantes africanos no Brasil, que segundo a Polícia Federal “saltou” de 1.054 pessoas de 38 nacionalidades (em 2000) para 31.866 de 54 países do continente (em 2012). A maioria, completa o jornal, vem de países de língua portuguesa, como Angola e Cabo Verde, “sem casos registrados do surto”. Esta é a forma mais eficiente de o leitor brasileiro se informar sobre dados demográficos de estrangeiros de países pobres que ingressam no país: a partir de uma ameaça ou uma emergência. O entretítulo que anuncia os dados é intitulado “Avanço”, deixando a cargo dos leitores interpretarem: seria o “avanço” do número de imigrantes africanos ou, ainda, o potencial “avanço” do vírus ebola. O trecho da matéria em que são citados os dados demográficos dos africanos no Brasil é encerrado com o número total de pessoas contaminadas e mortas pelo vírus, dados alarmantes que se conectam aos “africanos” – genericamente, sem nacionalidade – no mesmo parágrafo.<sup>886</sup>

Em meio aos desencontros entre o próprio poder público, os relatos de discriminação são “comuns”, diz o diário carioca, e acabam por atingir todos os estrangeiros negros indiscriminadamente, venham eles ou não dessas regiões, embora a discriminação atinja mais os africanos em determinados momentos. “Por conta das notícias sobre o surto na África, quem chega de lá [no Acre] sente na pele a dificuldade de socialização. Em Brasileia, grupos de africanos se isolam na praça central. São poucos os brasileiros que se aproximam. Segundo os senegaleses que ontem estavam por ali, o medo do preconceito é tamanho que eles não saem para pedir comida como fazem os haitianos”, escreve *O Globo*.

A reportagem, repercutida em outros meios, serviu mais uma vez para deixar parte da população em alerta, em meio ao preconceito enraizado contra os africanos. O ebola pareceu preocupar a imprensa apenas quando o vírus ameaçou o território brasileiro, os EUA e a Europa, com o número de matérias avançando em uma velocidade diferente da do número de mortes global. O mais recente surto de ebola foi detectado em março de 2014 – o primeiro

---

<sup>886</sup> PF NEGA que Acre esteja barrando africanos por medo do Ebola. *O Estado de S. Paulo*, 10 set. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1ETNJ30>. Acesso em 10 jan. 2015.



data de 1976 – e passou a crescer substancialmente a partir de agosto. Este crescimento foi acompanhado por três dos principais jornais brasileiros – *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, que mencionaram o termo em agosto em 73, 94 e 104 páginas respectivamente. O interesse pelo tema cai sensivelmente no mês seguinte, apesar de setembro presenciar um dos maiores aumentos do número de casos e de mortes – são publicadas 39 páginas n'*O Globo* (34 a menos), 69 no *Estado* (25 a menos) e 36 na *Folha* (a maior queda, 68 a menos). Este número só não foi menor porque no final de setembro foi confirmado o primeiro caso nos Estados Unidos, ampliando sensivelmente a cobertura da imprensa. Essa cobertura foi ainda maior quando o primeiro caso foi diagnosticado na Espanha<sup>887</sup>, na primeira semana de outubro, surgindo poucos dias depois o caso suspeito (não confirmado) no Brasil. É dessa forma que são publicadas 124 páginas n'*O Globo* citando o termo, 132 no *Estado* e 111 na *Folha*.

Enquanto o surto de ebola atingia níveis sem precedentes, e passado o “susto” promovido pela imprensa brasileira acerca do caso suspeito mencionado acima, o tema caiu no esquecimento. Enquanto eram apenas africanos morrendo – de fato, não foram registrados novos casos fora do continente africano, sendo a esmagadora maioria na África Ocidental –, a imprensa decidiu que não valia mais a pena dar o mesmo destaque para a questão. Dessa forma, o número de matérias cai nos meses de novembro e dezembro para 58 páginas n'*O Globo*, 96 n'*O Estado de S. Paulo* e 86 na *Folha de S. Paulo*. Em todos os três casos, durante dois dos meses de maior incidência do vírus ebola – novembro e dezembro de 2014 –, o número de matérias foi menor do que um único mês em que casos suspeitos ou confirmados e adequadamente controlados chegaram ao Brasil, Estados Unidos e Espanha. O mês de janeiro confirma esta redução drástica na cobertura do tema. É importante frisar que, enquanto o Brasil teve apenas um caso suspeito (não confirmado posteriormente), o número de mortes já passava de 9 mil no início de fevereiro de 2015, tendo infectado mais de 23 mil pessoas.

Três outros episódios envolvendo estrangeiros, entre 2013 e 2015, chamaram a atenção de boa parte da imprensa e tiveram ampla repercussão nas redes sociais. No primeiro, em agosto de 2013, médicos cubanos que haviam chegado pelo aeroporto de Fortaleza para trabalhar em um programa de cooperação internacional promovido pelo governo federal foram recepcionados por um protesto do Sindicato dos Médicos do Ceará. Os profissionais

---

<sup>887</sup> GRAÇA, Eduardo. Caso de Ebola na Espanha aumenta temor até nos Estados Unidos. RFI, 7 out. 2014. Disponível em <http://rfi.my/1Dhu8fQ>. Acesso em 13 out. 2014.

foram chamados de “escravos” pelos manifestantes, com a *Folha de S. Paulo* de 27 de agosto repercutindo a fala do Ministério da Saúde e de outras entidades de saúde locais, que classificaram os atos como “intolerância, racismo e xenofobia”.

Um dos representantes do governo afirmou que o protesto “foi um ato de truculência, violência, agressividade, xenofobia, preconceito e racismo”, acrescentando: “Fomos um país de origem colonial e vivemos durante 400 anos uma sociedade escravocrata. Entendemos que o preconceito e o racismo de alguns é porque ainda eles têm saudade da casa grande e da senzala”. Outras agressões foram dirigidas aos cubanos, segundo representantes de entidades que deram apoio os médicos, entre as quais “incompetentes” e “voltem pra senzala”.<sup>888</sup> Nas redes sociais, um dos ataques de maior repercussão envolveu uma jornalista potiguar que questionou se as médicas cubanas seriam efetivamente médicas já que tinham “cara de empregada doméstica”. A jornalista acrescenta: “Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência”.<sup>889</sup>

Um outro episódio ocorreu durante a Copa do Mundo realizada no Brasil, em julho 2014. Após uma dura entrada do jogador colombiano Camilo Zuñiga no atacante e principal estrela brasileira Neymar, provocando uma lesão que tiraria este último da competição, as redes sociais foram inundadas por um clima de histeria que tomou ares de nacionalismo exacerbado e, novamente, racismo explícito. Quem resume é o colunista esportivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, Antero Greco, na edição de 6 de julho: “Zuñiga, até anteontem conhecido apenas por aqueles que acompanham o futebol internacional, se transformou na reencarnação do capeta, um serial killer, um Jack, o Estripador, um assassino sanguinário, um delinquente desalmado. Isso para ficar nas qualificações mais amenas. Fora as qualificações racistas de praxe. Pediu-se até prisão, fora sugestões de esquarteramento, eletrocução, enforcamento. Os mais piedosos se contentavam com espancamento. Por pouco, não se declarou guerra à Colômbia, a ser invadida pela Amazônia”.<sup>890</sup>

Nas redes sociais, ressurgiram os estereótipos enraizados na cultura brasileira acerca dos negros. Apesar de “macaco” ser termo o mais comum, “escravo”, discriminação de gênero e classificações homofóbicas também podiam ser amplamente encontradas, com igual

---

<sup>888</sup> TALENTO, Aguirre. Ministério da Saúde chama de 'xenofobia' protesto contra médicos no CE. *Folha de S. Paulo*, 27 ago. 2013. Disponível em <http://folha.com/no1332669>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>889</sup> CARVALHO, Igor. Jornalista causa revolta ao afirmar que médicas de Cuba “têm cara de empregada doméstica”. *Revista Fórum*, 27 ago. 2013. Disponível em <http://bit.ly/1J1qo5t>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>890</sup> GRECO, Antero. Ideias de jerico. *O Estado de S. Paulo*, 6 jul. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1J1H4tP>. Acesso em 30 jan. 2015.

ou maior reação contrária por parte dos usuários. A imprensa reagiu aos insultos racistas em tom de denúncia, lembrando que antes da referida partida uma campanha contra o racismo foi exibida pelos capitães das duas equipes, com a mensagem “Diga não ao racismo”.<sup>891</sup> Observa-se, no entanto, que as reações racistas e antirracistas ganharam, desde o início da década de 2010, uma velocidade até então desconhecida com a popularização da Internet, que agora passa a estar à disposição de um número muito maior de pessoas após o advento dos telefones multifuncionais, os *smartphones*. Este é um fenômeno no qual não poderíamos abordar aqui, dada a limitação de nosso objeto, mas que certamente merece atenção por parte dos pesquisadores deste campo de conhecimento.

Em 2015, no terceiro e último episódio aqui relatado, um atentado terrorista na França teve grande repercussão no Brasil. Logo no início do ano, no dia 7 de janeiro, dois homens fortemente armados invadiram a sede da publicação satírica *Charlie Hebdo*, em Paris, e mataram 12 pessoas. As sátiras da *Charlie* eram dirigidas a um grande número de autoridades políticas e religiosas, entre as quais se incluía o profeta Maomé. Em uma das charges publicadas na capa de uma das edições, o profeta muçulmano aparece nu, de quatro, com as nádegas viradas pra cima tampadas apenas por uma estrela, com os dizeres: “Maomé: nasce uma estrela!”. Outras religiões também eram alvo dos cartunistas. Segundo testemunhas do ataque, os terroristas gritaram “vingamos o profeta”.<sup>892</sup>

Ao ato terrorista promovido pelos dois homens, com aparente ligação (mesmo que indireta) a grupos terroristas de fundo religioso, se seguiram manifestações distintas em todo o mundo. A esmagadora maioria dos grupos muçulmanos não só condenaram os ataques como lembraram que a maior parte das vítimas dos fundamentalistas islâmicos são igualmente muçulmanos, uma fala reforçada pelo próprio presidente francês à época.<sup>893</sup> Isso não impediu que ganhasse força o fenômeno da islamofobia, que há algum tempo tem suscitado debates em muitos países pelo mundo, principalmente no continente europeu e nos EUA. E chegou ao Brasil. Uma jornalista do jornal *Folha de S. Paulo* registrou, uma semana depois, pelo menos quatro ataques contra muçulmanos em diferentes cidades do país, com o ódio ao Islã contaminando as redes sociais. “Jogaram pedra na Sarah. Cuspiram na Ana Paula. Ameaçaram

---

<sup>891</sup> TORCEDORES usam xingamentos racistas para criticar Zúñiga. Extra, 05 jul. 2014. Disponível em <http://glo.bo/1J1K89i>. Acesso em 30 jan. 2015; COLOMBIANO que lesionou Neymar sofre insultos racistas de brasileiros. UOL, 4 jul. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1J1N71m>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>892</sup> PERGUNTAS e respostas sobre a sequência de atentados na França. G1, 8 jan. 2015. Disponível em <http://glo.bo/1Dh0HdJ>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>893</sup> HOLLANDE: ‘Muçulmanos são as primeiras vítimas do fanatismo’. O Globo, 15 jan. 2015. Disponível em <http://glo.bo/1Dh24Js>. Acesso em 30 jan. 2015.

matar Luara. Para essas três muçulmanas, o mito do Brasil plural e tolerante foi por véu abaixo nos últimos dias. Após o ataque ao 'Charlie Hebdo', atos anti-Islã ricochetearam pelo planeta feito bilhar. Por aqui, a islamofobia subiu pelas paredes”, descreve a jornalista.<sup>894</sup>

## 8.22 Novas narrativas: os imigrantes por eles mesmos

Reportagens da década de 2010, apesar de carregar por vezes velhos estigmas, costumam por vezes abordar o tema da imigração de modo inovador, sobretudo se comparadas aos demais períodos aqui analisados. É o caso, por exemplo, de uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo* de 23 de janeiro de 2015<sup>895</sup>, que além de ser publicada na edição impressa contou com uma edição multimídia no site do jornal e um vídeo especial. A cidade de São Paulo é um importante centro receptor de imigrantes, informa a matéria, com a prefeitura local estimando em 600 mil o total pessoas deste segmento. Apesar desta realidade não ser nova, apenas em 2014 os governos estadual e municipal abriram, com apoio do governo federal, centros de apoio aos imigrantes.

Além de ouvir os respectivos representantes governamentais, a matéria foca sobretudo no relato dos próprios imigrantes, o que contribui para a humanização dos estrangeiros – incluindo seus conflitos intra e interétnicos, seus anseios e visões de mundo. Enquanto um boliviano critica o estigma do grupo de “trabalhador escravo”, um senegalês pede igualdade de tratamento entre os próprios imigrantes, questionando tanto o tratamento dado aos haitianos quanto a falta de solidariedade entre os africanos. Um burquinense e uma peruana registram São Paulo como uma cidade de muito trabalho, enquanto os haitianos se assustam com os jovens na rua usando drogas. O boliviano ouvido pela matéria, uma liderança entre seus pares, acrescenta: espera que os novos imigrantes não integrem-se “de modo semelhante ao que aconteceu com os europeus”, já que “os filhos esqueceram que os pais foram imigrantes, e às vezes nos tratam como bichos de outro planeta”.

Essas *micro-histórias* são uma forte evidência de que a imprensa do século XXI passa, pelo menos em parte, a refletir melhor as aspirações dos imigrantes sobre uma melhor

---

<sup>894</sup> BALLOUSSIER, Anna Virginia. Islamofobia à brasileira. *Folha de S. Paulo*, 15 jan. 2015. Disponível em <http://bit.ly/1Dh3V0N>. Acesso em 30 jan. 2015.

<sup>895</sup> PERRIN, Fernanda. Nova onda de imigração atrai para São Paulo latino-americanos e africanos. *Folha de S. Paulo*, 23 jan. 2015. Disponível em <http://bit.ly/19bMJgO>. Acesso em 30 jan. 2015.

representação, um cenário impensado nos mais de dois séculos aqui analisados. Se o imigrante era apenas um *objeto* para os primeiros textos, se posicionando apenas por meio de sua própria imprensa, a partir sobretudo da segunda metade do século XX ele passa a ser uma fonte primária para as primeiras matérias, porém quase sempre servindo apenas para reforçar um ponto de vista preestabelecido. Se isso ainda ocorre, e de fato ocorre, esses novos relatos e o próprio desenvolvimento da comunicação pela Internet facilitam uma integração do imigrante a partir de um discurso mais próximo do respeito às diferenças culturais.

A contextualização histórica, no entanto, é praticamente ausente do noticiário aqui analisado. Não há um esforço mínimo por parte da maior parte dos produtores de informação dos meios impressos em pensar a imigração para além dos chavões tradicionais – como a “hospitalidade brasileira” (mesmo que relativizada) ou o “país de imigrantes”. Um dos raros exemplos que encontramos de relativa contextualização é uma matéria de um periódico de Bento Gonçalves, município do Rio Grande do Sul. E, mesmo assim, cabe aqui antes destacar uma outra omissão histórica envolvendo este município. A região foi ocupada, na década de 1870, por imigrantes italianos – na Colônia Dona Isabel, uma homenagem à princesa Isabel – após violenta remoção pelo governo brasileiro dos indígenas que ali habitavam. A maior parte das menções aos indígenas na região, presentes em muitas áreas do Rio Grande do Sul quando os primeiros colonos europeus chegaram, simplesmente ignora a presença destes povos ou, em alguns casos, não explica como os indígenas deixaram de habitar estas regiões assim que chegaram os primeiros colonos.

A pesquisadora Manuela Carneiro da Cunha classifica esta prática como uma construção de “vazios territoriais” ou “vazios demográficos”, ou seja, “a associação de práticas somadas: a eliminação física e étnica, e sua eliminação como sujeitos históricos”.<sup>896</sup> Na página da Prefeitura de Bento Gonçalves na Internet, por exemplo, a presença dos indígenas – muitas vezes apresentados equivocadamente como tendo deixado a região pacificamente – sequer é citada na seção sobre a história do município, que tem início com a chegada dos imigrantes italianos.<sup>897</sup> Uma outra reportagem de um programa popular de televisão sobre a cidade faz parecer ainda mais enigmática essa transição: “A cidade tem uma

---

<sup>896</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992 apud DORNELLES, Soraia Sales. De Coroados a Kainggang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p.101. Disponível em <http://bit.ly/1JiAizQ>. Acesso em 27 jan. 2015.

<sup>897</sup> PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES. História do Município de Bento Gonçalves. Sem data. Disponível em <http://bit.ly/1JiAoYj>. Acesso em 27 jan. 2015.

forte influência da cultura italiana. Bento Gonçalves costumava ser um território habitado por índios caigangues, mas no fim do século XIX o município começou a ser povoado por imigrantes provindos da Itália”.<sup>898</sup>

Colocado este necessário contexto, o jornal de Bento Gonçalves *Semanário* publicou, em sua edição de 24 de janeiro de 2015, uma matéria cujo título sugere a preocupação em enfatizar a historicidade do fenômeno migratório: “Uma história que se repete”. Na chamada, o jornal acrescenta: “Haitianos relatam dificuldades enfrentadas para alcançar os mesmos sonhos dos europeus que chegaram à região há 140 anos”.<sup>899</sup> A matéria igualmente ignora a presença indígena anterior à chegada dos colonos europeus, mas não necessariamente caberia citar tal contexto, neste caso, já que a comparação proposta era entre dois grupos de imigrantes. Dito isto, o texto chama a atenção pela ênfase historicista que se sobressai em relação a grande parte da imprensa brasileira.

Assim inicia a matéria: “No século XIX, imigrantes europeus (principalmente italianos) chegaram à região, fugindo da fome e da miséria que assolavam seu país de origem. Deixaram para trás familiares e amigos, em busca do sonho de construir uma vida melhor no Brasil”. E acrescenta: “Hoje, 140 anos depois, a história se repete e os bento-gonçalvenses veem um novo processo migratório mudar o cenário onde vivem, com a chegada de haitianos e senegaleses no município. Assim como os europeus, eles têm enfrentado diversas dificuldades para alcançar o mesmo sonho daqueles colonos: prosperar no novo país”. À época da matéria, em janeiro de 2015, eram 1.300 haitianos concentrados em três bairros de Bento Gonçalves.

Além dos desafios impostos pelos salários relativamente baixos frente aos custos de moradia e transporte, aliviados pela ação do poder público municipal e da pastoral católica, o jornal registra o preconceito e racismo “diário”, como a recusa de uma creche municipal de aceitar uma criança haitiana por ela não falar português. Outra dificuldade, que não impede por exemplo muitos dos imigrantes europeus de trabalhar, é o fato de o Ministério da Educação – estrutura do governo federal – não reconhecer o diploma dos haitianos, diz a matéria. Com isso, muitos haitianos com diplomas acadêmicos têm de trabalhar em empregos cuja exigência é muito inferior ao conhecimento que possuem.

---

<sup>898</sup> Conhece a Terra do Vinho? Saiba mais sobre Bento Gonçalves! TV Globo (Domingão do Faustão), 8 abr. 2013. Disponível em <http://glo.bo/1JiCwzd>. Acesso em 27 jan. 2015.

<sup>899</sup> DALMAS, Silvia. Imigração – Uma história que se repete. *Semanário*, 24 jan. 2015. Disponível em <http://on.fb.me/1JiERu1>. Acesso em 27 jan. 2015. Agradecimento especial ao grupo “Novos Imigrantes em Caxias”, que disponibilizou o original desta matéria.

Uma das entrevistadas pelo *Semanário* sofre diretamente com a desorganização do Estado brasileiro: formada em gastronomia, a mulher não consegue procurar emprego por não ter com quem deixar a filha e, ao mesmo tempo, não consegue matriculá-la em uma creche por estar desempregada. A exclusão reforça a exclusão continuamente, ampliando a desigualdade que recai sobre os imigrantes. A reivindicação dos imigrantes ganha destaque na matéria do periódico bento-gonçalvense. O grupo de apoio aos imigrantes “Novos Imigrantes em Caxias”, da vizinha Caxias do Sul, questiona: “Por que a valorização dos imigrantes italianos aqui chegados há mais de um século e a desvalorização dos novos imigrantes? A busca por trabalho e moradia não é a mesma?”<sup>900</sup>

### **8.23 Entre uma terra sem lei (para estrangeiros) e uma imprensa indiferente**

Em relação aos últimos anos de nosso objeto, principalmente a partir da década de 2010, a maior parte das instituições da sociedade brasileira – incluindo a imprensa, o governo, a sociedade civil e os especialistas no tema – passaram a concordar que a legislação brasileira voltada aos estrangeiros é obsoleta, quando não retrógrada para os tempos atuais, com o Estatuto do Estrangeiro em vigor (Lei 6.815/80) sendo apontado como um “florão da velha ideologia da segurança nacional”, restringindo os direitos dos estrangeiros e reservando sua permanência no Brasil à “completa discricionariedade do Estado”.<sup>901</sup> Como vimos, mesmo parte da imprensa mais conservadora sobre o tema começa a admitir que a pauta dos direitos humanos precisa valer também para os imigrantes, incluindo os refugiados, ainda que essa observação venha acompanhada em alguns casos da ênfase na necessidade de “controle” e até mesmo da sugestão de forte restrição à entrada de novas levas de imigrantes pobres – em relação aos demais, em geral europeus, o silêncio é a regra.

O Estado brasileiro timidamente avança em relação ao tema. Se comparado com os demais períodos históricos, o regime democrático inaugurado pela Constituição Federal de 1988 é sem dúvida o mais progressista em termos de políticas migratórias. Classificando a norma jurídica voltada aos imigrantes como “entulho autoritário”, o Ministério da Justiça, por

---

<sup>900</sup> NOVOS IMIGRANTES EM CAXIAS. Sem título. 26 jan. 2014. Disponível em <http://on.fb.me/1DgVmTR>. Acesso em 27 jan. 2015.

<sup>901</sup> MORAIS, Jose Luis Bolzan; PIRES JR., Paulo Abrão; GRANJA, João Guilherme de Lima; VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Lei de migrações propõe acabar com legado da ditadura sobre o tema. Revista Consultor Jurídico, 4 set. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1FJMAeq>. Acesso em 25 jan. 2015.

meio da Portaria 2.162/2013, criou uma Comissão de Especialistas com a finalidade de apresentar uma proposta de Lei de Migrações.<sup>902</sup> “Não se trata, portanto, de reformar ou adaptar o Estatuto do Estrangeiro. O objetivo foi eliminar da ordem jurídica pátria o nefasto legado da ditadura militar nesta área”, afirma parte da equipe responsável pela iniciativa.<sup>903</sup>

Um dos objetivos do setor do governo federal responsável, em 2013 e 2014, por esta proposta (incluindo acadêmicos e juristas) é – seguindo a observação geral de Sayad – abandonar o conceito de “estrangeiro”. Segundo observam os especialistas, ecoando as premissas de Simmel, o “*estrangeiro* (do latim *extraneus*, com sentido comum de alheio, esquivo, estranho ou impróprio)” carrega não apenas uma conotação pejorativa em nossa cultura, mas é também “juridicamente consagrado na lei vigente como um sujeito de segunda classe, privado, sem justificação plausível num regime democrático, de parcela significativa dos direitos atribuídos aos nacionais”.<sup>904</sup>

Entre 25 de julho de 2013 e 30 de maio de 2014, a Comissão se reuniu com representantes de órgãos do governo e de instituições internacionais, parlamentares, especialistas e acadêmicos convidados, promovendo duas audiências públicas, tendo seus membros participado individualmente de numerosas reuniões e atividades relativas aos direitos dos migrantes e à legislação migratória, em diversas cidades do Brasil, informaram membros da Comissão. Seguiram a essas iniciativas outras consultas, incluindo uma inédita Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar)<sup>905</sup>, a primeira da História do Brasil neste formato.

A Comigrar teve uma cobertura pífia da imprensa brasileira, com nenhuma matéria de destaque e breves citações a partir de temas específicos, como a questão dos haitianos. O jornal *Folha de S. Paulo*, que conforme vimos havia repercutido de forma enfática a suposta disputa política entre os partidos políticos neste tema – assim como fez *O Estado de S. Paulo* –, se limita a registrar sem qualquer destaque a assinatura, durante a Conferência, de um plano

---

<sup>902</sup> BRASIL (Ministério da Justiça). Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Comissão de Especialista (criada pelo Ministério da Justiça pela Portaria nº 2.162/2013), Brasília, 31 de julho de 2014. Disponível em [http://midiacidade.org/img/estrangeiros\\_brasil\\_anteprojeto\\_v-final-1.pdf](http://midiacidade.org/img/estrangeiros_brasil_anteprojeto_v-final-1.pdf). Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>903</sup> MORAIS, Jose Luis Bolzan; PIRES JR., Paulo Abrão; GRANJA, João Guilherme de Lima; VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Lei de migrações propõe acabar com legado da ditadura sobre o tema. *Revista Consultor Jurídico*, 4 set. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1FJMAeq>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>904</sup> Id.

<sup>905</sup> Ver COMIGRAR. Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio. Disponível em <http://www.participa.br/comigrar>. Acesso em 25 jan. 2015.



de apoio conjunto aos imigrantes envolvendo as três esferas do Poder Executivo.<sup>906</sup> O jornal diário anuncia a parceria entre a Prefeitura, o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Justiça, ignorando que a medida também contou com a participação do governo do Acre, acusado anteriormente de negligência ao facilitar o transporte de imigrantes para São Paulo. O jornal ignora também a fala do então secretário Nacional de Justiça do Ministério, Paulo Abrão, que declarou à imprensa: “As pessoas têm o direito humano de migrar. E têm o direito de serem protegidas, independentemente de onde elas estejam”.<sup>907</sup>

O jornal *O Estado de S. Paulo*, que como vimos anteriormente havia se posicionado em editorial a favor do governo paulista, vai ainda mais longe: enfatiza apenas uma medida da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, vinculada ao governo estadual, sugerindo que este estava à frente da política nacional: “Eloisa [Arruda, secretária estadual] ainda afirmou que pretende criar, juntamente com o Ministério da Justiça, uma nova política nacional, que organiza o fluxo de imigrantes pelo País”. O diário acrescenta que a intenção do governador de São Paulo, na verdade, seria “dividir esse fluxo com outros Estados, evitando que São Paulo seja o único destino final dos imigrantes”. O jornal sequer cita a Conferência.<sup>908</sup> O evento, que teve início no dia 30 de maio, terminou no dia 1º de junho sem qualquer menção por parte dos dois principais jornais de São Paulo.

Das 82 menções à expressão “imigrantes” no jornal *O Estado de S. Paulo* em junho de 2014, por exemplo, mais de 50% não têm qualquer relação com o tema, fazendo referência a lugares que têm o termo “imigrantes” no nome, como a Rodovia dos Imigrantes e o Centro de Exposições Imigrantes, ambos em São Paulo. Outras citam os imigrantes na seção *Internacional*, em matérias sobre outros países, enquanto uma outra parte significativa das matérias cita os imigrantes no contexto da Copa do Mundo, como os cerca de 200 croatas e descendentes que se reuniram para ver os jogos de sua seleção<sup>909</sup>, uma contribuição dos imigrantes italianos à culinária no Brasil<sup>910</sup>, a presença da imigração no cotidiano da cidade de São Paulo e suas “referências a todos os 31 países que estão no Brasil para a disputa do

---

<sup>906</sup> MARQUES, José. Governos terão plano de apoio a imigrantes. Folha de S. Paulo, 31 mai. 2014. Disponível em <http://bit.ly/SnsELA>. Acesso em 21 dez. 2014.

<sup>907</sup> A fala de Abrão foi compartilhada com a imprensa pelas assessorias tanto do governo federal quanto das Nações Unidas e publicada. Ver COMIGRAR. Plano para migrantes é anunciado durante abertura da Comigrar. 2 jun. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1JhDNXt>. Acesso em 21 dez. 2014.

<sup>908</sup> CAPITAL terá centro de acolhida de imigrantes e refugiados a partir de agosto. O Estado de S. Paulo, 31 mai. 2014.

<sup>909</sup> VEIGA, Edison. Em clube croata, os corações se dividem. O Estado de S. Paulo, 13 jun. 2014.

<sup>910</sup> SANO, Flora Pinotti. A nossa é copa. O Estado de S. Paulo, 12 jun. 2014.

Mundial”<sup>911</sup> e uma outra, positiva, que divulga os resultados da “Copa dos Refugiados”, torneio em São Paulo que “uniu pessoas de nacionalidade e crenças diferentes, mas com o mesmo drama de não poderem mais viver em sua terra natal”.<sup>912</sup>

Uma das poucas matérias de maior destaque que cita os imigrantes no jornal *O Estado de S. Paulo*, neste mês, sugere um aumento na participação dos estrangeiros nas ocupações promovidos pelos movimentos dos sem-teto na capital paulista. O título afirma que “estrangeiros já são 2 mil em ocupações e *engrossam* atos às vésperas da Copa” (grifo nosso), enquanto a chamada completa: “Imigrantes de Serra Leoa, Camarões e Haiti participam de manifestações na esperança de adquirir casa própria; no centro da capital, 50 prédios abrigam mais de 20 mil sem-teto. Homossexuais, travestis e idosos moram em andares inteiros dos edifícios”.<sup>913</sup>. O diário paulistano sugere ainda que os imigrantes de Serra Leoa que “participaram dos conflitos armados em seu país” estão “escalados na linha de frente dos protestos de sem-teto marcados para acontecer na cidade a partir de terça-feira”.

O diário, no entanto, não diz de que forma eles teriam participado dos conflitos – pelo contrário, o próprio texto informa serem refugiados e, portanto, vítimas dos conflitos – e nem porque acredita que eles foram “escalados na linha de frente” dos protestos – mais uma vez, pela própria matéria aparentemente apenas participam dos protestos, assim como os demais que reivindicam o seu direito à moradia. O texto incita, dessa forma, o leitor a pensar que os imigrantes de Serra Leoa estariam trazendo sua experiência de um conflito armado para os protestos em São Paulo, apesar de as fontes do próprio jornal reivindicarem tão somente a legalidade: citam o artigo 6º da Constituição Federal, que assegura moradia a todos os cidadãos do país, incluindo os estrangeiros. Em outro trecho, os imigrantes africanos que buscam dignidade no que diz respeito à moradia são citados da seguinte forma: “Africanos que *perambularam* nos últimos anos em favelas da zona leste encontraram refúgio nos prédios invadidos do centro” (grifo nosso).

Observamos, a partir deste e de outros exemplos já mencionados, que parte da imprensa brasileira se pauta pela crítica oportunista dos problemas relacionados aos imigrantes, explorando disputas políticas entre as diferentes esferas e instituições do poder público, e pelo silêncio e omissão quando estes mesmos poderes públicos e organizações da

---

<sup>911</sup> VEIGA, Edison. Volta ao mundo sem sair de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, 14 jun. 2014.

<sup>912</sup> AFFONSO, Julia. Além da Fifa – Haiti bate o Congo na Copa dos Refugiados. *O Estado de S. Paulo*, 30 jun. 2014.

<sup>913</sup> ZANCHETTA, Diego. Estrangeiros já são 2 mil em ocupações e engrossam atos às vésperas da Copa. *O Estado de S. Paulo*, 8 jun. 2014.

sociedade civil tratam de propor soluções práticas para as diferentes questões relacionadas. As denúncias de violações de direitos humanos são sobretudo interessadas: são úteis sempre que um determinado grupo político puder se tornar um alvo de críticas por parte da opinião pública.

Pouco antes da mencionada conferência sobre imigração e refúgio, no dia 4 de maio – quando já havia informação disponível sobre o encontro para a imprensa – um articulista aborda também neste jornal o tema da imigração, argumentando que o Brasil não estava preparado para absorver “excedentes populacionais” e classificando a política imigratória do final do regime monárquico até os primeiros anos posteriores ao fim da 2ª Guerra Mundial genericamente de “bem organizada”.<sup>914</sup> Sem citar detalhes – poderíamos sugerir, mais uma vez, as políticas eugenistas da República Velha e do Estado Novo, com fortes restrições às então denominadas “raças inferiores” –, este articulista conclui que o Brasil tem “uma história de recebimento organizado e racional de imigrantes estrangeiros que começou com a preparação da abolição da escravatura”.

Em relação à proposta da nova Lei de Migrações, a cobertura da imprensa também é tímida, principalmente no que se refere ao nosso objeto de estudo, a mídia impressa. Apesar disso, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou em sua edição de 30 de agosto de 2014 uma das únicas matérias encontradas neste tipo de meio que se dispõe a falar apenas da nova proposta.<sup>915</sup> A matéria, de tamanho relativamente grande, ouve não só uma especialista da referida Comissão como também um imigrante que conta sobre sua dificuldade de se regularizar no país. A matéria denuncia também a longa espera pelo registro (até um ano) e os enormes custos envolvidos (pelo menos R\$ 1.200). Além disso, informa o jornal, o protocolo do governo que atesta o pedido de regularização é tão precário que muitas vezes sequer é reconhecido por parte da sociedade brasileira, como agentes de segurança ou gerentes bancários. A matéria da *Folha* detalha as inovações do anteprojeto de lei e informa os dados estatísticos dos imigrantes no Brasil: 1,08 milhão segundo a Polícia Federal, a maioria portugueses, bolivianos e japoneses. O diário paulistano cita a ONU para informar que são 232 milhões de migrantes em todo o mundo, sendo 51 milhões as pessoas forçadas a deixar seus lares.

---

<sup>914</sup> MARTINS, José de Souza. Sem lenço, sem documento. O Estado de S. Paulo, 4 mai. 2014.

<sup>915</sup> FARIAS, Adriana; MOTTA, Severino. Revisão da lei do estrangeiro será baseada nos direitos humanos. Folha de S. Paulo, 30 ago. 2014. Disponível em <http://bit.ly/178KA45>. Acesso em 10 dez. 2014.

No capítulo seguinte, faremos breves conclusões sobre o trabalho, buscando vincular dentro do possível a trajetória histórica dos temas aqui abordados e as potencialidades de *reescrita* do imigrante no contexto da sociedade brasileira.

## 9 CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho – avaliar o discurso e a construção da identidade imigrante por meio da mídia impressa em pouco mais de dois séculos de História – foi certamente um risco. Como identificar, em meio a milhões de documentos da imprensa, o “papel” do imigrante? Ou seja, seu papel na sociedade, bem como o papel da imprensa na sua construção enquanto sujeito social.

Infelizmente, a tarefa não é tão árdua quanto parecia, a princípio. Racista, autoritária e guiada por profundos interesses econômicos, grande parte da elite brasileira fez da imprensa um de seus principais instrumentos para a realização de seu projeto nacional, de caráter fortemente assimilacionista e seletivamente xenófobo. Os imigrantes não são seres humanos, mas “braços”. Não migram, são “importados”.<sup>916</sup> Devem ser parte de uma “multidão trabalhadora”, mas nunca os “perturbadores da ordem”. Devem ser “morigerados” e “industriosos” mas, se reivindicam direitos, são classificados como “agitadores” e “anarquistas”. Devem ser “assimiláveis”, sob o risco de suas comunidades se tornarem indesejáveis “quistos étnicos”. O imigrante é um bode expiatório muito bem-vindo no Brasil, principalmente se age sobre ele, ainda mais além, o corte de classe.

Mesmo na maior parte dos relatos históricos da imprensa contemporânea, o imigrante “branco” e europeu – apesar de sua complexa condição descrita ao longo de todo este trabalho – é lembrado apenas por suas melhores realizações: o italiano dono de indústrias, o tradicional português plenamente adaptado, o japonês brasileiro e bem-sucedido etc. Quase que completamente relegados ao esquecimento por parte da imprensa estão todos os casos conflituosos, como os conflitos trabalhistas e a xenofobia abertamente exposta nas páginas dos jornais e revistas.

A herança rural e escravocrata lembrada por Sérgio Buarque de Holanda deixou profundas marcas no Brasil e, inclusive, no imigrante. Aqui, a cultura de direitos custou a fincar suas raízes e, ainda hoje, os imigrantes sentem o peso tanto do Brasil Colônia quanto do capitalismo liberal: os negros e pobres – e quase todos os imigrantes negros são pobres – se tornam “refugiados”, sem que para isso seja necessária a formalidade do direito internacional. Já os imigrantes brancos e ricos – e quase todos os ricos são brancos – são “estrangeiros”,

---

<sup>916</sup> Um anúncio no *Correio Paulistano* em 1897, relatado no quinto capítulo, fala na “aquisição de imigrantes japonezes”, linguagem frequentemente utilizada e que persistiu até meados do século XX.

carregando estigmas por vezes positivos como o do europeu civilizador e detentor de uma “cultura” superior. Neste modelo não existem tipos facilmente identificados. Não se trata de “fulanizar” esta dinâmica. Mas, ainda assim, é uma dura e recorrente realidade exposta, por exemplo, na abordagem da mídia impressa dispensada aos haitianos e “africanos” – guineenses, senegaleses, nigerianos, ganenses etc. – que têm chegado ao Brasil em maior número desde 2010.

A descolonização da sociedade brasileira ainda não encontrou na imprensa – especificamente no que diz respeito a nossa temática – uma aliada. Assim, passamos do domínio português (colonial e econômico) e britânico (econômico) para o francês (sobretudo cultural) e, posteriormente, estadunidense (político, econômico, cultural). Os exemplos de boas políticas imigratórias vem quase sempre do *Outro* externo: os EUA, a Inglaterra, a França, a Argentina. Não se sabe se por falta de ideais ou por comodismo político – neste caso, o exemplo externo servindo como um alibi para uma posição desejável –, o fato é que um “bom” argumento exposto nos jornais está frequentemente acompanhado de uma posição tida como “superior”: europeia, branca e cristã. Mesmo que, em muitos casos, fosse ela apresentada como *nacional*. Esta posição superior é autoevidente, como nos lembrou um editorial mencionado no capítulo anterior: “Se era para tratar esses seres humanos [imigrantes em São Paulo] como animais, seria melhor tê-los impedido de entrar no Brasil – como, aliás, faz todo país cujo governo é *prudente* o bastante para medir as *consequências de um fluxo migratório*” (grifo nosso).<sup>917</sup>

As diversas teorias sobre temas como etnia, raça e identidade nacional e estrangeira não deveriam, ao nosso ver, excluir dinâmicas próprias de cada país, região ou momento histórico. Metodologias deste tipo foram, afinal, algumas das responsáveis por subsidiar as políticas imigratórias mais racistas de nossa História. A mesma busca promovida pelas elites portuguesas e brasileiras em exemplos internacionais de políticas imigratórias – como ocorreu na imprensa durante todo o período avaliado – não pode ser o parâmetro metodológico para a própria pesquisa contemporânea. Independente de suas prerrogativas mais ou menos humanistas, nos parece inadequada a tentativa de explicar o cenário identitário e sociológico brasileiro a partir de teses e ideias construídas em outros contextos. Mal comparando com as teses eugenistas brasileiras dos dois últimos séculos, arriscaríamos classificar a prática como

---

<sup>917</sup> UMA SITUAÇÃO vergonhosa. O Estado de S. Paulo, 26 ago. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1D66u5L>. Acesso em 1 fev. 2015.

uma espécie de racismo – um *racismo metodológico*.

Conforme destacou Sérgio Buarque de Holanda, a campanha republicana brasileira oitocentista, que percorreria um longo caminho até 1889, acreditou que introduziria um regime moderno, *civilizado*, um sistema que estaria mais de acordo com suas aspirações *nacionais*. Na realidade, observa este autor, “foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque *'se envergonhava'* de si mesmo, de sua realidade *biológica*” (grifos do autor). Aqueles que lutaram por uma vida nova, conclui Holanda, “representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores a ideia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*” (grifo do autor).<sup>918</sup> Exatamente como no diálogo irônico em um dos jornais relacionados neste trabalho: “Nós que precisamos tanto de braços!”, seguido da resposta: “Parece-me que precisamos muito mais ainda de cabeças!”<sup>919</sup>

Mas eram, afinal, “braços” que parte da elite procurava. Talvez o melhor exemplo, entre todos os aqui descritos, tenha sido o de um editorial da *Revista Ilustrada*<sup>920</sup>, de 1888, ao argumentar a favor da então já sancionada abolição da escravidão. A publicação usa mais uma vez um exemplo externo – dos Estados Unidos, ou pelo menos o que se acreditava ser o exemplo – para argumentar que neste país da América do Norte os antigos escravocratas declaravam que “não sabiam como tinham feito tanta resistência à abolição”. Enquanto tinham escravos, diz o artigo, “viviam n'um inferno, com as vidas ameaçadas e empenhadas até os olhos”. Vieram os imigrantes, “alugaram-lhes as terras” e “fizeram-n'as render dez vezes mais” e, em pouco tempo, todos os ex-proprietários de escravos “reorganizaram suas fortunas”. O redator, então, conclui: “Se um colono não paga pontualmente a renda da terra, põe-n'o fora e vem outro. Negócio líquido e fácil, que não obriga a nenhuma despesa de administração. (...) No Brazil, dar-se-há o mesmo”.

Quando muito antes, ainda em 1844, o governo provincial do Rio de Janeiro anunciou um contrato de “importação” de 600 colonos que seriam empregados em obras públicas da província, enfatizando que só deveriam ser enviados ao Brasil colonos “úteis e de reconhecida moralidade”, o *Diário do Rio de Janeiro* argumentou que o aumento da oferta de trabalho promoveria a redução do salário dos trabalhadores nas obras públicas: “A introdução pois, em grande escala, de taes braços é de uma notável economia para os cofres provinciaes, e um

<sup>918</sup> HOLANDA, 1995:166.

<sup>919</sup> Revista Ilustrada, n.116, 1878. Disponível em <http://bit.ly/1wzEiXn>

<sup>920</sup> Revista Ilustrada, n.519, 1888. Disponível em <http://bit.ly/1K30kHC>

benefício real para a população”.<sup>921</sup> A “população”, destaca-se, são os brasileiros. Os estrangeiros não integram a “população”. Isso não precisa ser dito: é autoevidente. Assim tem sido visto o imigrante: provisoriamente um custo e permanentemente uma vantagem.<sup>922</sup>

Além disso, o trabalho do imigrante, sustenta Sayad, não é qualquer trabalho: o imigrante trabalhará (idealmente) no *mercado de trabalho do imigrante*, um local atribuído previamente. Ainda no Brasil do século XXI, conforme demonstrado no capítulo anterior, muitos haitianos com diplomas acadêmicos têm de trabalhar em empregos cuja exigência é muito inferior ao conhecimento que possuem, entre muitas outras barreiras impostas pela legislação em vigor e pelo racismo institucionalizado na sociedade brasileira. Uma edição do jornal *O Globo* anuncia, assim, as vantagens dessa dinâmica: o haitiano custaria “menos do que o chinês” e é enxergado por empresários como “uma oportunidade para reduzir seu custo de produção”.<sup>923</sup> O “refugiado” (o imigrante rebaixado) é marcado ora pela *emergência* (um custo externo, “social”), ora pela *oportunidade* (uma vantagem adquirível, “privada”). E, conforme lembrou Simmel, são as regulações societárias que determinarão o significado desse estrangeiro em um dado contexto, sobretudo “se alguém liga o estranho a sua atividade”.<sup>924</sup>

As teses primordialistas, discutidas brevemente no segundo capítulo, deixaram fortemente sua herança: os primordialistas julgavam identificar previamente os distintos grupos étnicos, atribuindo a cada um deles traços biológicos e/ou culturais específicos que eles “possuíam”. Não está claro se os traços étnicos distintivos perderam sua força, em meio ao avanço do ideário dos direitos humanos ao longo do século XX. Ainda há “haitianos”, “chineses”, “africanos”, um bloco monolítico imposto a áreas que não comportariam tal nível de indistinção. Quanto custa um “brasileiro”? Depende. Nível educacional, gênero, cor – há de se avaliar por diferentes cortes (incluindo o de classe) quanto o brasileiro “vale”, mesmo em termos profissionais. E o haitiano? Menos que o chinês. Nossa legislação garante esta condição de desigualdade, mantida estrategicamente invisibilizada pela imprensa. Desta forma, um brasileiro é engenheiro, médico, jornalista ou pedreiro. Um haitiano é, sobretudo,

---

<sup>921</sup> Diário do Rio de Janeiro, 20 jun. 1844. Disponível em <http://bit.ly/1GAM1ER>; uma versão corrigida foi publicada dois dias depois, na edição de 22 de junho, disponível em <http://bit.ly/1LXuYz>. Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>922</sup> SAYAD, 1998:48.

<sup>923</sup> SANCHES, Mariana. Imigrantes haitianos e africanos são explorados em carvoarias e frigoríficos. *O Globo*, 17 ago. 2014. Disponível em <http://glo.bo/1kMGjJx>. Acesso em 25 jan. 2015.

<sup>924</sup> SIMMEL, Georg. O estrangeiro [1908]. WOLFF, Kurt (org.). *The Sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press, 1950, pp. 402-408. Disponível em [http://midiaacidada.org/img/O\\_Estrangeiro\\_SIMMEL.pdf](http://midiaacidada.org/img/O_Estrangeiro_SIMMEL.pdf). Acesso em 10 jan. 2015. Texto também disponível em português in: MORAIS FILHO, E. de (org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.



um trabalhador haitiano. O imigrante é *legal* ou *ilegal*, mas não há brasileiro “legal” ou “ilegal” – a menos que seja, ele próprio, imigrante.

Observa-se ainda que durante quase todo o período pesquisado, até pelo menos o início da segunda metade do século XX, a tese do “embranquecimento” do elemento nacional era enfaticamente estimulada. As raízes dessa ideologia brasileira foram observadas por um grupo de especialistas das Nações Unidas que visitou o país em 2013. Após consultar distintas instituições e avaliar a situação dos povos afrodescendentes, o grupo concluiu que as pessoas de ascendência africana com quem se reuniram compartilharam experiências “graves” de racismo e discriminação com base em sua cor de pele.

“A educação é um passo essencial para a luta contra as representações negativas e estereótipos na sociedade. A história comum de escravidão e colonização baseado na ideia arcaica de uma hierarquia de raças e superioridade de culturas tem de ser reconhecida como um patrimônio comum e compartilhada por ex-colonizadores e ex-colonizados. É imperativo desconstruir o paradigma que racializa todos os níveis da sociedade, através de uma ação a nível político, econômico e intelectual para criar um entendimento de que o mundo é diverso em sua totalidade”, disse um relatório do grupo lançado posteriormente, concluindo: “Também é importante para desconstruir a ideologia do “branqueamento” que continua a afetar as mentalidades de uma parcela significativa da sociedade. Este trabalho deve ser feito com a ajuda dos meios de comunicação e com a participação da sociedade como um todo”.<sup>925</sup>

Segundo os relatores da ONU, o racismo no Brasil é “estrutural e institucionalizado” e “permeia todas as áreas da vida”. No documento, os peritos concluem que o “mito da democracia racial” ainda existe na sociedade brasileira e que parte substancial dela ainda “nega a existência do racismo”. Para a entidade, um dos maiores obstáculos para lidar com o problema é que “muitos acadêmicos nacionais e internacionais e atores ainda subscrevem ao mito da democracia racial”. Os especialistas concluem que “o Brasil não pode mais ser chamado de uma democracia racial e alguns órgãos do Estado são caracterizados por um racismo institucional, nos quais as hierarquias raciais são culturalmente aceitas como normais”.<sup>926</sup>

Se há avanços no período, e eles existem, são consideravelmente complexos os

---

<sup>925</sup> UNITED NATIONS. Report of the Working Group of Experts on People of African Descent on its fourteenth session. Addendum Mission to Brazil. A/HRC/27/68/Add.1, 23 set. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1qKaZvN>. Acesso em 20 jan. 2015.

<sup>926</sup> CHADE, Jamil. Racismo é 'estrutural e institucionalizado' no Brasil, diz a ONU. O Estado de S. Paulo, 12 set. 2014. Disponível em <http://bit.ly/1FJNKXq>. Acesso em 20 jan. 2015.

desafios. Alcançamos 2015 sem que a legislação nacional reconheça o imigrante como um sujeito social de cidadania plena. As políticas migratórias do Estado brasileiro, ainda que mais favoráveis do ponto de vista dos direitos humanos, permanecem discricionárias, variando ao vento das correntes político-ideológicas. A imprensa pouco fala sobre o assunto, se ocupando circunstancialmente dos estrangeiros. Doenças, crimes, episódios pitorescos, disputas políticas: a mídia impressa continua, ainda e insistentemente, apresentando o imigrante como portador de todos os nossos “problemas sociais”.

O racismo – sobretudo o que Balibar classificou como *racismo de classe*<sup>927</sup> – e outras formas de discriminação fazem parte do cotidiano daqueles que impõe estigmas a grupos tidos como inferiores, muito embora no século XXI não seja mais permitido expressar abertamente estes valores. Desenvolveram-se, assim, as estratégias semânticas aqui mencionadas. Muitos imigrantes seguem, portanto, sendo excelentes bodes expiatórios dos problemas nacionais, dado seu estatuto de cidadão inferior que lhe reservam as leis em vigor e a imprensa hegemônica. A chamada “hospitalidade brasileira” mantém-se como sempre esteve: um bom e sempre útil recurso discursivo que pouco retrata a realidade racista e xenófoba de boa parte da sociedade.

A iniciativa de reformar a legislação ainda engatinha: apesar dos esforços de algumas poucas lideranças do governo federal e dos especialistas envolvidos em sua elaboração participativa, em fevereiro de 2015 ainda não era sequer um projeto de lei em tramitação, apenas um anteprojeto.<sup>928</sup> Em relação à imprensa, surgem alguns sinais de humanização na apresentação da questão, como as novas narrativas – mencionadas no capítulo anterior – que consideram o imigrante um cidadão pleno, titular de direitos, detentor de uma subjetividade única e com voz ativa na sociedade. Ainda que vozes minoritárias na mídia contemporânea, a História do Brasil imigrante mostra como o associativismo é uma poderosa ferramenta que move há mais de dois séculos as comunidades de estrangeiros que aqui se estabeleceram.

---

<sup>927</sup> Ver capítulo dois.

<sup>928</sup> BRASIL (Ministério da Justiça). Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Comissão de Especialista (criada pelo Ministério da Justiça pela Portaria nº 2.162/2013), Brasília, 31 de julho de 2014. Disponível em [http://midiacidada.org/img/estrangeiros\\_brasil\\_anteprojeto\\_v-final-1.pdf](http://midiacidada.org/img/estrangeiros_brasil_anteprojeto_v-final-1.pdf). Acesso em 25 jan. 2015.

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização**: A modernidade sem peias. Lisboa, Editorial Teorema, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva; tradução Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2009.
- BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raza, Nación y Clase**. Madrid: IEPALA, 1991 (1988). Disponível em <http://bit.ly/1FJDZbK>. Acesso em 25 jan. 2015.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. 2.ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- BESSONE, Tânia; SABINA, Gladys; SIQUEIRA, Monique de [orgs.]. **O Oitocentos entre livros, livrinhos, impressos, missivas e bibliotecas**. São Paulo: Alameda, 2013.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BIONDI, Luigi. Imigração Italiana e Movimento Operário em São Paulo: Um Balanço Historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico; FRANZINA, Emilio (organizadores). **História do Trabalho e Histórias da Imigração**: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque**: 1808-1964, a História contada por jornais e jornalistas (volumes I e II). Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Coord. Carlos Sussekind. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007. Pág. 951-953.
- CHOMSKY, Aviva. **"They take our jobs!"**: and 20 other myths about immigration. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 2007.

- CINTRA, Marcelo. **A imprensa imigrante**: trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo. São Paulo: Memorial do Imigrante; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (eds.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais = Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales = Diaspora, migration, communication technologies and transnational identities = Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación et identités transnationales**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. Disponível em <http://bit.ly/1FJEiDr>. Acesso em 25 jan. 2015.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- DIAS, João Castanho. **A imprensa rural no Brasil**: histórias da agricultura e da propaganda agrícola. 1ª ed. São Paulo: Editora Barleus, 2011.
- ERMAKOFF, George. **Rio de Janeiro, 1840-1900**: Uma crônica fotográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2009.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_ (org.). **Fazer a América**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Fontes históricas para o estudo da imigração**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. 9f. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/936.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/936.pdf). Acesso em 30 jan. 2015.
- FONSECA, José da; CAROLINO, Pedro. **O novo guia de conversação português e inglês**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Leticia (organizadoras). **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- HALL, Michael M. Hall. Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico; FRANZINA, Emilio (organizadores). **História do Trabalho e Histórias da Imigração**: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008 (1990).
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (organizadores). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO CULTURAL CIDADE VIVA. **Árabes no Rio de Janeiro**: Uma identidade plural. Texto: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.
- JOÃO DO RIO. **Vida vertiginosa**. Edição preparada por João Carlos Rodrigues. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- JULLIEN, François. **O diálogo entre as culturas**: do universal ao multiculturalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- KESSEL, Carlos; WORCMAN, Karen [orgs.]. **Um balcão na capital**: Memórias do comércio na Cidade do Rio de Janeiro. Edição: Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: SESC RJ; Editora SENAC RJ, 2003.
- KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme [orgs.]. **Viagem incompleta**: A experiência brasileira. Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.
- LYRA, Cyro Corrêa. **Documenta histórica dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2006.
- MARTINS, Ana Luiz; LUCA, Tania Regina de (organizadoras). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Imprensa e poder na corte joanina**: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MOTA, Carlos Guilherme [orgs.]. **Viagem incompleta**: A experiência brasileira. Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

- OHNO, Massao. **Centenário da imigração japonesa no Brasil**; fotógrafo Matheus Faccio. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.
- OKAMOTO, Mary Yoko. **Imigração japonesa**: rupturas e reconstrução de vínculos afetivos. São Paulo: Arte & Ciência, 2008.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **D. João VI no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressalto**: 80 anos de História contados pela Folha. São Paulo: Publifolha, 2002.
- \_\_\_\_\_. **História da imprensa paulista**: Jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. 2.ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- RENAULT, Delso. **O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SENNA, Ernesto. **O velho comércio do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2006.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)**: Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro [1908]. WOLFF, Kurt (org.). **The Sociology of Georg Simmel**. New York: Free Press, 1950, pp. 402-408. Disponível em <[http://midiacidade.org/img/O\\_Estrangeiro\\_SIMMEL.pdf](http://midiacidade.org/img/O_Estrangeiro_SIMMEL.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2010. Texto também disponível em português in: MORAIS FILHO, E. de (org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VANNI, Julio Cezar. **Italianos no Rio de Janeiro**: a história do desenvolvimento do Brasil partindo da influência dos italianos na capital do Império. Niterói, RJ: Editora Comunità, 2000.

**GUSTAVO BARRETO**

**DOIS SÉCULOS DE  
IMIGRAÇÃO NO BRASIL**

**UFRJ V.1**